



(REVISÃO DA) CARTA EDUCATIVA DE TORRES NOVAS

Versão final 2023

Assunto

Tendo em conta a obrigatoriedade da revisão das cartas educativas (cf. art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro) sempre que o ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado sofra alterações ou quando a rede educativa fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa municipal, procede-se à revisão da Carta Educativa do Município de Torres Novas.

Data: 06-06-2023

(página propositadamente deixada em branco)

Ficha técnica



Another Step, Lda

Rua Cancela do Leão, 14, 2.º Esq.º
2350-650 Torres Novas

Município de Torres Novas

Largo das Forças Armadas, n.º 1
2350-754 Torres Novas

Equipas

Ana Neves
Hugo Caldeira (Coord.)
Teresa Evaristo

Jorge Simões
Sandra Cadima

Apoio técnico

Ivo Marco
Rafael Ribeiro
Vasco Gomes da Costa

Município de Torres Novas
Departamento de Educação e Cultura – Divisão de Educação
Departamento de Administração Urbanística – Gabinete de SIG

Edição

Another Step, Lda

Data de revisão

Data da atual revisão: [indicar]
Ano da revisão anterior: 2011 (revisão informal)
Data da primeira Carta Educativa: 2003

Circuito de aprovação

Parecer prévio do Conselho Municipal de Educação em: 30-05-2023
Pronúncia do Ministério da Educação/DGEstE em: [indicar]
Aprovada pela Câmara Municipal em: [indicar]
Aprovada pela Assembleia Municipal em: [indicar]

(página propositadamente deixada em branco)

Índice

FICHA TÉCNICA	II
ÍNDICE	IV
ÍNDICE DE TABELAS	VIII
ÍNDICE DE MAPAS	XVI
GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	XVII
NOTA DE APRESENTAÇÃO	2
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	5
1. NOTA INTRODUTÓRIA	6
2. ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	8
3. O CONTEXTO DE TRABALHO DA CARTA EDUCATIVA	10
3.1. A CARTA EDUCATIVA.....	10
3.2. ORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA.....	12
3.3. QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO.....	13
3.4. COMPETÊNCIAS ASSUMIDAS PELO MUNICÍPIO EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO.....	15
3.5. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA	17
3.6. ELEMENTOS DO CONTEXTO EM QUE SE DESENVOLVE A REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA	21
3.7. QUADRO DE REFERÊNCIA PARA AS POLÍTICAS EUROPEIAS E NACIONAIS	23
3.8. CONTEXTO DE POLÍTICAS EDUCATIVAS A NÍVEL NACIONAL.....	27
3.9. AS TRANSIÇÕES VERDE E DIGITAL E AS ORIENTAÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL	28
3.10. MÉDIO TEJO E A VALORIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL.....	32
3.11. SUCESSO EDUCATIVO NO MÉDIO TEJO E A ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO EM TORRES NOVAS	34
3.11.1. <i>AE Artur Gonçalves - Projeto educativo e plano de inovação</i>	35
3.11.2. <i>AE Gil Paes - Projeto educativo e plano de inovação</i>	36
3.11.3. <i>Resultados do PISA</i>	38
3.11.4. <i>Plano Estratégico Educativo Municipal</i>	39
3.11.5. <i>Índice de sustentabilidade municipal: ODS 4 – Educação com qualidade</i>	42
3.12. ANÁLISE DAS CARTAS EDUCATIVAS.....	46
3.12.1. <i>A Carta Educativa de 2003</i>	46
3.12.2. <i>A Carta Educativa de 2011</i>	49
4. METODOLOGIA	50
4.1. DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO	50
4.2. GUIÃO DA AÇÃO	54
CAPÍTULO II – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	62
1. INSERÇÃO TERRITORIAL E ESTRUTURA URBANA	63
1.1. ENQUADRAMENTO FÍSICO, ADMINISTRATIVO E TERRITORIAL	63
1.2. GEOGRAFIA E CENTRO HISTÓRICO.....	65
1.3. SISTEMA ECONÓMICO (CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS, ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E FLORESTAL)	67
1.4. SISTEMA DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES (REDES VIÁRIA, FERROVIÁRIA, TRANSPORTES PÚBLICOS E OUTROS).....	71
1.5. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	74
1.6. INFOGRÁFICO SÍNTESE DA INSERÇÃO TERRITORIAL E ESTRUTURA URBANA	77
2. DINÂMICAS SOCIAIS	78
2.1. DINÂMICA POPULACIONAL.....	78
2.1.1. <i>Distribuição e variação da população residente</i>	78
2.1.2. <i>Densidade populacional</i>	80

2.1.3. Estrutura da população	82
2.1.4. Natalidade, mortalidade, dependência e migrações.....	88
2.1.5. Movimentos pendulares	89
2.1.6. Infográfico síntese da dinâmica social.....	93
2.2. DINÂMICA SOCIOECONÓMICA	94
2.2.1. Caracterização população por níveis de ensino.....	94
2.2.2. Caracterização população por naturalidade	96
2.2.3. Mercado de trabalho e proteção social.....	97
2.2.4. Caracterização do tecido empresarial	104
2.2.5. Remunerações e poder de compra	111
2.2.6. Infográfico síntese da dinâmica socioeconómica	114
2.3. DINÂMICA EDUCATIVA: EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES EDUCATIVOS	115
2.3.1. Indicadores de procura e de escolarização.....	115
2.3.2. Indicadores de oferta.....	120
2.3.3. Indicadores de recursos educativos.....	124
2.3.4. Infográfico síntese da dinâmica educativa	129
2.4. INDICADORES DE RESULTADOS	130
3. VISÃO DOS AGENTES EDUCATIVOS, ALUNOS E PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO.....	137
3.1. ENTREVISTAS AOS AGENTES EDUCATIVOS	137
3.2. INQUIRIRÃO POR QUESTIONÁRIO A ALUNOS E PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	148
3.2.1. Questionário aos pais/encarregados de educação	148
3.2.2. Questionário aos alunos do 9.º ano	153
3.2.3. Questionário aos alunos do 12.º ano	158
3.3. INFOGRÁFICO SÍNTESE DA VISÃO DOS ATORES, ALUNOS E PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	164
CAPÍTULO III – CENÁRIO DE PARTIDA E PROJEÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	167
1. A REDE ESCOLAR MUNICIPAL: ENQUADRAMENTO E ABORDAGEM GERAL	168
1.1. NOTA INTRODUTÓRIA	168
1.2. A REDE ESCOLAR MUNICIPAL	171
1.3. PROJETOS E SERVIÇOS EDUCATIVOS MUNICIPAIS	177
2. PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS	186
2.1. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO	186
2.1.1. Projeções da população residente INE	187
2.1.2. Projeções demográficas do Eurostat	189
2.1.3. Projeções demográficas da CCDR Centro	190
2.2. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO ESCOLAR	193
2.3. UMA PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO INTEGRADAS NOS DOIS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DOS DOIS AGRUPAMENTOS.....	200
2.3.1. Metodologia e pressupostos	200
2.3.2. Resultados das projeções	202
3. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (REDES PÚBLICA E PRIVADA) E REDE DE CRECHES.....	208
3.1. APOIO À PRIMEIRA INFÂNCIA.....	208
3.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	213
4. 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (REDE PÚBLICA, PRIVADA E SOLIDÁRIA)	223
5. 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO (REDE PÚBLICA E PRIVADA)	232
6. ENSINO SECUNDÁRIO	240
6.1. ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO.....	240
6.2. ENSINO PROFISSIONAL PÚBLICO E PRIVADO	246
7. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	254
7.1. A OFERTA NO CONCELHO.....	254
7.2. INDICADORES DE CONCLUSÃO E EMPREGABILIDADE DO ENSINO PROFISSIONAL.....	256
7.2.1. AE Artur Gonçalves	257

7.2.2. AE Gil Paes.....	259
7.2.3. Escola Profissional de Torres Novas	261
7.2.4. Análise das taxas pós-conclusão do ensino profissional em Torres Novas.....	263
7.2.5. Análise das taxas de conclusão e enquadramento com o panorama continental nacional.....	264
8. EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	269
9. APOIOS E COMPLEMENTOS EDUCATIVOS.....	272
9.1. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (AAAF).....	272
9.2. COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA PARA O 1.º CEB (CAF)	273
9.3. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC)	274
9.4. ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (ATL)	279
10. RECURSOS HUMANOS	281
11. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR, TRANSPORTES E REFEIÇÕES ESCOLARES	284
11.1. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR	284
11.2. TRANSPORTES ESCOLARES.....	287
11.2.1. Circuitos de transporte para educação especial e inclusiva	288
11.2.1. Circuitos de transporte realizados por táxi.....	291
11.2.2. Circuitos de transporte realizados por autocarro.....	293
11.3. REFEIÇÕES ESCOLARES	298
12. TERRITÓRIOS EDUCATIVOS.....	300
13. ÁREAS DE INFLUÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES.....	302
13.1. IRRADIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO AE ARTUR GONÇALVES	303
13.2. IRRADIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO AE GIL PAES	306
14. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E MATRIZ SWOT	310
14.1. CONTEXTO DEMOGRÁFICO	310
14.2. MATRIZ SWOT.....	311
CAPÍTULO IV – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	319
1. PROGRAMAÇÃO POR EIXO DE INTERVENÇÃO	320
1.1. CENÁRIO DE PARTIDA.....	320
1.2. OBJETIVOS DA INTERVENÇÃO	320
1.3. PROPOSTAS DE EXECUÇÃO POR EIXO DE INTERVENÇÃO	325
1.3.1. Eixo 1: Otimizar a rede escolar e a ocupação dos equipamentos educativos	326
1.3.2. Eixo 2: Requalificar/ampliar os equipamentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário.....	327
1.3.3. Eixo 3: Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho.....	330
1.3.4. Eixo 4: Incentivar a oferta do ensino profissionalizante no concelho, perseguindo as áreas prioritárias	333
1.3.5. Eixo 5: Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos não docentes.....	334
1.3.6. Eixo 6: Reforçar a ligação à comunidade	335
1.3.7. Eixo 7: Promover as transições verde e digital	336
1.4. INVESTIMENTO PREVISTO.....	338
1.5. ENQUADRAMENTO NA POLÍTICA URBANA MUNICIPAL	338
2. CALENDARIZAÇÃO DA CONCRETIZAÇÃO DAS PROPOSTAS DE EXECUÇÃO E DOS INVESTIMENTOS POR EIXO DE INTERVENÇÃO	339
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	345
1. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES.....	346
2. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA.....	348
2.1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	348

2.2. CARATERÍSTICAS DO SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO.....	349
2.3. MODELO DE MONITORIZAÇÃO (INDICADORES FUNDAMENTAIS, METAS, RECOLHA E RESPONSABILIDADES).....	349
3. DIVULGAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA E DOS RESULTADOS DA MONITORIZAÇÃO	353
APÊNDICES.....	355
1. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	356
2. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO 9.º ANO	364
3. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO 12.º ANO.....	369
4. EXEMPLO DE “FICHA DE CARATERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES”	374
5. EXEMPLO DE “FICHA DAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO”	376
LISTA DE ANEXOS.....	377
FONTES, BIBLIOGRAFIA, WEBGRAFIA.....	380

Índice de tabelas

TABELA 1 – QUADRO REGULAMENTAR E ORIENTADOR PARA A ELABORAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA	17
TABELA 2 – VETORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PROJETO EDUCATIVO DO AE ARTUR GONÇALVES (2019-2022)	35
TABELA 3 – ÁREAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PROJETO EDUCATIVO DO AE GIL PAES (2019-2022).....	36
TABELA 4 – TEMA 1: UMA COMUNIDADE EDUCATIVA (PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL DE TORRES NOVAS, 2018-2021)	40
TABELA 5 – TEMA 2: UMA CIDADE EDUCADORA (PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL DE TORRES NOVAS, 2018-2021)	40
TABELA 6 – TEMA 3: UM TERRITÓRIO SUSTENTÁVEL (PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL DE TORRES NOVAS, 2018-2021)	41
TABELA 7 – AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS E AÇÕES CONSTANTES DA CARTA EDUCATIVA DE 2003	47
TABELA 8 – VALOR DAS INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO DO EDIFICADO ESCOLAR (2010 – 2020)	49
TABELA 9 - TAREFAS SUBJACENTES AO “DESK RESEARCH”	55
TABELA 10 - TAREFAS SUBJACENTES À “RECOLHA DE INFORMAÇÃO PRIMÁRIA”	57
TABELA 11 – PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE	58
TABELA 12 – TAREFAS E FASES DA REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA	60
TABELA 13 - PATRIMÓNIO URBANÍSTICO HISTÓRICO	67
TABELA 14 – ZONAS INDUSTRIAIS DE TORRES NOVAS	68
TABELA 15 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS LIMÍTROFES DE TORRES NOVAS E CIMMT (CENSOS 2011/2021)	78
TABELA 16 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE TORRES NOVAS (2011-2021)	79
TABELA 17 – DENSIDADE POPULACIONAL NO CENTRO E NO MÉDIO TEJO, POR CONCELHO (2011 - 2021).....	81
TABELA 18 – FIGURA 4 – DENSIDADE POPULACIONAL EM TORRES NOVAS, POR FREGUESIA (2011)	81
TABELA 19 – POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO NA REGIÃO CENTRO E MÉDIO TEJO E CONCELHO DE TORRES NOVAS E SUAS FREGUESIAS (2011 - 2021)	82
TABELA 20 – POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) POR GRANDE GRUPO ETÁRIO NA REGIÃO CENTRO E MÉDIO TEJO E CONCELHO DE TORRES NOVAS E SUAS FREGUESIAS (2011 - 2021)	84
TABELA 21 – POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E ESTADO CIVIL NA REGIÃO CENTRO E MÉDIO TEJO E CONCELHO DE TORRES NOVAS E SUAS FREGUESIAS (2011 - 2021).....	85
TABELA 22 – DIMENSÃO DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS NA REGIÃO CENTRO E MÉDIO TEJO E CONCELHO DE TORRES NOVAS E SUAS FREGUESIAS (2021)	87
TABELA 23 – TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE (‰) NA REGIÃO CENTRO, MÉDIO TEJO E CONCELHO DE TORRES NOVAS (2011 - 2020)	88
TABELA 24 – ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA NA REGIÃO CENTRO, MÉDIO TEJO E CONCELHO DE TORRES NOVAS (2011 - 2020)	89
TABELA 25 – TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO (%) E SALDO MIGRATÓRIO (N.º.) NA REGIÃO CENTRO E MÉDIO TEJO E CONCELHO DE TORRES NOVAS (2011 - 2020)	89
TABELA 26 – DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES (MIN) NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011)	90
TABELA 27 – DURAÇÃO MÉDIA MOVIMENTOS PENDULARES (EM MINUTOS) NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011)	91
TABELA 28 – MEIO DE TRANSPORTE USADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES (Nº) NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011)	91
TABELA 29 – POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º.) POR NÍVEL DE ENSINO, NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2021).....	94
TABELA 30 – POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º.), POR NÍVEL DE ENSINO, NAS FREGUESIAS DE TORRES NOVAS (2021)	95
TABELA 31– POPULAÇÃO RESIDENTE (Nº) POR NATURALIDADE NAS FREGUESIAS DE TORRES NOVAS (2021).....	97
TABELA 32 – DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (Nº, MÉDIA ANUAL) NOS CONCELHOS DO MÉDIO TEJO (2011 - 2021)	100
TABELA 33 – DESEMPREGADOS INSCRITOS (%) NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 A 64 ANOS NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011 - 2020)	100
TABELA 34 – DESEMPREGADOS INSCRITOS (Nº, MÉDIA ANUAL) NOS CENTROS DE EMPREGO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR GRUPO ETÁRIO NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011 - 2020)	102
TABELA 35 – BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO (Nº) POR SEXO NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011 - 2020)	102
TABELA 36 – BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO E RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL (Nº) POR SEXO NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011 - 2020)	103

TABELA 37 – BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO E RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL (%) NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011 - 2020).....	104
TABELA 38 –EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS (Nº) POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM TORRES NOVAS (2020).....	104
TABELA 39 – PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS, TOTAL E POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO (Nº) NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011 - 2019).....	105
TABELA 40 – ESCALÃO DE PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS (Nº) NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011 - 2020).....	105
TABELA 41 – EMPRESAS DA ZONA INDUSTRIAL DE RIACHOS, POR CAE PRINCIPAL NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2022).....	106
TABELA 42 – EMPRESAS DA ZONA INDUSTRIAL DE TORRES NOVAS - SERRADA GRANDE, POR CAE PRINCIPAL NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2022).....	107
TABELA 43 – EMPRESAS DA ZONA INDUSTRIAL ÁLE DE TORRES NOVAS – PNEGÓCIOS TN – GERIPARQUE SA, POR CAE PRINCIPAL NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2022).....	108
TABELA 44 – EMPRESAS DA ZONA INDUSTRIAL DE COTÔAS, POR CAE PRINCIPAL NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2022).....	108
TABELA 45 – EMPRESAS DA ZONA INDUSTRIAL DE ZIBREIRA, POR CAE PRINCIPAL NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2022).....	109
TABELA 46 – EMPRESAS DA ZONA INDUSTRIAL DE COVA DO MINHOTO, POR CAE PRINCIPAL NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2022).....	109
TABELA 47 – EMPRESAS DA ZONA INDUSTRIAL DE LAMAROSA, POR CAE PRINCIPAL NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2022).....	110
TABELA 48 – VALOR ACRESCENTADO BRUTO E VOLUME DE NEGÓCIOS (MILHARES EUROS) DAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011 - 2020).....	110
TABELA 49 – CONCENTRAÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO BRUTO E VOLUME DE NEGÓCIOS DAS QUATRO MAIORES EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS (%) NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011 - 2020).....	111
TABELA 50 – GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES (€) POR CONTA DE OUTREM NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2019).....	111
TABELA 51 – GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES (€) POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2019).....	112
TABELA 52 – PODER DE COMPRA PER CAPITA (%) NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2019).....	112
TABELA 53 – NÚMERO DE ALUNOS NO MÉDIO TEJO E EM TORRES NOVAS, POR NÍVEL DE ENSINO.....	115
TABELA 54 – TAXA DE VARIAÇÃO (2011/2015 E 2015/2020) DO Nº. DE ALUNOS NO MÉDIO TEJO (MT) E EM TORRES NOVAS (TN), POR NÍVEL DE ENSINO.....	116
TABELA 55 – TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO NO MÉDIO TEJO E EM TORRES NOVAS, POR NÍVEL DE ENSINO.....	116
TABELA 56 – NÚMERO DE ALUNOS POR NÍVEL DE ENSINO POR NATUREZA DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO.....	121
TABELA 57 - NÚMERO DE DOCENTES POR GRUPO DE RECRUTAMENTO NO 2º, 3º CICLO E ENSINO SECUNDÁRIO EM TORRES NOVAS, 2020/2021.....	127
TABELA 58 – TAXAS (%) DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO MÉDIO TEJO E EM TORRES NOVAS, POR NÍVEL DE ENSINO.....	130
TABELA 59 – TAXAS DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO MÉDIO TEJO E EM TORRES NOVAS, POR OFERTA E ANO DE ESCOLARIDADE EM 2020/2021.....	131
TABELA 60 – TAXAS DE TRANSIÇÃO E CONCLUSÃO NO MÉDIO TEJO E EM TORRES NOVAS, POR NÍVEL DE ENSINO.....	131
TABELA 61 – CLASSIFICAÇÕES MÉDIAS (INTERNAS E DE EXAME) A PORTUGUÊS E MATEMÁTICA, NAS ESCOLAS DO CONCELHO (2018/2019).....	134
TABELA 62 – GUIÃO DA ENTREVISTA (SEMIESTRUTURADA) AOS AGENTES EDUCATIVOS.....	137
TABELA 63 – ENTIDADES E CALENDARIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS (VIDEOCONFERÊNCIA).....	138
TABELA 64 – ESTRUTURAÇÃO DOS 8 NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO DO QUADRO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES.....	169
TABELA 65 - OFERTA EDUCATIVA DA REDE PÚBLICA.....	171
TABELA 66 – OFERTA EDUCATIVA DA REDE PRIVADA.....	174
TABELA 67 – PROJETOS E SERVIÇOS EDUCATIVOS MUNICIPAIS.....	177
TABELA 68 – EQUIPAMENTOS TIC ADQUIRIDOS PELA AUTARQUIA PARA AS ESCOLAS.....	184
TABELA 69 – SÍNTESE METODOLÓGICA DAS PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS.....	186
TABELA 70 – PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE 2080 – PORTUGAL E NUTS II CENTRO, POR CENÁRIOS E GRANDES GRUPOS ETÁRIOS.....	188
TABELA 71 – PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO DA REGIÃO MÉDIO-TEJO 2020-2080, POR SEXO E GRANDES GRUPOS ETÁRIOS.....	190
TABELA 72 - PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS ATÉ 2030 POR SEXO E GRUPO ETÁRIO QUINQUENAL, NO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS.....	192
TABELA 73 – SÍNTESE METODOLOGIA DAS PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS PARA A POPULAÇÃO ESCOLAR.....	193

TABELA 74 –PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR POR IDADE E REGIÃO, 2022/23 E 2023/24	196
TABELA 75 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, POR ANO LETIVO, ANO CURRICULAR, NATUREZA DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO E REGIÃO, 2022/23 A 2025/26.....	196
TABELA 76 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO, POR ANO LETIVO, ANO CURRICULAR, NATUREZA DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO E REGIÃO, 2022/23 A 2025/26.....	197
TABELA 77 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO, POR ANO LETIVO, ANO CURRICULAR, NATUREZA DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO E REGIÃO, 2022/23 A 2025/26.....	197
TABELA 78 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO, POR ANO LETIVO, ANO CURRICULAR, NATUREZA DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO E REGIÃO, 2022/23 A 2025/26	198
TABELA 79 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO – OUTRAS OFERTAS, POR ANO LETIVO, ANO CURRICULAR, NATUREZA DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO E REGIÃO, 2022/23 A 2025/26	199
TABELA 80 – PREVISÃO DA POPULAÇÃO A 2031 PARA AS FREGUESIAS GRUPO SUL EM TORRES NOVAS POR COORTES QUINQUENAIS	204
TABELA 81 – PREVISÃO DA POPULAÇÃO A 2031 PARA AS FREGUESIAS GRUPO NORTE EM TORRES NOVAS POR COORTES QUINQUENAIS	206
TABELA 82 - CRIANÇAS EM FREQUÊNCIA DE CRECHE EM TORRES NOVAS, POR INSTITUIÇÃO	209
TABELA 83 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, MOBILIÁRIO INDIVIDUAL E CLIMATIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES, COM OFERTA DE CRECHE, DA REDE PRIVADA (2022).....	210
TABELA 84 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO, BALNEÁRIOS E RECREIOS DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES, COM OFERTA DE CRECHE, DA REDE PRIVADA (2022)	211
TABELA 85 – CONSERVAÇÃO, ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIDÁTICO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES, COM OFERTA DE CRECHE, DA REDE PRIVADA (2022).....	212
TABELA 86 – ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM TORRES NOVAS, POR ESCOLA	213
TABELA 87 – TURMAS NO PRÉ-ESCOLAR POR UNIDADE ORGÂNICA E ESCOLA EM 2021/2022	215
TABELA 88 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, MOBILIÁRIO INDIVIDUAL E CLIMATIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES, COM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DA REDE PÚBLICA (2022)	217
TABELA 89 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, MOBILIÁRIO INDIVIDUAL E CLIMATIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES, COM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DA REDE PRIVADA (2022).....	218
TABELA 90 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO, BALNEÁRIOS E RECREIOS DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES, COM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DA REDE PÚBLICA (2022)	219
TABELA 91 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO, BALNEÁRIOS E RECREIOS DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES, COM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DA REDE PRIVADA (2022)	220
TABELA 92 – CONSERVAÇÃO, ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIDÁTICO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES, COM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DA REDE PÚBLICA (2022)	221
TABELA 93 – CONSERVAÇÃO, ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIDÁTICO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES, COM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DA REDE PRIVADA (2022)	222
TABELA 94 – ALUNOS MATRICULADOS 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO EM TORRES NOVAS, POR ESCOLA	224
TABELA 95 – Nº DE TURMAS NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO POR UNIDADE ORGÂNICA E ESCOLA EM 2021/2022	226
TABELA 96 – % DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O 1º CICLO EM 4 ANOS POR UNIDADE ORGÂNICA/ESCOLA E % DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O 1º CICLO EM 4 ANOS A NÍVEL NACIONAL DE ENTRE ALUNOS COM PERFIL SEMELHANTE	227
TABELA 97 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, MOBILIÁRIO INDIVIDUAL E CLIMATIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM 1.º CEB, DA REDE PÚBLICA (2022)	229
TABELA 98 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, MOBILIÁRIO INDIVIDUAL E CLIMATIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM 1.º CEB, DA REDE PRIVADA (2022).....	229
TABELA 99 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO, BALNEÁRIOS E RECREIOS DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM 1.º CEB, DA REDE PÚBLICA (2022)	230
TABELA 100 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO, BALNEÁRIOS E RECREIOS DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM 1.º CEB, DA REDE PRIVADA (2022).....	230
TABELA 101 – CONSERVAÇÃO, ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIDÁTICO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM 1.º CEB, DA REDE PÚBLICA (2022)	231
TABELA 102 – CONSERVAÇÃO, ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIDÁTICO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM 1.º CEB, DA REDE PRIVADA (2022).....	231
TABELA 103 – ALUNOS MATRICULADOS 2.º E 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO EM TORRES NOVAS, POR ESCOLA	233

TABELA 104 – Nº DE TURMAS NO 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO POR UNIDADE ORGÂNICA E ESCOLA EM 2021/2022	234
TABELA 105 – % DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O 2º CICLO EM 2 ANOS POR ESCOLA E % DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O 2º CICLO EM 2 ANOS A NÍVEL NACIONAL DE ENTRE ALUNOS COM PERFIL SEMELHANTE	234
TABELA 106 – % DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O 3º CICLO EM 3 ANOS POR ESCOLA E % DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O 3º CICLO EM 3 ANOS A NÍVEL NACIONAL DE ENTRE ALUNOS COM PERFIL SEMELHANTE	235
TABELA 107 – TAXA (%) DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO NAS ESCOLAS DE TORRES NOVAS, POR ANO DE ESCOLARIDADE.....	235
TABELA 108 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, MOBILIÁRIO INDIVIDUAL E CLIMATIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM 2.º E 3.º CEB, DA REDE PÚBLICA (2022)	238
TABELA 109 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO, BALNEÁRIOS E RECREIOS DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM 2.º E 3.º CEB, DA REDE PÚBLICA (2022).....	239
TABELA 110 – CONSERVAÇÃO, ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIDÁTICO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM 2.º E 3.º CEB, DA REDE PÚBLICA (2022)	239
TABELA 111 – ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO EM TORRES NOVAS, POR AGRUPAMENTO E ESCOLA.....	240
TABELA 112 – Nº DE TURMAS NO ENSINO SECUNDÁRIO DOS CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS, POR UNIDADE ORGÂNICA E ESCOLA, EM 2021/2022	241
TABELA 113 – % DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO SECUNDÁRIO CCH EM 3 ANOS POR ESCOLA E % DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO SECUNDÁRIO CCH 3 ANOS A NÍVEL NACIONAL DE ENTRE ALUNOS COM PERFIL SEMELHANTE.....	242
TABELA 114 – TAXAS (%) DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO NAS ESCOLAS DE TORRES NOVAS E A NÍVEL NACIONAL, POR ANO DE ESCOLARIDADE.....	242
TABELA 115 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, MOBILIÁRIO INDIVIDUAL E CLIMATIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM ENSINO SECUNDÁRIO (CCH), DA REDE PÚBLICA (2022).....	244
TABELA 116 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO, BALNEÁRIOS E RECREIOS DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM ENSINO SECUNDÁRIO (CCH), DA REDE PÚBLICA (2022).....	244
TABELA 117 – CONSERVAÇÃO, ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIDÁTICO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM ENSINO SECUNDÁRIO (CCH), DA REDE PÚBLICA (2022).....	245
TABELA 118 – OFERTA E NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL EM TORRES NOVAS, POR ESCOLA	247
TABELA 119 – % DE ALUNOS QUE TERMINARAM O CURSO NO TEMPO CERTO, 2019/2020	249
TABELA 120 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, MOBILIÁRIO INDIVIDUAL E CLIMATIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM ENSINO PROFISSIONAL (2022).....	251
TABELA 121 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO, BALNEÁRIOS E RECREIOS DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM ENSINO PROFISSIONAL (2022).....	252
TABELA 122 – CONSERVAÇÃO, ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIDÁTICO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES COM ENSINO PROFISSIONAL (2022)	252
TABELA 123 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROCESSOS DO CENTRO QUALIFICA DA EPTN, 2019 – 2021	254
TABELA 124 – Nº ALUNOS INSCRITOS EM CTESP NO CEPTON, 2018-2020.....	255
TABELA 125 – SITUAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO PROFISSIONAL, AE ARTUR GONÇALVES, POR CICLO DE FORMAÇÃO (2015 - 2022)	258
TABELA 126 – SITUAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO PROFISSIONAL, AE ARTUR GONÇALVES, POR CURSO PROFISSIONAL (2015 - 2022)	258
TABELA 127 – SITUAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO PROFISSIONAL, AE GIL PAES, POR CICLO DE FORMAÇÃO (2014 - 2022).....	260
TABELA 128 – SITUAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO PROFISSIONAL, AE GIL PAES, POR CURSO PROFISSIONAL (2014 - 2022)	260
TABELA 129 – SITUAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO PROFISSIONAL, EPTN, POR CURSO PROFISSIONAL (2014 - 2020)	262
TABELA 130 – SITUAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO PROFISSIONAL, EPTN, POR CURSO PROFISSIONAL (2014 - 2020)	263
TABELA 131 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NAS AAAF (2018-2022)	272
TABELA 132 – AEC OFERECIDAS NO ANO LETIVO 2022/2023.....	274
TABELA 133 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NAS AEC (2018 – 2022)	275
TABELA 134 – AEC OFERECIDAS NO ANO LETIVO 2018/2019.....	276
TABELA 135 – AEC OFERECIDAS NO ANO LETIVO 2019/2020.....	277
TABELA 136 – AEC OFERECIDAS NO ANO LETIVO 2019/2020 (NA EB1 DE SANTA MARIA)	277
TABELA 137 – AEC OFERECIDAS NO ANO LETIVO 2020/2021 (AE GIL PAES)	277
TABELA 138 – AEC OFERECIDAS NO ANO LETIVO 2020/2021 (AE ARTUR GONÇALVES)	278

TABELA 139 – AEC OFERECIDAS NO ANO LETIVO 2020/2021 (EB DE SANTA MARIA)	278
TABELA 140 – AEC OFERECIDAS NO ANO LETIVO 2021/2022 E 2022/2023 (TODOS OS AGRUPAMENTOS)	278
TABELA 141 – AEC OFERECIDAS NO ANO LETIVO 2021/2022 E 2022/2023 (EB DE SANTA MARIA)	279
TABELA 142 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NAS ATL PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO (2018 – 2021)	279
TABELA 143 – Nº E CRIANÇAS/ALUNOS ABRANGIDOS PELA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR- AUXÍLIOS ECONÓMICOS, 2016/2017 A 2021/2022.....	286
TABELA 144 – PERCENTAGEM DE ALUNOS ABRANGIDOS PELA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS, 2020-2021/ 2021-2022	286
TABELA 145 – Nº DE ALUNOS SUBSIDIADOS NO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO POR ESCOLA E ESCALÃO DE APOIO, 2021-2022 ...	287
TABELA 146 – Nº DE CRIANÇAS/ALUNOS TRANSPORTADOS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E NO ENSINO BÁSICO, POR CIRCUITO (2021/2022)	288
TABELA 147 – LOTES A), B), C) E D), RELATIVOS AOS CIRCUITOS DE TRANSPORTE DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	289
TABELA 148 – LOTES E), F) E G), RELATIVOS AOS CIRCUITOS DE TRANSPORTE DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA ...	291
TABELA 149 – LOTES E), F) E G), RELATIVOS AOS CIRCUITOS DE TRANSPORTE FEITOS EM TÁXI	292
TABELA 150 – CIRCUITOS DE TRANSPORTE DE CRIANÇAS POR AUTOCARRO, FREGUESIAS DO NORTE.....	293
TABELA 151 – CIRCUITOS DE TRANSPORTE DE CRIANÇAS POR AUTOCARRO, FREGUESIAS DO CENTRO E SUL	296
TABELA 152 – COMPARTICIPAÇÃO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES, POR ESCALÃO.....	299
TABELA 153 – VALORES MÁXIMOS DE IRRADIAÇÃO PARA OS EQUIPAMENTOS ESCOLARES.....	302
TABELA 154 – ANÁLISE SWOT: FORÇAS	311
TABELA 155 – ANÁLISE SWOT: FRAQUEZAS	312
TABELA 156 – ANÁLISE SWOT: OPORTUNIDADES.....	313
TABELA 157 – ANÁLISE SWOT: AMEAÇAS	313
TABELA 158 – INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA	350
TABELA 159 – FERRAMENTAS E PERIODICIDADE DA DIVULGAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA E DOS RESULTADOS DE MONITORIZAÇÃO	353

Índice de figuras

FIGURA 1 – METAS 2030 E INDICADORES CONTEXTUAIS DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (QUADRO COMPARATIVO PORTUGAL – EU 27, 2021)	26
FIGURA 2 - POSIÇÃO DE PORTUGAL EM RELAÇÃO AOS PAÍSES COM MELHOR E PIOR DESEMPENHO (2021)	26
FIGURA 3 - REFERENCIAL ESTRATÉGICO PARA A VALORIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NO MÉDIO TEJO	34
FIGURA 4 – MÉDIAS DE DESEMPENHO PISA 2019/2020, MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	39
FIGURA 5 - ÍNDICE GLOBAL ODS E RESULTADOS POR ODS, MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	43
FIGURA 6 – RESULTADOS DO MUNICÍPIO E DE PORTUGAL POR ODS	44
FIGURA 7 – PONTUAÇÃO GLOBAL DO ODS 4	45
FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DA PONTUAÇÃO GLOBAL DO ODS 4 (2019-2022), MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	45
FIGURA 9 – SÍNTESE GRÁFICA DAS DIMENSÕES DE ANÁLISE ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA.....	52
FIGURA 10 – DENOMINAÇÃO DAS DIMENSÕES DOS ENTREGÁVEIS PREVISTOS	53
FIGURA 11 – INFOGRÁFICO SÍNTESE DA INSERÇÃO TERRITORIAL E ESTRUTURA URBANA DE TORRES NOVAS	77
FIGURA 12 – POPULAÇÃO RESIDENTE (%) POR GRANDE GRUPO ETÁRIO NA REGIÃO CENTRO, MÉDIO TEJO E CONCELHO DE TORRES NOVAS (2021)	83
FIGURA 13 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (%), NO CONCELHO DE TORRES NOVAS, POR GRANDE GRUPO ETÁRIO (2011 – 2021)	85
FIGURA 14 – POPULAÇÃO RESIDENTE (%), POR ESTADO CIVIL, NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2011 - 2021).....	86
FIGURA 15 – DIMENSÃO DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS (%) NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2011 - 2021)	88
FIGURA 16 – INFOGRÁFICO SÍNTESE DA DINÂMICA SOCIAL EM TORRES NOVAS.....	93
FIGURA 17 – POPULAÇÃO RESIDENTE (%) POR NÍVEL DE ENSINO NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2021).....	95
FIGURA 18 – POPULAÇÃO RESIDENTE (%), POR NÍVEL DE ENSINO, NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2011 - 2021).....	96
FIGURA 19 – TAXA DE DESEMPREGO (%) NOS CONCELHOS DO MÉDIO TEJO (2011)	98
FIGURA 20 – TAXA DE ATIVIDADE (%) NOS CONCELHOS MÉDIO TEJO (2011)	99
FIGURA 21 – DESEMPREGADOS INSCRITOS (%) NO CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 A 64 ANOS, NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2011 - 2020).....	101
FIGURA 22 - INFOGRÁFICO SÍNTESE DA DINÂMICA SOCIOECONÓMICA EM TORRES NOVAS	114
FIGURA 23 – ALUNOS NO 1º CICLO POR IDADE E POR ANO DE ESCOLARIDADE EM TORRES NOVAS, 2019/2020	118
FIGURA 24 – ALUNOS NO 2º CICLO POR IDADE E POR ANO DE ESCOLARIDADE EM TORRES NOVAS, 2019/2020	119
FIGURA 25 – ALUNOS NO 3º CICLO POR IDADE E POR ANO DE ESCOLARIDADE EM TORRES NOVAS, 2019/2020	120
FIGURA 26 – ALUNOS NO ENSINO PÚBLICO E PRIVADO NO CONCELHO DE TORRES NOVAS, 2011/2012, 2015/2016 E 2020/2021.....	121
FIGURA 27 – N.º DE ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO NO CONCELHO DE TORRES NOVAS, POR NATUREZA, 2011/2012, 2015/2016 E 2020/2021	122
FIGURA 28 – N.º DE ALUNOS EM OFERTAS PARA JOVENS DE ENSINO SECUNDÁRIO NO CONCELHO, 2011/2012, 2015/2016 E 2020/2021.....	123
FIGURA 29 – PERCENTAGEM DE ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO EM OFERTAS DE ENSINO PROFISSIONAL NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS, POR ANO LETIVO	123
FIGURA 30 – NÚMERO DE DOCENTES POR CATEGORIA, NO CONCELHO DE TORRES NOVAS, REDE PÚBLICA E PRIVADA, POR ANO LETIVO	124
FIGURA 31 – TAXA DE VARIAÇÃO DO Nº DE DOCENTES POR CATEGORIA ENTRE 2011/2012 E 2020/2021, MÉDIO TEJO (MT) E TORRES NOVAS (TN)	125
FIGURA 32 – RÁCIO DE ALUNOS/DOCENTE ETI POR CICLO EM TORRES NOVAS.....	126
FIGURA 33 – N.º MÉDIO DE ALUNOS POR COMPUTADOR.....	128
FIGURA 34 – N.º MÉDIO DE ALUNOS POR COMPUTADOR COM INTERNET	128
FIGURA 35 - INFOGRÁFICO SÍNTESE DA DINÂMICA EDUCATIVA EM TORRES NOVAS.....	129
FIGURA 36 – PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE CONCLUEM O NÍVEL DE ENSINO NO TEMPO ESPERADO, EM TORRES NOVAS E NO PAÍS, POR CICLO E NÍVEL DE ENSINO.....	133
FIGURA 37 – ALUNOS POR IDADE NOS ANOS DE ESCOLARIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO NOS CCH EM TORRES NOVAS, 2019/2020.....	134

FIGURA 38 – CONCLUSÕES (%) NO ENSINO PROFISSIONAL NO TEMPO ESPERADO, EM TORRES NOVAS E PORTUGAL, NO ANO LETIVO 2019/2020.....	135
FIGURA 39 – N.º DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO PROFISSIONAL NO TEMPO CERTO, EM TORRES NOVAS, NO ANO LETIVO 2019/2020.....	136
FIGURA 40 – NÚMERO DE PONTES FORTES RECOLHIDOS NAS ENTREVISTAS, POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	138
FIGURA 41 – NÚMERO DE CONSTRANGIMENTOS RECOLHIDOS NAS ENTREVISTAS, POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO.....	139
FIGURA 42 – NÚMERO DE SUGESTÕES RECOLHIDOS NAS ENTREVISTAS, POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	144
FIGURA 43 – CARATERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO (IDADE E SEXO).....	148
FIGURA 44 – CARATERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO (HABILITAÇÃO, N.º DE EDUCANDOS MENORES, NÍVEL DE ENSINO E ESCOLA FREQUENTADA PELOS SEUS EDUCANDOS)	149
FIGURA 45 – RESPOSTAS DOS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO À PERGUNTA SOBRE AS RAZÕES DE ESTUDAR EM TORRES NOVAS OU NOUTRO CONCELHO	150
FIGURA 46 – EXPECTATIVAS DOS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO SOBRE O PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS DOS SEUS EDUCANDOS E ÁREAS COM SAÍDAS PROFISSIONAIS APELATIVAS	150
FIGURA 47 – OPINIÃO DOS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS E O NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS PARA AS ATIVIDADES ESCOLARES	151
FIGURA 48 – OPINIÃO DOS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO SOBRE OS CONSTRANGIMENTOS E PRIORIDADES A INCORPORAR NA CARTA EDUCATIVA	151
FIGURA 49 – NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO SOBRE AS INICIATIVAS DO MUNICÍPIO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.....	152
FIGURA 50 – NÚMERO DE SUGESTÕES E PROPOSTAS DOS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO PARA A CARTA EDUCATIVA, POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	152
FIGURA 51 – CARATERIZAÇÃO DOS ALUNOS DO 9.º ANO QUANTO À IDADE E SEXO.....	154
FIGURA 52 – HABILITAÇÃO DAS MÃES, PERCURSO ESCOLAR E ATIVIDADES EXTRACURRICULARES DOS ALUNOS DO 9.º ANO.....	155
FIGURA 53 – CARATERIZAÇÃO DAS EXPECTATIVAS DOS ALUNOS DO 9.º ANO RELATIVAMENTE AO 10.º ANO.....	156
FIGURA 54 – EXPECTATIVAS DOS ALUNOS DO 9.º ANO RELATIVAMENTE AO PÓS-SECUNDÁRIO	157
FIGURA 55 – MEIO DE DESLOCAÇÃO PARA ESCOLA DOS ALUNOS DO 9.º ANO	157
FIGURA 56 – NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ALUNOS SOBRE AS INICIATIVAS DO MUNICÍPIO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	158
FIGURA 57 – CARATERIZAÇÃO DOS ALUNOS DO 12.º ANO QUANTO À IDADE E SEXO.....	159
FIGURA 58 – HABILITAÇÃO DAS MÃES, PERCURSO ESCOLAR E ATIVIDADES EXTRACURRICULARES DOS ALUNOS DO 12.º ANO	160
FIGURA 59 – CARATERIZAÇÃO DAS EXPECTATIVAS DOS ALUNOS DO 12.º ANO.....	161
FIGURA 60 – EXPECTATIVAS DOS ALUNOS DO 12.º ANO RELATIVAMENTE AO PÓS-SECUNDÁRIO	161
FIGURA 61 – MEIO DE DESLOCAÇÃO PARA ESCOLA DOS ALUNOS DO 12.º ANO	162
FIGURA 62 – NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ALUNOS SOBRE AS INICIATIVAS DO MUNICÍPIO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	162
FIGURA 63 – INFOGRÁFICO SÍNTESE DA VISÃO DOS ATORES (I).....	164
FIGURA 64 – INFOGRÁFICO SÍNTESE DA VISÃO DOS ATORES (II).....	165
FIGURA 65 – ESTRUTURA DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM PORTUGAL	170
FIGURA 66 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO, PÚBLICOS, POR FREGUESIA	172
FIGURA 67 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO, PÚBLICOS, POR FREGUESIA E NÍVEL DE ENSINO	172
FIGURA 68 – TAXA DE OCUPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES PÚBLICOS, 2021/2022	174
FIGURA 69 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO, PRIVADOS, POR FREGUESIA	176
FIGURA 70 - PIRÂMIDES ETÁRIAS, PORTUGAL, 2018 (ESTIMATIVAS), 2025 E 2035 (PROJEÇÕES POR CENÁRIOS).....	188
FIGURA 71 - PIRÂMIDES ETÁRIAS, PORTUGAL, 2018 (ESTIMATIVAS), 2055 E 2080 (PROJEÇÕES POR CENÁRIOS).....	189
FIGURA 72 – DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA A CONSTRUÇÃO DAS COORTES.	202
FIGURA 73 – POPULAÇÃO PROJETADA, 2021 (ESTIMATIVA) E 2031 (PROJEÇÃO POR CENÁRIOS) NAS FREGUESIAS DO GRUPO SUL, CONCELHO DE TORRES NOVAS.....	205
FIGURA 74 – POPULAÇÃO PROJETADA, 2021 (ESTIMATIVA) E 2031 (PROJEÇÃO POR CENÁRIOS) NAS FREGUESIAS DO GRUPO NORTE, CONCELHO DE TORRES NOVAS.....	207
FIGURA 75 – TAXA DE OCUPAÇÃO POR UNIDADE ORGÂNICA E ESCOLA COM EDUCAÇÃO PÚBLICA PRÉ-ESCOLAR, EM 2021/2022.....	216
FIGURA 76 – TAXAS DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS E AGRUPAMENTOS COM OFERTA DE 1º CICLO.....	227
FIGURA 77 – TAXAS DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS E AGRUPAMENTOS COM OFERTA DE 2º E 3º CICLOS	236

FIGURA 78 – TAXAS DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS COM OFERTA DE ENSINO SECUNDÁRIO	243
FIGURA 79 – % DE ALUNOS DO ENSINO PROFISSIONAL QUE CONCLUÍRAM/NÃO CONCLUÍRAM O CURSO EM 3 ANOS NA EBS ARTUR GONÇALVES, EM 2019/2020.....	249
FIGURA 80 - TAXAS DE EMPREGABILIDADE/PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS DO ENSINO PROFISSIONAL, 2014/2017 A 2019/2022.....	264
FIGURA 81 – SITUAÇÃO, APÓS 3 ANOS, DOS ALUNOS QUE INGRESSARAM EM CURSOS PROFISSIONAIS ENTRE 2014 E 2021, POR ANO DE INGRESSO	265
FIGURA 82 – TAXAS DE DIPLOMADOS/CONCLUSÃO DO ENSINO PROFISSIONAL, TORRES NOVAS E PORTUGAL, 2015/2018 – 2018/2021.....	265
FIGURA 83 – TAXAS DE DIPLOMADOS/CONCLUSÃO DO ENSINO PROFISSIONAL, TORRES NOVAS, REGIÕES CENTRO, NORTE E PORTUGAL, 2018/2021	266
FIGURA 84 – SITUAÇÃO, EM 2020/21, DOS ALUNOS QUE INGRESSARAM EM CURSOS PROFISSIONAIS EM 2018/19, POR NUTS II	267
FIGURA 85 – Nº DE ALUNOS ABRANGIDOS POR MEDIDAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS AE DO CONCELHO, POR CICLO DE ENSINO (2021/2022)	270
FIGURA 86 – Nº DE ALUNOS ABRANGIDOS POR MEDIDAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS AE DO CONCELHO, POR TIPO DE MEDIDAS E CICLO DE ENSINO (2021/2022).....	271
FIGURA 87 – PERCENTAGEM DE ALUNOS INSCRITOS EM AEC, POR DOMÍNIO, NA REDE PÚBLICA DO 1.º CEB, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2020).....	276
FIGURA 88 – MÉDIA DAS IDADES E NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DO PESSOAL NÃO DOCENTE NOS AE DO CONCELHO, 2021/2022.....	281
FIGURA 89 – DISTRIBUIÇÃO, POR FUNÇÃO, DO PESSOAL NÃO DOCENTE NOS AE DO CONCELHO, 2021/2022	282
FIGURA 90 – HABILITAÇÕES DO PESSOAL NÃO DOCENTE NO AE DE GIL PAES, ANO LETIVO 2021/2022	282
FIGURA 91 – HABILITAÇÕES DO PESSOAL NÃO DOCENTE NO AE ARTUR GONÇALVES, 2021/2022	283
FIGURA 92 – APOIOS PARA A AÇÃO SOCIAL ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS (2022/2023).....	285
FIGURA 93 – NÚMERO DE REFEIÇÕES CONSUMIDAS POR CICLO DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS.....	299
FIGURA 94 – NÚMERO DE INTERVENÇÕES POR CADA EIXO DE INTERVENÇÃO	323
FIGURA 95 – NÚMERO DE INTERVENÇÕES POR TIPO DE INTERVENÇÃO	323
FIGURA 96 – NÚMERO DE INTERVENÇÕES POR NÍVEL DE PRIORIDADE DA INTERVENÇÃO.....	324
FIGURA 97 – NÚMERO DE INTERVENÇÕES POR NÍVEL DE PRIORIDADE E TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO.....	324
FIGURA 98 – INVESTIMENTO PREVISTO POR EIXO DE INTERVENÇÃO	338

Índice de mapas

MAPA 1 – CARATERIZAÇÃO HIPSOMÉTRICA DO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS.....	63
MAPA 2 – ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E FREGUESIAS DO CONCELHO DE TORRES NOVAS	64
MAPA 3 – EVOLUÇÃO DO EDIFICADO NO CONCELHO DE TORRES NOVAS, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.....	65
MAPA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS NO CONCELHO DE TORRES NOVAS	69
MAPA 5 – OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE TORRES NOVAS (2015)	70
MAPA 6 – REDE VIÁRIA DO CONCELHO DE TORRES NOVAS	71
MAPA 7 – REDE VIÁRIA (PRINCIPAL) QUE SERVE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO (2011).....	72
MAPA 8 – REDE FERROVIÁRIA QUE SERVE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO (2011).....	73
MAPA 9 – REDE VIÁRIA DO PROJETO “TRANSPORTES A PEDIDO” DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO (2011).....	74
MAPA 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS NO CONCELHO.....	76
MAPA 11 – VARIAÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL ENTRE CENSOS (2011, 2021), POR FREGUESIA.....	80
MAPA 12 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO (REDE PÚBLICA)	173
MAPA 13 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO (REDE PRIVADA E COOPERATIVA)	176
MAPA 14 – CIRCUITOS ESPECIAIS PARA SALAS DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA – LOTES A), B), C), D), 2021/2022.....	289
MAPA 15 – CIRCUITOS ESPECIAIS PARA SALAS DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA – LOTES E), F), G), 2021/2022.....	290
MAPA 16 – CIRCUITOS REALIZADO POR TÁXI, 2021/2022	291
MAPA 17 – CIRCUITOS ESPECIAIS REALIZADOS POR AUTOCARRO (FREGUESIAS DO NORTE), 2021/2022	293
MAPA 18 – CIRCUITOS ESPECIAIS REALIZADOS POR AUTOCARRO (FREGUESIAS DO CENTRO E SUL), 2021/2022.....	296
MAPA 19 – TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DEFINIDOS PELOS DOIS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS.....	300
MAPA 20 – IRRADIAÇÃO DA EB DA MEIA VIA.....	303
MAPA 21 – IRRADIAÇÃO DA EB DE SANTA MARIA.....	304
MAPA 22 – IRRADIAÇÃO DA EB DE RIACHOS	304
MAPA 23 – IRRADIAÇÃO DA EB DR. ANTÓNIO CHORA BARROSO	305
MAPA 24 – IRRADIAÇÃO DA EBS ARTUR GONÇALVES	305
MAPA 25 – IRRADIAÇÃO DA EB DE ASSENTIS E CHANCELARIA.....	306
MAPA 26 – IRRADIAÇÃO DA EB VISCONDE DE SÃO GIÃO	307
MAPA 27 – IRRADIAÇÃO DA EB DE OLAIA.....	307
MAPA 28 – IRRADIAÇÃO DA EB DA SERRA DE AIRE	308
MAPA 29 – IRRADIAÇÃO DO JI DE TUFEIRAS	308
MAPA 30 – IRRADIAÇÃO DA EB MANUEL FIGUEIREDO	309
MAPA 31 – IRRADIAÇÃO DA ES MARIA LAMAS	309

Glossário de siglas e acrónimos

AAAF	Atividades de Animação e Apoio à Família
AE.....	Agrupamento de Escolas
AEC.....	Atividades de Enriquecimento Curricular
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional
ATL	Atividades de Tempos Livres
CAF	Componente de Apoio à Família
CBESZA.....	Centro de Bem Estar Social da Zona Alta
CCDRC	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CE	Carta Educativa
CEB.....	Ciclo do Ensino Básico
CEPTON.....	Centro de Estudos Politécnicos de Torres Novas
CET	Cursos de Especialização Tecnológica
CFAE A23.....	Centro de Formação de Associação de Escolas da A23
CIMMT	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
CME.....	Conselho Municipal de Educação
CMTN	Câmara Municipal de Torres Novas
CNAEF	Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação
CRI.....	Centro de Recursos para a Inclusão
CRIT.....	Centro de Reabilitação e Integração Torrejano
CTE	Centro Tecnológico Especializado
CTeSP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho
DGEstE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
EB	Escola Básica
EB1	Escola Básica do 1.º CEB
EBS	Escola Básica e Secundária
EFP	Educação e Formação Profissional
EPE	Educação Pré-escolar
EPTN	Escola Profissional de Torres Novas
ES	Escola Secundária
EQAVET	Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGeFE.....	Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.
Jl.....	Jardim de Infância

NUT.....	Nomenclatura de Unidade Territorial
NUTS.....	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos. Foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro e constitui a matriz delimitadora da recolha e compilação de informação estatística de base regional
PADDE.....	Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas
PD.....	Pessoal Docente
PDM.....	Plano Diretor Municipal
PEDIME.....	Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo
PEDU.....	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PND.....	Pessoal Não Docente
PRR.....	Plano de Recuperação e Resiliência
RVCC.....	(Processo de) Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (educação de adultos)

Nota de apresentação



Nota de apresentação

Hoje vivemos tempos de imprevisibilidade e de mudança aceleradas que exigem novos e múltiplos desafios à educação. As questões relacionadas com identidade e segurança, sustentabilidade, interculturalidade, cidadania, participação, inovação e criatividade, estão no cerne do debate atual. É neste contexto que a escola, a cidade e o território, enquanto ambientes propícios à aprendizagem, ao desenvolvimento de competências e onde os alunos adquirem as múltiplas literacias que precisam de mobilizar, têm de se ir reconfigurando para responder a essas exigências. Em Portugal, estes novos desafios relacionam-se com uma aposta numa educação para todos, de qualidade, consagrada também pela UNESCO como primeiro objetivo mundial.

No âmbito do Plano Estratégico Educativo Municipal de Torres Novas, que serviu de orientação no triénio anterior, a missão do Município de Torres Novas na área da educação passava por “disponibilizar equipamentos, serviços e projetos educativos qualificados, promotores do sucesso escolar, da inclusão e da igualdade de oportunidades dos alunos, da qualidade de vida dos munícipes e do desenvolvimento integral de pessoas conscientes, críticas e participativas”. Neste Plano definiam-se ainda três eixos estratégicos, a que pretendemos dar continuidade, em torno de uma comunidade educativa, uma cidade educadora e um território com sucesso sustentável.

O atual quadro legal, com a crescente valorização da participação das autarquias na educação decorrentes de uma descentralização reforçada pela publicação do Dec. Lei 21/2019, de 30 de janeiro, obriga à construção de instrumentos estratégicos de planeamento que contextualizem e orientem as políticas educativas locais.

É neste contexto que surge a obrigatoriedade de elaboração da Carta Educativa, dita de 2ª geração. Trata-se de um documento estratégico para a política educativa municipal, enquadrada num sistema mais amplo de nível nacional, no qual consta uma análise da situação educacional do concelho, uma visão prospetiva do seu desenvolvimento com as principais linhas de atuação estratégica futura e procedimentos concretos a curto e médio prazo. A Carta Educativa pode, e deve, ultrapassar o simples patamar do planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos, passando a englobar linhas fundamentais de ação sobre os restantes recursos educativos, especialmente de ordem imaterial, tendo sempre como foco o sucesso educativo da comunidade.

De acordo com uma visão mais pragmática, a Carta Educativa pretende retratar o concelho do ponto de vista geográfico, económico, demográfico e social, assim como fazer o balanço da situação educacional, tendo em atenção a oferta educativa e formativa. Realizada a análise e diagnóstico da situação atual, foi definido um conjunto de propostas, por eixo de intervenção, para o desenvolvimento do concelho do ponto de vista educacional e apresentada uma metodologia de monitorização e avaliação da Carta Educativa.

Mais do que um documento estático e finalizado, esta carta Educativa deve ser entendida como uma peça viva, interativa, que se vai ajustando à medida que a própria realidade demográfica e socioeconómica do concelho também evolui e, como tal, passível de ser atualizável e atualizada sempre que se verifique necessário.

A escola contemporânea agrega uma diversidade de alunos, tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural como do ponto de vista cognitivo e motivacional. Todos têm direito ao acesso e à participação de modo pleno e efetivo em todos os contextos educativos, é isto que queremos para o nosso concelho.

O bem-estar da comunidade, a construção de uma melhor qualidade de vida aliada à promoção do sucesso educativo, à educação para a cidadania e inclusão, à educação para a sustentabilidade, assim como uma transformação digital e uma transição verde, são prioridades do nosso Município, em que se dá a máxima atenção à Educação e Formação de qualidade e ao longo de toda a vida. Ao nível dos edifícios e recintos escolares são apontadas várias intervenções, algumas já necessárias há algum tempo.

Queremos estar ao serviço integral do bem-estar das crianças e jovens, ao serviço integral das pessoas, comprometidos, de modo que estas também se comprometam com o concelho, se sintam bem, tenham qualidade de vida e tenham gosto em cá viver. Queremos uma cidadania plena, consciente e participativa no nosso concelho, no país e no Mundo.

Joaquim António Marques Cabral

(Vereador da Educação)

Capítulo I

Introdução



Capítulo I – Introdução

1. Nota introdutória

O conceito de Carta Educativa (CE) está definido no Decreto-Lei 21/2019 de 30 de janeiro (que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da Educação), e sustentam-se no “Guião para a Elaboração da Carta Educativa” (DGEEC; DGEstE; IGeFE, 2021).

Neste documento podemos ler:

“A elaboração da Carta Educativa (...), decorre da necessidade de assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente. É, por isso, que a Carta Educativa assume um carácter de instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo que, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município, viabilize uma relação harmoniosa espaço-escola.” (p. 2)

A revisão da Carta Educativa do Município de Torres Novas foi assessorada pela consultora externa Another Step, após concurso público, materializando-se através do contributo fundamental das estruturas municipais (em particular, da Divisão de Educação), envolvendo um processo localmente participado e construído com os principais atores desta comunidade educativa. Envolver todos os interessados numa discussão sobre o presente e o futuro do sistema educativo no concelho, permitiu compreender as expectativas e a experiência dos que diariamente lidam com os desafios da Educação e traçar objetivos de melhoria da qualidade, da eficiência e da eficácia da resposta educativa do município, com base numa análise detalhada dos dados disponíveis e das projeções efetuadas, integrando e ajustando os diversos projetos de iniciativa municipal.

A reorganização da rede escolar municipal agora proposta, reforça a necessidade de racionalização da rede escolar, permitindo a consecução dos três objetivos fundamentais para a elaboração das cartas educativas (idem, p. 7):

- “Determinar e avaliar o grau de execução territorial das propostas da Carta Educativa (1ª geração) face ao conjunto de expectativas inicialmente traçadas (...).
- Cotejar a evolução quantitativa da rede educativa do município e avaliar sobre a sua adequabilidade às necessidades presentes (...).
- Enquadrar as propostas educativas municipais em função dos objetivos definidos no Programa Governamental para a Educação.”

Conforme se pode consultar no site do Município (Município de Torres Novas, 2022), a Carta Educativa de Torres Novas foi uma das primeiras a estar concluída no país, em 2003, vindo a ser homologada pelo Ministério da Educação em 2006. Em 2007, e face às mudanças resultantes de novos padrões de procura do sistema educativo local, foram propostas três alterações fundamentais ao reordenamento da rede escolar definido para a Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico (Município de Torres Novas, 2007), a saber:

- a construção de um terceiro polo escolar na cidade de Torres Novas (devido ao aumento substancial de alunos residentes na cidade entre 2002 e 2006), suprimindo o centro escolar

previsto para a zona de Santa Maria rural (Liteiros) (cujo número de alunos abrangidos diminuiu cerca de um terço);

- a transformação da EB1 Visconde de São Gião em EB1 com Jardim de Infância (JI), suspendendo o JI de Tufeiras; e
- a redefinição da área de influência do polo escolar da Meia Via, de modo a incluir a freguesia de Santiago.

Quatro anos depois, em 2011 (Município de Torres Novas, 2011), concluiu-se um trabalho de revisão da Carta Educativa (iniciado em 2009), que permitiu acomodar as diversas alterações da rede educativa entretanto decorridas, com o encerramento de escolas e a reconfiguração das áreas de influência dos agrupamentos de escolas do concelho, o aparecimento de uma nova instituição de ensino superior, a instalação de um polo de formação profissional do Instituto de Educação e Formação Profissional (IEFP).

A publicação do Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, materializou a segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, clarificando a reorganização da rede escolar através do agrupamento e agregação de escolas, com o objetivo de “reforçar a coerência do projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram, bem como a proporcionar aos alunos de uma dada área geográfica um percurso sequencial e articulado e, desse modo, favorecer a transição adequada entre os diferentes níveis e ciclos de ensino”. Nesse sentido, em 2013, os estabelecimentos de ensino da rede pública do concelho de Torres Novas passaram a estruturar-se em dois agrupamentos de escolas, facilitando essa sequencialidade educativa.

Mais tarde, em 2018, o Município concluiu a elaboração do “Plano Estratégico Educativo Municipal Torres Novas - 2022”. Esse plano permitiu definir as prioridades, objetivos e ações sustentados em três temas estratégicos:

- Uma comunidade educativa;
- Uma cidade educadora e
- Um território com sucesso sustentável.

Esse mesmo documento foi alvo de discussão pública entre 30 de novembro e 28 de dezembro de 2018, encontrando-se publicado o relatório de análise das contribuições no documento “Relatório de análise e ponderação das participações recebidas durante o período de discussão pública” (Município de Torres Novas, 2019).

A obrigatoriedade da revisão das cartas educativas está prevista no art.º 15.º do Decreto-lei 21/2019, de 30 de janeiro (como também já estava definido no art.º 20.º do Decreto-lei 7/2003, de 15 de janeiro, agora revogado). Assim, é necessária a sua revisão sempre que o ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado sofra alterações (designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e/ou de ensino), ou quando a rede educativa fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa municipal (sendo obrigatória esta reavaliação de dez em dez anos).

É neste contexto que, passados 18 anos da aprovação da primeira Carta Educativa, dos ajustes pontuais informais e estudos entretanto desenvolvidos, o Município considerou necessário proceder à sua revisão, materializada no documento que agora se apresenta.

2. Organização dos capítulos

A apresentação da organização da “Carta Educativa” servirá para proporcionar ao leitor uma visão global do que poderá encontrar em cada um dos seus capítulos, facilitando a sua leitura e o acesso mais rápido à informação que, eventualmente, pretende. Assim, nos parágrafos seguintes, iremos clarificar o objetivo de cada um dos capítulos, ainda que de forma resumida.

- CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Neste primeiro Capítulo, pretende-se apresentar o contexto que envolve a realização da Carta Educativa, nomeadamente, mas não só, a análise do quadro de transferências de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais no domínio da educação, proceder-se-á ao enquadramento legislativo respeitante à elaboração das Carta Educativas, para além da análise do impacto das políticas europeias e nacionais na discussão dos objetivos educativos prosseguidos pelos municípios e pelo país. As políticas de transição verde¹ e digital² também são discutidas, bem como o conteúdo de alguns planos estratégicos municipais e regionais, seguindo-se a apresentação dos principais desafios e dos objetivos da Carta Educativa. Finalizamos este capítulo com a apresentação da metodologia que foi adotada para a elaboração do trabalho agora apresentado.

- CAPÍTULO II – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Neste Capítulo, é feita a análise das situações que impactam diretamente na elaboração da Carta Educativa, nomeadamente no que diz respeito às dimensões territorial e urbana, dinâmicas sociais, económicas e educativas. Complementarmente é apresentada a visão dos atores e dos *stakeholders* a nível municipal e intermunicipal, fruto da discussão pública entretanto havida.

- CAPÍTULO III – CENÁRIO DE PARTIDA E PROJEÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

O Capítulo III é onde tem lugar a caracterização do cenário de partida, no município, no que diz respeito aos diferentes níveis de educação e formação, nomeadamente a caracterização das ofertas do ensino público e do privado, dos recursos humanos existentes, a dimensão da ação social escolar, transportes e refeições escolares, entre outros indicadores. A conclusão deste capítulo, após este diagnóstico situacional e análise SWOT, incorporará as projeções de desenvolvimento para as diferentes ofertas educativas, preparando as propostas de intervenção a ter lugar no Capítulo IV.

- CAPÍTULO IV – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A parte mais substantiva da Carta Educativa acontece ao longo do Capítulo IV. É aqui que se materializam as propostas de execução por eixo de intervenção (nomeadamente ao nível da requalificação de equipamentos, qualidade do sucesso educativo, oferta do ensino profissional e gestão de recursos humanos não docentes), tendo em conta as competências assumidas pelo

¹ A transição verde, ou transição ecológica, sustenta-se numa estratégia de mudança comportamental e social objetivando transformar a atual situação global, ambientalmente insustentável, num novo paradigma promovendo um futuro sustentável "que seja motor de desenvolvimento e de paz, destinado a melhorar as condições de vida de todos", como afirma o manifesto publicado pela ONU-Habitat no seu Plano Estratégico 2020-2023 (United Nations Human Settlements, 2019).

² Como o nome indicia, a transição digital sustenta-se numa estratégia europeia que pretende tirar partido do enorme potencial de crescimento das tecnologias digitais na Europa. A Comissão Europeia definiu uma estratégia, adotada e adaptada por Portugal, que pretende capacitar as pessoas, as empresas e as administrações para uma nova geração de tecnologias, garantindo que todos possam beneficiar do potencial dessa transformação digital (Comissão Europeia, 2022).

município em matéria de educação. É também neste capítulo que tem lugar a análise da situação do município face às metas da atual política governamental e se concretizam as propostas de execução por eixo de intervenção com a calendarização dos investimentos previstos.

- **CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Carta Educativa conclui-se com o Capítulo V, onde se apresentam as conclusões fundamentais do estudo. É também o momento de apresentação das recomendações para a estratégia de monitorização e avaliação da Carta Educativa, dimensão de particular importância estratégica e operativa, na medida em que permite a pilotagem das ações previstas e fundamenta a regular “prestação de contas” da execução material e estratégica das atividades previstas e, também, da política do município na área da educação.

- **FONTES, BIBLIOGRAFIA, WEBGRAFIA**

A listagem das fontes, bibliografia e webgrafia utilizadas ou referidas ao longo do texto, é apresentada nesta última secção da Carta Educativa. Clarificamos que, ao longo deste trabalho, foram usadas as normas de estilo APA, versão 6 (American Psychological Association, 2009) para citação e referenciação documental, bem como as suas sugestões para o uso de cores e construção de gráficos e tabelas inclusivas.

3. O contexto de trabalho da Carta Educativa

No presente capítulo procede-se à apresentação do contexto de trabalho da Carta Educativa, começando por apresentar a evolução do conceito e objetivos de ordenamento da rede educativa.

Em seguida, é analisado o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Educação, sendo ainda sistematizado o enquadramento legislativo de referência para a elaboração da Carta Educativa.

Procede-se igualmente à explicitação do quadro de referência para as políticas europeias e nacionais e metas relevantes para Portugal no campo da Educação e Formação. São também apresentadas algumas das recentes políticas educativas nacionais e, dada a sua relevância transversal, reflete-se sobre as transições verde e digital e as respetivas orientações de política pública nacional.

Por último, já com foco no Território do Médio Tejo e em Torres Novas, apresenta-se resumidamente algumas das conclusões do Estudo sobre o Sucesso Educativo no Médio Tejo (Correia, Barreira, Rocha, & Cunha, 2020b) e também o Plano Estratégico Educativo Municipal de Torres Novas (Município de Torres Novas, 2018) e o seu relatório intermédio de execução.

3.1. A Carta Educativa

Desde a implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de novembro, 1986) que o conceito de Carta Educativa tem vindo a evoluir, acompanhando as mudanças na própria política educativa. Deste modo, encontramos na Lei de Bases do Sistema Educativo uma primeira referência a um documento base para o planeamento da rede educativa, a Carta Escolar. Esta Carta Escolar consistia numa caracterização do sistema educativo essencialmente através da realização de um levantamento da totalidade dos estabelecimentos de ensino de um município no determinado ano letivo.

O conceito de Carta Educativa surge com a publicação do “Manual de Elaboração da Carta Educativa” (Ministério da Educação, 2000):

“(…) a conceção de uma escola-organização, articulada com outras unidades de educação e formação, centros de recursos e outros apoios diversificados, levaram a que o conceito de Carta Escolar evoluísse para o conceito mais abrangente de Carta Educativa, que abarca, não só os equipamentos escolares, mas todos os equipamentos sociais e coletivos que têm a ver com a educação e formação ao longo da vida. (...)”. (p. 8)

No Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de janeiro³, a Carta Educativa é entendida como um documento de planeamento dinâmico, passando a incluir projeções para aferição das necessidades educativas. Deste modo, a Carta Educativa constitui,

“a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as

³ Revogado pelo Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro

ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.” (Art.º 10.º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro)

Em 2019, com a publicação do Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, que revogou o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro, a Carta Educativa mantém o conceito, mas são atualizados os seus objetivos. De acordo com o seu art.º 6.º, os objetivos da Carta Educativa são os seguintes:

“1 - A Carta Educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente.

2 - A Carta Educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação.

3 - A Carta Educativa deve promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis.

4 - A Carta Educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

5 — A Carta Educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.” (Art.º 6.º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro)

A Carta Educativa é, assim,

“(…) um instrumento de orientação e gestão do sistema educativo, designadamente quanto ao exercício das competências dos departamentos governamentais e dos municípios em matéria de educação, incluindo os instrumentos de apoio a iniciativas privadas, cooperativas e solidárias, à consignação de financiamentos e à afetação de recursos humanos, materiais e financeiros pelas entidades públicas” (Art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).”

Note-se, igualmente, que a Carta Educativa é uma peça integrante do Plano Diretor Municipal (PDM) na medida em que visa assegurar a adequação da rede de equipamentos de Educação Pré-escolar e de Ensino Básico e Secundário às ofertas educativas que sejam necessárias promover no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico perspectivado no PDM.

A elaboração da Carta Educativa deve conter a caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública (Art.º 13.º, idem). Devem instruir a Carta Educativa os seguintes elementos:

- a) Relatório que mencione as principais medidas a adotar e a sua fundamentação;
- b) Programa de execução, com a calendarização da concretização das medidas constantes do relatório.

De acordo com o n.º 1 do art.º 14.º do mesmo Decreto-Lei (ibidem), a elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal, sendo aprovada pela assembleia municipal respetiva, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria, que disponibiliza toda a informação necessária, bem como a prestação dos serviços adequados (n.º 2 do art.º 14.º, ibidem).

De salientar que, “na elaboração da Carta Educativa, os municípios e o departamento governamental com competência na matéria devem articular estreitamente as suas intervenções, de forma a garantir os princípios, objetivos e parâmetros técnicos estatuidos quanto ao ordenamento da rede educativa, bem como a eficácia dos programas e projetos intermunicipais ou de interesse supramunicipal” (n.º 3 do art.º 14.º, ibidem). Os artigos seguintes clarificam todo o processo de análise e correção de eventuais imprecisões ou desconformidades constantes na Carta Educativa até à sua aprovação pela Assembleia Municipal.

No seu art.º 15.º, o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro estipula que a Carta Educativa deve ser revista “sempre que as alterações da mesma que se reflitam significativamente no ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado, designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino.”. Assim, a revisão da Carta Educativa acontece sempre que a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, sendo essa revisão obrigatória de 10 em 10 anos.

3.2. Ordenamento da rede educativa

Relativamente ao ordenamento da rede educativa, o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro define (art.º 10.º) que o ordenamento da rede educativa deve estruturar-se de acordo com os seguintes princípios gerais:

- a) Consideração da educação pré-escolar como primeira etapa da educação;
- b) Sequencialidade entre a educação pré-escolar, os diferentes ciclos do ensino básico e o ensino secundário;
- c) Expressão territorial da rede educativa, entendida como a distribuição dos estabelecimentos dos diferentes níveis de educação e de ensino, de acordo com a divisão administrativa do país, tendo em atenção fatores resultantes das características geográficas do território, da densidade e da idade da população a escolarizar, do nível de educação e ensino em questão e da necessidade de assegurar a racionalidade e complementaridade das ofertas.

Os objetivos do ordenamento da rede educativa (art.º 11.º, idem), incluem:

- a) Garantir o direito de acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- b) Superar as situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social;
- c) Garantir uma adequada complementaridade de ofertas educativas;
- d) Garantir a qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário;

- e) Desenvolver formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes;
- f) Adequar a oferta de recursos e racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, para que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino dessa mesma área.

Quanto aos parâmetros técnicos, referidos no art.º 12.º (ibidem), o ordenamento da rede educativa deve respeitar, entre outros, os seguintes aspetos:

- a) Tipologia de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino públicos, em cada momento definidos e caracterizados;
- b) Modalidades de agregação entre os estabelecimentos de educação pré-escolar e os dos diferentes ciclos do ensino básico e do ensino secundário;
- c) Caracterização dos edifícios e de outras infraestruturas educativas, bem como do mobiliário e demais equipamento, em função do tipo de escola, do número de alunos, das exigências pedagógicas e dos padrões de qualidade e de funcionamento definidos;
- d) Dimensão padrão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, por forma a estabelecer os limiares mínimo e máximo das crianças e alunos utentes de cada jardim-de-infância, escola do ensino básico, escola do ensino secundário e agrupamento de escolas, tendo em atenção as idades de quem os frequenta e a especificidade dos diferentes níveis de educação e de ensino ministrados em cada um.

Face ao exposto, a Carta Educativa deverá ter em conta todos estes aspetos para que o resultado, não só vá ao encontro das aspirações da comunidade que serve, mas, também, se pautar por um rigor de análise e de respeito pela legislação atual nesta área.

3.3. Quadro de transferências de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

O Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro de 2019, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Educação, previsto na Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, 2018).

De facto, no preâmbulo desse decreto-lei, refere-se que:

“O novo modelo de gestão do sistema educativo que tem como pressupostos fundamentais a integridade do serviço público de educação, a equidade territorial e a solidariedade intermunicipal e inter-regional no planeamento da oferta educativa e formativa e afetação dos recursos públicos.” (Decreto-Lei n.º 21/2019)

Mais à frente, indica-se que este novo quadro legal efetua a:

“(…) correspondência entre o âmbito das competências descentralizadas e a organização da oferta pública de ensino básico e secundário que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória pelas crianças e jovens em idade escolar e visa a universalidade da educação pré-escolar.”

Pretende, assim, garantir a desejável articulação de competências entre as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da educação, alargando as competências das autarquias locais no domínio do investimento, equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares a todo o ensino básico e secundário. Destacam-se nesta matéria relativa às autarquias locais, as competências de:

- gestão dos procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada;
- atribuição de apoios no âmbito da ação social escolar e de fornecimento de refeições (2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário);
- gestão, funcionamento, conservação, manutenção e equipamento das residências escolares que integram a rede oficial de residências para estudantes;
- recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente de todos os níveis e ciclos de ensino;
- organização da vigilância e segurança dos equipamentos educativos (edificados e espaços exteriores incluídos no seu perímetro).

Por último, refira-se que o Conselho Municipal de Educação permanece como órgão institucional de intervenção das comunidades educativas em cada concelho, mantendo o seu papel e vendo a sua composição alargada, incluindo, além dos membros que atualmente já o integram, um representante das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e um representante das instituições do setor social e solidário que desenvolvam atividade na área da educação.

No âmbito do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais no domínio da educação devem igualmente ser considerados os seguintes diplomas legais:

- Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (revoga o DL n.º 30/2015, mantendo-se este aplicável a contratos celebrados ao seu abrigo, previamente à entrada em vigor da norma mais recente): estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterado pelas Leis n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e 50/2018, de 16 de agosto (revogados os artigos 132.º a 136.º): estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;
- Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro (revogado pela Lei n.º 50/2018, mas aplicável aos contratos celebrados ainda ao seu abrigo): estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, em desenvolvimento do regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho (revogado pelo DL n.º 21/2019, mas aplicável aos contratos celebrados ainda ao seu abrigo): no uso da autorização legislativa concedida pelas alíneas a) a e) e h) do n.º 1 do artigo 22.º do Orçamento do Estado para 2008, aprovado pela

Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o previsto no artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

3.4. Competências assumidas pelo Município em matéria de Educação

No seguimento do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, o Município de Torres Novas assinou, em 2009, contrato de execução com o Ministério da Educação, tendo sido transferido para o Município atribuições e competências em matéria de educação nas seguintes áreas:

- Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;
- Atividades de enriquecimento curricular, no 1.º ciclo do ensino básico;
- Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. Foram abrangidos por este contrato de execução a Escola Básica Manuel de Figueiredo e a Escola Básica Dr. António Chora Barroso.

O fornecimento de refeições e o prolongamento de horário na educação pré-escolar (atualmente atividades de animação e apoio à família) já estavam a ser geridos pelo Município, tal como os transportes escolares.

Relativamente à Educação Pré-escolar, o Município de Torres Novas assinou, com efeitos a partir do ano letivo 1997/1998, acordo de colaboração com a Direção Regional de Educação de Lisboa e com o Centro Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo. Este acordo visava criar condições para a participação da Câmara Municipal de Torres Novas no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação pré-Escolar, de acordo com os princípios consagrados na Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho. Tinha como objetivo a prestação por parte da autarquia, no âmbito da educação pré-escolar, de serviços de apoio à família, designadamente atividades de animação socioeducativas, colocação de pessoal com funções de ação educativa e pessoal responsável pelo desenvolvimento de atividades de animação socioeducativa e de apoio à família, fornecimento de refeições às crianças que frequentavam os estabelecimentos de educação pré-escolar, de acordo com as necessidades das famílias. O Município obrigava-se, também, a suportar as despesas correntes do funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar.

Atualmente, no que se refere a transportes escolares, o Município paga a totalidade do valor dos passes aos alunos dos 2.º e 3.º ciclos e metade do valor dos passes dos alunos do ensino secundário. A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, da qual o Município de Torres Novas faz parte, paga 40% do valor que caberia ao aluno do ensino secundário. Estas comparticipações apenas se verificam para os alunos residentes a mais de três quilómetros do estabelecimento de ensino que frequentam.

No seguimento dos Decretos-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro e n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o Município de Torres Novas, em março de 2019, considerou não se encontrarem reunidas as condições necessárias para se assumir a competência da Educação. No entanto, em junho de 2020, a Câmara Municipal deliberou aceitar a transferência de competências na área da Educação referida no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, com efeitos a partir de setembro de 2020. Para além das escolas já sobre a responsabilidade do Município, a partir desta data, o edificado da Escola Básica e Secundária de Artur Gonçalves e da Escola Secundária Maria Lamas, também, passou a ser responsabilidade do Município.

Ao abrigo do disposto no n.º 4 do mesmo Decreto-Lei n.º 21/2019, o Município assinou um protocolo com os Agrupamentos de Escolas, em novembro de 2020, delegando nos Diretores do Agrupamento de Escolas de Gil Paes e Agrupamento de Escolas de Artur Gonçalves, as seguintes competências:

- contratação pública de fornecimento de bens e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino de 2.º e 3.º ciclos de ensino básicos e ensino secundário;
- material de higiene, limpeza, economato e expediente para os estabelecimentos de ensino acima referidos;
- realização de pequenas reparações ou conservações necessárias nos referidos estabelecimentos;
- fixação de horário de trabalho, justificação de faltas, distribuição de serviço, aprovação e alteração do mapa de férias e poder disciplinar de aplicação de pena inferior a multa, do pessoal não docente afeto aos agrupamentos de escolas.

Este protocolo prevê que os agrupamentos de escolas informem o Município das despesas incorridas.

Para o exercício das competências delegadas nos agrupamentos de escolas, em 2022, foram transferidas as seguintes verbas:

Agrupamento de Escolas	Verba para material de limpeza, higiene, economato e expediente de secretaria	Verba para pequenas reparações	Total
Agrupamento Artur Gonçalves	9 000,00 €	12 000,00 €	21 000,00 €
Agrupamento Gil Paes	9 000,00 €	12 000,00 €	21 000,00 €
Total	18 000,00 €	24 000,00 €	42 000,00 €

Neste momento, o Município também é responsável pela distribuição do leite escolar e fruta escolar, no âmbito do Regime Escolar. Este regime consiste na distribuição, a cada criança, de 2 peças de fruta ou hortícolas por semana e de um pacote de leite por dia, de modo a promover o consumo de frutas, produtos hortícolas e leite junto das crianças que frequentam o pré-escolar e o 1º ciclo.

No que se refere aos transportes escolares, o Município passou a assegurar, também, o transporte de alunos com necessidades educativas especiais.

No ano letivo 2020/2021, o Município passou a oferecer o serviço de componente de apoio à família, para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, antes e depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, para os alunos da Escola Básica de Santa Maria, como projeto piloto. Este serviço foi alargado a todos os estabelecimentos de ensino no ano letivo seguinte.

Tal como definido no art.º 66.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, foi constituída uma Comissão de Acompanhamento e Monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências. Esta Comissão tem como competências: a) Acompanhar, numa lógica de proximidade, o desenvolvimento e a evolução das competências transferidas; b) Propor a adoção de medidas tendo em vista a concretização dos objetivos enunciados no artigo 4.º (exercício de competências). A comissão de acompanhamento é constituída por: a) Presidente da câmara municipal, que preside; b) representante do departamento governamental responsável pela área da educação que integra o

conselho municipal de educação; c) diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas da área do município. Para além desta composição, podem participar nos trabalhos, quando a natureza das matérias o justifique, representantes das entidades intermunicipais ou representantes de outras entidades e organismos da Administração Pública. Até esta data, a comissão reuniu duas vezes.

Foram assinados “Autos de transferência de competências e recursos” entre o Município de Torres Novas e as Juntas de Freguesia do concelho, do qual fazem parte as competências relativas a pequenas reparações e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, situados na circunscrição territorial de cada Freguesia. Estes autos afetam às Juntas de Freguesia a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de Educação e a limpeza, manutenção e conservação dos espaços de jogo e recreio (incluindo a substituição das areias).

No âmbito destes auto, e para o exercício das competências transferidas no que aos estabelecimentos de educação e ensino diz respeito, foram acordados os seguintes recursos financeiros a transferir para as freguesias, em 2021 e em 2022:

JUNTA DE FREGUESIA	ENVOLVENTE ESCOLAS	PEQUENAS REPARAÇÕES ESCOLAS	TOTAL
Assentis	3 872,00 €	3 744,00 €	7 616,00 €
Meia Via	1 063,48 €	3 420,00 €	4 483,48 €
Pedrógão	1 573,00 €	1 980,00 €	3 553,00 €
Riachos	2 251,92 €	4 290,00 €	6 541,92 €
União das Freguesias de Olaia e Paço	572,00 €	1 581,00 €	2 153,00 €
União das Freg. de Stª Maria, Salvador e Santiago	1 258,40 €	6 522,00 €	7 780,40 €
União das Freg. de S. Pedro, Lapas e Ribeira Branca	100,10 €	5 679,00 €	5 779,10 €
TOTAL	10 690,90 €	27 216,00 €	37 906,90 €

3.5. Enquadramento legislativo de referência para a elaboração da Carta Educativa

No âmbito do enquadramento regulamentar e orientador no processo de elaboração da Carta Educativa, devem ser considerados os seguintes diplomas legais atualmente em vigor:

Tabela 1 – Quadro regulamentar e orientador para a elaboração da Carta Educativa

Diploma legal	Âmbito
Lei nº. 46/86, de 14 de outubro	(Alterada pelo Decreto-Lei nº. 115/97, de 19 de setembro e pela Lei nº. 49/2005, de 30 de agosto). Estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo.
Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto	(Alterada pela Lei n.º 65/2015 de 3 de julho) Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens.

Diploma legal	Âmbito
Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro	(Retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2019, e alterado pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, revoga o DL n.º 144/2008, sem prejuízo da manutenção da sua aplicabilidade aos contratos de execução celebrados entre o Ministério da Educação e os municípios, até à plena produção de efeitos do presente decreto-lei). Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, e regula o funcionamento dos conselhos municipais de educação e estabelece normativos de elaboração da Carta Educativa Municipal.
Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril	Estabelece os princípios e critérios de orientação para a constituição de agrupamentos de escolas e agregações.
Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro	Define os procedimentos de criação, alteração e extinção de agrupamentos de escolas e de estabelecimentos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário da rede pública do Ministério da Educação.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho	Define os critérios de reordenamento da rede escolar.
Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril	(Alterado pelos Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho). Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário
Despacho Normativo n.º 10-B/2018	Concretiza os princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, designadamente no que diz respeito à organização do ano letivo.
Lei n.º 9/79 de 19 de março	(Alterada pela Lei n.º 33/2012, de 23 de agosto). Aprova as bases do ensino particular e cooperativo.
Decreto-lei n.º 108/88 de 31 de março	(Art.º 5.º revogado pelo Decreto-Lei n.º 138-C/2010). Integração das escolas particulares e cooperativas na rede escolar.
Decreto-Lei n.º 152/2013, de 04 de novembro	(Mantem-se em vigor: até à aprovação de nova regulamentação no prazo de 180 dias; até à aprovação de um novo regime sancionatório, mantêm-se em vigor as disposições dos artigos 99.º a 99.º-M, do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro, na redação dada pela Lei n.º 33/2012, de 23 de agosto). Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.

Diploma legal	Âmbito
Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro	(Revoga a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro, alterada pela Lei n.º 39/2010, de 2 de setembro; Retificada pela Declaração de Retificação n.º 46/2012, de 17 de setembro). Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro.
Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril	(Alterado pelos Decretos-Lei n.º 105/97, de 29 de abril; 1/98, de 2 de janeiro; 35/2003, de 17 de fevereiro; 121/2005, de 26 de julho; 229/2005, de 29 de dezembro; 224/2006, de 13 de novembro; 15/2007, de 19 de janeiro; 35/2007, de 15 de fevereiro; 270/2009, de 30 de setembro; 75/2010, de 23 de junho; 41/2012, de 21 de fevereiro, e 146/2013, de 22 de outubro, e pelas Leis n.º 12/2016, de 28 de abril, e 16/2016, de 17 de junho). Aprova o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.
Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro	(Alterado pelos Decretos-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro, e n.º 16/2018, de 7 de março; retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2006). Cria e define os grupos de recrutamento para efeitos de seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de julho	(Alterado pelos Decretos-Lei n.º 262/2007, de 19 de julho, e Decreto-Lei n.º 121/2008 de 11 de julho). Estabelece o regime estatutário específico do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto	(Alterada pela Lei n.º 65/2015 de 3 de julho). Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade (passa para 4 anos com a alteração pela Lei 65/2015).
Despacho Normativo n.º 10-A/2018	(Alterado pelo Despacho Normativo n.º 16/2019). Estabelece o regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da escolaridade obrigatória.
Despacho normativo n.º 7-B/2015	(Alterado pelos Despachos Normativos n.º 1-H/2016 e n.º 1-B/2017, com exceção dos artigos 17.º a 23.º e 25.º, revogados pelo DN 10-A/2018). Estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação, as normas a observar na distribuição de crianças e alunos, constituição de turmas e período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e de ensino.

Diploma legal	Âmbito
Despacho Normativo n.º 10-B/2018	Estabelece as regras a que deve obedecer a organização do ano letivo nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro	Lei-quadro da Educação Pré-escolar.
Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho	Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar e define o respetivo sistema de organização e financiamento.
Despacho Conjunto n.º 258/97, de 21 de agosto	Define os critérios aplicáveis a caracterização das instalações e do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, com vista a obtenção de níveis de qualidade adequados ao sucesso educativo e a otimização dos investimentos.
Despacho Conjunto n.º 268/97, de 25 de agosto	(Alterado pelo Despacho n.º 13096/2008, de 9 de maio). Promove a expansão da rede nacional de educação pré-escolar e definição dos requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar.
Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho	(Retificado pela Declaração de Retificação n.º 29-A/2018). Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, de acordo com o calendário de produção de efeitos (por ano letivo e ano de escolaridade) constante do artigo 38.º. Revoga o Decreto-Lei n.º 139/2012, sem prejuízo da vigência das normas relativas a cursos de educação e formação de adultos e a ensinos básico e secundário na modalidade de ensino recorrente, nos termos do art.º 36.º e de acordo com a calendarização de produção de efeitos fixada no art.º 38.º, ambos do DL n.º 55/2018.
Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho	(Alterado pelos Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho e Decretos-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro, e n.º 17/2016, de 4 de abril; parcialmente revogado pelo DL n.º 55/2018). Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário.
Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho	(Retificado pela Declaração de Retificação n.º 29-A/2018). Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, de acordo com o calendário de produção de efeitos.
Despacho Normativo n.º 27/1999, de 25 de maio	Determina que as escolas profissionais devem desenvolver as suas atividades em instalações que proporcionem as condições legais aplicáveis as edificações em geral, aos edifícios escolares em particular e que reúnam as condições pedagógicas, funcionais, construtivas e ambientais adequadas a sua especificidade de estabelecimentos de ensino.

Diploma legal	Âmbito
Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho	(Alterado pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho). Estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas.
Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto	Aplica -se aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e define as regras a observar no seu funcionamento, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).
Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março	Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar.
Despacho Normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro	Normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária de terceira geração, bem como as regras de elaboração dos contratos-programa ou de autonomia

3.6. Elementos do contexto em que se desenvolve a revisão da Carta Educativa

A Carta Educativa enquanto exercício de planeamento numa escala territorial de proximidade é, pela sua natureza, um exercício participado e consensualizado entre os vários atores e, sendo um instrumento de planeamento estratégico à escala do território, é condicionado pelo quadro legal em vigor em matéria de planeamento da política educativa.

O Decreto-Lei 21/2019 de 30 de janeiro, que estabelece o novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de educação, amplia, por um lado, a responsabilidade dos municípios nesta área, mas também consagra o papel das entidades intermunicipais ao atribuir-lhes responsabilidades concretas, e, por outro lado, ao enfatizar as dimensões de equidade territorial, solidariedade intermunicipal e inter-regional no planeamento da oferta educativa e formativa e na gestão dos recursos públicos, tendo em vista a correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais. O processo conhecido por descentralização de competências fundamenta-se igualmente na necessidade de tomada de decisões numa lógica de proximidade.

Ora este contexto coloca desafios e oportunidades e tem um impacto não negligenciável no processo de revisão e elaboração da Carta Educativa que, face a esta situação, não se trata de uma mera revisão e atualização da Carta Educativa em vigor, uma vez que a amplitude de responsabilidades do município em matéria educativa será bastante maior e a necessidade de articulação no território passa a ser também um elemento fundamental. Estes impactos decorrem:

- quer do acolhimento de novas competências ou do alargamento de competências existentes, nomeadamente em matéria de investimento, equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares do ensino secundário, gestão dos processos de atribuição de apoios sociais, distribuição de refeições em refeitórios escolares, o recrutamento e gestão do pessoal não docente de todos os níveis de ensino, vigilância e segurança dos equipamentos educativos;

- quer do aumento do número de atores em presença: comunidade intermunicipal, forças de segurança, bem como do aumento da diversidade dos membros do conselho municipal de educação que passa a incluir um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), um representante do conselho pedagógico de cada um dos agrupamentos de escolas, um representante do setor social com atividade na educação. Há também uma Comissão restrita que acompanha o processo de transferência de competências.

Assim, este novo quadro regulamentar, mantém no seu preâmbulo a Carta Educativa como instrumento de planeamento, mas consagra também as entidades intermunicipais, no caso a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, como entidade com responsabilidade no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação. A concertação intermunicipal dessa oferta é um elemento essencial da recente política educativa que visa racionalizar a oferta e garantir que, sobretudo ao nível das ofertas de dupla certificação, se garante a relevância da oferta face às características socioeconómicas do território e a complementaridade de ofertas, assegurando a suficiente diversidade e a redução do aspeto concorrencial da oferta, num contexto de redução da população escolar e de necessidade de gestão eficiente dos recursos educativos.

A Carta Educativa, dados os seus objetivos, é um instrumento de planeamento que é condicionado pela natureza da oferta educativa e formativa atual e pela perspetiva da sua evolução. Por seu turno, o desenvolvimento e a consolidação das entidades intermunicipais, o seu crescente papel na gestão de processos intermunicipais, nomeadamente no domínio da educação é um aspeto a ter em conta no desenvolvimento dos trabalhos, no sentido de garantir mecanismos não só de participação, como também de consensualização de resultados e de articulação com os projetos intermunicipais desenvolvidos e a desenvolver em matéria de educação no território, designadamente os que resultam da aplicação dos instrumentos territorializados do Portugal 2020 e 2030.

Também os agrupamentos de escola ganharam, no âmbito da política educativa, dimensões de autonomia que importa considerar, nomeadamente no que se refere à gestão curricular e pedagógica. Assim, a autonomia na gestão parcial do currículo dos ensinos básico e secundário partindo das matrizes curriculares-base que é atribuída aos agrupamentos de escola é um elemento que condiciona e que é condicionado pelos recursos. Quer isto dizer que a consideração destas opções das escolas é um aspeto igualmente relevante na Carta Educativa.

Por outro lado, importa referir que o contexto em que este exercício se desenvolve é muito diverso dos anteriores. A Carta Educativa de Torres Novas data de 2003, tendo sido homologada em 2006 e (informalmente) revista em 2011. Aquela foi realizada num contexto em que as dinâmicas demográficas não apresentavam a severidade atual em que, globalmente, o envelhecimento demográfico se traduz em cenários de redução geral da população escolar. De facto, os efeitos sobre o aumento da população escolar do alargamento da escolaridade obrigatória aos 18 anos (implementada no período posterior ao do desenvolvimento da Carta Educativa em vigor), já não são evidentes.

Paralelamente, o investimento na modernização de equipamentos educativos e de racionalização e reorganização da rede escolar realizado na última década – Programa de Construção de Centros Escolares, Modernização de Escolas com ensino Secundário, Encerramento de Escolas de 1º ciclo do Ensino Básico, Reorganização da Rede de Agrupamentos Escolares - coloca os desafios da Carta Educativa num plano que vai muito além da rede escolar e das infraestruturas que a servem, uma vez

que estarão criadas as condições para que o exercício de planeamento se aproxime de dimensões orientadas à qualidade, equidade e diferenciação das ofertas e do território educativo.

Acresce que este exercício se desenvolve num contexto em que se inicia uma nova legislatura. Assim, devem ser tidas em conta as perspetivas e prioridades de trabalho assumidas no Programa do XXIII Governo. Este processo ocorre igualmente num momento em que se prepara a programação do Portugal 2030. Tendo em conta estes dois enquadramentos devemos reter os seguintes aspetos:

- o abandono escolar precoce é um problema que estará, no essencial, ultrapassado, pelo que o foco de intervenção deve ser agora o da qualidade e da melhoria dos resultados escolares;
- o efeito da pandemia nas aprendizagens é, ainda, uma incógnita, mas será certo que a pandemia terá prejudicado a equidade no sistema, pelo que o foco do trabalho no curto prazo deve ter em conta este aspeto: reforço da equidade no sistema;
- o foco da intervenção dos agentes deve ser no curto prazo na recuperação das aprendizagens e no reforço da componente digital da educação;
- o reforço da autonomia das escolas e da descentralização deve enquadrar as propostas a estabelecer na Carta Educativa;
- por fim, a problemática da escassez de docentes deve ser equacionada e deve permitir estabelecer propostas que, nomeadamente em termos de rede escolar e de oferta, permitam construir soluções no território que minimizem o problema e permitam uma maior eficiência na gestão dos recursos humanos do sistema.

Complementarmente, a dimensão prospetiva da Carta Educativa, tendo em conta as dinâmicas sociodemográficas locais e regionais, deve considerar a melhoria dos níveis de coesão e sustentabilidade social e territorial, envolvendo a comunidade na identificação dos desafios que a sociedade coloca à educação dos seus jovens, e na discussão das possíveis soluções e compromissos para a resposta adequada a esses desafios.

Tendo em conta o enquadramento exposto, consideram-se objetivos da Carta Educativa:

- A. determinar e avaliar o grau de execução territorial das propostas da Carta Educativa (1ª geração);
- B. cotejar a evolução quantitativa da rede educativa do município e avaliar sobre a sua adequabilidade às necessidades presentes (cenários populacionais presentes e futuros e respetivos impactos na rede educativa);
- C. enquadrar as propostas educativas municipais em função dos objetivos definidos no Programa Governamental para a Educação;
- D. promover a adoção de estratégias integradoras que maximizem sinergias e complementaridades;
- E. contribuir para a melhoria da qualidade da prestação de serviços educativos;
- F. garantir a equidade de acesso aos equipamentos;
- G. incrementar e qualificação da rede de equipamentos existentes;
- H. atrair novos atores e reforçar a integração e posicionamento do município à escala regional.

3.7. Quadro de referência para as políticas europeias e nacionais

No que se refere ao quadro de referência das políticas europeias, existem inúmeras medidas na área da educação e das competências que devem ser tidas em consideração na elaboração da Carta Educativa, bem como os seus objetivos a alcançar. Deste logo, refira-se a constituição de um Espaço

Europeu da Educação até 2025 (DGES - Direção Geral do Ensino Superior, 2018), sendo de destacar os seguintes objetivos:

- incremento da dimensão da qualidade, da inclusão e igualdade de género;
- promoção da transição verde e digital;
- apoio ao incremento das qualificações e motivação de professores e formadores;
- promoção do ensino superior e da cooperação entre as instituições de ensino superior, reforçando-se desta forma a dimensão geopolítica na cooperação entre entidades europeias e parceiras, com o propósito de promover a internacionalização.

Também a resolução do Conselho Europeu sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação rumo ao Espaço Europeu da Educação e mais além (2021-2030)” (Comissão Europeia, 2021b), se afigura um documento de extrema relevância, na medida em que pretende orientar e apoiar a cooperação europeia nesta matéria, para além de contribuir para a concretização do Espaço Europeu da Educação até 2025. O Quadro Estratégico assenta em cinco áreas fundamentais, a saber:

1. melhorar a qualidade, a equidade, a inclusão e o sucesso de todos em matéria de educação e formação;
2. reforçar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade para todos;
3. reforçar a competência e a motivação dos profissionais de educação e formação;
4. reforçar o ensino superior europeu;
5. apoiar a transição ecológica e digital na educação.

Note-se igualmente que as iniciativas para a criação do Espaço Europeu da Educação até 2025 deverão estar articuladas com a Nova Agenda de Competências para a Europa (Comissão Europeia, 2020), bem como com a Agenda Europeia para a Educação de Adultos 2021-2030 (Comissão Europeia, 2021c).

A Agenda de Competências para a Europa tem 12 ações e 4 objetivos quantitativos, para os quais Portugal terá de contribuir, entre os quais:

1. criar um pacto para as competências;
2. fortalecer a inteligência das Competências;
3. reforçar o apoio da UE a ações nacionais estratégicas de aperfeiçoamento;
4. incorporar a proposta de recomendação do Conselho sobre ensino e formação profissional;
5. lançar a iniciativa das universidades europeias e aperfeiçoar os cientistas;
6. reforçar competências para apoiar as transições verde e digital;
7. aumentar os graduados em STEM (*Science, Technology, Engineering & Mathematics*) e promover competências empreendedoras e transversais;
8. apoiar o desenvolvimento de Competências para a vida;
9. desenvolver a iniciativa relativa às contas individuais de aprendizagem;
10. adotar a abordagem europeia às microcredenciais;
11. adotar a nova plataforma Europass;
12. desbloquear os investimentos dos Estados-Membros e dos privados em competências.

De igual modo, o Plano de Ação para a Implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (Comissão Europeia, 2021a), apresenta um conjunto de metas estabelecidas a alcançar até 2030, sendo de destacar o compromisso de ter, pelo menos, 60% de todos os adultos a participar anualmente em ações de formação até 2030.

Por último, a nível da União Europeia saliente-se a relevância do Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027 (Comissão Europeia, 2021d), que define medidas a implementar no contexto da educação digital para o reforço e otimização das competências digitais adaptadas à transição digital. O plano de ação tem duas prioridades estratégicas a longo prazo:

1. promover o desenvolvimento de um ecossistema de educação digital altamente eficaz (incluindo, por exemplo: infraestruturas, conectividade e equipamento digitais, planeamento e desenvolvimento da capacidade digital, professores e pessoal da área da educação e formação com competências digitais, conteúdos de aprendizagem de elevada qualidade, ferramentas conviviais e plataformas seguras que respeitem as regras de privacidade eletrónica e as normas éticas);
2. reforçar as competências digitais na perspetiva da transformação digital (exigindo, por exemplo: competências e aptidões digitais básicas desde cedo, literacia digital, luta contra a desinformação, bons conhecimentos e compreensão das tecnologias com utilização intensiva de dados e inteligência artificial (IA), garantia de que as raparigas e as jovens estão representadas de forma equitativa nos estudos e carreiras digitais).

De forma sintética, apresentam-se em seguida as Metas para 2030 e alguns indicadores-chave nesta matéria, bem como a posição de Portugal em relação aos países com melhor e pior desempenho (em 2021), sendo de destacar a melhoria dos indicadores relativos à Educação Pré-escolar; ao desempenho em leitura e ciências; ao abandono escolar precoce e aos diplomados do ensino superior.

			Portugal		UE 27	
			2010	2020	2010	2020
Metas a Nível da UE			Meta para 2030			
Participação na educação na primeira infância (entre os três anos e a idade de início do ensino primário obrigatório)	³ 96 %		88,7%	92,2%	91,8%	92,8%
Alunos do oitavo ano de escolaridade com fraco aproveitamento em competências digitais	< 15%		:	33,5%	:	:
	Leitura	< 15%	17,6%	20,2%	19,7%	22,5%
Jovens de 15 anos com fraco aproveitamento em:	Matemática	< 15%	23,8%	23,3%	22,7%	22,9%
	Ciências	< 15%	16,5%	19,6%	17,8%	22,3%
Abandono precoce da educação e da formação (18-24 anos)	< 9%		28,3%	8,9%	13,8%	9,9%
Exposição dos diplomados do EFP à aprendizagem em contexto laboral	³ 60 %		:	:	:	:
Diplomados do ensino superior (25-34 anos)	³ 45 % (2025)		25,5%	41,9%	32,2%	40,5%
Participação de adultos na aprendizagem (25-64 anos)	³ 47 % (2025)		:	:	:	:
Outros indicadores contextuais						
	Despesa pública consagrada à educação em percentagem do PIB		6,7%	4,4%	5,0%	4,7%
Investimento na educação	Despesa com instituições públicas e privadas por ETC/aluno, em € PPC	CITE 1-2	€5 239	€5 727	€6 072	€6 359
		CITE 3-4	€6 907	€6 970	€7 366	€7 762
		CITE 5-8	€7 403	€8 317	€9 679	€9 995
Abandono precoce da educação e da formação (18-24 anos)	Nacionais		28,3%	8,8%	12,4%	8,7%
	Nascidos na UE				26,9%	19,8%
	Nascidos fora da UE		31,2%		32,4%	23,2%
Conclusão do ensino secundário superior (20-24 anos, CITE 3-8)			59,1%	85,3%	79,1%	84,3%
Diplomados do ensino superior (25-34 anos)	Nacionais		26,3%	42,5%	33,4%	41,3%
	Nascidos na UE		27,9%	47,9%	29,3%	40,4%
	Nascidos fora da UE		17,0%	34,0%	23,1%	34,4%

Figura 1 – Metas 2030 e indicadores contextuais da educação e formação (quadro comparativo Portugal – EU 27, 2021)

Fonte: Monitor da Educação e da Formação de 2021 (Comissão Europeia, 2021e, p. 3)

A figura seguinte apresenta a posição de Portugal, relativamente aos países da EU 27, situando-o entre o melhor e pior desempenhos em alguns indicadores relevantes.

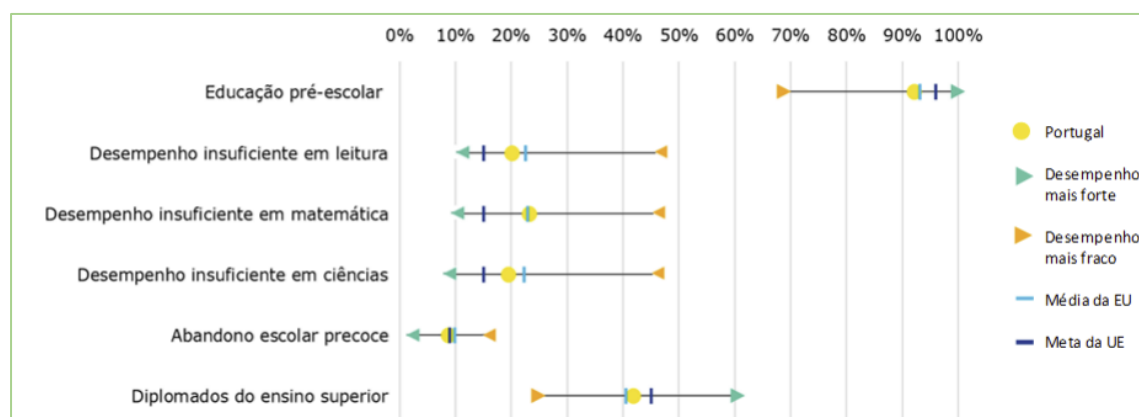


Figura 2 - Posição de Portugal em relação aos países com melhor e pior desempenho (2021)

Fonte: Monitor da Educação e da Formação de 2021 (Comissão Europeia, 2021e, p. 3)

3.8. Contexto de políticas educativas a nível nacional

Importa igualmente salientar as seguintes iniciativas nacionais de política pública na área da Educação, a saber:

- definição do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Martins, et al., 2017), homologado pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, através do Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho;
- adoção de medidas de flexibilização curricular no ensino básico e no ensino secundário (Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho e primeira alteração à Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho com a publicação da Portaria n.º 306/2021 de 17 de dezembro);
- enquadramento legal da Educação Inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 julho, alterado pela Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro);
- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC);
- desenvolvimento de planos de inovação pelas escolas (Portaria 181/2019, de 11 de junho, alterado pela Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho);
- Programa Nacional Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 23 de março;
- desenvolvimento do sistema de educação de adultos (Programa Qualifica, 2019) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2019, de 14 de fevereiro);
- Programa de Digitalização para as Escolas (contemplado no Plano de Ação para a Transição Digital, Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020 de 21 de abril), incluindo o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE) e o Programa Escola Digital.
- Plano 21|23 Escola+ (Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021).

No âmbito da Estratégia Portugal 2030, salienta-se a Agenda 2. “Digitalização, inovação e qualificações como motores de desenvolvimento”, que inclui a promoção da sociedade do conhecimento, a inovação empresarial, a qualificação dos recursos humanos e a qualificação das instituições”, que apresenta as seguintes metas relevantes:

- aumentar a despesa total em I&D para 3% do PIB em 2030;
- reduzir a percentagem de adultos, incluindo jovens, em idade ativa sem o nível de ensino secundário;
- alcançar um nível de 60 % dos jovens com 20 anos que frequentem o ensino superior, com 50% dos graduados de educação terciária na faixa etária dos 30-34 anos até 2030;
- alcançar um nível de liderança europeia de competências digitais até 2030;
- reforçar a participação de adultos em formação ao longo da vida; reforçar a autonomia e soberania produtiva da União Europeia;
- redução para menos de 5% da taxa de abandono precoce da educação e formação;
- aumento da proporção da população adulta que concluiu o ensino secundário para 70% até 2030;
- alcançar 55% dos diplomados com o ensino secundário completo nas vias de dupla certificação;
- garantir uma percentagem de 60% dos jovens com 20 anos a frequentar o ensino superior em 2030;

- aproximação das taxas de participação de adultos em aprendizagem ao longo da vida à média europeia;
- atingir 80% de indivíduos com competências digitais básicas ou mais do que básicas.

3.9. As transições verde e digital e as orientações de política pública nacional

As transições digital e verde em curso – as *transições gémeas* - colocam uma forte ênfase na aquisição de competências e de formação nas áreas tecnológicas e no digital, bem como nos setores relativos à transição energética. Adicionalmente, as competências tendem progressivamente a ficar rapidamente desatualizadas, considerando o ritmo cada vez mais intenso de transformação económica e tecnológica.

Neste contexto, as carreiras profissionais cada vez menos lineares, com transferências entre carreiras dentro dos mesmos setores e também entre setores, exigem uma cultura de requalificação contínua dos trabalhadores, não esquecendo as competências transversais, fundamentais para fazer face a este mundo do trabalho em constante mutação. Relevante também são as novas formas de emprego alternativo da *gig economy*⁴, que alteram as relações entre empregador-empregado.

Em 2021, Portugal ocupava o 16.º lugar entre os 27 Estados-Membros da UE no Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (Comissão Europeia, 2021), subindo três lugares a posição no *ranking* global relativamente ao ano anterior. Mas Portugal enfrenta ainda o desafio do défice de qualificações significativo, sobretudo ao nível das qualificações intermédias, correspondentes ao ensino secundário e profissional, apresentando a maior proporção de adultos entre os 25 e os 64 anos que não completaram o ensino secundário da EU (em 2020, registou 44,6%, mais do dobro da UE-27, que apresentou 20,8%, Eurostat). Mesmo nos jovens 20-24 anos, Portugal tem ainda quase um em cada cinco jovens (18,3%) a entrar no mercado de trabalho sem completar o nível secundário. A par desta situação, em Portugal existe uma elevada sub-representação das mulheres nas áreas emergentes de futuro, como as Tecnologias de Informação e Comunicação⁵ (TIC) (onde as mulheres representam apenas 18,4% dos novos inscritos no ensino superior e 17,4% dos diplomados e apenas 0,7% do emprego feminino está inserido nas TIC, contra 3,7% dos homens e 1,4% na média europeia. Também 15,1% das mulheres são licenciadas nas áreas STEM contra 23,3% dos homens).

Para responder a tais desafios, afigura-se essencial investir em: (i) competências desde os primeiros anos de escolaridade; (ii) aprendizagem contínua, comunicação e colaboração com os outros, bem como competências socioemocionais sobre como lidar com as emoções ou gerir conflitos e mudanças; (iii) currículos escolares com competências em TIC e literacia digital; (iv) competências fluídas, que preparam os indivíduos para percursos profissionais menos estáveis; (v) competências em TIC e literacia digital (World Bank Group, 2018).

⁴ A digitalização das diferentes áreas da economia tem vindo a impactar a forma como socializamos, acedemos e prestamos serviços. O mundo empresarial e do trabalho tem vindo incorporar estas alterações e contribuir para uma aceleração das economias que se designa por *Gig Economy*. Esta *gig economy* utiliza plataformas digitais para promover serviços entre entidades e clientes, normalmente numa estratégia de curto prazo (ex: Uber, Glovo, Airb&b).

⁵ Tecnologias da informação e comunicação (TIC) é uma expressão que se refere ao papel da comunicação (seja por fios, cabos, ou sem fio) na moderna tecnologia da informação. Entende-se que TIC são todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação, o que inclui o hardware de computadores, redes e telemóveis, ou seja, as “tecnologias necessárias para o processamento da informação ou, mais especificamente, a utilização de hardware e software para converter, armazenar, proteger, tratar, transmitir e recuperar a informação, a partir de qualquer lugar e em qualquer momento”. (APDSI, 2019)

De acordo com o “Quadro de Referência Europeu das Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida” (Comissão Europeia, 2018) são estabelecidas oito competências essenciais:

- competências de literacia;
- competências multilingues;
- competências matemáticas e no domínio das ciências, da tecnologia e da engenharia;
- competências digitais;
- competências pessoais, sociais e capacidade de “aprender a aprender”;
- competências de cidadania;
- competências de empreendedorismo;
- competências de sensibilidade e expressão culturais.

Com a aceleração da transição digital do setor económico, as empresas necessitam de trabalhadores com competências digitais, mas também exigem níveis mais altos de proficiência digital. Note-se que as competências digitais são usadas na administração e desenvolvimento de tecnologias da informação, incluindo aplicativos, ferramentas de acesso à informação, plataformas de desenvolvimento de aplicativos, segurança, gestão de sistemas de TI, gestão de rede e infraestrutura em nuvem. Já a proficiência digital consiste numa competência complementar que envolve o uso de aplicativos e ferramentas de negócios, comerciais ou de consumo, como processamento de texto, folhas de cálculo, gráficos comerciais e de *desktop*, e-mail e ferramentas de colaboração. Neste contexto, seja qual a profissão e função exercida, será sempre necessário algum grau de proficiência digital para participar na economia digital. Deve ainda ser notado que as competências digitais e a proficiência digital têm metodologias de aprendizagem e requisitos de prática diferentes. Nos paradigmas do Futuro do Trabalho, em particular, as competências digitais são críticas para trabalhos específicos e o maior crescimento na procura será observado para profissionais com conhecimento de *machine learning*, design ou analista de dados⁶.

O Fórum Económico Mundial⁷ prevê o aumento do ritmo de digitalização sobretudo na adoção de computação em nuvem e no tratamento de informação em massa (*big data*) e identifica sete *clusters* profissionais que poderão significar 6,1 milhões de novas oportunidades de emprego nos próximos três anos: Dados e Inteligência Artificial; Economia do Cuidado; Economia Verde; Engenharia e Computação em Nuvem; Pessoas e Cultura; Desenvolvimento de Produto; e Vendas, Marketing e Conteúdo.

Também a Microsoft⁸ salienta que 73% das organizações estão a criar as suas primeiras propriedades intelectuais usando tecnologias de nova geração como aprendizagem automática (*machine learning*), internet das coisas, *blockchain* e tecnologias imersivas (*mixed reality*).

De igual modo, também no âmbito da transição verde e, em particular, dos objetivos assumidos no âmbito do Roteiro para a Neutralidade Carbónica⁹, o processo de transição para uma economia

⁶ IDC (2021), What Do You Mean by Digital Skills?

⁷ WEF (2020), *The Future of Jobs*, World Economic Forum Platform for Shaping the Future of the New Economy and Society

⁸ Microsoft (2020), *A Year of Change: Digital Transformation Trends in 2020*

⁹ Ver Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal 2017-2020, Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030, Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, Estratégia Nacional para o Hidrogénio, Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, Plano Europeu para a Economia Circular

circular e neutra em carbono vai necessitar de formação específica dos jovens e de um amplo processo de requalificação dos atuais trabalhadores em torno de cinco áreas estratégicas:

- energias renováveis, designadamente da produção de energia eólica, fotovoltaica e solar térmica;
- eficiência energética, incluindo na ótica da gestão energética em edifícios;
- mobilidade elétrica, com enfoque na formação de técnicos para manutenção de veículos elétricos e híbridos;
- captação, tratamento, armazenamento e distribuição de água potável;
- eletrónica e robótica e do digital em sentido amplo.

Refira-se que, entre 2012 e 2018, o número de postos de trabalho na UE associados à economia circular cresceu 5% (cerca de 4 milhões) e prevê-se que a circularidade tenha um efeito líquido positivo na criação de emprego, desde que os trabalhadores adquiram as competências requeridas pela transição verde. Em Portugal as estimativas apontam para um potencial de 36 000 empregos diretos até 2030¹⁰.

Importa, deste modo, destacar as seguintes iniciativas e orientações de política pública (Dray, et al., 2022):

- lançar uma Agenda Estratégica de modernização e reforço da formação profissional, e em particular da formação contínua, com especial atenção a áreas setoriais e de competências específicas, em estreita articulação com os parceiros sociais;
- reforçar a prioridade à elevação da base de qualificações como prioridade estrutural da política pública, em particular entre os adultos menos qualificados, bem como generalizar o acesso a competências digitais para todas as gerações, incluindo nas gerações com maiores défices a este respeito, mas também nos percursos educativos e formativos para os jovens, num quadro mais alargado de promoção de novas competências;
- promover, além da elevação da base, o alargamento do topo da pirâmide de competências e qualificações, apostando na expansão da formação avançada e especializada de nível pós-secundário, superior e pós-superior e no reforço quantitativo e qualitativo das dinâmicas de investigação, inovação e produção de conhecimento em áreas das tecnologias, dos dados, do digital e, em geral, as relacionadas com o chamado futuro do trabalho;
- desenvolver um sistema de licenças associadas à formação e qualificação dos trabalhadores;
- capacitar as estruturas e equipamentos de educação e formação para a transição digital, tanto para jovens como para adultos, e, nomeadamente, no âmbito da modernização das escolas, das escolas profissionais e dos centros de formação profissional;
- apostar nos instrumentos de financiamento disponíveis para os próximos anos, como o Plano de Recuperação e Resiliência e o próximo Quadro Financeiro Plurianual, para reforçar estas prioridades, de modo articulado, incluindo a modernização dos centros de formação profissional, a formação na área digital, ou as melhorias no modelo de governação, nomeadamente do Quadro Financeiro Plurianual, no quadro da Agenda Estratégica acima referida;
- apostar na expansão maciça de oferta formativa para a transição digital, em particular na formação profissional contínua, de modo a alargar a base de qualificações nestas áreas e a prevenir focos de escassez de trabalhadores em áreas emergentes, mas também focos de

¹⁰ Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal 2017-2020

exclusão de pessoas, em particular nas gerações mais velhas, promovendo um maior envolvimento dos empregadores na formação profissional contínua;

- implementar uma Garantia Digital para todos os desempregados, progressivamente e até 2023, garantindo que todos os desempregados inscritos no serviço público de emprego passam a ter, num prazo razoável, uma oferta de política ativa na área digital, nomeadamente de formação, adequada ao seu perfil de competências e qualificações;
- desenvolver, em articulação com os parceiros sociais e os agentes dos diferentes setores, programas de formação direcionados para as competências emergentes, de modo a assegurar padrões de emprego mais digital e perfis de competências alinhadas com as necessidades e tendências de evolução tecnológica e dos mercados de trabalho, promovendo igualmente o reforço das competências dos empregadores e dos gestores;
- melhorar a capacidade de diagnóstico de competências digitais tendo por base o Quadro Dinâmico de Referência de Competência Digital de modo a aferir de forma massiva e uniformizada o nível de competências à entrada e à saída dos formandos;
- melhorar a agilidade da atualização da oferta formativa e do Catálogo Nacional de Qualificações nos domínios do digital, tendo em conta a rápida evolução tecnológica e os desafios e oportunidades que trabalhadores, empresas e outras organizações enfrentam permanentemente;
- alargar a frequência de cursos nas áreas STEM e TIC no ensino superior, incluindo uma perspetiva de equilíbrio de género, e apostar na formação pós-graduada e níveis mais elevados de qualificação, tendo em vista a melhor integração destes profissionais nas empresas;
- ampliar a oferta formativa direcionada para outros setores estratégicos e com potencial de criação de emprego sustentável na economia, designadamente nas áreas da energia e ação climática, do mar, da internacionalização ou da prestação de cuidados, nomeadamente desenvolvendo planos de formação setorial direcionados para estas áreas, em articulação com os agentes dos setores;
- tirar pleno partido do potencial da formação à distância no âmbito da política pública de formação profissional, assegurando os padrões de qualidade pedagógica que têm de ser garantidos, mitigando por exemplo assimetrias territoriais que condicionam o acesso à formação e limitando os riscos de desigualdades no acesso;
- explorar oportunidades de aprendizagem e inclusão digital em contexto da educação não formal, destinados desde logo a todos os jovens, com especial destaque para os que se encontram em risco de exclusão social.
- renovar o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e construir de uma nova metodologia de desenho de qualificações, mais centrada em competências e resultados de aprendizagem do que em conteúdos formativos, adotando as recomendações europeias na área da educação e formação e concretizando os fundamentos do CNQ;
- definir um novo modelo de funcionamento dos Conselhos Setoriais para a Qualificação (CSQ) que procura garantir uma participação mais ativa e corresponsável dos seus membros no futuro desenvolvimento do CNQ e uma articulação mais estreita e substantiva com diversas outras entidades de natureza sectorial e regional;
- atualizar o Referencial de Competências-chave de Educação e Formação de Adultos de Nível Básico, assente em cinco áreas de competências-chave, sendo uma delas 'Competência Digital', sendo que Portugal já adaptou o Quadro Europeu de Competência Digital para

Cidadãos (DigComp 2.1) à realidade nacional através da criação do Quadro Dinâmico de Referência de Competência Digital (QDRCD);

- antecipar as necessidades de qualificações através do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ) que permite obter orientações claras para a definição da rede de ofertas formativas, bem como para a atualização do CNQ;
- alinhar a gestão e coordenação das ofertas de qualificações de jovens e adultos com o Plano de Ação para a Transição Digital, com a Agenda Europeia de Competências para a Europa, em prol da competitividade sustentável, justiça social e resiliência, com o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 e com as prioridades do Programa Portugal 2030.

Também o recente Acordo sobre Formação Profissional e Qualificação (Comissão Permanente da Concertação Social, 2021), assinado em julho de 2021 prevê:

- revisão profunda e transversal do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ);
- criação de percursos formativos, em resposta a necessidades setoriais específicas do mercado de trabalho, de curta ou média duração, certificáveis autonomamente, mas também capitalizáveis para conclusão de qualificações integradas no CNQ;
- densificação e solidificação das respostas de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências¹¹ (RVCC) em regulamentação próprias e prevendo a possibilidade de RVCC de nível 5;
- aposta na revisão e relançamento dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET);
- criação de nova oferta de formação pós-secundária não superior, expandido a experiência do Sistema de Aprendizagem para o nível 5 do QNQ, em particular em setores e competências em que as necessidades de trabalho e das empresas sejam prementes;
- possibilidade de formação modular com recurso a unidades de formação de curta duração integradas em qualificações de nível 5;
- alargamento da oferta de Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP).

Por último, refira-se a centralidade que estas competências e qualificações assumem no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, com uma componente especificamente dedicada às qualificações e competência (componente 6) que representa um investimento total de 1 324 milhões de EUR, e também no Acordo de Parceria do Portugal 2030 (Portugal 2030, 2021).

3.10. Médio Tejo e a valorização do ensino profissional

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo contratualizou com a Quaternaire Portugal um Estudo sobre “Sucesso Educativo no Médio Tejo: Valorização do Ensino Profissional e Estratégia Educativa” (Correia, Barreira, Rocha, & Cunha, 2020a). Este estudo foi suportado num diagnóstico regional dedicado à oferta e desafios do ensino profissional e apresentou uma proposta de “Referencial para o desenvolvimento de uma estratégia educativa no Médio Tejo 2020-2030” e medidas de valorização do ensino profissional. Dada a relevância do diagnóstico e das propostas realizadas para a revisão da

¹¹ Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. O reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) consiste no processo através do qual o adulto demonstra competências adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida por vias formais, não-formais e informais, que são passíveis de validação e certificação para efeitos de obtenção de uma qualificação (Portaria n.º 61/2022, de 31 de janeiro).

Carta Educativa, apresenta-se em seguida uma síntese das principais conclusões com impacto previsível no planeamento da rede educativa (Correia, Barreira, Rocha, & Cunha, 2020a, pp. 98-102):

- o Médio Tejo apresenta-se como uma região envelhecida embora com alguns focos de atração demográfica que não foram suficientes para contrariar o crescimento natural negativo registado nesta última década; o índice de envelhecimento é muito expressivo e superior ao verificado para a região Centro.
- os alunos são cada vez menos podendo criar oportunidade a um investimento mais adequado e qualitativo no desenvolvimento dos percursos e do sucesso educativo;
- a redução do insucesso escolar tem sido uma aposta no Médio Tejo com resultados positivos, existindo ainda uma elevada margem de progressão;
- os cursos profissionais são opção de um número significativo de jovens exigindo atenção, dedicação, investimento e um quadro de financiamento ajustado. Num contexto de recessão demográfica importa valorizar e conferir atenção a esta preferência dos jovens pelo ensino profissional, desenvolvendo respostas adequadas a procura individuais, empresariais e estruturais.
- as necessidades e a procura de qualificações intermédias são diversas e crescentes, sendo fundamental um planeamento do volume de qualificações produzidas, ajustado aos impactos da atual conjuntura a curto e médio prazo, particularmente em áreas como a hotelaria e restauração e o comércio. Áreas como o digital, a multimédia, as redes e os sistemas informáticos, a manutenção e operação industrial especializadas, a automação, a logística, a distribuição, a saúde, o apoio social e os serviços às empresas, procuram qualificações intermédias e competências técnicas e transversais sólidas. Identifica-se também procura e necessidade de qualificações intermédias em algumas áreas de nicho, associadas à agricultura e florestas, à construção civil, às artes e ofícios e à valorização de recursos locais
- relativamente às práticas e recursos das escolas, as respostas das escolas ao inquérito aplicado permitiram sinalizar: realidades heterogéneas, diversidade de situações entre escolas públicas e escolas privadas (com estas últimas a recorrerem mais a formadores externos nas áreas técnicas); a pouca incidência da flexibilidade curricular nos cursos profissionais, a par da escassa utilização de referenciais organizados em resultados de aprendizagem; o ainda incipiente recurso a parcerias que permita, pela via do conhecimento, das infraestruturas ou dos recursos, favorecer a qualidade da oferta.

A proposta de orientações para a estratégia educativa do Médio Tejo no que respeita ao ensino profissional e, de modo geral, à valorização das ofertas de dupla certificação de nível secundário apresentada no referido estudo foi a seguinte:



Figura 3 - Referencial estratégico para a valorização do ensino profissional no Médio Tejo

Fonte: Sucesso educativo no Médio Tejo: valorização do ensino profissional e estratégia educativa. Referencial para o desenvolvimento de uma estratégia educativa no Médio Tejo 2020-2030 (Correia, Barreira, Rocha, & Cunha, 2020b, p. 16)

3.11. Sucesso educativo no Médio Tejo e a estratégia para a Educação em Torres Novas

Neste ponto da Carta Educativa procede-se a uma breve explicitação do Projeto Educativo¹², que constitui um documento de planeamento que apresenta as linhas orientadoras em termos de política educativa, dos dois Agrupamentos de Escolas do concelho de Torres Novas, salientando as suas ações estratégicas e objetivos a atingir. Em seguida, apresentam-se os diagnósticos e objetivos a atingir no âmbito dos Planos de Inovação, documentos orientadores, elaborados ao abrigo da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho e cuja operacionalização é sustentada no Projeto Educativo, em articulação com o Plano de Melhoria decorrente da Autoavaliação do Agrupamento e da Avaliação Externa da IGEC.

Esta informação é ainda complementada com os dados comparativos a nível internacional do PISA (*Programme for International Student Assessment*) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS 4 – Uma Educação de Qualidade.

¹² O Projeto Educativo é o “(...) documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de quatro anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.” (alínea (a) do ponto 1 do art.º 9, do Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril). Constitui-se, por isso, como um instrumento de gestão pedagógica de crucial relevância, ao consagrar as linhas orientadoras que devem nortear a ação educativa de toda a comunidade educativa.

3.11.1. AE Artur Gonçalves - Projeto educativo e plano de inovação

O Projeto Educativo 2019-2022 do AE Artur Gonçalves identifica três vetores de atuação: i) gestão e lideranças, ii) prestação do serviço educativo e iii) resultados, que incorporam um conjunto de 14 objetivos estratégicos:

Tabela 2 – Vetores e objetivos estratégicos do Projeto Educativo do AE Artur Gonçalves (2019-2022)

Vetores	Objetivos estratégicos
Gestão e Lideranças	Otimizar mecanismos de organização e gestão
	Reforçar a identidade e a coesão do Agrupamento
	Praticar uma gestão de proximidade
	Desenvolver esforços no sentido de melhorar a qualidade das instalações escolares
	Valorizar o potencial das plataformas eletrónicas
Prestação do Serviço Educativo	Garantir rigor no processo de ensino-aprendizagem
	Criar condições de combate à indisciplina na escola
	Aperfeiçoar as articulações curriculares nas práticas letivas
	Elaborar um Plano de Formação do Agrupamento
	Desenvolver mecanismos de inclusão
	Aprofundar o projeto de autonomia e flexibilidade curricular
	Adequar a prática letiva ao perfil do aluno
Resultados	Melhorar e monitorizar os resultados académicos
	Melhorar os resultados sociais

Fonte: Projeto Educativo do AE Artur Gonçalves (2019-2022)

Já o Plano de Inovação para o triénio 2020-2023 procede à identificação dos seguintes problemas a resolver no Agrupamento:

- o nível de proficiência na leitura e na escrita, no cálculo e no raciocínio matemático, nos primeiros anos de escolaridade não é o ideal;
- pouco conhecimento da realidade local e de uma cultura de participação democrática;
- persistência de elevada taxa de insucesso, principalmente no 3º ciclo, sendo os percursos diretos de sucesso quer no 3º ciclo, quer no ensino secundário pouco satisfatórios;
- pouca consistência no trabalho colaborativo e interdisciplinar;
- algumas fragilidades ao nível das práticas de articulação, monitorização e supervisão pedagógica;
- alguma resistência ao desenvolvimento de medidas de inovação pedagógica;
- a escassez de recursos físicos e materiais compromete as práticas de inovação pedagógica.
- aumento de situações de indisciplina.
- constrangimentos ao nível do acompanhamento dos Encarregados de Educação da vida escolar dos seus educandos e da conduta ética e social dos mesmos.

- inexistência de momentos de participação ativa dos alunos na elaboração de documentos estruturantes (ou outros), impedindo-os de se corresponsabilizarem nas decisões que lhes dizem respeito e no desenvolvimento de uma cidadania responsável e democrática;
- dificuldades nos domínios de resolução de problemas e do pensamento crítico e criativo;
- dificuldades em conciliar as atividades culturais e artísticas nos conteúdos programáticos, numa perspetiva interdisciplinar e de gestão flexível do currículo.

Face ao diagnóstico acima explicitado, o Plano de Inovação do agrupamento propõe-se perseguir os seguintes objetivos/estratégias:

- Aumentar os níveis de proficiência na leitura e escrita e no cálculo e raciocínio matemático nos primeiros anos de escolaridade;
- Fomentar a cidadania ativa através da participação na construção do conhecimento e compreensão da realidade mais próxima;
- Aumentar a qualidade do sucesso em geral;
- Incrementar práticas de avaliação formativa promotoras da autorregulação;
- Dotar os alunos de competências nas áreas previstas no Perfil do Aluno;
- Promover a diversificação de contextos de aprendizagem;
- Promover e consolidar práticas inclusivas e de aceitação e valorização da diversidade;
- Intensificar a implementação de percursos pedagógicos inovadores;
- Construir um referencial de boas práticas, com a identificação de estratégias e dinâmicas de trabalho adequadas ao perfil das turmas;
- Intensificar práticas pedagógicas e metodologias de ensino ativas que proporcionem processos estimulantes de fazer aprender;
- Promover um maior envolvimento dos Encarregados de Educação na conduta ética e social dos seus educandos.

3.11.2. AE Gil Paes - Projeto educativo e plano de inovação

O Projeto Educativo 2019-2022 do AE Gil Paes identifica também três áreas de atuação: i) serviço educativo, ii) recursos e equipamentos e iii) organizacional, estruturados num conjunto de 15 objetivos estratégicos:

Tabela 3 – Áreas e objetivos estratégicos do Projeto Educativo do AE Gil Paes (2019-2022)

Área	Objetivos estratégicos
Serviço educativo	Reconfigurar o desenvolvimento curricular e a avaliação segundo os pressupostos de uma gestão curricular universal, multinível e flexível e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
	Construir e desenvolver um currículo do AEGP para a cidadania e desenvolvimento
	Suprir o défice cultural e simbólico de muitos alunos através de atividades de enriquecimento e complemento curricular
	Avaliar e reorientar o Projeto Curricular de Agrupamento
	Dotar o AEGP de uma estratégia de adequação do comportamento dos alunos às necessidades da aprendizagem e ao sucesso escolar
	Melhorar o envolvimento e participação das famílias na vida da escola

Área	Objetivos estratégicos
Recursos e equipamentos	Otimizar a gestão dos recursos financeiros do AEGP
	Avaliar e rever, se necessário, as atuais práticas de gestão dos equipamentos e da segurança
	Criar uma orientação explícita para o conteúdo funcional dos recursos humanos, conhecida por todos
	Desburocratizar a organização do AEGP, nomeadamente no que respeita à função docente
Organizacional	Reforçar o papel das lideranças intermédias
	Sistematizar e melhorar as práticas de comunicação interna e externa, criando uma orientação clara e monitorável das práticas de comunicação
	Dar continuidade à política de parcerias do AEGP
	Dotar o AEGP de uma prática de autoavaliação sistemática
	Dotar o AEGP de uma política de melhoria de desempenho

Fonte: Projeto Educativo do AE Gil Paes (2019-2022)

No âmbito do Plano de Inovação para o triénio 2020-2023, são identificadas as seguintes necessidades de atuação:

- Dificuldades no nível de proficiência na leitura e na escrita, no cálculo e no raciocínio matemático, nos primeiros anos de escolaridade.
- Elevado número de alunos que não conclui o 2º ciclo, em dois anos, o 3º ciclo, em 3 anos, e o secundário, em 3 anos.
- Elevado número de alunos que transitam no 1º ciclo com menções de insuficiente, nos 2º e 3º ciclos com níveis inferiores a 3 e, no secundário, com classificações inferiores a 10.
- Existência de um elevado número de alunos que não valoriza as aprendizagens académicas, evidenciando dificuldades nos domínios da comunicação, pensamento crítico, criatividade e colaboração.
- Fragilidade ao nível do envolvimento ativo dos alunos na melhoria da sua atitude perante o trabalho escolar.
- Problemas de indisciplina na sala de aula.
- Atuação desajustada de alguns Pais e Encarregados de Educação (Pais e EE) face a atitudes incorretas dos seus educandos e ao seu insucesso escolar.
- Um elevado número de alunos provenientes de famílias com baixo capital cultural e simbólico;
- Integração curricular
- Pouca consistência na implementação de uma avaliação formativa e pedagógica que promova a melhoria das aprendizagens dos alunos.
- Fragilidade ao nível do trabalho colaborativo e interdisciplinar entre docentes.
- Fragilidade ao nível dos equipamentos e na utilização das TIC para desenvolvimento de metodologias ativas.

Para a resolução dos problemas identificados, são apresentados os seguintes objetivos/estratégias:

- Melhorar a proficiência da leitura, escrita, cálculo e raciocínio desde o 1º ciclo do Ensino Básico.
- Melhorar os resultados escolares aferidos pelos percursos diretos de sucesso.
- Diminuir o número de alunos que transita com menções de insuficiente, níveis inferiores a 3 ou classificações inferiores a 10, aumentando a qualidade do sucesso.
- Incrementar redes de trabalho colaborativo entre docentes, de articulação curricular interdisciplinar e pedagógica, visando o desenvolvimento das competências previstas no perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória
- Promover contextos e experiências de aprendizagem, que possibilitem a diferenciação pedagógica e potenciem a inclusão.
- Reduzir situações de indisciplina.
- Envolver os Pais e EE na construção de uma conduta cívica e ética dos seus educandos, assente na livre iniciativa, autonomia e responsabilidade.
- Proporcionar iniciativas que permitam suprir carências de capital sociocultural.
- Reduzir a dispersão curricular em cada ciclo, assegurando um currículo global e integrado.
- Concretizar práticas de avaliação pedagógica em que o feedback de qualidade e a participação dos alunos nos processos sejam promotores da autorregulação e da melhoria das aprendizagens.
- Reforçar o trabalho colaborativo para promoção da qualidade e eficiência educativa.
- Dinamizar em cada turma projetos interdisciplinares que promovam a literacia digital.

3.11.3. Resultados do PISA

Tendo em conta os dados do PISA¹³ (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) referentes a 2019/2020, é possível verificar que o município de Torres Novas apresenta médias de desempenho superiores à média dos países da OCDE em Leitura, Matemática e Ciências. Comparando com a média nacional, Torres Novas tem médias de desempenho superiores em Leitura e Ciências e um valor igual à média nacional em Matemática.

Detalhando ao nível das subescalas, Torres Novas apresenta um desempenho superior nas três subescalas – *localizar informação, compreender e refletir e avaliar* – quer comparando com a média nacional quer comparando com a média dos países da OCDE.

¹³ “O Programme for International Student Assessment (PISA), desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), visa avaliar se os alunos de 15 anos (idade que corresponde ao final da escolaridade obrigatória, em muitos dos países participantes) estão preparados para enfrentarem os desafios da vida quotidiana. Assim, o PISA foi concebido em 2000 para avaliar se os alunos conseguem mobilizar as suas competências de leitura, de matemática e de ciências na resolução de situações do dia a dia. O estudo avalia também a capacidade de resolução colaborativa de problemas, a literacia financeira e o pensamento criativo desses alunos”. Fonte: IAVE, 2022 ([IAVE PISA](#))

		Leitura	Matemática	Ciências
Médias de desempenho	Escola	496	492	503
	Portugal	492	492	492
	OCDE	487	489	489
		Localizar informação	Compreender	Refletir e avaliar
Subescalas de Leitura	Escola	498	490	505
	Portugal	489	489	494
	OCDE	487	487	489
		Formular	Empregar	Interpretar resultados
Subescalas de Matemática	Escola	496	482	492
	Portugal	479	489	490
	OCDE	492	493	497
		Explicar	Avaliar e planear	Interpretar cientificamente
Subescalas de Ciências	Escola	508	464	517
	Portugal	498	502	500
	OCDE	493	493	493

Figura 4 – Médias de desempenho PISA 2019/2020, Município de Torres Novas
 Fonte: PISA para as escolas, município de Torres Novas (Instituto Politécnico de Lisboa, 2021, p. A1)

Nas subescalas de Matemática, o desempenho é novamente superior do que a média nacional ao nível do *formular* e *interpretar resultados*, mas inferior no *empregar*. Comparando com a média dos países da OCDE, os resultados são superiores na subescala de *formular*, mas inferiores nas subescalas de *empregar* e *interpretar resultados*.

Por último, nas subescalas de Ciências, Torres Novas apresenta um desempenho superior nas subescalas de *explicar* e de *interpretar cientificamente* quer comparando com a média nacional quer comparando com a média dos países da OCDE. A subescala de *avaliar e planear* apresenta resultados bastante inferiores à média nacional e dos países da OCDE.

3.11.4. Plano Estratégico Educativo Municipal

O Plano Estratégico Educativo Municipal de Torres Novas, realizado em 2018, procedeu à elaboração de um diagnóstico do concelho e analisou os resultados escolares com vista à definição de um conjunto de ações para os melhorar no período 2018-2021.

Deste modo, foram propostos três temas estratégicos e respetivas prioridades, metas e ações estratégicas:

Tabela 4 – Tema 1: Uma comunidade educativa (Plano Estratégico Educativo Municipal de Torres Novas, 2018-2021)

TEMA I - UMA COMUNIDADE EDUCATIVA		
PRIORIDADES	METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Reforçar os apoios aos alunos e às famílias	Adequar e reforçar os serviços e apoios prestados aos alunos, às famílias e às escolas	<p>Analisar anualmente, com agrupamentos e parceiros, as necessidades de reforço dos apoios disponíveis</p> <p>Disponibilizar um guião para as famílias com indicação dos apoios e condições de acesso aos serviços municipais oferecidos à população escolar</p> <p>Planear, anualmente, a formação do pessoal não docente em área diretamente vocacionadas para os serviços oferecidos à população escolar.</p>
Qualificar as atividades extraescolares e de ocupação dos tempos livres	<p>Promover a diversificação das propostas de atividades extraescolares</p> <p>Qualificar e ampliar as ofertas do município para as interrupções letivas</p>	<p>Coordenar, com clubes, associações culturais, desportivas e demais entidades, de proteção civil, ambiente, apoio social, produtores e empresas locais, ou outras, as ofertas disponíveis no concelho</p> <p>Enriquecer e diversificar as planificações das atividades propostas, mobilizando, sempre que possível, recursos do território</p> <p>Promover programas de ocupação de tempos livres a alunos do 3.º ciclo e ensino secundário, incluindo parcerias para realização de trabalhos na comunidade (estágios de verão) e programas de sensibilização em instituições de ensino superior</p>

Fonte: Plano Estratégico Educativo Municipal de Torres Novas (Município de Torres Novas, 2018)

Tabela 5 – Tema 2: Uma cidade educadora (Plano Estratégico Educativo Municipal de Torres Novas, 2018-2021)

TEMA II - UMA CIDADE EDUCADORA		
PRIORIDADES	METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Coordenar as diferentes ofertas educadoras no município	<p>Implementar plano anual de ofertas educadoras no município</p> <p>Potenciar a contextualização dos currículos nacionais através da utilização/ rentabilização de recursos concelhios (físicos, culturais, desportivos, etc.)</p>	<p>Criar equipa com elementos dos vários serviços municipais, executar e avaliar plano que inclua, entre outras, as dimensões culturais, patrimoniais, desportivas, ambientais e de cidadania</p> <p>Envolver escolas e outras entidades no plano anual</p> <p>Articular a elaboração do plano com equipa do currículo contextualizado</p> <p>Criar equipa conjunta de docentes dos dois agrupamentos e escola profissional</p> <p>Pesquisar recursos/ entidades regionais que possam oferecer algo ao desenvolvimento do currículo e das aprendizagens</p> <p>Construir e aplicar planos de aula de várias disciplinas que utilizem esses recursos/ entidades concelhias como recursos de aula (articulando entre disciplinas e entre níveis de ensino)</p> <p>Realizar um encontro anual entre docentes das escolas para debater currículo local</p>

TEMA II - UMA CIDADE EDUCADORA

PRIORIDADES	METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Comunicar ofertas, promover a acessibilidade e partilhar experiências	Disponibilizar portal de educação do município Tornar o portal de educação uma referência para procedimentos e interação com municípios	Estruturar conteúdos em coordenação com os vários serviços Lançar o portal de educação do município Articular com outras entidades a disponibilização de informação não limitada às ofertas municipais Disponibilizar formulários para procedimentos de candidatura, inscrição, participação e avaliação
Afirmar o concelho como território com oportunidades de desenvolvimento para todos	Divulgar as ofertas na área da educação de adultos no município Incentivar, em cooperação com Centros Qualifica, inscrições em programas de qualificação e validação de competências	Coordenar com outras entidades a comunicação de atividades de formação e qualificação de adultos. Promover a participação de funcionários municipais em programas de qualificação e validação de competências Promover, com outras entidades, o envolvimento de mais adultos em programas de qualificação e validação de competências

Fonte: Plano Estratégico Educativo Municipal de Torres Novas (Município de Torres Novas, 2018)

Tabela 6 – Tema 3: Um território sustentável (Plano Estratégico Educativo Municipal de Torres Novas, 2018-2021)

TEMA III – UM TERRITÓRIO COM SUCESSO SUSTENTÁVEL

PRIORIDADES	METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Promover o sucesso escolar de todos os alunos do concelho de forma sustentada	Promover a frequência de creche e pré-escolar Implementar medidas de identificação precoce e apoio a alunos com risco de insucesso Reforçar as aprendizagens de Português e de Matemática no 1.º e 2.º ciclos Apoiar escolas no reforço das metodologias, nomeadamente das expressões e da dimensão experimental	Monitorizar a cobertura da rede de creches existente Organizar ações de sensibilização junto das famílias Rentabilizar o programa de rastreios em aplicação da CIMT Desenvolver programa de mediação para alunos em risco de insucesso Reforçar ações de promoção da leitura em articulação com as bibliotecas escolares Realizar um concurso concelhio de resolução de problemas matemáticos numa perspetiva lúdica Providenciar equipamentos e materiais identificados como necessários Manter oferta do ensino da música na componente letiva do pré-escolar Desenvolver programa de promoção do ensino experimental das ciências no 1.º ciclo Realizar um <i>workshop</i> anual com os professores, de promoção do contacto com novas realidades em curso na educação

TEMA III – UM TERRITÓRIO COM SUCESSO SUSTENTÁVEL

PRIORIDADES	METAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Preparar a renovação iminente do corpo docente	Promover formas de acolhimento dos novos docentes de modo a integrá-los na cultura das escolas e no contexto do concelho	Organizar ações de receção aos novos docentes
Divulgar o bom desempenho do sistema educativo concelhio	Elaborar um sistema de recolha de indicadores de qualidade/sucesso Divulgar indicadores de sucesso do concelho regularmente	Criar uma equipa com docentes dos dois agrupamentos e escola profissional Redigir definição de sucesso escolar e definir indicadores a recolher Recolher e compilar indicadores definidos pelas escolas e enviar para Câmara Municipal Divulgar boas práticas, experiências e desempenho do sistema educativo do concelho

Fonte: Plano Estratégico Educativo Municipal de Torres Novas (Município de Torres Novas, 2018)

O Plano Estratégico Educativo Municipal foi objeto de uma avaliação intermédia, referente à execução das metas e ações definidas para o ano letivo 2018/19, tendo sido possível verificar uma taxa de execução de 84 %, correspondente a 13 ações executadas, 1 parcialmente executada (Providenciar equipamentos e materiais identificados como necessários) e 2 não executadas (monitorizar a cobertura da rede de creches; redigir a definição de sucesso escolar e definir indicadores a recolher).

3.11.5. Índice de sustentabilidade municipal: ODS 4 – Educação com qualidade

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável¹⁴, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2016, consiste em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que são monitorizadas com vista à avaliação dos progressos realizados. Com base no Índice de Sustentabilidade Municipal de 2022, é possível aferir o ponto de situação e evolução do município de Torres Novas nos 17 ODS.

Em 2022, Torres Novas apresenta um índice global¹⁵ de 62,9 valor ligeiramente inferior ao nacional (63,8), do Centro (63,4), inferior ao da Região Médio Tejo (66,8) e superior ao dos municípios comparáveis (58,9):

¹⁴ “A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns. São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global.” Fonte: [ODS • Objetivos Desenvolvimento Sustentável • BCSO Portugal](#), 2022.

¹⁵ Este índice apresenta um valor global que mostra a localização do município entre o pior (0) e o melhor (100) possível no que respeita ao seu desenvolvimento sustentável. Deste modo, um valor de, por exemplo, 62,8 significa que, em média, 62,8% do caminho para o desenvolvimento sustentável (meta de 2030) está cumprido.

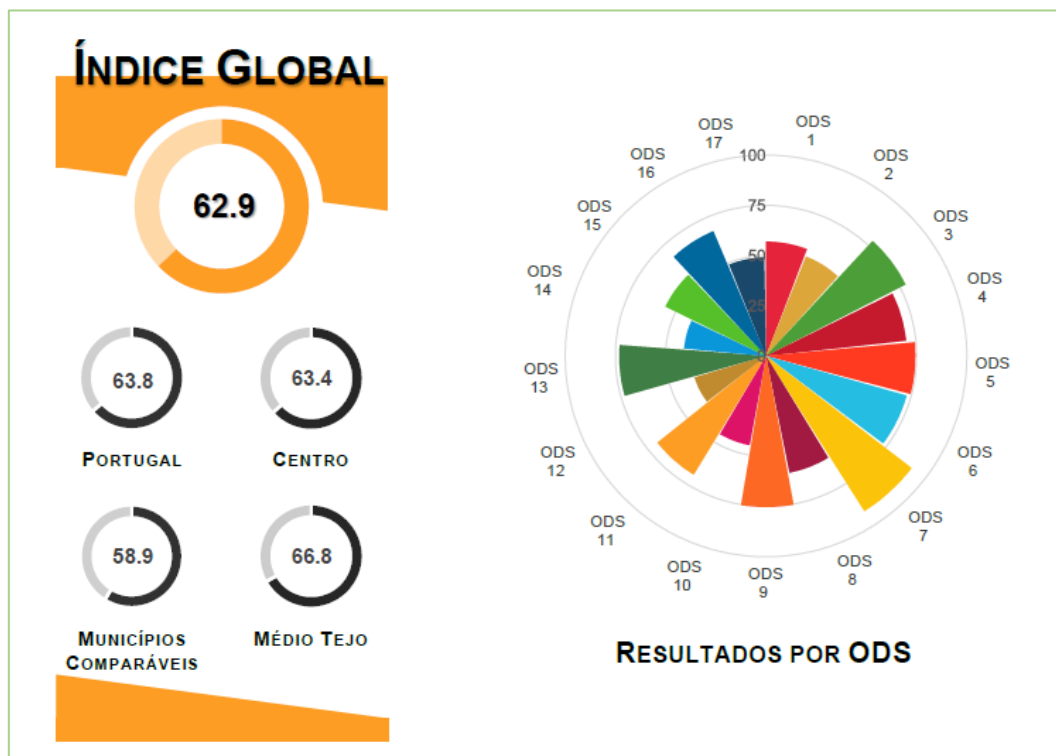


Figura 5 - Índice Global ODS e resultados por ODS, Município de Torres Novas

Fonte: Índice de Sustentabilidade Municipal 2022, Município de Torres Novas (Abreu, António, & Cerol, 2022, p. 17)

Quando comparado com o índice nacional, Torres Novas apresenta um índice superior nos ODS 1 – erradicar a pobreza; 2- erradicar a fome; 5- igualdade de género; 7- energias renováveis e acessíveis; 8 – trabalho digno e crescimento económico; 9 – indústria, inovação e infraestruturas; 11 – cidades e comunidades sustentáveis; 13 – ação climática e 17 – parcerias para a implementação dos objetivos. Deve ser notado que o ODS 10 – reduzir as desigualdades e o ODS 12 – produção e consumo sustentáveis necessitam ainda de um progresso significativo:



Figura 6 – Resultados do município e de Portugal por ODS

Fonte: Índice de Sustentabilidade Municipal 2022, Município de Torres Novas (Abreu, António, & Cerol, 2022, p. 19)

Observando agora com maior detalhe o ODS 4 – Educação de qualidade, o índice municipal de Torres Novas apresenta um valor muito próximo do nacional (70,2 face a 70,7), um índice idêntico ao do Centro e um índice superior ao da Região Médio Tejo e dos municípios comparáveis (69,4 e 62,3 respetivamente):

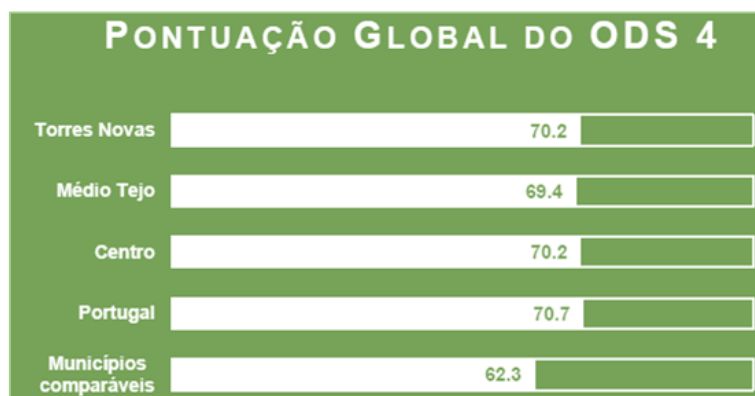


Figura 7 – Pontuação global do ODS 4

Fonte: Índice de Sustentabilidade Municipal 2022, Município de Torres Novas (Abreu, António, & Cerol, 2022, p. 45)

Com base na figura seguinte, a trajetória positiva de Torres Novas fica evidente, com um progresso do índice no ODS 4 de 65,3 em 2019, para 70,2 em 2022:

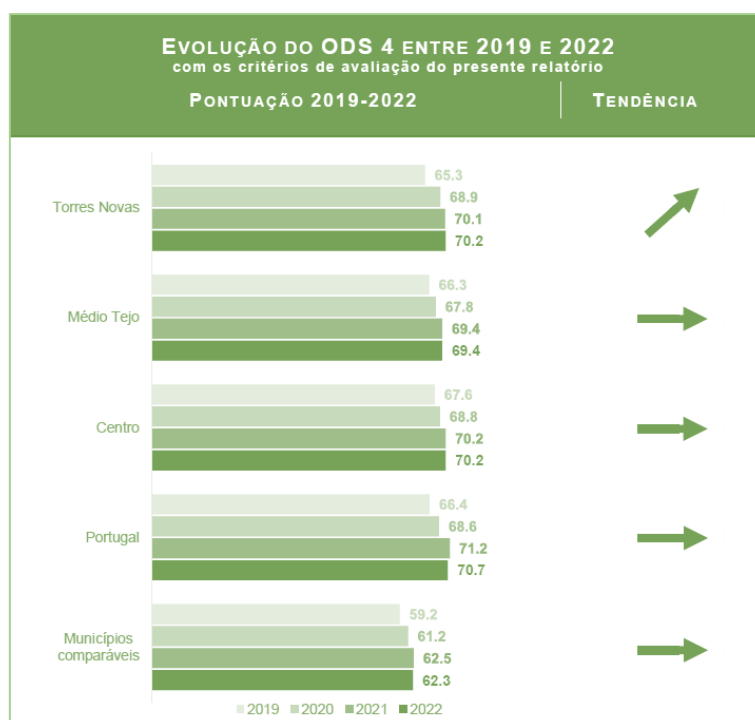


Figura 8 – Evolução da pontuação global do ODS 4 (2019-2022), Município de Torres Novas

Fonte: Índice de Sustentabilidade Municipal 2022, Município de Torres Novas (Abreu, António, & Cerol, 2022, p. 46)

Por último, considerando os indicadores do ODS 4 e respetivas metas para uma educação de qualidade, deve ser destacado o seguinte (Abreu, António, & Cerol, 2022, pp. 46-50):

- na proporção de alunas/os que obtiveram uma nota negativa na 1ª fase das provas finais do 3º Ciclo por Sexo e Prova, Torres Novas está no bom caminho para o objetivo para 2030, mas não conseguirá atingi-los se permanecer com esta evolução;

- na taxa de transição/ conclusão no ensino secundário por Tipo de curso (%), Torres Novas já atingiu o objetivo para 2030, sendo de 90,2 nos cursos profissionais e de 94,6 nos cursos científico-humanísticos em 2022;
- na taxa de transição/ conclusão no ensino básico por Nível de ensino (%), Torres Novas já atingiu o objetivo para 2030;
- na taxa bruta de pré-escolarização (%), Torres Novas já atingiu o objetivo para 2030;
- a proporção de professores que receberam a formação básica de professores é de 100%.
- a percentagem de professores que participaram em atividades de desenvolvimento profissional, nos últimos 12 meses é de 88%.

3.12. Análise das Cartas Educativas

3.12.1. A Carta Educativa de 2003

Aquando da realização da Carta Educativa de 2003, um dos aspetos que caracterizava a rede escolar do município era a dispersão dos edifícios escolares, que dificultava a articulação pedagógica entre níveis de escolaridade. Este aspeto tinha igualmente implicações na capacidade de monitorização da qualidade do ensino, uma vez que as direções dos agrupamentos sentiam dificuldade em fazer um acompanhamento de proximidade das escolas mais distantes. Por outro lado, a acessibilidade em transporte público era deficitária e implicava grandes períodos de espera nas deslocações efetuadas de, e para a escola. Acrescia, a estes problemas, a má qualidade do edificado escolar. Como aspeto positivo realçava-se, à data, a possibilidade de articulação com a comunidade que seria potenciada pela utilização de infraestruturas da comunidade para a frequência de atividades físico-motoras e para as atividades relacionadas com as expressões e o inglês no 1º ciclo do ensino básico, conforme se pode ler na Carta Educativa de 2013 (Município de Torres Novas, 2003, p. 75).

Nessa altura, a rede de escolas públicas era constituída por 31 jardins de infância, 34 escolas do 1º ciclo do ensino básico, 2 escolas com 2º e 3º ciclo do ensino básico e duas escolas com 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário. Com uma taxa de ocupação média das escolas do ensino pré-escolar de 57%, a oferta revelava-se muito superior à procura. No 1º ciclo do ensino básico a situação apresentava-se melhor, com uma taxa global de ocupação das escolas de 74%. Contudo, era evidente a desadequação da rede escolar existente que, pela dispersão no território, criava desequilíbrios com equipamentos escolares com ocupação em torno dos 20% ou menos e outros com ocupação acima dos 60%. Já em 2003 se identificava, como tendência, a diminuição de alunos do 1º ciclo e a consequente desertificação das escolas que daí resultava. No caso das escolas dos 2º, 3º ciclo e ensino secundário, a rede encontrava-se saturada e havia em curso obras de ampliação que pretendiam responder às necessidades.

A qualidade do edificado e a necessidade de manutenção, a possibilidade de adaptação de espaços escolares para atividades com exigências de salas/espços especializados e a necessidade de ampliação das escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância mais centrais e com maior pressão de procura, a par da construção de centros escolares com múltiplas valências, foram as propostas que resultaram do diagnóstico realizado em 2003.

Destas propostas, resultaria o encerramento de jardins de infância e de escolas do 1º ciclo e a conjugação de ambas as ofertas em 5 JI/EB1: um na zona norte do concelho servindo as freguesias de Chancelaria, Assentis e Paço, outro para servir as freguesias de Pedrogão e Ribeira Branca, outro para as freguesias de Zibreira e Santa Maria, outro para as freguesias de Alcorochel e Zibreira, outro para

servir as freguesias de Olaia e Santiago. Paralelamente, propôs-se a adaptação da EB1 de Torres Novas e do JI de Santa Maria para que constituíssem um equipamento único que servisse uma zona que se esperava de forte pressão populacional, bem como a adaptação da EB Dr. António Chora Barroso, EB1 de Riachos e JI de Riachos com a finalidade de criação de um Campus Escolar. Por fim, propôs-se a expansão da capacidade do JI de Tufeiras e do JI de São Gião e a organização em torno de três territórios educativos (Zona Norte, Zona Centro e Zona Sul) que funcionariam com base nos dois agrupamentos existentes e de um outro que se propôs fosse constituído.

Na sequência da homologação (a 30 de outubro de 2006) da primeira Carta Educativa de Torres Novas (dita de 1ª geração, datada de 2003), foram transmitidas informações pelo Ministério da Educação sobre a necessidade de aumentar a dimensão dos polos escolares previstos, considerando a sua inclusão em candidaturas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional. Nessa altura, em 2006, já tinham ocorrido algumas mudanças significativas do ponto de vista da população escolar que não puderam ser descuradas.

Dessa forma, foram propostas três alterações fundamentais ao reordenamento da rede educativa definida para a Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico (Município de Torres Novas, 2007), a saber:

- a construção de um terceiro polo escolar na cidade de Torres Novas (devido ao aumento substancial de alunos residentes na cidade entre 2002 e 2006), suprimindo o centro escolar previsto para a zona de Santa Maria (Liteiros), uma zona rural cujo número de alunos abrangidos diminuiu cerca de um terço;
- a transformação da EB1 Visconde de São Gião em EB1/JI, suspendendo o JI de Tufeiras; e
- a redefinição da área de influência do polo escolar da Meia Via, de modo a incluir a freguesia de Santiago.

Estas alterações foram apreciadas e aprovadas em reunião do Conselho Municipal de Educação a 22 de fevereiro de 2007 e, posteriormente, em reunião de Câmara, a 14 de maio de 2007.

Do relatório de avaliação das medidas que consubstanciam a proposta de reordenamento da rede escolar propostas na Carta Educativa de 2003, conclui-se que:

Tabela 7 – Avaliação das medidas e ações constantes da carta educativa de 2003

Proposta	Previsto na Carta Educativa de 2003	Avaliação	Data da construção / requalificação	N.º salas
A	EB1/JI Assentis, Chancelaria e Paço	Realizado. Foi construído um Centro Escolar no Outeiro Grande, que recebe principalmente crianças das freguesias de Assentis e Chancelaria. Apesar de inicialmente previsto que esta escola receberia também alunos dos 2.º e 3.º ciclos, a mesma apenas se destina à educação pré-escolar e ao 1.º ciclo do ensino básico. (alterações 2007)	2010	5 (JI) + 8 (EB1)
B	EB1/JI Pedrógão e Ribeira Branca	Realizado. Foi construído um centro escolar no Pedrógão. Este estabelecimento de educação e ensino recebe também os alunos da freguesia de Zibreira. (alterações 2007)	2011	3 (JI) + 7 (EB1)

Proposta	Previsto na Carta Educativa de 2003	Avaliação	Data da construção / requalificação	N.º salas
C	EB1/JI Zibreira, Parceiros de Igreja e Santa Maria rural	Não realizado (devido às alterações aprovadas em 2007)		
D	EB1/JI Alcorochel e Brogueira	Não realizado (devido às alterações aprovadas em 2007).		
E	EB Dr. António Chora Barroso, EB1 e JI de Riachos	Realizado. Foram feitas obras de requalificação nas Escolas Básicas Dr. António Chora Barroso e 1.º CEB de Riachos e foram feitas obras de requalificação de um edifício que se destina exclusivamente à educação pré-escolar. Estes estabelecimentos de educação de ensino recebem crianças e alunos das freguesias de Alcorochel e Brogueira (devido às alterações aprovadas em 2007).	Data 2008 - JI; 2011 - 1.º CEB; 2013 - EB Dr. António Chora Barroso	6 (JI) + 14 (EB1) + 24 (EB23)
F	EB1/JI Meia Via	Realizado. Foi construído um novo estabelecimento de educação e ensino na localidade da Meia Via, para a educação pré-escolar e para o 1.º ciclo do ensino básico.	2011	3 (JI) + 6 (EB1)
G	EB1/JI Olaia e Santiago	Realizado. Foi construído um Centro Escolar na localidade de Lamarosa, que recebe crianças das freguesias de Olaia e Paço (devido às alterações aprovadas em 2007).	2013	2 (JI) + 4 (EB1)
H	Ji de Tufeiras	Manteve-se em funcionamento o JI de Tufeiras, apesar de estar previsto o seu encerramento nas alterações aprovadas em 2007.		2
I	EB1 Visconde de São Gião	Realizado. Foram feitas obras de requalificação. Apesar de inicialmente projetado, na carta educativa de 2003, apenas para o 1.º CEB, o Centro Escolar de Visconde de São Gião recebe alunos do 1.º CEB, mas também crianças de pré-escolar (devido às alterações aprovadas em 2007).	2014	2 (JI) + 13 (EB1)
J	EB1/JI Santa Maria	Realizado. Foram feitas obras de requalificação no edifício do 1.º CEB, faltando ainda a realização da 2.ª fase da obra (Remodelação e Ampliação do Jardim de Infância, campo de jogos, Ginásio e Arranjos exteriores). Este estabelecimento de educação e ensino recebe também as crianças e alunos das freguesias de Parceiros de Igreja e Santa Maria rural, Liteiros (devido às alterações aprovadas em 2007).	2021	II fase 14 (EB1) + 5 (JI)

Para além das intervenções previstas na Carta Educativa, e ao abrigo do contrato de execução e da transferência de competências, o Município interveio na requalificação e modernização dos edifícios dos estabelecimentos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e, por acordo específico com o Ministério de Educação, o município desenvolveu também intervenção na Escola Secundária Maria Lamas (ES Maria Lamas), executando uma 1.ª fase de requalificação do seu edificado.

Tabela 8 – Valor das intervenções no âmbito da requalificação do edificado escolar (2010 – 2020)

	EB Dr. António Chora Barroso	EB Manuel Figueiredo	ES Maria Lamas
Valor da intervenção	2 990 589,80 €	3 812 904,63 €	1 982 097,64 €
Data de adjudicação	17/01/2010	18/06/2013	21/06/2019
Data de consignação	11/07/2011	26/06/2014	09/03/2020

3.12.2. A Carta Educativa de 2011

Em 2011, a Câmara Municipal de Torres Novas procede à revisão da Carta Educativa de 2003, embora esta atualização não tenha sido enviada (para aprovação) aos serviços do Ministério da Educação. Assim, 8 anos após a primeira Carta Educativa e 4 anos após a revisão sugerida pelo Ministério da Educação, tem lugar esta revisão que se justificou por um conjunto de alterações observadas no Município, consequência da abertura de um número significativo de estabelecimentos de Educação Pré-escolar da rede particular, da mudança de tipologias de alguns estabelecimentos de ensino públicos, bem como da necessidade de criação de um novo Agrupamento de Escolas.

No caso da rede pública, os 31 jardins de infância mapeados em 2003 eram agora 27, as 34 EB1 tinham dado lugar a 28, as 2 EB2/3 tinham dado lugar a 4, mantendo-se as duas escolas com ensino secundário. As propostas de revisão deste instrumento de planeamento assentaram na criação de 6 territórios educativos: Assentis, Centro Urbano, Meia Via, Olaia, Pedrogão e Riachos. Esta proposta resultou da evolução da população nas diferentes freguesias e da constatação de desequilíbrios que se traduziam em taxas de ocupação muito diferenciadas entre escolas dos territórios educativos, então existentes. O desdobramento em seis territórios educativos visava atenuar esses desequilíbrios e criar comunidades educativas territorialmente mais homogéneas. A criação dos localmente chamados “Centros Escolares” nestes seis territórios, visava qualificar a rede de oferta e promover a eficiência. Propunha-se a criação de 8 “Centros Escolares”, dos quais 5 exigiam a construção de raiz e 3 resultariam de adaptação de infraestruturas existentes: Centro Escolar de Assentis/Chancelaria, Centro Escolar da Meia Via/Santiago, Centro Escolar Olaia/Paço, Centro Escolar de Pedrogão/Zibreira/Ribeira Branca, um novo Centro Escolar a construir no centro urbano, para além da conversão em Centro Escolar das infraestruturas existentes em Riachos, São Gião e Santa Maria. Conjugada com esta proposta, a análise da população escolar permitiu sugerir um redimensionamento destas infraestruturas com a redução do número de salas.

Esta revisão recupera algumas das intervenções previstas na Carta Educativa de 2003 com as alterações aprovadas em 2007, concluindo pela adequação do número de polos escolares existentes, propondo, fundamentalmente, a reconfiguração dos Agrupamentos de Escolas existentes e a alteração de 7 para 6 territórios educativos no concelho.

Paralelamente, esta revisão previa a existência de uma Carta Educativa dinâmica sustentada numa plataforma on-line, mas que não se chegou a materializar.

Não existindo um documento “oficial” da monitorização da implementação da Carta Educativa, o confronto entre o documento de 2003 e o documento de 2011 permite-nos constatar que, no essencial, as propostas terão sido implementadas, nomeadamente no que respeita à agregação de JI/EB1 e à criação de um terceiro agrupamento de escolas.

4. Metodologia

4.1. Delimitação do campo de estudo

Se o enquadramento regulamentar (Decreto-Lei n.º 21/2019) coloca a Carta Educativa como um instrumento de planeamento da rede de infraestruturas educativas ao defini-la (no seu art.º 5.º) como *“instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município”*, também faz depender esse exercício *“das ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”*. Se o foco é então a rede de equipamentos educativos, a dimensão prospetiva subjacente ao exercício obriga à análise de todas as dimensões que influenciam o desenho da rede escolar numa perspetiva de médio e de longo prazo, quer se trate de dimensões mais diretamente relacionadas com a educação e os seus serviços ou de dimensões de contexto com impacto na educação, das quais destacamos:

- a evolução demográfica e aquela que se possa projetar a partir dos dados existentes¹⁶;
- a evolução da população escolar que tem em conta a análise anterior, mas também considerando os aspetos do contexto educativo que condicionam esta dimensão, nomeadamente as taxas de retenção e desistência, os percursos educativos e as ofertas escolhidas por alunos e famílias, a mobilidade da população escolar entre os diferentes estabelecimentos (dinâmicas de matrícula e de transferências);
- o mapeamento dos diferentes indicadores educativos e sua evolução, nomeadamente os indicadores de qualidade e equidade;
- as dinâmicas de evolução de oferta educativa que condicionam os equipamentos e desempenham um papel relevante a política dos diferentes agrupamentos no exercício da sua autonomia relativamente à gestão flexível do currículo, bem como as estratégias intermunicipais de gestão da rede de oferta educativa e formativa;
- a caracterização das infraestruturas escolares e dos equipamentos que as suportam, bem como a identificação do modo como estas evoluíram desde o último exercício de planeamento, assim como a sua taxa de ocupação tendo em conta a sua capacidade e o número de alunos;
- a caracterização e evolução da população docente e não docente e o mapeamento de carências de pessoal docente e não docente que condicionam, não apenas as ofertas educativas e formativas, mas também suscitam a reorganização de recursos no território ou mesmo a implementação de políticas de atração de professores, podendo, por exemplo, ser enquadrada no desenvolvimento de centros de excelência e competência educativa;
- a caracterização dos serviços educativos e de outros recursos oferecidos e disponíveis no território (rede de transporte escolar, refeitórios, gabinetes de psicologia e orientação, desporto escolar, entre outros) e de projetos das escolas, município e de outros atores orientados para a população escolar e para a melhoria da qualidade da educação e da equidade;
- a análise das dinâmicas económicas do território que podem condicionar as ofertas, nomeadamente no domínio das ofertas de dupla certificação, sendo certo que este exercício

¹⁶ O trabalho relativo a indicadores demográficos e projeções foi efetuado em momento anterior à publicação dos dados definitivos dos Censos de 2021.

é trabalho num plano intermunicipal através da negociação da rede de oferta efetuada ao nível da NUT¹⁷ III;

- as dinâmicas previstas nos demais instrumentos de planeamento presentes no território, de que são parte o Plano Estratégico Educativo Municipal (Município de Torres Novas, 2018), o PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo (CIMMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, 2020), o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (Município de Torres Novas, 2017) e os instrumentos de planeamento na área dos transportes;
- a identificação dos instrumentos de gestão da educação e de monitorização a nível municipal e da NUT III e das necessidades a este nível, tendo em vista as novas competências em matéria de educação e a necessidade de monitorizar a Carta Educativa e os projetos educativos do território;
- a identificação das principais fontes de financiamento dos projetos em curso na área da educação e identificação de novas oportunidades, nomeadamente as que decorrem do novo quadro de financiamento plurianual de Fundos Europeus.

Estas dimensões de análise alimentam quer a componente de diagnóstico, quer a componente prospetiva e estratégica que antecedem a programação e as propostas a constar da Carta Educativa. A figura seguinte apresenta a síntese gráfica do trabalho a realizar tendo em conta as dimensões de análise a mobilizar e os seus conteúdos:

¹⁷ NUTS é o acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões em 3 níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos. (Fonte: PORDATA, 2022, [O que são NUTS? | Pordata](#)).

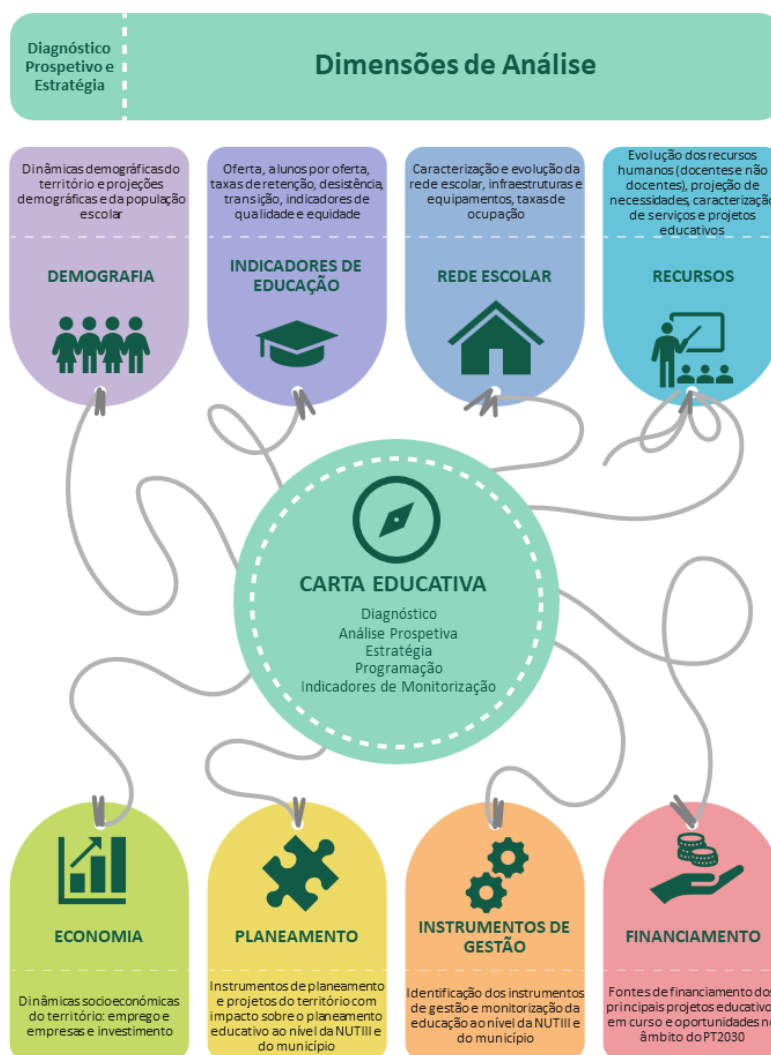


Figura 9 - Síntese Gráfica das dimensões de análise envolvidas no processo de revisão da Carta Educativa

Assim, tendo em conta quer os aspetos que enquadram do ponto de vista regulamentar o exercício de elaboração da Carta Educativa, quer o diagnóstico da situação de partida que será realizado, quer o exercício prospetivo a realizar e que tem em conta as dimensões anteriormente referidas, o trabalho a realizar resultará:

- na identificação e caracterização das infraestruturas escolares e dos equipamentos existentes no município considerando a rede pública, privada, cooperativa e solidária, a respetiva oferta educativa e formativa, os serviços educativos disponibilizados, as ofertas de complemento curricular e extraescolar e de desporto escolar;
- na caracterização da sua população escolar e a análise da sua evolução recente, considerando aspetos como as ofertas frequentadas, as taxas de transição e retenção, as dinâmicas de insucesso e abandono, as desigualdades, considerando igualmente o acesso à ação social escolar;
- na identificação dos projetos existentes a nível das escolas, municipal e intermunicipal que respondam a necessidade de qualificação da educação no território: diversificação de ofertas,

atividades complementares, inovação pedagógica, flexibilidade curricular, formação de docentes, promoção do sucesso educativo;

- no diagnóstico de implementação e medidas de política educativa transversais como os apoios tutoriais específicos, a educação inclusiva e a escola digital;
- numa análise estratégica da educação ao nível do município que a partir dos pontos fracos e fortes decorrentes do diagnóstico e das projeções efetuadas, identifique os desafios e as oportunidades que possam ser respondidos a partir da programação a efetuar no âmbito da Carta Educativa;
- num programa de ação/execução que dê resposta à análise estratégica, organizado em torno de objetivos, medidas, calendarização, resultados e impactos esperados e indicadores de acompanhamento e monitorização.

Os *outputs* concretos a apresentar de forma individualizada, sequencial, mas necessariamente interligada, são organizados em torno das seguintes dimensões

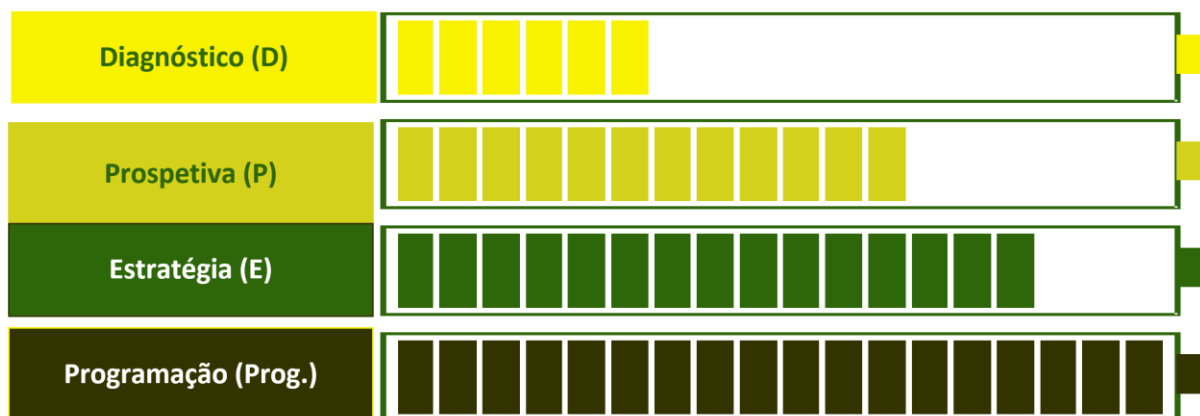


Figura 10 – Denominação das dimensões dos entregáveis previstos

Na componente de **diagnóstico** constarão os dados resultantes das dimensões de análise seguintes:

- situação demográfica;
- caracterização das escolas e das infraestruturas escolares;
- situação e evolução recente dos principais indicadores educativos;
- indicadores de recursos educativos e sua evolução recente, considerando recursos humanos, serviços educativos, projetos;
- indicadores económicos do município;
- identificação dos instrumentos de planeamento em vigor e dos seus impactos na Carta Educativa, bem como análise do grau de execução da Carta Educativa em vigor;
- identificação dos instrumentos de gestão e monitorização existentes para a educação a nível municipal e regional;
- identificação das fontes de financiamento dos projetos em vigor à escala municipal e intermunicipal.

Posteriormente, na componente **prospetiva**, é adicionada ao diagnóstico a dimensão de calendarização de médio e longo prazo das variáveis com impacto na estratégia para a Carta Educativa, nomeadamente:

- cenários de evolução demográfica, de evolução da população escolar, de evolução de recursos humanos docentes;
- perspectivas de desenvolvimento económico do território e cenários traçados, nomeadamente no âmbito da Estratégia Regional para o período 2030;
- perspectivas de médio prazo colocadas pela implementação de medidas de política educativa;
- perspectivas de evolução identificadas pelos atores e *stakeholders* a nível regional e municipal;
- análise SWOT do território em termos de educação.

A componente **estratégica** irá incorporar a resposta ao diagnóstico e aos cenários:

- a visão do município que enforma a Carta Educativa;
- os objetivos estratégicos a alcançar;
- os objetivos específicos;
- as medidas que dão expressão aos objetivos.

Finalmente, na componente de **Programação**, faz-se a programação da execução das medidas incluídas na Carta Educativa, incluindo a identificação dos atores a envolver, os recursos a mobilizar, a calendarização, os indicadores de resultado e os instrumentos de monitorização.

4.2. Guião da ação

A metodologia para a revisão da Carta Educativa nos termos anteriormente propostos envolve três tipos de trabalho *desk research* e trabalho de inquirição no terreno para recolha de informação primária.

O trabalho de *desk research* é sobretudo orientado à recolha e análise de informação documental e de informação estatística ou quantitativa. O trabalho de recolha de informação primária é organizado em torno de entrevistas a *stakeholders*, inquérito por questionário à comunidade educativa (alunos e encarregados de educação) e da realização de entrevistas e *focus group* organizados em torno da estratégia para a Carta Educativa e visa criar condições de audição e validação de propostas. A sua organização poderá ser temática, dependendo da natureza das propostas a realizar, ou mais funcional, i.e., de acordo com os interlocutores-tipo (decisores, executores, beneficiários).

As tabelas seguintes organizam e apresentam as tarefas subjacentes à metodologia de acordo com o seu contributo para as quatro dimensões a partir da qual organizámos o trabalho de revisão da Carta Educativa: diagnóstico, prospetiva, estratégica e programática:

Tabela 9 - Tarefas subjacentes ao “desk research”

Desk Research					
Técnicas a utilizar	Documentos/Fontes	Fases do Trabalho ¹⁸			
		D	P	E	Prog.
Recolha e análise de informação documental	Documentos de natureza normativa	✓		✓	✓
	Plano Estratégico Educativo Municipal	✓	✓	✓	✓
	Relatório de Execução do Plano Estratégico Educativo Municipal	✓	✓	✓	✓
	Carta Educativa 2011 (revisão)	✓		✓	
	Atas do Conselho Municipal de Educação	✓		✓	
	PEDIME e respetivos relatórios de execução	✓		✓	
	Rede Escolar e respetiva cartografia	✓	✓	✓	
	Observatório Intermunicipal de Educação do Médio Tejo	✓	✓	✓	
	Rede Educativa e Oferta Educativa	✓	✓		
	Planeamento plurianual da Oferta Formativa	✓	✓	✓	
	Projetos Educativos das Escolas e outros documentos de Planeamento (inovação, inclusão, escola digital)	✓		✓	✓
	Relatórios de Avaliação das Escolas	✓		✓	
	Plano Municipal de Transporte Escolar	✓			
	Documentos de caracterização dos projetos educativos do município	✓			
	Oferta Formativa do Centro de Formação de Associação de Escolas da A23	✓			
	Programa de Desenvolvimento Regional do Centro		✓	✓	✓
	Documentos de Programação do Portugal 2030		✓	✓	✓
	Estratégia de Qualificações 20-30 Médio Tejo		✓	✓	✓

¹⁸ Fases do trabalho: diagnóstico (D), prospetiva (P), estratégica (E) e programática (Prog):

Desk Research					
Técnicas a utilizar	Documentos/Fontes	Fases do Trabalho ¹⁸			
		D	P	E	Prog.
	Estudo de Diagnóstico de Necessidades Docentes 2021-2030 (DGEEC)		✓	✓	✓
Recolha e análise de informação de natureza estatística, quantitativa e cartográfica	Dados da Plataforma de Gestão SIGA e outros dados fornecidos pelo município: ASE, Refeições Escolares, Transporte Escolar, ATL, CAF, AEC e outros relatórios e dados disponibilizados pelo município	✓			
	Observatório Intermunicipal de Educação do Médio Tejo	✓	✓		
	Estatísticas de Educação, Regiões em números DGEEC	✓			
	Perfil do Aluno / Perfil dos Docentes DGEEC	✓			
	AEC 2020/2021 DGEEC	✓			
	Indicadores Gerais da Educação DGEEC	✓	✓		
	Resultados Escolares – Indicador de Equidade	✓	✓		
	Dados Administrativos das Escolas 2021-2022 DGEEC	✓			
	Previsão do número de alunos por regiões DGEEC		✓		
	InfoEscolas DGEEC	✓	✓		
	Indicadores Demográficos, Censos, Estimativas Anuais da População Residente INE	✓	✓		
	Inquérito ao Emprego INE	✓			
	Inquérito às Condições de Vida e Rendimento INE	✓			
	Anuários Estatísticos Regionais INE	✓	✓		
	GEOGRID e GEOESCOLAS INE	✓		✓	
SNIT – Sistema Nacional de Informação Territorial, DGT	✓		✓		

Tabela 10 - Tarefas subjacentes à “recolha de informação primária”

Recolha de Informação Primária					
Técnicas a utilizar	Stakeholders	Fases do Trabalho			
		D	P	E	Prog.
Entrevistas	Equipa da Câmara Municipal de Torres Novas (CMTN): vereação e equipa de educação	✓		✓	✓
	Equipa da CIMMT responsável pela gestão e monitorização do PEDIME	✓		✓	✓
	Equipa responsável pela definição da rede plurianual de oferta educativa e formativa	✓	✓	✓	
	Diretores dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas Privadas e da Rede Cooperativa e Solidária e outros agentes educativos	✓		✓	
	Representantes das Associações de Pais dos Agrupamentos de Escolas	✓		✓	
	Diretor/a do Centro de Formação de Associação de Escolas	✓		✓	
	Diretor/a do Centro de Emprego e de Formação Profissional	✓		✓	
Levantamento de Dados	Preenchimento de Fichas de Recolha de Informação de Monitorização da Implementação das Propostas da Carta Educativa em vigor (CMTN)	✓			
	Preenchimento de Fichas de Levantamento e Caracterização das Infraestruturas Escolares (CMTN e Escolas)	✓		✓	✓
Inquéritos por questionário	Inquérito por Questionário aos Encarregados de Educação	✓	✓	✓	
	Inquérito por Questionário aos Alunos do 9º ano e do 12º ano dos Agrupamentos de Escolas	✓	✓	✓	
Focus Group temáticos orientados à Visão Estratégica	Conselho Municipal de Educação			✓	✓
	Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal de Educação do Médio Tejo			✓	✓
	Representantes da Comunidade Educativa e outros Stakeholders			✓	✓

Dado tratar-se de um instrumento de natureza estratégica, programática e participada o desenvolvimento do trabalho pressupõe momentos de audição de *stakeholders*, cujos resultados retroagem para o exercício, pelo que há mecanismos de *feedback* incorporados no desenvolvimento do trabalho.

A audição e recolha de informação junto dos *stakeholders* reveste-se de uma dupla utilidade. Por um lado, visa recolher informação que permita enriquecer o diagnóstico e a visão estratégica que orientará a Carta Educativa; por outro lado, tem uma componente de promoção da participação dos agentes educativos que se desenvolve em torno de mecanismos de audição e da cocriação das próprias propostas de programação.

Tabela 11 – Participação da comunidade

Stakeholders	Formas de Participação	Dimensões de análise
Autarquia e os seus agentes	Entrevistas	Principais desafios da educação no território, avaliação do grau de execução da Carta Educativa, identificação de fatores críticos para a execução das diferentes propostas, qual a visão estratégica para a educação, que prioridades de programação, que atores a envolver.
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e os seus agentes	Entrevistas e <i>Focus Group</i>	Principais desafios da educação no território, níveis de articulação e complementaridade estabelecidos e a estabelecer, projetos supramunicipais em curso e a desenvolver e potencial de articulação com a Carta Educativa, identificação de fatores críticos para a execução das diferentes propostas, qual a visão estratégica para a educação, que prioridades de programação, que atores a envolver.
Agrupamentos de Escolas através dos seus representantes (Diretores e outros a considerar)	Entrevistas e <i>Focus Group</i>	Avaliação da execução da Carta Educativa e identificação dos fatores críticos da execução, principais desafios da educação no território e da Escola/Agrupamento, níveis de articulação e complementaridade estabelecidos e a estabelecer entre escolas, projetos em curso e a desenvolver e potencial de articulação com a Carta Educativa, qual a visão estratégica para a educação, que prioridades de programação, que atores a envolver.
Representantes das escolas do setor privado, cooperativo e social	Entrevistas	Avaliação da execução da Carta Educativa e identificação dos fatores críticos da execução, principais desafios da educação no território e da Escola, níveis de articulação e complementaridade estabelecidos e a estabelecer entre escolas, projetos em curso e a desenvolver e potencial de articulação com a Carta Educativa, qual a visão estratégica para a educação, que prioridades de programação, que atores a envolver.
Representantes das Associações de Pais dos Agrupamentos de Escolas	Entrevistas e <i>Focus Group</i>	Avaliação da execução da Carta Educativa e identificação dos fatores críticos da execução, principais desafios da educação no território e da Escola/Agrupamento, qual a visão estratégica para a educação, que prioridades de programação, que atores a envolver.
Representantes do Centro de Formação de Associações de Escola	Entrevistas	Avaliação da execução da Carta Educativa e identificação dos fatores críticos da execução, principais desafios da educação no território e projetos em curso e a desenvolver e potencial de articulação com a Carta Educativa, qual a visão estratégica para a educação, que prioridades de programação, que atores a envolver.
Alunos	Inquérito por questionário	Contributos para o diagnóstico e a construção da visão estratégica.
Encarregados de Educação	Inquérito por questionário	Contributos para o diagnóstico e a construção da visão estratégica.
Docentes e outros agentes da comunidade educativa	Entrevistas e <i>Focus Group</i>	Contributos para o diagnóstico e a construção da visão estratégica.

Stakeholders	Formas de Participação	Dimensões de análise
Conselho Municipal de Educação	<i>Focus Group</i>	Contributos para o diagnóstico e a construção da visão estratégica.
Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal do Médio Tejo	<i>Focus Group</i>	Contributos para o diagnóstico e a construção da visão estratégica.
Representantes do Centro de Emprego e de Formação Profissional	Entrevistas	Contributos para o diagnóstico.
Instituto Politécnico de Tomar e sua unidade local	Entrevistas	Contributos para o diagnóstico e a construção da visão estratégica.

Porque se trata de uma revisão da Carta Educativa pressupõe-se que o essencial dos dados necessários ao cumprimento da metodologia estabelecida para as Cartas Educativas esteja disponível e que a avaliação da Carta Educativa em vigor está efetuada, permitindo estabelecer um ponto de partida face ao trabalho realizado pelo município, desde então. Note-se que um dos critérios metodológicos estabelecidos para a elaboração das cartas educativas é: *“A determinação e avaliação do grau de execução das medidas da Carta Educativa de primeira geração, em face do conjunto de expectativas inicialmente traçadas.”*¹⁹ Como estamos num contexto de revisão pressupõe-se que a necessária avaliação da programação anterior está disponível ou será disponibilizada.

Tal como previsto em sede de Caderno de Encargos, do ponto de vista do faseamento dos trabalhos a revisão da Carta Educativa organiza-se em 4 fases:

- **Fase 1:** Realização de Diagnóstico Estratégico Educativo a partir da informação documental e outra disponível. Esta fase realiza-se conforme descrito na Tabela 9 - Tarefas subjacentes ao “desk research” (p. 55) e Tabela 10 - Tarefas subjacentes à “recolha de informação primária”, (p. 57).
- **Fase 2:** Consulta dos agentes educativos locais, tendo em vista enriquecer e aprofundar a informação, mas também promover a sua participação no processo. Esta fase realiza-se conforme descrito na Tabela 11 – Participação da comunidade (p. 58).
- **Fase 3:** Entrega da versão preliminar da Revisão da Carta Educativa do Município de Torres Novas.
- **Fase 4:** Entrega da versão final da Revisão da Carta Educativa do Município de Torres Novas.

Assim, a organização dos trabalhos desenrola-se de acordo com o seguinte cronograma:

¹⁹ Cf. DGEEC, DGESTE, IGEFE, Guião para a Elaboração de Cartas Educativas, maio de 2021.

Tabela 12 – Tarefas e fases da revisão da Carta Educativa

#	Tarefa	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
1	Reuniões de trabalho: Autarcas, técnicos, grupo interno de trabalho do Conselho Municipal de Educação (CME)	X	X	X	X	X		X	X	X
2	F1 Fase 1: Levantamento de dados, diagnóstico, análise e tratamento de dados	X	X							
3	Fase 1: Entrega do Diagnóstico Estratégico		X	X						
4	F2 Fase 2: Auscultação dos agentes educativos locais		X	X	X	X				
5	F3 Fase 3: Entrega versão preliminar da Carta Educativa							X		
6	Fase 4: Discussão Pública da revisão da Carta Educativa							X	X	
7	F4 Fase 4: Apresentação da revisão da Carta Educativa no CME								X	
8	Fase 4: Entrega da versão corrigida da Carta Educativa								X	X
9	Reunião de Câmara: discussão e análise da Carta Educativa									X
10	CME: discussão e parecer sobre a Carta Educativa									X
11	Remissão da Carta Educativa para homologação do Ministério da Educação									X
12	Reunião de Assembleia: discussão e aprovação da Carta Educativa									X

Capítulo II

Diagnóstico estratégico

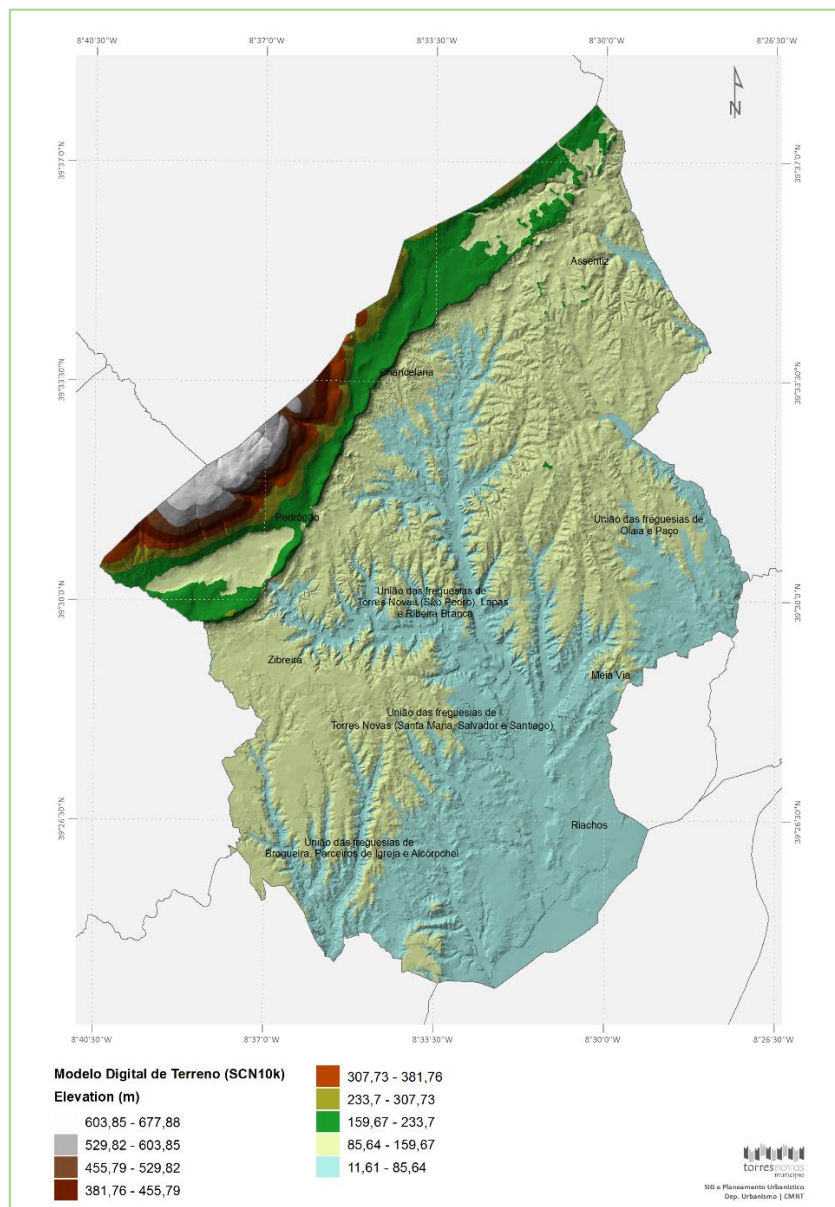


Capítulo II – Diagnóstico estratégico

1. Inserção territorial e estrutura urbana

1.1. Enquadramento físico, administrativo e territorial

Em termos físicos, destaca-se a presença da Serra de Aire, no sector Noroeste do concelho, assumindo a expressão máxima da dimensão montanhosa do território, com uma altitude de cerca de 677 metros. Nas restantes regiões, o município apresenta “extensos níveis aplanados, com altitudes sempre inferiores a 150 metros, observando-se, mesmo, no sector Sudeste do Município, valores inferiores a 75 metros” (Município de Torres Novas, 2011, p. 9). Importa referir, também e pela sua importância, o rio Almonda e seus principais afluentes na modelação física do território.



Mapa 1 – Caracterização hipsométrica do Município de Torres Novas
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

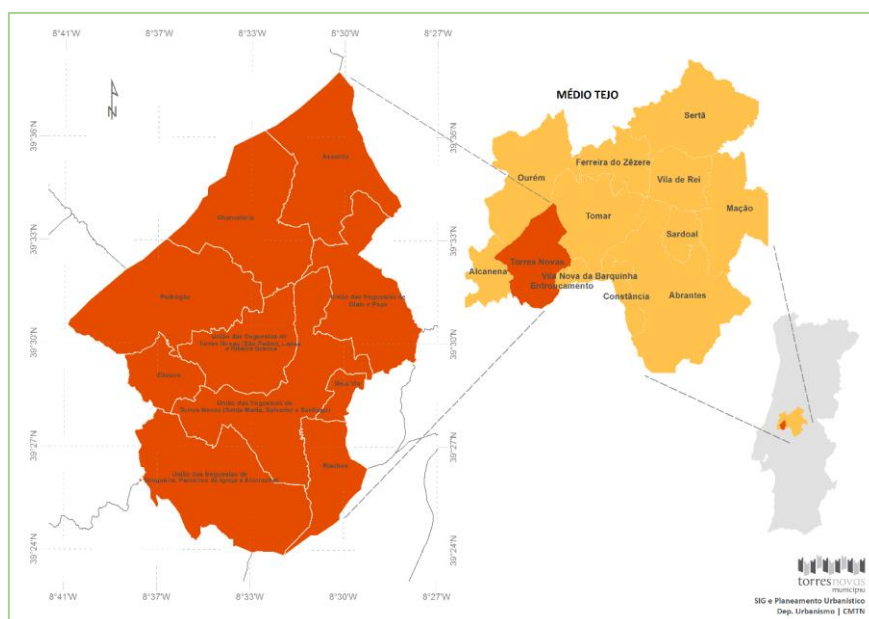
Do ponto de vista paisagístico, os pontos de interesse são vários, desde a Reserva Natural do Paul do Boquilobo, passando pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, pelas Grutas do Almonda, ou o Monumento Natural das Pegadas dos Dinossauros, entre vários jardins e espaços verdes.

Localizado na Região Centro (NUT II) do território de Portugal Continental (NUT I), o concelho de Torres Novas pertence ao distrito de Santarém²⁰ e integra a Sub-região do Médio Tejo (NUT III). Geograficamente, é limitado a noroeste pelo município de Ourém, a leste por Tomar, Vila Nova da Barquinha e Entroncamento, a sudeste pela Golegã, a sul por Santarém e, a oeste, por Alcanena.

Com aproximadamente 280 km² de superfície o município de Torres Novas está subdividido administrativamente num total de 10 freguesias, a saber (por ordem alfabética):

- Assentis
- Chancelaria
- Meia Via
- Pedrógão
- Riachos
- União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel
- União das Freguesias de Olaia e Paço
- União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)
- União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca
- Zibreira

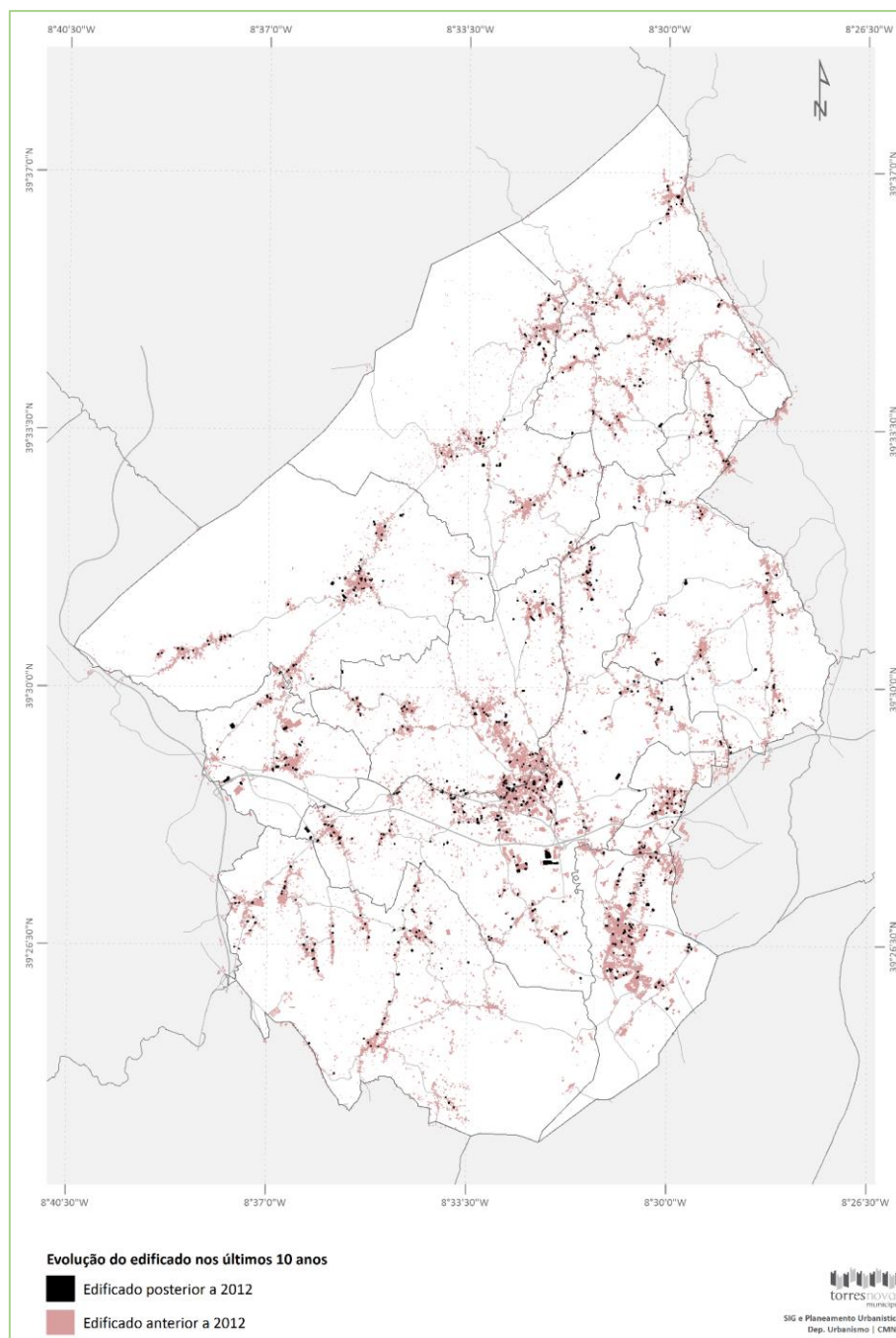
O seu enquadramento territorial pode ser observado na figura seguinte:



Mapa 2 – Enquadramento territorial e freguesias do concelho de Torres Novas
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

²⁰ Fazem parte do distrito de Santarém, para além de Torres Novas, os concelhos de Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha.

Complementarmente, a evolução do edificado no concelho nos últimos 10 anos, pode traduzir-se da seguinte forma:



Mapa 3 – Evolução do edificado no concelho de Torres Novas, nos últimos 10 anos
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

1.2. Geografia e centro histórico

O concelho de Torres Novas remonta ao princípio da nacionalidade. O castelo de Torres Novas foi conquistado aos mouros por Dom Afonso Henriques em 1148, tendo Torres Novas recebido foral em 1190, no seguimento da sua conquista pelo Rei D. Sancho I. Através da carta de Foral concedida por Dom Sancho I, Torres Novas tornava-se um concelho com a regulamentação dos direitos e deveres

dos habitantes e da povoação, atestando a sua autonomia municipal. Esse primeiro foral foi confirmado pelo Rei Dom Manuel I em 1510.

Para confirmar a importância histórica de Torres Novas, refira-se que, na designada Gruta da Aroeira, foram encontrados os vestígios humanos mais antigos de Portugal. Na página do município, onde a história de Torres Novas é explanada, podemos encontrar a informação:

“A região revelou-se apelativa desde tempos longínquos, tendo o homem deixado marcas da sua presença desde o Paleolítico em locais situados na orla da rede cárstica do rio Almonda, como as grutas de Buraca da Moura e da Oliveira ou a Lapa da Bugalheira.

Mais tarde, nos primórdios do domínio romano, Cardílio e Avita tornaram-se proprietários de uma das diversas “villae” existentes na zona, a Vila Cardílio, que seria classificada como Monumento Nacional em 1967. Esta vila lusitano-romana foi habitada nos séculos I a IV d.C. e entre as suas ruínas recuperaram-se painéis de mosaicos coloridos, moedas, esculturas, a par da inscrição latina que numa interpretação deseja felicidades ao casal na sua “villa da torre”, expressão associada a uma origem plausível do topónimo Torres Novas.

A partir do século XII, o território então conhecido por Turrís começou a ganhar os seus contornos atuais, com a expulsão dos invasores árabes pelas tropas de D. Afonso Henriques (1148) e a fundação do concelho no foral atribuído a 1 de outubro de 1190 por D. Sancho I. O castelo, que, entretanto, ficara em ruínas, foi reconstruído por ordem deste soberano e, mais tarde, por D. Fernando I na sequência das guerras travadas com os reis de Castela. A fortificação resistiu ao tempo e apenas seria alvo de novo programa de reconstrução seis séculos depois, altura em que já detinha a classificação de Monumento Nacional, atribuída em 1910.” (Município de Torres Novas, 2013)

Trata-se, assim, de uma região onde a história deixou marcas e, em particular, visível no denominado centro histórico da cidade. A “identidade urbana” da cidade reflete-se no equilíbrio entre o “novo” e o “velho”, mantendo o município programas de proteção e de requalificação do seu centro histórico. O Observatório Municipal do Espaço Público/Centro Histórico (OMEP/CH) é um órgão consultivo cuja missão é alertar para situações de risco (edifícios em ruína, pragas, etc.), casos a necessitar de intervenção dos serviços municipais (mobiliário partido, pavimento estragado, etc.) ou outros considerados de relevo para o interesse público, na área urbana definida como “centro histórico de Torres Novas”.

Em termos do património urbanístico histórico, é relevante citar os seguintes locais:

Tabela 13 - Património urbanístico histórico

Designações	Categoria	Tipologia	Freguesia	Classificação ²¹
Casa do Mogo de Melo ou Casa do Mogo	Arquitetura civil	Casa	União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador, Santiago)	IIM
Casa dos Vargas e Capela de Santa Ana	s.i. ²²	s.i.	União das Freguesias de Olaia e Paço	MIM
Casa Memorial Humberto Delgado	Arquitetura civil	Casa	União das Freguesias de Brogueira, Parceiros da Igreja e Alcorochel)	IIM
Castelo de Torres Novas	Arquitetura militar	Castelo	União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	MN
Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres ou Ermida de Nossa Senhora do Vale	Arquitetura religiosa	Ermida	União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador, Santiago)	IIP
Gruta da Nascente do Almonda	Arqueologia	Gruta	Junta de Freguesia de Zibreira	IIP
Grutas de Lapas (Almonda)	Arqueologia	Gruta	União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	IIP
Igreja da Misericórdia de Torres Novas	Arquitetura religiosa	Igreja	União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	IIP
Igreja do Carmo	Arquitetura religiosa	Igreja	União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	MIP
Lapa da Bugalheira (ou Lapa dos Coelho) no lugar de Almonda	Arqueologia	Necrópole	Junta de Freguesia de Zibreira	IIP
Pelourinho de Torres Novas ²³	s.i.	s.i.	União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador, Santiago)	IIP
Unidade de Turismo Casa dos Arrábidos (antigo Convento dos Frades Arrábidos, contíguo à Capela de Santo António)	Arquitetura religiosa	Convento	União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador, Santiago)	IIM
Vila Lusitano-Romana (ruínas) - <i>Villa Cardillio</i>	Arqueologia	Villa	União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador, Santiago)	MN

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

1.3. Sistema económico (concentração de atividades económicas, áreas de desenvolvimento agrícola e florestal)

Em Portugal, as atividades económicas encontram-se agrupadas em três setores, a saber: primário (agricultura, caça e silvicultura), secundário (indústria transformadora, produção e distribuição de

²¹ Classificação: IIM - Imóvel de Interesse Municipal; IIP - Imóvel de Interesse Público; MIM - Monumento de Interesse Municipal; MIP - Monumento de Interesse Público; MN - Monumento Nacional.

²² s.i. - Sem informação/Informação não disponível.

²³ Os fragmentos encontram-se numa dependência do Museu Municipal.

eletricidade, gás e água e construção) e terciário (comércio por grosso/a retalho e alojamento e restauração).

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, 2022), disponibiliza a seguinte informação (dados de 2011):

“O setor terciário tem-se evidenciado no Médio Tejo, onde as atividades que o integram superam um terço do número total de empresas e sociedades da região, em particular as relacionadas com o comércio por grosso e a retalho. O número de pessoas empregadas neste setor segue a mesma tendência crescente, cujo total supera dois terços da população ativa da região (68,86%), destacando-se os municípios de Ourém, Tomar, Torres Novas e Abrantes, que, em conjunto, representam mais de 45%.”

O setor secundário abrange a restante população ativa do Médio Tejo quase por completo (28,54%), que se encontra empregada, sobretudo, nos concelhos de Ourém, Abrantes e Torres Novas. Por sua vez, o setor primário cinge-se a 2,60% do total de trabalhadores, revelando pouca proeminência no território de intervenção e caracterizando-se por atividades de subsistência.

Em Torres Novas, o setor primário tem pouca expressão económica, destacando-se a produção de milho, olival e frutos frescos. Na pouca significativa produção florestal, predomina o pinheiro-bravo. Os ovinos representam cerca de 50% do total de animais no setor pecuário. O setor de atividade mais importante é o terciário, seguindo a tendência do Médio Tejo. As pequenas e médias empresas industriais (indústrias de papel, têxtil, alimentar e metalomecânica) predominam, mas é a construção de médias e grandes superfícies comerciais que atraiu a população ativa, assim como a banca, seguros, ensino, transportes e comunicação.

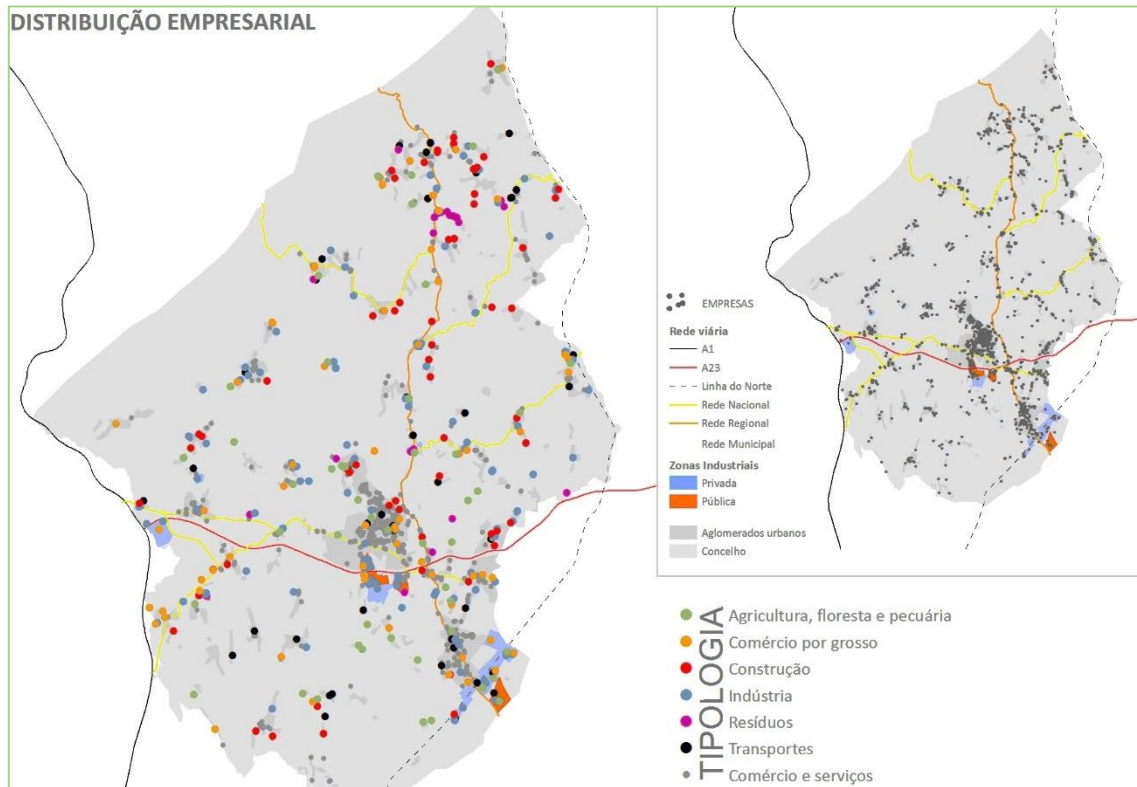
Torres Novas possui 6 zonas industriais e uma área de localização empresarial (ÁLE) que, no seu conjunto, incorporam 81 empresas/negócios:

Tabela 14 – Zonas industriais de Torres Novas

Zona industrial	N.º empresas
Zona Industrial de Torres Novas - Serrada Grande	36
Zona Industrial de Riachos	15
Zona Industrial de Cova do Minhoto	13
Zona Industrial de Cotôas	9
Zona Industrial de Zibreira	4
ÁLE de Torres Novas - PNegóciosTN – Geriparque SA	2
Zona Industrial de Lamarosa	2

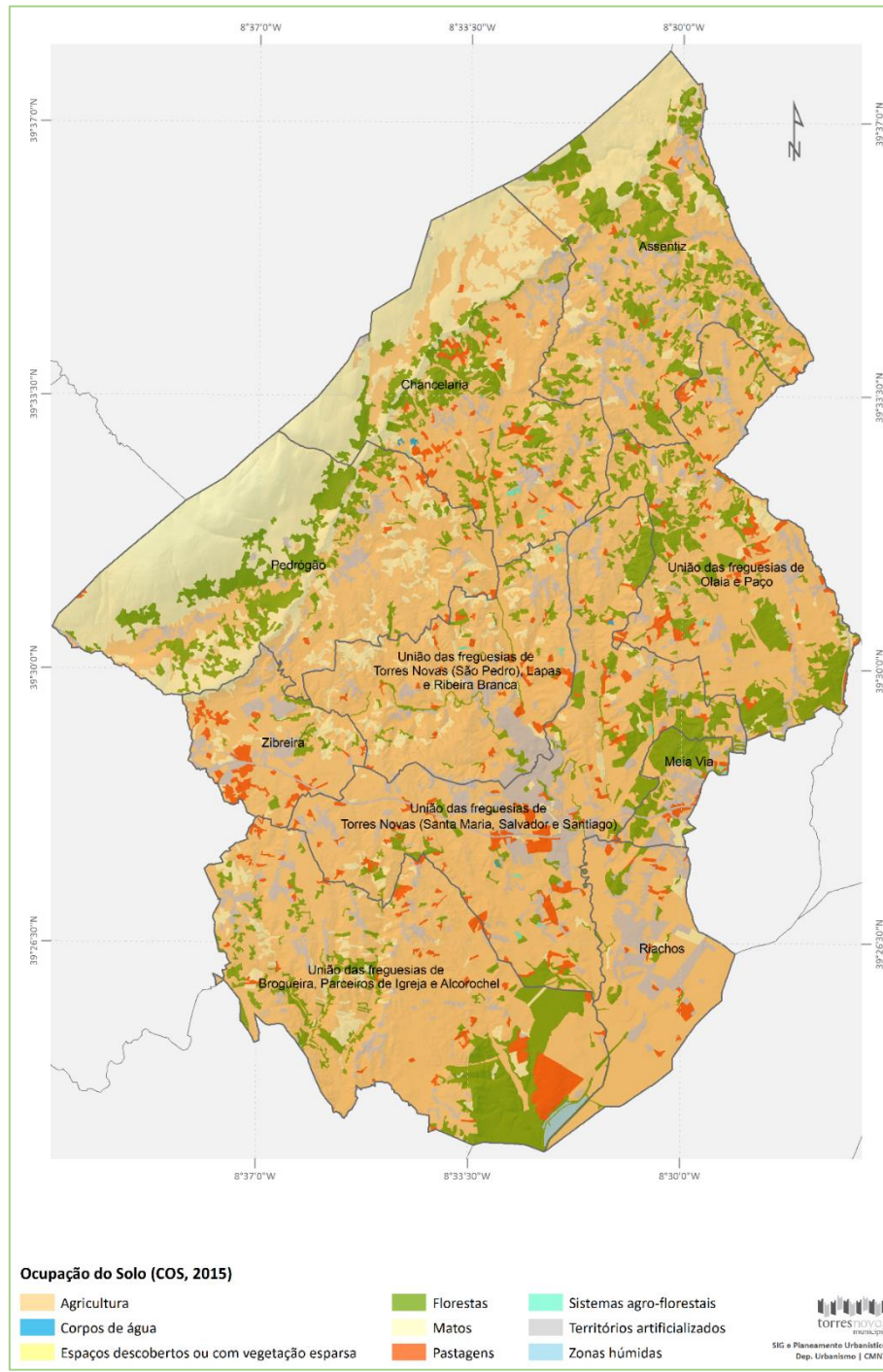
Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Em termos espaciais, no concelho, temos a seguinte distribuição de empresas:



Mapa 4 – Distribuição de empresas no concelho de Torres Novas
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

Já no que diz respeito à ocupação do solo, o mapa seguinte mostra a sua distribuição:

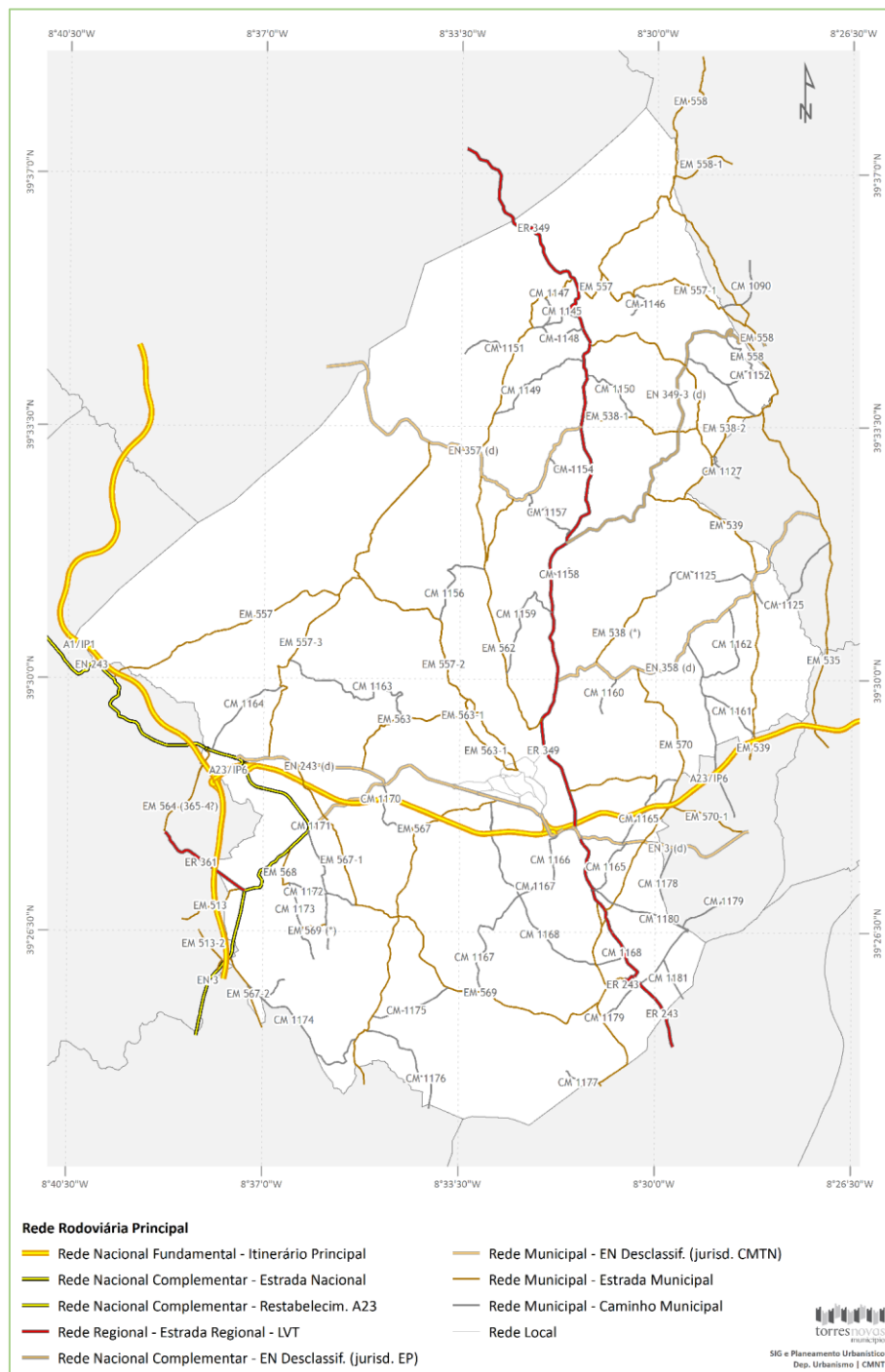


Mapa 5 – Ocupação do solo no concelho de Torres Novas (2015)
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

A maior parte do solo é ocupado por explorações agrícolas, floresta e matos.

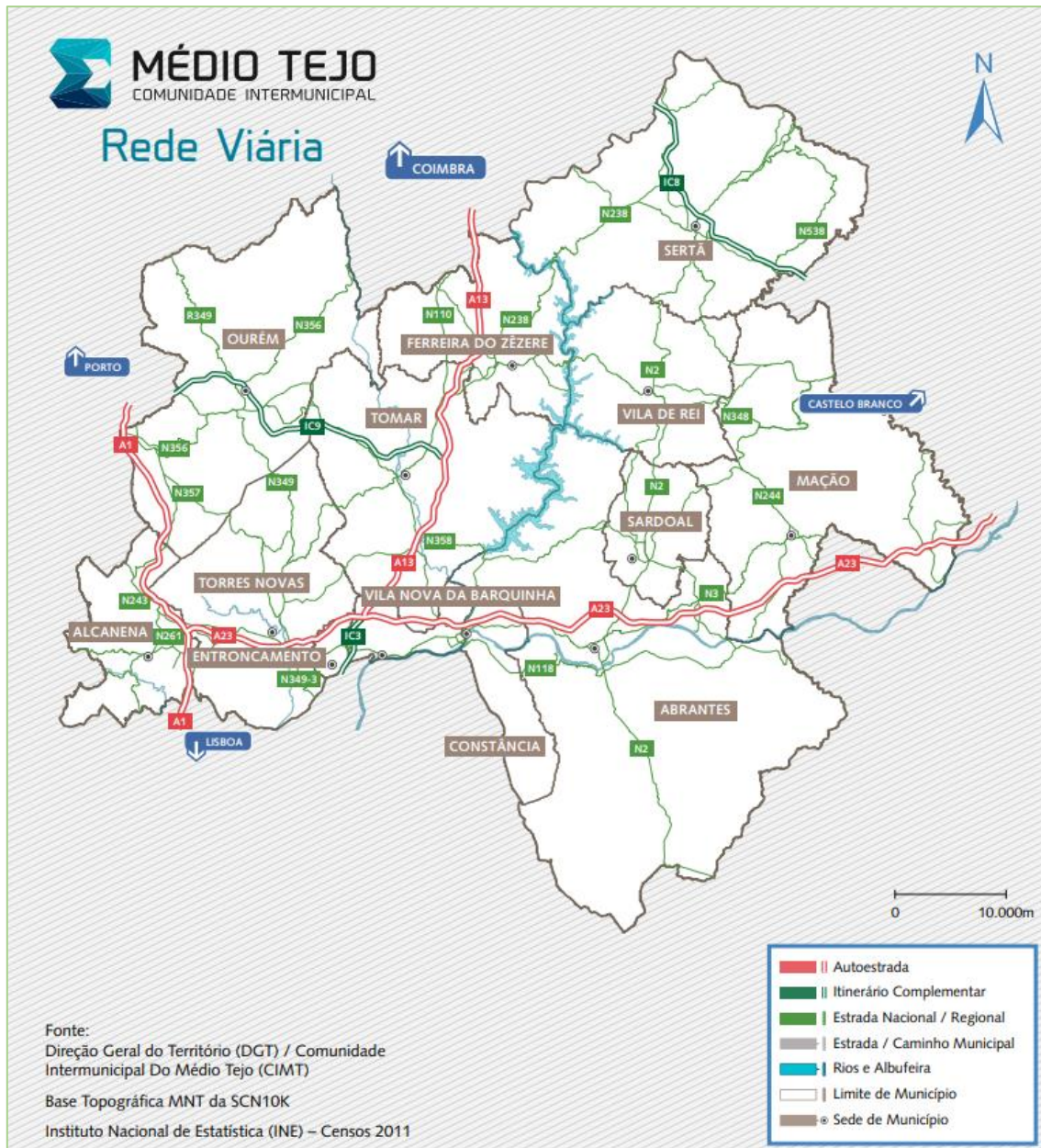
1.4. Sistema de mobilidade e acessibilidades (redes viária, ferroviária, transportes públicos e outros)

O concelho de Torres Novas tem uma localização privilegiada, servido diretamente por dois eixos de comunicação fundamentais: atravessado a Oeste pela autoestrada A1 (eixo Lisboa – Porto) e transversalmente pela A23 (eixo Portugal- Espanha). Internamente tem uma rede viária em boas condições, permitindo um acesso relativamente rápido a todas as povoações, resultando numa densidade da rede viária de 0,08 Km/ha e de 0,055 Km/habitante:



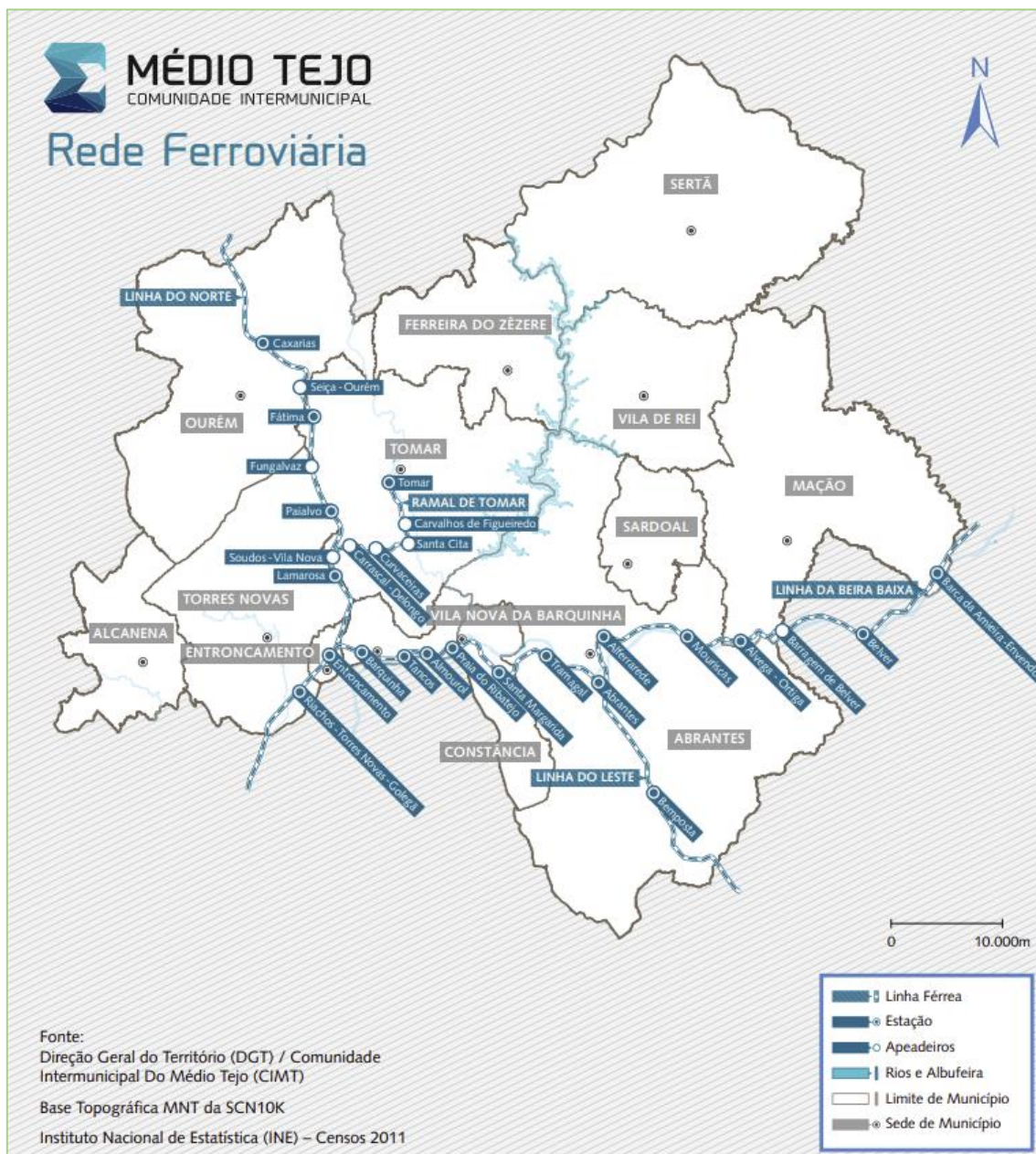
Mapa 6 – Rede viária do concelho de Torres Novas
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

Esta rede viária, em conjunto com a A13 e o IC9, permitem a ligação do município aos outros concelhos da CIMMT:



Mapa 7 – Rede viária (principal) que serve a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (2011)
Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (2022)

Torres Novas, através da Estação de Riachos – Torres Novas – Golegã e fruto da sua proximidade com a estação ferroviária do Município do Entroncamento, tem um acesso rápido à rede de caminho de ferro que serve o Médio Tejo (que conta com um total de vinte e seis estações e apeadeiros ativos), com ligações a quatro eixos ferroviários (Linha do Norte, Linha da Beira Baixa, Linha do Oeste e o ramal de Tomar) que atravessam oito dos concelhos, assegurando o transporte de passageiros e mercadorias na região CIMMT facilitando, também, todo o movimento destes na rede ferroviária nacional:



Mapa 8 – Rede ferroviária que serve a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (2011)

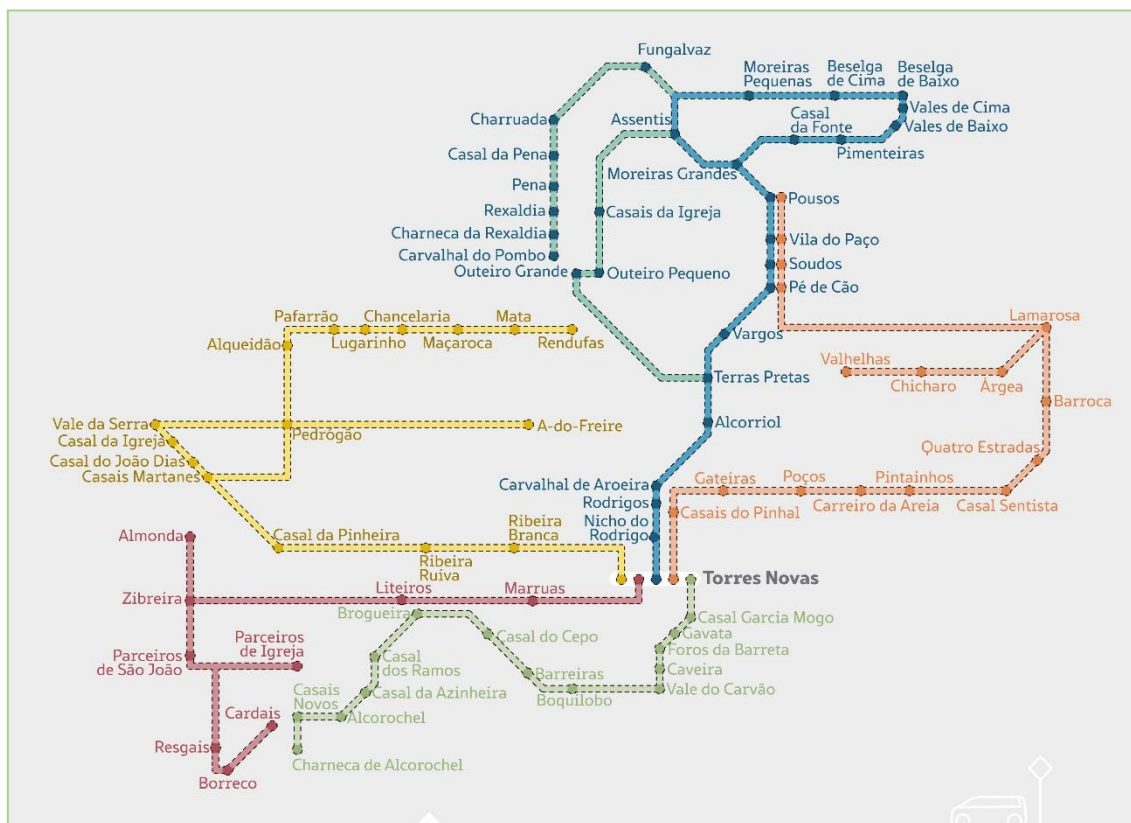
Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (2022)

Para além do serviço de táxis, a população de Torres Novas é servida pela rede de Transportes públicos da Rodoviária do Tejo e pelo serviço de Transportes Urbanos Torrejanos (TUT)²⁴. Os TUT desenvolvem os seus serviços em 3 percursos (Linha Azul – Centro de saúde/Hospital, Linha Vermelha – Bairro da Cabrita/Nicho dos Riachos, e Linha Verde – Gare da Rodoviária do Tejo/Estação de Riachos).

O município integra ainda a rede de “Transporte a Pedido”, promovido pela CIMMT. O “Transporte a Pedido” é um serviço de transporte público, desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo²⁵, em que o passageiro tem de efetuar previamente a reserva de viagem:

²⁴ Mais informação aqui: <https://cm-torresnovas.pt/index.php/tut/linhas-horarios-tarifarios>.

²⁵ Mais informações aqui: <https://cm-torresnovas.pt/index.php/tut/transporte-a-pedido>



Mapa 9 – Rede viária do projeto “Transportes a Pedido” da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (2011)
Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (2022)

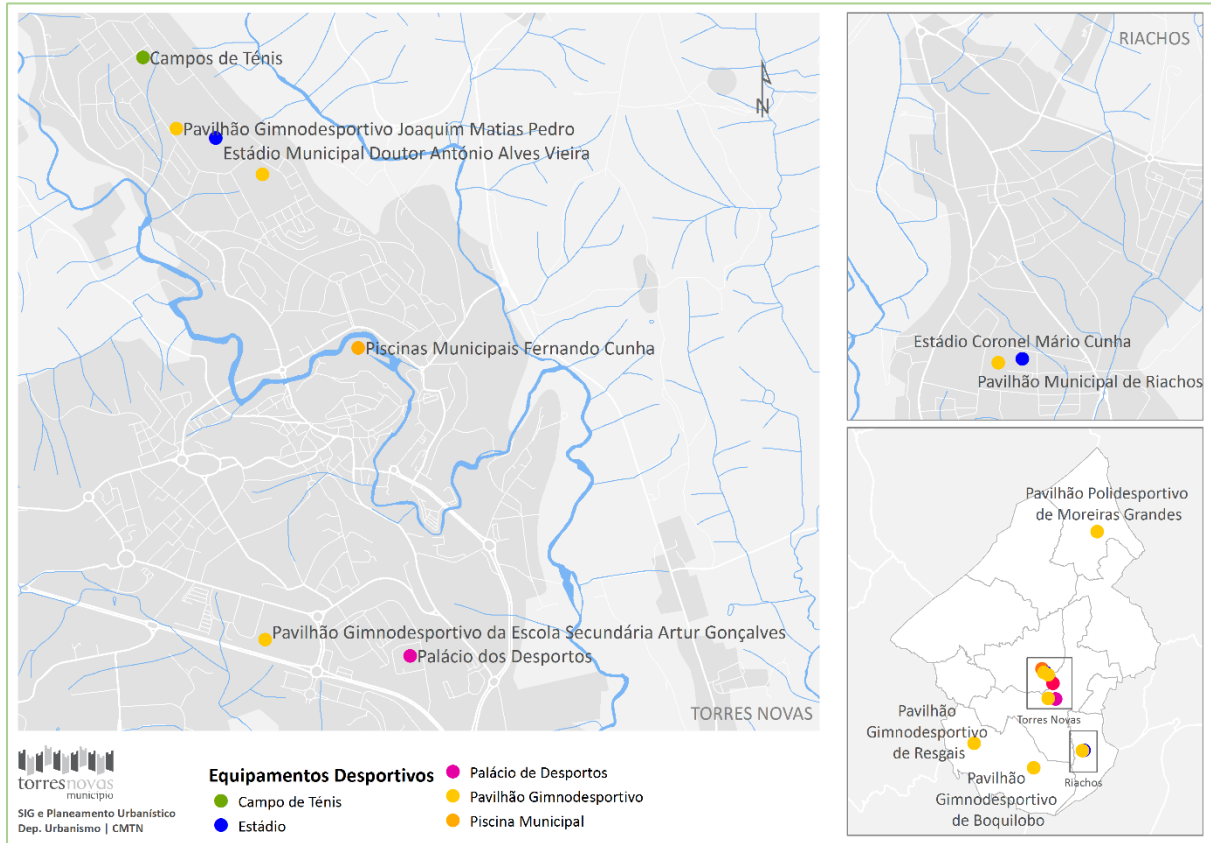
Esta rede funciona dentro do município de Torres Novas e também disponibiliza uma vertente intermunicipal de ligação a todas as sedes de concelho do Médio Tejo (servindo cerca de 214.000 habitantes, com mais de 70 circuitos e 1.300 paragens).

1.5. Equipamentos desportivos

O concelho de Torres Novas usufrui de um conjunto alargado de equipamentos desportivos e os municípios podem disfrutar dos seguintes equipamentos:

- Piscinas Municipais: construído com uma polivalência que lhe permite acolher grandes competições desportivas ao nível da Natação Pura, Pólo Aquático, Natação Sincronizada e Saltos para a Água. Para além disso os dois estúdios que integram este complexo desportivo permitem ainda a prática regular das mais diversas modalidades de fitness. Ocupando uma área total de 3503 m², é constituída por 2 piscinas, uma de competição (25 m x 17 m) e uma de aprendizagem (25 x 12,5 m), ocupando uma área 737,5 m², tendo o cais 1 055 m², totalizando 1 792 m² toda a nave da piscina;
- Sintético da Silvã: campo polidesportivo descoberto, com piso de relva sintética para a prática de futebol;
- Campos de ténis: 3 campos de ténis com piso em relva sintética, a utilizar em regime livre;

- Pavilhão da Escola Básica e Secundária Artur Gonçalves (EBS Artur Gonçalves): recinto de jogo com 1 232 m² de área (44,5 m x 27,7 m), preparada para a prática desportiva na área dos desportos coletivos e ginástica;
- Polidesportivo descoberto: instalação com 40 m x 20 m descoberto e destinado à prática de desportos coletivos (Andebol e Futsal), situado no Estádio Municipal Dr. Alves Vieira;
- Estádio Municipal Dr. Alves Vieira: constituído por um Campo de Futebol em relva natural, uma pista de Atletismo em terra batida com 4 corredores, um sector destinado a lançamentos (Peso e Dardo) e uma caixa de saltos para a prática do salto em comprimento e triplo salto. Tem cerca de 11 500 lugares sentados;
- Pavilhão Municipal de Riachos: recinto de jogo desta instalação desportiva tem 968 m² de área útil, com piso em Sport Court, estando preparado para a prática de Basquetebol, Andebol, Futebol, Voleibol e Hóquei em Patins. Preparado para a prática desportiva de ginástica e desportos coletivos, com capacidade para 1 800 espectadores;
- Pavilhão Gimnodesportivo Joaquim Matias Pedro (Ginásio Municipal): instalação destinada exclusivamente à área competitiva da Ginástica, com equipamentos destinados principalmente à Ginástica Artística e com fosso de quedas para aprendizagem e formação. Recinto com capacidade para 200 espectadores;
- Cabeço das Pias: alberga o centro de BTT. Possui uma rede de caminhos com 360 km, divididos por 10 percursos com quatro níveis de dificuldade (Fácil, Moderado, Difícil e Muito Difícil). A distância destes percursos varia entre os 12 km e os 84km;
- Palácio dos Desportos: é uma instalação multiusos de grande qualidade que permite a prática de atividades desportivas e que cumulativamente possibilita a realização de eventos culturais (teatros, óperas, etc.) e sociais (conferências, congressos, concertos, exposições, etc.). Dependendo da configuração adotada, pode receber um número significativo de visitantes, fruto da aposta em bancadas do tipo telescópico, com capacidade para 1 300 lugares sentados.



Mapa 10 – Distribuição dos equipamentos desportivos no concelho
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

1.6. Infográfico síntese da inserção territorial e estrutura urbana



Área: $\approx 280 \text{ km}^2$



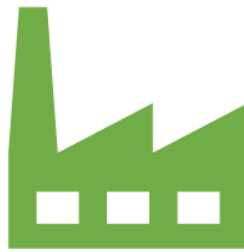
Foral atribuído em
1190



Diverso património
histórico



Setor terciário
predominante



6 zonas industriais
1 ALE (área loc. empr.)



Solo: explorações
agrícolas, floresta,
mato



Diversos
equipamentos
desportivos



Mobilidade: comboio,
transportes públicos,
táxis, TUT

Figura 11 – Infográfico síntese da inserção territorial e estrutura urbana de Torres Novas

2. Dinâmicas sociais

2.1. Dinâmica populacional

No presente ponto procede-se à análise da dinâmica populacional do concelho de Torres Novas e das 10 freguesias que o compõem desde a reorganização administrativa de 2012/2013 (Lei n.º 11-A/2013, 2013). Sempre que relevante em termos comparativos, será incluída a análise de outras unidades territoriais, designadamente da Região Centro (NUTS II) e da Sub-região do Médio Tejo (NUTS III). Esta análise é efetuada com base nos resultados provisórios dos Censos de 2021 procedendo igualmente, sempre que relevante, a comparações e análise de evoluções com os dados dos Censos de 2011 e os anuários estatísticos mais recentes. Note-se que existem dados dos censos de 2021 ainda não disponíveis (como as pirâmides etárias) ou não disponíveis ainda ao nível das freguesias.

Os aspetos a considerar são a (i) distribuição e estrutura da população residente, a sua distribuição pelas freguesias e a sua caracterização, em termos de género, escalões etários e qualificação académica; (ii) fecundidade, mortalidade e migrações, e (iii) movimentos pendulares.

2.1.1. Distribuição e variação da população residente

Com base na comparação entre os censos de 2021 e 2011, verifica-se uma variação negativa da população residente no território de Torres Novas bem como os territórios das Regiões Centro e Médio Tejo. É de realçar que a diminuição da população residente é mais acentuada no Médio Tejo (8,2%) e em Torres Novas (7,6%) do que na Região Centro (4,3%), sendo que Torres Novas perde menos população que a média da sub-região.

Tal como em Torres Novas, também nos concelhos limítrofes se tem assistido a uma diminuição da população residente, conforme indicado na tabela seguinte:

Tabela 15 – Variação da população residente nos concelhos limítrofes de Torres Novas e CIMMT (Censos 2011/2021)

Concelhos	2011	2021	Saldo	Variação percentual da população residente (concelhos limítrofes)
Entroncamento	20206	20141	-65	-0,3%
Ourém	45940	44538	-1402	-3,1%
Vila Nova da Barquinha	7322	7019	-303	-4,3%
Vila de Rei	3452	3279	-173	-5,3%
Santarém	61752	58671	-3081	-5,3%
Constância	4056	3799	-257	-6,8%
Sertã	15880	14770	-1110	-7,5%
Torres Novas	36717	34114	-2603	-7,6%
Médio Tejo	247339	228604	-18735	-8,2%
Golegã	5913	5400	-513	-9,5%
Ferreira do Zêzere	8619	7801	-818	-10,5%
Alcanena	13868	12473	-1395	-11,2%

Concelhos	2011	2021	Saldo	Varição percentual da população residente (concelhos limítrofes)
Tomar	40677	36414	-4263	-11,7%
Sardoal	3939	3518	-421	-12,0%
Abrantes	39325	34336	-4989	-14,5%
Mação	7338	6402	-936	-14,6%

Fonte: População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021 (março de 2022).

Dos concelhos que fazem fronteira com Torres Novas, Tomar e Alcanena apresentam-se como aqueles onde a população residente mais diminuiu entre 2011 e 2021 (respetivamente, 11,7% e 11,2). Sendo certo que nenhum concelho registou aumento da população, essa diminuição fez sentir menos no Entroncamento, Ourém e Vila Nova da Barquinha (respetivamente, 0,3%, 3,1% e 4,3).

A região do Médio Tejo (CIMMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, 2022) conta com 247 330 habitantes, sendo que a soma dos três valores municipais mais elevados, correspondentes a Ourém (45 932 habitantes), Tomar (40 674 habitantes) e Abrantes (39 325 habitantes), equivale a metade do total da população residente. Por outro lado, os valores mais baixos registam-se nos concelhos de Vila de Rei (3 452 habitantes), Sardoal (3 941 habitantes) e Constância (4 056 habitantes).

A população residente do município de Torres Novas tem vindo a diminuir ao longo dos últimos três Censos: 36 908 habitantes em 2001, 36 717 em 2011 e, em 2021, 34.114 habitantes (um decréscimo de 7,6% em 20 anos). Ao nível das freguesias de Torres Novas, todas apresentam uma diminuição da população residente entre 2011 e 2021, sendo que as freguesias de Assentiz, Chancelaria, Pedrogão e a União das freguesias de Olaia e Paço têm uma variação de mais de 10 p.p. negativos. As freguesias da Meia Via e a União das freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago) têm uma diminuição muito ligeira, dado tratar-se das freguesias mais urbanas do concelho:

Tabela 16 – Variação da população total residente nas freguesias de Torres Novas (2011-2021)

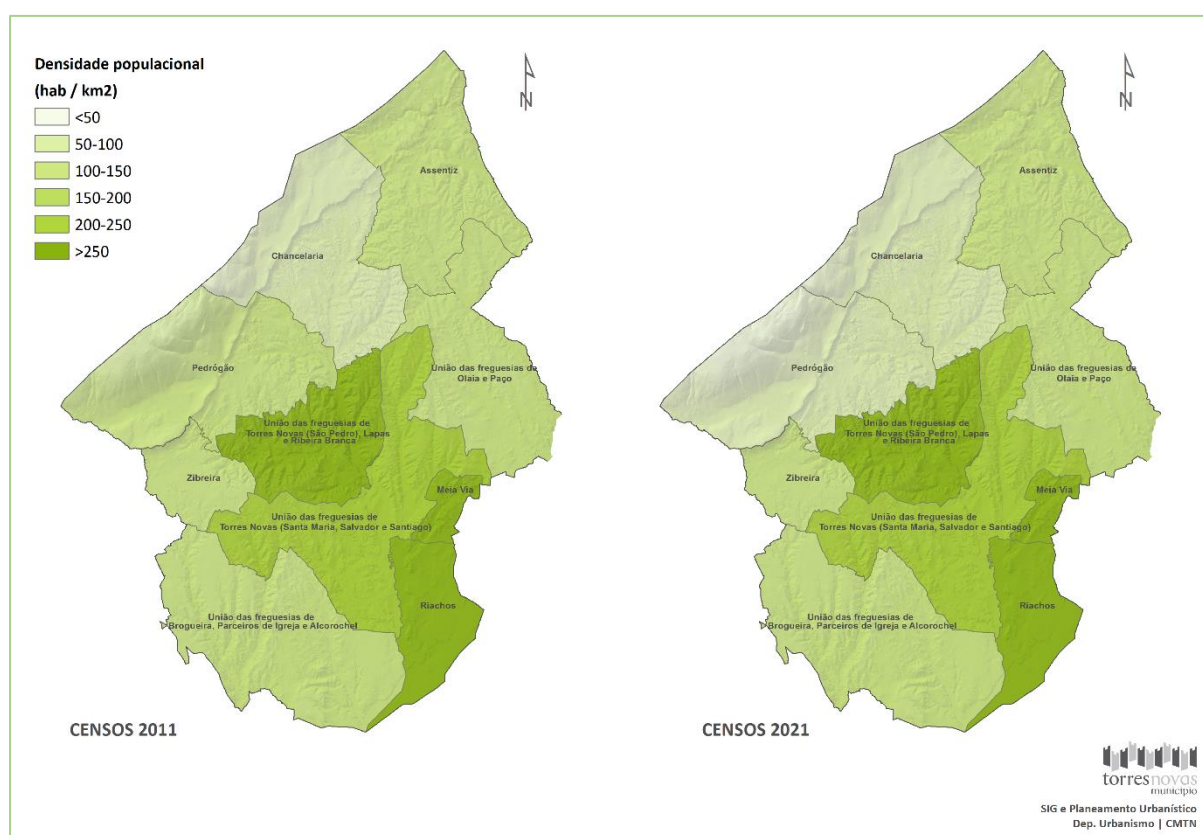
Freguesia	População residente	
	2021	Varição 2011 - 2021
União das freguesias de Olaia e Paço	2021	-16,1%
Chancelaria	1428	-13,9%
Pedrogão	1757	-13,7%
Assentiz	2600	-11,0%
Zibreira	940	-8,6%
União das freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel	2602	-8,0%
União das freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	8021	-7,5%
Riachos	4991	-4,9%
União das freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)	8088	-1,9%
Meia Via	1666	-0,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IP – Portugal (Recenseamento da população e habitação - Censos 2021)

2.1.2. Densidade populacional

Conforme observamos no portal Pordata (FFMS, 2022), a União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca concentra o número mais significativo de habitantes, alcançando os 8.088, contrastando com os 940 registados na freguesia de Zibreira. A maior circunscrição do município supera os 40 km² e pertence à União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago), por oposição aos cerca de 4 km² da freguesia da Meia Via. A pequena dimensão desta última contribui para que detenha uma densidade populacional elevada de 235 habitantes por quilómetro quadrado (hab./km²).

A variação demográfica analisada na secção anterior, em termos de densidade populacional, traduz-se graficamente como a seguir se indica, sendo claro que a redução mais visível aconteceu na freguesia de Pedrógão:



Mapa 11 – Variação da densidade populacional entre Censos (2011, 2021), por freguesia
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

Face aos 228.604 habitantes distribuídos por 3.344 km², a densidade populacional da Região do Médio Tejo é de 68,4 hab./km², sendo inferior à verificada na Região Centro (79,0 hab./km²). No que se refere aos concelhos que integram a Região do Médio Tejo, destaca-se a elevada densidade do Entroncamento (com 1.466,9,8 hab./km²), seguido pelos concelhos de Vila Nova da Barquinha (141,7 hab./km²) e Torres Novas (126,3 hab./km²), em contraste com os valores registados em Vila de Rei (17,1 hab./km²) e Mação (16,0 hab./km²). Note-se ainda que todos os territórios registam uma diminuição da densidade populacional entre 2011 e 2021, explicada pela variação negativa da população neste período:

Tabela 17 – Densidade Populacional no Centro e no Médio Tejo, por concelho (2011 - 2021)

Território	Densidade populacional	
	2021	2011
Entroncamento	1466,9	1476,5
Vila Nova da Barquinha	141,7	148,0
Torres Novas	126,3	135,9
Ourém	106,9	110,3
Tomar	103,7	115,3
Alcanena	98,0	108,5
Centro	79,0	82,4
Médio Tejo	68,4	73,8
Abrantes	48,0	54,8
Constância	47,3	50,4
Ferreira do Zêzere	41,0	45,2
Sardoal	38,2	42,8
Sertã	33,1	35,5
Vila de Rei	17,1	18,1
Mação	16,0	18,3

Fonte: Pordata (FFMS, 2022)

Os concelhos localizados mais a Este da Região do Médio Tejo, são os que registam menor densidade populacional.

Observando os dados relativos às freguesias de Torres Novas para o ano de 2011²⁶ verifica-se uma grande disparidade de valores da densidade populacional: por um lado temos Meia Via (398,1 hab./km²), União das freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca (394,5 hab./km²), Riachos (360,4 hab./km²) e, por outro, Chancelaria (47,0 hab./km²) e Pedrógão (51,7 hab./km²). Esta distribuição demonstra claramente a segregação do concelho em núcleos da malha mais urbana e as freguesias mais rurais:

Tabela 18 – Figura 4 – Densidade Populacional em Torres Novas, por freguesia (2011)

Freguesia	Densidade populacional em 2011 (hab./km ²)
Meia Via	398,1
União das freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	394,5
Riachos	360,4
União das freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)	208,0

²⁶ Os dados dos censos de 2021 referentes à densidade populacional ainda não estão disponíveis ao nível de freguesia.

Freguesia	Densidade populacional em 2011 (hab./km ²)
Zibreira	89,8
Assentiz	89,0
União das freguesias de Olaia e Paço	81,4
União das freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel	67,2
Pedrógão	51,7
Chancelaria	47,0

Fonte: INE, Censos 2011 (maio de 2022)

2.1.3. Estrutura da população

Procedendo agora ao aprofundamento da análise da estrutura da população, segundo os dados censitários, conclui-se que todos os territórios analisados têm uma proporção mais elevada de população residente do sexo feminino e que a Região Centro, Médio Tejo e o concelho de Torres Novas registam uma variação negativa de ambos os sexos entre 2011 e 2021: menos 50 480 homens e 49 708 mulheres na Região Centro, menos 9 466 homens e 9 269 mulheres na Região do Médio Tejo e menos 1 261 homens e 1 342 mulheres no concelho de Torres Novas:

Tabela 19 – População residente (N.º) por local de residência e sexo na Região Centro e Médio Tejo e concelho de Torres Novas e suas freguesias (2011 - 2021)

Local de residência	Sexo					
	HM		H		M	
	2021	2011	2021	2011	2021	2011
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Centro	2 227 567	2 327 755	1 060 783	1 111 263	1 166 784	1 216 492
Médio Tejo	228 604	247 339	108 372	117 838	120 232	129 501
Torres Novas	34 114	36 717	16 250	17 511	17 864	19 206
Assentiz	2 600	2 921	1 262	1 390	1 338	1 531
Chancelaria	1 428	1 659	690	797	738	862
Meia Via	1 666	1 667	813	816	853	851
Pedrógão	1 757	2 037	825	970	932	1 067
Riachos	4 991	5 247	2 370	2 496	2 621	2 751
U.F. Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel	2 602	2 829	1 262	1 355	1 340	1 474
U.F. Olaia e Paço	2 021	2 409	1 007	1 213	1 014	1 196
U.F. Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)	8 088	8 246	3 824	3 894	4 264	4 352
U.F. Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	8 021	8 674	3 755	4 072	4 266	4 602

Local de residência	Sexo					
	HM		H		M	
	2021	2011	2021	2011	2021	2011
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Zibreira	940	1 028	442	508	498	520

Fonte: INE, Censos 2011 (maio de 2022)

Na dimensão da análise da estrutura da população por grupo etário, é possível verificar que esta é muito semelhante na região Centro, Médio Tejo e concelho de Torres Novas sendo que:

- o grupo etário dos 0 aos 14 anos representa entre 11% a 12%;
- o grupo etário dos 15 aos 24 anos representa cerca de 10%;
- o grupo etário entre os 25 e os 64 anos entre 50% a 51%; e
- o grupo etário dos mais de 65 anos entre 27% a 29% (na Região do Médio Tejo este grupo etário tem um peso ligeiramente superior comparativamente ao Centro e Torres Novas).

Estes dados significam que a população escolar potencial representa sensivelmente 22% da população do concelho.

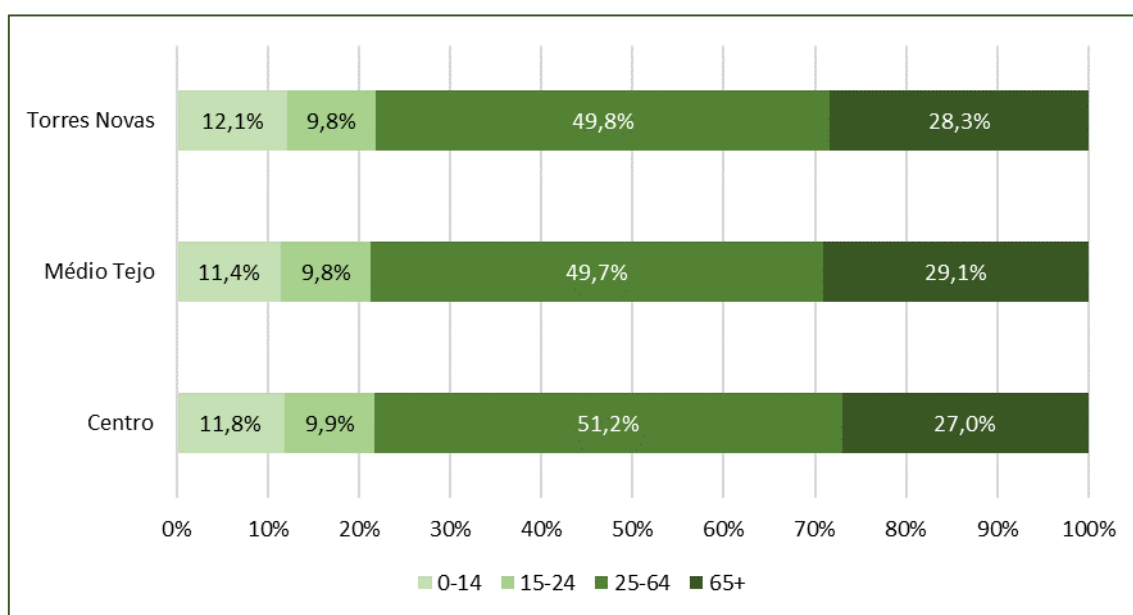


Figura 12 – População residente (%) por grande grupo etário na Região Centro, Médio Tejo e concelho de Torres Novas (2021)

Fonte: INE, Censos 2021 (maio de 2022)

Em termos da evolução entre 2011 e 2021, todos os territórios em análise (Região Centro, Médio Tejo e Torres Novas) sofrem um decréscimo da população entre os 0 e os 64 anos e um aumento da população com mais de 65 anos. Este facto denota o progressivo envelhecimento da população destes territórios. Do ponto de vista das freguesias, mantém-se a tendência acima referida, com a exceção de Riachos, que tem um aumento de 27 indivíduos do grupo etário dos 15 aos 24 anos, e da União das

freguesias de Olaia e Paço, que tem uma diminuição de 37 indivíduos na população com mais de 65 anos:

Tabela 20 – População residente (N.º) por grande grupo etário na Região Centro e Médio Tejo e concelho de Torres Novas e suas freguesias (2011 - 2021)

Local de residência	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos	
	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011
Centro	263 438	319 258	220 605	239 248	1 141 267	1 247 499	602 257	521 750
Médio Tejo	26 175	33 264	22 480	24 813	113 513	127 944	66 436	61 318
Torres Novas	4 136	5 063	3 336	3 526	16 982	19 370	9 660	8 758
Assentiz	293	349	206	299	1 214	1 489	887	784
Chancelaria	132	187	122	176	667	791	507	505
Meia Via	241	264	164	133	806	899	455	371
Pedrogão	189	247	150	210	874	1 066	544	514
Riachos	624	750	497	470	2 413	2 835	1 457	1 192
U.F. Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel	296	324	223	257	1 255	1 434	828	814
U.F. Olaia e Paço	194	284	193	237	1 020	1 237	614	651
U.F. Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)	1 054	1 251	875	749	4 167	4 398	1 992	1 848
U.F. Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	1 010	1 288	830	872	4 102	4 676	2 079	1 838
Zibreira	103	119	76	123	464	545	297	241

Fonte: INE, Censos 2021 (maio de 2022)

Considerando a evolução do peso dos diferentes grupos etários no concelho de Torres Novas, a população entre os 0 e os 14 anos de idade verifica um decréscimo de cerca de 14% para 12%; a população entre os 15 e os 24 anos mantém-se estável com um peso proporcional de cerca de 10% (ligeiro acréscimo de 0.2 p.p.); a população entre os 25 e os 64 anos diminui o seu peso de 53% para 50% e, por último, a população com mais de 65 anos vê o seu peso a aumentar 4 p.p. de cerca de 24% para 28%.

Os impactos destes dados em matéria de procura de educação e formação implicam, à partida, uma estabilidade na procura de ofertas de nível secundário e uma redução da procura nas ofertas de nível pré-escolar e ensino básico.

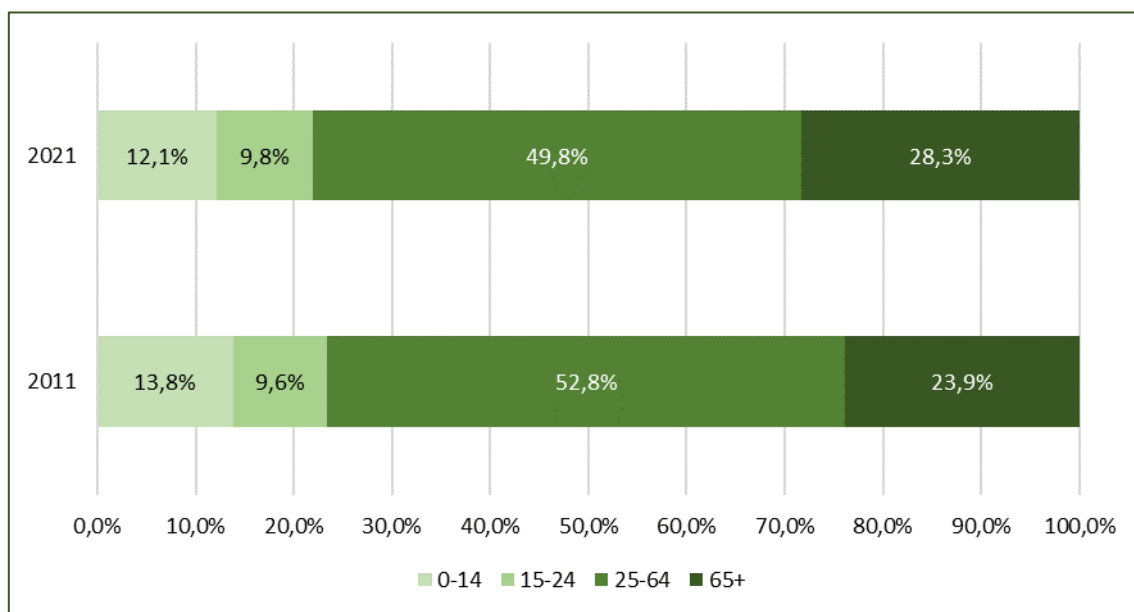


Figura 13 – Evolução da população residente (%), no concelho de Torres Novas, por grande grupo etário (2011 – 2021)
Fonte: INE, Censos 2021 (maio de 2022)

Quanto à distribuição da população por estado civil, existe uma maior proporção de indivíduos casados na Região Centro e Médio Tejo e concelho de Torres Novas, seguindo-se a população solteira, viúva e divorciada. No concelho de Torres Novas, a diferença entre o número de indivíduos solteiros (13 546) e casados (99 284) no ano de 2021 era apenas de 995. Note-se igualmente que a diferença entre o número de viúvos (3 116) e de divorciados (2 911) era apenas de 205 indivíduos em 2021:

Tabela 21 – População residente (N.º) por local de residência e estado civil na Região Centro e Médio Tejo e concelho de Torres Novas e suas freguesias (2011 - 2021)

Local de residência	Solteiro		Casado		Viúvo		Divorciado	
	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011
Centro	877 253	857 326	984 035	1 157 494	194 428	195 331	171 851	117 604
Médio Tejo	88 780	89 807	99 284	122 167	22 663	23 158	17 877	12 207
Torres Novas	13 546	13 461	14 541	18 097	3 116	3 168	2 911	1 991
Assentiz	877	999	1 325	1 569	268	287	130	66
Chancelaria	453	538	726	870	162	192	87	59
Meia Via	664	614	692	826	166	131	144	96
Pedrógão	626	724	832	1 051	195	190	104	72
Riachos	1 956	1 806	2 174	2 707	458	461	403	273
U.F. Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel	945	915	1 238	1 505	229	290	190	119
U.F. Olaia e Paço	727	829	976	1 250	187	224	131	106
U.F. Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)	3 482	3 164	3 069	3 828	730	698	807	556

Local de residência	Solteiro		Casado		Viúvo		Divorciado	
	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011
U.F. Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	3 462	3 517	3 107	3 945	614	616	838	596
Zibreira	354	355	402	546	107	79	77	48

Fonte: INE, Censos 2021 (maio de 2022)

Em termos evolutivos da população residente por estado civil no concelho de Torres Novas entre 2011 e 2021, o peso relativo dos solteiros bem como dos divorciados aumentou cerca de 3 p.p. em ambos os casos. Este aumento é compensado pela diminuição do peso relativo dos casados, que diminuiu quase 7 p.p. neste período:

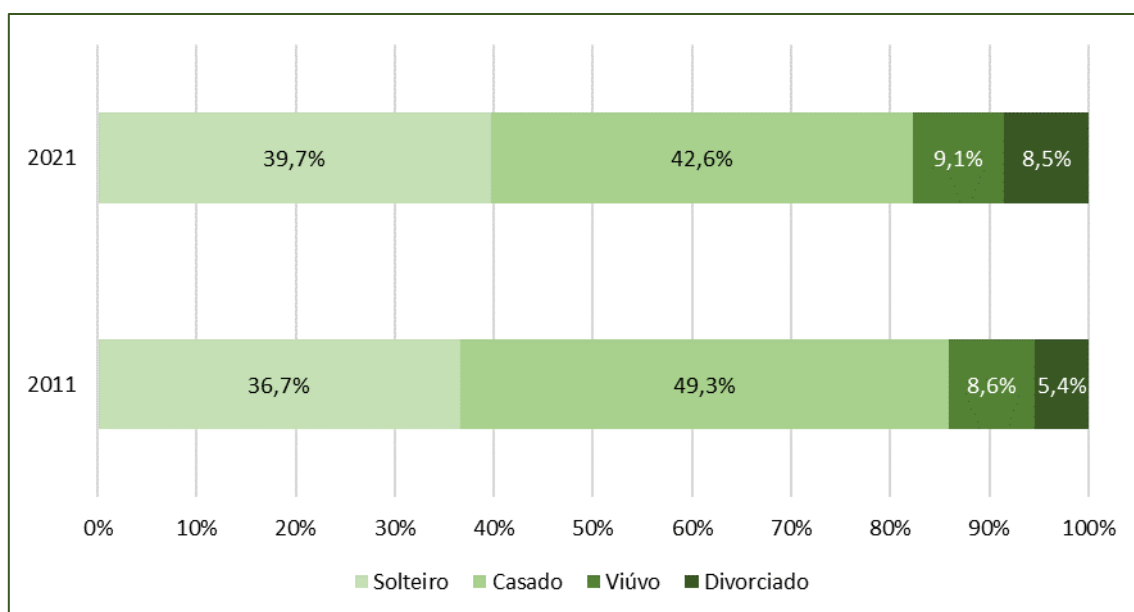


Figura 14 – População residente (%), por estado civil, no concelho de Torres Novas (2011 - 2021)

Fonte: INE, Censos 2021 (maio de 2022)

Existem 909 425 agregados domésticos privados na Região Centro, sendo que 319 800 são agregados de duas pessoas e 229 462 de uma pessoa. No Médio Tejo existem 95 233 agregados domésticos privados e mantém-se a proporção: 33 754 são agregados com duas pessoas e 26 156 com uma pessoa.

No concelho de Torres Novas, existem 14 174 agregados domésticos privados, sendo 4 988 agregados com duas pessoas, 3 778 com uma pessoa, seguindo-se os agregados com três pessoas (2 846), quatro pessoas (1 985) e cinco pessoas (577). Em todas as freguesias do concelho de Torres Novas o agregado doméstico privado mais expressivo é o agregado com duas pessoas, seguindo-se o agregado com apenas uma pessoa:

Tabela 22 – Dimensão dos agregados domésticos privados na Região Centro e Médio Tejo e concelho de Torres Novas e suas freguesias (2021)

Local de residência	Total	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 ou mais pessoas
Centro	909 425	229 462	319 800	188 291	129 649	42 223
Médio Tejo	95 233	26 156	33 754	18 483	12 962	3 878
Torres Novas	14 174	3 778	4 988	2 846	1 985	577
Assentiz	1 085	264	426	190	153	52
Chancelaria	618	186	221	109	77	25
Meia Via	627	145	201	127	123	31
Pedrógão	731	189	262	155	94	31
Riachos	1 978	440	715	425	309	89
U.F. Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel	1 070	250	411	216	138	55
U.F. Olaia e Paço	853	215	300	192	109	37
U.F. Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)	3 364	981	1 125	656	467	135
U.F. Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	3 474	1 014	1 186	706	463	105
Zibreira	374	94	141	70	52	17

Fonte: INE, Censos 2021 (maio de 2022)

Em termos evolutivos, entre 2011 e 2021, há a registar no concelho de Torres Novas uma diminuição da proporção dos agregados domésticos privados com três pessoas (-3 p.p.) e quatro pessoas (-2 p.p.), compensada por um aumento dos agregados domésticos privados com apenas uma pessoa (+5 p.p.):

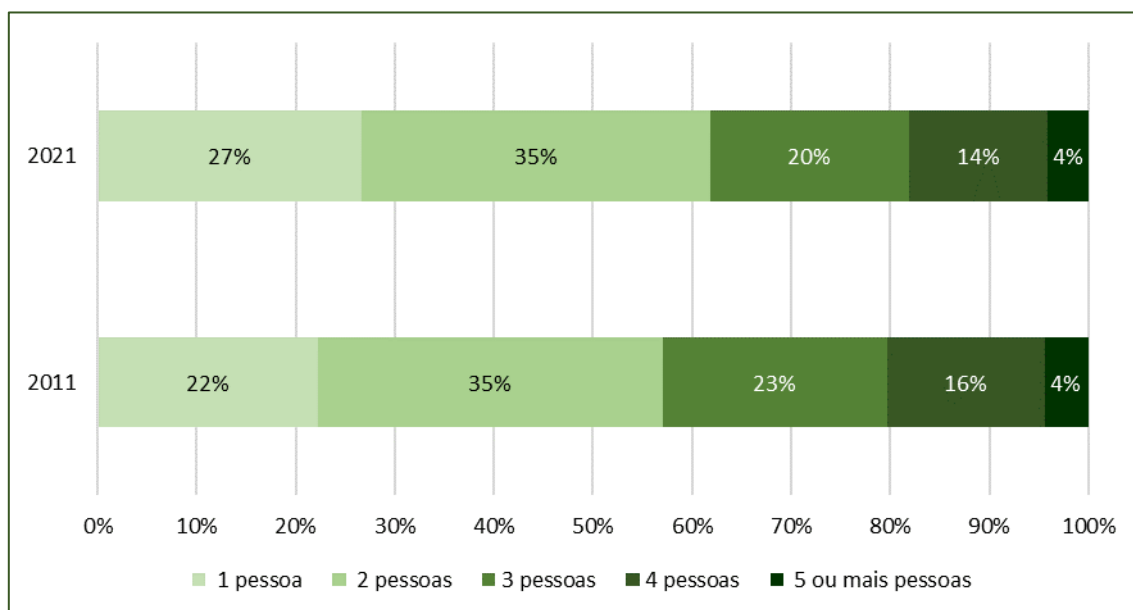


Figura 15 – Dimensão dos agregados domésticos privados (%) no concelho de Torres Novas (2011 - 2021)
Fonte: INE, Censos 2021 (maio de 2022)

2.1.4. Natalidade, mortalidade, dependência e migrações

A taxa bruta de natalidade registou uma diminuição entre 2011 e 2020²⁷ na região Centro (-0,8), Médio Tejo (-0,6) e concelho de Torres Novas (-0,7). Note-se que o concelho de Torres Novas apresenta uma taxa bruta de natalidade superior à da região Centro e do Médio Tejo (7,4‰; 7,1‰ e 6,5‰ respetivamente).

A taxa bruta de mortalidade regista um aumento entre 2011 e 2020 na região Centro (2,3‰), Médio Tejo (2,9‰) e concelho de Torres Novas (1,0‰), sendo este aumento de quase 3‰ no Médio Tejo. No entanto, estes dados devem ser devidamente enquadrados na crise pandémica de Covid-19 e seu impacto na mortalidade das populações mais envelhecidas.

Tabela 23 – Taxas de natalidade e mortalidade (‰) na Região Centro, Médio Tejo e concelho de Torres Novas (2011 - 2020)

Local de residência	Taxa bruta de natalidade (‰)		Taxa bruta de mortalidade (‰)	
	2020	2011	2020	2011
Centro	7,1	7,9	13,6	11,3
Médio Tejo	6,5	7,1	15,3	12,4
Torres Novas	7,4	8,1	13,9	12,9

Fonte: INE, Estimativas da população residente (maio de 2022)

Os dados que de seguida apresentamos, evidenciam o progressivo envelhecimento da população, com um aumento muito significativo do índice de envelhecimento na região Centro, Médio Tejo e concelho de Torres Novas. Este envelhecimento é também visível no aumento entre 2011 e 2020²⁸ do índice de

²⁷ Os dados de 2021 ainda não se encontram disponíveis.

²⁸ Os dados de 2021 ainda não se encontram disponíveis.

dependência de idosos e diminuição do índice de dependência dos jovens face à população ativa. O índice de dependência total regista um aumento na Região Centro (2,1) e no Concelho de Torres Novas (1,4), sendo que no Médio Tejo se verifica uma ligeira diminuição (1,8). Isto significa que, no concelho de Torres Novas e na Região Centro, o peso da população jovem e idosa face à população ativa aumentou entre 2011 e 2020.

Comparativamente à Região Centro e Médio Tejo, o concelho de Torres Novas apresentava, em 2020, um índice de dependência de jovens superior, sendo que o mesmo se verificava para os índices de dependência de idosos e de dependência total. O índice de envelhecimento era superior ao da Região Centro, mas inferior ao do Médio Tejo:

Tabela 24 – Índices de dependência na Região Centro, Médio Tejo e concelho de Torres Novas (2011 - 2020)

Local de residência	Índice de dependência de jovens		Índice de dependência de idosos		Índice de dependência total		Índice de envelhecimento	
	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011
Centro	18,8	21,3	38,8	34,2	57,6	55,5	206,8	160,7
Médio Tejo	17,9	21,4	40,9	39,0	58,8	60,3	228,7	182,6
Torres Novas	19,4	21,5	41,3	37,8	60,7	59,3	212,6	175,7

Fonte: INE, Estimativas da população residente (maio de 2022)

Quanto aos movimentos migratórios, entre 2011 e 2020 existe uma alteração relevante, na medida em que a taxa de crescimento migratório e o saldo migratório passam a ser positivos na Região Centro, Médio Tejo e no concelho de Torres Novas. De facto, em Torres Novas, em 2011 a taxa de crescimento migratório era de -0,12% passando para 1,13% em 2020. O saldo migratório registava igualmente um valor negativo de -44 indivíduos em 2011, passando para um saldo positivo de 394 indivíduos:

Tabela 25 – Taxa de crescimento migratório (%) e saldo migratório (n.º) na Região Centro e Médio Tejo e concelho de Torres Novas (2011 - 2020)

Local de residência	Taxa de crescimento migratório (%)		Saldo migratório (N.º)	
	2020	2011	2020	2011
Centro	1,19	-0,32	26 555	-7 456
Médio Tejo	1,22	-0,27	2 840	-657
Torres Novas	1,13	-0,12	394	-44

Fonte: INE, Estimativas da população residente (maio de 2022)

2.1.5. Movimentos pendulares

Os movimentos pendulares permitem analisar a atratividade dos concelhos através da análise das movimentações entre a residência e o local de trabalho ou estudo da população que trabalha ou estuda em Torres Novas residindo noutra unidade territorial, e da população residente em Torres Novas que trabalha ou estuda noutra unidade territorial.

Com base nos dados censitários de 2011²⁹, verifica-se que Torres Novas é o quarto concelho do Médio Tejo com maior proporção de população que entra no concelho para trabalhar ou estudar (16,0%) embora Constância tenha um valor significativamente superior (46,6%). Note-se igualmente que a proporção da população que sai de Torres Novas para trabalhar ou estudar noutra unidade territorial é semelhante àquela que entra (17,7%). Já no que se refere à mobilidade pendular total da população empregada, que considera a população residente empregada fora de Torres Novas e a população não residente empregada em Torres Novas face à população residente empregada, destacam-se os concelhos de Constância (com 147,9%) e Vila Nova da Barquinha (com 101,3%):

Tabela 26 – Duração média dos movimentos pendulares (min) nos concelhos Médio Tejo (2011)

Local de residência	Proporção da população não residente que entra na unidade territorial	Proporção da população residente que sai da unidade territorial	Mobilidade pendular da população empregada
Constância	46,6	22,3	147,9
Alcanena	19,8	16,2	71,1
Entroncamento	19,7	29,4	92,4
Torres Novas	16,0	17,7	68,0
Vila Nova da Barquinha	15,6	30,6	101,3
Tomar	11,5	11,7	44,6
Ourém	11,0	12,6	42,3
Sardoal	10,3	19,3	62,8
Abrantes	8,2	11,8	41,9
Ferreira do Zêzere	7,8	13,3	45,9

Fonte: INE, Censos 2021 (maio de 2022)

Aprofundando a análise em relação ao total de população trabalhadora residente no concelho de Torres Novas, de acordo com os dados referidos no Plano Estratégico Educativo Municipal, verifica-se que cerca de 67% trabalha no próprio concelho e que cerca de 33% de residentes trabalha noutro concelho. São sobretudo os concelhos de Alcanena (23,3%) e Entroncamento (20,7%) que atraem população residente de Torres Novas para trabalhar, seguindo-se Tomar (8,6%), Ourém (7,3%), Abrantes (3,36%) e Vila Nova da Barquinha (2,6%). A população residente noutros concelhos e que trabalha em Torres Novas provém, sobretudo, do Entroncamento.

Já sobre a população estudante residente no concelho de Torres Novas, cerca de 85% estuda no próprio concelho, sendo os concelhos do Entroncamento e Tomar aqueles que atraem estudantes residentes de Torres Novas. Daqueles estudantes que residem fora de Torres Novas, a sua proveniência é sobretudo de Entroncamento e de Alcanena.

²⁹ Os dados dos Censos de 2021 ainda não se encontram disponíveis

As durações médias dos movimentos pendulares nos concelhos do Médio Tejo variam entre os 22 minutos no concelho de Entroncamento e os 14 minutos em Alcanena. Em Torres Novas, os movimentos pendulares apresentam uma duração média de 17 minutos:

Tabela 27 – Duração média movimentos pendulares (em minutos) nos concelhos Médio Tejo (2011)

Local de residência	Duração média dos movimentos pendulares (em minutos)
Entroncamento	22,1
Vila Nova da Barquinha	20,2
Constância	18,9
Abrantes	17,9
Tomar	17,7
Torres Novas	17,4
Sardoal	17,1
Ourém	16,6
Ferreira do Zêzere	16,5
Alcanena	14,3

Fonte: INE, Censos 2021 (maio de 2022)

O automóvel é o meio de transporte mais utilizado para o movimento pendular em todos os concelhos, sendo que a deslocação a pé ou por autocarro também apresenta valores relevantes. Em Torres Novas, o principal meio de deslocação é o automóvel (10 526 pessoas, como condutor, e 3 955, como passageiro), seguindo-se a deslocação a pé (2 591) e autocarro (1 398):

Tabela 28 – Meio de transporte usado nos movimentos pendulares (nº) nos concelhos Médio Tejo (2011)

Local de residência	A pé	Automóvel ligeiro - como condutor	Automóvel ligeiro - como passageiro	Autocarro	Transporte coletivo da empresa ou da escola	Metropolitano	Comboio	Motociclo	Bicicleta	Barco	Outro
Ourém	3 164	13 196	4 489	2 364	996	15	151	410	123	0	40
Torres Novas	2 591	10 526	3 955	1 398	332	22	478	342	116	0	59
Tomar	3 507	9 803	3 882	1 604	295	25	488	331	87	0	48

Local de residência	A pé	Automóvel ligeiro - como condutor	Automóvel ligeiro - como passageiro	Autocarro	Transporte coletivo da empresa ou da escola	Metropolitano	Comboio	Motociclo	Bicicleta	Barco	Outro
Abrantes	2 909	9 505	3 690	1 654	508	17	316	281	176	0	72
Entroncamento	2 524	5 161	2 081	540	201	15	1 014	63	187	1	10
Alcanena	1 335	3 944	1 298	539	134	9	33	147	41	0	16
Ferreira do Zêzere	505	2 092	559	477	265	2	18	98	31	1	18
Vila Nova da Barquinha	549	1 827	705	194	85	3	234	67	41	0	3
Constância	393	1 008	392	215	53	2	57	53	37	0	2
Sardoal	403	873	285	160	87	1	16	35	7	0	1

Fonte: INE, Censos 2021 (maio de 2022)

2.1.6. Infográfico síntese da dinâmica social



Diminuição da população residente



Diminuição da taxa bruta de natalidade



Aumento da taxa bruta mortalidade



Envelhecimento da população



Aumento dos índices de dependência



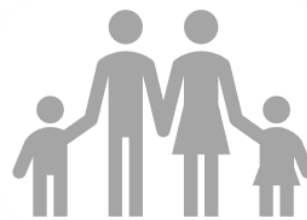
Taxa de crescimento migratório positiva e saldo migratório positivo



Aumento do peso relativo da população solteira e divorciada



Mais mulheres (52,4%) do que homens (47,6%)



Diminuição de agregados domésticos privados com três ou quatro pessoas



Aumento dos agregados domésticos privados com apenas uma pessoa



Maioria da população trabalha ou estuda no concelho



Movimentos pendulares significativos com os concelhos de Entroncamento, Alcanena e Tomar

Figura 16 – Infográfico síntese da dinâmica social em Torres Novas

2.2. Dinâmica socioeconómica

No presente capítulo é efetuado o diagnóstico da dinâmica socioeconómica do concelho de Torres Novas, procedendo-se à caracterização da população por níveis de ensino; à caracterização da população por naturalidade; à caracterização das empresas da região; à análise dos indicadores referentes ao mercado de trabalho e proteção social e, por último, à análise dos indicadores referentes à remuneração e poder de compra da população.

2.2.1. Caracterização população por níveis de ensino

Quanto à caracterização da população residente por nível de ensino, é possível verificar que, em todos os concelhos da Região do Médio Tejo, a maioria da população tem o ensino básico e que o número de residentes com nenhum nível de ensino é ainda muito significativo, chegando mesmo a apresentar um valor superior ao número de residentes com o ensino superior nos concelhos de Alcanena, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã e Vila de Rei:

Tabela 29 – População residente (Nº.) por nível de ensino, nos concelhos Médio Tejo (2021)

Local de residência	Nenhum	Ensino básico	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino superior
Abrantes	4 329	18 599	7 017	4 391
Alcanena	1 586	6 839	2 704	1 344
Constância	490	1 944	868	497
Entroncamento	2 638	8 457	5 251	3 795
Ferreira do Zêzere	1 278	4 417	1 447	659
Mação	916	3 762	1 111	613
Ourém	7 068	22 663	8 878	5 929
Sardoal	378	2 054	719	367
Sertã	2 288	8 107	3 037	1 338
Tomar	4 562	18 524	7 747	5 581
Torres Novas	4 077	17 234	7 439	5 364
Vila de Rei	517	1 877	589	296
Vila Nova da Barquinha	903	3 481	1 589	1 046

Fonte: INE, Censos 2021 (junho de 2022)

É de salientar que o concelho de Torres Novas tem 21 311 indivíduos residentes com nenhum nível de ensino e ensino básico (cerca de 60% da população) face a 12 803 indivíduos residentes com o ensino secundário e ensino superior (cerca de 40% da população). Não obstante, destaca-se igualmente que é dos concelhos da Região do Médio Tejo com maior proporção de população com o ensino superior:

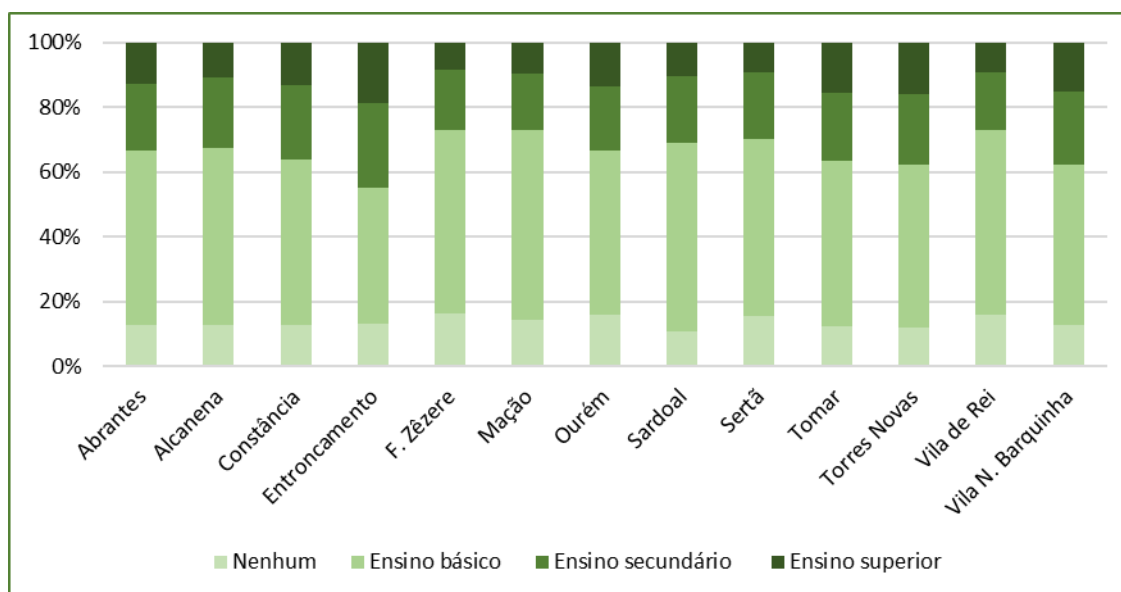


Figura 17 – População residente (%) por nível de ensino nos concelhos Médio Tejo (2021)

Fonte: INE, Censos 2021 (junho de 2022)

Já ao nível das freguesias, é na União das Freguesias de Torres Novas (S. Pedro), Lapas e Ribeira Branca e na União das freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago) que encontramos a maior proporção da população com nível de educação igual ou superior ao ensino secundário. Por outro lado, é nas freguesias de Assentiz e de Chancelaria que encontramos a maior proporção de população com o ensino básico ou nenhum (esta distribuição é compatível com a natureza urbana e rural de cada um dos dois conjuntos de freguesias referidos):

Tabela 30 – População residente (N^o.), por nível de ensino, nas freguesias de Torres Novas (2021)

Local de residência	Nenhum	Ensino básico	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino superior
Assentiz	330	1 557	467	246
Chancelaria	178	844	247	159
Meia Via	232	801	393	240
Pedrógão	217	1 029	321	190
Riachos	638	2 563	1 134	656
UF Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel	361	1 466	499	276
UF Olaia e Paço	222	1 143	428	228
UF Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)	988	3 541	1 799	1 760
UF Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	812	3 767	1 962	1 480
Zibreira	99	523	189	129

Fonte: INE, Censos 2021 (junho de 2022)

Em termos evolutivos, o concelho de Torres Novas apresenta uma melhoria da qualificação da população entre 2011 e 2021, com o aumento da percentagem da população com o ensino secundário e pós-secundário (aumento de 6,9 p.p.) e da população com o ensino superior (aumento de 4,5 p.p.):

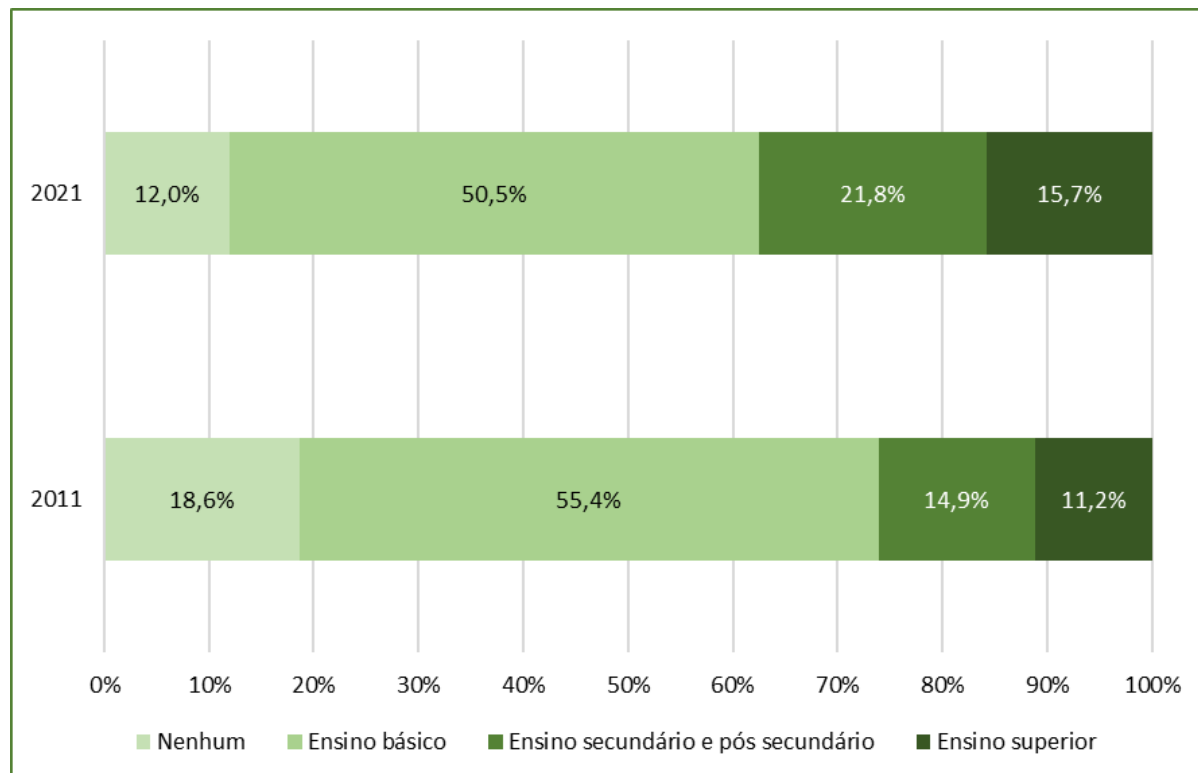


Figura 18 – População residente (%), por nível de ensino, no concelho de Torres Novas (2011 - 2021)
Fonte: INE, Censos 2021 (junho de 2022)

2.2.2. Caracterização população por naturalidade

De acordo com os Censos de 2021, o concelho de Torres Novas apresenta uma proporção maior de população residente com naturalidade estrangeira de fora da União Europeia (1 293 indivíduos) do que população estrangeira pertencente a um dos estados-membros da União Europeia (606 indivíduos). Note-se que a população estrangeira de fora da União Europeia foi a única que registou um aumento entre 2011 e 2021 (de 1 133 para 1 293 indivíduos).

A freguesia de Chancelaria é aquela que apresenta a maior proporção de população residente estrangeira proveniente de países da União Europeia em 2021. A União das Freguesias de Torres Novas (S. Pedro), Lapas e Ribeira Branca e a União das freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago) são as que têm uma maior proporção de população estrangeira de fora da União Europeia, bem como a maior proporção de população estrangeira de ambas as categorias de naturalidade.

Tabela 31– População residente (N^o) por naturalidade nas freguesias de Torres Novas (2021)

Local de residência	2021			2011		
	Portuguesa	Estrangeira da UE	Estrangeira fora da UE	Portuguesa	Estrangeira da UE	Estrangeira fora da UE
Torres Novas	32 215	606	1 293	34 960	624	1 133
Assentiz	2 498	58	44	2 806	62	53
Chancelaria	1 352	54	22	1 568	64	27
Meia Via	1 593	24	49	1 602	20	45
Pedrógão	1 678	29	50	1 961	29	47
Riachos	4 775	45	171	5 061	42	144
UF Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel	2 464	74	64	2 716	69	44
UF Olaia e Paço	1 927	41	53	2 291	51	67
UF Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)	7 491	154	443	7 769	133	344
UF Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	7 534	114	373	8 205	136	333
Zibreira	903	13	24	981	18	29

Fonte: INE, Censos 2021 (junho de 2022)

2.2.3. Mercado de trabalho e proteção social

A taxa de desemprego nos municípios da Região do Médio Tejo em 2011³⁰ encontra-se explicitada na figura seguinte, sendo que Torres Novas apresentava uma taxa de desemprego de 9,6%, com valores superiores nas mulheres (10,4% contra 8,9% nos homens).

Comparativamente aos restantes municípios, Torres Novas apresentava o quinto desemprego mais baixo, sendo Abrantes o concelho com a taxa mais elevada (13,6%) e Ferreira do Zêzere o que apresenta a taxa mais baixa (7,9%).

³⁰ A taxa de desemprego ao nível dos municípios ainda não se encontra disponível para o ano de 2021. Deste modo, em seguida são explicitados os dados sobre a população desempregada inscrita nos centros de emprego para o ano de 2021.

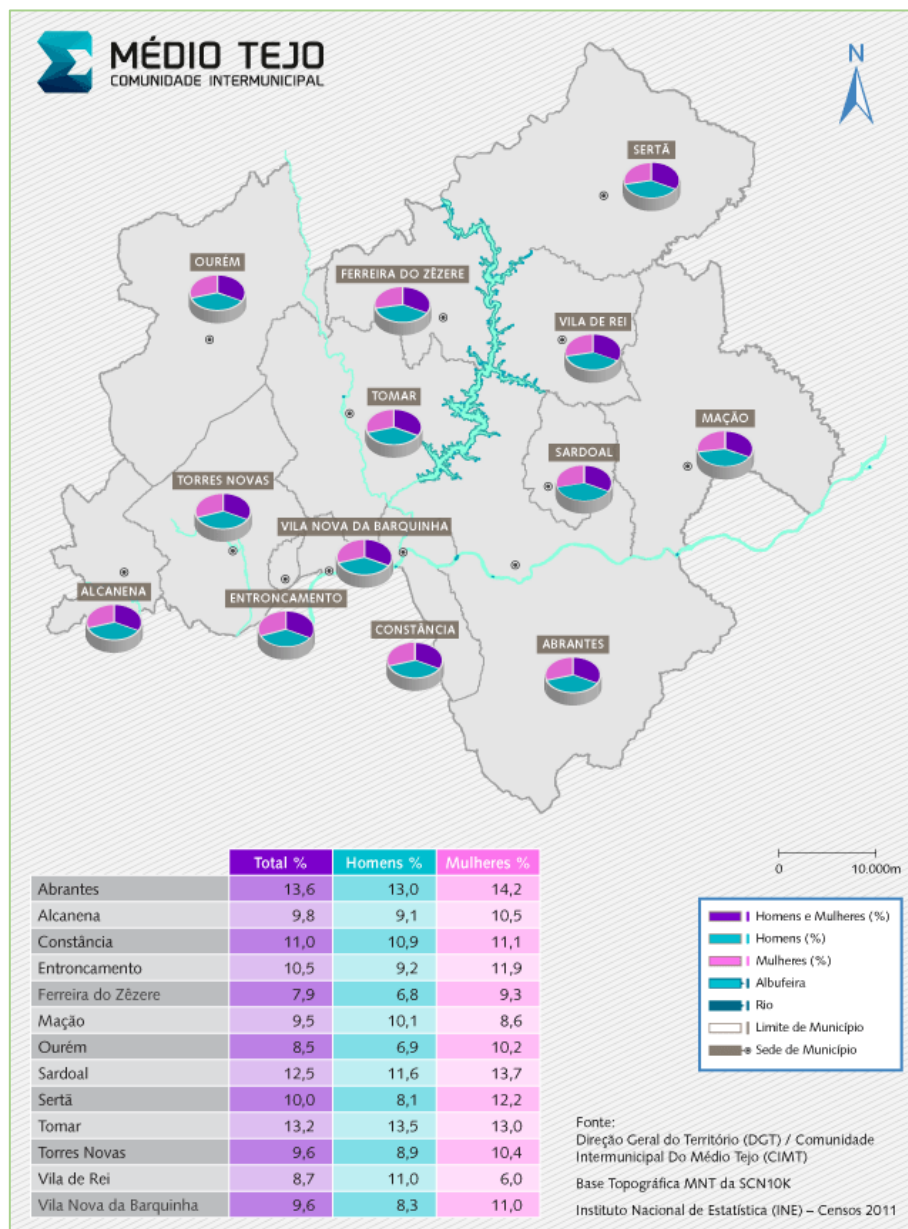


Figura 19 – Taxa de desemprego (%) nos concelhos do Médio Tejo (2011)
Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (junho de 2022)

No que se refere à taxa de atividade, Torres Novas apresentava a quinta taxa mais elevada (45,2%), tendo os homens uma taxa de atividade bastante superior às mulheres (49,1% e 41,7%, respetivamente). O Entroncamento era concelho com a taxa de atividade mais elevada da região Médio Tejo (48,4%) e Mação o concelho com a taxa mais baixa (33,9%):

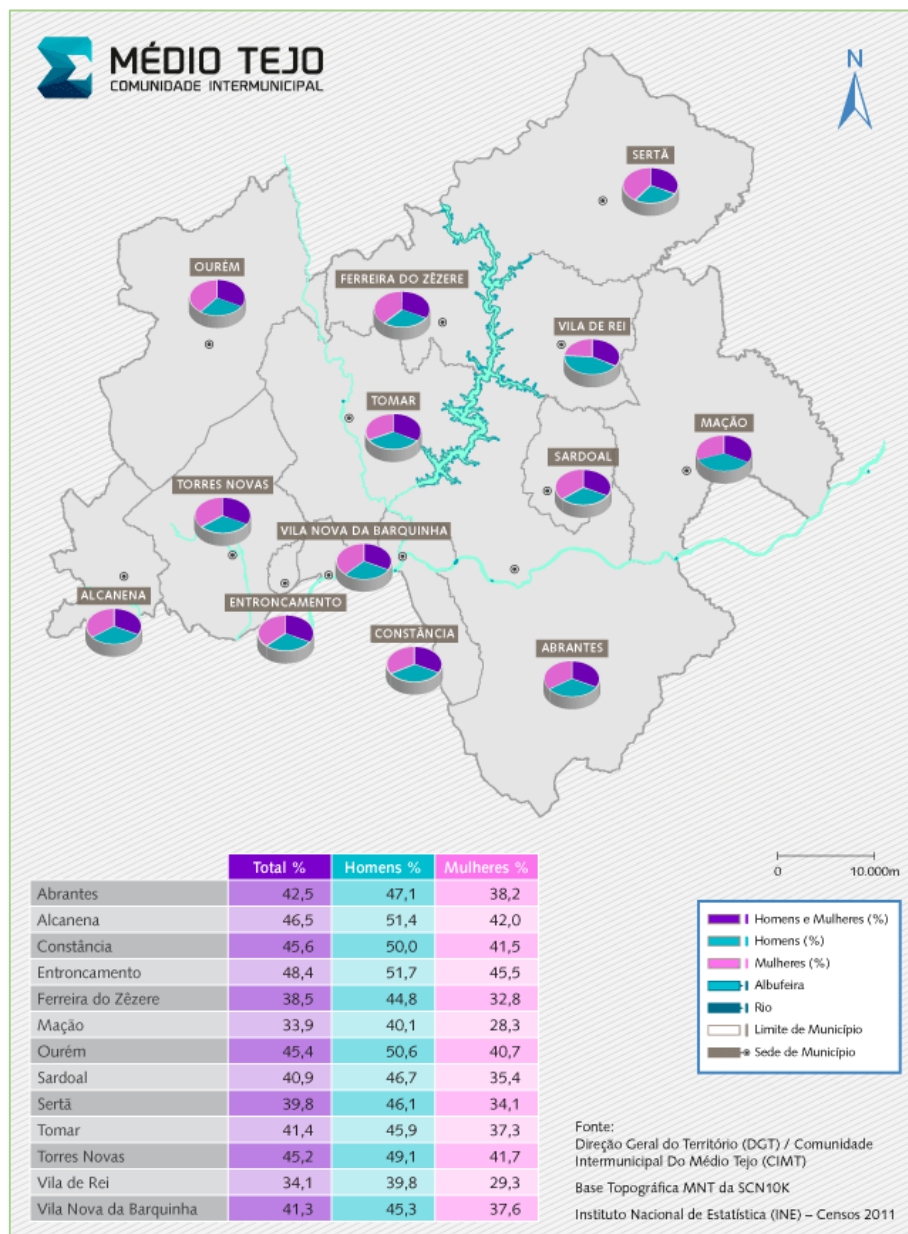


Figura 20 – Taxa de atividade (%) nos concelhos Médio Tejo (2011)
Fonte: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (junho de 2022)

Observando o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional, é possível verificar uma diminuição entre 2011 e 2021 em todos os concelhos da Região Médio Tejo. No concelho de Torres Novas encontravam-se 734 inscritos no Centro Emprego e Formação em 2021, face a 1 371 em 2011:

Tabela 32 – Desempregados inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional (Nº, média anual) nos concelhos do Médio Tejo (2011 - 2021)

Local de residência	2021	2011
Vila de Rei	70	80
Ferreira do Zêzere	110	222
Constância	117	191
Sardoal	125	201
Mação	160	184
Vila Nova da Barquinha	161	236
Alcanena	261	496
Sertã	412	622
Entroncamento	532	731
Torres Novas	734	1 371
Ourém	739	1 405
Tomar	785	1 790
Abrantes	1 323	2 284

Fonte: IEFP/MTSSS (PORDATA, junho de 2022)

De salientar igualmente que, em Torres Novas, os desempregados inscritos no centro de emprego e formação profissional representavam 3,5% no total da população residente com 15 a 64 anos em 2020, tendo esse valor diminuído 2,2 p.p. face a 2011. Estamos perante números que indiciam praticamente uma situação de pleno emprego, uma vez que os valores estão dentro do que tecnicamente se designa por desemprego estrutural, sendo certo que se trata de inscritos nos centros de emprego e que estes constituem apenas uma parte dos desempregados, ainda assim, é um indicador de uma situação muito favorável do mercado de trabalho.

Tabela 33 – Desempregados inscritos (%) nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos nos concelhos Médio Tejo (2011 - 2020)

Local de residência	2020 (%)	2011 (%)
Ferreira do Zêzere	2,6	4,3
Ourém	2,9	4,8
Alcanena	3,2	5,7
Vila Nova da Barquinha	3,4	5,3
Torres Novas	3,5	5,9
Entroncamento	3,6	5,4

Local de residência	2020 (%)	2011 (%)
Vila de Rei	3,6	4,2
Tomar	4,1	7,1
Mação	4,7	4,8
Constância	5,1	7,4
Sertã	5,4	6,6
Sardoal	5,8	8,2
Abrantes	7,2	9,5

Fonte: IEFP/MTSSS (PORDATA, junho de 2022)

Note-se que a tendência relativa ao número de desempregados inscritos (%) no centro de emprego e formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos no concelho de Torres Novas, descendente desde 2013, foi interrompida no ano de 2019, no contexto da pandemia de Covid-19. No entanto, tal como registado a nível nacional, os níveis de emprego já começam a recuperar para níveis pré-pandemia:

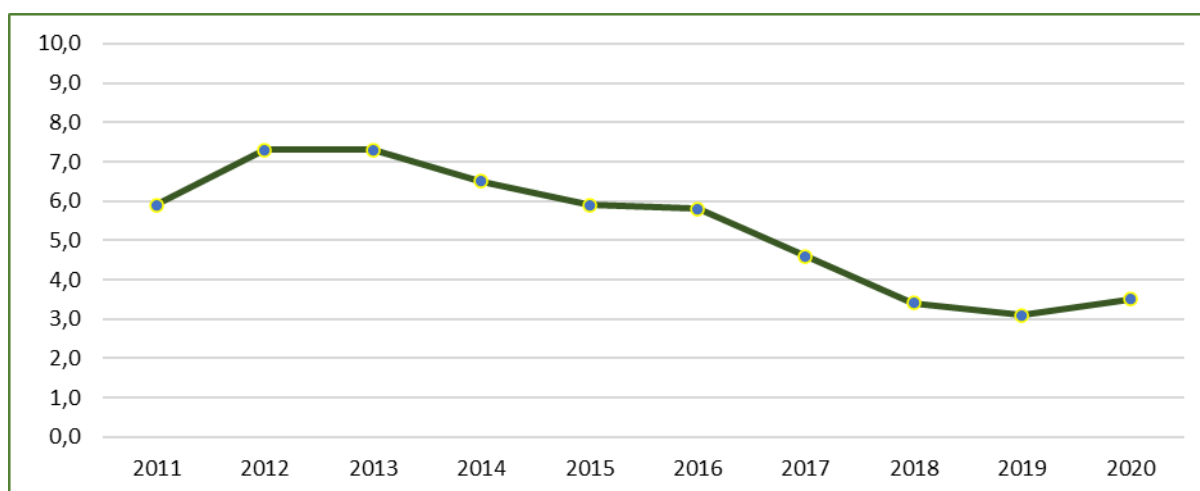


Figura 21 – Desempregados inscritos (%) no centro de emprego e formação profissional, no total da população residente com 15 a 64 anos, no concelho de Torres Novas (2011 - 2020)

Fonte: IEFP/MTSSS (PORDATA, junho de 2022)

Decompondo a análise por grupo etário, verificamos que em Torres Novas, são os grupos etários mais velhos (45-54 anos e 55 ou mais) que apresentam um maior número de desempregados inscritos nos Centros do IEFP (média anual), à semelhança da maior parte dos concelhos da Região Médio Tejo.

Já os concelhos do Entroncamento e Vila Nova da Barquinha apresentam uma dinâmica distinta. De facto, no Entroncamento o grupo etário com um maior número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego e Formação em 2021 é o dos 35-44 anos e, em Vila Nova da Barquinha é o grupo dos 25-34 anos:

Tabela 34 – Desempregados inscritos (Nº, média anual) nos centros de emprego e de formação profissional por grupo etário nos concelhos Médio Tejo (2011 - 2020)

Local de residência	Menos de 25		25-34		35-44		45-54		55 ou mais	
	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011
Abrantes	152	300	260	581	266	519	282	472	364	412
Alcanena	38	76	52	124	56	106	58	112	58	79
Constância	18	35	26	60	19	39	29	34	26	24
Entroncamento	72	104	124	251	129	169	114	116	94	91
Ferreira do Zêzere	15	45	23	53	20	44	24	48	28	32
Mação	24	29	24	45	23	37	41	35	48	40
Ourém	110	213	150	324	149	364	145	286	185	218
Sardoal	14	46	19	51	28	38	28	37	37	30
Sertã	60	129	72	129	73	148	82	129	127	87
Tomar	107	280	159	429	138	422	167	373	215	287
Torres Novas	100	189	131	350	149	307	162	292	193	233
Vila de Rei	10	14	12	17	15	12	14	19	20	19
Vila Nova da Barquinha	27	38	40	78	33	53	34	38	27	29

Fonte: IEFP/MTSSS (PORDATA, junho de 2022)

O número total de beneficiários do subsídio de desemprego em Torres Novas era de 462 indivíduos em 2020, tendo diminuído cerca de 45% face ao ano de 2011. A maioria dos beneficiários são do sexo feminino (266 mulheres face a 196 homens), ao contrário do que se verifica nos concelhos de Abrantes, Mação e Vila de Rei.

No conjunto da Região Médio Tejo, Torres Novas é o terceiro concelho com maior número de beneficiários do subsídio de desemprego, sendo Abrantes e Ourém aqueles com maior número (663 e 597 indivíduos respetivamente):

Tabela 35 – Beneficiários do subsídio de desemprego (Nº) por sexo nos concelhos Médio Tejo (2011 - 2020)

Local de residência	Total		Masculino		Feminino	
	2020	2011	2020	2011	2020	2011
Abrantes	663	1 085	333	629	330	456
Alcanena	186	291	84	154	102	137
Constância	59	99	26	48	33	51
Entroncamento	278	451	111	234	167	217
Ferreira do Zêzere	49	113	21	58	28	55
Mação	66	117	47	77	19	40
Ourém	597	818	200	384	397	434
Sardoal	49	92	18	46	31	46

Local de residência	Total		Masculino		Feminino	
	2020	2011	2020	2011	2020	2011
Sertã	109	219	34	119	75	100
Tomar	425	876	177	507	248	369
Torres Novas	462	847	196	376	266	471
Vila de Rei	38	35	21	22	17	13
Vila Nova da Barquinha	86	145	36	63	50	82

Fonte: II/MTSSS (PORDATA, junho de 2022)

O número global de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e do Rendimento Social de Inserção era de 401 indivíduos em 2020, tendo igualmente diminuído entre 2011 e 2020. O número de beneficiários apresenta valores semelhantes entre homens e mulheres em 2020 (202 e 199 respetivamente) embora, em 2011, o sexo feminino assumisse valores comparativamente superiores (407 face a 354 homens):

Tabela 36 – Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social (Nº) por sexo nos concelhos Médio Tejo (2011 - 2020)

Local de residência	Total		Masculino		Feminino	
	2020	2011	2020	2011	2020	2011
Abrantes	992	1 197	509	647	483	550
Alcanena	96	321	42	152	54	169
Constância	94	120	41	48	53	72
Entroncamento	502	517	219	239	283	278
Ferreira do Zêzere	93	176	44	90	49	86
Mação	101	81	61	40	40	41
Ourém	301	508	147	230	154	278
Sardoal	83	148	47	74	36	74
Sertã	232	410	131	193	101	217
Tomar	744	1 104	357	538	387	566
Torres Novas	401	761	202	354	199	407
Vila de Rei	28	76	15	33	13	43
Vila Nova da Barquinha	164	196	83	94	81	102

Fonte: II/MTSSS (PORDATA, junho de 2022)

Em termos proporcionais, face à população residente com mais de 15 anos, o peso dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social em Torres Novas era de 1,3% em 2020, tendo registado uma diminuição de cerca de 1 p.p. face a 2011.

Destaca-se que Torres Novas apresenta dos valores comparativamente mais baixos, sendo que o concelho de Abrantes tinha o maior peso de beneficiários em 2020 (3,2%) e que apenas os concelhos de Alcanena, Ourém e Vila de Rei apresentavam valores inferiores a 1%.

Tabela 37 – Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social (%) no total da população residente com 15 e mais anos nos concelhos Médio Tejo (2011 - 2020)

Local de residência	2020	2011
Alcanena	0,8	2,7
Ourém	0,8	1,3
Vila de Rei	0,9	2,4
Ferreira do Zêzere	1,3	2,4
Torres Novas	1,3	2,4
Mação	1,8	1,2
Sertã	1,8	3,0
Tomar	2,3	3,1
Sardoal	2,5	4,3
Vila Nova da Barquinha	2,5	3,1
Constância	2,6	3,5
Entroncamento	2,7	3,0
Abrantes	3,2	3,5

Fonte: II/MTSSS (PORDATA, junho de 2022)

2.2.4. Caracterização do tecido empresarial

Em 2020 existiam 3 403 empresas não financeiras em Torres Novas, sendo o setor de Comércio por grosso e a retalho aquele com maior número de empresas (717 empresas), seguindo-se o setor de Atividades administrativas e dos serviços de apoio (385 empresas) e o setor de Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (354 empresas). Os setores com menor número de empresas são os da Captação, tratamento e distribuição de água (12 empresas), de Atividade de Informação e comunicação (27 empresas) e de Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (43 empresas). Saliente que o setor da educação tinha 224 empresas em 2020 e que setor das Indústrias extrativas não tinha qualquer empresa registada:

Tabela 38 – Empresas não financeiras (Nº) por setor de atividade económica em Torres Novas (2020).

Local de residência	Torres Novas
Total	3 403
Comércio por grosso e a retalho	717
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	385
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	354
Atividades de saúde humana e apoio social	304
Construção	272
Alojamento, restauração e similares	260
Educação	224

Local de residência	Torres Novas
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	221
Outras atividades de serviços	182
Indústrias transformadoras	151
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	101
Atividades imobiliárias	86
Transporte e armazenagem	64
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	43
Atividade de Informação e comunicação	27
Captação, tratamento e distribuição de água	12
Indústrias extrativas	0

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas (junho de 2022)

A grande maioria de pessoal ao serviço nas empresas não financeiras em Torres Novas em 2019³¹ era trabalhador por conta de outrem (9361 indivíduos), existindo 515 empregadores (sendo que este valor se mantém idêntico ao de 2011).

As microempresas representam a esmagadora maioria das empresas em Torres Novas na medida em que o escalão de menos de 10 trabalhadores tem um valor muito superior aos restantes escalões: 3 273 empresas face a 61 com 10-19 trabalhadores, 44 com 20-49 trabalhadores, 22 com 50-249 trabalhadores e apenas 3 empresas com mais de 250 trabalhadores.

Tabela 39 – Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras, total e por situação na profissão (nº) nos concelhos Médio Tejo (2011 - 2019)

Local de residência	Total		Empregador		Membro Ativo Cooperativa de Produção		Trabalhador Familiar não Remunerado		Trabalhador Por Conta de Outrem	
	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011
Torres Novas	9 912	9 552	515	550	0	0	6	5	9 361	8 970

Fonte: GEP/MTSSS – Quadros de Pessoal (retirado de PORDATA em junho de 2022)

Tabela 40 – Escalão de pessoal ao serviço nas empresas não financeiras (nº) nos concelhos Médio Tejo (2011 - 2020)

Local de residência	Menos de 10		10-19		20-49		50-249		250 ou mais	
	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011
Torres Novas	3 273	3 233	61	84	44	30	22	22	3	3

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas (junho de 2022)

A listagem das empresas por zona industrial e CAE principal em Torres Novas no ano de 2022 encontra-se na tabela em seguida, sendo de referir que existem 6 zonas industriais em Torres Novas e uma área

³¹ Ano mais recente com informação disponível

de localização empresarial (ÁLE), e que a Zona Industrial de Torres Novas - Serrada Grande é a que reúne maior número de empresas.

- ÁLE de Torres Novas – PT. NegóciosTN - Geriparque SA;
- Zona Industrial de Cotôas;
- Zona Industrial de Cova do Minhoto;
- Zona Industrial de Lamarosa.
- Zona Industrial de Riachos;
- Zona Industrial de Zibreira;
- Zona Industrial Torres Novas - Serrada Grande;

Tabela 41 – Empresas da Zona Industrial de Riachos, por CAE principal no concelho de Torres Novas (2022)

Zona Industrial de Riachos	CAE principal
Agromais - Entreposto Comercial Agrícola, CRL	46214 - Comércio por grosso de cereais, sementes, leguminosas, oleaginosas e outras matérias-primas agrícolas
Atlas Dinâmica - Logística e Serviços, Unipessoal, Lda	52291 - Organização do transporte
Carpintaria João Mendes Pereira	16230 - Fabricação de outras obras de carpintaria para a construção
Cidade Pvc - Indústria de Caixilharia em PVC, Lda	25120 - Fabricação de portas, janelas e elementos similares em metal
Fábrica Torrejana de Biocombustíveis, S.A.	20591 - Fabricação de biodiesel
Ludevino Tavares António - Moldes de Fundição e Metalúrgica, Lda	25734 - Fabricação de moldes metálicos
Luz & Irmão, S.A.	49410 - Transportes rodoviários de mercadorias
Mondejo - Empresas Eléctricas do Mondego e Tejo Ace	43210 – Instalações eléctricas
MSC - Terminal do Entroncamento, S.A.	52213 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres
Nova Imagem - Tratores e Alfaias Agrícolas, Lda	45190 - Comércio de outros veículos automóveis
Petroibérica, S.A.	46711 - Comércio por grosso de produtos petrolíferos
Porfol - Fabrico e Montagem de Portas de Fole - Unipessoal, Lda	22230 - Fabricação de artigos de plástico para a construção
Rubis Energia Portugal, S.A.	46711 - Comércio por grosso de produtos petrolíferos
Transmaior - Transportes Rodoviários, S.A.	49410 - Transportes rodoviários de mercadoria
Zolve - Logística e Transporte, S.A.	52101 - Armazenagem frigorífica

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Tabela 42 – Empresas da Zona Industrial de Torres Novas - Serrada Grande, por CAE principal no concelho de Torres Novas (2022)

Zona Industrial Torres Novas - Serrada Grande	CAE principal
A48 - Sistemas de Segurança, Lda	80200 - Atividades relacionadas com sistemas de segurança
Acerplas-Tubos e Perfis Técnicos, Lda	22210 - Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico
Associação Columbófila do Distrito de Santarém	93192 - Outras atividades desportivas
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Torrejanos	84250 - Atividades de Proteção Civil
Auto Escudeiro & Marques, Lda	45200 - Manutenção e reparação de veículos automóveis
Cmg-Cerâmicas, Limitada	23412 - Fabricação de artigos de uso doméstico de faiança, porcelana e grés fino
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel S.A.	71200 - Atividades de ensaios e análises técnicas
Digidelta Internacional - Import Export, S.A.	46690 - Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos
Districentro - Comércio Alimentar, Lda	47112 - Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco
Dsh - Demolições Com Sistemas Hidráulicos, Lda	43110 - Demolição
Estudicer - Equipamentos Para Cerâmica, Limitada	28293 - Fabricação de outras máquinas diversas de uso geral
Ferrovial Serviços, S.A.	38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos
Fialho Ferro - Publicidade, Expositores, Representações, Lda	22292 - Fabricação de outros artigos de plástico,
Filipe Faria, SGPS, S.A.	64202 - Atividades das sociedades gestoras de participações sociais não financeiras
Grestejo - Indústrias Cerâmicas, S.A.	23312 - Fabricação de ladrilhos, mosaicos e placas de cerâmica
Gylcon Engenharia e Construção, Lda	70220 - Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão
Icp - Projectos e Comercializações Industriais, limitada	47191 - Comércio a retalho não especializado, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, em grandes armazéns e similares
J A D Simões, Unipessoal Lda	45200 - Manutenção e reparação de veículos automóveis
Lastpower - Serviços Para Elementos de Comunicação, Lda	73110 - Agências de publicidade
Litocar Aral - Comércio Automóvel, S.A.	45110 - Comércio de veículos automóveis ligeiros
Madeiarte - Carpintaria de Torres Novas, Lda	16230 - Fabricação de outras obras de carpintaria para a construção
Nicolau de Freitas, Lda	25501 - Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados
Nova Filipe Faria, Lda	73110 - Agências de publicidade
Oleotorres, Lda	38322 - Valorização de resíduos não metálicos
Plasterm, Plásticos Termoformados, Lda	22292 - Fabricação de outros artigos de plástico,

Zona Industrial Torres Novas - Serrada Grande	CAE principal
Primetool - Produção de Elementos de Comunicação, Lda	27400 - Fabricação de lâmpadas elétricas e de outro equipamento de iluminação
Progresso e Vida - Empresa Tipográfica e Jornalística, Lda	18130 - Atividades de preparação da impressão e de produtos media
Projectiva - Representações e Serviços, Lda	45310 - Comércio por grosso de peças e acessórios para veículos automóveis
Próximo Passo - Marketing, Consultoria e Serviços, Lda	82990 - Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas
Ranexpress - Transportes Rodoviários de Mercadorias, Lda	49410 - Transportes rodoviários de mercadoria
Recichumbo - Recolha de Acumuladores de Chumbo, S.A.	46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos
Rodoviária do Tejo, S.A.	49391 - Transporte interurbano em autocarros
Saint-Gobain Autover Portugal-Comércio de Vidro Automóvel, S.A.	82990 - Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas
Simpa Racing - Sociedade Importação Peças Auto, Lda	45320 - Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis
Solregas - Sistemas de Regas, Lda	43210 – Instalações elétricas
Vilas, Nunes & Branco, Lda	45320 - Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Tabela 43 – Empresas da Zona Industrial ÁLE de Torres Novas – PnegóciosTN – Geriparque SA, por CAE principal no concelho de Torres Novas (2022)

ÁLE de Torres Novas – PnegóciosTN – Geriparque SA	CAE principal
Digidelta Internacional - Import Export, S.A.	46690 - Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos
Lidl & Companhia	47111 - Comércio a retalho em supermercados e hipermercados

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Tabela 44 – Empresas da Zona Industrial de Cotôas, por CAE principal no concelho de Torres Novas (2022)

Zona Industrial de Cotôas	CAE principal
Calçado Guimarães, Comércio de Calçado, Lda	47721 - Comércio a retalho de calçado, em estabelecimentos especializados
Continente Hipermercados, S.A.	47111 - Comércio a retalho em supermercados e hipermercados
Enviroil II - Reciclagem de Óleos Usados, Lda	38322 - Valorização de resíduos não metálicos
Escolha Viva - Artigos e Utilidades para o Lar, Lda	47910 - Comércio a retalho por correspondência ou via Internet
Lusocolchão, S.A.	31030 - Fabricação de colchoaria
Montebravo - Produção e Comercialização de Produtos Alimentares, S.A.	10110 - Abate de gado (produção de carne)

Zona Industrial de Cotóas	CAE principal
Nortemoda, Lda	47191 - Comércio a retalho não especializado, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, em grandes armazéns e similares
Sdsr - Sports Division Sr, S.A.	47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados
Worten - Equipamentos Para O Lar, S.A.	47191 - Comércio a retalho não especializado, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, em grandes armazéns e similares

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Tabela 45 – Empresas da Zona Industrial de Zibreira, por CAE principal no concelho de Torres Novas (2022)

Zona Industrial de Zibreira	CAE principal
Brites & Brites – Transportes de Aluguer, Unipessoal, Lda	49410 - Transportes rodoviários de mercaderia
Dia Portugal Supermercados, S.A.	47111 - Comércio a retalho em supermercados e hipermercados
Repsol Portuguesa, S.A.	46711 - Comércio por grosso de produtos petrolíferos
Source Of Efficiency, Unipessoal, Lda	45320 - Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Tabela 46 – Empresas da Zona Industrial de Cova do Minhoto, por CAE principal no concelho de Torres Novas (2022)

Zona Industrial de Cova do Minhoto	CAE principal
Capittoa - Sociedade Imobiliária, S.A.	68100 - Compra e venda de bens imobiliários
Construções Fernandes & Ferreira, Lda	41200 - Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)
Edp - Energias de Portugal, S.A.	70100 - Actividades das sedes sociais
Eurosementes, Lda	46214 - Comércio por grosso de cereais, sementes, leguminosas, oleaginosas e outras matérias-primas agrícolas
J. Inácio - Máquinas Agrícolas, Lda	46610 - Comércio por grosso de máquinas e equipamentos agrícolas
Luzes (Riachos) - Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, S.A.	46381 - Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos
Pedro Nuno Pereira da Silva Ideia	25120 - Fabricação de portas, janelas e elementos similares em metal
Reclamo 2000 - Artigos Publicitários, Lda	27400 - Fabricação de lâmpadas elétricas e de outro equipamento de iluminação
Solregas - Sistemas de Regas, Lda	43210 – Instalações elétricas
T.M.C. - Transportes Mário Cardadeiro, S.A.	49410 - Transportes rodoviários de mercaderia
Toverland - Serviços Agrícolas, Lda	1610 - Atividades dos serviços relacionados com a agricultura
Transportes Bernardo Marques, S.A.	49410 - Transportes rodoviários de mercaderia
Transportes Faria Rodrigues & Filhos, Lda	49410 - Transportes rodoviários de mercaderia

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Tabela 47 – Empresas da Zona Industrial de Lamarosa, por CAE principal no concelho de Torres Novas (2022)

Zona Industrial de Lamarosa	CAE principal
R.V.O. - Reciclagem – Valorização Outeirense, Lda	38321 - Valorização de resíduos metálicos
Sorgal-Sociedade de Óleos e Rações, S.A.	10912 - Fabricação de alimentos para animais de criação

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

As empresas não financeiras de Torres Novas representavam um valor acrescentado bruto (VAB) de 226 756 milhares de euros em 2020, o que representou um aumento face aos valores de 2011 (184 922 milhares de euros). Note-se que apenas o concelho de Ourém apresenta um VAB superior na Região Médio Tejo.

Em termos de volume de negócios, este foi de 959 555 milhares de euros em 2020 face a 928 029 milhares de euros em 2011. Os concelhos de Alcanena e de Ourém apresentam os valores de volume de negócios mais elevados na Região Médio Tejo, seguindo-se o concelho de Torres Novas.

Tabela 48 – Valor Acrescentado Bruto e Volume de Negócios (milhares euros) das empresas não financeiras nos concelhos Médio Tejo (2011 - 2020)

Local de residência	VAB		Volume de Negócios	
	2020	2011	2020	2011
Abrantes	241 208	243 770	770 095	922 546
Alcanena	154 365	144 667	1 797 024	1 768 807
Constância	31 453	40 980	150 616	154 141
Entroncamento	68 674	107 106	224 230	331 825
Ferreira do Zêzere	57 447	30 342	297 679	194 833
Mação	19 827	18 089	89 103	97 075
Ourém	368 985	293 187	1 373 256	1 351 447
Sardoal	12 072	9 049	44 793	32 142
Sertã	79 543	60 775	323 778	268 046
Tomar	118 608	92 975	430 626	455 082
Torres Novas	226 756	184 922	959 555	928 029
Vila de Rei	10 758	6 191	37 152	30 355
Vila Nova da Barquinha	10 098	10 295	38 929	39 420

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas (junho de 2022)

As quatro maiores empresas não financeiras concentravam 28% do valor acrescentado bruto em 2020 (diminuição de 4 p.p. face a 2011) e 35% do volume de negócios (aumento de 2 p.p. face a 2011).

O concelho de Constância é aquele com maior concentração de ambos os indicadores, certamente em virtude da localização de algumas empresas relevantes do cluster da indústria de papel, Tomar, aquele com a menor concentração do VAB nas quatro maiores empresas, e Ourém com a menor concentração do volume de negócios.

Tabela 49 – Concentração do Valor Acrescentado Bruto e Volume de Negócios das quatro maiores empresas não financeiras (%) nos concelhos Médio Tejo (2011 - 2020)

Local de residência	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto		Indicador de concentração do volume de negócios	
	2020	2011	2020	2011
Abrantes	49	54	46	51
Alcanena	42	33	76	74
Constância	63	80	80	81
Entroncamento	19	51	22	43
Ferreira do Zêzere	36	29	50	49
Mação	38	21	45	37
Ourém	15	12	14	21
Sardoal	37	20	45	26
Sertã	28	22	26	23
Tomar	14	10	23	14
Torres Novas	28	32	35	33
Vila de Rei	20	18	16	24
Vila Nova da Barquinha	33	29	48	33

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas (PORDATA, junho de 2022)

2.2.5. Remunerações e poder de compra

O ganho médio mensal dos trabalhadores em Torres Novas era de 1 099,68 €, em 2019, representando o quarto valor mais elevado dos concelhos da Região Médio Tejo: apenas Constância, Entroncamento e Abrantes têm valores superiores:

Tabela 50 – Ganho médio mensal dos trabalhadores (€) por conta de outrem nos concelhos Médio Tejo (2019)

Local de residência	2019
Constância	1 262,83 €
Entroncamento	1 151,05 €
Abrantes	1 109,35 €
Torres Novas	1 099,68 €
Alcanena	1 095,96 €
Ourém	1 029,35 €
Tomar	1 025,39 €
Ferreira do Zêzere	960,95 €
Mação	912,53 €
Sertã	898,19 €
Vila Nova da Barquinha	864,59 €

Local de residência	2019
Sardoal	843,79 €
Vila de Rei	835,38 €

Fonte: GEP/MTSSS – Quadros de Pessoal (INE, junho de 2022)

O nível de educação é uma variável significativa no ganho mensal dos trabalhadores na medida em que este aumenta consoante o nível de ensino. De facto, um trabalhador com um nível de ensino inferior ao 1.º ciclo tinha um ganho médio mensal de 773,24€ em 2019 ao passo que um trabalhador com Doutoramento tinha um ganho mensal médio de 2 333,17€. Note-se ainda que existe um salto significativo entre os ganhos mensais dos trabalhadores com bacharelato e licenciatura face aos trabalhadores com o ensino secundário.

Tabela 51 – Ganho médio mensal dos trabalhadores (€) por nível de educação no concelho de Torres Novas (2019)

Nível de educação	2019
Inferior ao 1.º ciclo	773,24 €
1.º ciclo do ensino básico	887,78 €
2.º ciclo do ensino básico	934,70 €
3.º ciclo do ensino básico	964,07 €
Ensino secundário	995,26 €
Curso técnico superior profissional	946,93 €
Bacharelato	1 696,95 €
Licenciatura	1 666,91 €
Mestrado	1 830,45 €
Doutoramento	2 333,70 €

Fonte: GEP/MTSSS – Quadros de Pessoal (INE, junho de 2022)

Torres Novas é o segundo concelho da região Médio Tejo com o poder de compra *per capita* mais elevado (95,8% face à média do país), apresentando um valor muito próximo do Entroncamento (96,5%). Vila de Rei e Sardoal e são os concelhos com o poder de compra *per capita* mais baixo da região Médio Tejo (67,3% e 67,8%, respetivamente).

Tabela 52 - Poder de compra *per capita*³² (%) nos concelhos Médio Tejo (2019)

Local de residência	2019
Entroncamento	96,5
Torres Novas	95,8
Abrantes	88,6
Tomar	86,6

³² É um número índice, com valor 100 na média do país, que compara o poder de compra *per capita* nos diferentes municípios.

Local de residência	2019
Alcanena	85,1
Ourém	84,4
Constância	81,6
Sertã	75,7
Vila Nova da Barquinha	72,9
Mação	70,6
Ferreira do Zêzere	69,2
Sardoal	67,8
Vila de Rei	67,3

Fonte: INE- Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (junho de 2022)

2.2.6. Infográfico síntese da dinâmica socioeconómica

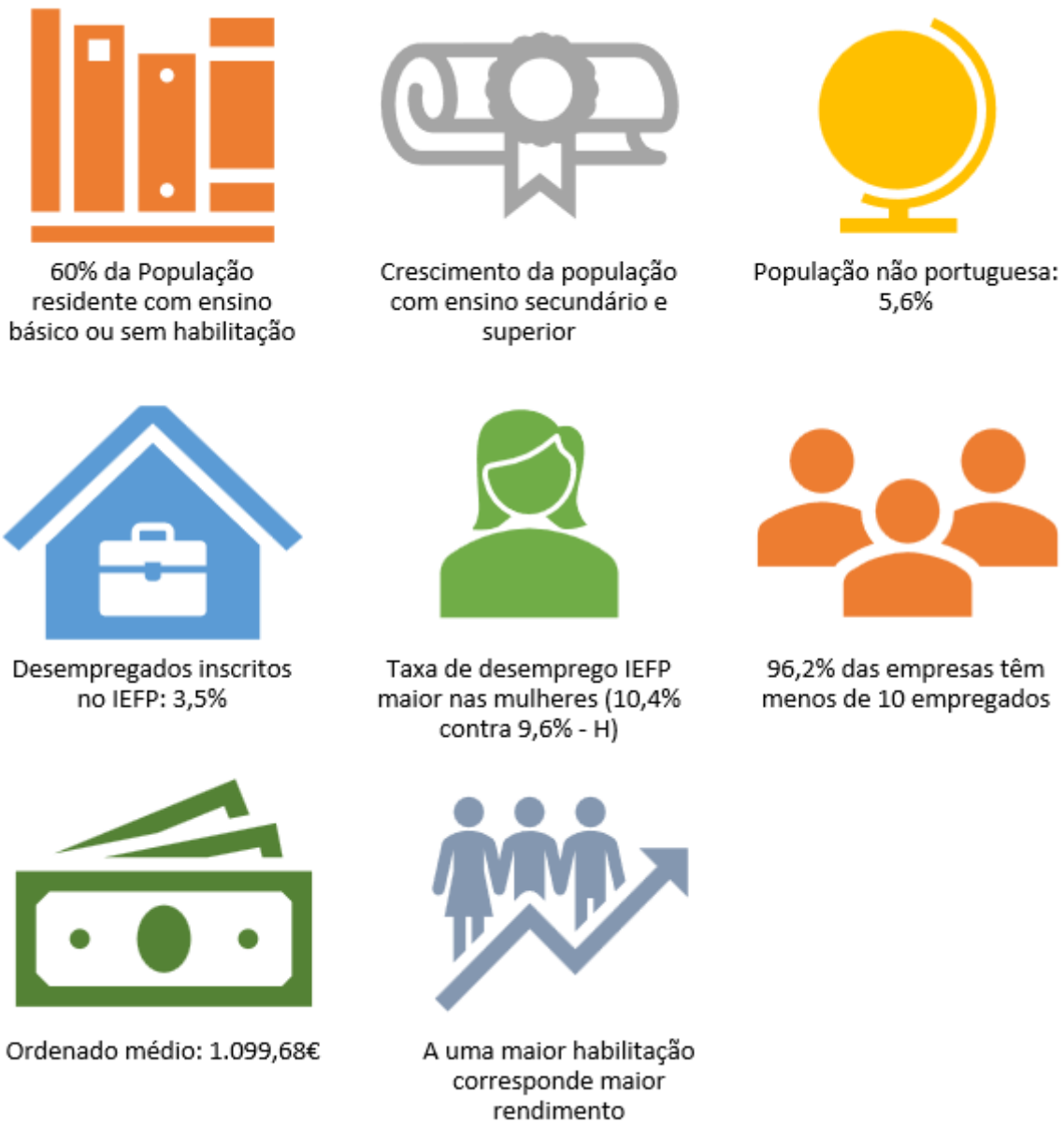


Figura 22 - Infográfico síntese da dinâmica socioeconómica em Torres Novas

2.3. Dinâmica educativa: evolução dos principais indicadores educativos

2.3.1. Indicadores de procura e de escolarização

O concelho de Torres Novas era responsável por cerca de 15% do total de alunos matriculados no Médio Tejo no ano letivo 2020/2021, o último para o qual se dispõe de estatísticas oficiais. Em 10 anos, o concelho aumentou em 1 p.p. o seu peso no quadro da região no que se refere a este indicador, uma vez que, entre 2011 e 2015, perdeu menos população escolar do que a média da região. Contudo, esta tendência inverteu-se entre 2015 e 2020, período em que o concelho apresenta uma taxa de variação negativa da população escolar um pouco superior à da região.

Os mesmos indicadores observados por nível de ensino permitem verificar que, na primeira metade do período temporal observado, o concelho de Torres Novas apresenta taxas de variação da população escolar mais favoráveis do que a região em todos os níveis de ensino, com exceção do ensino secundário e que nos 1º e 2º ciclos do ensino básico apresenta variações positivas, a contraciclo com a região. Na 2ª metade do período observado a tendência inverte-se e o concelho perde mais do que a região em todos os níveis de ensino, com exceção do 3º ciclo do ensino básico com perdas ligeiramente inferiores às da região e do ensino secundário onde, contrariamente à região, a população escolar cresce.

Tabela 53 – Número de alunos no Médio Tejo e em Torres Novas, por nível de ensino

Ano Letivo	Total		Pré-escolar		1º Ciclo do Ensino Básico		2º ciclo do Ensino Básico		3º ciclo do Ensino Básico		Ensino Secundário	
	MT ³³	TN ³⁴	MT	TN	MT	TN	MT	TN	MT	TN	MT	TN
2011/2012	40 988	5 861	6 203	988	9 542	1 421	5 603	778	9 703	1 353	9 937	1 321
2012/2013	3 8866	5 562	5 899	901	9 217	1 462	5 368	743	8 794	1 242	9 588	1 214
2013/2014	37 483	5 301	5 705	927	8 853	1 402	5 281	746	8 521	1 169	9 123	1 057
2014/2015	37 014	5 314	5 509	937	8 578	1 373	5 157	755	8 434	1 171	9 336	1 078
2015/2016	36 193	5 571	5 389	906	8 278	1 432	4 991	815	8 059	1 224	9 476	1 194
2016/2017	35 429	5 418	5 141	916	7 995	1 353	4 810	794	7 784	1 081	9 699	1 274
2017/2018	34 411	5 429	4 795	817	7 705	1 304	4 603	721	7 745	1 205	9 563	1 382
2018/2019	33 458	5 176	4 898	818	7 525	1 264	4 452	692	7 513	1 179	9 070	1 223
2019/2020	33 180	5 069	5 127	835	7 467	1 211	4 231	637	7 313	1 109	9 042	1 277
2020/2021	32 618	5 005	5 092	809	7 256	1 106	4 074	641	7 132	1 089	9 064	1 360

Nota: Inclui ensino público e privado e ofertas para jovens e adultos.

Fonte: DGEEC- Regiões em Números 2020/2021.

³³ MT – Médio Tejo.

³⁴ TN – Torres Novas.

Tabela 54 – Taxa de Variação (2011/2015 e 2015/2020) do nº. de alunos no Médio Tejo (MT) e em Torres Novas (TN), por nível de ensino

Anos Letivos	Total		Pré-escolar		1º ciclo do ensino básico		2º ciclo do ensino básico		3º ciclo do ensino básico		Ensino secundário	
	MT	TN	MT	TN	MT	TN	MT	TN	MT	TN	MT	TN
2011/2012-2015/2016	-11,7	-4,9	-13,1	-8,3	-13,2	0,8	-10,9	4,8	-16,9	-9,5	-4,6	-9,6
2015/2016-2020/2021	-9,9	-10,2	-5,5	-10,7	-12,3	-22,8	-18,4	-21,3	-11,5	-11,0	-4,3	13,9

Fonte: Cálculos próprios, DGEEC- Regiões em Números 2020/2021.

Este crescimento da população escolar no ensino secundário não resultará inteiramente do aumento de população na coorte. Aliás, as taxas brutas de escolarização para os mesmos períodos permitem verificar que no ensino secundário, tanto na região como no concelho, os valores são sempre acima dos 120%, com exceção do ano letivo 2015/2016 em que se verificou uma quebra nestas taxas, particularmente expressiva em Torres Novas, em que a população escolar no ensino secundário se aproximou do número de população residente em idade de frequência do ensino secundário.

Taxas brutas de escolarização superiores a 100% significam que a população escolar é superior à população residente em idade de frequência do respetivo nível de ensino e podem resultar da conjugação dos seguintes fatores: (i) taxas de retenção elevadas que fazem com que os alunos frequentem o nível de ensino em idades fora da idade modal; (ii) a atração para um determinado território educativo de alunos não residentes no concelho/região.

Torres Novas apresenta taxas brutas de escolarização superiores a 100% em todos os níveis de ensino, mas particularmente no ensino secundário, tal como acontece na região. A taxa bruta de escolarização no ensino secundário, aponta para uma elevada atratividade das escolas do concelho, aspeto que justificará, em grande medida, os 134% de taxa bruta de escolarização, na medida em que as taxas de retenção de 6,9% não justificarão inteiramente o valor alcançado pelo indicador.

Ao nível do ensino básico registam-se algumas variações que importa sinalizar: uma taxa no 1º ciclo de praticamente 100% e no 2º ciclo de 99,8%, níveis de ensino com baixas taxas de retenção, só podem significar que o concelho eventualmente perde alunos nestes níveis de ensino para outros territórios. Um confronto com as taxas reais de escolarização permite uma melhor aproximação a esta realidade.

Tabela 55 – Taxas de escolarização no Médio Tejo e em Torres Novas, por nível de ensino³⁵

	Ciclo	2011/12		2015/16		2020/21	
		MT	TN	MT	TN	MT	TN
Taxa bruta de pré-escolarização	--	102,9	108,5	99,9	96	106,6	104,4

³⁵ Taxa bruta de escolarização é a relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos e a taxa real de escolarização é a relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo de estudos e a população residente dos mesmos níveis etários.

	Ciclo	2011/12		2015/16		2020/21	
		MT	TN	MT	TN	MT	TN
Taxa real de pré-escolarização	--	100	100	97,9	94,2	100	99
Taxa bruta de escolarização - Ensino Básico	Ensino básico	116,5	113,3	111,4	121,7	109,5	104,7
	1.º ciclo	n.d. ³⁶	110,5	105,2	120,2	106,4	100,2
	2.º ciclo	n.d.	104,1	112,8	124,4	106,4	99,8
	3.º ciclo	n.d.	122,8	117,4	121,7	114,7	113,2
Taxa real de escolarização – Ensino Básico	Ensino Básico	n.d.	98,6	99,9	100	100	96,8
	1º ciclo	n.d.	100	98,5	100	100	93,9
	2º ciclo	n.d.	85,9	91,1	92,5	91,4	86,3
	3º ciclo	n.d.	85,6	89,6	82,1	94,5	92,4
Taxa bruta de escolarização	Ensino Secundário	134,8	126,9	123,2	102,5	133,6	134
Taxa real de escolarização	Ensino Secundário	n.d.	78,9	84	73,6	91,4	91,4

Fonte: DGEEC- Regiões em Números 2020-2021 e Taxa real de escolarização (%), por sexo, nível de ensino e ciclo de estudos – Continente, NUTS II, III e Municípios - 2003/04 a 2020/21.

As taxas reais de escolarização permitem verificar qual a percentagem de população residente em idade de frequência de um determinado nível de ensino que o frequenta. Uma taxa abaixo dos 100% significa que a população residente ou não frequenta o nível de ensino expectável face à sua idade ou não frequenta esse nível de ensino no concelho de residência. Mais uma vez taxas de retenção elevadas, abandono escolar ou a atratividade de escolas de outros concelhos poderão explicar conjuntamente os dados alcançados sempre que estes são inferiores a 100%.

A taxa real de pré-escolarização é de 99%, em 2020/21, o que significa que 1% dos residentes em idade de pré-escolar não frequentam esta oferta educativa ou não a frequentam no concelho de residência. Os níveis de cobertura do pré-escolar são, como os dados evidenciam, os adequados e as taxas reais de pré-escolarização da região significam que, de facto, 1% das crianças em idade pré-escolar no concelho não frequenta esta oferta educativa, ou frequenta noutro concelho da região ou frequenta o 1º ciclo do ensino básico aos 5 anos. A tendência para antecipação da escolaridade para alunos que completam os 6 anos entre 15 de setembro e 31 de dezembro, para os quais a matrícula é efetuada a título condicional e a vaga atribuída em caso de existência de vagas, é uma realidade comum e potenciada em contextos de quebra populacional em que a pressão sobre as escolas é menor.

Contudo, se analisarmos os dados relativos às idades dos alunos por nível de ensino e ano de escolaridade verificamos que em todos os anos de escolaridade do 1º ciclo a grande maioria dos alunos está dentro da idade modal. Tendo em conta que não existe retenção no 1º ano de escolaridade, o número de alunos com seis anos ou menos no 2º ano dá-nos a indicação da tendência para a antecipação das entradas no 1º ciclo, que se verifica ser marginal. Assim, prevalece como

³⁶ n.d. – Dados não disponíveis

hipótese mais forte das taxas de pré-escolarização registadas a não frequência do pré-escolar ou a frequência fora do concelho.

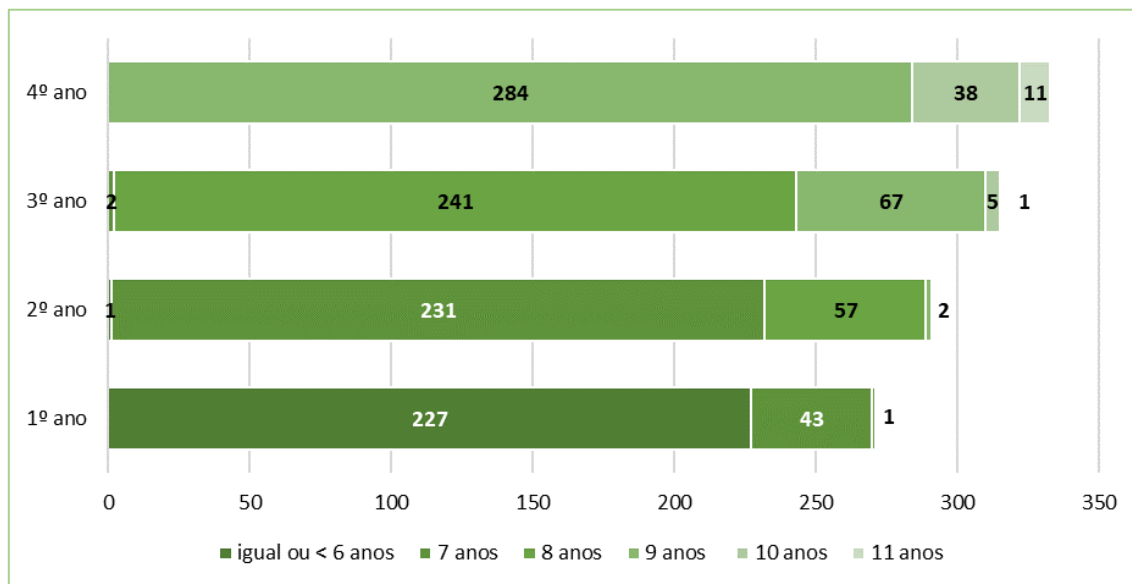


Figura 23 – Alunos no 1º ciclo por idade e por ano de escolaridade em Torres Novas, 2019/2020
Fonte: Infoescolas, DGEEC (2022).

A taxa real de escolarização ao nível do ensino básico era em 2020/2021 de 96,8%, um decréscimo face a 2015/2016 que registou uma taxa de 100%. Torres Novas apresenta, assim, uma taxa real de escolarização no ensino básico abaixo da registada para a região do Médio Tejo que, sendo 100%, permite concluir que há um conjunto de alunos do ensino básico que frequentam este nível de ensino em escolas fora do concelho.

Estas taxas apresentam algumas variações nos vários ciclos do ensino básico:

- (i) no 1º ciclo passaram de 100% para 93,9%, o que indica que há alunos do concelho a frequentar o 1º ciclo em escolas de outros concelhos. Esta é a hipótese mais sólida, tendo em conta que os dados dos alunos por idade no 5º ano, em 2019-2020, demonstram que não existiam alunos com idade modal equivalente ao 1º ciclo, i.e., com 9 anos, a frequentar o ano inicial do 2º ciclo do ensino básico.
- (ii) no 2º ciclo também decresceram e situam-se em 86,3%, uma taxa abaixo da registada na região que não pode ser justificada pela taxa de retenção no 1º ciclo, uma vez que esta se situa em 0,1%, e, por outro lado, é praticamente nula a frequência do 7º ano por alunos com idade inferior a 12 anos, pelo que claramente Torres Novas perde alunos para outros concelhos.
- (iii) no 3º ciclo a taxa real de escolarização subiu para o valor mais alto do período analisado e situa-se em 92,4%, ainda assim, abaixo da região, sendo que mais uma vez, a taxa de retenção no 2º ciclo de 0,8% não justificará inteiramente este valor. Se verificarmos a distribuição dos alunos por idade nos 5º e 6º anos, serão cerca de 14% os alunos que frequentam estes anos de escolaridade com idade superior a 11 anos (idade modal), serão estes que contribuem para a quebra da taxa real de escolarização no 3º ciclo, pelo que

haverá, conjugadamente, ou perdas de alunos para o abandono ou para outros territórios educativos.

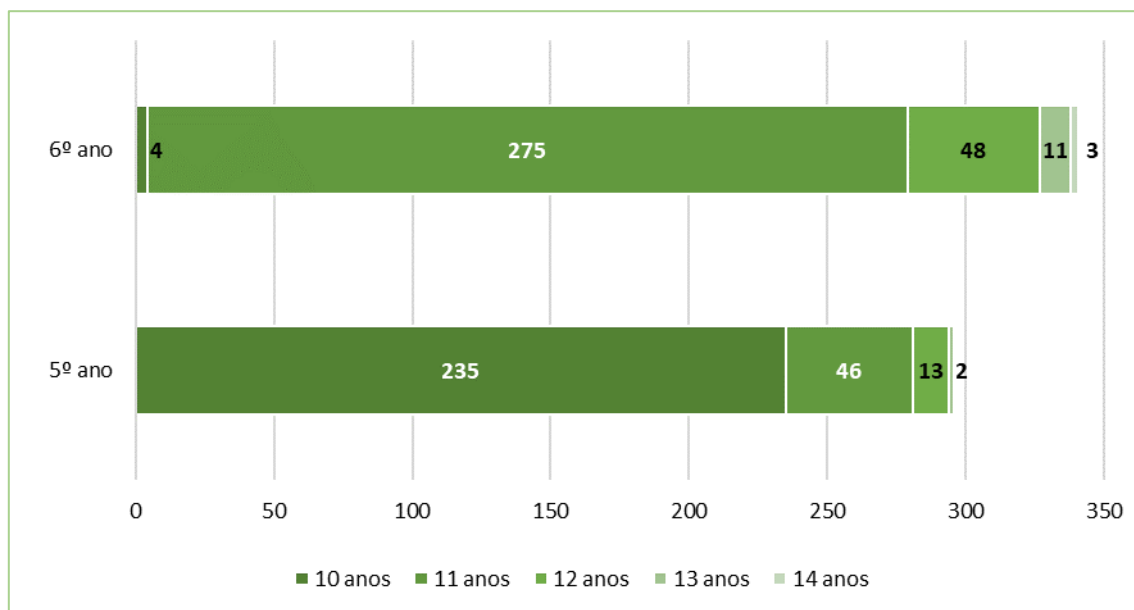


Figura 24 – Alunos no 2º ciclo por idade e por ano de escolaridade em Torres Novas, 2019/2020
Fonte: Infoescolas, DGEEC (2022).

A taxa real de escolarização no ensino secundário registada em 2020/2021 é a mais elevada da série temporal e situa-se nos 91,4%, em linha com a registada para a região. A observação da idade dos alunos que frequentam o 3º ciclo do ensino básico, em 2019-2020, com idade superior à idade modal (15 anos ou mais) demonstra que cerca de 13% dos alunos tinha idade superior à idade normal de frequência, sendo que as taxas de retenção no 3º ciclo são relativamente baixas. Assim, progressão da taxa real de escolarização no ensino secundário, significa que as escolas do concelho conseguiram uma melhoria significativa em termos de cumprimento da escolaridade obrigatória, redução do insucesso no ensino básico e atração dos alunos do concelho.

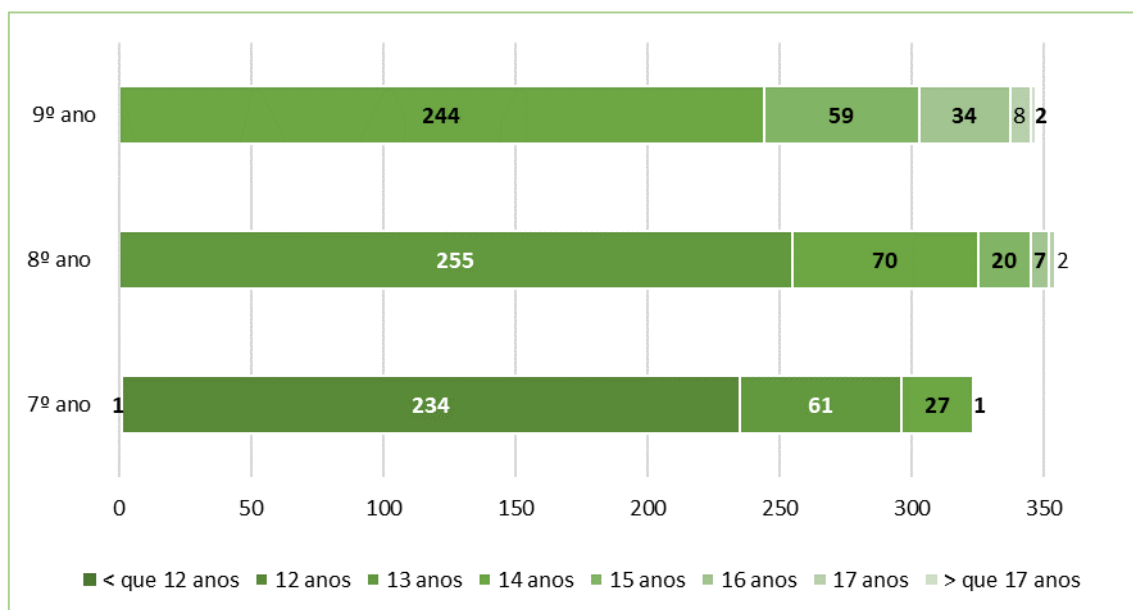


Figura 25 – Alunos no 3º ciclo por idade e por ano de escolaridade em Torres Novas, 2019/2020
Fonte: Infoescolas, DGEEC (2022).

De acordo com as entrevistas realizadas aos Agrupamentos de Escola do concelho este efeito de atração é reconhecido em vários níveis de ensino. Se compararmos estas taxas brutas de escolarização e as taxas de retenção verificadas em Torres Novas com as de outros concelhos limítrofes verificamos que de facto Alcanena parece perder alunos, na medida em que apresenta uma taxa bruta de escolarização no secundário de 98,1% ao mesmo tempo que tem uma taxa de retenção de 2,4%. A análise das pendularidades na região do Médio Tejo permite perceber que é Torres Novas que beneficia com estes movimentos. Mas, o mesmo sucede com o concelho da Golegã que apresenta taxas de brutas de escolarização no secundário de 70,3% e uma taxa de retenção de 5,2% e que, sendo um concelho limítrofe a Torres Novas, ainda que integrado na região da Lezíria Tejo, converge nos movimentos pendulares em direção a Torres Novas.

Os indicadores de escolarização registados são assim bastante positivos, mas as variações ao longo do tempo indicam a necessidade de reter no concelho a população em idade de frequência escolar de 1º e 2º ciclo do ensino básico.

2.3.2. Indicadores de oferta

A oferta no concelho de Torres Novas é, sobretudo, proporcionada pela rede de ensino público que abrange cerca de 84% do número de alunos no concelho de todos os níveis de ensino. O peso da oferta pública em termos de nº de alunos cresceu 3 p.p. nos últimos 10 anos. A rede privada é relevante na educação pré-escolar abrangendo 46% dos alunos, mas mantendo-se estável em termos de cobertura de população escolar ao longo dos últimos 10 anos.

Tabela 56 – Número de alunos por nível de ensino por natureza de estabelecimento de ensino

	2011/2012		2015/2016		2020/2021	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Total	4 775	1 086	4 517	1 054	4 181	824
Educação Pré-escolar	532	456	498	408	436	373
Ensino Básico	3 207	345	3 045	426	2 745	91
1.º Ciclo	1 274	147	1 192	240	1 033	73
2.º Ciclo	745	33	720	95	641	0
3.º Ciclo	1 188	165	1 133	91	1 071	18
Ensino secundário	1 036	285	974	220	1 000	360

Nota: Inclui ofertas para jovens e adultos.

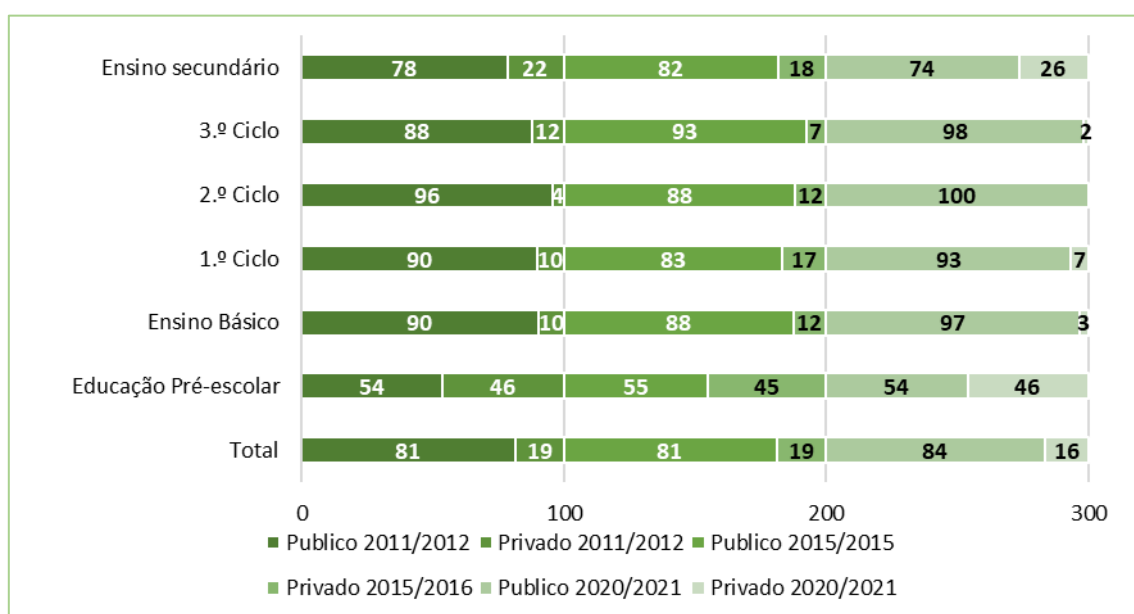


Figura 26 – Alunos no ensino público e privado no concelho de Torres Novas, 2011/2012, 2015/2016 e 2020/2021
Fonte: DGEEC- Regiões em Números 2020/2021.

Se considerarmos o número de estabelecimentos de educação e ensino no concelho, verificamos que ao longo dos últimos 10 anos a rede privada se manteve estável, enquanto os grandes movimentos de reordenamento da rede escolar abrangeram o ensino público, que perdeu 8 estabelecimentos desde 2011. Este movimento resulta do programa de encerramento de estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo e da reorganização da rede de 1.º ciclo e pré-escolar com o Programa de Construção de Centros Escolares, correspondendo a um ajustamento à procura, tendo em conta a perda registada de número de alunos na educação pré-escolar e no ensino básico.

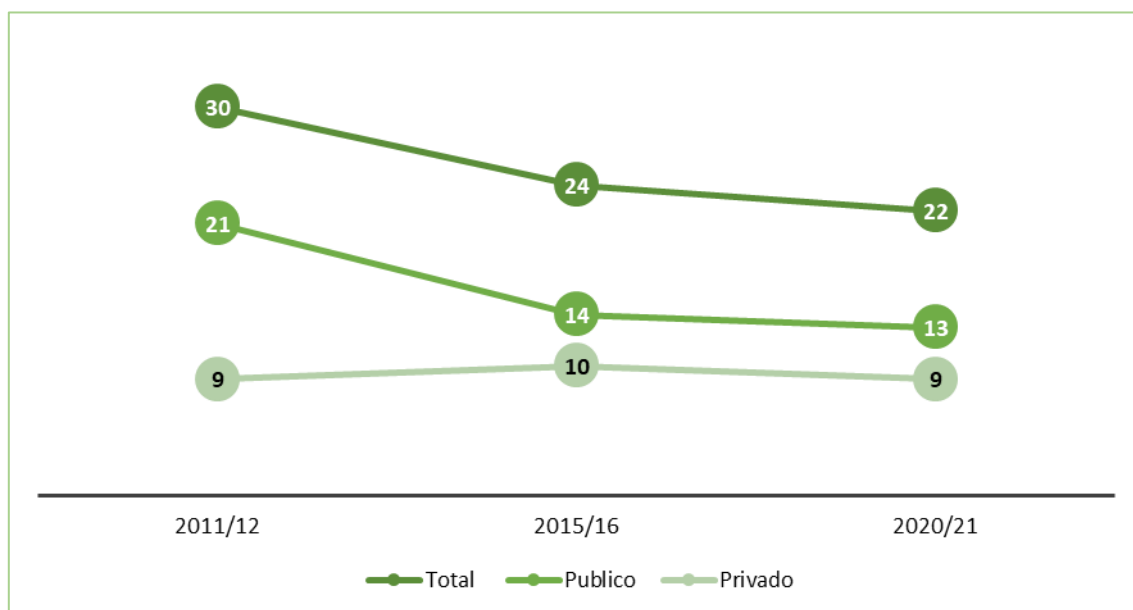


Figura 27 – N.º de estabelecimentos de educação no concelho de Torres Novas, por natureza, 2011/2012, 2015/2016 e 2020/2021

Fonte: DGEEC- Regiões em Números 2020-2021.

As modalidades de oferta para jovens no ensino básico concentram-se no ensino básico geral, havendo registo de Cursos de Educação Formação (na rede pública) e de alunos integrados em Programas Integrados de Educação e Formação (na rede privada) no 3º ciclo do ensino básico. Em ambas as situações, em 2020/2021; estavam em causa um número residual de alunos, equivalente a uma turma de dimensão reduzida em cada uma das ofertas³⁷. Por seu turno, as ofertas de ensino artístico são na modalidade de articulado.

Com taxas de retenção e desistência no ensino básico residuais (cf. Tabela 58, p. 130) as ofertas de dupla certificação ou de remediação no ensino básico, são também elas residuais e comprovam a boa capacidade revelada pelo sistema na inclusão e manutenção dos alunos, pelo que o desafio será mais centrado na qualidade do ensino-aprendizagem e na promoção do sucesso educativo.

As modalidades de oferta para jovens no ensino secundário abrangem cursos científico-humanísticos e cursos profissionais, mas o concelho está ainda longe de cumprir o objetivo de política educativa de 50% de alunos do ensino secundário a frequentar esta oferta. A evolução do indicador ficou-se por um aumento de 3 p.p. em 10 anos. Contudo, Torres Novas com 35% dos alunos do secundário a frequentar esta oferta supera o valor nacional que se situa nos 32%, mas está abaixo do valor registado para a Região Centro em 2020/2021 (39%) e está abaixo de outros concelhos do Médio Tejo, nomeadamente Entroncamento (40%) e Ourém (41%).

A oferta desta modalidade de ensino no concelho tem maior expressão no ensino privado, que representou em 2020/2021 3/5 dos alunos. O ensino público perdeu, em 10 anos, 13 p.p. neste indicador. A aproximação à meta nacional parece depender de um aumento substancial da frequência desta modalidade a partir da oferta pública que terá uma capacidade instalada subaproveitada. Este aspeto é crítico em matéria de gestão de rede de oferta. Tanto mais que, como reconhecem os

³⁷ Cf. DGEEC, Regiões em Números 2020/2021, Região Centro, Sub-Região Médio Tejo, Concelho de Torres Novas.

diferentes *stakeholders* do ensino profissional a nível do concelho e da região, há a necessidade de implementar uma gestão da rede orientada a níveis de complementaridade e especialização ao invés da concorrência que se verifica entre as ofertas a partir dos agrupamentos de escola e da escola profissional existente no concelho.

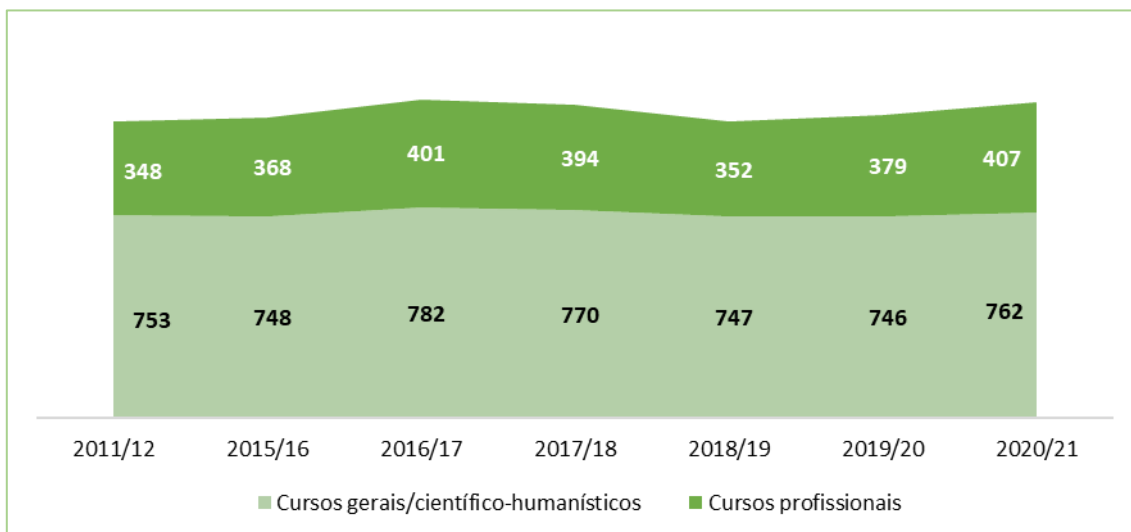


Figura 28 – N.º de Alunos em ofertas para jovens de ensino secundário no concelho, 2011/2012, 2015/2016 e 2020/2021
Fonte: DGEEC- Regiões em Números 2020-2021.

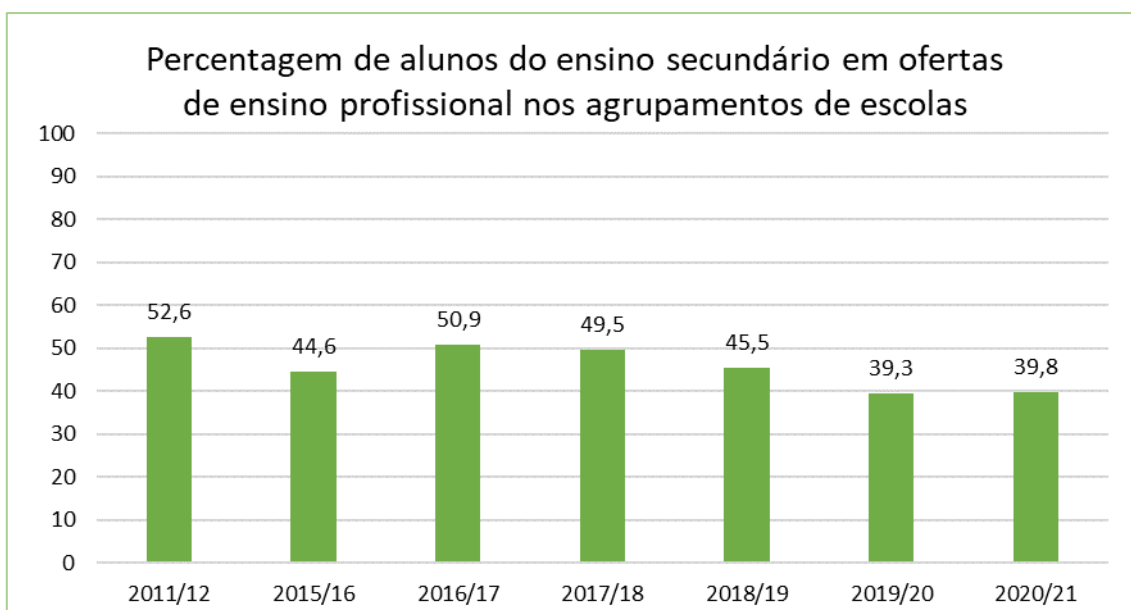


Figura 29 – Percentagem de alunos do ensino secundário em ofertas de ensino profissional nos agrupamentos de escolas, por ano letivo
Fonte: DGEEC- Regiões em Números 2020-2021.

No caso da educação e formação de adultos o concelho registou em 2020/2021 a frequência de Cursos de Educação e Formação de Adultos ao nível do 2º ciclo e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, oferecidos a partir da rede pública, bem como adultos em processo de RVCC quer de 3º ciclo do ensino básico quer de ensino secundário, estes últimos oferecidos a partir do Centro Qualifica associado à Escola Profissional de Torres Novas (EPTN, rede privada). Note-se que a frequência de

ofertas de RVCC e de CEF de secundário abrangem em 2020/2021, em cada uma das modalidades, 7% dos alunos do concelho no ensino secundário. Assim, se ao nível do ensino básico as ofertas para adultos são residuais no sistema, no ensino secundário elas representam cerca de 14% dos alunos em frequência neste nível de ensino.

2.3.3. Indicadores de recursos educativos

O número de docentes no concelho registou uma quebra com alguma expressão entre 2011/2012 e 2015/2016 correspondendo a um movimento que decorreu do ajustamento do número de efetivos realizado no período da crise financeira. Entre 2015/2016 e 2020/2021 o número de docentes cresce, não atingindo, porém, o nº de efetivos registados em 2011. O concelho registou assim, no último ano da série, um total de 558 docentes, dos quais 44% são docentes do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário. A 2ª categoria com maior representatividade é a dos docentes do 1º ciclo que representam cerca de 20%.

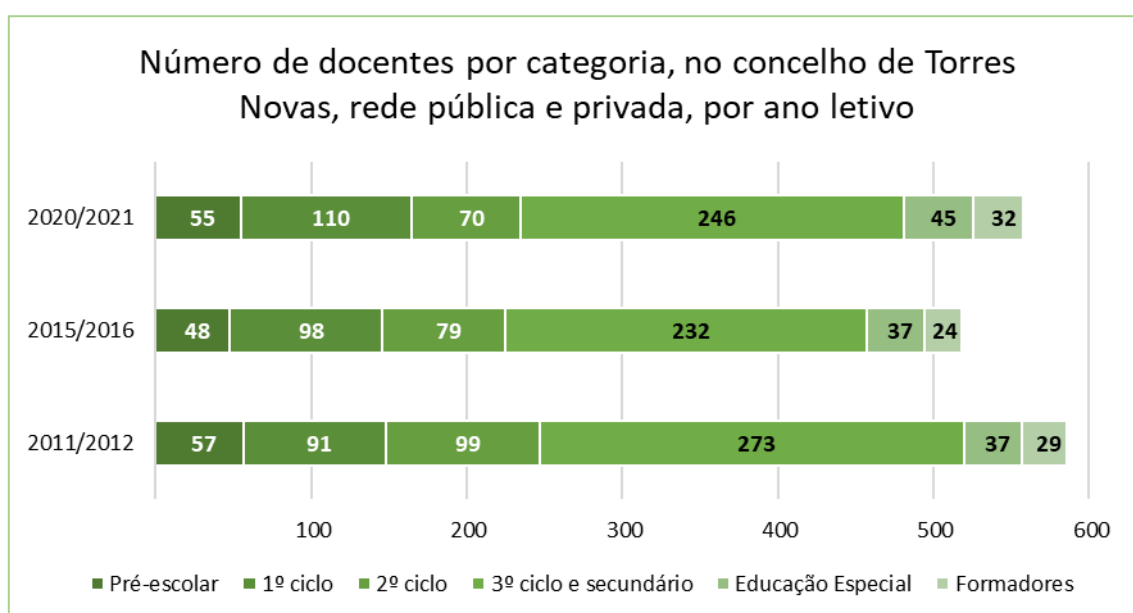


Figura 30 – Número de docentes por categoria, no concelho de Torres Novas, rede pública e privada, por ano letivo
Fonte: DGEEC- Regiões em Números 2020-2021.

Uma análise da taxa de variação em 10 anos permite concluir o que Torres Novas perdeu 5% de docentes no período, tendo sido essa perda muito expressiva no 2º ciclo do ensino básico (-29%) e no 3º ciclo e ensino secundário (-10%). Porém, a contrapartida os docentes no 1º ciclo cresceram 21%, o mesmo sucedendo com os docentes da educação especial e os formadores. Se este crescimento nestas últimas categorias se justifica pela aposta da política educativa neste tipo de ofertas e pela consolidação de um grupo de recrutamento de docentes na educação especial, já o crescimento do número de docentes no 1º ciclo do ensino básico (cf. Figura 30) em 21%, quando no mesmo período o número de alunos decresce 22%, é difícil de justificar. Os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação para 2020/2021 demonstram que no 1º ciclo do ensino básico, nas instituições de educação e ensino de Torres Novas, existem 110 docentes com componente letiva, dos quais 4 são docentes de inglês no 1º ciclo e 20 são docentes na rede de escolas privadas.

Torres Novas perde menos docentes que a sub-região do Médio Tejo, mas também apresenta uma taxa de variação positiva menos expressiva no que se refere aos docentes da educação especial, 22% comparados com os 47% no Médio Tejo. Por outro lado, nas categorias de formadores e de docentes do 1º ciclo a evolução no concelho é contrária à evolução da região que perde docentes em ambas as categorias.

Se adicionarmos à análise a informação relativa à natureza dos estabelecimentos destes docentes verificamos que este crescimento se dá no ensino público, uma vez que a rede de ensino privado representa em número de docentes, em 2020/2021 cerca de 11% do total de docentes, uma redução de 1 p.p. em dez anos, sendo que os docentes da rede privada estão apenas incluídos nas categorias da educação pré-escolar, 1º ciclo do ensino básico e formadores que correspondem aos formadores da escola profissional do concelho³⁸.

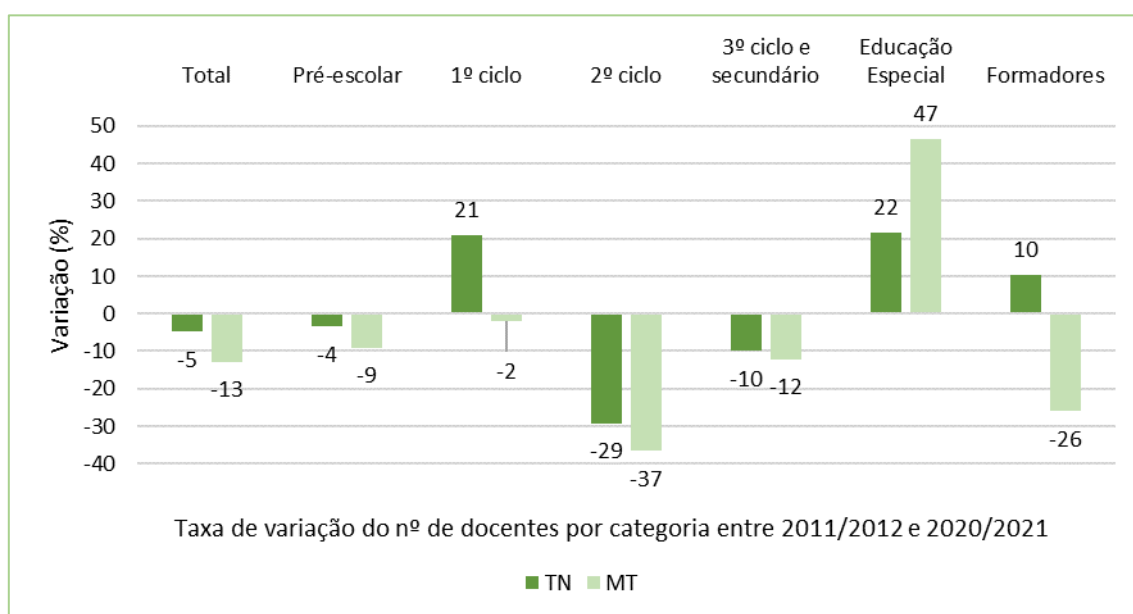


Figura 31 – Taxa de variação do nº de docentes por categoria entre 2011/2012 e 2020/2021, Médio Tejo (MT) e Torres Novas (TN)

Fonte: Cálculos próprios, a partir de DGEEC, Regiões em Números 2020/2021 (Região centro, Sub-região Médio Tejo, Concelho de Torres Novas).

O rácio de alunos/docente ETI³⁹ tem-se mantido estável entre 2011 e 2020 apesar da redução do nº de alunos e situa-se nos 10,5 alunos por docente ETI. Este rácio não depende apenas do número de alunos, mas igualmente das necessidades de docentes que resultam do currículo nacional. As dificuldades de recrutamento de docentes condicionam igualmente estes rácios.

Na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico, a monodocência implica rácios superiores. Contudo, os rácios do pré-escolar são bastante superiores aos do 1º ciclo, ainda que tenham decrescido, situavam-se em 2020 nos 15,8 alunos por docente da educação pré-escolar. No 1º ciclo

³⁸ Cf. DGEEC, Regiões em Números 2020/2021, Região centro, Sub-região Médio Tejo, Concelho de Torres Novas.

³⁹ Docente ETI – Docente com horário Equivalente em Tempo Integral. O indicador representa o rácio de alunos por docentes em ETI. É um indicador de caracterização do sistema e das instituições com implicações na sua eficiência e qualidade.

do ensino básico o rácio foi o que mais decresceu ao longo do período e era em 2020, de 10,6 alunos por docente. Este valor está em consonância com a circunstância observada e referida anteriormente de que a taxa de crescimento dos docentes do 1º ciclo do concelho está a contrair com a evolução do número de alunos.

Nos restantes níveis de ensino onde o currículo nacional exige múltiplos docentes é expectável que o rácio de alunos docente a tempo integral seja mais baixo. Contudo, verificamos que o rácio é muito próximo do observado no 1º ciclo, com exceção do 3º ciclo do ensino básico que regista o valor mais baixo, com 9,2 alunos por docente em ETI, tendo-se mantido relativamente estável.

A evolução deste rácio ao longo do período analisado demonstra oscilações relevantes precisamente no educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico e resultam da quebra do número de alunos mais evidente no ensino básico e nos níveis mais precoces de escolaridade.

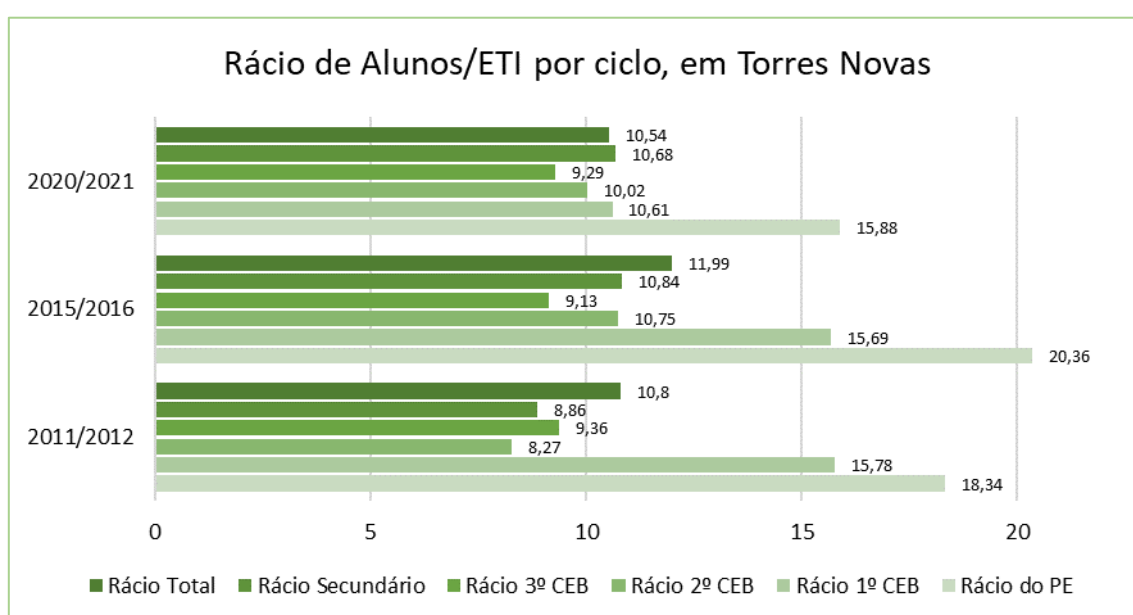


Figura 32 – Rácio de Alunos/Docente ETI por ciclo em Torres Novas

Fonte: BIME – Plataforma de Informação Edu (DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação, 2021).

A distribuição dos docentes por grupo de recrutamento nos 2º, 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, no ano letivo 2020-2021, é informação útil para, relacionando com o número de turmas identificar grupos de recrutamento onde o número de docentes é curto. No contexto da região do Médio Tejo, o Ministério da Educação, identificou até 2030 a necessidade de recrutar 880 docentes. Ainda que este estudo não tenha dados ao nível do concelho, naturalmente que Torres Novas não está imune ao problema que decorre, nomeadamente, do envelhecimento da classe docente que faz prever ritmos elevados de saída para a reforma.

Assim, uma análise mais conclusiva destes dados dependerá da disponibilidade de informação relativa à idade dos docentes que tem um impacto quer no ritmo de saídas quer na quantidade de horas da componente letiva atribuídas.

Tabela 57 - Número de docentes por grupo de recrutamento no 2.º, 3.º ciclo e ensino secundário em Torres Novas, 2020/2021

Grupo de Recrutamento	2.º CEB		3.º CEB e ensino secundário	
	N	%	N	%
Educação Física	11	16,7	23	9,8
EMRC	1	1,5	1	0,4
Educação Musical	7	10,6	-	-
Educação Visual e Tecnológica/Educação Tecnológica	9	13,6	2	0,9
Matemática e Ciências	18	27,3	-	-
Português e História	12	18,2	-	-
Português e Francês	3	4,5	-	-
Português e Inglês	5	7,6	-	-
Artes Visuais	-	-	14	6,0
Biologia e Geologia	-	-	22	9,4
Economia	-	-	7	3,0
Eletrotecnia	-	-	2	0,9
Espanhol	-	-	3	1,3
Filosofia	-	-	8	3,4
Física e química	-	-	22	9,4
Francês	-	-	8	3,4
Geografia	-	-	11	4,7
História	-	-	16	6,8
Informática	-	-	14	6,0
Inglês	-	-	18	7,7
Matemática	-	-	26	11,1
Português	-	-	38	16,2
Totais	66	100,0	235	100,0

Fonte: DGEEC, Tabelas de Dados, Docentes em exercício de funções no ano letivo 2020/2021

Os recursos tecnológicos das escolas demonstraram, durante o período pandémico, ser essenciais. O indicador n.º médio de alunos por computador e n.º médio de alunos por computador com Internet no concelho evoluiu muito positivamente. Em 2011/2012 eram 3 os alunos por computador e 3,6 os alunos por computador com Internet. Estes indicadores pioram em 2015/2016 e melhoram significativamente em 2020/2021 em virtude dos investimentos realizados em virtude da necessidade de criar condições para o ensino a distância durante a pandemia, situando-se em 1,6.

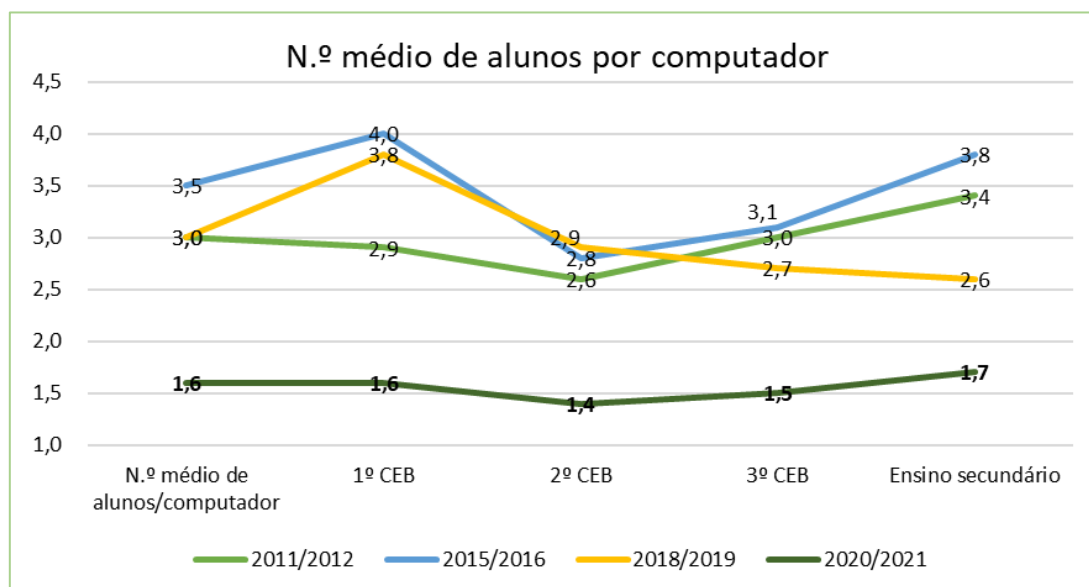


Figura 33 – N.º médio de alunos por computador

Fonte: DGEEC- Regiões em Números 2020-2021.

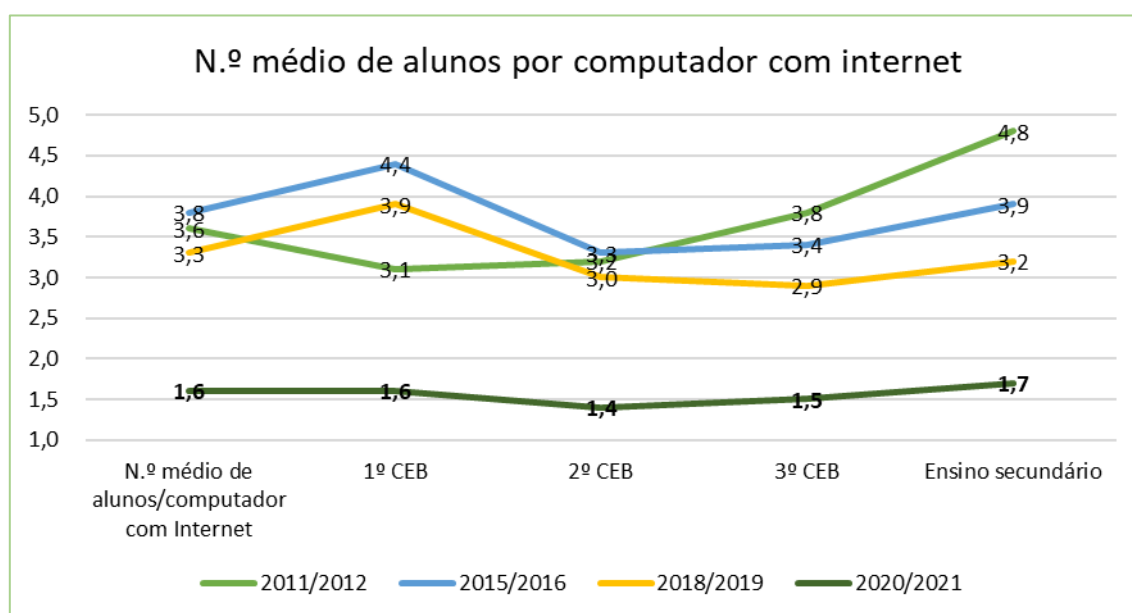


Figura 34 – N.º médio de alunos por computador com internet

Fonte: DGEEC- Regiões em Números 2020-2021.

A evolução registada permitiu igualmente esbater a diferença nestes indicadores entre níveis de ensino que foram sempre desfavoráveis no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário. Por outro lado, Torres Novas apresentava, em 2011/2012, indicadores ligeiramente abaixo da região do Médio Tejo que tinha 2,8 alunos por computador (Torres Novas apresentava 3,0) e 3,5 alunos por computador com Internet (Torres Novas apresentava 3,6). Já em 2020/2021 o concelho igualava a região em ambos os indicadores.

2.3.4. Infográfico síntese da dinâmica educativa

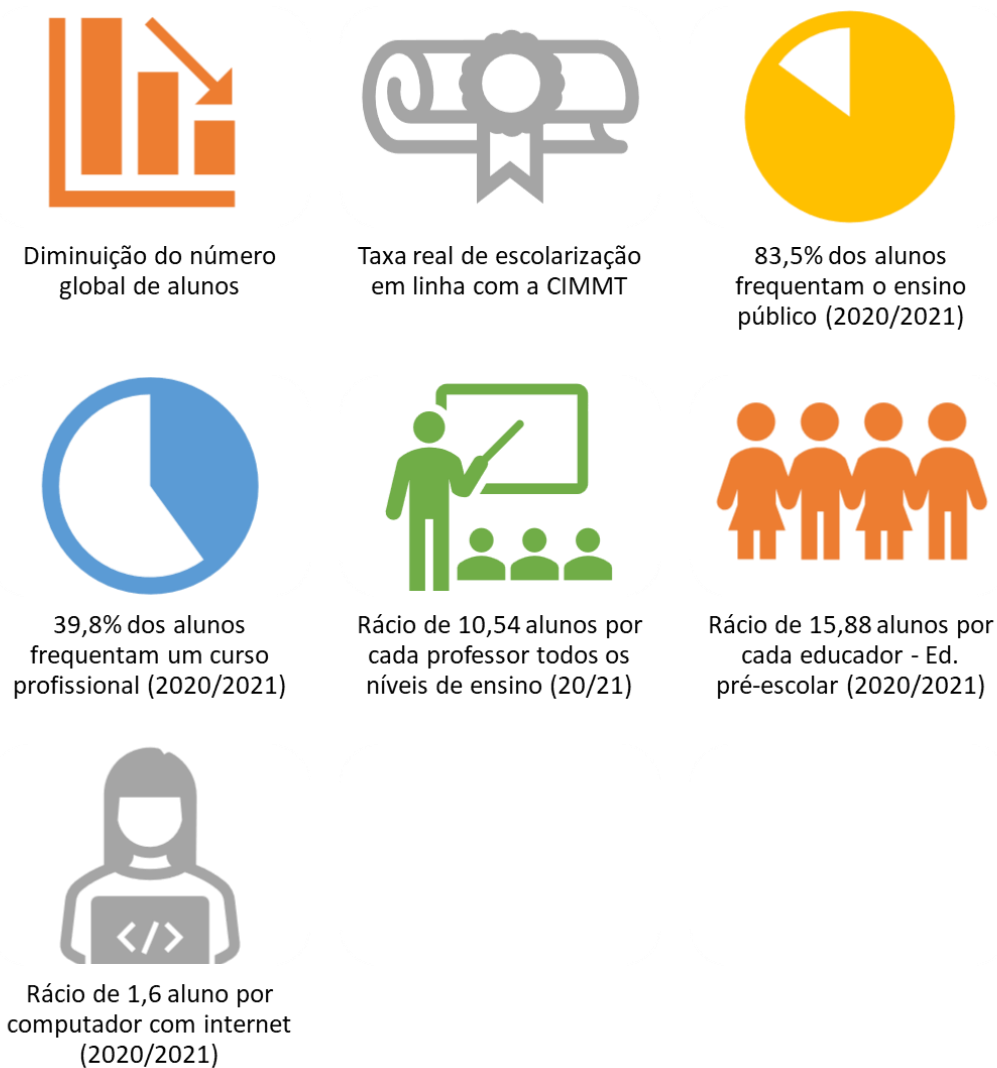


Figura 35 - Infográfico síntese da dinâmica educativa em Torres Novas

2.4. Indicadores de resultados

Se observarmos os indicadores de taxa de retenção e desistência verificamos que Torres Novas acompanha a tendência da região e tem, em 2020/2021, taxas abaixo da região em todos os níveis de ensino, sendo que é no ensino secundário que esta taxa apresenta maior margem para redução. O progresso entre 2015 e 2020 é assinalável e acompanha o progresso observado na região, sendo que Torres Novas progride mais que a região na redução deste indicador.

Tabela 58 – Taxas (%) de retenção e desistência no Médio Tejo e em Torres Novas, por nível de ensino

	2011/12		2015/16		2020/21	
	MT	TN	MT	TN	MT	TN
Ensino básico	8,2	8,9	5,6	4,9	2,2	1,0
1.º Ciclo do ensino básico	3,6	3,3	3,2	2,3	1,6	0,1
2.º Ciclo do ensino básico	9,5	10,2	6,4	7,5	2,0	0,8
3.º Ciclo do ensino básico	12,9	15,2	7,7	6,6	2,9	2,1
Ensino secundário	18,0	15,2	14,2	15,9	7,2	6,9

Fonte: DGEEC – Regiões em Números 2020/2021.

A observação das taxas de retenção e desistência por ano de escolaridade, disponíveis para 2020/2021, demonstra que o 8º ano é no ensino básico o que regista uma taxa maior (3,9% em Torres Novas e 3,7% no Médio Tejo), sendo o único, neste nível de ensino, em que o valor do concelho supera o valor da região. Esta prevalência de maiores taxas de retenção no 8º ano é um traço relativamente generalizado no sistema de ensino português e, portanto, dependerá mais de questões de organização curricular do que de quaisquer outras. Estas questões ultrapassam a capacidade de intervenção a este nível, mas será possível reforçar aspetos de intervenção à escala regional e local que dizem respeito aos apoios e reforços à aprendizagem.

No ensino secundário onde as taxas de retenção são sempre superiores Torres Novas compara bem com a região nos cursos científico-humanísticos, mas apresenta uma performance bastante mais negativa no ensino profissional, em qualquer ano do ciclo de estudos, mas sobretudo no ano terminal onde apresenta uma taxa de retenção e desistência de 20%.

Este último aspeto exigirá uma intervenção focalizada dos programas locais/regionais de apoio ao sucesso educativo, ao nível da orientação vocacional, bem como ao nível do menu de ofertas que poderá ser melhor ajustado ao perfil e interesse dos alunos.

Tabela 59 – Taxas de retenção e desistência no Médio Tejo e em Torres Novas, por oferta e ano de escolaridade em 2020/2021

Ensino básico			Ensino secundário		
Ano de escolaridade	MT	TN	Ano de escolaridade	MT	TN
2.º ano	3,7	0,4	10.º ano CCH ⁴⁰	10,6	7
3.º ano	1,2	0	11.º ano CCH	1,6	1,7
4.º ano	1,4	0	12.º ano CCH	9	7,1
5.º ano	1,5	0	1.º ano CP ⁴¹	3,8	5,9
6.º ano	2,5	1,7	2.º ano CP	4,9	5
7.º ano	3,3	1,8	3.º ano CP	14,1	20,9
8.º ano	3,7	3,9			
9.º ano	1,7	0,6			

Fonte: DGEEC, Tabelas de Dados, Taxa de retenção e desistência (%), por sexo, nível de ensino, ciclo de estudos e ano de escolaridade - Continente, NUTS II, III e Municípios – 2003/04 a 2020/21

No que se refere às taxas de transição e conclusão⁴² verificamos que Torres Novas atinge resultados um pouco acima dos valores regionais, com exceção do ensino profissional. A progressão, no período em análise é notória e ao nível do ensino básico a taxa de transição/conclusão é de 99%, sendo apenas penalizada por uma taxa de 97,9% no 3º ciclo do ensino básico. No ensino secundário são os anos terminais de percurso que prejudicam uma maior taxa de conclusão, sobretudo no ensino profissional no qual a taxa de conclusão (registada no 3º ano de curso) em Torres Novas é de 79%, abaixo dos 85,9% registados na região.

Há, pois, um trabalho que deve ser aprofundado no sentido de criar condições para um aumento dos percursos de sucesso no ensino secundário de dupla certificação.

Tabela 60 – Taxas de transição e conclusão no Médio Tejo e em Torres Novas, por nível de ensino

	2011/12		2015/16		2020/21	
	MT	TN	MT	TN	MT	TN
Ensino básico	91,8	91,1	94,4	95,1	97,8	99,0
1.º Ciclo do ensino básico	96,4	96,7	96,8	97,7	98,4	99,9
2.º Ciclo do ensino básico	90,5	89,8	93,6	92,5	98,0	99,2
3.º Ciclo do ensino básico	87,1	84,8	92,3	93,4	97,1	97,9
Ensino secundário	82,0	84,8	85,8	84,1	92,8	93,1
Cursos Científico-Humanísticos	79,3	82,1	84,0	80,1	92,9	94,6
Cursos Profissionais	85,7	90,5	88,6	92,1	92,7	90,2

Fonte: DGEEC, Tabelas de dados. Taxa de transição/conclusão (%), por sexo, nível de ensino, ciclo de estudos e ano de escolaridade - Continente, NUTS II, III e Municípios – 2003/04 a 2020/21

⁴⁰ CCH – Cursos científico-humanísticos

⁴¹ CP – Cursos Profissionais

⁴² A primeira (transição) refere-se ao resultado em anos intercalares e não terminais, a segunda (conclusão) refere-se ao resultado em anos terminais de ciclo.

As taxas de conclusão no tempo certo referem-se à percentagem de alunos matriculados num ciclo de estudos que o conclui no tempo esperado, i.e., que conclui sem retenções. Os dados disponíveis permitem comparar o concelho de Torres Novas com o país tendo por referência os alunos com perfil sociográfico semelhante aos alunos de Torres Novas.

No 1.º ciclo do ensino básico o concelho partiu de uma situação mais desfavorável em 2016 e igualou os dados do país em 2018. No último ano disponível (2019) verifica-se que 92% dos alunos do 1º ciclo concluíram este nível de escolaridade em 4 anos. Tendo em conta as taxas de retenção atuais anteriormente apresentadas estes resultados já terão sido melhorados. Importa, porém, sublinhar que dos alunos do 1º ciclo beneficiários de ASE em Torres Novas foram 84% os que, em 2019-2020, concluíram este nível de ensino no tempo certo, o que significa que para 16% destes alunos o percurso escolar já registou insucesso. O tema das retenções no 1º ciclo apresenta-se assim como um problema de equidade.

Os mesmos indicadores para o 2.º ciclo do ensino básico são mais favoráveis ao longo da série temporal analisada. Torres Novas apresenta valores abaixo dos nacionais, mas recuperou ao longo do período aproximando-se do valor nacional. Assim, em 2019/2020 96% dos alunos a frequentar o 2.º ciclo no concelho terminou esse ciclo em 2 anos. Dos alunos beneficiários de ASE foram 95% os que concluíram em 2 anos e, portanto, em termos de equidade os resultados são mais favoráveis aos registados no 1º ciclo.

No 3.º ciclo, a percentagem de alunos que termina este nível de ensino em 3 anos (percurso sem retenções) é mais baixo, mas Torres Novas apresenta resultados acima dos valores nacionais, ainda que o ritmo de progresso seja inferior ao registado no país. Dos alunos beneficiários de ASE, são 74% os que concluem o 3º ciclo em 3 anos, um valor abaixo do registado a nível nacional (76%), pelo que, tal como relativamente ao 1.º ciclo, há alguma melhoria em termos de equidade que deve ser priorizada.

No ensino secundário, cursos científico-humanísticos, são apenas 64% dos alunos que terminam os CCH em 3 anos. Este valor está 3 p.p. abaixo do valor nacional e representa uma progressão modesta. O indicador de equidade associado a este dado é preocupante, na medida em que são apenas 31% os alunos beneficiários de ASE que terminam os CCH do secundário em 3 anos, o que compara com 53% a nível nacional. Este é o indicador mais crítico no cenário educativo do concelho no que concerne a resultados escolares e promoção de equidade.

Com efeito, apesar da taxa de retenção registada em torno dos 7% não ser dramática, a distribuição das idades dos alunos neste nível de ensino na oferta de CCH indica que 15% dos alunos está acima da idade modal (> de 17 anos), mas o indicador de equidade demonstra que os percursos diretos de sucesso são muito desiguais entre os alunos beneficiários de ASE e os restantes.

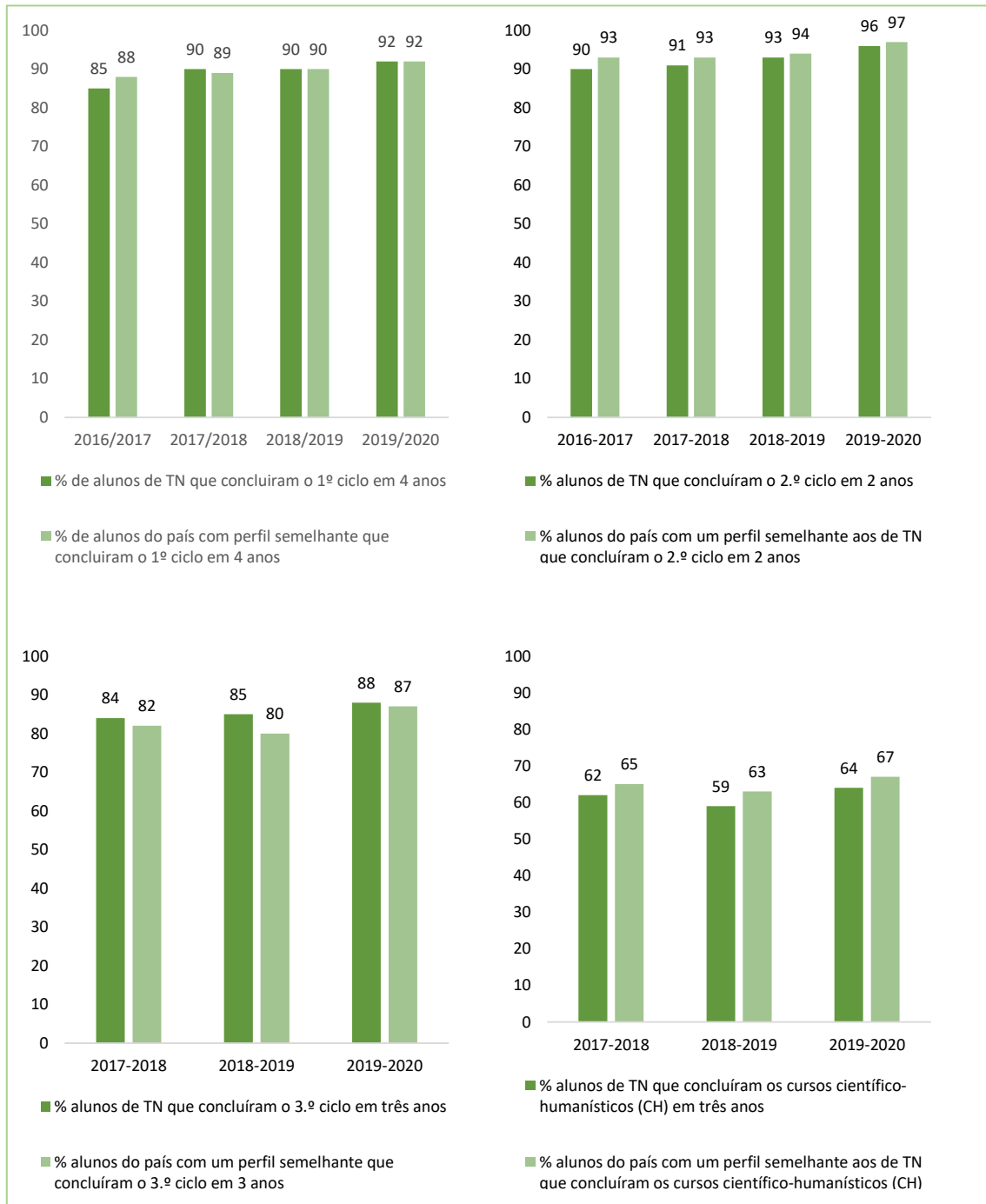


Figura 36 – Percentagem de alunos que concluem o nível de ensino no tempo esperado, em Torres Novas e no país, por ciclo e nível de ensino

Fonte: Infoescolas, DGEEC (2022).

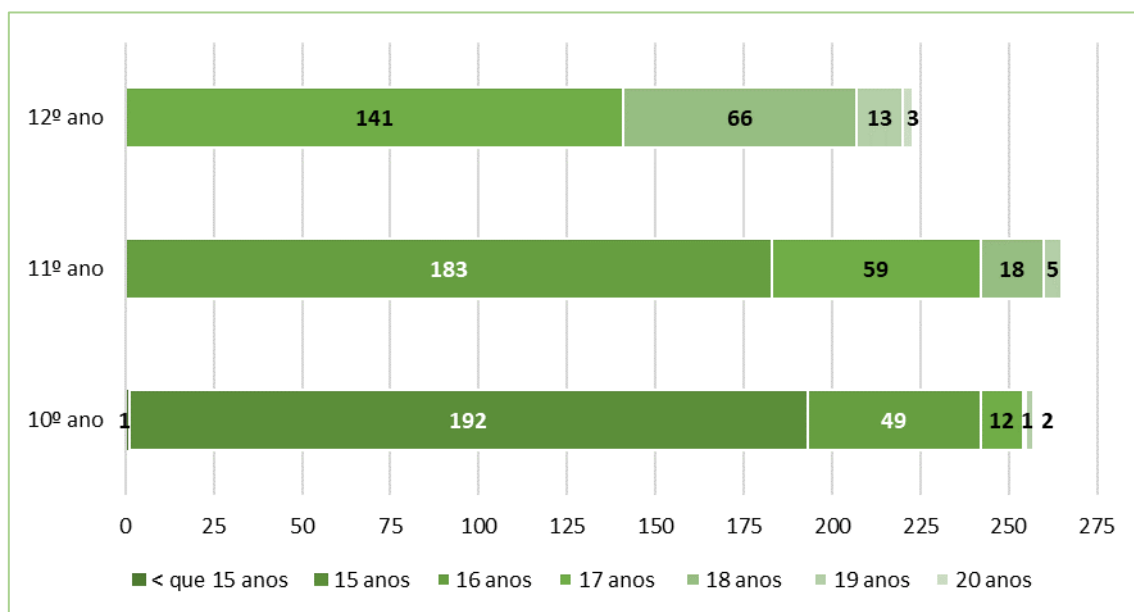


Figura 37 – Alunos por idade nos anos de escolaridade do ensino secundário nos CCH em Torres Novas, 2019/2020
Fonte: Infoescolas, DGEEC.

Os resultados das classificações médias (internas e de exame) obtidas em 2018/2019, podem ser consultadas na tabela seguinte:

Tabela 61 – Classificações médias (internas e de exame) a Português e Matemática, nas escolas do concelho (2018/2019)

	Escola	Ano de escolaridade	Português				Matemática			
			Classificação Interna	Valores médios do concelho	Valores médios da Região de LVT	Valores nacionais	Classificação Interna	Valores médios do concelho	Valores médios da Região de LVT	Valores nacionais
Agrupamento de Escolas de Gil Paes	EB Manuel Figueiredo	9.º	3,24	3,21	3,05	3,10	3,36	2,97	2,72	2,87
	ES Maria Lamas	9.º	2,95	3,21	3,05	3,10	2,37	2,97	2,72	2,87
		12.º	11,42	12,01	11,75	11,90	12,54	13,7	11,43	11,6
Agrupamento de Escolas de Artur Gonçalves	EB Dr. António Chora Barroso	9.º	3,15	3,21	3,05	3,10	3,06	2,97	2,72	2,87
		9.º	3,35	3,21	3,05	3,10	2,98	2,97	2,72	2,87
	EBS Artur Gonçalves	12.º	13,08	12,01	11,75	11,90	14,56	13,7	11,43	11,6

Fonte: BIME (2022). Plataforma de informação EDU (mec.pt)

Estes dados refletem, nos exames de Matemática e Português (9 e 12.º anos), um desempenho médio dos agrupamentos do concelho superior às médias da região LVT e nacional, dando de referir que para estes resultados muito contribui o desempenho dos alunos do AE

No ensino profissional os indicadores de conclusão no tempo certo para o concelho são bastante inferiores aos registados para Portugal. Em 2019-2020, 54% dos alunos que iniciaram o ensino profissional terminaram os seus cursos nos 3 anos, i.e., sem retenções 9 p.p. abaixo do valor atingido no país. Dos alunos que não concluíram em 3 anos 16% não se inscreveram no ensino secundário, o que significa que ou não concluíram a escolaridade obrigatória ou o se inscreveram noutras modalidades como a educação de adultos ou ofertas da esfera do IEFP. Este valor está 3 p.p. acima dos valores nacionais. Tal como em Portugal 4% de alunos que não concluíram o profissional em 3 anos inscreveram-se noutra modalidade de ensino secundário. Estes serão os casos de alunos que reorientaram o seu percurso. Por sua vez 26% dos alunos que não concluíram o ensino profissional em 3 anos continuam inscritos nesta modalidade. São, portanto, as retenções sem abandono ou mudança de percurso.

Como já tínhamos verificado a propósito da análise das taxas de retenção é no ensino profissional que é necessário intervir no sentido de promover uma melhoria dos resultados e a consolidação de percursos de sucesso educativo.

Estes percursos de maior insucesso que são mais expressivos no ensino profissional, são igualmente visíveis nas idades dos alunos. Enquanto nos científico-humanísticos são 15% os alunos que se encontram acima da idade modal, nos cursos profissionais são 37%. Este aspeto resulta da elevada taxa de retenção verificada no ensino profissional no concelho eventualmente combinada com o facto destes alunos já trazerem percursos anteriores de insucesso.

Deste modo, é fundamental incrementar a qualidade desta oferta no concelho quer por via de uma orientação vocacional de qualidade, quer por via da constituição de uma oferta que corresponda aos interesses dos alunos, quer, ainda, por via do estabelecimento de estratégias orientadas a uma melhoria das condições de ensino-aprendizagem e do acompanhamento dos alunos.

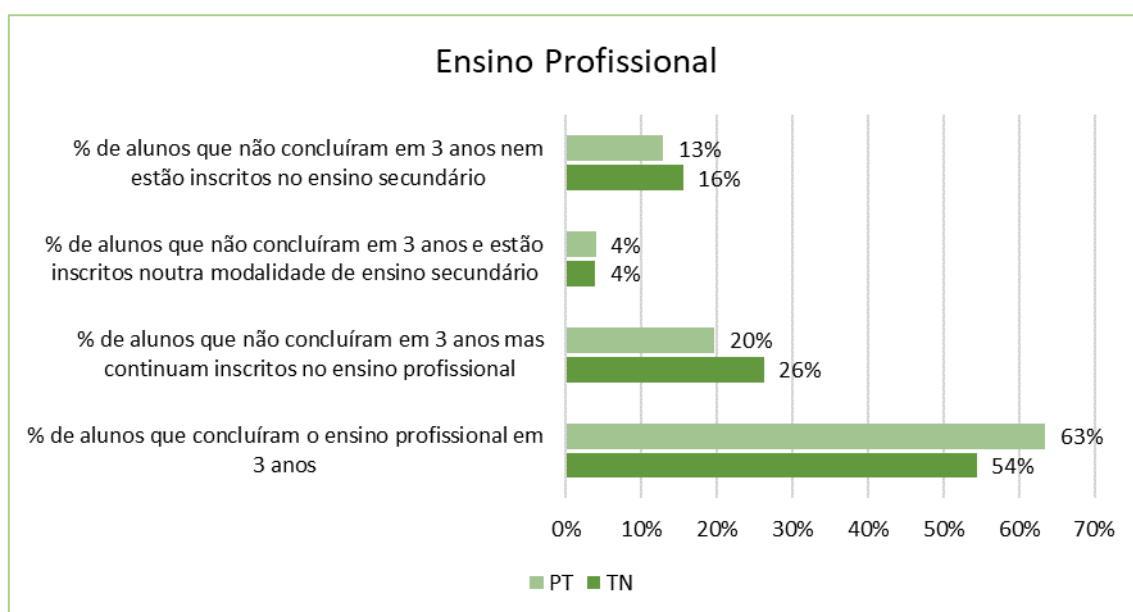


Figura 38 – Conclusões (%) no ensino profissional no tempo esperado, em Torres Novas e Portugal, no ano letivo 2019/2020
Fonte: Infoescolas, DGEEC (2022).

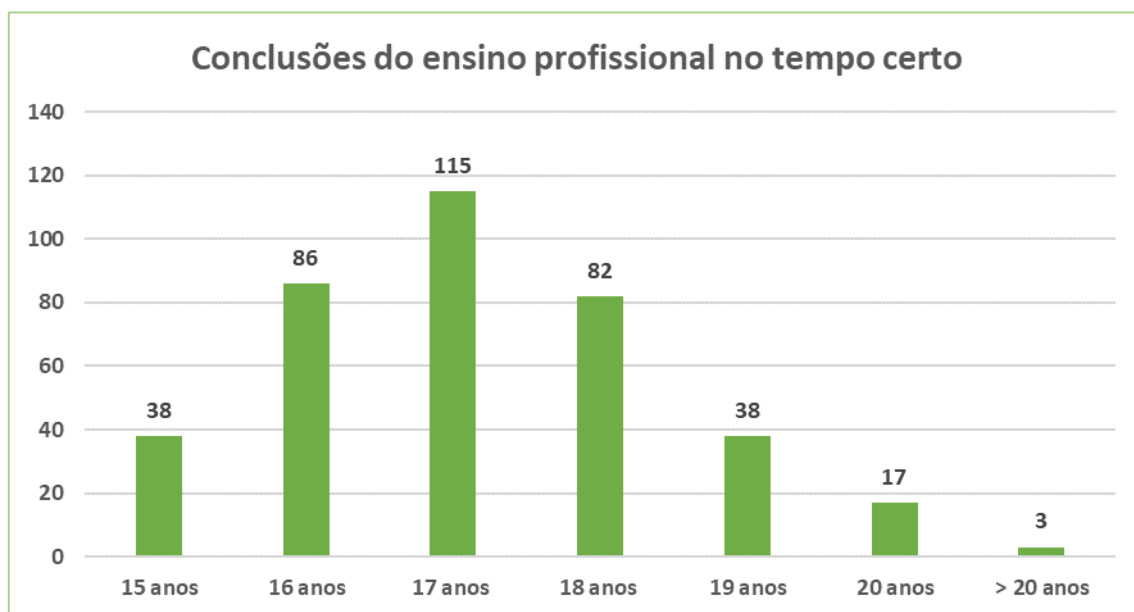


Figura 39 – N.º de alunos que concluíram o ensino profissional no tempo certo, em Torres Novas, no ano letivo 2019/2020
Fonte: Infoescolas, DGEEC (2022).

3. Visão dos agentes educativos, alunos e pais/encarregados de educação

3.1. Entrevistas aos agentes educativos

A auscultação dos agentes educativos locais teve lugar entre junho e julho de 2022, através de videoconferência. Estas foram gravadas com a anuência dos participantes para posterior transcrição e análise de conteúdo.

A condução das entrevistas (que contaram sempre com a presença de, pelo menos, um elemento da equipa da Another Step e de um elemento da equipa do município), foi suportada por um guião semiestruturado (com pequenas alterações para se ajustar a cada público entrevistado), aberto e flexível o suficiente para permitir aos entrevistados abordar os temas que mais lhe parecessem convenientes:

Tabela 62 – Guião da entrevista (semiestruturada) aos agentes educativos

Momento	Orientação da entrevista	Tempo previsto
A. Introdução	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação dos presentes 2. Apresentação da equipa da carta educativa 3. Clarificação do conceito de carta educativa e dos seus objetivos 4. Apresentação dos temas a abordar na entrevista 	10 min
B. Reflexão sobre a política educativa no concelho	<ol style="list-style-type: none"> 5. Pedir aos participantes que façam uma pequena apresentação dos projetos que desenvolvem 6. Pedir aos participantes que identifiquem pontos fortes e constrangimentos na sua área de atuação 7. Explorar as respostas relacionando-as com as áreas da Carta Educativa (adequar ao público a entrevistar): <ol style="list-style-type: none"> a. política educativa municipal, recursos humanos, recursos físicos, recursos financeiros, b. apoio de entidades, impacto do desenvolvimento demográfico, c. oferta educativa no concelho, expectativas sobre o futuro 	40 min
C. A concluir	<ol style="list-style-type: none"> 8. Face ao que foi discutido, no âmbito da política educativa no concelho a incluir na futura Carta Educativa, solicitar a identificação sucinta de (um máximo de três): <ol style="list-style-type: none"> a. pontos fortes b. constrangimentos c. sugestões de melhoria 	5 min
D. Finalização	<ol style="list-style-type: none"> 9. Disponibilizar tempo para se poderem referir a algum assunto não abordado na entrevista ou colocar alguma questão complementar 10. Agradecimentos pelo tempo dispensado e concluir 	5 min

O calendário das entrevistas pode ser consultado na tabela seguinte:

Tabela 63 – Entidades e calendarização das entrevistas (videoconferência)

Entidades ⁴³	Data da entrevista	Duração da entrevista (horas)
Agrupamentos de escolas (todos os agrupamentos de escolas)	05/jul	2:22
Associações de pais (todas as associações de pais)	04/jul	1:10
Centro de emprego e formação profissional	06/jul	0:42
Centro de Estudos Politécnicos de Torres Novas (CEPTON)	07/jul	0:37
Centro Formação de Associação de Escolas (CFAE A23)	27/jun	1:21
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMMT)	08/jul	1:31
Conservatório de Música - Choral Phydellius	01/jul	1:21
Centro de Reabilitação e Integração Torrejano (CRIT)	30/jun	0:57
Cruz Vermelha Portuguesa	07/jul	0:39
Escola Profissional de Torres Novas (EPTN)	01/jul	1:19
IPSS (todas as entidades com ação educativa)	30/jun	1:19
Universidades Sénior (todas as entidades com ação educativa)	05/jul	0:57

Da análise de conteúdo efetuada a todas as entrevistas, há domínios de intervenção das políticas educativas onde foram identificados pontos fortes e constrangimentos, a saber:

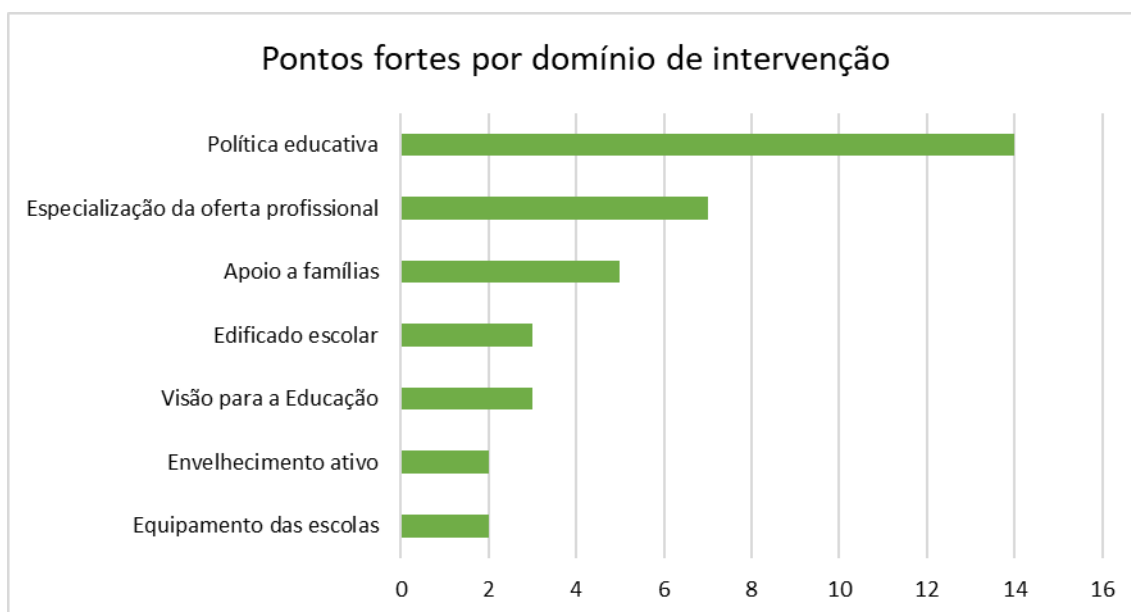


Figura 40 – Número de pontos fortes recolhidos nas entrevistas, por domínio de intervenção
Fonte: Cálculos próprios, análise de conteúdo das entrevistas

⁴³ Apesar de terem sido convidadas todas as entidades indicadas pelos serviços de educação do município, nem sempre foi possível garantir que o horário em que decorreu a entrevista fosse o mais adequado para todos poderem participar. Assim, em alguns casos, não estiveram presentes todos os convidados para o debate.

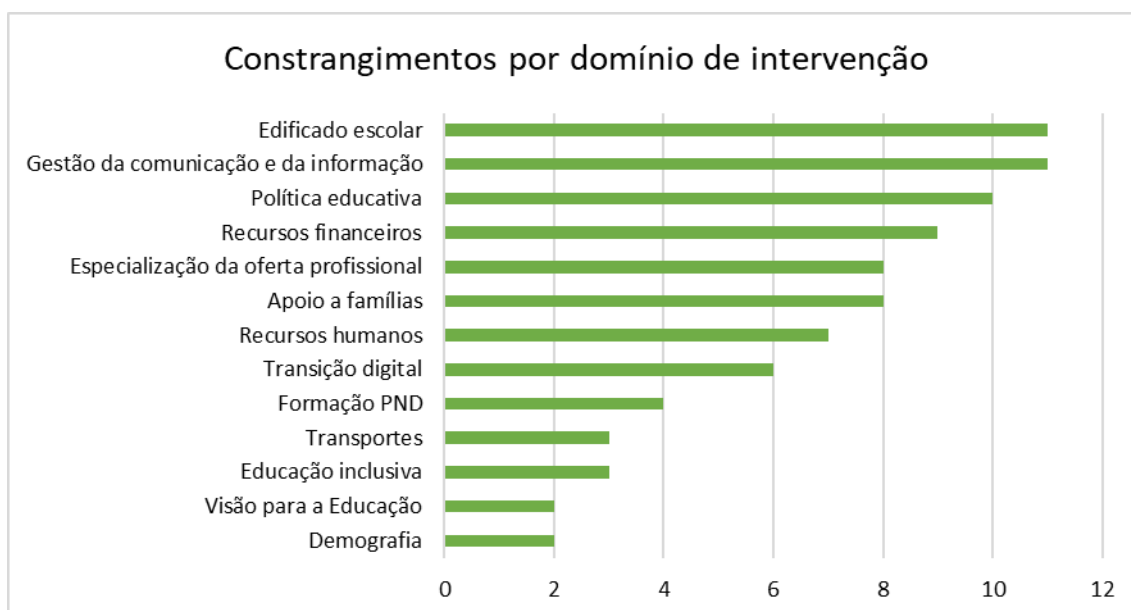


Figura 41 – Número de constrangimentos recolhidos nas entrevistas, por domínio de intervenção
Fonte: Cálculos próprios, análise de conteúdo das entrevistas

A análise aos pontos fortes e constrangimentos referidos pelos diferentes públicos, permitiu detalhar a forma como os entrevistados encaram a atual situação educativa do concelho. Assim, por categorias de análise, damos conta da perceção destes *Stakeholders* nos parágrafos seguintes.

São reconhecidas, pelos diferentes grupos entrevistados, áreas em que a **política educativa** do concelho assume contornos positivos, como é o caso da abrangência territorial da intervenção de algumas das entidades (ex: CRIT, CFAE A23), contribuindo para a atratividade do concelho. Também neste aspeto, são referidas a política de parcerias do município com o CFAE A23, bem como a importância dos projetos dinamizados pela CIMMT, que complementam a necessidade das escolas (por exemplo na promoção da cultura científica e o ensino experimental das ciências) não cobertas pelas fontes de financiamento diretas habituais (como o despiste de problemas de visão e auditivos nos alunos). São também bons exemplos as iniciativas da Câmara Municipal na educação pré-escolar e no primeiro ciclo, como os projetos de incentivo à leitura, a biblioteca, a ciência sobre rodas, a oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)⁴⁴, na área do ensino da música na educação pré-escolar, entre outros.

⁴⁴ “As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) inserem-se numa estratégia alargada de articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio à família. Esta estratégia assenta em três grandes vertentes: Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar (AAAF); Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC); Componente de Apoio à Família no 1.º ciclo do Ensino Básico (CAF). Considera(m)-se: AAAF - as que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades; AEC - no 1.º ciclo do ensino básico as atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação; CAF - o conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva.” (DGE - Direção-Geral da Educação, 2022b)

Identificam-se constrangimentos relacionados com uma população ainda pouco qualificada (não contribuindo para a diferenciação positiva do município), para além da aparente dificuldade na gestão do pessoal não docente (PND) no concelho (falta de uma política clara na sua distribuição e formação). Também a elevada rotatividade destes atores, suscitada por condições de trabalho pouco atrativas, condiciona a consolidação de competências adequadas.

Por outro lado, apesar da intervenção muito positiva do município na **dinamização do ensino da música** em idades precoces, considerou-se que o ensino especializado e articulado da música, em virtude do enquadramento organizacional e legal em que este ocorre, não deixa de ser entendido como uma oferta orientada apenas para um grupo de alunos. Neste sentido, apesar do esforço do município na democratização e generalização do acesso a atividades de expressão musical para todos os alunos do pré-escolar e 1º ciclo, o resultado das políticas educativas nacionais referentes ao ensino artístico conduziu, *a contrario sensu*, a uma elitização desta oferta. O facto desta oferta estar disponível apenas num dos Agrupamentos de Escolas do concelho – o Agrupamento de Escolas Gil Paes (AE Gil Paes) – poderá ser uma limitação à procura, uma vez que exige aos alunos uma eventual mudança de agrupamento na transição para o 2º ciclo. Também por esta razão, há um limite à expansão de atividade do Conservatório, que acaba por ser entendido como uma entidade com uma oferta de nicho.

Quando se abordam questões relacionadas com a **gestão da comunicação e informação**, é unânime, entre os entrevistados, que há ainda muito espaço de melhoria. Assim, consideram que existe um excesso de solicitações de informação e recolha de dados com origem no município e no próprio Ministério da Educação, normalmente não planeadas e solicitadas sempre com urgência, situação essa que poderia ser minimizada com uma efetiva interoperabilidade entre softwares e aplicações (por exemplo, as plataformas da CIMMT não estão integradas com as do IGEFE nem com o SIGA, as plataformas das escolas não “comunicam” com as do município). Por outro lado, há a necessidade de comunicar melhor com as famílias e os alunos, nomeadamente divulgando vantagens de continuar a estudar em Torres Novas (para fixar a população jovem), informando a comunidade sobre a importância dos cursos profissionais para o desenvolvimento da região e sobre a sua elevada empregabilidade, combatendo, desta forma, algumas questões culturais que minimizam e afastam os alunos do ensino profissional. De referir, ainda, que há espaço de melhoria na comunicação entre as diversas instituições de educação, nomeadamente através da criação de um mecanismo/espço (uma comunidade de partilha de âmbito municipal) para esclarecimento de dúvidas e partilha de soluções para as dificuldades que vão encontrando. Nesta dimensão, inclui-se também a divulgação das atividades dinamizadas pelo município em áreas de interesse educativo e formativo para os diferentes públicos, incluindo o público sénior. Uma melhor e mais inclusiva estratégia de comunicação beneficiaria a coesão social no município.

Sobre o **edifício escolar**, globalmente há a noção que as instalações das escolas estão em boas condições. Reconhece-se, por exemplo, as boas instalações que o CRIT oferece para as crianças, jovens e adultos que serve e, genericamente, as boas instalações das escolas públicas. Ainda assim, há margem para melhoria em algumas áreas. No que diz respeito aos trabalhos dos técnicos e terapeutas de apoio à inclusão, há falta de espaços adequados (espço e equipamentos) para este trabalho (nas escolas públicas). Foi ainda referido pela EPTN, que o espço disponível condiciona a oferta de outros cursos profissionais, impedindo uma diversificação capaz de atrair mais público (até de fora do concelho). No que diz respeito ao CEPTON, as sucessivas alterações ao seu local de funcionamento (cedido pela autarquia), condicionaram o normal desenvolvimento da sua ação, a que se junta a dificuldade de alojamento estudantil no concelho. As associações de pais consideram que a renovação

de algumas escolas deixou as salas com janelas muito grandes, o que permite a entrada de muita luz na sala de aula, mas, por outro lado, quando não há ar condicionado nem cortinas *blackout*, provoca muito calor nas salas, dificultando a concentração, não promovendo o bem-estar dos alunos e dos docentes. É também referida a falta de espaços cobertos nas escolas, traduzindo-se em poucos espaços onde as crianças possam ter sombra, no verão, ou proteger-se da chuva, no inverno. Foi também referido que, em algumas escolas, tem sido fundamental o envolvimento dos pais e encarregados de educação na angariação de equipamento (computadores, máquinas de lavar roupa) e aquisição de serviços (pessoal para apoio). No âmbito do Choral Phydellius, foi referido que a localização das suas instalações é um (relativo) constrangimento à sua ação, porque fisicamente precisavam de um espaço com mais capacidade e melhores condições. Apesar do espaço ser cedido pelo município, a segurança da área envolvente é um problema. Também o espaço público vocacionado para a utilização das populações jovens e sénior, é considerado como necessitando de adaptações que permitam, p.e., a realização pelas escolas de atividades ao ar livre, nomeadamente nos parques existentes que carecem de sombras, instalações sanitárias, condições de circulação circundante e de acesso que garantam a segurança das crianças. Neste plano as intervenções necessárias são cirúrgicas e resultam em adaptações aos diferentes públicos, melhoria das condições de acesso e permanência, investimento em eficiência energética dos edifícios e a adaptação de espaços para a realização de atividades especializadas, como por exemplo espaços para a realização de atividades de terapia nas escolas, no âmbito da educação inclusiva, espaços para a realização de atividades e espetáculos no âmbito do ensino artístico e espaços para o funcionamento de instituições de ensino e de formação profissional.

Quando o debate se aproxima da discussão sobre **recursos financeiros**, as participações dos entrevistados referem fundamentalmente constrangimentos. Assim, a falta de recursos da própria Segurança Social para uma ação eficaz ao nível da intervenção precoce (na educação pré-escolar), a falta de investimento do próprio Estado no âmbito das ações do CRI⁴⁵ (CRIT) e do CFAE A23, a falta de apoio às instituições (IPSS) para a dinamização (pagamento de professores e formadores das Universidades Sénior) e atividades de envelhecimento ativo, são as áreas mais referidas.

A necessidade de **especialização da oferta ao nível do ensino profissional** é referida com insistência. Se, por um lado, os entrevistados consideraram ser necessária uma verdadeira especialização ou diferenciação da oferta existente (em particular nos cursos menos exigentes em termos de equipamento e instalações), por outro lado, indicam que as instalações existentes acabam por condicionar a oferta de cada escola/agrupamento, contribuindo assim para essa especialização (nos cursos que exigem equipamentos e espaços específicos). A própria CIMMT refere que a concertação da oferta ao nível do ensino profissional é fundamental (deriva já das próprias competências da CIM), e pretende que o planeamento nesta área não se esgote em estar, a cada mês de abril, a gerir a rede de ofertas com base em informação de “última da hora”, mas sim assumindo uma efetiva antecipação das necessidades do território e adequação à oferta de emprego que existe (ou que se antecipe que venha a existir). Por exemplo, a CIMMT considera que a área logística é estratégica e está em linha com os investimentos que têm estado a ser realizados na região. Refira-se ainda que o Centro de Emprego disponibiliza uma vasta oferta formativa que abrange todas as áreas profissionais⁴⁶, do nível II ao nível V de qualificação. Além da formação de qualificação profissional, têm igualmente formação

⁴⁵ Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) - São serviços especializados existentes na comunidade, acreditados pelo Ministério da Educação, que apoiam e intensificam a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos (DGE - Direção-Geral da Educação, 2022b).

⁴⁶ A oferta do IEFP abrange todos os setores de atividade (logística, restauração, hotelaria, agrícola, mecânica, construção civil, soldadura...).

com equivalência escolar, a saber, Cursos EFA⁴⁷ (ensino básico e secundário) e Cursos de Aprendizagem⁴⁸.

Foi referida a necessidade de alguma coordenação e/ou estratégia ao nível da captação de alunos para esta oferta, já que os dois agrupamentos e a EPTN correm pelos mesmos alunos. A Diretora do AE Gil Paes referiu que, ao nível do ensino profissional, o trabalho da autarquia relativamente às escolas públicas e à EPTN deverá sustentar-se numa estratégia em que todas possam receber o apoio interessado e articulado, na certeza de que todas são importantes para o desenvolvimento de ofertas adequadas aos alunos do concelho (e de fora deste), mantendo a sua identidade. Nas entrevistas foi também referido que a prevista abertura de cursos no setor social/saúde pela Cruz Vermelha, se não houver uma boa coordenação entre as partes, poderá vir a sobrepor-se com alguma oferta existente no IEFP (EFA profissional nível II; EFA nível secundário e EFA profissional nível IV), ainda que a oferta desenhada pela Cruz Vermelha seja dirigida a jovens.

Em detalhe, e no que ao **apoio a famílias** diz respeito, foram identificados como pontos fortes a existência de bolsas de estudo criadas pelo município bem como a política de apoio às famílias carenciadas com educandos nas escolas do concelho. No entanto, a dificuldade que se enfrenta ao nível das soluções para alojamento de estudantes de fora do concelho, cria alguns constrangimentos ao nível da diversidade da oferta do ensino profissional e ensino superior. Também no que diz respeito às creches, e apesar de haver crianças que estão em várias listas de espera, em alguns casos/zonas não há vagas em Creches nem ATL para as crianças, sendo de referir que a gratuidade das creches (Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho) veio aumentar a procura por estes serviços. Refira-se ainda que há situações reportadas em que as atividades de apoio à família funcionam no corredor ou em espaços sem condições, pois nem sempre se permite que o prolongamento funcione nas salas de aula, conforme referido pelas associações de pais. Aliás, o tema relativo à utilização das instalações escolares por outros profissionais ou para atividades externas à escola propriamente dita, mas de âmbito complementar, foi um aspeto relativamente transversal, referido no setor das atividades de apoio à família e das terapias (educação inclusiva). Trata-se de uma dimensão que deverá ser regulada e que exige, igualmente, sensibilização dos diferentes *stakeholders*.

Incontornável nas entrevistas realizadas, foi a situação demográfica que afeta os **recursos humanos**, em particular o envelhecimento da população docente e não docente e a procura educativa, com a diminuição das taxas de natalidade em Portugal (e, em particular, no concelho). A velocidade de renovação (quase inexistente) do corpo docente, impedirá a natural transferência da cultura e da vivência da cidade e das escolas, contribuindo para um eventual “desligamento cultural e social” entre o corpo docente, os alunos e o concelho. A falta de funcionários, técnicos de ação social e de apoio específico a trabalhar com as escolas, foi outra referência por parte dos agrupamentos. Neste aspeto, é a própria CIMMT a dar o exemplo das equipas multidisciplinares, que têm de ser contratadas anualmente, podendo perder-se algum trabalho de continuidade, sendo necessário garantir que as

⁴⁷ Os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) são um percurso flexível de formação, de duração variável, especificamente dirigido a adultos, que permite o desenvolvimento de competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente a obtenção de um nível básico ou do nível secundário de educação (Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro).

⁴⁸ Os cursos de aprendizagem são percursos de formação em alternância e uma modalidade de dupla certificação, ou seja, em que se desenvolvem competências sociais, científicas e profissionais, potenciadas por uma forte componente de formação realizada em contexto de empresa, necessárias ao exercício de uma atividade profissional e, simultaneamente, permitem também a realização de estudos de nível pós-secundário e o acesso ao ensino superior. Os cursos de aprendizagem são regulados pela Portaria n.º 70/2022, de 2 de fevereiro.

autarquias possam fazer despesa por conta de futuras candidaturas. Por outro lado, no âmbito do ensino profissional, a falta de recursos humanos qualificados para assegurar a formação é uma situação difícil de superar. As pequenas empresas do concelho não conseguem disponibilizar recursos humanos para assegurar determinadas áreas de formação fundamentais para a região e, mesmo, para estas empresas.

A área da **transição digital** em curso na sociedade e na educação foi outro ponto onde se concluiu pode ser necessário maior investimento. Embora a maior parte das escolas demonstre um parque informático atualizado (muito devido ao Plano de Transição Digital lançado pelo Governo), desde logo é referido que a falta de interoperabilidade entre as soluções tecnológicas das escolas/agrupamentos, do município e do Ministério da Educação, obrigam a uma constante duplicação de esforço na recolha de informação (e citamos: *“a gestão das escolas é escrava das plataformas do Ministério da Educação”*). É também evidente a falta de capacidade das escolas em acolher e proporcionar ponto de carregamento (esforço colocado na rede elétrica e pontos de carregamento) ao elevado número de computadores que alunos e professores trazem para as escolas. Em termos de estratégia no município para esta área, apesar de haver o projeto de robótica no 1.º CEB (no âmbito da oferta de AEC) em Torres Novas, é reconhecido um hiato nesta área ao nível do 2.º Ciclo que fomenta algum afastamento dos alunos nesta idade (quando se deveria apostar na constância do propósito de desenvolvimento das competências digitais dos alunos). Por fim, identificou-se algum desalinhamento entre a “informática” que os atuais professores desta área dominam (muitas vezes centrada na informática de gestão) e as competências informáticas necessárias no mundo atual, e isto apesar da formação que está a ser dada ao corpo docente no âmbito da Capacitação Digital e da existência dos já referidos Planos de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE).

Para o eficaz funcionamento das organizações escolares, é referida como muito importante a **formação do PND**. Apesar do empenho do CFAE A23 ao proporcionar este tipo de formação, as escolas, em especial as públicas, consideram que falta formação ao PND (em áreas como o atendimento ao público, lidar com crianças, competências para as funções que venham a assegurar, entre outras). A preparação dos recursos humanos (docentes e não docentes) para a educação inclusiva é também um aspeto amplamente referido.

Quanto aos passes escolares, a CIMMT é a autoridade de **transportes** e está a concluir o primeiro processo de concessão para os próximos 8 anos no Médio Tejo. As rotas estão fundamentalmente assentes nas necessidades do transporte escolar, mas, como referem as IPSS, mesmo atendendo a necessidade de racionalização de custos do sistema, quem está na periferia tem necessidade de transportes e apoio da autarquia. Na opinião das IPSS, os autocarros da câmara têm uma disponibilidade muito limitada para as atividades deste setor, uma vez que as escolas têm sempre prioridade.

Um dos temas frequentemente abordado, mas, naturalmente, com dificuldade de resolução, está relacionado com a **demografia**. De facto, as perspetivas demográficas (conhecidas) para o território nacional apontam para uma diminuição geral do número de alunos, a que não escapa a região do Médio Tejo.

Na área da **educação inclusiva**, reconhece-se a importante missão do CRIT no apoio a pessoas com deficiência (Conselho Económico e Social - CES, 2021)⁴⁹ mas, segundo aquela entidade, há ainda um

⁴⁹ Ao longo deste documento usamos a terminologia inclusiva definida pelo CES – Conselho Económico e Social, no seu Manual de Linguagem Inclusiva (2021), acessível em <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/08/12-Manual-de-Linguagem-Inclusiva-CES.pdf>

caminho significativo a percorrer (por parte das escolas onde prestam serviço) para a integração dos técnicos e terapeutas do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) na vida das escolas, para acesso a materiais de apoio e na participação em reuniões de caráter pedagógico.

O apoio ao **envelhecimento ativo** proporcionado por algumas entidades foi referido como ponto forte do concelho. Reconhece-se o trabalho que a Universidade Sénior (CBESZA) tem feito no apoio ao envelhecimento ativo, nomeadamente através da integração da sua Universidade Sénior na Rede Nacional de Universidades da Terceira Idade. Ainda assim, foram também identificados alguns constrangimentos ao nível dos apoios financeiros e da política da autarquia para esta área (a necessidade de se definir uma política mais clara).

No que ao **equipamento das escolas** diz respeito, é reconhecido pelos diferentes entrevistados que neste momento as escolas têm boas infraestruturas e bons equipamentos no ensino público. É de referir, ainda assim, que o CRIT identifica como constrangimento à sua ação a falta de materiais didáticos e equipamentos adequados à sua ação.

Das várias entrevistas efetuadas, entende-se que as instituições, quer ao nível do ensino regular, do ensino profissional e das ofertas para o ensino superior, têm uma bem definida **visão para a educação**. Na abertura de novos cursos e novas ofertas formativas, há sempre a preocupação de diversificar a oferta existente, nomeadamente através da oferta de cursos na área social e na área da saúde. Nesta área, são as próprias instituições a requerer uma visão alargada e coordenada para a política de educação, a incorporar nas ações e estratégias da autarquia através da Carta Educativa.

Quantos às sugestões recolhidas nas entrevistas, os domínios em que as mesmas se enquadram estão apresentadas na figura seguinte:

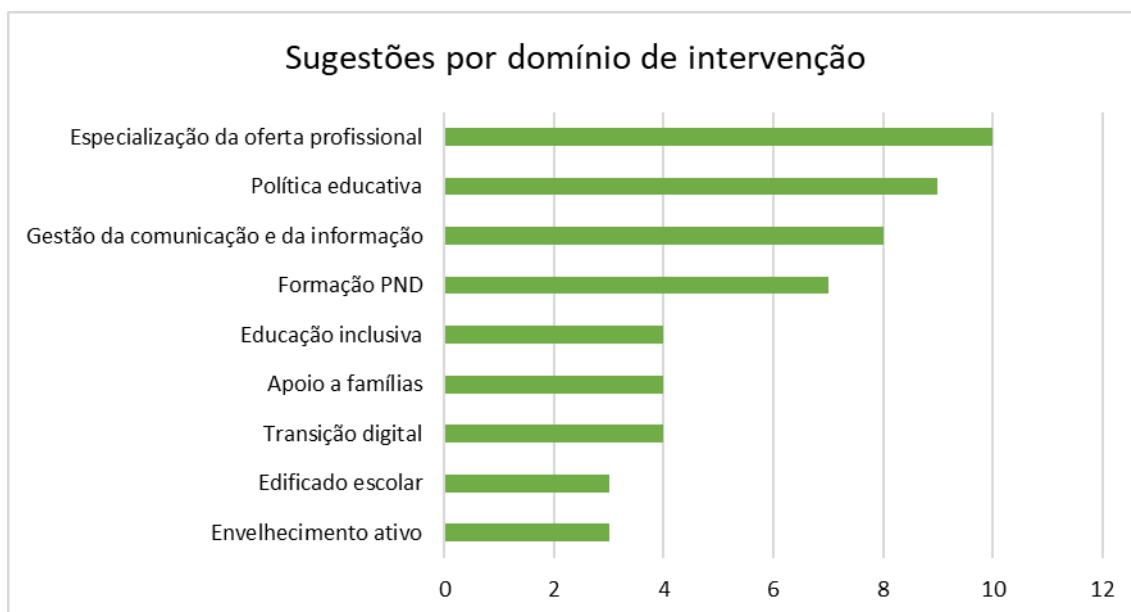


Figura 42 – Número de sugestões recolhidas nas entrevistas, por domínio de intervenção
Fonte: Cálculos próprios, análise de conteúdo das entrevistas

Foram várias as sugestões relativas à **especialização da oferta profissional**, a saber:

- necessidade de se fazer um esforço partilhado, integrado, com o apoio da autarquia, para a definição de uma política estratégica conducente à especialização das diferentes escolas e

agrupamentos ao nível do ensino profissional (tendo por base a complementaridade da oferta e a não concorrência entre estas);

- promover a oferta de cursos na área da logística, dado os polos industriais existentes no concelho;
- apostar na oferta de cursos na área dos renováveis e da sustentabilidade, já que Torres Novas tem um microclima que fundamentaria esse interesse, para além da situação ambiental que o planeta atravessa;
- rever o processo de definição da rede que deveria ser plurianual ou, não sendo, devia ser ajustado mais cedo, para que as escolas pudessem fazer o seu papel de comunicação/marketing e de captação de alunos.

Sobre a **política educativa** no concelho, apresentaram-se as seguintes propostas:

- criação de um território educativo com uma forte dinâmica transformadora e inovadora, quer ao nível das práticas de gestão escolar (gestão alicerçada em investigação, metodologias de qualidade e análise de dados), quer ao nível dos processos educativos (educação inclusiva, avaliação para as aprendizagens, uso de espaços híbridos de aprendizagem, metodologia *STEAM*⁵⁰, *Problem Based Learning*⁵¹, estratégias de desenho de aprendizagens, adoção de metodologias ativas) e das temáticas humanistas e da transição verde (fundamentais para um futuro com paz e sustentável);
- proporcionar encontros formais (e informais) para partilha de experiências educativas mais técnicas e harmonizar práticas ao nível educação inclusiva;
- fomentar, através da política de educação da autarquia e da própria carta educativa, uma visão clara do que se pretende para o futuro da educação no concelho, a assunção nítida de um propósito educativo (aproveitando os projetos “Cidades Educadoras” e “Cidades Amigas das Crianças”) fundado nos pilares da democracia, liberdade, responsabilidade, curiosidade e no desenvolvimento integral de uma educação verdadeiramente humanista, respeitadora das diferenças de cada um;
- reforçar os projetos do município na área das ciências, da gestão financeira e das competências cívicas e comportamentais dos jovens;
- promover a iniciação musical precoce;
- (re)criação do Projeto Orquestra Académica do Médio Tejo, que poderia ter permanência no Teatro Virgínia, que tem dimensão regional. Criar a sua sede no concelho, mas com uma lógica intermunicipal e os teatros em rede podiam beneficiar de alguma itinerância;
- ajustamento da política da autarquia no que diz respeito às crianças das creches: as atividades organizadas pela autarquia para estes grupos etários devem ser itinerantes e ser realizadas no espaço creche;
- mais iniciativas do município para as creches, por exemplo, música (neste momento são as educadoras que dinamizam essas atividades, sem formação específica).

⁵⁰ O acrónimo inglês *STEAM* (para Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática) é uma evolução da metodologia *STEM*, cuja implementação, nas escolas dos Estados Unidos da América, data do início do século. Designa uma metodologia de aprendizagem por projetos, pouco estruturados e abertos no início, evoluindo gradualmente para processos de investigação que visam desenhar soluções e resolver problemas.

⁵¹ Trata-se de um modelo de ensino-aprendizagem que reconhece a necessidade de desenvolver competências de resolução de problemas e de ajudar os alunos na aquisição dos conhecimentos e competências essenciais.

A área da **gestão da comunicação e da informação** foi alvo das seguintes sugestões:

- encontrar uma estratégia para melhorar a circulação da informação entre a câmara e as escolas do concelho;
- nas ofertas do ensino profissional, criar/reforçar uma estratégia de informação pública, centrada no município, para clarificar o alinhamento dos cursos oferecidos no concelho com a procura existente por parte dos empregadores;
- criar uma estratégia de marketing educativo para o concelho (e concelhos limítrofes), com vista a valorizar o ensino profissional, as escolas e a qualidade do ensino oferecido. Apostar mais na divulgação das ofertas de cada agente e trabalhar mais em rede para estabelecer uma oferta de dupla certificação de fileira.

No que à **formação para o PND** diz respeito, as sugestões foram:

- reforçar a formação dos auxiliares operacionais e auxiliares técnicos, em particular (mas não só) dos assistentes operacionais que trabalham com os alunos da educação inclusiva;
- colmatar a falta de conhecimento sobre formas de comunicar eficazmente com famílias e alunos e de procedimentos por parte dos auxiliares;
- evoluir os serviços de pedagogia e de animação na realização de atividades pedagógicas com os alunos e dar formação aos auxiliares sobre a organização da hora do recreio e outras atividades;
- rever o perfil e a formação dos profissionais auxiliares, sobretudo os que lidam com crianças mais pequenas e com problemas comportamentais;
- disponibilizar formação de liderança para os responsáveis dos auxiliares;
- o IEFP tem formação para ativos desempregados, mas também empregados, sendo perfeitamente exequível a formação de ativos profissionais nestas áreas, respondendo aos requisitos estabelecidos pela Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP).

A **educação inclusiva** é um domínio de intervenção fundamental na educação, não apenas em virtude das políticas de educação inclusiva, mas fundamentalmente por uma questão de justiça e inclusão social. Em concreto foram apresentadas as seguintes sugestões nesta área:

- garantir, em todas as escolas, salas adequadas para o trabalho dos terapeutas com os alunos, com espelho (terapia da fala), tablets, meios digitais (para a terapia da fala e demais terapias e atividades);
- reforçar o apoio financeiro à educação inclusiva, nomeadamente ao nível do CRI, para este manter e reforçar o seu nível de atividade;
- promover uma melhor articulação entre a atividade do CRI e as escolas, em termos das equipas pedagógicas, para que as entidades assumam que as escolas e os técnicos/terapeutas trabalham para o mesmo fim e são parte da mesma equipa;
- dar visibilidade aos recursos existentes, através de um levantamento exaustivo no concelho e nas diferentes escolas, promovendo a sua organização de forma a facilitar o acesso a esses recursos.

Fundamentais no **apoio às famílias**, foram apresentadas as seguintes sugestões:

- necessidade de continuar a melhorar a intervenção ao nível dos serviços de psicologia e orientação;

- para uma eficaz gestão da informação em rede (IPSS), e para se poder ter uma visão global dos recursos do concelho, seria importante criar uma solução centralizada e integradora, que facilitasse o contato entre as instituições e promovesse o desenvolvimento de respostas articuladas;
- será importante melhorar a qualidade e quantidade dos espaços para as crianças fora das instituições (por exemplo, nos parques infantis faltam sombras e condições de segurança, caso de um parque infantil que funciona numa rotunda, onde as crianças saem diretamente para a estrada).

No âmbito da **transição digital**, as propostas foram:

- a necessidade das escolas e das políticas educativas desenvolvidas pelo concelho e pela CIMMT, apostarem de forma inequívoca na ciência e na tecnologia, incluindo os *FabLab*⁵² tecnológicos;
- adequar a oferta, as dinâmicas e a prática educativa, a uma estratégia de desenvolvimento e aprendizagem assente nas tecnologias ao longo da escolaridade obrigatória.

No que se refere ao **edificado escolar**, salientam-se as seguintes sugestões:

- necessidade de investimentos criteriosos nas instituições que disponibilizam ensino secundário, a terem em conta as projeções demográficas, que antevêm forte quebra da população escolar;
- reorganização do espaço por cima da biblioteca, no Centro Escolar da Meia Via, para que as turmas possam ser mais pequenas.

Finalmente, no que diz respeito ao **envelhecimento ativo**, sobressaem as seguintes propostas:

- criação de um programa municipal de intergeracionalidade⁵³, integrando a área do envelhecimento ativo;
- definição de um serviço ou recurso humano da autarquia ligado ao envelhecimento ativo que, visitando regularmente os espaços e atividades agora existentes, se possa inteirar do que existe e das dificuldades nesta área, contribuindo de forma concreta para o desenvolvimento de uma política municipal nesta área;
- clarificação, nas políticas de apoio atualmente promovidas pela autarquia, das atividades para os centros de dia e centros de convívio: as atividades devem ser diferenciadas, pois os utentes desses espaços têm diferentes níveis de dependência.

Relativamente ao **ensino superior**, faz sentido sublinhar a referência à necessidade de articulação e reforço da oferta através de institutos politécnicos e outras instituições do ensino superior (de Tomar, Santarém e Leiria, por exemplo), criando condições para reativar a oferta no concelho, para a qual é imprescindível a existência de um espaço de cantina escolar e residência de estudantes.

⁵² *FabLab* (“Laboratório de Fabricação”, do inglês “Fabrication Laboratory”) é um espaço pensado e desenhado para a comunidade, oferecendo fabricação digital (pessoal). Estes espaços são em geral equipados com um conjunto de ferramentas flexíveis controladas por computador. Fomentam uma educação técnica informal, *peer-to-peer*, proporcionando o ambiente ideal para a inovação e formação. As atividades incluem exploração de softwares e manuseamento dos equipamentos disponíveis, bem como temáticas do interesse das comunidades que servem.

⁵³ Interações planeadas entre grupos de pessoas com diferentes idades e em diferentes fases da vida.

3.2. Inquirição por questionário a alunos e pais/encarregados de educação

No âmbito desta revisão da Carta Educativa, optou-se por inquirir (através de questionários on-line) os pais/encarregados de educação de todos os alunos do concelho, bem como os alunos a frequentar os 9.º e 12.º anos de escolaridade. Para a realização da inquirição, para além da informação que foi disponibilizada no site da autarquia, envolveram-se as direções do Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves (AE Artur Gonçalves) e do AE Gil Paes (AE Gil Paes), tendo sido enviado por estas informação por e-mail com a hiperligação para os questionários incluindo a explicitação dos seus objetivos.

Nas secções seguintes damos contas dos resultados obtidos.

3.2.1. Questionário aos pais/encarregados de educação

O questionário⁵⁴ aos pais/encarregados de educação⁵⁵ dos alunos do concelho de Torres Novas esteve disponível para resposta entre 20 de junho e 3 de julho de 2022 e foi respondido por 313 pessoas.

Vejamos a caracterização dos respondentes:

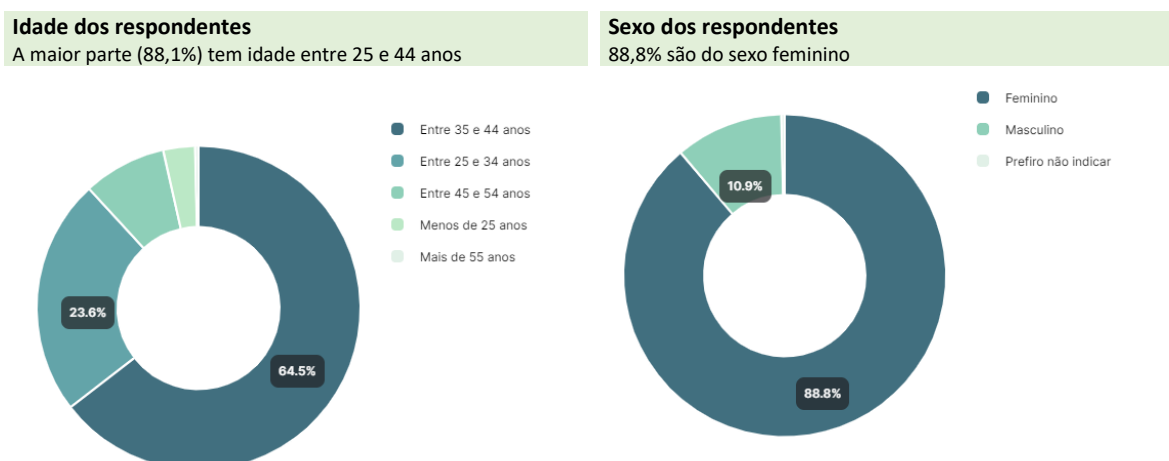


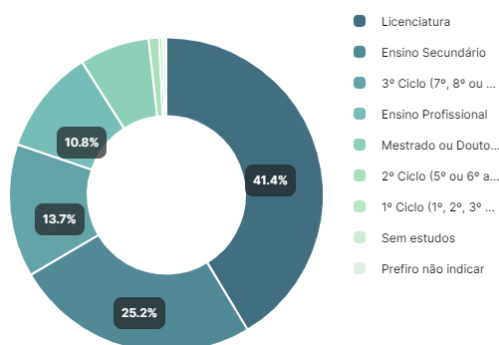
Figura 43 – Caracterização dos respondentes pais/encarregados de educação (idade e sexo)
Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

⁵⁴ O questionário estava organizado com saltos lógicos, ou seja, em determinadas questões, consoante o tipo de resposta, o respondente continuava para a pergunta seguinte ou para outro conjunto de perguntas noutra área.

⁵⁵ Os resultados globais do questionário aos pais/encarregados de educação dos alunos do concelho, podem ser acedidos através da ligação <https://www.surveymonkey.com/p/MhCrMDSp>

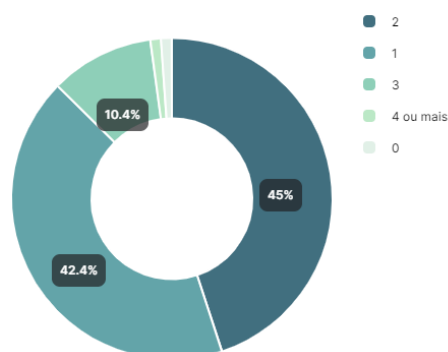
Habilitações académicas

Quase metade (48.6%) tem habilitação igual ou superior a licenciatura



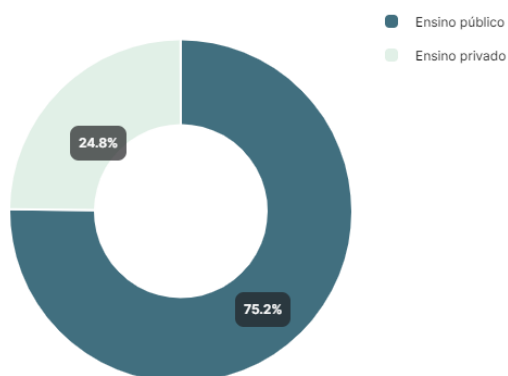
Filhos/educandos menores de idade

A maior parte (87,5%) tem um ou dois filhos menores



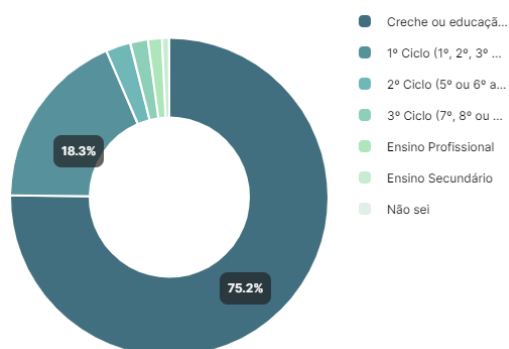
Tipo de ensino frequentado pelo educando

A maior parte (75.2,1%) frequenta ensino público



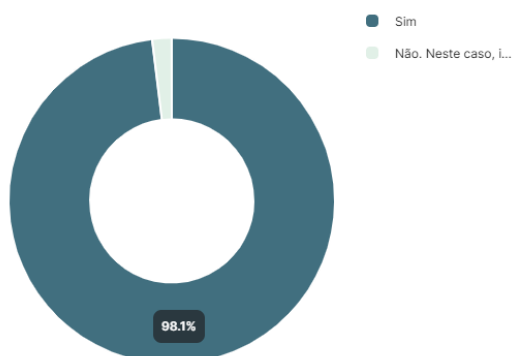
Nível de ensino que o educando frequenta

A maioria dos respondentes (93,5%) tem educandos na creche, educação pré-escolar ou 1.º ciclo



O seu educando estuda no concelho de Torres Novas?

98,1% dos respondentes tem o educando a estudar no concelho



Agrupamento/escola em que o educando estuda

45,6% dos respondentes tem o seu educando a estudar no AE Artur Gonçalves e 24,4% no AE Gil Paes

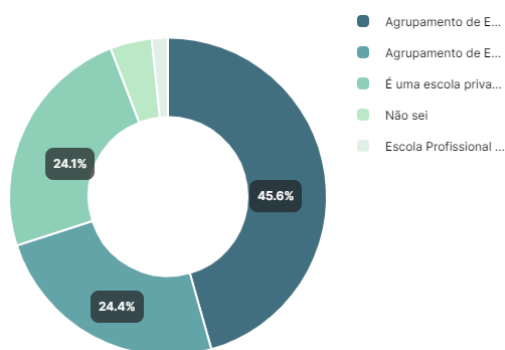
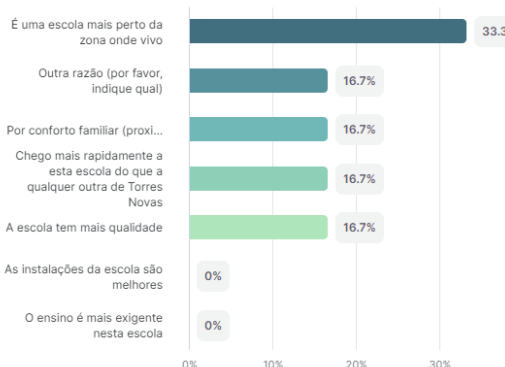


Figura 44 – Caracterização dos respondentes pais/encarregados de educação (habilitação, n.º de educandos menores, nível de ensino e escola frequentada pelos seus educandos)

Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Quando questionados sobre as razões do educando estudar em Torres Novas ou noutro concelho, as respostas dos pais/encarregados de educação foram:

Qual a razão do educando estudar noutro concelho?⁵⁶
Três dos seis respondentes a esta questão indicam a distância como a principal razão para essa escolha



Qual a razão do educando estudar neste concelho?⁵⁷
66,7% dos respondentes justificam a sua opção com a distância, mas quase 27% (8 respostas) referem a qualidade e exigência

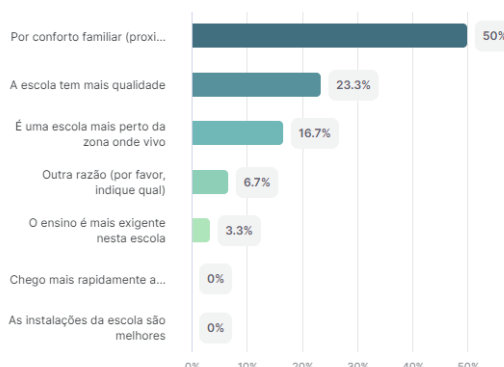
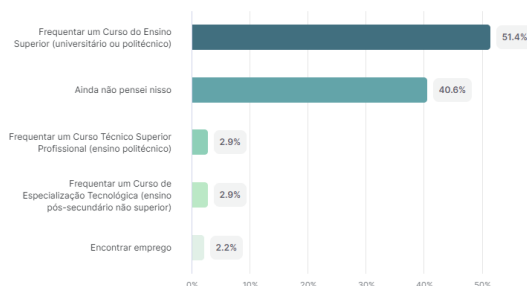


Figura 45 – Respostas dos pais/encarregados de educação à pergunta sobre as razões de estudar em Torres Novas ou noutro concelho
Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

No que diz respeito ao prosseguimento de estudos dos seus educandos, as respostas foram:

Expectativas sobre prosseguimento de estudos pós 12.º ano
51,4% dos respondentes espera que o seu educando prossiga estudos no ensino superior (universitário ou politécnico)



Expectativas sobre áreas com boa saída profissional
Das respostas obtidas⁵⁸, destaca-se a área de informática (engenharia informática, técnico de informática, robótica, inteligência artificial, programação, realidade virtual e/ou aumentada...) com 40,9% das escolhas

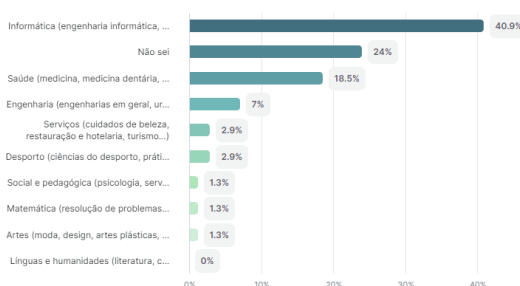


Figura 46 – Expectativas dos pais/encarregados de educação sobre o prosseguimento de estudos dos seus educandos e áreas com saídas profissionais apelativas
Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Relativamente às condições de funcionamento das escolas, os pais/encarregados de educação respondentes concordam, globalmente, que as escolas têm boas instalações físicas, com segurança dentro da escola e nas suas imediações, com os espaços abertos para os alunos usarem:

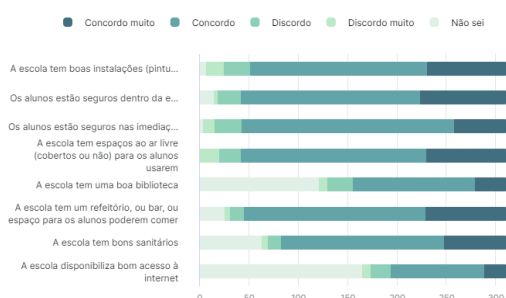
⁵⁶ Seis respondentes têm os filhos a estudar noutro concelho

⁵⁷ Trinta respondentes não moram em Torres Novas, mas têm os filhos a estudar em escolas do concelho

⁵⁸ É de sublinhar que 24% dos respondentes optaram por responder “Não sei”, o que espelha alguma falta de informação (eventualmente) veiculada pelo município e pelas escolas sobre este assunto, para além do próprio distanciamento dos pais (ainda) sobre este tema

Condições de funcionamento das escolas

Globalmente, a satisfação é elevada. As áreas com menos satisfação são os acessos à internet e as bibliotecas escolares



Recursos humanos das escolas

Relativamente aos docentes, os respondentes consideram adequado o número existente mas, relativamente ao pessoal de apoio, as respostas (e opiniões) dividem-se

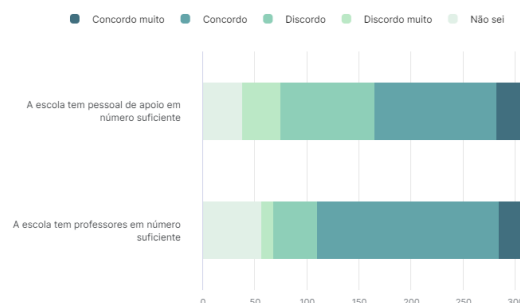


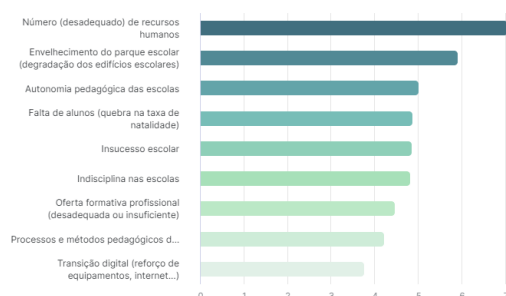
Figura 47 – Opinião dos pais/encarregados de educação sobre as condições de funcionamento das escolas e o número de recursos humanos disponíveis para as atividades escolares

Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

No que diz respeito à opinião dos respondentes sobre problemas existentes nas escolas e sobre as prioridades a incluir na Carta Educativa, as opiniões recolhidas foram:

Constrangimentos nas escolas de Torres Novas

Da priorização efetuada, destaca-se o número desadequado de recursos humanos de apoio, o envelhecimento do parque escolar⁵⁹ e a autonomia pedagógica das escolas



Prioridades para a Carta Educativa

Sobre as prioridades a considerar, destacam-se a necessidade de melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos, bem como de fomentar uma política económica ativa geradora de emprego e fixadora de novos residentes



Figura 48 – Opinião dos pais/encarregados de educação sobre os constrangimentos e prioridades a incorporar na Carta Educativa

Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Quando questionados sobre quão bem conhecem as iniciativas do Município de Torres Novas na área da Educação, obteve-se:

⁵⁹ O que não deixa de ser, de alguma forma, uma opinião contrária à referida na Figura 47, onde mais de 83% das respostas indicavam que as escolas tinham boas instalações.

Conhecimento das iniciativas do município na Educação

A maior parte dos respondentes (57,2%) não conhece (atribuição de uma estrela de satisfação em quatro possíveis) ou conhece pouco (atribuição de duas estrelas em quatro possíveis)

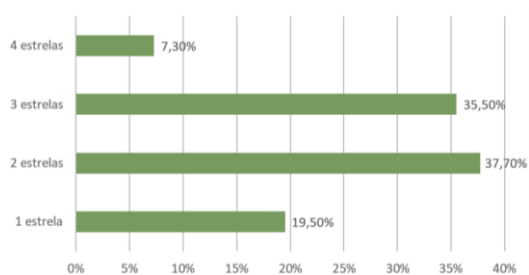


Figura 49 – Nível de conhecimento dos pais/encarregados de educação sobre as iniciativas do Município na área da Educação
Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Finalmente, na última questão do questionário, foi solicitado aos respondentes que partilhassem um máximo de duas ideias, projetos e/ou sugestões para a melhoria da Educação no concelho de Torres Novas. A análise de conteúdo efetuada às respostas, permitiu agrupar, por domínio de intervenção, as propostas obtidas, a saber:



Figura 50 – Número de sugestões e propostas dos pais/encarregados de educação para a Carta Educativa, por domínio de intervenção

Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Ao nível do **edificado escolar**, são propostas intervenções específicas em determinadas escolas, nomeadamente para colmatar a falta de espaços cobertos e/ou sombras para as crianças brincarem ou se protegerem da chuva (em especial no JI de Santa Maria e em escolas do 1.º ciclo). Também são referidas situações de falta de equilíbrio térmico nas salas da educação para escolar, muito calor no verão e muito frio no inverno.

No que concerne ao **apoio às famílias**, é sugerida, por exemplo, a existência de ATL fora da cidade nos meses de verão. A necessidade de melhorar os horários das escolas por forma a melhor se ajustar às necessidades das famílias, é outra das sugestões. Quanto às creches, sugere-se o aumento das vagas para acolher todas as crianças e, também, o reforço das soluções de berçário, cuja rede é insuficiente.

É referido de forma insistente a falta de **recursos humanos** (mais professores, mais assistentes operacionais e auxiliares) para acompanhamento das crianças nos recreios.

No âmbito da **política educativa** concelhia, sugere-se o desenvolvimento frequente de parcerias entre empresas e as escolas. Embora não seja uma incumbência da autarquia, é sugerida a redução do número de alunos por turma. Ainda nesta área, algumas sugestões referem a necessidade de se fomentar mais atividades fora da sala de aula, valorizando o contato com a natureza. Outra das sugestões propõe a implementação de meditação nas escolas pelos muitos benefícios que proporciona aos alunos: melhoria da concentração, da memória e da autoconfiança, redução da ansiedade, entre outros.

É de registar também seis referências à eventual necessidade de **formação do pessoal não docente**. Este aspeto é recorrente e foi muito sublinhado nas entrevistas realizadas com os diversos *stakeholders* da educação. São relatadas evidência de alguma incapacidade em lidar com situações de violência escolar, *bullying*⁶⁰, de incumprimento de regras de alguns alunos, situações em que nem sempre o PND age de acordo com a expectativa destes encarregados de educação.

No domínio da **gestão escolar**, são feitas algumas sugestões como acabar com os trabalhos de casa e melhorar o feedback (aos encarregados de educação) sobre o desempenho das crianças.

As questões relacionadas com a **transição digital** surgem em quatro sugestões, que identificam a necessidade de se reforçar a qualidade e quantidade dos equipamentos informáticos e de sensibilizar dos próprios encarregados de educação para a importância desta dimensão.

3.2.2. Questionário aos alunos do 9.º ano

O questionário⁶¹ aos dos alunos do 9.º ano⁶² do concelho de Torres Novas decorreu entre 31 de maio e 6 de junho de 2022 e foi respondido por 41 alunos.

Vejamos a caracterização dos respondentes:

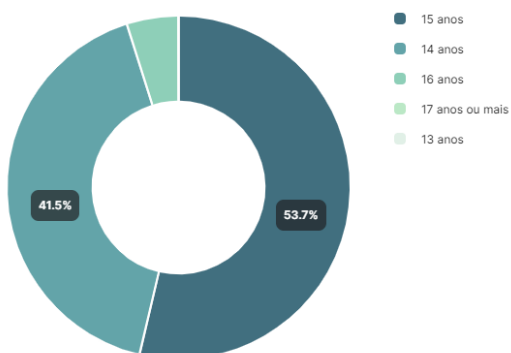
⁶⁰ O *bullying* corresponde a um comportamento intencionalmente agressivo, violento e humilhante, que envolve um desequilíbrio de poder: as crianças que fazem bullying usam o seu poder (a sua força física ou o acesso a alguma informação constrangedora, por exemplo) para controlar e prejudicar outras crianças. É um comportamento repetido ao longo do tempo, que acontece mais do que uma vez. Mais informação na ligação [Falar sobre o Bullying na Escola - Escola SaudávelMente \(escolasaudavelmente.pt\)](https://www.escolasaudavelmente.pt/).

⁶¹ O questionário estava organizado com saltos lógicos, ou seja, em determinadas questões, consoante o tipo de resposta, o respondente continuava para a pergunta seguinte ou para outro conjunto de perguntas noutra área.

⁶² Os resultados globais do questionário aos alunos do 9.º ano podem ser acedidos através da ligação <https://www.surveio.com/p/87AkqjKd>.

Idade dos respondentes

A maior parte dos respondentes (95,2%) tem de idade 14 ou 15 anos



Sexo dos respondentes

63,4% são do sexo masculino

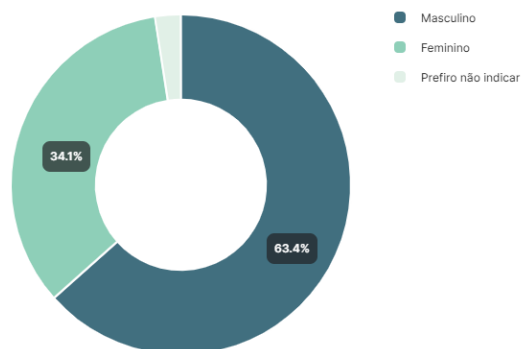


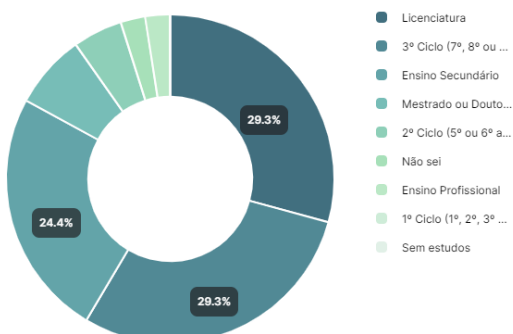
Figura 51 – Caracterização dos alunos do 9.º ano quanto à idade e sexo

Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Relativamente às habilitações das mães, percurso escolar e atividades extracurriculares dos alunos do 9.º ano respondentes ao questionário, o resultado foi:

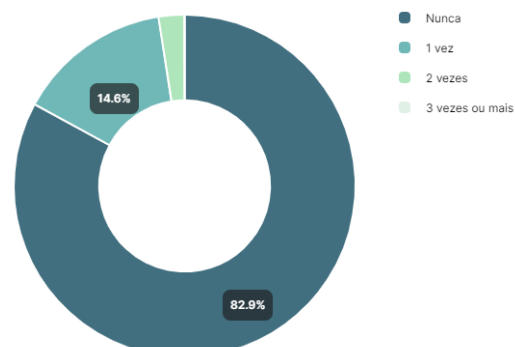
Habilitação académica da mãe

36,6% das mães dos respondentes têm habilitação igual ou superior a licenciatura



Número de vezes que reprovou⁶³

A maior parte dos alunos (82,9%) nunca reprovou até ao 9.º ano



Escola que frequenta no 9.º ano

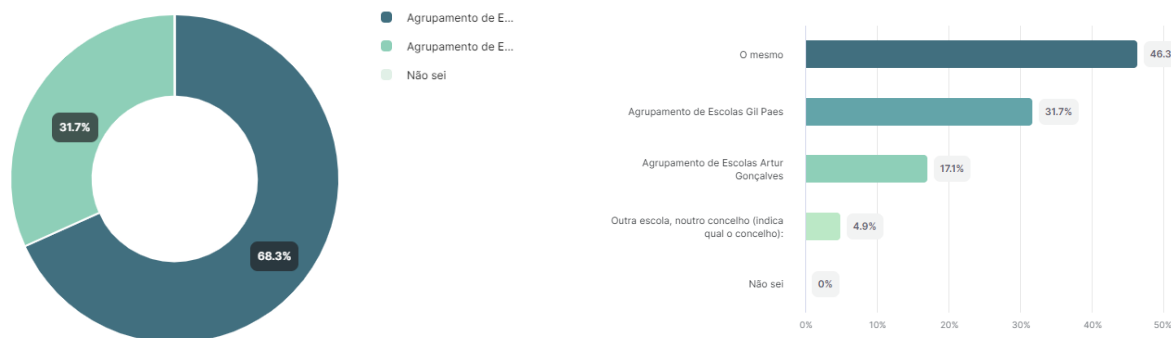
A maior parte (68,3%) dos alunos respondentes frequenta o AE Gil Paes

Escola que frequentava no 6.º ano

Uma análise mais fina aos dados⁶⁴, permitiu concluir que todos os respondentes do 9.º ano do AE Artur Gonçalves já o frequentavam no 6.º ano (100% dos respondentes). Por outro lado, 2 respondentes que frequentam o 9.º no AE Gil Paes, vieram de outra escola, fora do concelho (92,9% já frequentavam este agrupamento no 6.º ano)

⁶³ A análise mais fina efetuada aos dados, permitiu concluir que a taxa de alunas respondentes que nunca reprovaram (100%) ao longo do percurso escolar é superior à dos alunos na mesma situação (73%).

⁶⁴ Alguns alunos do 9.º ano de cada agrupamento, quando questionados sobre que agrupamento frequentaram no 6.º ano, escolheram indiferenciadamente a opção “O mesmo” ou a opção com o nome do seu agrupamento, pelos que se teve de fazer uma análise mais fina das respostas obtidas nas questões 5 e 6 do questionário.



Atividades extracurriculares

A maior parte dos respondentes (45,7%) refere não ter nenhuma atividade extracurricular, seguindo-se as atividades desportivas (30,4%) e artísticas (10,9%)

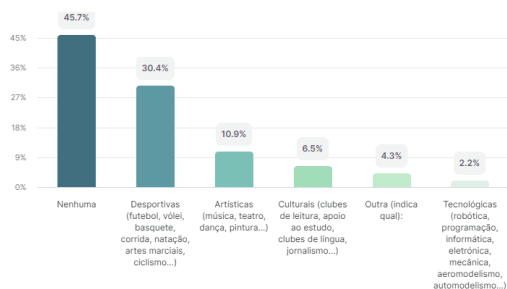
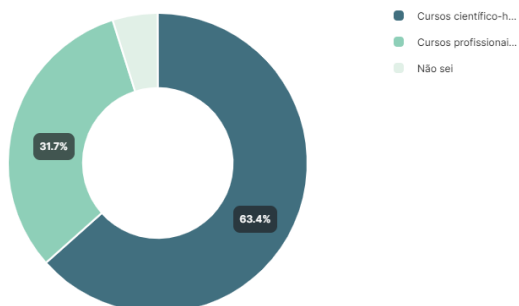


Figura 52 – Habilitação das mães, percurso escolar e atividades extracurriculares dos alunos do 9.º ano
Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Quando questionados sobre as suas opções para o 10.º ano, a maior parte dos alunos pretende seguir um curso da área científico-humanista:

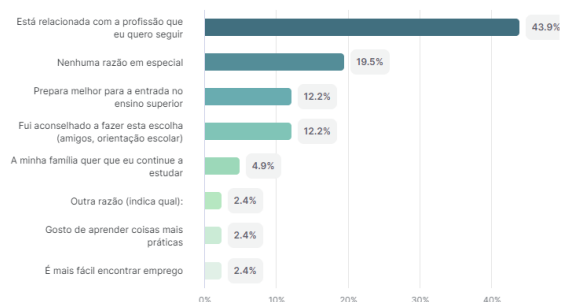
Área que pretende seguir no 10.º ano

A maior parte dos respondentes (63,4%) pretende seguir um curso científico-humanístico



Razão da escolha da área de estudos para o 10.º ano

A maioria dos respondentes (43,9%) refere que essa escolha está relacionada com a profissão que quer seguir. Em segundo lugar (19,5%) ficou a opção “Nenhuma razão em especial”



Agrupamento em que pretende frequentar o 10.º ano

A análise mais fina a estas respostas⁶⁵, permitiu concluir que a grande maioria dos respondentes pretende manter-se no agrupamento que frequenta. Ainda assim, pretendem ingressar na EPTN, 4 alunos do AE Gil Paes e 2 do AE Artur Gonçalves

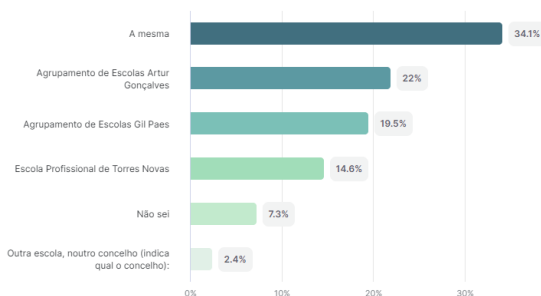


Figura 53 – Caracterização das expectativas dos alunos do 9.º ano relativamente ao 10.º ano

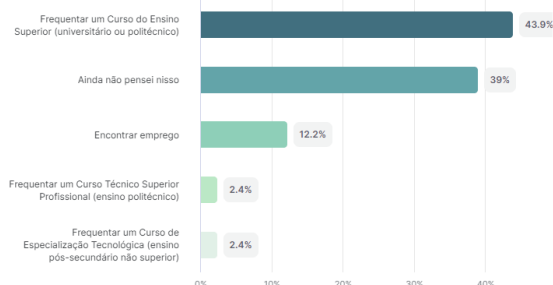
Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Relativamente às expectativas dos respondentes após concluírem o ensino secundário, as respostas foram:

⁶⁵ Alguns alunos do 9.º ano de cada agrupamento, quando questionados sobre que agrupamento pretendem frequentar no 10.º ano, escolheram indiferenciadamente a opção “O mesmo” ou a opção com o nome do seu agrupamento, pelos que se teve de fazer uma análise mais fina das respostas obtidas nas questões 5 e 10 do questionário.

Após o 12.º ano

A maior parte dos respondentes (43,9%) pretende seguir um curso universitário ou politécnico, embora uma percentagem significativa (39%) assuma que ainda não pensou neste assunto



Área profissional que mais lhe interessa

A maioria dos respondentes (19,5%) refere que a área que mais lhe interessa é informática (engenharia informática, técnico de informática, robótica, inteligência artificial, programação, realidade virtual e/ou aumentada...). Em segundo lugar (14,6%) ficaram as opções "Ainda não sei" e artes (moda, design...)

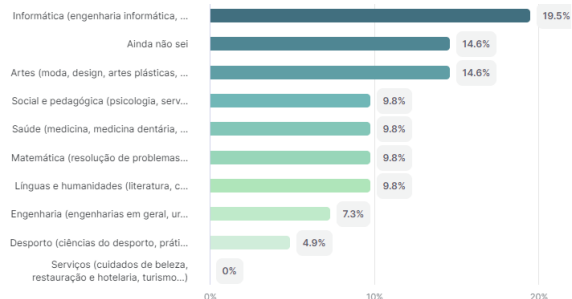
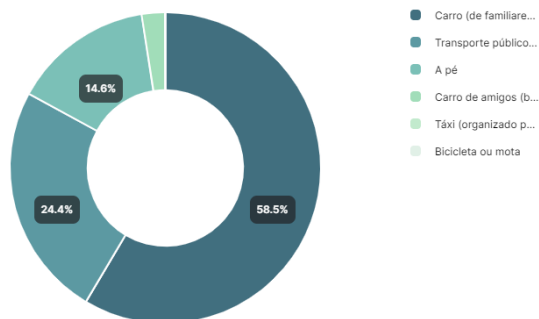


Figura 54 – Expectativas dos alunos do 9.º ano relativamente ao pós-secundário
Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Na última parte do questionário foram colocadas algumas questões relacionadas com deslocações para a escola, a saber:

Deslocação para a escola

82,7% dos respondentes desloca-se para a escola de carro ou através de transporte público. 84,6 dos respondentes do AE Artur Gonçalves deslocam-se de carro (50% no AE Gil Paes) e 7,7% em transporte público (32,1% no AE Gil Paes)



Tempo gasto na deslocação para a escola

82,9% dos alunos respondentes gastam até 15 minutos no percurso casa-escola. No caso do AE Artur Gonçalves, 100% dos respondentes demoram menos de 15 minutos neste percurso; no AE Gil Paes, essa percentagem é de 75%, com 21,4% a demorar 20 minutos ou mais

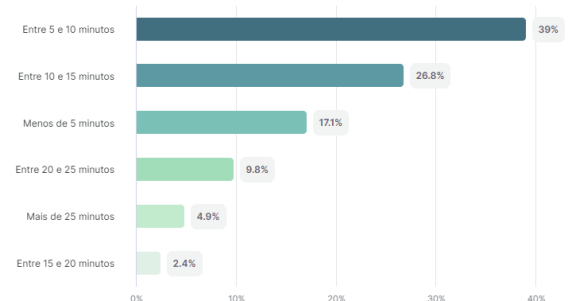


Figura 55 – Meio de deslocação para escola dos alunos do 9.º ano
Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Quando questionados sobre quão bem conhecem as iniciativas do Município de Torres Novas na área da Educação, obteve-se:

Conhecimento das iniciativas do município na Educação

A maior parte dos respondentes (58,6%) conhece (atribuição de três estrelas em quatro possíveis) ou conhece bem (atribuição de quatro estrelas em quatro possíveis) as iniciativas do município na área da Educação

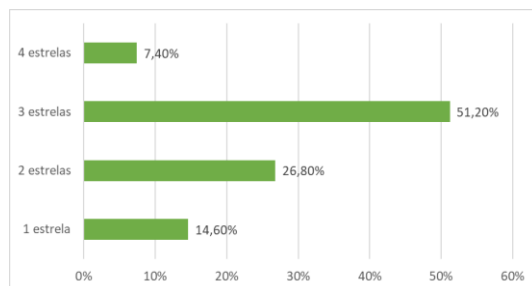


Figura 56 – Nível de conhecimento dos alunos sobre as iniciativas do Município na área da Educação

Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Finalmente, na última questão do questionário, foi solicitado aos respondentes que partilhassem um máximo de duas ideias, projetos e/ou sugestões para a melhoria da Educação no concelho de Torres Novas. A análise de efetuada às 6 respostas obtidas, permitiu agrupar, por domínio de intervenção, as propostas obtidas, a saber:

- atividades mais práticas nas salas de aula;
- mais ligação às questões ambientais;
- desenvolvimento de atividades que promovam a leitura (debates, clubes de retórica e argumentação);
- oferta do curso profissional de desporto.

3.2.3. Questionário aos alunos do 12.º ano

O questionário⁶⁶ aos dos alunos do 12.º ano⁶⁷ dos alunos do concelho de Torres Novas decorreu entre 31 de maio e 6 de junho de 2022 e foi respondido por 51 alunos.

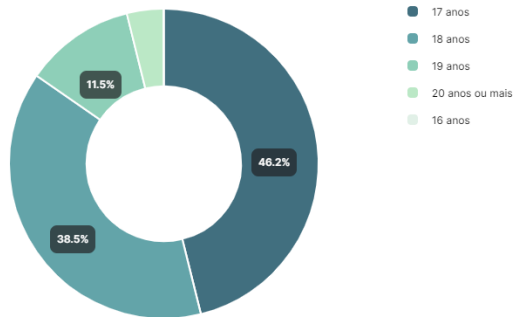
Vejamos a caracterização dos respondentes:

⁶⁶ O questionário estava organizado com saltos lógicos, ou seja, em determinadas questões, consoante o tipo de resposta, o respondente continuava para a pergunta seguinte ou para outro conjunto de perguntas noutra área.

⁶⁷ Os resultados globais do questionário aos alunos do 12.º ano podem ser acedidos através da ligação <https://www.surveymonkey.com/p/2BebeBFX>.

Idade dos respondentes

A maior parte dos respondentes (84,7%) tem de idade 17 ou 18 anos



Sexo dos respondentes

73,1% são do sexo feminino

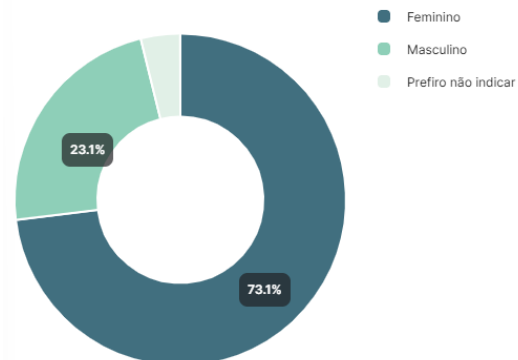
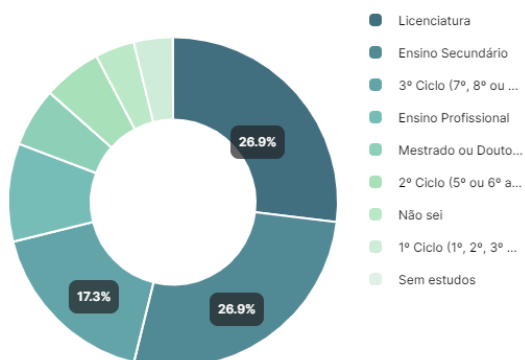


Figura 57 – Caracterização dos alunos do 12.º ano quanto à idade e sexo
Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Relativamente às habilitações das mães, percurso escolar e atividades extracurriculares dos alunos do 12.º ano respondentes ao questionário, o resultado foi:

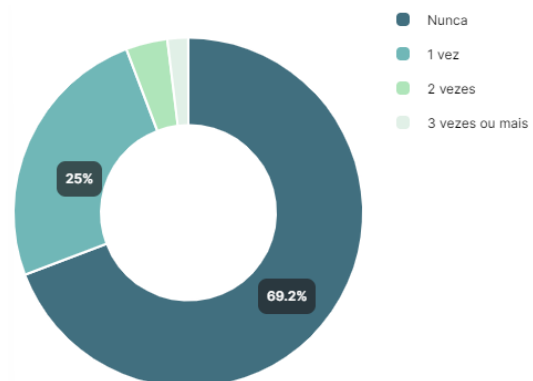
Habilitação académica da mãe

32,7% das mães dos respondentes têm habilitação igual ou superior a licenciatura



Número de vezes que reprovou⁶⁸

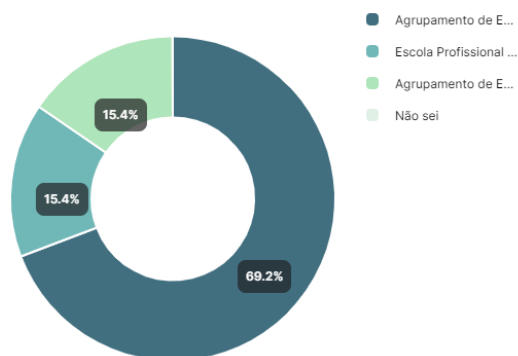
A maior parte dos alunos (69,2%) nunca reprovou até ao 12.º ano



⁶⁸ A análise mais fina efetuada aos dados, permitiu concluir que a taxa de alunas respondentes que nunca reprovaram (71%) ao longo do percurso escolar é superior à dos alunos na mesma situação (67%)

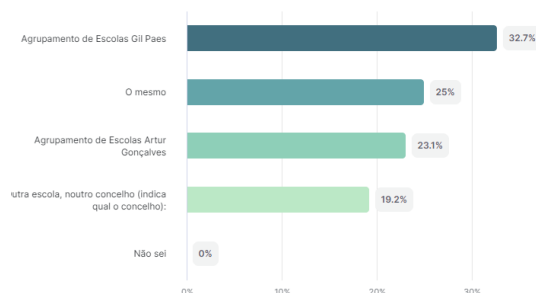
Escola que frequenta no 12.º ano

A maior parte (69,2%) dos alunos respondentes frequenta o AE Gil Paes



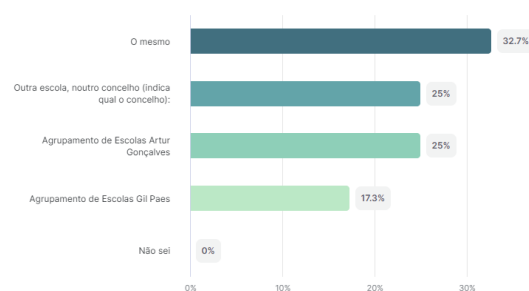
Escola que frequentava no 9.º ano

Uma análise mais fina aos dados⁶⁹, permitiu concluir que todos os respondentes do 12.º ano do AE Artur Gonçalves já o frequentavam no 9.º ano (100% dos respondentes). Por outro lado, 5 respondentes que frequentam o 12.º no AE Gil Paes, vieram de outra escola, fora do concelho e 1 do AE Artur Gonçalves (72% já frequentavam este agrupamento no 9.º ano)



Escola que frequentava no 6.º ano

Uma análise mais fina aos dados, permitiu concluir que 87,5% dos respondentes do 12.º ano do AE Artur Gonçalves já o frequentavam no 6.º ano. Por outro lado, 7 respondentes que frequentam o 12.º no AE Gil Paes, vieram de outra escola, fora do concelho e 6 do AE Artur Gonçalves (63,9% já frequentavam aquele agrupamento no 6.º ano)



Atividades extracurriculares

A maior parte dos respondentes (56,1%) refere não ter nenhuma atividade extracurricular, seguindo-se as atividades desportivas (24,6%) e artísticas (10,5%)

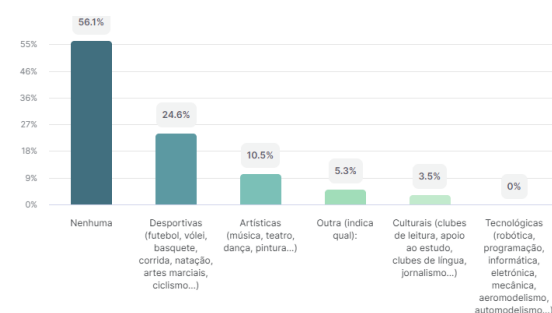


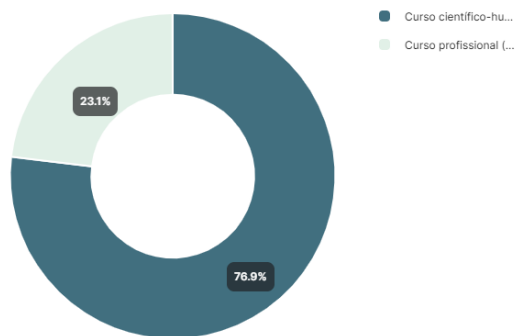
Figura 58 – Habilitação das mães, percurso escolar e atividades extracurriculares dos alunos do 12.º ano
Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Quando questionados sobre as suas opções no ensino secundário, as respostas foram:

⁶⁹ Alguns alunos do 12.º ano de cada agrupamento, quando questionados sobre que agrupamento frequentaram no 9.º e no 6.º anos, escolheram indiferenciadamente a opção “O mesmo” ou a opção com o nome do seu agrupamento, pelos que se teve de fazer uma análise mais fina das respostas obtidas nas questões 5, 6 e 7 do questionário.

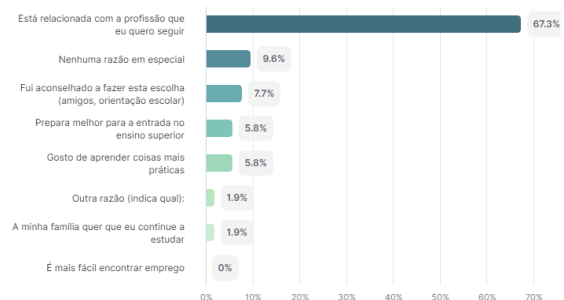
Área que frequenta no ensino secundário

A maior parte dos respondentes (76,9%) está num curso científico-humanístico



Razão da escolha da área de estudos

A maioria dos respondentes (67,3%) refere que essa escolha está relacionada com a profissão que quer seguir. Em segundo lugar (9,6%) ficou a opção “Nenhuma razão em especial”



Se pudesse voltar ao 10.º ano, escolheria outra área?

76,9% dos alunos escolheria novamente à área de ensino que frequenta; 2 alunos mudariam para o ensino profissional

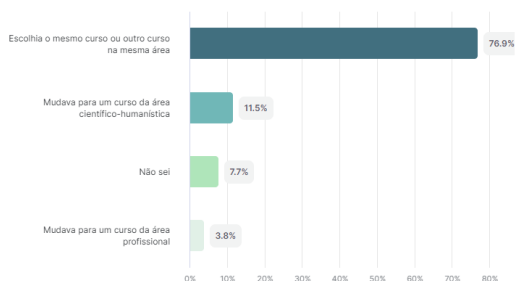


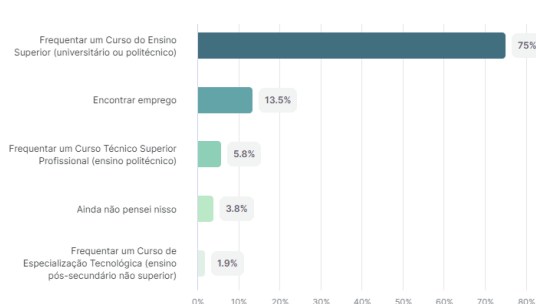
Figura 59 – Caracterização das expectativas dos alunos do 12.º ano

Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Relativamente às expectativas dos respondentes após concluírem o ensino secundário, as respostas foram:

Após o 12.º ano

75% dos alunos frequentar um curso superior universitário ou politécnico. Por curiosidade, refira-se que são apenas as alunas que pretendem ingressar em cursos CTeSP ou CET. 13% das alunas respondentes pretendem encontrar emprego



Área profissional que mais lhe interessa

A maioria dos respondentes (30,8%) refere que a área que mais lhe interessa é a de Artes⁷⁰ (moda, design, artes plásticas, artes visuais, fotografia, artes gráficas, ciências musicais, dança, teatro, games designer, multimédia...), seguido de Matemática e Línguas e humanidades (ambos com 13,5%). Refira-se que a área de informática (engenharia informática, técnico de informática, robótica, inteligência artificial, programação, realidade virtual e/ou aumentada...) reúne o interesse de apenas 5,8% dos respondentes

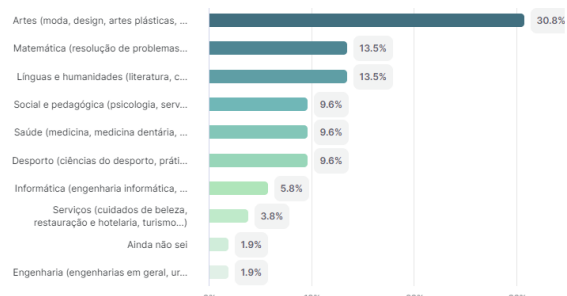


Figura 60 – Expectativas dos alunos do 12.º ano relativamente ao pós-secundário

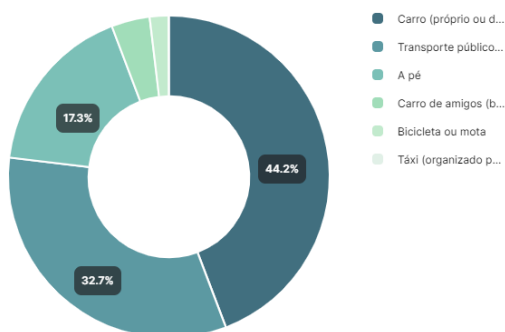
⁷⁰ O que não é de estranhar, já que a maior parte dos respondentes pertencem ao AE Gil Paes, cuja escola secundária (ES Maria Lamas) tem um longo historial de diferenciação e qualidade nesta área.

Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Na última parte do questionário foram colocadas algumas questões relacionadas com deslocações para a escola, a saber:

Deslocação para a escola

76,9% dos respondentes desloca-se para a escola de carro ou através de transporte público. Os alunos da escola profissional são os que mais usam o transporte público (62,5%). Já os do AE Artur Gonçalves são os que mais usam o carro (75%) na deslocação casa - escola



Tempo gasto na deslocação para a escola

57,8% dos alunos respondentes gastam até 15 minutos no percurso casa-escola. 62,5% dos alunos do AE Artur Gonçalves demoram menos de 15 minutos a chegar à escola, enquanto no AE Gil Paes são 61,1% nessa situação. 30,6% dos respondentes do AE Gil Paes demoram mais de 25 minutos a chegar à escola, sendo que, relativamente à EPTN, são 50%

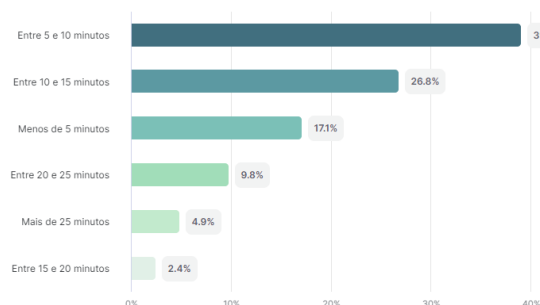


Figura 61 – Meio de deslocação para escola dos alunos do 12.º ano

Quando questionados sobre quão bem conhecem as iniciativas do Município de Torres Novas na área da Educação, obteve-se:

Conhecimento das iniciativas do município na Educação

A maior parte dos respondentes (58,6%) conhece (atribuição de três estrelas em quatro possíveis) ou conhece bem (atribuição de quatro estrelas em quatro possíveis) as iniciativas do município na área da Educação

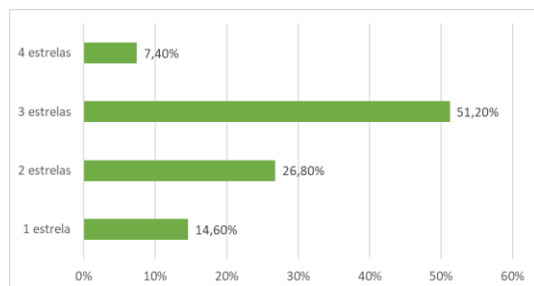


Figura 62 – Nível de conhecimento dos alunos sobre as iniciativas do Município na área da Educação

Fonte: Cálculos próprios, análise dos questionários

Finalmente, na última questão do questionário, foi solicitado aos respondentes que partilhassem um máximo de duas ideias, projetos e/ou sugestões para a melhoria da Educação no concelho de Torres Novas. A análise de efetuada às 10 respostas obtidas, permitiu agrupar, por domínio de intervenção, as propostas obtidas, a saber:

- maior preocupação, nas escolas, com a saúde mental dos alunos;
- tornar as aulas mais chamativas e interessante, mais práticas, mais ligadas ao mundo real;
- mais palestras acerca dos problemas atuais (guerra, saúde, ambiente, sustentabilidade, democracia);

- falar mais abertamente e de forma enfática (com os alunos) sobre o quão importante e fundamental é a educação (para com que os mesmo percebam que devem seguir estudos para um futuro mais equilibrado);
- mais apoio aos alunos na escolha do curso, com melhor informação sobre o que cada um oferece (empregabilidade, futuro, flexibilidade);
- atualizar a rede informática e equipamentos das escolas;
- promover o uso bicicletas e trotinetes elétricas com postos carregamento.

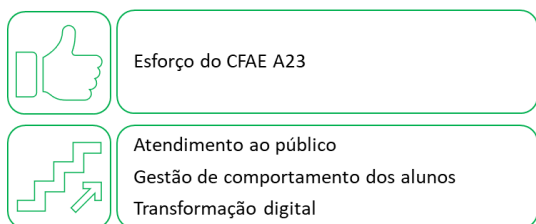
3.3. Infográfico síntese da visão dos atores, alunos e pais/encarregados de educação



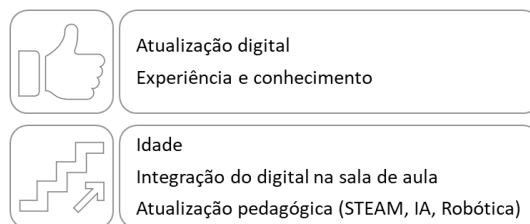
Figura 63 – Infográfico⁷¹ síntese da visão dos atores (I)

71 Legenda: Aspectos positivos; Aspectos a reforçar

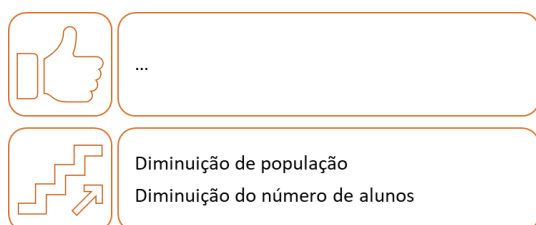
Não Docentes



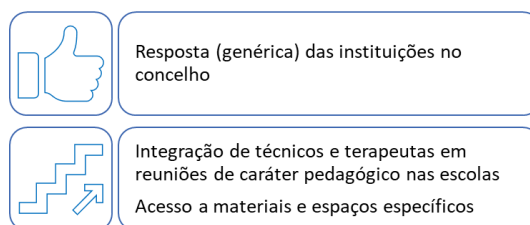
Docentes



Demografia



Educação inclusiva



Envelhecimento ativo

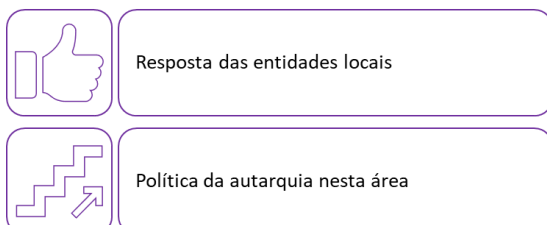


Figura 64 – Infográfico⁷² síntese da visão dos atores (II)

72 Legenda: Aspectos positivos; Aspectos a reforçar

Capítulo III

Cenário de partida e projeções de desenvolvimento



Capítulo III – Cenário de partida e projeções de desenvolvimento

1. A rede escolar municipal: enquadramento e abordagem geral

1.1. Nota introdutória

Publicada em outubro de 1986, a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de novembro) (republicada pela Lei n.º 49/2005 de 30 de agosto), continua a ser a referência da estrutura do sistema educativo português. Esta lei organiza o sistema educativo português em três subsistemas: ducação pré-escolar (a partir dos 3 anos de idade), educação escolar (a partir dos 6 anos de idade, integrando o ensino básico, secundário e superior) e a educação extraescolar (que reforça a aprendizagem ao longo da vida).

De referir que o governo determinou (Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro), para as crianças dos 0 aos 3 anos, o progressivo alargamento da gratuitidade da frequência de creche a todas as crianças que frequentem creches e amas do Instituto de Segurança Social, I. P.:

- a) Em 2022, a todas as crianças que ingressem no primeiro ano de creche;
- b) Em 2023, a todas as crianças que ingressem no primeiro ano de creche e às crianças que prossigam para o 2.º ano;
- c) Em 2024, a todas as crianças que ingressem no primeiro ano de creche e às crianças que prossigam para o 2.º e 3.º ano.

A educação pré-escolar,

“(…) é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida (Lei-Quadro – Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro), destinando-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. É ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar, sendo a tutela pedagógica da competência do Ministério da Educação (Lei-Quadro e Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho).” (DGE - Direção Geral de Educação, 2022a)

O segundo subsistema, a educação escolar, desenvolve-se em 3 ciclos: ensino básico, ensino secundário e ensino superior. Atualmente, integram a escolaridade obrigatória o ensino básico e o ensino secundário.

O ensino básico, com a duração de nove anos, subdivide-se em 3 ciclos:

- primeiro ciclo, com a duração de quatro anos;
- segundo ciclo, com a duração de dois anos; e
- terceiro ciclo, com a duração de três anos.

O ensino secundário tem a duração de três anos, proporcionando diferentes percursos curriculares, uns mais orientados para o prosseguimento de estudos e outros possibilitando uma preparação mais orientada para o mercado de trabalho (Cursos Científico-Humanísticos, Cursos Profissionais, Cursos Artísticos Especializados, Cursos de Educação e Formação, Cursos de Aprendizagem) proporcionando, ainda assim, o prosseguimento de estudos superiores no caso dos cursos profissionais).

O ensino superior, de frequência facultativa, desenvolve-se em universidades e em institutos politécnicos, com cursos de duração variável que atribuem três graus académicos: licenciatura, mestrado ou doutoramento. Os institutos politécnicos permitem ainda a frequência de Cursos Técnicos Superiores Profissionais, que não conferem grau académico, mas sim um diploma de técnico

superior profissional. Os titulares deste diploma podem ingressar nos ciclos de estudo de licenciatura e mestrado através de um concurso próprio de forma a adquirirem o respetivo grau académico.

Para além das escolas públicas, existem escolas particulares, que complementam a oferta do sistema, educativo nacional.

Os diplomas correspondentes ao percurso regular do sistema escolar, podem ser obtidos por diversas vias, englobando a maior parte das vezes formação profissional e, no caso de adultos que não tenham terminado a sua escolaridade, existem ofertas de educação e formação de adultos e um sistema de reconhecimento e valorização de competências e conhecimentos.

Finalmente, a educação extraescolar que se pode desenvolver numa multiplicidade de iniciativas e contextos, numa grande diversidade de níveis de formalidade, tem como objetivo “permitir a cada individuo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência” (Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto de 2005).

O Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) estrutura-se em 8 níveis de qualificação, cada um “definido por um conjunto de indicadores que especificam os resultados de aprendizagem correspondentes às qualificações nesse nível, em termos de Conhecimentos, Aptidões e Atitudes” (ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional I.P., 2014, p. 15):

Tabela 64 – Estruturação dos 8 níveis de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações

Ensino	Nível de qualificação	Qualificações
Não superior	Nível 1	2.º ciclo do ensino básico
	Nível 2	3.º ciclo do ensino básico obtido no ensino básico ou por percursos de dupla certificação
	Nível 3	Ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior
	Nível 4	Ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior acrescido de estágio profissional - mínimo de 6 meses
	Nível 5	Qualificação de nível pós-secundário não superior com créditos para prosseguimento de estudos de nível superior
Superior	Nível 6	Licenciatura
	Nível 7	Mestrado
	Nível 8	Doutoramento

Fonte: Adaptado de ANQEP e Portaria n.º 782/2009 (ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional I.P., 2014, p. 18)

A estrutura do sistema nacional de educação em Portugal pode ser observada na figura seguinte:

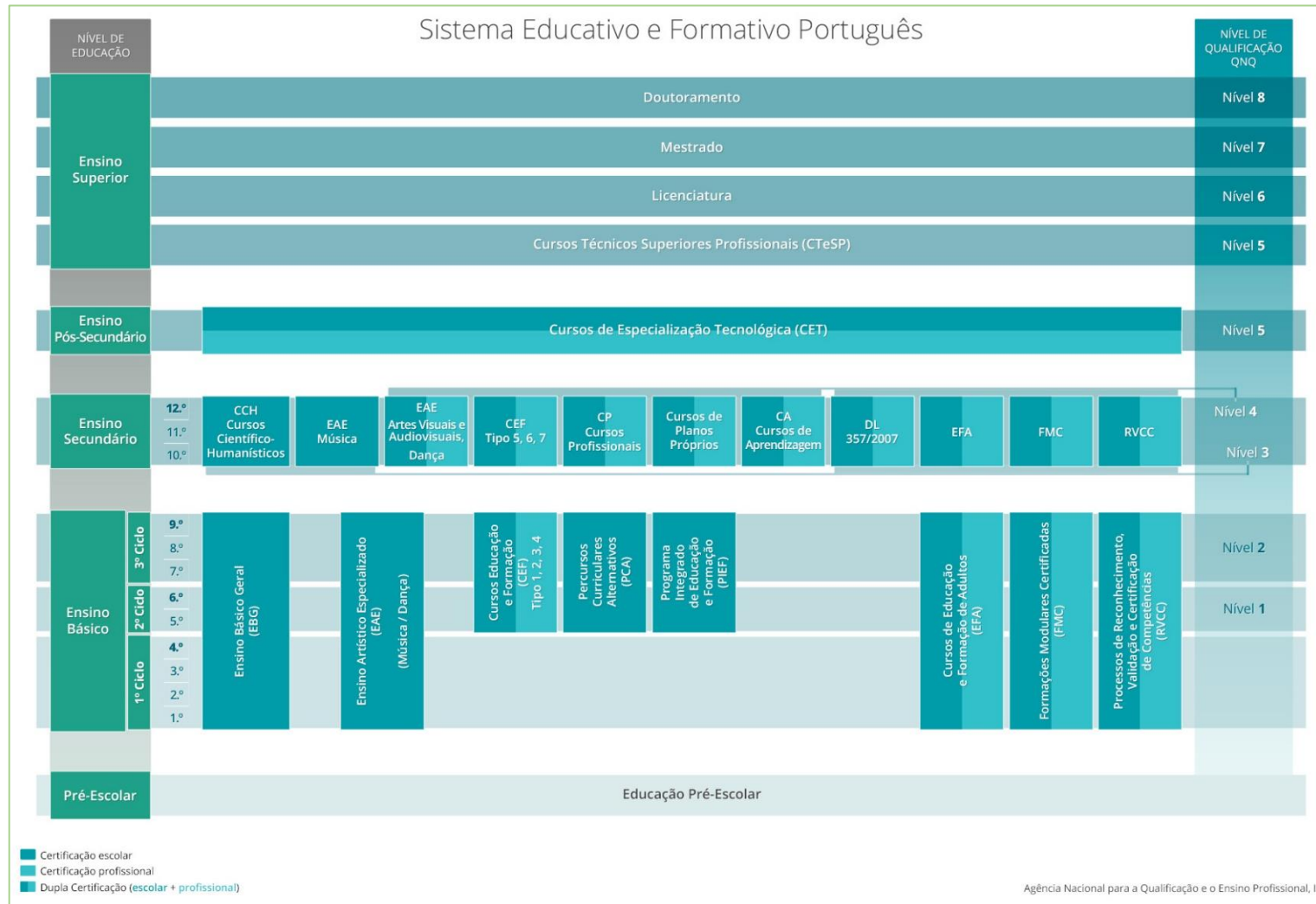


Figura 65 – Estrutura do sistema nacional de educação e formação em Portugal
 Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) ([Portal da Oferta Formativa](#), consultado em julho de 2022)

1.2. A rede escolar municipal

No município de Torres Novas, a oferta educativa e formativa abrange todas as valências do sistema educativo nacional excetuando, à data da elaboração deste documento, o ensino superior. No total são 29 estabelecimentos de ensino⁷³ (entre públicos e privados), incluindo o ensino da música através do Conservatório de Música do Choral Phydellius. Relativamente à oferta educativa da rede pública, temos:

Tabela 65 - Oferta educativa da rede pública

Agrupamento	Escola	JI	1.º CEB	2. CEB	3.º CEB	Ensino Secundário	Ensino Profissional
AE Artur Gonçalves	EB da Meia Via	X	X				
	EB de Riachos	X	X				
	EB de Santa Maria	X	X				
	EB Dr. António Chora Barroso			X	X		
	EBS Artur Gonçalves			X	X	X	X
AE Gil Paes	EB da Serra de Aire	X	X				
	EB de Assentis e Chancelaria	X	X				
	EB de Olaia e Paço	X	X				
	EB Visconde de São Gião	X	X				
	EB Manuel Figueiredo			X	X		
	ES Maria Lamas				X	X	X
	JI de Tufeiras	X					

Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Relativamente à distribuição, por freguesia, dos estabelecimentos públicos de educação, ensino e formação, nem todas as freguesias do concelho possuem estabelecimentos de educação e ensino públicos, nomeadamente as freguesias de Chancelaria, Zibreira, Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel, sendo que é na freguesia central de São Pedro, Lapas e Ribeira Branca que se situam o maior número de estabelecimentos:

⁷³ A listagem relativa aos estabelecimentos de ensino encontra-se no apêndice “Ficha dos estabelecimentos escolares”

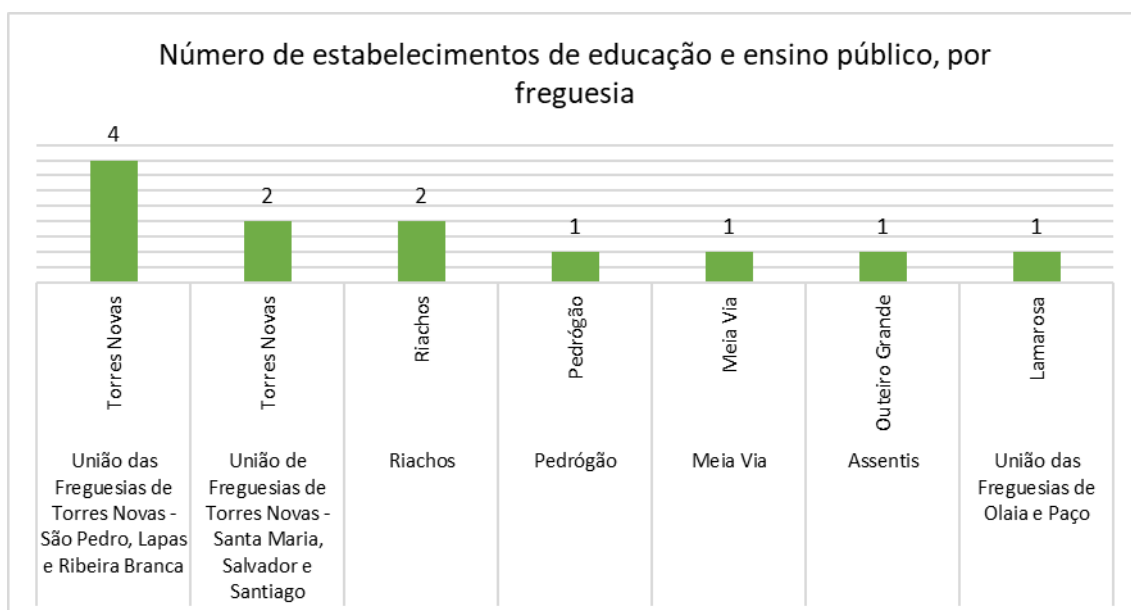


Figura 66 – Número de estabelecimentos de educação, ensino e formação, públicos, por freguesia
Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Se fizermos a distribuição do número de estabelecimentos por freguesia e nível de ensino verificamos que nas freguesias rurais com presença de estabelecimentos de educação e ensino, apenas são oferecidos o pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico, e que o ensino secundário é apenas oferecido em estabelecimentos escolares pertencentes às freguesias mais urbanas e centrais do concelho em torno das sedes dos dois agrupamentos escolares.

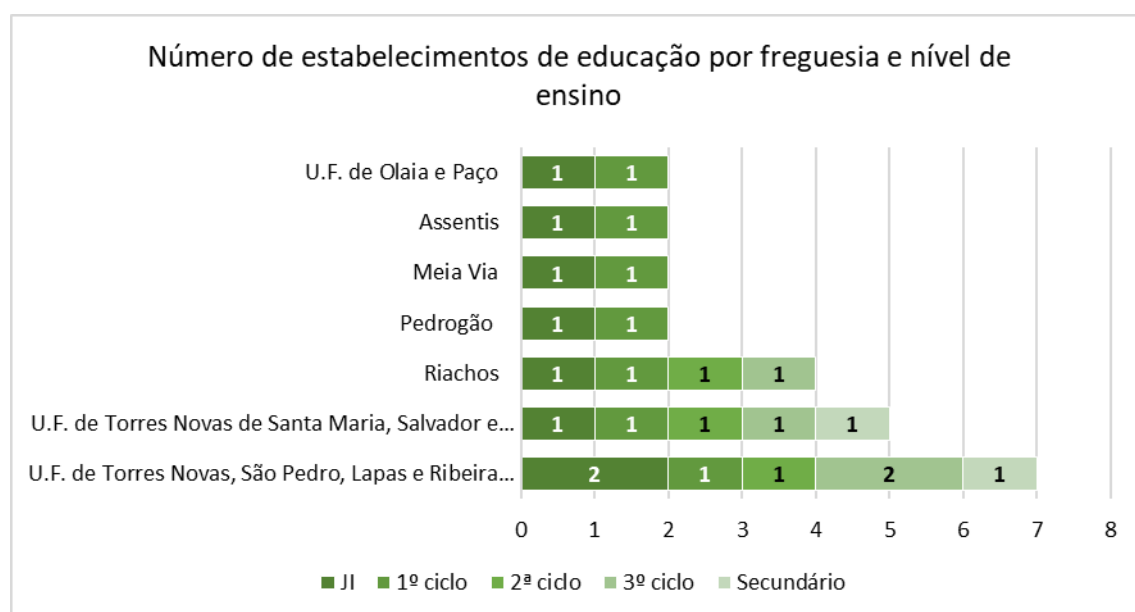
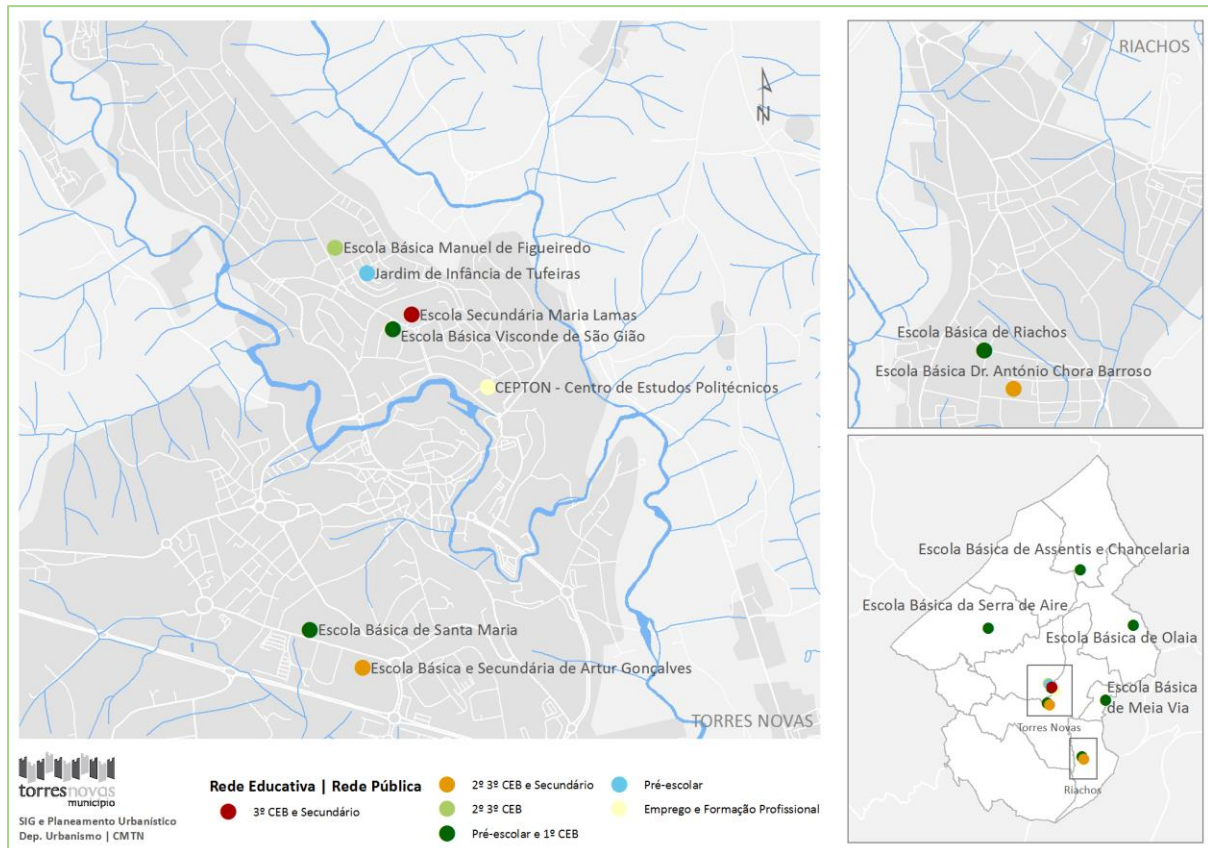


Figura 67 - Número de estabelecimentos de educação, ensino e formação, públicos, por freguesia e nível de ensino
Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

A distribuição espacial das instituições de educação, ensino e formação públicas, pode ser encontrada no mapa seguinte⁷⁴:



Mapa 12 – Distribuição espacial das instituições de educação, ensino e formação (rede pública)
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

Relativamente às taxas de ocupação⁷⁵ dos estabelecimentos escolares, face aos dados recolhidos junto das escolas, o panorama não é muito encorajador. De facto, 58,3% dos estabelecimentos escolares apresentaram (no ano letivo de 2021/2022) uma taxa de ocupação inferior a 75%:

⁷⁴ Apesar de, neste mapa, se encontrar a localização do CEPTON, este não se encontra em funcionamento à data da elaboração desta Carta Educativa (apesar de manter sempre candidaturas abertas).

⁷⁵ A “taxa de ocupação” de cada escola num determinado ano letivo, é o número de alunos a frequentar essa escola nesse ano a dividir pela sua “capacidade”. Para o cálculo da “capacidade” de cada escola, multiplicámos o número de salas disponíveis para cada nível de ensino pelo número máximo de alunos permitido por turma, aplicando-se os valores e critérios previstos no Despacho Normativo nº 7 B/2015 de 7 de maio com as alterações introduzidas pelos Despacho Normativo nº 1-H/2016 de 14 de abril, Despacho Normativo nº 1-B/2017 de 17 de abril, Despacho Normativo nº 10-A/ 2018 de 19 de junho, Despacho Normativo n.º 16/2019 de 6 de abril e pelo Despacho Normativo n.º 6/2022 de 16 de fevereiro. Do mesmo modo, a “taxa de ocupação média” de cada agrupamento é a média das diferentes taxas de ocupação de cada escola que o compõe e que disponibiliza a oferta educativa referida. Uma vez que as salas disponíveis (não ocupadas) num estabelecimento não podem ser “deslocadas” para outro estabelecimento educativo, optámos por usar uma média simples (e não uma média ponderada). Do mesmo modo, a “taxa de ocupação média” da rede foi calculada fazendo a média simples (não ponderada) da “taxa de ocupação” de cada estabelecimento do município com a oferta educativa referida.

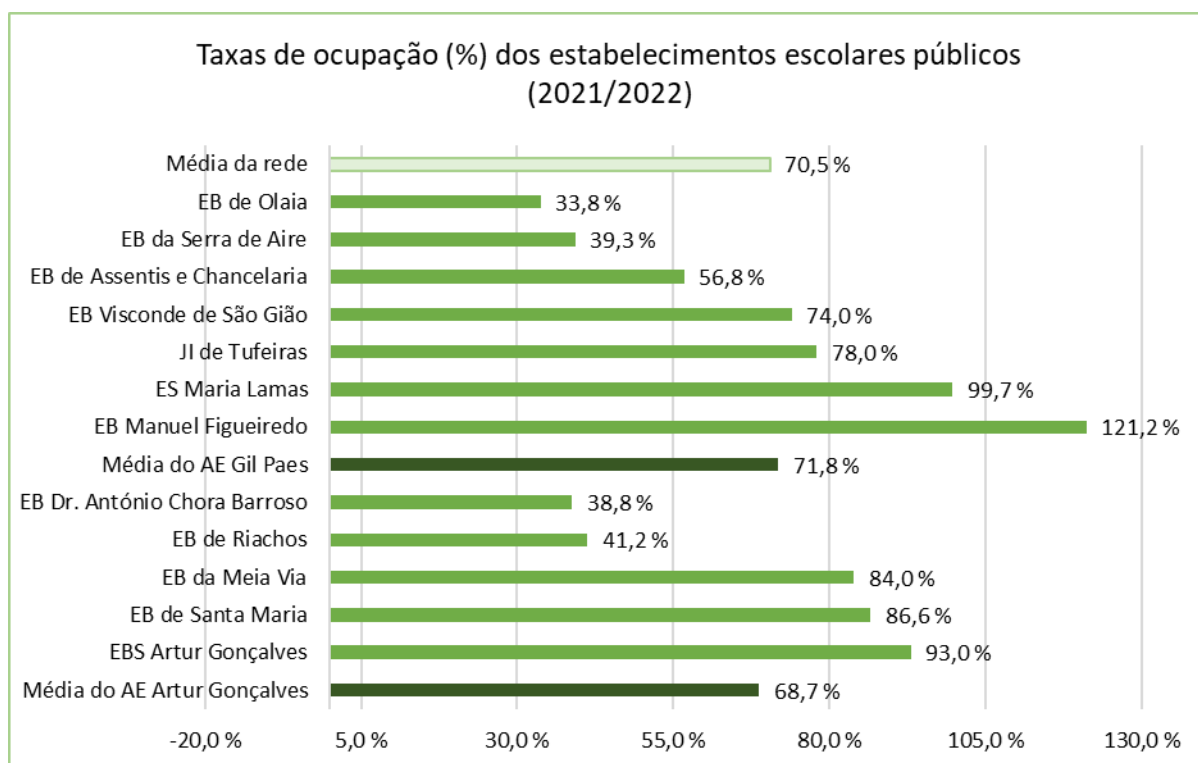


Figura 68 – Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares públicos, 2021/2022

Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

O AE Artur Gonçalves regista uma taxa média de ocupação de 68,7%, enquanto o AE Gil Paes apresenta uma taxa média de ocupação de 71,8%. Sublinhe-se, de qualquer modo, a situação da EB Manuel Figueiredo, com 121,2% de ocupação, embora a situação já tenha sido mitigada em 2020/2021 através da deslocação das turmas do 9.º deste estabelecimento para a sede de Agrupamento.

No que diz respeito à rede privada⁷⁶, temos:

Tabela 66 – Oferta educativa da rede privada

Escola	Creche	JI	1.º CEB	2. CEB	3.º CEB	Ensino Secundário	Ensino Secundário Profissional	Outro
Academia Júnior, Lda.		X						
Centro de Bem Estar Social da Zona Alta (CBESZA) - Centro de convívio								X
Centro de Bem Estar Social da Zona Alta (CBESZA) - Creche e Jardim de Infância		X						

⁷⁶ Não foi possível obter todos os dados necessários para o cálculo das taxas de ocupação dos estabelecimentos de educação e ensino privados

Escola	Creche	Jl	1.º CEB	2. CEB	3.º CEB	Ensino Secundário	Ensino Secundário Profissional	Outro
CRIT								X
Colégio "Os Timoneiros"		X	X					
Conservatório de Música do Choral Phydellius			X	X	X	X		
Creche do Centro Social do Divino Espírito Santo	X							
Creche do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Purificação de Assentis	X							
EPTN							X	
Jardim de Infância "Abrigo do Menino Jesus"	X	X						
Jardim de Infância "O Palhacinho"		X						
Jardim de Infância de São Pedro		X						
Jardim Escola João de Deus		X	X					
Jardim Infantil de Riachos	X	X						
Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas. Creche "Infantário Margarida P. B. Almeida".	X							
Universidade Sénior Francisco Canais Rocha, da Associação de Reformados e Pensionistas de Torres Novas (ARPE)								X
Universidade Sénior, do Centro Social Paroquial N.ª Sr.ª da Purificação de Assentis								X

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Relativamente à distribuição, por freguesia, dos estabelecimentos privados de educação, ensino e formação, temos:

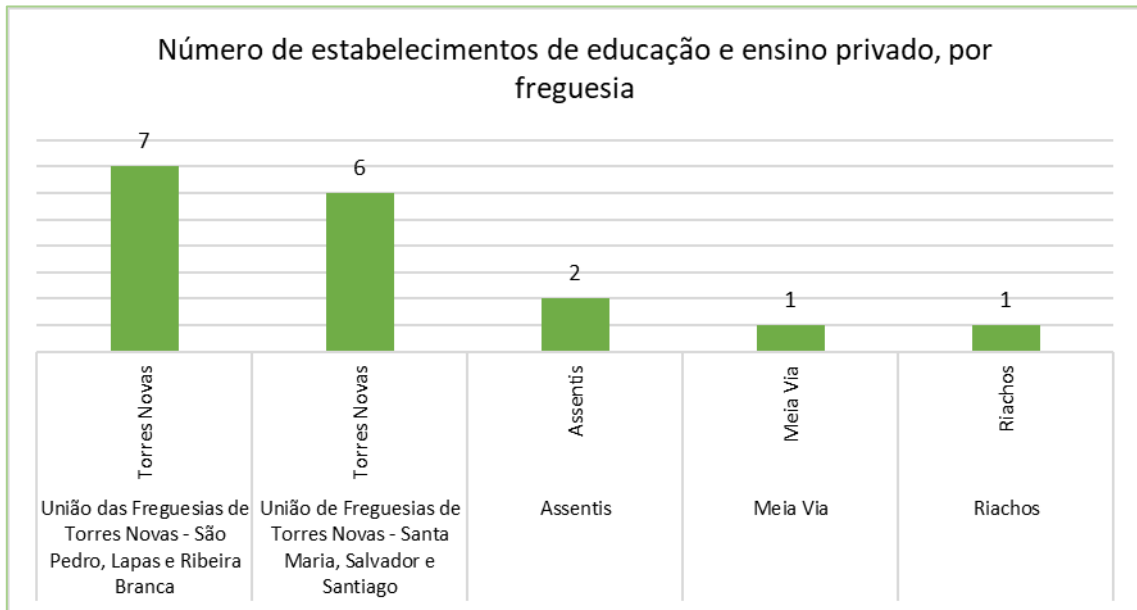
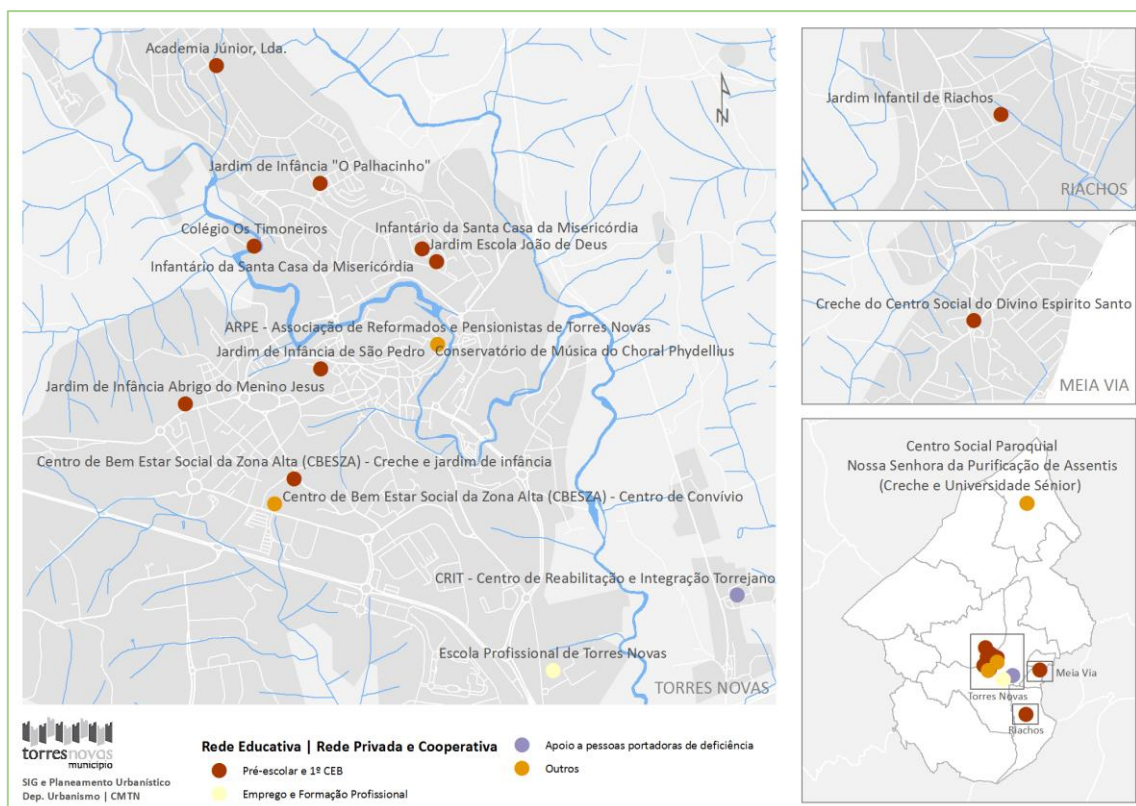


Figura 69 – Número de estabelecimentos de educação, ensino e formação, privados, por freguesia
 Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

A distribuição espacial das instituições de educação, ensino e formação privadas, pode ser encontrada no mapa seguinte:



Mapa 13 – Distribuição espacial das instituições de educação, ensino e formação (rede privada e cooperativa)
 Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

1.3. Projetos e serviços educativos municipais

Torres Novas é uma cidade que se arroga inclusiva, amiga das crianças, cultural e educadora. Nesse sentido, entende a Educação como um pilar fundamental do desenvolvimento humano e determinante na qualificação e desenvolvimento social e económico da sua população, oferecendo à comunidade um diversificado portefólio de projetos e serviços na área educativa, contando com o contributo da sociedade civil e das suas Juntas de Freguesia. A sua estratégia educativa justifica os epítetos de “Cidade Educadora” e “Cidade amiga das crianças”, alavancando-se em ações de divulgação das atividades culturais e do património local, proporcionando a ligação entre Educação e desporto, nas aprendizagens curriculares e na área da deficiência e desporto adaptado.

Ciente dos desafios que se colocam às sociedades modernas (que incluem a transição digital, a construção democrática, a sustentabilidade ambiental, a justiça, a inclusão, a empatia pelas comunidades migrantes neste mundo globalizado), Torres Novas pretende investir numa Educação de qualidade, flexível e suficiente para tirar partido da sua identidade histórica, cultural, desportiva e de riqueza ambiental, no sentido de promover um sistema pedagógico mais apelativo e acessível a todos. Nesse sentido, o município de Torres Novas disponibiliza os seguintes projetos e serviços na área da educação:

Tabela 67 – Projetos e serviços educativos municipais

Projeto	Descritivo	Número de alunos envolvidos
«Almonda = AL Mundo, um rio à nossa volta»	<p>Projeto direcionado ao público em geral e à comunidade escolar que pretende ser um programa de atividades em torno da estreita ligação da Biblioteca com o seu património histórico e natural. Tem como título Almonda = Al mundo, um rio à nossa volta dada à estreita ligação da Biblioteca com o rio Almonda, que vem de uma relação de vizinhança que já conta com 13 anos.</p> <p>A propósito da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que norteiam o trabalho das bibliotecas públicas, a BMGPL apresenta este projeto em que património histórico e natural do concelho de Torres Novas são o mote, mas o rio Almonda é o tema principal: a rota, a biodiversidade, as espécies que o habitam e a relação com as populações ribeirinhas. Este projeto vai-se manifestando em iniciativas, quer junto dos utilizadores e da sociedade civil, quer na programação da comunidade escolar.</p> <p>Decorrente do projeto e durante todo o ano letivo são apresentadas atividades às turmas do 1º ciclo, desde o 1º ao 4º ano de escolaridade, que de uma forma educativa e divertida servem para acrescentar aprendizagens e manter a memória do território a que pertencemos, explorando património histórico e natural do concelho. Partindo da leitura de histórias sobre os temas a trabalhar levam-se questões que pomos sobre as mesas das salas ou das bibliotecas escolares e que servem para acrescentar aprendizagens e manter a memória do nosso território.</p>	Sem dados
Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes	<p>A Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes (BMGPL) integra a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, sendo o seu novo edifício o resultado do contrato-programa celebrado a 24 de março de 2004 entre a Câmara Municipal de Torres Novas e o Ministério da Cultura, Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas.</p> <p>A Biblioteca Municipal de Torres Novas deve a sua existência a José Maria Dantas Pimenta que em 1882 (então vereador da câmara) ofereceu os primeiros volumes ao município. O livro intitulado Movimento dos Livros da Biblioteca, em que consta a data de inscrição do primeiro leitor, 2 de janeiro de 1883, atesta que a instituição começou a funcionar nesse ano.</p>	2018/19 – 3500; 2019/20 – 4800; 2020/21 – 3500

Projeto	Descritivo	Número de alunos envolvidos
	Áreas e serviços: Referência, Sala do Conhecimento, Fundo Antigo, Sala Infantil, Espaço gaming, Hemeroteca, Multimédia, Audiovisuais, Sala Polivalente, Auditório, Recursos Braille (106 obras, PC com linha braille e display braille).	
Bolsas de estudo para alunos do ensino superior	<p>O Programa de bolsas de estudo para alunos do ensino superior destina-se a alunos residentes no concelho de Torres Novas conjugando o mérito escolar e a disponibilidade financeira do agregado familiar, favorecendo a igualdade de oportunidades no acesso ao prosseguimento de estudos e à obtenção de qualificações deste nível de ensino.</p> <p>Para o ano letivo 2022/2023 estão disponíveis um total de 36 bolsas: 24 bolsas para alunos a frequentar o ensino superior que não os politécnicos de Tomar e Santarém (20 bolsas pecuniárias + 4 lugares em residência) e 12 bolsas de estudo para alunos a frequentar o IPT ou IP Santarém</p>	Desde o ano letivo 2016/2017, o município já apoiou um total de 74 alunos.
Centro de Educação Ambiental da Reserva Natural do Paúl do Boquilobo e Reserva da Biosfera do Paúl do Boquilobo	<p>A Reserva da Biosfera do Paul do Boquilobo (RBPB) é uma Reserva da 1ª Geração, classificada desde 1981 pela Unesco, tendo sido a nível nacional a primeira área portuguesa a ser integrada na Rede Mundial de Reservas da Biosfera.</p> <p>Localizada no distrito de Santarém, a RNPB distribui-se entre dois concelhos, Golegã e Torres Novas, a que correspondem duas regiões, Alentejo e Centro, bem como duas sub-regiões, a Lezíria do Tejo e o Médio Tejo.</p> <p>Ocupando os concelhos de Torres Novas e Golegã, a RBPB desenvolve-se sobre uma área de 5.896 ha integrando as localidades de Golegã, Riachos, Azinhaga, Pombalinho e Boquilobo, abrangendo uma população total de 8.450 habitantes traduzidos em 3.919 famílias. Da população abrangida pela RBPB 10% está empregada no sector primário, 20% no sector secundário e 70% no terciário.</p>	Sem dados
Centro de Educação Ambiental das Grutas das Lapas	<p>As Grutas das Lapas são uma rede de galerias artificiais que se encontram sob o casario mais antigo da aldeia com o mesmo nome. O aglomerado está implementado numa elevação correspondente a um terraço fluvial do rio Almonda, de idade quaternária, composto por uma formação rochosa específica, o tufo calcário. A geologia do solo explica a relativa facilidade com que, em tempos, a mão do homem talhou esta singular preciosidade arqueológica.</p> <p>O percurso acessível é apenas parte de uma rede mais vasta que percorria quase todo o morro onde assenta a povoação.</p>	N.º total de visitantes: 2018 – 4121; 2019 – 7271; 2020 – 1659; 2021 - 2261
Centro de Educação Ambiental do Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios de Ourém -Torres Novas	O monumento natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém – Torres Novas, situado no Parque natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), na localidade do Bairro, constitui uma das jazidas mais importantes que se conhece com pegadas de saurópodes do jurássico Médio. No Monumento pode-se optar por realizar uma visita autónoma ou guiada. A visita guiada é composta pela exibição do filme, sendo o percurso exterior acompanhado pelo enquadrador até às pegadas, tendo este tipo de visita a duração de 1h30 minutos.	Entre 2017 e 2021 - 17.343 alunos, desde o pré-escolar até ao universitário.
ECOXXI	<p>O ECOXXI é um programa de educação para a sustentabilidade, implementado pela Associação Bandeira Azul da Europa. Entre outros objetivos, visa identificar e reconhecer boas práticas de sustentabilidade, motivar os municípios para a importância do seu papel como parceiros e como agentes do processo de educação ambiental, para o desenvolvimento sustentável formal e não formal e envolvê-los no apoio à implementação de programas de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>Avalia a prestação dos municípios, reconhecendo como Eco-Município os que demonstram a implementação de boas práticas, políticas e ações em torno de alguns temas: Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável; Sociedade Civil; Instituições; Conservação da Natureza; Ar; Água; Energia; Resíduos; Mobilidade; Ruído; Agricultura; Turismo e Ordenamento do Território.</p> <p>O Município de Torres Novas foi galardoado com a Bandeira Verde ECOXXI em 2020, em 2021 e em 2022.</p>	Sem dados

Projeto	Descritivo	Número de alunos envolvidos
Gabinete de Psicologia do Serviço de Educação	<p>O Município de Torres Novas tem em funcionamento desde junho de 2021 um gabinete de psicologia clínica, destinado a trabalhadores do Município e aos elementos da comunidade escolar (docentes, alunos e encarregados de educação) dos agrupamentos de Escolas Artur Gonçalves e Gil Paes e da Escola Profissional de Torres Novas.</p> <p>As consultas são gratuitas.</p>	<p>2021: 32 alunos; 11 Assistentes Operacionais (das Escolas); 13 Encarregados de Educação; 1 Professor;</p>
Passes escolares	<p>O Município de Torres Novas comparticipa o transporte escolar dos alunos, em 100% para alunos dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e em 50% para alunos do ensino secundário, desde que os mesmo cumpram os requisitos definidos na lei.</p>	<p>Ensino básico: 2018/2019 - 446; 2019/2020 - 430; 2020/2021 - 418; 2021/2022 - 395; 2022/2023 - 417.</p> <p>Ensino secundário⁷⁷: 2018/2019 - 206; 2019/2020 - 200; 2020/2021 - 210; 2021/2022 - 229; 2022/2023 - 192.</p>
Percurso pedestres	<p>Rota do Almonda (PR1TNV) – A Rota do Almonda é uma pequena rota pedestre (23 km) ao longo do rio que define o concelho de Torres Novas: O Almonda. Entre a base do arrife onde se encontra a exsurgência do rio e o Paúl do Boquilobo, a Rota do Almonda está dividida em três torços, que correspondem às etapas do curso do rio à superfície: as colinas, a cidade e a Várzea. Desde a sua nascente até às várzeas alagadas do Paúl.</p> <p>Rota do Carso (GR54) – A grande rota do Carso atravessa o Parque Natural das Serras de Aire Candeeiros e permite observar diversos geosítios emblemáticos que caracterizam a morfologia e a identidade da paisagem natural do Maciço Calcário Estremenho.</p> <p>O Município implementa uma rede de outros percursos pedestre pelo território do concelho: Rota dos Vales da Serra de Aire (PR2TNV), Rota dos Moinhos da Pena (PR3TNV), Rota de Olaia e paço (PR4TNV), Rota de Fungalvaz (PR%TNV) e Rota da Beselga (PR6TNV).</p>	Sem dados
Serviço de apoio às Bibliotecas Escolares (SABE)	<p>Serviço de Apoio a Bibliotecas Escolares (SABE) e Catálogo online que contém todos os recursos disponíveis na BMGPL para consulta ou empréstimo: https://biblioteca-catalogo.cm-torresnovas.pt/</p> <p>O Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares do concelho de Torres Novas é instituído em 2009, A partir de então as Bibliotecas Municipais e Escolares existentes no concelho, encetam um conjunto de parcerias em torno de um objetivo que se prende com a formação de uma Rede de Bibliotecas em Torres Novas (RBTN).</p> <p>Do SABE fazem parte todas as Bibliotecas Escolares representadas pelas professoras bibliotecárias de cada agrupamento escolar, as escolas e os respetivos agrupamentos escolares a que pertencem, bem como o Município de Torres Novas, através das Bibliotecas Municipais. No sentido de concretizar as práticas de trabalho da RBTN, o Grupo de Trabalho, foi encontrando em sede própria os seus próprios desafios, enquanto parceiros de um trabalho que se quer comum em prol da comunidade escolar e local do concelho.</p>	Sem dados

⁷⁷ Estes dados são apenas referentes aos alunos do ensino regular, os alunos dos cursos profissionais são comparticipados a 100% pelo POCH não passando pelos serviços do município a validação do seu transporte.

Projeto	Descritivo	Número de alunos envolvidos
	<p>Assim, uma das práticas de trabalho reflete-se na carteira de atividades que todos os anos letivos o SABE apresenta à Comunidade escolar do concelho. Nos últimos três anos letivos o projeto apresentado SABE à nossa volta teve como objetivo levar as crianças e os jovens a participar ativamente nas diversas atividades que se promovem, permitindo-lhes uma consolidação de conhecimentos e novas aprendizagens que vão ao encontro de temas que se relacionam com a importância e hábitos de leitura, com o património histórico local e nacional. Estas atividades para a comunidade escolar têm subjacente a criação de conteúdos sobre o lugar, a paisagem, a região e o território, tendo como propósito divulgar e promover o património do concelho de Torres Novas, desenvolvendo abordagens que valorizam o seu património histórico e natural e tendo sempre como suporte livros para o público infantil editados pelo Município de Torres Novas, conforme a temática a explorar em cada atividade.</p> <p>Por isso, o real impacto deste serviço é: aproximar a comunidade escolar do património natural e histórico existente no concelho; capacitar os participantes de ferramentas, plasmadas nas atividades desenvolvidas, para uma melhor compreensão desse património.</p>	
Serviço educativo das Ruínas Romanas de Villa Cardílio	<p>As ruínas romanas de Villa Cardílio, situadas a cerca de três quilómetros de Torres Novas foram postas a descoberto pelas escavações a cargo do coronel Afonso do Paço, a partir de 1962. Estas escavações permitiram descobrir um conjunto de alicerces, bases de colunas e pavimentos ornamentados com diversos padrões de “tesselas” pertencentes a uma antiga quinta romana composta por três elementos principais: entrada, peristilo e exedra.</p> <p>A Villa Cardílio foi classificada como Monumento Nacional em 24 de janeiro de 1967. A entrada é gratuita e as visitas orientadas são sujeitas a marcação prévia.</p> <p>Neste momento, encontram-se encerradas temporariamente, devido a obras de valorização.</p>	N.º de visitantes com idade entre os 0 e os 14 anos: 2018 – 448; 2019 – 698; 2020 – 279; 2021 - 88
Serviço educativo do Canil/gatil	<p>O centro de recolha oficial de animais dos municípios de Torres Novas, Alcanena, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, faz a receção de animais, exame clínico médico-veterinário, reclamações/notificações/participações que envolvam os animais, e iniciativas no âmbito do bem-estar animal.</p> <p>Tem como objetivos: Ser um espaço acolhedor, que promova o bem-estar, a higiene e a qualidade de vida dos animais e promover iniciativas com vertente pedagógica e realizar campanhas de adoção de animais.</p> <p>Desenvolve programas com a comunidade que evidenciem a importância da posse responsável para que o número de abandonos diminua. Com estes programas pretende-se não só a aquisição, posse e criação responsável dos animais, mas também envolver afetivamente os seus proprietários para que diminuam os abandonos.</p> <p>Organiza: Campanhas de adoção regulares de forma a integrar novamente os animais na sociedade, sensibilizando a comunidade para o bem-estar animal; Visitas às escolas - a educação começa na infância e é neste grupo etário que se deve reforçar a sensibilização para os direitos dos animais.</p> <p>Estas visitas evidenciam quer o tratamento e higiene, como a importância da posse responsável de um animal; Visitas a instituições de ensino especial - de forma a sensibilizar os alunos, estes são ensinados a dar banho ou escovar um animal do CITN devidamente treinado; Visitas a lares de 3.ª idade - com animais do CITN devidamente treinados, visam proporcionar aos idosos visitas diferentes cheias de alegria e afeto; Encontro de animais adotados no CITN - este encontro conta com atividades diversas e workshops, de forma a promover tanto a adoção responsável como a redução do abandono; Dia do Animal - iniciativa organizada em outubro para promover a adoção, bem como divulgar as atividades realizadas pelo CITN.</p>	Sem dados

Projeto	Descritivo	Número de alunos envolvidos
Serviço educativo do Museu Municipal Carlos Reis	<p>Os serviços educativos do Museu Municipal Carlos Reis (MMCR) são uma resposta às funções museológicas da educação, em articulação com as funções de estudo, conservação e divulgação. Neste sentido a programação tem criado um museu vivo, conectado com a realidade local, nacional e internacional. Um museu que promove o convívio, o conhecimento e a criatividade, um museu que celebra a cultura com a comunidade local.</p> <p>Nos últimos anos o programa educativo do MMCR alicerçou o seu trabalho na comunidade científica, educativa e artística local, recorrendo ainda a investigadores que estudam temas conexos à coleção do museu ou à história do território onde este se insere. O mote para a interação com as comunidades locais tem coincidido com abertura de exposições, efemérides locais, nacionais ou do próprio museu.</p> <p>Têm sido desenvolvidas oficinas para a comunidade escolar de Torres Novas, abrangendo todos os níveis de ensino, famílias e público geral. Entre 2020 e 2022 foram desenvolvidas 41 oficinas no contexto artístico – exposições e residências artísticas (13), museológico – museu, coleções e etnografia (6) e científico – arqueologia e antropologia (15), ARL (7), para um universo de cerca de 2700 participantes.</p>	N.º de visitantes com idade entre os 0 e os 14 anos: 2018 – 1803; 2019 – 1582; 2020 – 675; 2021 - 847
Serviço Educativo do Teatro Virgínia	<p>Lab Criativo - Na senda do estímulo à criatividade e ao sentido crítico, o Lab Criativo do Teatro Virgínia propõe quebrar barreiras e abrir portas à palavra, à ideia, à partilha e a novas formas de olhar, num projeto que se quer em constante movimento.</p> <p>Além dos espetáculos para escolas e famílias, desenrolam-se atividades paralelas como oficinas, workshops e formações em sintonia com a programação que se instala. A par desta proposta estão os projetos com a comunidade que desafiam novos exploradores a transformar passos tímidos em gratificantes saltos criativos.</p>	2018 – 1515; 2019 – 706; 2020 – 323; 2021 – 1421; 2022 – 2045
SIGA - Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem	O SIGA é uma plataforma que permite gerir e acompanhar, online e de forma mais rápida e eficaz, os diversos serviços educativos, oferecidos pelo Município. A plataforma desenvolve-se em ambiente Web, e os encarregados de educação podem aceder à sua conta a qualquer hora e em qualquer lugar, a partir de um equipamento com ligação à internet, através das suas credenciais de acesso.	Sem dados
Torres Novas, Cidade Educadora	<p>Torres Novas é membro da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras desde 2006.</p> <p>Esta Rede é constituída por todos os municípios portugueses que são membros da Associação Internacional das Cidades Educadoras – AICE - e que subscreveram a Carta das Cidades Educadoras, incorporando nas suas práticas os princípios emanados no documento.</p> <p>O movimento das Cidades Educadoras surgiu em 1990, em Barcelona, durante a realização do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras. Aqui, representantes do poder local das cidades participantes concluíram que seria mais profícuo se trabalhassem em equipa, partilhando e desenvolvendo projetos e atividades em conjunto, tendo em vista a elevação dos níveis de bem-estar das suas populações e promovendo ações que visem o desenvolvimento integral dos seus municípios.</p> <p>Na sua génese, os princípios da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras são: a) “Ser instância de reflexão e debate dos Princípios da Carta das Cidades Educadoras e de coordenação e fomento de atividades promotoras destes princípios a nível municipal/nacional”; e b) “Procurar que os municípios portugueses incorporem esta filosofia de intervenção nas suas políticas, envolvendo e articulando transversalmente as intervenções das várias entidades e instituições que interagem nas cidades, procurando um trabalho educador a nível municipal e mais amplamente ainda, a nível nacional e internacional”.</p>	Sem dados

Projeto	Descritivo	Número de alunos envolvidos
Eco-Escolas	<p>O Programa Eco-Escolas é um programa internacional vocacionado para a educação ambiental, para a sustentabilidade e para a cidadania, que em Torres Novas é desenvolvido de forma partilhada entre a ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa), a Câmara Municipal de Torres Novas e as diversas escolas das redes pública e privada do concelho.</p> <p>Na prática, o programa pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pelas escolas em benefício do ambiente e da sustentabilidade. A sua metodologia, inspirada nos princípios da Agenda 21 local, visa garantir a participação das crianças e jovens na tomada de decisões, envolvendo-os assim na construção de uma escola e de uma comunidade mais sustentáveis.</p> <p>A Câmara de Torres Novas apoia este programa desde o ano letivo 2002/2003, assumindo, entre outros, os encargos com os custos de inscrição de cada escola ou a aquisição de materiais necessários para o desenvolvimento dos projetos apresentados pelos estabelecimentos de ensino.</p>	<p>Escolas Inscritas:</p> <p>2018/2019 - 7 2019/2020 - 9 2020/2021 - 8 2021/2022 - 9 2022/2023 - 9</p>
Transporte para as visitas de estudo	<p>O Município de Torres Novas comparticipa as visitas de estudo, a crianças de Jardim de Infância e a alunos do 1.º ciclo do ensino básico, que sejam beneficiários dos escalões 1 e 2 do abono de família, correspondentes aos escalões A e B da ação social escolar, conforme deliberação de câmara de 6 de março de 2018.</p> <p>São ainda apoiadas as visitas de estudo a todos os alunos, com a cedência do autocarro do Município.</p>	<p>Ed. Pré-escolar 2017/2018: Escolas - 6; Alunos - 93; 2018/2019: Escolas - 6; Alunos - 101; 2019/2020: Escolas - 3; Alunos - 39; 2020/2021: Escolas - 0; Alunos - 0; 2021/2022: Escolas - 1; Alunos - 31 1.º CEB: 2017/2018: Escolas - 6; Alunos - 264; 2018/2019: Escolas - 7; Alunos - 319; 2019/2020: Escolas - 3; Alunos - 147; 2020/2021: Escolas - 0; Alunos - 0; 2021/2022: Escolas - 1; Alunos - 28</p>
Aprender a andar (melhor) de bicicleta	<p>Através da disponibilização de bicicletas aos centros escolares e da celebração de um protocolo celebrado entre o Município e o Agrupamento de Escolas Gil Paes, em 2020, o projeto “Saber andar (melhor) de bicicleta no 1.º ciclo” visa promover a prática do ciclismo de forma abrangente, de forma a potenciar o uso da bicicleta em contexto escolar e favorecer padrões de mobilidade mais seguros e suaves junto das comunidades escolares.</p> <p>O projeto, em execução nas escolas daquele agrupamento, inclui o apoio à manutenção dos equipamentos, a instalação de suportes dedicados, o desenvolvimento de atividades de formação específica de aprendizagem e aperfeiçoamento desta competência essencial, incluindo o cumprimento das regras de trânsito de forma a incentivar a utilização da bicicleta nas deslocações casa-escola.</p> <p>O projeto teve início no ano letivo 2021/2022, com alunos do Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves.</p>	Sem dados

Projeto	Descritivo	Número de alunos envolvidos
Ciência sobre rodas	<p>Projeto de promoção do ensino experimental das ciências na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico. Este projeto consiste na deslocação de duas técnicas, uma de Geologia e uma de Biologia, a todos os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública concelhia, para dinamização de uma atividade semanal, em tempo letivo. A atividade dinamizada tem a duração de 45 minutos, nos grupos de pré-escolar, e 60 minutos, nas turmas de 1.º CEB.</p> <p>A deslocação é feita numa viatura elétrica, devidamente apetrechada com kits temáticos, e a atividade é dinamizada por uma "cientista", coadjuvada, ligando a ciência a outras áreas curriculares e do quotidiano.</p> <p>O projeto teve início no ano letivo 2019/2020.</p>	<p>Alunos envolvidos 2018/2019 – 384 (JI); 1080 (EB1)</p> <p>2019/2020 – 416 (JI); 1094 (EB1)</p> <p>2020/2021 – 427 (JI); 1041 (EB1)</p> <p>2021/2022 – 445 (JI); 1026 (EB1)</p> <p>2022/2023 – 465 (JI); 1097 (EB1)</p>
A descoberta do património natural do concelho	<p>Atividades interpretativas pelo património natural de Torres Novas. Estas atividades são dinamizadas por técnicas superiores do Município de Torres Novas, da área da Biologia e da Geologia e destinam-se a crianças que frequentam a educação pré-escolar a alunos do ensino secundário. Este projeto teve início no ano letivo 2021/2022.</p> <p>As várias visitas disponíveis são: À descoberta da biodiversidade do rio Almonda, À descoberta do Paul do Boquilobo, À descoberta das Pegadas dos Dinossauros, À descoberta dos tufo calcários e das Grutas de Lapas, À descoberta de Cardillium e dos Campos de Riachos, À descoberta da escarpa do Arrife e do sopé da Serra de Aire, À descoberta dos Moinhos da Pena e do património envolvente, À descoberta da fôrnea e do canhão fluviocársico da ribeira da Beselga.</p>	<p>1.º CEB – 666 alunos 2.º CEB – 165 alunos 3.º CEB - 160 alunos Secundário – 101 alunos</p>
Música no pré-escolar	<p>O Município de Torres Novas, em colaboração com os agrupamentos de escolas do concelho, tem dinamizado, desde o ano letivo 2008/2009, um projeto de expressão musical nos estabelecimentos de educação pré-escolar públicos. Com este projeto, todas as crianças da rede pública municipal têm uma aula de música por semana, inserida na componente educativa.</p> <p>Entre outros objetivos, pretende-se explorar os sons e ritmos, trabalhando diversas áreas, como a voz, o corpo, a criação musical e o desenvolvimento auditivo. Pretende-se, desta forma, apresentar a música como complemento nas primeiras aprendizagens, tendo em vista a promoção de conhecimentos artísticos, fomentando a motivação para os sentidos e abertura para as expressões artísticas.</p>	<p>Crianças envolvidas: 2018/2019 – 384 2019/2020 – 416 2020/2021 – 427 2021/2022 – 445 2022/2023 – 465</p>
Nas asas da Ciência	<p>Projeto desenvolvido pelo Município, em parceria com os dois agrupamentos de escolas e a Escola Profissional de Torres Novas e que conta, ainda, com a colaboração de várias entidades de âmbito regional, como os centros de ciência do Médio Tejo, os institutos politécnicos de Tomar e de Santarém, a Reserva Natural do Paul do Boquilobo ou o Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios, entre outros.</p> <p>Trata-se de uma Feira de Ciência, direcionada para o público escolar dos diversos graus de ensino, e também, para o público em geral e durante os dias do evento (2/3 dias) para além dos stands de exposição, são dinamizados workshops nas áreas da matemática, biologia, física, química, informática, robótica, entre outras, com o objetivo de promover a literacia científica e tecnológica junto de crianças e jovens e o contacto com as diferentes áreas da ciência.</p> <p>Assume-se, igualmente, como espaço de divulgação e apresentação de projetos no âmbito do ensino experimental das ciências, promovendo o envolvimento da comunidade. Até 2022, foram realizadas 3 edições do evento. Em 2021, devido à situação pandémica, Feira da Ciência realizou-se em formato online.</p>	<p>Edição 2020 – 1048 participantes Edição 2021 (online) – 3650 participantes Edição 2022 – 1007 participantes</p>

Projeto	Descritivo	Número de alunos envolvidos
Projeto Quokka	O projeto Quokka é um projeto de mediação e intervenção para o bem-estar e sucesso escolar em Torres Novas, direcionado para a educação Pré-Escolar e para o 1º Ciclo do ensino Básico e que consiste essencialmente em duas medidas: Prevenção do insucesso escolar e promoção das competências de aprendizagens para as crianças de 5 anos, no Pré-Escolar, e também para os alunos do 1.º ano do 1.º CEB; Promoção de competências socio emocionais, para as crianças de 5/6 anos do Pré-Escolar e todos os alunos do 1ºCiclo.	Aprendizagem – crianças de 5/6 anos pré-escolar e alunos do 1.º ano-1.º CEB
	Este projeto foi desenhado pelo Serviço de Educação do Município de Torres Novas e é desenvolvido por técnicos superiores de psicologia, afetos a este serviço. Tem como grande objetivo tornar todas as crianças mais felizes, potenciar e apoiar aprendizagens, no sentido de contribuir para o sucesso escolar, desde o início do seu percurso.	Socioemocionais - crianças de 5/6 anos pré-escolar e alunos do 1.º CEB
	Este projeto teve início no ano letivo 2022/2023.	(em ambos os casos, o projeto só é desenvolvido junto das crianças que tenham sido autorizadas)
Cidades Amigas das Crianças	"O Programa Cidades Amigas das Crianças constitui uma oportunidade para os municípios desenvolverem estratégias para pôr em prática os direitos dos cidadãos mais jovens no seu território. Uma Cidade Amiga das Crianças valoriza e estimula a participação de todas as crianças do município e o trabalho em rede entre sectores municipais e instituições do concelho, assente numa abordagem integrada e multissetorial." (in Guia para a construção de Cidades Amigas das Crianças - Comité Português para a UNICEF).	
	A adesão do Município ao Programa "Cidades Amigas das Crianças", da UNICEF, ocorreu em 16/05/2018, quando a Comissão Coordenadora do Programa aprovou o Plano de Ação Local (PAL) apresentado pelo município, que foi executado até 2021. Com a aprovação do PAL, foi atribuído a Torres Novas o selo "Cidades Amigas das Crianças".	
	A adesão do Município ao Programa "Cidades Amigas das Crianças", da UNICEF, tem contribuído, assim, para a adoção e implementação de políticas de âmbito local que promovam uma maior qualidade de vida dos cidadãos, e em particular das crianças, para que tenham uma participação ativa no processo, na perspetiva de reforço dos seus direitos.	

Fonte: Serviços de Educação do Município de Torres Novas (2022)

Estes projetos são alvo de ajuste e revisão anual, para irem ao encontro das necessidades da comunidade e de acordo com as políticas municipais de Educação.

Finalmente, será de assinalar o investimento progressivo que a autarquia tem efetuado para a atualização de equipamento tecnológico e de apoio às telecomunicações nas escolas e agrupamentos, cuja dimensão pode ser observada na tabela que se apresenta:

Tabela 68 – Equipamentos TIC adquiridos pela autarquia para as escolas

Ano	Equipamentos	Quantidade
2018	Projektor LED	10
	Computador portátil	30
	Tablet	64
	Câmara de filmar portátil	2
	Painel interativo	2

Ano	Equipamentos	Quantidade
2019	Solução de <i>firewall</i>	12
	Computador fixo	75
	Servidor	1
	Computador portátil	1
2020	Equipamento de rede <i>Access Point</i>	10
	Equipamento de rede <i>Switch</i>	7
	Quadro interativo	15
	Computador fixo	70
	Computador portátil	130
	<i>WebCams</i>	30
2021	Computador portátil	34
	Painel interativo	1
	Quadro interativo	1
	Banda Larga	30
	Colunas de Som	70
	<i>WebCams</i>	50
2022	Projetor de vídeo (curta distância)	20
	Painel interativo	20
	Computador fixo	66
	Armários de armazenamento (fixo) para portáteis	8
	Armários de armazenamento (móvel) para portáteis	5
	Painel interativo + Suporte	3
	Equipamento de rede <i>Access Point</i>	65
	Equipamento de rede <i>Switch</i>	17
2023 (previsto)	Telefone portátil	77
	Telefone fixo (operador)	12
	Telefone fixo (básico)	109
	Central telefónica	1

Fonte: Serviços de Educação do Município de Torres Novas (2022)

2. Projeções demográficas

2.1. Projeções da população

Neste ponto da Carta Educativa procede-se à sistematização das principais projeções demográficas efetuadas para os territórios da Região Centro, Médio-Tejo e Município de Torres Novas.

Para enquadramento da evolução a longo prazo (2080) a nível nacional e para a Região Centro, é apresentada a projeção da população residente realizada pelo INE e respetivas pirâmides etárias para os anos de 2025, 2035, 2055 e 2080. Em seguida, apresenta-se a projeção demográfica do Eurostat para a Região Médio-Tejo para os anos de 2030 e 2050. Por último, procede-se a uma análise mais detalhada da projeção demográfica realizada pela CCDR Centro para a Região Médio-Tejo e Município de Torres Novas, ambas para o ano de 2030.

Uma vez que a metodologia de cada uma das projeções relevantes para este exercício são diferentes, encontra-se em seguida uma síntese das mesmas. A apresentação destas diferentes projeções serve o propósito de balizar cenários para a população no concelho com o horizonte de 2031 que é aquele mais relevante para o propósito da carta educativa: dimensionar cenários possíveis de evolução da população escolar. Por outro lado, tem também o objetivo de demonstrar que não há projeções certas ou erradas, as projeções são cenários cujo resultado depende da metodologia utilizada e, se há tendências comuns, os resultados exatos das projeções em termos de dimensionamento da população serão sempre aproximações imperfeitas.

Tabela 69 – Síntese metodológica das projeções demográficas

Fonte	Tipo de projeção	Território	Anos de análise	Desagregação	Data de realização/ atualização
INE - Projeções de população residente	4 Cenários segundo as hipóteses de evolução das componentes do índice sintético de fertilidade, esperança de vida à nascença e saldo migratório: - Baixo - Central - Alto - Sem migrações	NUTS II Centro	2020 -2080	População total Por sexo Por ano de idade	31.03.2020
Eurostat EUROPOP 2019	Cenário base com 5 testes de sensibilidade em termos de migração, fertilidade e mortalidade	NUTS III - Médio Tejo	2019-2100	População total Por sexo Por ano de idade	23.04.2021
CCDR Centro	3 Cenários: - População fechada - Saldo migratório moderado - Saldo migratório otimista	NUTS IV - Município Torres Novas	2020-2030	População total Por sexo Por grupos etários quinquenais	24.06.2022

Fonte: Elaboração própria

2.1.1. Projeções da população residente INE

A projeção da população residente realizada pelo INE para o território nacional e ao nível de NUTS II apresenta quatro cenários⁷⁸, sendo de destacar o seguinte:

- assiste-se a uma diminuição da população residente em Portugal em todos os cenários, com exceção do cenário alto. No cenário central, em 2080 Portugal terá cerca de 8,2 milhões de indivíduos face aos 10,3 milhões registados nos censos de 2021. No cenário alto terá cerca de 10,5 milhões em 2080;
- a Região Centro terá uma diminuição da população em todos os cenários, passando de 2 227 577 indivíduos (censos 2021) para 1 515 938 em 2080. No cenário alto a população diminui para 1 996 929, podendo mesmo chegar a apenas 1 071 048 indivíduos no cenário baixo;
- o número de idosos (65 e mais anos) em território nacional aumentará de 2,4 milhões em 2021 para 3,0 milhões em 2080 no cenário central;
- na Região Centro, o número de idosos aumenta de 602 257 indivíduos para 611 585 em 2080;
- o número de jovens (0-14 anos) em Portugal diminui de 1,3 milhões em 2021 para cerca de 1,0 milhões em 2080 no cenário central. Mesmo no cenário alto (com uma evolução otimista da fecundidade, otimista da mortalidade e otimista das migrações) a população jovem não ultrapassa os 1,5 milhões em 2080;
- na Região Centro, o número de jovens passa de 263 438 em 2021 para 160 646 em 2080. Também no cenário alto a população jovem mantém a sua tendência de diminuição, com uma projeção de 250 476 jovens em 2080;
- note-se que, dada a diminuição da população jovem e o aumento da população idosa, o índice de envelhecimento em Portugal aumenta para cerca de 300 idosos por cada 100 jovens em 2080 e, na Região Centro, aumenta para cerca de 381 idosos por cada 100 jovens;
- a população em idade ativa (15 a 64 anos) no território nacional diminuirá de 6,6 em 2021 para 4,2 milhões de indivíduos em 2080 no cenário central;
- a Região Centro assiste a uma diminuição da população em idade ativa de 1 361 872 indivíduos em 2021 para 743 707 em 2080 no cenário central. Mesmo no cenário alto, a Região Centro vê diminuir a população em idade ativa para 1 015 215 indivíduos em 2080.

No que releva deste exercício para a Carta Educativa de Torres Novas, importa sublinhar que a Região Centro apresenta taxas de variação negativas da população total em todos os cenários com uma diferença de cerca de 10 p.p. face à situação para o país em todos os cenários. Mesmo no cenário alto, a região perde 10% da população enquanto Portugal ganha 2%. No escalão etário mais jovem, 0-14 anos, a diferença aprofunda-se e, no cenário alto, o mais otimista, Portugal ganha 11% de população neste grupo etário e a Região Centro perde 5%.

⁷⁸ CENÁRIO CENTRAL - Neste cenário foram consideradas as hipóteses de evolução central da fecundidade, central da mortalidade e central das migrações. CENÁRIO BAIXO - Neste cenário são consideradas as hipóteses pessimista para a fecundidade, pessimista para mortalidade e pessimista para as migrações. CENÁRIO ALTO - Este cenário resulta da combinação das hipóteses de evolução otimista da fecundidade, otimista da mortalidade e otimista das migrações. CENÁRIO SEM MIGRAÇÕES - Um cenário idêntico ao cenário central, mas sem migrações (INE).

Tabela 70 – Projeções da população residente 2080 – Portugal e NUTS II Centro, por cenários e grandes grupos etários

Portugal e NUTS II	Cenários de projeção	População total	Taxa de variação face a 2021 (%)	População 0-14 anos	Taxa de variação face a 2021 (%)	População 5-64 anos	Taxa de variação face a 2021 (%)	População 65 e mais anos	Taxa de variação face a 2021 (%)
Portugal	Baixo	6 057 479	-41	651 215	-51	2 993 225	-55	2 413 039	0
	Central	8 216 015	-21	1 007 772	-24	4 182 206	-37	3 026 037	20
	Alto	10 555 447	2	1 480 200	11	5 484 499	-17	3 590 748	32
	Sem migrações	6 905 483	-33	793 690	-40	3 460 908	-47	2 650 885	9
Centro	Baixo	1 071 048	-52	92 780	-65	495 953	-64	482 315	-20
	Central	1 515 938	-32	160 646	-39	743 707	-45	611 585	2
	Alto	1 996 929	-10	250 476	-5	1 015 215	-25	731 238	21
	Sem migrações	1 278 254	-43	125 324	-52	612 282	-55	540 648	-10

Fonte: INE, Projeções de População Residente 2018-2080

A trajetória demográfica para cada um dos cenários expressa nas pirâmides etárias para os anos de 2025, 2035, 2055 e 2080 demonstram a progressiva diminuição da população jovem e da população ativa a par de um aumento da população idosa, com um acentuado envelhecimento demográfico.

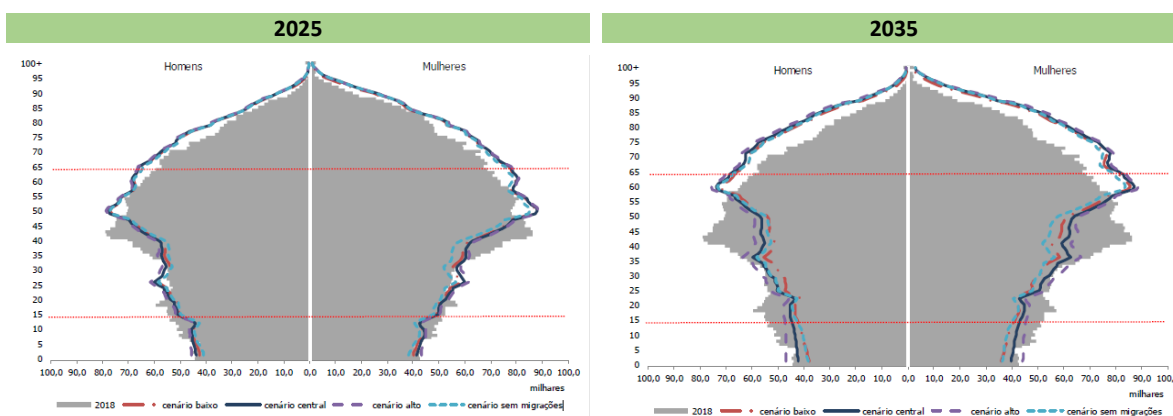


Figura 70 - Pirâmides etárias, Portugal, 2018 (estimativas), 2025 e 2035 (projeções por cenários)

Fonte: INE, Projeções de População Residente 2018-2080

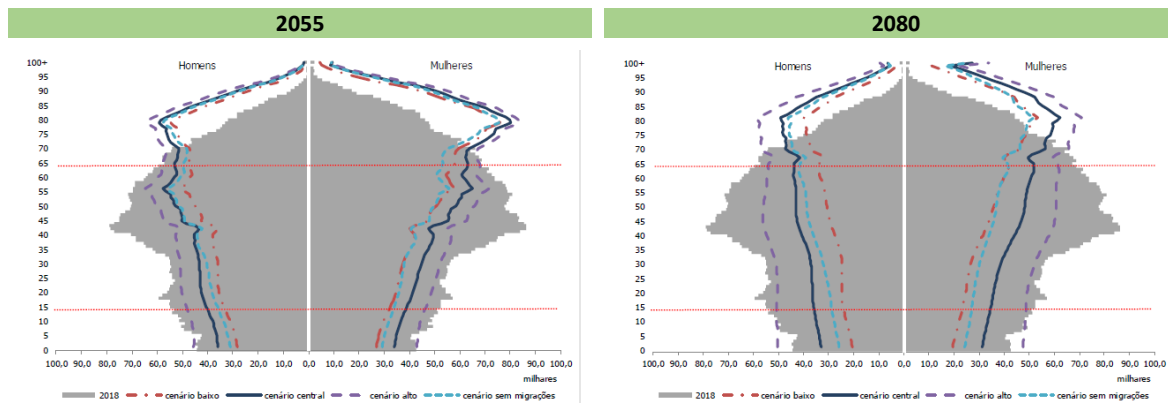


Figura 71 - Pirâmides etárias, Portugal, 2018 (estimativas), 2055 e 2080 (projeções por cenários)
Fonte: INE, Projeções de População Residente 2018-208

2.1.2. Projeções demográficas do Eurostat

As projeções demográficas do Eurostat para a NUTS III do Médio Tejo, também realizadas ainda antes da operação Censos 2021, permitem identificar as mesmas trajetórias evidenciadas na projeção da população residente do INE para o território nacional e NUTS II da Região Centro. Assim, no Médio Tejo:

- a população total diminui progressivamente, passando de cerca de 231 mil indivíduos em 2020 para cerca de 153 mil em 2080;
- o número de jovens (0-14 anos) diminui quase 10 mil entre 2020 e 2080, passando de um total de 26 596 para 16 982 jovens. Face a 2020, a população nesta faixa etária apresenta uma variação negativa de -8% em 2025, de -11% em 2030 e de -12% em 2035;
- a população ativa (15-64 anos) sofre uma forte diminuição de cerca de 46% no período em análise, registando-se uma projeção de menos de cerca 66 mil indivíduos em 2080. Neste grupo, face a 2020, a população apresenta uma variação negativa de -4% em 2025, -10% em 2030 e de -16% em 2035;
- a população idosa (com mais de 65 anos) aumenta progressivamente até 2050, atingindo um máximo de 69 431 indivíduos (mais 9 462 face a 2020, o que representa um aumento de 16%) e depois diminui até 2080, com uma projeção de 57 250 indivíduos (menos 2 719 face a 2020, o que representa uma diminuição de 5%).

Comparando com as projeções do INE para 2080, o Médio Tejo perde um pouco mais de população de que a Região Centro se tivermos em conta o cenário central, porventura o mais realista, (-34% face a -32%), mas perde um pouco menos na faixa etária 0-14 (-36% face a -39%) e um pouco mais na faixa etária da população ativa (-46% face a -45%).

As projeções para a região NUTIII são, assim, igualmente penalizadoras, e representam uma perda progressiva e quase exponencial da população.

Tabela 71 – Projeções da população da Região Médio-Tejo 2020-2080, por sexo e grandes grupos etários

Ano	Sexo	População total	0-14 anos	15-64 anos	65 e mais anos
2020	Total	231 944	26 594	145 381	59 969
2025	Total	225 320	24 397	139 843	61 080
	Taxa de variação face a 2020 (%)	-3	-8	-4	2
2030	Total	218 725	23 616	131 151	63 958
	Taxa de variação face a 2020 (%)	-6	-11	-10	7
2035	Total	212 812	23 448	122 767	66 597
	Taxa de variação face a 2020 (%)	-8	-12	-16	11
2050	Total	192 824	20 258	103 135	69 431
	Taxa de variação face a 2020 (%)	-17	-24	-29	16
2055	Total	185 151	19 009	99 221	66 921
	Taxa de variação face a 2020 (%)	-20	-29	-32	12
2080	Total	153 456	16 982	79 224	57 250
	Taxa de variação face a 2020 (%)	-34	-36	-46	-5

Fonte: Eurostat, EUROPOP2019 [PROJ_19RP3__custom_3299492]

2.1.3. Projeções demográficas da CCDR Centro

Por último, iremos proceder à análise das projeções demográficas para o Município de Torres Novas realizadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com base em 3 cenários, a saber:

- Cenário de População Fechada – projeções da população com base nos nascimentos e óbitos (saldos migratórios nulos);
- Cenário 1 – existência de Saldos Migratórios positivos (moderado);
- Cenário 2 – existência de Saldos Migratórios positivos (otimista).

No cenário de população fechada:

- existe uma diminuição da população de cerca de 6% (menos 2 046 indivíduos). Esta redução é equivalente à verificada para o Médio Tejo na projeção efetuada pelo Eurostat;
- o grupo etário dos 0-14 anos perde -9% da população, um pouco menos que o Médio Tejo (-11%) no cenário Eurostat para 2030;
- os grupos etários com idades inferiores a 24 anos, registam todos uma diminuição da população até 2030, sendo entre os 10 e os 19 anos que a população jovem é mais afetada;
- os grupos etários onde se verifica uma diminuição da população mais acentuada na projeção até 2030, são o dos 40-44 anos (-33%), o dos 45-49 anos e 15-19 anos (ambos com -25%) e o dos 35-39 anos (menos 23%);

- os grupos etários acima dos 65 anos registam todos um aumento da população até 2030, com destaque para os 80-84 anos (aumento de 10%) e os mais de 85 anos (aumento de 23%);
- os grupos etários dos 25-29 anos e 30-34 anos registam um aumento de 14% e de 9%, respetivamente.

Este cenário significa que a população escolar em Torres Novas diminuirá até 2030 com impactos diferenciados nos diferentes níveis de ensino:

- (i) moderados nos ensinos pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, uma vez que as faixas etárias correspondentes apresentam uma redução da população que oscilam entre os -4% (0-4 anos) e -1% (5-9 anos);
- (ii) expressivos nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, na medida em que as perdas de população na faixa etária entre os 10-14 anos são de -19% e na faixa etária entre os 15-19 anos são de -25%. Acresce que neste contexto não há capacidade de amortecer esta quebra como aquele que aconteceu em virtude do aumento da escolaridade obrigatória aos 18 anos, uma vez que as taxas de escolarização estabilizaram e o abandono escolar é diminuto, pelo que não é ao nível do sistema educativo que se podem promover políticas que permitam um aumento da população escolar.

Nos cenários 1 e 2, com movimentos migratórios positivos:

- a diminuição da população mantém-se, mas é menos expressiva, na medida em que é de -1,9% no cenário 1 (com saldo migratório positivo moderado) e de -1,1% no cenário 2 (com saldo migratório positivo otimista);
- o grupo etário dos 0-14 anos perde, no cenário 1, -6% da população e, no cenário 2, -5%. Entre os 3 cenários trabalhados, este grupo etário tem perdas que oscilam entre os -9% e os -5%;
- nestes cenários a população até aos 24 anos diminui igualmente, com exceção do grupo etário dos 5-9 anos, que regista um aumento de 2% no cenário 1 e de 3% no cenário 2. Este grupo já no cenário população fechada perde apenas -1%, pelo que é aquele com uma tendência de evolução mais estável;
- o grupo etário dos 40-44 anos continua a ser aquele com a maior diminuição, mas, novamente, menos intensa do que a registada no cenário de população fechada: -26% no cenário 1 e -25% no cenário 2, face a -33% no cenário de população fechada;
- a população idosa (com mais de 64 anos) aumenta proporcionalmente mais nestes cenários com migrações do que no cenário de população fechada.

Estes cenários mais otimistas significam que a população escolar em Torres Novas diminuirá sensivelmente até 2030 com impactos diferenciados nos diferentes níveis de ensino:

- (i) moderado no ensino pré-escolar, associado a uma quebra da população dos 0-4 anos entre -5% (cenário 1) e -3% (cenário 2);
- (ii) moderado no 1º ciclo do ensino básico, com um aumento ligeiro da população na faixa etária dos 5-9 anos de 2% (cenário 1) e de 3% (cenário 2);
- (iii) expressivos nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, na medida em que as perdas de população na faixa etária entre os 10-14 anos são de -14% (cenário 1) e -12% (cenário 2) e na faixa etária entre os 15-19 anos são de -19% (cenário 1) e -17% (cenário 2).

Tabela 72 - Projeções Demográficas até 2030 por Sexo e Grupo Etário quinquenal, no Município de Torres Novas

Grupos Idades	População fechada ⁷⁹							Cenário 1 ⁸⁰ (moderado)								Cenário 2 ⁸¹ (otimista)							
	H_20	M_20	HM_20	H_30	M_30	HM_30	VarHM	H_20	M_20	HM_20	H_30	M_30	HM_30	Mig	VarHM	H_20	M_20	HM_20	H_30	M_30	HM_30	Mig1	VarHM
Torres Novas	16 248	17 862	34 110	15 313	16 751	32 064	-6%	16 248	17 862	34 110	15 825	17 625	33 450	686	-2%	16 248	17 862	34 110	15 969	17 770	33 739	834	-1%
0-4	664	626	1 290	637	600	1 237	-4%	664	626	1 290	632	597	1 229	1	-5%	664	626	1 290	644	607	1 251	15	-3%
5-9	644	604	1 248	634	596	1 230	-1%	644	604	1 248	654	614	1 268	37	2%	644	604	1 248	663	624	1 287	48	3%
10-14	843	753	1 596	664	625	1 289	-19%	843	753	1 596	709	667	1 376	56	-14%	843	753	1 596	720	679	1 399	69	-12%
15-19	889	768	1 657	644	604	1 248	-25%	889	768	1 657	696	654	1 350	49	-19%	889	768	1 657	706	662	1 368	57	-17%
20-24	843	836	1 679	841	753	1 594	-5%	843	836	1 679	841	766	1 607	-41	-4%	843	836	1 679	852	773	1 625	-31	-3%
25-29	725	730	1 455	886	766	1 652	14%	725	730	1 455	815	732	1 547	-65	6%	725	730	1 455	826	743	1 569	-53	8%
30-34	778	759	1 537	840	834	1 674	9%	778	759	1 537	778	815	1 593	-17	4%	778	759	1 537	791	829	1 620	-3	5%
35-39	913	959	1 872	721	727	1 448	-23%	913	959	1 872	718	759	1 477	40	-21%	913	959	1 872	731	774	1 505	56	-20%
40-44	1 074	1 184	2 258	771	753	1 524	-33%	1 074	1 184	2 258	829	834	1 663	96	-26%	1 074	1 184	2 258	841	847	1 688	107	-25%
45-49	1 233	1 249	2 482	899	952	1 851	-25%	1 233	1 249	2 482	972	1 052	2 024	82	-18%	1 233	1 249	2 482	985	1 062	2 047	93	-18%
50-54	1 164	1 239	2 403	1 044	1 173	2 217	-8%	1 164	1 239	2 403	1 098	1 252	2 350	54	-2%	1 164	1 239	2 403	1 106	1 262	2 368	62	-1%
55-59	1 205	1 321	2 526	1 184	1 232	2 416	-4%	1 205	1 321	2 526	1 235	1 297	2 532	54	0%	1 205	1 321	2 526	1 243	1 305	2 548	62	1%
60-64	1 150	1 298	2 448	1 092	1 215	2 307	-6%	1 150	1 298	2 448	1 136	1 296	2 432	66	-1%	1 150	1 298	2 448	1 140	1 302	2 442	70	0%
65-69	1 132	1 258	2 390	1 113	1 273	2 386	0%	1 132	1 258	2 390	1 167	1 373	2 540	78	6%	1 132	1 258	2 390	1 170	1 377	2 547	82	7%
70-74	1 040	1 189	2 229	1 045	1 225	2 270	2%	1 040	1 189	2 229	1 122	1 329	2 451	95	10%	1 040	1 189	2 229	1 125	1 333	2 458	97	10%
75-79	820	1 096	1 916	931	1 147	2 078	8%	820	1 096	1 916	1 001	1 234	2 235	55	17%	820	1 096	1 916	1 003	1 236	2 239	56	17%
80-84	595	929	1 524	706	973	1 679	10%	595	929	1 524	748	1 030	1 778	45	17%	595	929	1 524	749	1 031	1 780	46	17%
85+	536	1 064	1 600	661	1 303	1 964	23%	536	1 064	1 600	674	1 324	1 998	1	25%	536	1 064	1 600	674	1 324	1 998	1	25%

Fonte: Projeções Demográficas 2030 – CIM Médio Tejo (CCDR, 2022)

Legenda: H_20: Homens 2020; M_20: Mulheres 2020; HM_20: Homens e Mulheres 2020; H_30: Homens 2030; M_30: Mulheres 2030; HM_30: Homens e Mulheres 2030; VarHM: Variação (%) da População Total entre 2020 e 2030, Mig: Saldo Migratório entre 2020 e 2030.

⁷⁹ Cenário de População Fechada – projeções da população com base nos Nascimentos e Óbitos (Saldos Migratórios nulos)

⁸⁰ Cenário 1 – existência de Saldos Migratórios positivos (moderado)

⁸¹ Cenário 2 – existência de Saldos Migratórios positivos (otimista)

Estes cenários populacionais para Torres Novas com um horizonte de 2030 não indiciam poder gerar qualquer tipo de necessidade em termos de rede escolar. Como veremos adiante, as taxas de ocupação das escolas revelam pressão localizada apenas ao nível do 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundário que resulta de desequilíbrios na distribuição da população do concelho e no nível de atração das escolas que poderão ser corrigidas sem que para tal seja necessário expandir as infraestruturas ou a rede e que, se não houvesse qualquer atuação, o tempo corrigiria.

2.2. Projeções da população escolar

As projeções oficiais para a população escolar da DGEEC/ME são publicadas anualmente, mas abrangem apenas os níveis territoriais NUT II e NUT III. Estão publicadas previsões para a educação pré-escolar até ao ano letivo 2023/2024 e, para os restantes níveis de ensino, até 2025/2026. Estas previsões abrangem o ensino público e o ensino privado e projetam os alunos por ano de escolaridade e por tipo de oferta, isto é, ofertas de ensino geral e outras ofertas (que incluem o ensino artístico e o ensino profissional).

Tabela 73 – Síntese metodologia das projeções demográficas para a população escolar

Fonte	Tipo de projeção	Território	Anos de análise	Desagregação	Data de realização/atualização
DGEEC - Previsão do número de alunos no Ensino Básico e Secundário em Portugal continental por regiões, 2020/26	Baseia-se no número de nados vivos e na proporção de alunos do mesmo ano escolar do ano letivo anterior. Cenário que pressupõe: a) estabilidade económica e de fluxos migratórios, face aos anos anteriores; b) "neutralidade de políticas", ou seja, tendo apenas em conta fatores demográficos, mas mantendo inalterados os padrões de oferta e de procura nos diferentes níveis/ciclos	NUTS III - Médio Tejo	2020/2021 - 2025/2026	Previsão do número de alunos de Educação Pré-Escolar por idade e região, 2019/20 a 2023/24 Previsão do número de alunos do Ensino Básico por ano letivo, ano curricular, natureza do estabelecimento de ensino e região, 2019/20 a 2025/26 Previsão do número de alunos do Ensino Secundário por ano letivo, ano curricular, natureza do estabelecimento de ensino e região, 2019/20 a 2025/26 Previsão do número de alunos do Ensino Secundário (Outras ofertas) ano curricular, natureza do estabelecimento de ensino e região, 2019/20 a 2025/26	02.2022

Fonte: Elaboração própria

Apresentam-se em seguida as tabelas das previsões da população escolar, realizadas pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) ao nível de NUTS III Médio Tejo e até ao ano letivo 2025/26⁸². Face aos dados apresentados importa referir:

⁸² Para a população em idade da educação pré-escolar, apenas se encontra disponível até ao ano letivo 2023/24.

- na educação pré-escolar, a Região Centro perde -0,4% de alunos entre 2022/2023 e 2023/2024, sendo que essa perda atinge mais o ensino privado (-0,6%) do que o ensino público (-0,3%). Em sentido contrário, o Médio Tejo vê crescer 0,8% a população na educação pré-escolar nos dois anos em análise, e esse crescimento é ligeiramente superior no ensino privado (0,9%) do que no ensino público (0,8%). Este crescimento é mais expressivo na população com 5 anos;
- no 1º ciclo do ensino básico da Região Centro, a população escolar cresce 0,3% entre 2022 e 2025 e cresce mais no ensino privado (0,4%) do que no ensino público (0,3%). O Médio Tejo vê decrescer essa mesma população escolar -2,6% e esse crescimento é menor no ensino privado (-2,3%) do que no ensino público (-2,6%). Especificamente, esse decréscimo é superior no 1º ano (-6% no ensino público no Médio Tejo) do que nos restantes anos da escolaridade do 1º CEB;
- no 2º ciclo do ensino básico, a Região Centro perde -12% dos alunos entre 2022 e 2025, mais no ensino público (-12%) que no ensino privado (-11%), e o Médio Tejo perde mais do que a Região Centro (-13%), em igual proporção na rede pública e na rede privada. Nos dois anos de escolaridade que compõem o 2º ciclo, no Médio Tejo o 6º ano perde mais do que o 5º ano, -14% e -12% respetivamente;
- no 3º ciclo do ensino básico, quer a Região Centro, quer a Região do Médio Tejo, perdem população escolar entre 2022 e 2025, respetivamente -11% e -12%. A redução de população no Médio Tejo afeta sobretudo o 7º ano (-16%), ano inicial de ciclo;
- no ensino secundário, em ofertas de Cursos Científico-Humanísticos e Ensino Artístico Especializado, a Região Centro perde 7% dos alunos e o Médio Tejo perde 10% entre 2022 e 2025;
- nas outras ofertas do ensino secundário, sendo que nestas são considerados o ensino profissional, os Cursos de Educação e Formação e os Cursos de Aprendizagem oferecidos pelo IEFP, a Região Centro perde exatamente a mesma proporção que na restante oferta de ensino secundário (-7%) enquanto o Médio Tejo perde menos (-8%) o que significa que a região do Médio Tejo recupera em termos de proporção de alunos do ensino secundário em ofertas de dupla certificação, cujo objetivo nacional é de 50%.

Admitindo que Torres Novas não irá apresentar uma evolução muito díspar daquela que é a média do Médio Tejo, e considerando as projeções demográficas para o concelho de Torres Novas apresentadas no ponto anterior, podemos concluir que há tendências comuns, nomeadamente:

- (i) haverá uma redução geral da população escolar em Torres Novas;
- (ii) esta redução terá impactos com expressões distintas nos vários níveis de ensino;
- (iii) a redução da população no pré-escolar é moderada e será mais evidente a partir de 2026, sendo que, até lá, se pode perspetivar uma manutenção e mesmo um ligeiro crescimento;
- (iv) a redução da população escolar no 1º ciclo é também moderada, podendo rondar os 3%;
- (v) uma redução expressiva no 2º e 3º ciclos do ensino básico acima de 10 p.p.;
- (vi) uma redução expressiva no ensino secundário que é superior à da região e que ultrapassa os 15%, aspeto que só pode ser contrariado com uma aposta na criação de condições de atratividade das ofertas de ensino secundário no concelho.

Importa referir que estas projeções são, por definição, aproximações. Se, por um lado, as projeções demográficas para o concelho são uma aproximação aos quantitativos da população escolar (uma vez que não consideram os movimentos de atração de população de outros concelhos e de perda de alunos para outros concelhos), por outro lado, as projeções da população escolar desenvolvidas pelo

Ministério da Educação, porque são para a Região NUT III, são valores médios (e sabemos que há diferenças intrarregionais importantes), pelo que a situação de Torres Novas não será exatamente a da região mas, eventualmente, sensivelmente melhor.

Tabela 74 – Previsão do número de alunos de Educação Pré-Escolar por idade e região, 2022/23 e 2023/24

Região	2022/23										2023/24									
	Total		3 ANOS		4 ANOS		5 ANOS		6 ANOS		Total		3 ANOS		4 ANOS		5 ANOS		6 ANOS	
	Pub ⁸³	Priv ⁸⁴	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv
Centro	28 527	21 848	7 571	7 652	9 366	7 225	10 099	6 530	1 490	442	28 441	21 726	7 519	7 578	9 265	7 134	10 195	6 580	1 462	435
Médio Tejo	3 260	1 694	954	573	1 068	569	1 071	504	166	47	3 287	1 709	968	582	1 032	550	1 135	535	151	43

Fonte: DGGEC - Previsão do número de alunos no Ensino Básico e Secundário em Portugal continental por regiões, 2020/26

Tabela 75 – Previsão do número de alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, por ano letivo, ano curricular, natureza do estabelecimento de ensino e região, 2022/23 a 2025/26

Região	2022/23										2023/24									
	Total		1.º ano		2.º ano		3.º ano		4.º ano		Total		1.º ano		2.º ano		3.º ano		4.º ano	
	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv
Centro	62 590	4 379	16 062	1 160	16 085	1 087	15 196	1 091	15 247	1 041	62 507	4 388	15 799	1 136	16 288	1 097	15 566	1 133	14 853	1 022
Médio Tejo	6 191	441	1 616	115	1 535	110	1 509	123	1 532	93	6 068	435	1 495	106	1 587	114	1 516	124	1 471	90

Região	2024/25										2025/26									
	Total		1.º ano		2.º ano		3.º ano		4.º ano		Total		1.º ano		2.º ano		3.º ano		4.º ano	
	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv
Centro	62 896	4 423	15 885	1 144	16 039	1 075	15 770	1 143	15 202	1 060	62 779	4 398	15 730	1 126	16 114	1 082	15 542	1 120	15 394	1 070
Médio Tejo	6 071	436	1 553	111	1 474	105	1 566	129	1 478	92	6 030	431	1 517	108	1 526	110	1 459	118	1 527	95

Fonte: DGGEC - Previsão do número de alunos no Ensino Básico e Secundário em Portugal continental por regiões, 2020/26

⁸³ Pub – Estabelecimentos de ensino públicos.

⁸⁴ Priv – Estabelecimentos de ensino privados.

Tabela 76 – Previsão do número de alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico, por ano letivo, ano curricular, natureza do estabelecimento de ensino e região, 2022/23 a 2025/26

Região	2022/23						2023/24					
	Total		5.º ano		6.º ano		Total		5.º ano		6.º ano	
	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv
Centro	33 939	3 598	16 529	1 771	17 410	1 827	31 687	3 345	15 245	1 629	16 442	1 717
Médio Tejo	3 322	403	1 657	194	1 665	209	3 142	382	1 510	177	1 631	205

Região	2024/25						2025/26					
	Total		5.º ano		6.º ano		Total		5.º ano		6.º ano	
	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv
Centro	30 021	3 174	14 835	1 598	15 186	1 576	29 916	3 189	15 154	1 644	14 761	1 545
Médio Tejo	2 939	356	1 452	170	1 488	186	2 887	350	1 457	170	1 430	180

Fonte: DGGE - Previsão do número de alunos no Ensino Básico e Secundário em Portugal continental por regiões, 2020/26

Tabela 77 – Previsão do número de alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico, por ano letivo, ano curricular, natureza do estabelecimento de ensino e região, 2022/23 a 2025/26

Região	2022/23										2023/24									
	Total		Regular e artístico						Outras ofertas	Total		Regular e artístico						Outras ofertas		
			7.º ano		8.º ano		9.º ano					7.º ano		8.º ano		9.º ano				
	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv
Centro	54 625	7 107	18 054	2 046	17 654	1 942	17 748	2 070	1 169	1 049	53 138	6 889	17 486	1 957	17 573	1 942	16 938	1 967	1 140	1 024
Médio Tejo	5 568	757	1 829	262	1 788	211	1 845	228	105	56	5 332	723	1 716	244	1 786	213	1 728	212	102	55

Região	2024/25										2025/26									
	Total		Regular e artístico						Outras ofertas		Total		Regular e artístico						Outras ofertas	
			7.º ano		8.º ano		9.º ano						7.º ano		8.º ano		9.º ano			
	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv
Centro	51 516	6 678	16 534	1 844	17 019	1 863	16 850	1 970	1 113	1 000	48 810	6 308	15 295	1 690	16 106	1 753	16 322	1 888	1 087	978
Médio Tejo	5 175	703	1 677	239	1 675	198	1 725	213	98	53	4 887	661	1 538	217	1 637	194	1 618	199	94	50

Fonte: DGGE - Previsão do número de alunos no Ensino Básico e Secundário em Portugal continental por regiões, 2020/26

Tabela 78 – Previsão do número de alunos do Ensino Secundário, por ano letivo, ano curricular, natureza do estabelecimento de ensino e região, 2022/23 a 2025/26

Região	2022/23								2023/24							
	Total		10.º ano		11.º ano		12.º ano		Total		10.º ano		11.º ano		12.º ano	
	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv
Centro	36 038	3 177	12 643	1 030	11 956	1 038	11 439	1 109	35 190	3 111	12 624	1 031	11 503	1 003	11 064	1 077
Médio Tejo	3 963	715	1 393	241	1 310	235	1 260	239	3 851	695	1 353	234	1 279	230	1 220	231

Região	2024/25								2025/26							
	Total		10.º ano		11.º ano		12.º ano		Total		10.º ano		11.º ano		12.º ano	
	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv
Centro	34 117	3 014	12 010	973	11 463	1 002	10 643	1 039	33 485	2 969	11 981	983	10 924	947	10 580	1 039
Médio Tejo	3 694	667	1 263	218	1 242	223	1 189	226	3 582	645	1 265	219	1 162	207	1 155	219

Fonte: DGGE - Previsão do número de alunos no Ensino Básico e Secundário em Portugal continental por regiões, 2020/26

Tabela 79 – Previsão do número de alunos do Ensino Secundário – outras ofertas⁸⁵, por ano letivo, ano curricular, natureza do estabelecimento de ensino e região, 2022/23 a 2025/26

Região	2022/23								2023/24							
	Total		10.º ano		11.º ano		12.º ano		Total		10.º ano		11.º ano		12.º ano	
	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv
Centro	16 870	11 251	6 273	4 170	5 069	3 579	5 529	3 502	16 482	10 977	6 149	4 070	4 916	3 474	5 416	3 433
Médio Tejo	1 671	1 240	586	464	510	374	575	402	1 633	1 210	570	452	497	365	566	394

Região	2024/25								2025/26							
	Total		10.º ano		11.º ano		12.º ano		Total		10.º ano		11.º ano		12.º ano	
	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv	Pub	Priv
Centro	16 052	10 672	5 973	3 942	4 825	3 396	5 254	3 334	15 701	10 405	5 863	3 860	4 691	3 292	5 148	3 253
Médio Tejo	1 585	1 171	546	431	485	355	553	384	1 534	1 134	529	421	465	339	540	374

Fonte: DGGEC - Previsão do número de alunos no Ensino Básico e Secundário em Portugal continental por regiões, 2020/26

⁸⁵ Inclui os Cursos de Educação e Formação (CEF), cursos de aprendizagem e cursos profissionais

2.3. Uma projeção da evolução da população para as freguesias do concelho integradas nos dois territórios educativos dos dois Agrupamentos

2.3.1. Metodologia e pressupostos

A metodologia adotada para a realização desta projeção foi o modelo *cohort survival*, que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. No modelo, existem dois pressupostos de base:

- (i) a existência de um grupo etário e de um período de projeção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro;
- (ii) a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte. Num momento posterior tem subjacente uma equação de concordância em que a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os valores de nascimentos e imigrações e se subtraem os valores dos óbitos e emigrações (traduz o efeito do saldo natural e do saldo migratório na evolução da população).

Assim, foi necessário estudar a tendência do desenvolvimento populacional até 2022 para, posteriormente, se fazer uma projeção mais sólida do desenvolvimento esperado até 2030.

De modo a obter uma visão geral da evolução da população por faixa etária no concelho de Torres Novas, foi efetuada uma recolha de dados relativos ao recenseamento da população por grupos etários quinquenais, em 2011. Sendo esta a amplitude dos grupos, definimo-la também como a amplitude da projeção até 2021, de modo a aferir as tendências populacionais. Não foram utilizados dados dos Censos de 2021, uma vez que à data da realização das projeções estes eram ainda provisórios e porque não estão disponíveis para os grupos etários trabalhados.

Para o cálculo da população em 2016 (devido à amplitude de 5 anos), foi aferida a sobrevivência da população de cada coorte (i.e., foi verificado quantos indivíduos com idades compreendidas entre os 5 e os 9 anos em 2011, sobreviveram em 2016, transitando para a coorte seguinte, e assim sucessivamente). Este valor foi obtido pela subtração entre a população de cada coorte em 2011 e os óbitos da faixa etária durante o período 2011-2016 (valores praticamente nulos). De ressaltar que para a primeira coorte (0-4 anos), o seu valor para 2016 foi aferido pela soma dos nascimentos compreendidos entre 2011 e 2016, subtraindo-se os óbitos de indivíduos com idade inferior a 1 ano (mortalidade infantil). Note-se que os valores dos óbitos, por se encontrarem apenas disponíveis por faixa etária, foram desagregados por idade específica, dividindo o número de óbitos por classe etária pela amplitude da classe.

Assim, obteve-se a Taxa de Sobrevivência (quociente entre o número de indivíduos numa coorte no ano inicial (2011) e o número indivíduos na coorte seguinte no ano final (2016). Em seguida, foi obtida também a Taxa de Fertilidade, necessária para a elaboração da matriz de sobrevivência, e que é correspondente ao quociente entre o total de nascimentos por idade da mãe, em cada coorte e a população da mesma coorte no ano inicial (p.e. o número de nascimentos de mães pertencentes à coorte 30-35 anos, ao longo do período de análise, a dividir pelo número de indivíduos desta coorte em 2011).

A mesma metodologia foi adotada para o período 2016-2021, sendo os resultados de 2016 correspondentes ao descrito acima. Deste modo, foram obtidos os valores populacionais estimados

para 2021 por classe etária, bem como as tendências de evolução populacional na década 2011-2021, necessários para projetar a população residente por faixa etária para o ano 2031. Contudo, este valor foi obtido não pela projeção à escala do concelho, mas sim pela soma dos valores projetados para as freguesias, devido às especificidades das mesmas, evitando-se assim margens de erro maiores. O método utilizado para a projeção demográfica será explicado doravante.

Existindo mais que um Agrupamento de escolas no Concelho de Torres Novas, tornava-se necessário compreender a evolução da população à escala da freguesia. Contudo, considerou-se mais prudente agregar as freguesias do concelho em dois grandes grupos:

- (i) o Grupo Norte, correspondente sensivelmente à área de influência do AE Gil Paes, e que é constituído pelas freguesias de Assentis, Chancelaria, União das Freguesias de Olaia e Paço, Pedrógão, Zibreira e União das Freguesias de Torres Novas (São Pedro, Lapas e Ribeira Branca);
- (ii) o Grupo Sul, correspondente sensivelmente à área de influência do AE Artur Gonçalves, e que é constituído pela União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel, pela freguesia de Riachos, pela freguesia da Meia Via e pela União de Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago).

Outra questão prende-se com a desagregação do valor de população residente em 2011 por faixa etária à escala da freguesia. Ao contrário do concelho, em que os dados são disponibilizados em classes etárias de 5 anos regulares, os dados disponíveis relativos às freguesias estão em classes de 5 anos entre os 0 e os 24 anos (a idade mais importante para a projeção escolar) mas, a partir daí, apenas existem as classes “25-64 anos” e “maiores de 65 anos”. Tendo em conta que o método *cohort survival* exige classes etárias com a mesma amplitude, assumiu-se que a proporção de população por classe etária à escala da freguesia é semelhante à que se registou à escala do concelho. Assim, utilizaram-se os dados disponibilizados para as coortes situadas entre os 0 e os 24 anos, de modo a obter um maior rigor da população em idade escolar. Já para as coortes a partir dos 25 anos assumiu-se a proporcionalidade (i.e., como a coorte 25-29 anos no concelho corresponde a cerca de 10% da população situada entre os 25 e os 64 anos no concelho, a proporção à escala de freguesia é semelhante, ou seja, por exemplo, que a população dos 25 aos 29 anos no grupo Norte das Freguesias corresponde também a cerca de 10% da população total entre os 25 e os 64 anos no conjunto de freguesias, e assim sucessivamente. Esta foi a solução preconizada para fazer face à falta de dados disponibilizados com a desagregação pretendida, sabendo, contudo, que esta é indutora de maior erro de projeção, nomeadamente porque há uma distribuição diferenciada da população por grupo etário entre as freguesias mais rurais e mais urbanas. Porém, como este erro afeta outros grupos etários que não aqueles que constituem a população escolar, considerou-se de pouco impacto nos objetivos da projeção.

Assim, através do método de multiplicação de matrizes, fez-se a projeção por freguesia para o ano 2021 (dado ainda não existirem dados publicados a esta escala e com a desagregação pretendida, i.e., por grupo etário quinquenal). Para tal, utilizou-se para a primeira coorte, os valores da taxa de fecundidade, e para os restantes, a taxa de sobrevivência, multiplicada pelos valores populacionais de 2011, para chegar ao valor de 2016. O processo foi repetido para os 5 anos seguintes.

Em seguida, a projeção para 2031 teve em conta dois cenários distintos:

- (i) no cenário sem migrações, a metodologia assumiu que o saldo natural se manteria, para ambos os Grupos de freguesias, não tendo, contudo, a influência das migrações (*inputs* e *outputs*);

- (ii) no cenário alternativo, que regista uma influência maior do valor das migrações, tendo-se em conta as perdas populacionais para cada freguesia verificadas entre 2011 e 2021, assumiu-se, para o Grupo Norte, um agravamento dos movimentos demográficos, na generalidade negativos, pelo facto de as suas freguesias registarem os valores mais elevados de migrações. Neste caso, assumimos que os movimentos demográficos já registados cresceram 25%, ou seja, quase duplicaram, verificando-se, assim, perdas populacionais com algum relevo. Por seu turno, no Grupo Sul, constituído por freguesias mais urbanizadas e com tendências de perda populacional baixas ou praticamente nulas, em algumas freguesias, assumiu-se um desagravamento destes movimentos demográficos em cerca de 10%, verificando-se assim a possibilidade de perdas populacionais mais baixas, e até de alguns ganhos em certas faixas etárias.

Passado (2011 - 2021)	Presente (2021)	Futuro (2022 – 2031)
Definição da composição das coortes (2011-2015) (2016-2021)	Avaliação dos resultados relativamente à coorte	
	Definição dos novos coortes até 2031, mantendo a amplitude (2021-2025) (2026-2031)	Avaliação dos resultados da projecção do desenvolvimento demográfico

Figura 72 – Descrição da estratégia para a construção das coortes.

2.3.2. Resultados das projecções

Os resultados do exercício efetuado são apresentados nas tabelas seguintes que representam as projecções para as freguesias do Grupo Sul (Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel; Riachos; Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago); Meia Via) que, grosso modo, correspondem ao território de educativo do AE Artur Gonçalves ainda que este abranja parcialmente população da freguesia de São Pedro que aqui está associada ao Grupo Norte (Pedrógão, Zibreira, Torres Novas (São Pedro, Lapas e Ribeira Branca), Chancelaria, Assentiz e União das Freguesias de Olaia e Paço), este correspondendo, grosso modo, ao território educativo do AE Gil Paes.

Uma vez que os dados dos Censos de 2021 estão disponíveis para o concelho de Torres Novas e as suas freguesias, ainda que para coortes diferentes foi efetuada uma verificação dos resultados das projecções da população a 2021. Os resultados a que chegámos são bastante aproximados, contendo, ainda assim, ocasionais variações mais acentuadas em algumas coortes:

- (i) na coorte 0-14 anos o total de população projetada a 2021 para o concelho apresenta uma diferença de -5 pessoas face aos dados apresentados nos Censos 2021;
- (ii) na coorte 15-24 anos o total de população projetada a 2021 para o concelho apresenta uma diferença de +149 pessoas face aos dados apresentados nos Censos 2021;
- (iii) na coorte 25-64 anos o total de população projetada a 2021 para o concelho apresenta uma diferença de +820 pessoas face aos dados apresentados nos Censos 2021;
- (iv) na coorte + 65 anos o total de população projetada a 2021 para o concelho apresenta uma diferença de -708 pessoas face aos dados apresentados nos Censos 2021.

Se replicarmos o exercício para os dois agrupamentos de freguesias com que trabalhamos, verificamos que:

- (i) na coorte 0-14 anos o total de população projetada a 2021 para as freguesias do Grupo Sul apresenta uma diferença de -172 pessoas face aos dados apresentados nos Censos de 2021 e, para as freguesias do Grupo Norte, essa diferença é de +167 pessoas;
- (ii) na coorte 15-24 anos o total de população projetada a 2021 para as freguesias do Grupo Sul apresenta uma diferença de + 27 pessoas face aos dados apresentados nos Censos de 2021 e, para as freguesias do Grupo Norte, essa diferença é de + 122;
- (iii) na coorte 25-64 anos o total da população projetada a 2021 para as freguesias do Grupo Sul apresenta uma diferença de + 7 pessoas face aos dados apresentados nos Censos de 2021 e, para as freguesias do Grupo Norte, essa diferença é de + 803;
- (iv) na coorte + de 65 anos o total da população projetada a 2021 para as freguesias do Grupo Sul apresenta uma diferença de -362 pessoas face aos dados apresentados nos Censos de 2021 e, para as freguesias do Grupo Norte, essa diferença é de -346 pessoas.

Esta análise permite concluir que a projeção que efetuámos apresenta uma redução da população para o concelho mais severa no grupo mais idoso do que se verificou na realidade, sendo esse diferencial comum aos dois grupos de freguesia. Já, para o grupo etário da população 25-64 anos a projeção que efetuámos para 2021 apresenta um maior crescimento da população nesta coorte do que o que os Censos verificaram e esta diferença incide sobre o Grupo Norte. Daqui decorre que nas coortes que estão fora da população em idade escolar o concelho inverteu a tendência que resulta da aplicação dos movimentos demográficos registados ao longo da década e envelheceu mais na coorte de população em idade de reforma, ao mesmo tempo perdeu mais população em idade ativa (mas essa perda incide sobretudo nas freguesias norte do concelho). Aprofundou-se, assim, o desequilíbrio demográfico no concelho com o norte envelhecido e o sul onde se concentra a população mais jovem. Esse desequilíbrio reflete-se na população em idade escolar quando observada para estes agrupamentos de freguesias. Na coorte 0-14 anos, a projeção que realizámos para o concelho apresenta valores praticamente iguais aos verificados nos censos. Contudo, se declinados por grupos de freguesia verificamos que subestimamos o valor da população a sul e sobrestimámos a norte em valores relativamente equivalentes. Daqui decorre que parece haver efetivamente uma transferência da população mais jovem de norte para sul o que em termos de rede escolar significa eventualmente que a melhor resposta poderá passar pela reorganização dos territórios educativos e não tanto pelo reforço físico da rede. Já na coorte dos 15-24 anos em que a nossa projeção sobrestimou a população, verificamos que essa diferença face aos censos é residual nas freguesias Sul e incide sobretudo nas freguesias a Norte.

O facto de termos trabalhado nas coortes acima dos 25 anos com dados não reais da população por freguesia em coortes quinquenais e termos inferido a mesma proporção de população em cada coorte quinquenal, como sendo equivalente à registada para o concelho, explicará, em grande medida, estas diferenças registadas nas coortes 25-64 anos e + de 65 anos. Contudo, como para efeitos de carta educativa as coortes relevantes são as duas primeiras e, para estas, as diferenças registadas são mínimas, sobretudo à escala do concelho (e para a primeira que abrange a população em idade pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico), consideramos aceitável trabalhar sobre esta base. Desta forma, centraremos toda a análise na população dos 0 aos 19 anos e corrigiremos a interpretação dos resultados quando olhados para os grupos norte e sul de freguesias.

Se compararmos os resultados das projeções a que chegámos com as apresentadas em ponto anterior, elaboradas pela CCDRC para Torres Novas para 2030 nas mesmas coortes quinquenais, verificamos que o cenário população fechada equivalente ao nosso cenário de população projetada a 2031 sem migrações apresenta variações muito próximas entre as duas projeções nas coortes 10-14

anos e 15-19 anos, mas mais agravadas na nossa projeção para as duas coortes anteriores 0-4 anos e 5-9 anos. Os cenários alternativos não são comparáveis uma vez que desconhecemos os valores de ponderação utilizados no cenário saldos migratórios moderados e otimistas realizados na projeção da CCDRC.

O cenário alternativo que trabalhamos para os grupos de freguesias que designámos Grupo Sul, pressupôs uma suavização das tendências migratórias em 10%. Esta opção resultou do facto de a generalidade das freguesias deste grupo ter mostrado ligeiros ganhos e ligeiras perdas populacionais, com os movimentos de *input-output*, daí que se tenha optado por suavizar os valores migratórios. Esta suavização também permitiu minimizar a subestimação efetuada para a população neste grupo de freguesias que afetava a coorte 0-14 anos.

Este grupo de freguesias corresponde essencialmente às freguesias abrangidas pelo AE Artur Gonçalves. As populações naturalmente não coincidem exatamente, uma vez que, como vimos, as escolas atraem alunos de outras freguesias e mesmo de outros concelhos e também perdem alguns potenciais alunos. A população em idade escolar projetada para este território educativo oscila, em 2031, entre:

- os 555 e os 535 na coorte que engloba o ensino pré-escolar, mas que inclui também as crianças em idade de frequência de creche;
- os 508 e 482 na coorte que engloba o 1º ciclo do ensino básico.
- os 609 e os 601 na coorte equivalente ao 2º e 3º ciclo do ensino básico.
- os 625 e os 636 na coorte equivalente ao ensino secundário.

Em qualquer cenário e para todas as coortes, prevê-se uma redução da população que afetará todos os níveis de ensino de forma progressivamente mais severa à medida que se avança nas coortes.

Tabela 80 – Previsão da população a 2031 para as freguesias Grupo Sul em Torres Novas por coortes quinquenais

Coorte	População projetada a 2021	Saldo migratório (2011 a 2021)	População projetada a 2031 (sem migrações)	Cenário Alternativo (-10% das migrações)	Taxa de variação (%) 2021-2031 população projetada sem migrações	Taxa de variação (%) 2021-2031 cenário alternativo
0-4 anos	610	-199	555	535	-9	-12
5-9 anos	625	-264	508	482	-19	-23
10-14 anos	808	-83	609	601	-25	-26
15-19 anos	889	118	625	636	-30	-28
20-24 anos	889	51	806	811	-9	-9
25-29 anos	769	-231	886	863	15	12
30-34 anos	835	-309	886	855	6	2
35-39 anos	993	-294	763	734	-23	-26
40-44 anos	1 133	-89	827	818	-27	-28
45-49 anos	1 276	-18	985	983	-23	-23
50-54 anos	1 194	-74	1 107	1 100	-7	-8
55-59 anos	1 248	48	1 230	1 235	-1	-1

Coorte	População projetada a 2021	Saldo migratório (2011 a 2021)	População projetada a 2031 (sem migrações)	Cenário Alternativo (-10% das migrações)	Taxa de variação (%) 2021-2031 população projetada sem migrações	Taxa de variação (%) 2021-2031 cenário alternativo
60- 64 anos	1 208	56	1 137	1 143	-6	-5
65- 69 anos	1 108	72	1 152	1 159	4	5
70- 74 anos	1 023	61	1 072	1 079	5	5
75- 79 anos	850	-95	909	899	7	6
80- 84 anos	679	-50	722	717	6	6
> = 85	708	154	659	674	-7	-5

Fonte: Cálculos próprios.

A figura seguinte representa a população projetada a 2021, a população a 2031 no cenário sem migrações e a população a 2031 no cenário alternativo nas freguesias do Grupo Sul.

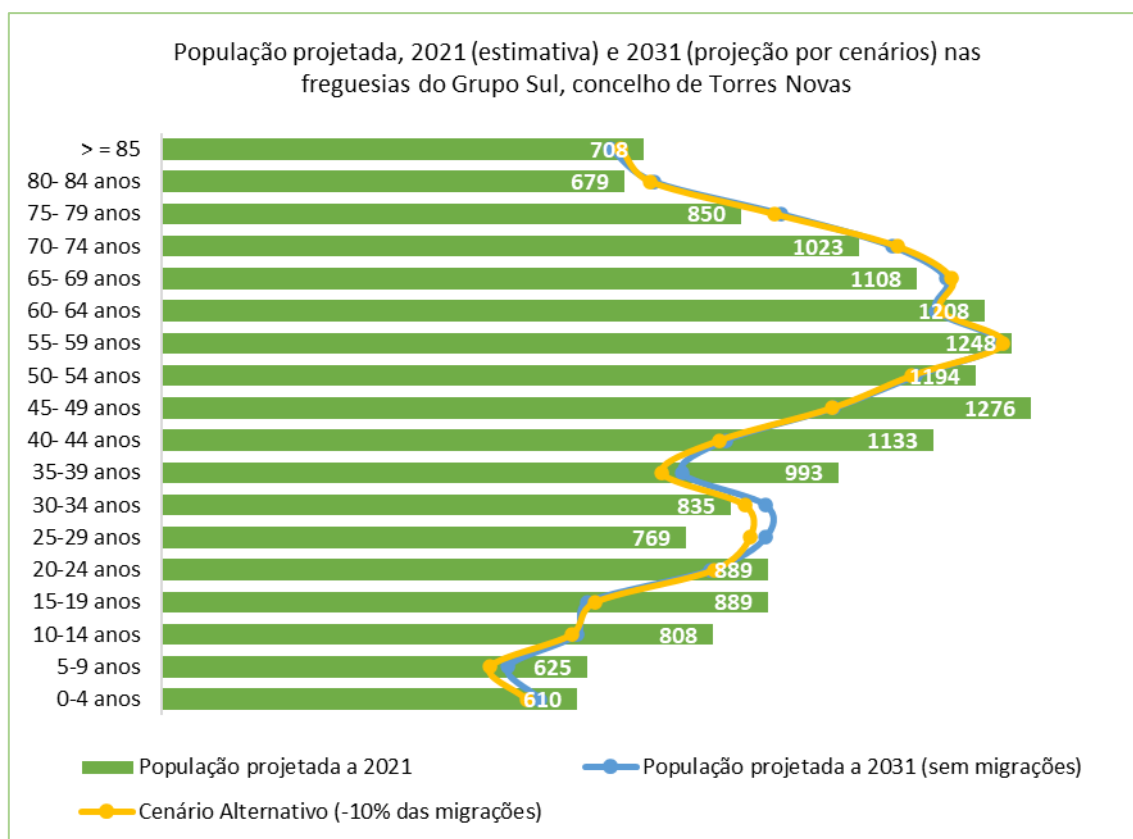


Figura 73 – População projetada, 2021 (estimativa) e 2031 (projeção por cenários) nas freguesias do Grupo Sul, concelho de Torres Novas

Fonte: Cálculos próprios

O cenário alternativo que trabalhamos para os grupos de freguesias que designámos por Grupo Norte, pressupôs um agravamento de 25% nas migrações, pelo facto de grande parte das freguesias, com excepção de Torres Novas, terem registado perdas populacionais entre 2011 e 2021.

Este grupo de freguesias corresponde essencialmente às freguesias abrangidas pelo AE Gil Paes. As populações naturalmente não coincidem exatamente, uma vez que, como vimos, as escolas atraem alunos de outras freguesias e mesmo de outros concelhos e também perdem alguns potenciais alunos. A população em idade escolar projetada para este território educativo oscila assim, em 2031, entre:

- os 597 e os 470 na coorte que engloba o ensino pré-escolar, mas que inclui também as crianças em idade de frequência de creche;
- os 569 e 402 na coorte que engloba o 1º ciclo do ensino básico.
- os 664 e os 476 na coorte equivalente ao 2º e 3º ciclo do ensino básico.
- os 656 e os 457 na coorte equivalente ao ensino secundário.

Em qualquer cenário e qualquer das coortes se prevê uma redução da população que afetará todos os níveis de ensino de forma progressivamente mais severa à medida que se avança nas coortes. O cenário alternativo pressupõe o agravamento substancial das tendências que, potencialmente, poderão ser minoradas com políticas públicas orientadas à fixação e atração de população.

Tabela 81 – Previsão da população a 2031 para as freguesias Grupo Norte em Torres Novas por coortes quinquenais

Coorte	População projetada a 2021	Saldo migratório (2011 a 2021)	População projetada a 2031 (sem migrações)	Cenário Alternativo (+25% das migrações)	Taxa de variação (%) 2021-2031 população projetada sem migrações	Taxa de variação (%) 2021-2031 cenário alternativo
0-4 anos	665	-102	597	470	-10	-33
5-9 anos	656	-134	569	402	-13	-44
10-14 anos	766	-151	664	476	-13	-43
15-19 anos	790	-159	656	457	-17	-47
20-24 anos	915	-53	764	697	-17	-25
25-29 anos	946	-79	787	689	-17	-29
30-34 anos	965	-208	912	651	-5	-38
35-39 anos	1 018	-301	939	563	-8	-52
40- 44 anos	1 161	-91	955	841	-18	-30
45- 49 anos	1 307	-18	1 009	986	-23	-25
50- 54 anos	1 224	-76	1 135	1 040	-7	-17
55- 59 anos	1 279	49	1 261	1 323	-1	4
60- 64 anos	1 238	57	1 166	1 237	-6	1
65- 69 anos	1 135	24	1 181	1 211	4	7
70- 74 anos	1 048	16	1 099	1 119	5	7
75- 79 anos	912	-102	931	804	2	-15
80- 84 anos	728	-54	740	672	2	-9
> = 85	759	165	707	914	-7	26

Fonte: Cálculos próprios

A figura seguinte representa a população projetada a 2021, a população a 2031 no cenário sem migrações e a população a 2031 no cenário alternativo nas freguesias do Grupo Norte.

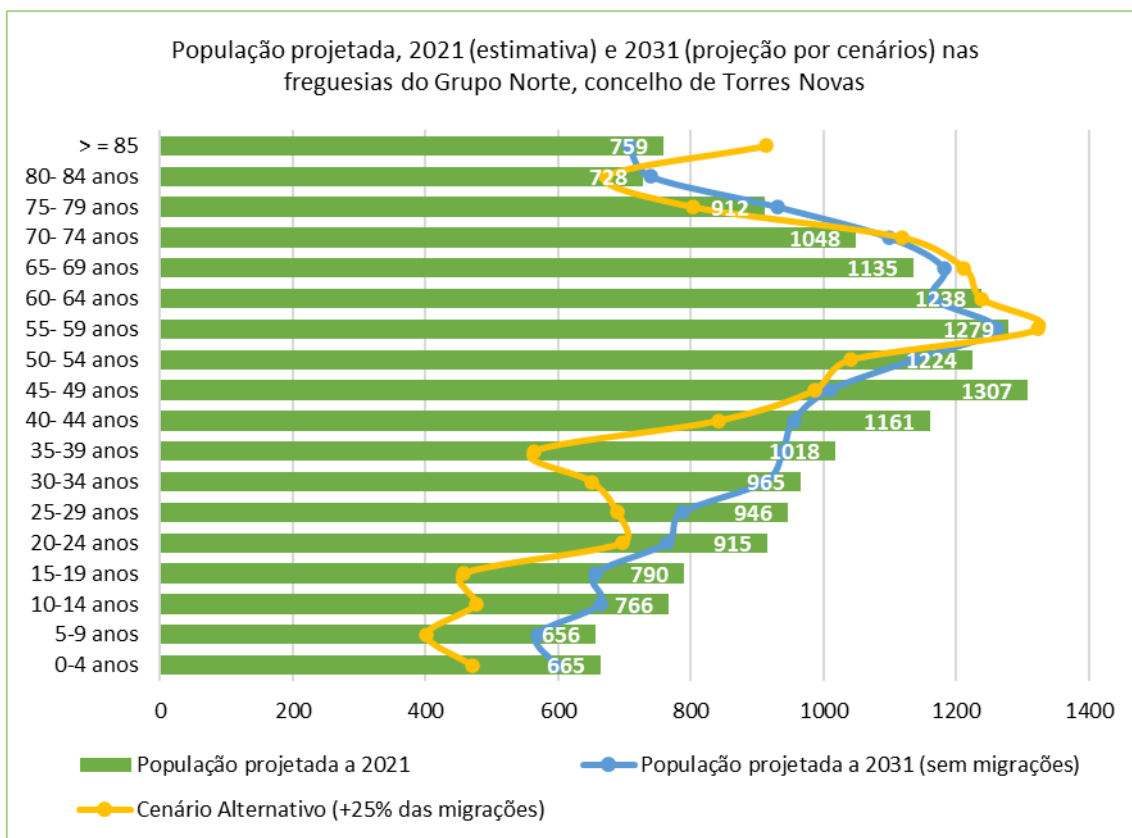


Figura 74 – População projetada, 2021 (estimativa) e 2031 (projeção por cenários) nas freguesias do Grupo Norte, concelho de Torres Novas
 Fonte: Cálculos próprios

3. Educação pré-escolar (redes pública e privada) e rede de creches

3.1. Apoio à primeira infância

O apoio à primeira infância estruturado em torno da oferta de creche foi um dos temas mais críticos referidos pelas instituições particularidades de solidariedade social inquiridas durante o processo de elaboração da carta educativa. A referência recorrente foi a de se registar uma procura à qual a oferta não consegue responder.

Os dados fornecidos pelas instituições demonstram que nos últimos quatro anos letivos a variação global do número de crianças em creche foi de -5%, enquanto no universo de oferta em IPSS a variação foi de -1%. A taxa de ocupação está a 95% e registam-se listas de espera em 2020/2021 de 115 pedidos. Porém, uma vez que a gestão é efetuada por cada instituição, não havendo uma gestão centralizada destes processos é provável que esta lista corresponda a um número inferior de crianças, na medida em que algumas crianças procuram vagas em mais do que uma instituição. O que os dados nos permitem observar é que as instituições localizadas nas freguesias mais centrais do concelho (cf. Mapa 12, p. 173 e Mapa 13, p. 176) registam uma taxa de ocupação elevada.

Uma das razões apontadas para a maior pressão sentida pela oferta foi a introdução da medida de política pública relativa à gratuitidade da frequência de creche que, segundo as instituições, terá tido o efeito de levar as famílias a procurar o serviço de creche ao invés de optar pelo apoio familiar.

Não obstante, este efeito será conjuntural e a pressão sobre a oferta não tenderá a aprofundar-se, sobretudo se tivermos em conta a evolução da população na faixa etária 0-4 anos evidenciada nos vários exercícios de projeções demográficas disponíveis para 2030: -4% (cenário população fechada com saldos migratórios nulos), -5% (cenário 1 com saldos migratórios positivos moderados), -3% (cenário 2, otimista, com saldos migratórios positivos), no concelho de Torres Novas⁸⁶.

Regista-se, no entanto, algum efeito de atração de populações de concelhos limítrofes, assinalado pelas próprias instituições, nomeadamente população do concelho da Golegã (CIM Lezíria Tejo) que procura esta oferta na freguesia de Riachos ou população do Entroncamento que procura esta oferta na freguesia da Meia Via. Esses movimentos poderão colocar alguma pressão adicional nas instituições localizadas em zonas limítrofes ao concelho do Entroncamento porque as projeções demográficas (nos cenários mais favoráveis) registam, para aquele concelho, um acréscimo populacional entre os 0-4 anos que pode oscilar entre 1% e 4%. Algum reforço da oferta, ainda que muito marginal, pode ser considerado, eventualmente por via da expansão ou da reconversão de instalações das instituições já responsáveis por esta oferta. Este aspeto poderá ser acomodado, do ponto de vista do apoio ao investimento, pelos Fundos do Portugal 2030 que têm um enfoque estratégico no contributo para a resolução do desafio demográfico que o país enfrenta e que afeta mais gravemente as regiões de interior e de menor centralidade.

Outra possibilidade será o reaproveitamento de instalações de estabelecimentos de educação e ensino não utilizadas, p.e., nas tipologias de JI e 1º ciclo do ensino básico e a sua reconversão para a valência de creche, permitindo a expansão da oferta das instituições de solidariedade social já existentes no concelho.

⁸⁶ Projeções Demográficas 2030 – CIM Médio Tejo, (CCDRC, 2022)

Tabela 82 - Crianças em frequência de creche em Torres Novas, por instituição

Rede de IPSS	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	Taxa de variação (%)	Taxa de ocupação (%) ⁸⁷
Centro de Bem Estar Social da Zona Alta	77	80	79	79	3	98
Creche-Jardim Infantil dos Riachos	76	72	75	74	-3	97
Centro Social do Divino Espírito Santo	21	20	21	20	-5	80
Jardim de Infância de S. Pedro	42	42	42	42	0	100
Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas. Creche "Infantário Margarida P. B. Almeida".	36	40	40	40	11	100
Creche do Centro Social Paroquial N.ª Sra. da Purificação de Assentis	27	27	28	27	0	79
Jardim Infantil "Abrigo do Menino Jesus"	23	29	30	30	30	100
Subtotal rede IPSS	315	325	315	312	-1	95
Rede Privada						
Colégio "Os Timoneiros"	-	15	-	-	-	-
Academia Júnior, Lda.	13	-	-	-	-	-
Subtotal rede privada	13	15	-	-	-	-
TOTAL	328	340	315	312	-5	-

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

O problema identificado na rede de creches é, pois, o nível de ocupação das instalações e a pressão da procura que tenderá a não aumentar, mas que, neste momento, é uma evidência. Do ponto de vista infraestrutural e de equipamentos a informação disponibilizada pelas entidades permite verificar que:

- (i) há uma lacuna na disponibilidade de equipamentos de aquecimento, com exceção da creche do CBESZA e da Creche do Centro Paroquial de Assentis;
- (ii) há uma lacuna na disponibilidade de equipamento de refrigeração, com exceção da creche do CBESZA, do Jardim de Infância de São Pedro e do Jardim de Infância "Abrigo do Menino Jesus";
- (iii) em algumas instituições com recreios exteriores, poderá ser avaliada a necessidade de instalação de coberturas (é o caso da creche do CBESZA e da creche do Centro Social e Paroquial de Assentis).

Assim, e tendo em conta, as políticas associadas à eficiência energética e à necessidade de garantir o conforto térmico dos edifícios estas instituições poderão ser alvo de intervenções concertadas neste domínio que possam ser eventualmente financiadas ao abrigo dos programas orientados à agenda da transição energética integrados no Portugal 2030 e que abranjam equipamentos sociais.

⁸⁷ Em 2020/2021.

Tabela 83 - Estado de conservação de infraestruturas, mobiliário individual e climatização dos estabelecimentos escolares, com oferta de creche, da rede privada (2022)

Estabelecimento	Internet	Estado de conservação da rede elétrica	Estado de conservação da rede de água	Estado de conservação da rede de esgotos	Estado de conservação das janelas	Estado de conservação dos estores	Estado de conservação do mobiliário individual (cadeiras, mesas...)	Estado de conservação do aquecimento central	Estado de conservação do ar condicionado	Outro tipo de aquecimento
Centro de Bem Estar Social da Zona Alta (CBESZA) - Creche e Jardim de Infância	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
Creche do Centro Social do Divino Espírito Santo	n.d. ⁸⁸	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
Creche do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Purificação de Assentis	Algumas áreas	Bom	Bom	n.d.	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
Jardim de Infância "Abrigo do Menino Jesus"	Todo o espaço	Razoável	Razoável	Bom	Razoável	Razoável	Razoável	n.d.	Razoável	Não disponível / Não existe
Jardim de Infância de São Pedro	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	n.d.	Bom	Não disponível / Não existe
Jardim Infantil de Riachos	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas. Creche "Infantário Margarida P. B. Almeida".	Não	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	n.d.	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

⁸⁸ n.d. – Não indicado pela entidade

Tabela 84 - Estado de conservação do edificado, balneários e recreios dos estabelecimentos escolares, com oferta de creche, da rede privada (2022)

Estabelecimento	Estado de conservação dos pavimentos interiores	Estado de conservação dos pavimentos exteriores	Estado de conservação das pinturas interiores	Estado de conservação das pinturas exteriores	Estado de conservação dos recreios cobertos	Estado de conservação dos recreios descobertos	Estado de conservação dos balneários	Estado de conservação dos WC dos alunos	Estado de conservação dos WC dos docentes/educadores	Estado de conservação dos campos de jogos
Centro de Bem Estar Social da Zona Alta (CBESZA) - Creche e Jardim de Infância	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
Creche do Centro Social do Divino Espírito Santo	n.d.	Não disponível / Não existe	n.d.	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	n.d.	n.d.	Não disponível / Não existe
Creche do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Purificação de Assentis	Bom	Bom	Bom	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
Jardim de Infância "Abrigo do Menino Jesus"	Razoável	Não disponível / Não existe	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe
Jardim de Infância de São Pedro	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
Jardim Infantil de Riachos	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas. Creche "Infantário Margarida P. B. Almeida".	Bom	Não disponível / Não existe	n.d.	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	n.d.	n.d.	Não disponível / Não existe

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 85 – Conservação, adequação e suficiência do mobiliário e equipamento didático dos estabelecimentos escolares, com oferta de creche, da rede privada (2022)

Estabelecimento	Conservação do mobiliário escolar	Adequação do mobiliário escolar	Conservação do material didático	Adequação do material didático	Suficiência do material didático
Centro de Bem Estar Social da Zona Alta (CBESZA) - Creche e Jardim de Infância	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Creche do Centro Social do Divino Espírito Santo	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Creche do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Purificação de Assentis	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Jardim de Infância "Abrigo do Menino Jesus"	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Jardim de Infância de São Pedro	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Jardim Infantil de Riachos	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas. Creche "Infantário Margarida P. B. Almeida".	n.d.	n.d.	Bom	Adequado	Suficiente

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

3.2. Educação pré-escolar

A educação pré-escolar organiza-se no concelho a partir de oferta na rede pública, na rede privada e na rede privada dependente do Estado (IPSS). O número de alunos na rede pública representava, em 2021/2022, 53% do total de alunos. Esta proporção tem-se mantido relativamente estável, com uma perda de 1 p.p. desde 2012/2013. Na rede privada a maioria dos alunos está concentrada em instituições privadas dependentes do Estado, i.e. IPSS, cerca de 70% em 2021/2022, ainda que estas entidades tenham perdido peso na rede privada, entre 2012/2013 e o atual ano letivo.

O número de alunos neste nível de ensino regista uma quebra de -4% entre 2012/2013 e 2021/2022. Esta perda global está em linha com a perda registada na rede privada, ainda que as instituições privadas independentes apresentem uma variação do n.º de alunos positiva, em contraciclo, de 50%, enquanto a rede de privados dependentes do Estado (IPSS) perde -19%. Já a rede pública apresenta uma taxa de variação do n.º de alunos, no mesmo período, de -8%. Porém, há também variações diferenciadas nos dois agrupamentos do concelho com o AE Gil Paes a apresentar uma variação de -10% dos alunos e o AE Artur Gonçalves a ser um pouco menos penalizado com uma variação de -6%. Estes desequilíbrios são também patentes entre escolas dos agrupamentos. No primeiro há quebras em todas as escolas, mas as maiores registam-se na EB da Serra de Aire, Pedrogão e no JI de Tufeiras. Já no segundo apenas se regista uma quebra na EB de Riachos. Nas restantes duas escolas situadas em freguesias mais centrais (Santa Maria) ou em expansão residencial (Meia Via) a variação positiva do n.º de alunos é expressiva.

Tabela 86 – Alunos matriculados na educação pré-escolar em Torres Novas, por escola

Rede Pública	2012/2013 ⁸⁹	2015/2016	2020/2021	2021/2022 ⁹⁰	Taxa de variação (%) 2012-2021 ⁹¹
AE Gil Paes⁹²					
EB de Assentis e Chancelaria, Outeiro Grande	82	112	72	78	-5
EB da Serra de Aire, Pedrogão	65	41	40	34	-48
EB de Olaia	26	30	27	24	-8
EB Visconde de São Gião	-	50	47	49	-2
JI de Tufeiras	50	25	40	39	-22
JI de Lapas	12	-	-	-	-
JI de Rodrigues	14	-	-	-	-
Subtotal	249	258	226	224	-10

⁸⁹ Ao contrário das restantes séries temporais em que se usou o ano letivo 2011/2012 como ano de partida, nesta análise optou-se por utilizar o ano letivo 2012/2013, na medida em que foi o primeiro após a extinção do 3º agrupamento existente em Torres Novas e, portanto, será o mais próximo da rede escolar atual.

⁹⁰ Dados fornecidos pelos Agrupamentos e Escolas.

⁹¹ A taxa de variação foi calculada sempre tendo por base o 1º e o último ano disponível para cada uma das escolas.

⁹² No ano letivo 2012/2013 a designação do agrupamento constante nos dados oficiais publicados pelo Ministério da Educação é Agrupamento de Escolas N.º 1 de Torres Novas.

Rede Pública	2012/2013⁸⁹	2015/2016	2020/2021	2021/2022⁹⁰	Taxa de variação (%) 2012-2021⁹¹
AE Artur Gonçalves⁹³					
EB de Riachos	85	77	47	53	-38
EB de Santa Maria	66	79	76	96	45
EB da Meia Via	63	66	69	75	19
EB de Liteiros	15	13	18	-	
JI de Resgais	9	5	-	-	-
Subtotal	238	240	210	224	-6
Total da rede pública	487	498	436	448	-8
Rede Privada Independente	2012/2013⁹⁴	2015/2016	2020/2021	2021/2022⁹⁵	Taxa de variação (%) 2012-2021
Jardim de Infância "O Palhacinho"	17	18	9	20	18
Academia Júnior, Lda.	-	17	28	34	100
Jardim Escola João de Deus	46	50	40	47	2
Colégio Os Timoneiros	-	-	12	n.a. ⁹⁶	-
Jardim de Infância Ninho dos Traquinas	11	8	-	-	-
Subtotal	74	93	89	101	37
Rede Privada Dependente do Estado	2012/2013⁹⁷	2015/2016	2020/2021	2021/2022⁹⁸	Taxa de variação (%) 2012-2021
Centro de Bem Estar Social da Zona Alta	94	96	93	93	-1
Creche-Jardim Infantil dos Riachos	77	80	78	85	10
Jardim Infantil de S. Pedro	75	72	72	70	-7
Jardim Infantil "Abrigo do Menino Jesus"	94	67	41	48	-49
Subtotal	340	315	284	296	-19
Total da rede privada	414	408	373	397	-4
TOTAL	901	906	809	845	-4

Fonte: DGEEC, Tabelas de Dados, Alunos Matriculados Anos letivos 2020/2021.

⁹³ No ano letivo 2012/2013 a designação do agrupamento constante nos dados oficiais publicados pelo Ministério da Educação é Agrupamento de Escolas N.º 2 de Torres Novas.

⁹⁴ Ao contrário das restantes séries temporais em que se usou o ano letivo 2011/2012 como ano de partida, nesta análise optou-se por utilizar o ano letivo 2012/2013, na medida em que foi o primeiro após a extinção do 3º agrupamento existente em Torres Novas e, portanto, será o mais próximo da rede escolar atual.

⁹⁵ Dados fornecidos pelos Agrupamentos e Escolas.

⁹⁶ n.a. – A entidade não autoriza a divulgação de informação.

⁹⁷ Ao contrário das restantes séries temporais em que se usou o ano letivo 2011/2012 como ano de partida, nesta análise optou-se por utilizar o ano letivo 2012/2013, na medida em que foi o primeiro após a extinção do 3º agrupamento existente em Torres Novas e, portanto, será o mais próximo da rede escolar atual.

⁹⁸ Dados fornecidos pelos Agrupamentos e Escolas.

O número de turmas no pré-escolar no ano letivo 2021/2022 nos agrupamentos do concelho, se relacionado com o número de alunos anteriormente apresentado, permite constatar pela existência de alguma pressão na EB Visconde de São Gião, EB de Santa Maria e EB da Meia Via que, face aos números reportados apresentam turmas no limite máximo da sua capacidade.

Tabela 87 – Turmas no pré-escolar por unidade orgânica e escola em 2021/2022

AE Gil Paes	Nº de Turmas
EB de Assentis e Chancelaria, Outeiro Grande	4
EB da Serra de Aire, Pedrógão	2
EB de Olaia	2
EB Visconde de São Gião	2
JI de Tufeiras	2
Subtotal	12
AE Artur Gonçalves	
EB de Riachos	3
EB de Santa Maria	4
EB da Meia Via	3
Subtotal	10
TOTAL	22

Fonte: DGEEC, Dados Administrativos das Escolas.

As taxas de ocupação nas escolas da rede pública com oferta de pré-escolar corroboram as conclusões anteriores. As escolas com oferta de pré-escolar na rede pública de Torres Novas apresentam uma taxa de ocupação média⁹⁹ de cerca de 62%. O AE Artur Gonçalves apresenta uma taxa de ocupação acima da média (70,6%), em virtude de taxas de ocupação elevadas nas Escolas Básicas da Meia Via e de Santa Maria. Por sua vez, o AE Gil Paes apresenta uma taxa de ocupação média mais baixa, sendo que os dois estabelecimentos com taxas de ocupação mais elevadas – o JI de Tufeiras e a EB Visconde de São Gião – apresentam taxas de ocupação mais baixas do que as registadas nas duas escolas do AE Artur Gonçalves com mais procura.

O problema da rede escolar pública para as ofertas de pré-escolar não está assim na sua capacidade global, mas sim no desequilíbrio da distribuição populacional nas freguesias do concelho, na maior procura nas escolas mais centrais e no desequilíbrio da distribuição da população escolar entre os dois agrupamentos.

Estas questões sugerem a ponderação da revisão da área de influência das escolas que permita uma distribuição mais equilibrada da população escolar entre o JI de Tufeiras, a EB Visconde de São Gião do AE Gil Paes e a EB de Santa Maria do AE Artur Gonçalves, procurando retirar pressão sobre esta última escola.

⁹⁹ A propósito do cálculo da “taxa de ocupação” de cada escola ou “taxa de ocupação média” de cada agrupamento ou da rede escolar, ver a nota de rodapé n. 75, na p. 173).

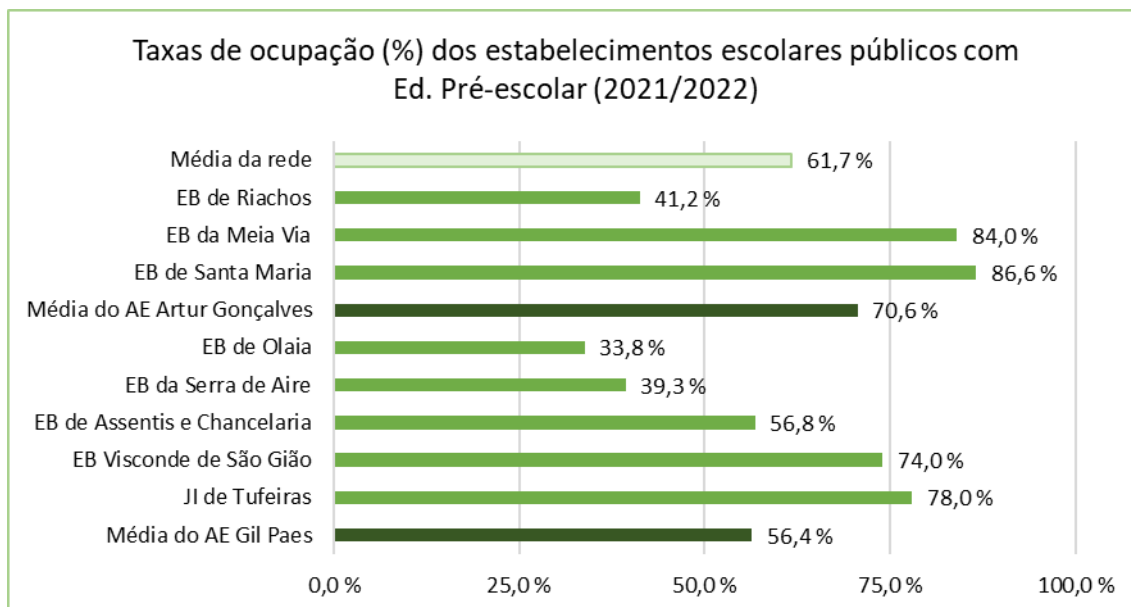


Figura 75 – Taxa de ocupação por unidade orgânica e escola com educação pública pré-escolar, em 2021/2022
 Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Por outro lado, sabemos que não é apenas a centralidade que é um fator de atratividade das escolas, a qualidade das instalações e equipamentos pode permitir estabelecer um fator diferenciador. A análise do estado de conservação das instalações, da qualidade e suficiência dos equipamentos poderá permitir identificar domínios de intervenção que contribuam para equilibrar os fluxos de procura.

Assim, face à informação recolhida, poderá justificar-se o seguinte conjunto de intervenções:

- (i) uma intervenção no JI de Turfeiras orientada à melhoria das condições de conforto, conforto térmico e eficiência energética no edifício com a substituição das janelas e a modernização do mobiliário, com a aplicação de uma cobertura no recreio exterior e com a substituição do pavimento exterior;
- (ii) uma intervenção na EB de Assentis tendo em vista a melhoria do estado da rede de esgotos considerada degradada;
- (iii) intervenções orientadas à colocação de coberturas nos recreios exteriores nas escolas onde estas não existam, nomeadamente na EB da Meia Via, na EB de Santa Maria e na EB Visconde de São Gião;
- (iv) uma intervenção na EB Visconde de São Gião para substituição do pavimento exterior que se encontra degradado;
- (v) proceder a um levantamento do material didático orientado ao pré-escolar considerado insuficiente no AE Artur Gonçalves.

Tabela 88 – Estado de conservação de infraestruturas, mobiliário individual e climatização dos estabelecimentos escolares, com educação pré-escolar, da rede pública (2022)

Estabelecimento	Internet	Rede elétrica	Rede de água	Rede de esgotos	Janelas	Estores	Mobiliário (cadeiras, mesas...)	Aquecimento central	Ar condicionado	Outro tipo de aquecimento
AE Artur Gonçalves										
EB da Meia Via	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
EB de Riachos	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
EB de Santa Maria	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
AE Gil Paes										
EB da Serra de Aire, Pedrógão	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	n.d.	Bom	AVAC
EB de Assentis e Chancelaria, Outeiro Grande	Todo o espaço	Bom	Bom	Degradado	Bom	Bom	Razoável	Bom	Não disponível / Não existe	AVAC
EB de Olaia	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom	Não disponível / Não existe	AVAC
EB Visconde de São Gião	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Radiador/ Aquecedor
JI de Tufeiras	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Bom	Não disponível / Não existe	Radiador/ Aquecedor

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 89 – Estado de conservação de infraestruturas, mobiliário individual e climatização dos estabelecimentos escolares, com educação pré-escolar, da rede privada (2022)

Estabelecimento	Internet	Rede elétrica	Rede de água	Rede de esgotos	Janelas	Estores	Mobiliário (cadeiras, mesas...)	Aquecimento central	Ar condicionado	Outro tipo de aquecimento
Rede Privada Independente										
Academia Júnior, Lda.	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível/ Não existe
Jardim de Infância "O Palhacinho"	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
Colégio "Os Timoneiros"	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	n.d.	Bom	n.d.	Não disponível / Não existe	Radiador/ Aquecedor
Jardim Escola João de Deus	Não	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	n.d.	Bom	Não disponível / Não existe
Rede Privada Dependente do Estado										
Centro de Bem Estar Social da Zona Alta (CBESZA) - Creche e Jardim de Infância	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
Jardim de Infância "Abrigo do Menino Jesus"	Todo o espaço	Razoável	Razoável	Bom	Razoável	Razoável	Razoável	n.d.	Razoável	Não disponível / Não existe
Jardim de Infância de São Pedro	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	n.d.	Bom	Não disponível / Não existe
Jardim Infantil de Riachos	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 90 – Estado de conservação do edificado, balneários e recreios dos estabelecimentos escolares, com educação pré-escolar, da rede pública (2022)

Estabelecimento	Pavimentos interiores	Pavimentos exteriores	Pinturas interiores	Pinturas exteriores	Recreios cobertos	Recreios descobertos	Balneários	WC dos alunos	WC dos docentes/educadores	Campos de jogos
AE Artur Gonçalves										
EB da Meia Via	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
EB de Riachos	Bom	Bom	Degradado	Degradado	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom
EB de Santa Maria	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
AE Gil Paes										
EB da Serra de Aire, Pedrógão	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
EB de Assentis e Chancelaria, Outeiro Grande	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
EB de Olaia	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
EB Visconde de São Gião	Bom	Degradado	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom
Jl de Tufeiras	Bom	Degradado	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Não disponível / Não existe

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 91 – Estado de conservação do edificado, balneários e recreios dos estabelecimentos escolares, com educação pré-escolar, da rede privada (2022)

Estabelecimento	Pavimentos interiores	Pavimentos exteriores	Pinturas interiores	Pinturas exteriores	Recreios cobertos	Recreios descobertos	Balneários	WC dos alunos	WC dos docentes/educadores	Campos de jogos
Rede Privada Independente										
Academia Júnior, Lda.	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
Colégio "Os Timoneiros"	n.d.	Não disponível / Não existe	n.d.	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	n.d.	n.d.	Não disponível / Não existe
Jardim de Infância "O Palhacinho"	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
Jardim Escola João de Deus	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
Rede Privada dependente do Estado										
Centro de Bem Estar Social da Zona Alta (CBESZA) - Creche e Jardim de Infância	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
Jardim de Infância de São Pedro	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
Jardim de Infância "Abrigo do Menino Jesus"	Razoável	Não disponível / Não existe	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe
Jardim Infantil de Riachos	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 92 – Conservação, adequação e suficiência do mobiliário e equipamento didático dos estabelecimentos escolares, com educação pré-escolar, da rede pública (2022)

Estabelecimento	Conservação do mobiliário escolar	Adequação do mobiliário escolar	Conservação do material didático	Adequação do material didático	Suficiência do material didático
AE Artur Gonçalves					
EB da Meia Via	Bom	Desadequado	Bom	Adequado	Insuficiente
EB de Riachos	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Insuficiente
EB de Santa Maria	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Insuficiente
AE Gil Paes					
EB da Serra de Aire, Pedrógão	Bom	Aceitável	Bom	Aceitável	Suficiente
EB de Assentis e Chancelaria, Outeiro Grande	Bom	Aceitável	Bom	Aceitável	Suficiente
EB de Olaia	Bom	Aceitável	Bom	Aceitável	Suficiente
EB Visconde de São Gião	Razoável	Aceitável	Bom	Aceitável	Suficiente
Jl de Tufeiras	Bom	Aceitável	Bom	Aceitável	Suficiente

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 93 – Conservação, adequação e suficiência do mobiliário e equipamento didático dos estabelecimentos escolares, com educação pré-escolar, da rede privada (2022)

Estabelecimento	Conservação do mobiliário escolar	Adequação do mobiliário escolar	Conservação do material didático	Adequação do material didático	Suficiência do material didático
Rede Privada Independente					
Academia Júnior, Lda.	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Colégio "Os Timoneiros"	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Jardim de Infância "O Palhacinho"	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Jardim Escola João de Deus	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Rede Privada Dependente do Estado					
Jardim de Infância "Abrigo do Menino Jesus"	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Centro de Bem Estar Social da Zona Alta (CBESZA) – Creche e Jardim de Infância	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Jardim de Infância de São Pedro	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Jardim Infantil de Riachos	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

4. 1.º Ciclo do Ensino Básico (rede pública, privada e solidária)

O cenário relativamente ao 1º ciclo do ensino básico é bastante mais penalizador do que o verificado para o ensino pré-escolar. Entre 2012 e 2021 os estabelecimentos de ensino do concelho perderam 25% dos alunos. Estas quebras afetaram, de uma forma expressiva, a rede de ensino privado independente do concelho que sofreu alguma recomposição, sendo que durante o período em análise a oferta de 1º ciclo chegou a abranger quatro estabelecimentos e perdeu, entretanto, metade destes.

Na rede pública a perda de alunos foi de -21%, sendo que o AE Gil Paes apresenta uma taxa de variação superior de -26%, enquanto o AE Artur Gonçalves sofre quebras um pouco menores em virtude do registo do aumento da população escolar nas Escolas Básicas de Santa Maria e da Meia Via, as zonas mais dinâmicas do concelho do ponto de vista populacional porque são as que menos população perdem, globalmente e no grupo etário dos 0-14 anos. São também as freguesias com maior capacidade de atração de populações de outros concelhos, sobretudo a freguesia da Meia Via.

A distribuição dos alunos por ano de escolaridade aponta para a dificuldade de constituir turmas de ano único na EB de Olaia, com um total de 28 alunos distribuídos pelos 4 anos de escolaridade que constituem o 1º ciclo do ensino básico. É certo que este número de alunos tem de ser conjugado com os 24 alunos em pré-escolar e que constituem a população total da escola. Porém, se no pré-escolar a constituição de grupos com múltiplas idades pode ser menos problemática, no 1º ciclo as designadas turmas mistas são contextos de aprendizagem de último recurso e que devem, na medida do possível, ser evitadas. Assim, poderá ser aconselhado considerar uma solução que permita ou o encerramento do estabelecimento ou a revisão das suas valências, podendo manter uma valência de pré-escolar e deixar de ter valência de 1º ciclo, sendo os alunos transferidos para um estabelecimento com capacidade para acolhimento e a uma distância aceitável. Esta solução implicaria a oferta de transporte escolar por parte do município. Tendo em conta a evolução do número de alunos a EB de Assentis e Chancelaria teria capacidade para acolher estes alunos do 1º ciclo, mas eventualmente teria dificuldade em acolher o pré-escolar, pelo que se poderá optar pela manutenção de um JI em Lamarosa.

Tabela 94 – Alunos matriculados 1.º Ciclo do Ensino Básico em Torres Novas, por escola

Estabelecimentos	2012/2013 ¹⁰⁰	2015/2016	2020/2021	2021/2022 ¹⁰¹	Taxa de Variação (%) ¹⁰²	
Rede Pública						
AE Gil Paes¹⁰³						
EB de Assentis e Chancelaria, Outeiro Grande	1.º ano	39	24	19	28	-21
	2.º ano	41	22	30	20	
	3.º ano	23	28	36	28	
	4.º ano	37	37	32	35	
	Total	140	111	117	111	
EB da Serra de Aire, Pedrógão	1.º ano	32	19	17	21	-37
	2.º ano	27	27	8	18	
	3.º ano	21	26	19	10	
	4.º ano	26	32	8	18	
	Total	106	104	52	67	
EB de Olaia	1.º ano	8	6	8	6	-22
	2.º ano	12	15	9	6	
	3.º ano	9	14	9	9	
	4.º ano	7	6	12	7	
	Total	36	41	38	28	
EB Visconde de São Gião	1.º ano	65	66	49	56	-16
	2.º ano	85	83	64	50	
	3.º ano	71	61	63	64	
	4.º ano	62	80	63	68	
	Total	283	290	239	238	
EB de Lapas	1.º ano	8	-	-	-	-
	2.º ano	7	-	-	-	
	3.º ano	12	-	-	-	
	4.º ano	6	-	-	-	
	Total	33				
Subtotal	598	546	446	444	-26	
AE Artur Gonçalves¹⁰⁴						
EB de Riachos	1.º ano	56	47	35	30	-35
	2.º ano	66	46	42	37	
	3.º ano	59	48	49	43	
	4.º ano	62	60	35	49	
	Total	243	201	161	159	
EB de Santa Maria	1.º ano	73	61	72	83	47
	2.º ano	65	64	72	74	
	3.º ano	74	80	61	79	
	4.º ano	86	73	81	70	
	Total	298	278	286	306	

¹⁰⁰ Ao contrário das restantes séries temporais em que se usou o ano letivo 2011/2012 como ano de partida, nesta análise optou-se por utilizar o ano letivo 2012/2013, na medida em que foi o primeiro após a extinção do 3º agrupamento existente em Torres Novas e, portanto, será o mais próximo da rede escolar atual.

¹⁰¹ Dados fornecidos pelos Agrupamentos e Escolas.

¹⁰² A taxa de variação foi calculada sempre tendo por base o 1º e o último ano disponível para cada uma das escolas.

¹⁰³ No ano letivo 2012/2013 a designação do agrupamento constante nos dados oficiais publicados pelo Ministério da Educação é Agrupamento de Escolas N.º 1 de Torres Novas.

¹⁰⁴ No ano letivo 2012/2013 a designação do agrupamento constante nos dados oficiais publicados pelo Ministério da Educação é Agrupamento de Escolas N.º 2 de Torres Novas.

Estabelecimentos	2012/2013 ¹⁰⁰	2015/2016	2020/2021	2021/2022 ¹⁰¹	Taxa de Variação (%) ¹⁰²	
EB da Meia Via	1.º ano	39	1.º ano	38	1.º ano	1,7
	2.º ano	23	2.º ano	21	2.º ano	
	3.º ano	25	3.º ano	34	3.º ano	
	4.º ano	30	4.º ano	23	4.º ano	
	Total	117	Total	107	Total	
EB de Liteiros	1.º ano	5	1.º ano	8		-
	2.º ano	5	2.º ano	9		
	3.º ano	8	3.º ano	5		
	4.º ano	8	4.º ano	11		
	Total	26	Total	33	Total	
EB de Parceiros da Igreja	1.º ano	7				-
	2.º ano	2				
	3.º ano	5	-	-	-	
	4.º ano	8				
	Total	26				
Subtotal	706	619	587	584	-17	
Total rede pública	1304	1165	1033	1028	-21	

Rede Privada Independente						
Jardim Escola João de Deus	1º ano	24	1º ano	11	1º ano	-19
	2º ano	23	2º ano	18	2º ano	
	3º ano	18	3º ano	21	3º ano	
	4º ano	14	4º ano	22	4º ano	
	Total	79	Total	72	Total	
Colégio "Os Timoneiros"		-		-		-
				1º ano	1	
				2º ano	1	
				4º ano	3	
			Total	5		
Jardim de Infância Ninho dos Traquinas	1º ano	3		-		-
	2º ano	2	2º ano	3		
	3º ano	2	3º ano	2		
	4º ano	1	4º ano	3		
	Total	8	Total	8		
Colégio Diocesano Andrade Corvo	1º ano	9	1º ano	41		-
	2º ano	16	2º ano	51		
	3º ano	15	3º ano	36		
	4º ano	18	4º ano	42		
	Total	58	Total	160		
Total rede privada	145	240	73	64	-	
TOTAL	1449	1405	1106	1092	-25	

Fonte: DGEEC, Tabelas de Dados, Alunos Matriculados Anos letivos 2020/2021.

O número de turmas registado no ano letivo de 2021/2022 é relativamente equilibrado entre os agrupamentos. Contudo, o cruzamento destes dados com os dados dos alunos matriculados permite-nos concluir que na EB de Olaia dificilmente estaremos perante 4 turmas, uma por cada ano de escolaridade tendo em conta o reduzido número de alunos matriculados, mas sim de turmas mistas, eventualmente duas turmas uma que agrega os alunos dos 1.º e 2.º anos e outra os alunos dos 3.º e 4.º ano. Ainda que possam estar conforme as regras de constituição e organização dos grupos-turma

¹⁰⁵ A entidade não autoriza a divulgação de informação.

definidas pelo Ministério da Educação, trata-se de contextos de aprendizagem que são muito desfavoráveis aos alunos e exigentes para os docentes que devem ser, sempre que possível, evitados.

Por outro lado, na EB de Santa Maria, verifica-se igualmente alguma pressão ao nível das turmas do 3.º ano que estarão no limite máximo da sua capacidade.

Tabela 95 – Nº de turmas no 1º ciclo do ensino básico por unidade orgânica e escola em 2021/2022

Estabelecimentos	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
AE Gil Paes				
EB de Assentis e Chancelaria, Outeiro Grande	2	1	2	2
EB da Serra de Aire, Pedrógão	1	1	1	1
EB de Olaia	1	1	1	1
EB Visconde de São Gião	3	3	3	3
Subtotal	7	6	7	7
AE Artur Gonçalves				
EB de Riachos	2	2	2	2
EB de Santa Maria	4	3	4	3
EB da Meia Via	1	2	1	2
Subtotal	7	7	7	7
TOTAL	14	13	14	14

Fonte: DGEEC, Dados Administrativos das Escolas.

Os indicadores de resultado declinados por unidade orgânica e/ou escola permitem que o AE Gil Paes apresenta, desde 2017/2018, melhores resultados de conclusão no tempo certo do que o AE Artur Gonçalves ainda que com valores muito próximos. Contudo, no primeiro constata-se uma progressão no indicador ao longo do tempo, enquanto no segundo se registaram algumas oscilações. Quando comparados com o país, tendo por base alunos com perfil sociodemográfico equivalente, ambos os agrupamentos apresentam resultados superiores ao país no último ano da série, mas o AE Artur Gonçalves apresenta uma maior distância positiva.

Se juntarmos a esta informação os indicadores de equidade produzidos pelo Ministério da Educação, verificamos que no conjunto destes alunos o AE Artur Gonçalves não apresenta um número suficiente de alunos beneficiários de ASE que permita o cálculo do indicador. Já o AE Gil Paes apresenta um diferencial de 2 p.p positivos face ao país no indicador de equidade, ainda que essa distância tenha sido já superior.

Daqui decorre que o perfil de alunos no AE Gil Paes, porque com maior número de alunos beneficiários de ASE, é diferente e, porventura, esse será um fator que justifique, em parte, a maior atratividade das escolas do AE Artur Gonçalves.

Os mesmos indicadores observados ao nível escola revelam:

- (i) uma progressão muito positiva das Escolas Básicas de Riachos e de Santa Maria;
- (ii) uma regressão do indicador na EB da Meia Via, que é mesmo inferior ao indicador nacional;
- (iii) uma oscilação negativa na EB de Serra d' Aire.

Tabela 96 – % de alunos que concluíram o 1º ciclo em 4 anos por Unidade Orgânica/Escola e % de alunos que concluíram o 1º ciclo em 4 anos a nível nacional de entre alunos com perfil semelhante

Estabelecimentos	2016/2017		2017/2018		2018/2019		2019/2020	
	AE/Escola	PT ¹⁰⁶	AE/Escola	PT	AE/Escola	PT	AE/Escola	PT
AE Artur Gonçalves	88	85	87	86	89	86	93	90
- EB de Riachos	72	83	91	89	91	91	92	92
- EB de Santa Maria	90	92	93	90	93	92	99	94
- EB da Meia Via	89	87	88	87	87	93	81	93
AE Gil Paes (a)	83	88	91	89	91	92	94	93
- Escola Básico de Assentiz	88	81	100	85	92	81	95	91
- EB de Serra d'Aire	87	87	85	84	94	89	75	86
- EB Visconde de São Gião	89	89	81	88	87	88	96	91
- EB de Olaia ¹⁰⁷	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGEEC, Infoescolas.

A taxa de ocupação global das escolas da rede pública com oferta de 1º ciclo é de cerca de 60%, sendo que o desequilíbrio entre agrupamentos se aprofunda face ao que verificámos relativamente ao pré-escolar. Neste sentido poderá ser ponderada, para além da solução de reorganização da área de influência das escolas, atrás referida a propósito do pré-escolar, uma alteração de tipologia de oferta na EB Visconde de São Gião que poderia passar a acolher apenas o 1º ciclo do ensino básico, transferindo o pré-escolar para o JI de Tufeiras e ganhando capacidade para acolher alunos da EB de Santa Maria.

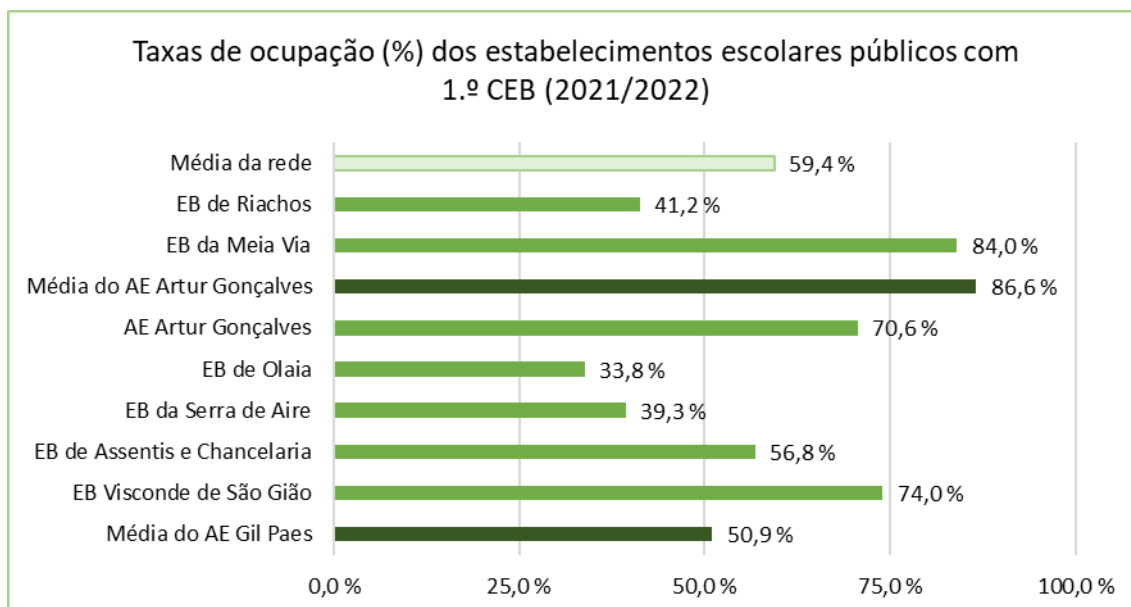


Figura 76 – Taxas de ocupação das Escolas e Agrupamentos com oferta de 1º ciclo

Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

¹⁰⁶ PT – Portugal Continental. A variação dos valores a nível nacional no mesmo ano letivo, decorre dos cálculos automatizados da plataforma da DGEEC para identificar alunos com perfil semelhante ao da escola do concelho.

¹⁰⁷ Não existem dados comparáveis para a EB de Olaia, devido ao reduzido número de alunos.

O estado das instalações e equipamentos é semelhante ao apresentado anteriormente para a rede de pré-escolar, uma vez que a generalidade dos estabelecimentos públicos com oferta de pré-escolar oferece também o 1º ciclo, com exceção do JI de Tufeiras, pelo que se mantém as recomendações. Contudo, é evidente que há uma decisão primeira que orientará todas as outras e que tem que ver com a reorganização da oferta e da capacidade do JI de Tufeiras, da EB Visconde de São Gião e da EB de Santa Maria que tem impacto sobre o 1º ciclo, uma vez que parte das escolas são as mesmas.

Tabela 97 – Estado de conservação de infraestruturas, mobiliário individual e climatização dos estabelecimentos escolares com 1.º CEB, da rede pública (2022)

Estabelecimento	Internet	Rede elétrica	Rede de água	Rede de esgotos	Janelas	Estores	Mobiliário (cadeiras, mesas...)	Aquecimento central	Ar condicionado	Outro tipo de aquecimento
AE Artur Gonçalves										
EB da Meia Via	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
EB de Riachos	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
EB de Santa Maria	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
AE Gil Paes										
EB da Serra de Aire, Pedrógão	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	n.d.	Bom	AVAC
EB de Assentis e Chancelaria, Outeiro Grande	Todo o espaço	Bom	Bom	Degradado	Bom	Bom	Razoável	Bom	Não disponível / Não existe	AVAC
EB de Olaia	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom	Não disponível / Não existe	AVAC
EB Visconde de São Gião	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Radiador/ Aquecedor

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 98 – Estado de conservação de infraestruturas, mobiliário individual e climatização dos estabelecimentos escolares com 1.º CEB, da rede privada (2022)

Estabelecimento	Internet	Rede elétrica	Rede de água	Rede de esgotos	Janelas	Estores	Mobiliário (cadeiras, mesas...)	Aquecimento central	Ar condicionado	Outro tipo de aquecimento
Colégio "Os Timoneiros"	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Nd	Bom	n.d.	Não disponível / Não existe	Radiador/ Aquecedor
Jardim Escola João de Deus	Não	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	n.d.	Bom	Não disponível / Não existe

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 99 – Estado de conservação do edifício, balneários e recreios dos estabelecimentos escolares com 1.º CEB, da rede pública (2022)

Estabelecimento	Pavimentos interiores	Pavimentos exteriores	Pinturas interiores	Pinturas exteriores	Recreios cobertos	Recreios descobertos	Balneários	WC dos alunos	WC dos docentes/educadores	Campos de jogos
AE Artur Gonçalves										
EB da Meia Via	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
EB de Riachos	Bom	Bom	Degradado	Degradado	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom
EB de Santa Maria	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
AE Gil Paes										
EB da Serra de Aire, Pedrógão	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
EB de Assentis e Chancelaria, Outeiro Grande	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
EB de Olaia	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe
EB Visconde de São Gião	Bom	Degradado	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 100 – Estado de conservação do edifício, balneários e recreios dos estabelecimentos escolares com 1.º CEB, da rede privada (2022)

Estabelecimento	Pavimentos interiores	Pavimentos exteriores	Pinturas interiores	Pinturas exteriores	Recreios cobertos	Recreios descobertos	Balneários	WC dos alunos	WC dos docentes/educadores	Campos de jogos
Colégio "Os Timoneiros"	n.d.	Não disponível / Não existe	n.d.	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	n.d.	n.d.	Não disponível / Não existe
Jardim Escola João de Deus	Bom	Razoável	Bom	Bom	Bom	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Não disponível / Não existe

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 101 – Conservação, adequação e suficiência do mobiliário e equipamento didático dos estabelecimentos escolares com 1.º CEB, da rede pública (2022)

Estabelecimento	Conservação do mobiliário escolar	Adequação do mobiliário escolar	Conservação do material didático	Adequação do material didático	Suficiência do material didático
AE Artur Gonçalves					
EB da Meia Via	Bom	Desadequado	Bom	Adequado	Insuficiente
EB de Riachos	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Insuficiente
EB de Santa Maria	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Insuficiente
AE Gil Paes					
EB da Serra de Aire, Pedrógão	Bom	Aceitável	Bom	Aceitável	Suficiente
EB de Assentis e Chancelaria, Outeiro Grande	Bom	Aceitável	Bom	Aceitável	Suficiente
EB de Olaia	Bom	Aceitável	Bom	Aceitável	Suficiente
EB Visconde de São Gião	Razoável	Aceitável	Bom	Aceitável	Suficiente

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 102 – Conservação, adequação e suficiência do mobiliário e equipamento didático dos estabelecimentos escolares com 1.º CEB, da rede privada (2022)

Estabelecimento	Conservação do mobiliário escolar	Adequação do mobiliário escolar	Conservação do material didático	Adequação do material didático	Suficiência do material didático
Colégio "Os Timoneiros"	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente
Jardim Escola João de Deus	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

5. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico (rede pública e privada)

No concelho de Torres Novas o 2º e 3º ciclos do ensino básico são atualmente exclusivamente oferecidos em estabelecimentos de educação e ensino da rede pública. No ano letivo 2021/2022 a oferta era quase exclusivamente concentrada no ensino básico geral, com exceção da EBS Artur Gonçalves que tem uma oferta de Percursos Integrados de Educação e Formação frequentada por 9 alunos. Pontualmente as escolas mobilizam ofertas específicas orientadas a alguma diversificação que tipicamente visam responder a alunos com percursos de menor sucesso, é o caso dos CEF Tipo 2 que são oferecidos ao nível do 2º e 3º ciclo do ensino básico.

Entre 2012 e 2021 o concelho sofreu uma taxa de variação negativa de -15% da população escolar nos 2º e 3º ciclo do ensino básico, dos quais -14% na rede pública. Entre os dois agrupamentos do concelho as maiores quebras são originadas no AE Artur Gonçalves com -23% de alunos no período em análise. Já o AE Gil Paes apresenta perdas mais limitadas (-4%).

Há comportamentos diferenciados entre escolas do mesmo agrupamento: no AE Gil Paes a EB Manuel Figueiredo apresenta uma variação positiva de 18%, enquanto a escola sede do agrupamento tem uma variação negativa de -48%. Este movimento trata-se de uma reorganização da oferta dentro do próprio agrupamento, uma vez que as perdas globais são limitadas. Assim, a ES Maria Lamas apresenta um movimento de *phasing out* da oferta de nível básico (7.º e 8.º anos) e, no ano letivo 2021/2022, contempla apenas alunos do 9º ano. Ao mesmo tempo a EB Manuel Figueiredo em 2020/2021 já não apresenta alunos no ano terminal do ensino básico. Trata-se de uma opção que vem sendo seguida por alguns Agrupamentos que, em face da disponibilidade de salas na sua escola de ensino secundário, transferem o ano terminal de básico para essa escola de modo a criar condições facilitadoras da transição de ciclo.

No caso do AE Artur Gonçalves ambas as escolas perdem população escolar, ainda que as perdas sejam mais expressivas na EB Dr. António Chora Barroso. Os movimentos registados podem ser claramente atribuídos às quebras populacionais e não propriamente a quaisquer reajustamentos da organização interna do agrupamento e da sua oferta.

Tabela 103 – Alunos matriculados 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico em Torres Novas, por escola

Estabelecimentos	2012/2013 ¹⁰⁸	2015/2016	2020/2021	2021/2022 ¹⁰⁹	Taxa de Variação (%) ¹¹⁰				
Rede Pública									
AE Gil Paes¹¹¹									
EB Manuel Figueiredo	5º ano	135	5º ano	177	5º ano	180	5º ano	139	18
	6º ano	181	6º ano	149	6º ano	144	6º ano	183	
	7º ano	89	7º ano	83	7º ano	199	7º ano	145	
	8º ano	80	8º ano	59	8º ano	102	8º ano	195	
	9º ano	78	9º ano	79	9º ano	-	9º ano	-	
Total	563	Total	547	Total	625	Total	662		
ES Maria Lamas	-	C. Voc.	22	CEF-Tipo2	13	-	-	-48	
	7º ano	99	7º ano	55	8º ano	48	9º ano		147
	8º ano	77	8º ano	65	9º ano	172	9º ano		147
	9º ano	105	9º ano	90	9º ano	172	9º ano		147
	Total	281	Total	232	Total	233	Total		147
Subtotal	844	779	858	809	-4				
AE Artur Gonçalves¹¹²									
EBS Artur Gonçalves	5º ano	108	5º ano	87	5º ano	108	5º ano	104	-15
	6º ano	126	6º ano	116	6º ano	93	6º ano	106	
	7º ano	153	7º ano	117	7º ano	93	7º ano	101	
	8º ano	112	8º ano	106	8º ano	131	8º ano	100	
	9º ano	102	9º ano	121	9º ano	118	9º ano	132	
	PCA	47	PCA	10	PIEF	9	PIEF	9	
	Total	648	Total	557	Total	552	Total	552	
EB Dr. António Chora Barroso	5º ano	80	5º ano	70	5º ano	50	5º ano	50	-36
	6º ano	69	6º ano	65	6º ano	53	6º ano	52	
	7º ano	70	7º ano	76	7º ano	44	7º ano	51	
	8º ano	77	8º ano	63	8º ano	52	8º ano	43	
	9º ano	73	9º ano	54	9º ano	55	9º ano	46	
	CEF Tipo2	11	-	-	-	-	-	-	
Total	380	Total	328	Total	254	Total	242		
Subtotal	1028	885	806	794	-23				
Total Rede Pública	1872	1664	1664	1603	-14				
Rede Privada Independente									
Colégio Diocesano Andrade Corvo	5º ano	11	5º ano	39	-	-	-	-	
	-	-	6º ano	55	-	-	-		
	-	-	7º ano	13	-	-	-		
	8º ano	9	CEF Tipo2	76	-	-	-		
Total	20	Total	183	-	-	-			
TOTAL	1892	1847	1664	1603	-15				

Fonte: DGEEC, Tabelas de Dados, Alunos Matriculados Anos letivos 2012/2013, 2015/2016 e 2020/2021.

¹⁰⁸ Ao contrário das restantes séries temporais em que se usou o ano letivo 2011/2012 como ano de partida, nesta análise optou-se por utilizar o ano letivo 2012/2013, na medida em que foi o primeiro após a extinção do 3º agrupamento existente em Torres Novas e, portanto, será o mais próximo da rede escolar atual.

¹⁰⁹ Dados fornecidos pelos Agrupamentos e Escolas.

¹¹⁰ A taxa de variação foi calculada sempre tendo por base o 1º e o último ano disponível para cada uma das escolas.

¹¹¹ No ano letivo 2012/2013 a designação do agrupamento constante nos dados oficiais publicados pelo Ministério da Educação é Agrupamento de Escolas N.º 1 de Torres Novas.

¹¹² No ano letivo 2012/2013 a designação do agrupamento constante nos dados oficiais publicados pelo Ministério da Educação é Agrupamento de Escolas N.º 2 de Torres Novas.

A distribuição de turmas nos 2º e 3º ciclo do ensino básico é também relativamente equilibrada entre os dois agrupamentos. Por outro lado, face ao número de alunos matriculados não se verifica pressão significativa sobre a dimensão das turmas. Sinaliza-se o que o ano de escolaridade com maior número de turmas no AE Gil Paes é o 8º ano, porventura decorrente das maiores taxas de retenção que se verificam no 8º ano face aos restantes. Já no AE Artur Gonçalves o maior número de turmas é no 9º ano que se distribui pelas duas escolas do agrupamento, ao contrário do AE Gil Paes que concentra o 9º ano exclusivamente na escola secundária.

Tabela 104 – Nº de turmas no 2º e 3º ciclo do ensino básico por unidade orgânica e escola em 2021/2022

Estabelecimentos	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
AE Gil Paes					
EB Manuel Figueiredo	7	8	7	9	-
ES Maria Lamas	-	-	-	-	7
Subtotal	7	8	7	9	7
AE Artur Gonçalves					
EB Dr. António Chora Barroso	3	2	3	2	2
EBS Artur Gonçalves	4	4	4	4	6
Subtotal	7	6	7	6	8
TOTAL	14	14	14	16	15

Fonte: DGEEC, Dados Administrativos das Escolas.

Uma análise dos resultados tendo por base o indicador de conclusão no tempo certo nos 2º e 3º ciclos do ensino básico permite constatar que no 2º ciclo o AE Gil Paes apresenta resultados oscilantes abaixo da média nacional até 2019, ano em que iguala a média nacional. Já o AE Artur Gonçalves apresenta resultados consistentes e acima da média nacional na EB Dr. António Chora Barroso, igualando a média nacional em 2019, e fica um pouco abaixo na escola sede do agrupamento.

Tabela 105 – % de alunos que concluíram o 2º ciclo em 2 anos por Escola e % de alunos que concluíram o 2º ciclo em 2 anos a nível nacional de entre alunos com perfil semelhante

Estabelecimentos	2016/2017		2017/2018		2018/2019		2019/2020	
	AE/Escola	PT ¹¹³	AE/Escola	PT	AE/Escola	País	AE/Escola	PT
AE Artur Gonçalves								
EB Dr. António Chora Barroso	98	91	98	91	96	91	96	96
EBS Artur Gonçalves	90	93	88	95	98	96	94	96
AE Gil Paes								
EB Manuel Figueiredo	87	93	91	93	88	93	97	97

Fonte: DGEEC, Infoescolas.

No 3º ciclo do ensino básico, o AE Artur Gonçalves apresenta resultados sempre acima da média nacional na escola sede do agrupamento, mas a EB Dr. António Chora Barroso é a que apresenta globalmente resultados mais baixos e bastante longe da média nacional, ficando em 2019/2020 9 p.p.

¹¹³ PT – Portugal Continental.

abaixo. Há, pois, um desequilíbrio muito grande entre ambas as escolas que resulta em taxas de retenção muito superiores na Escola Dr. António Chora Barroso do que aquelas que ocorrem nas escolas nacionais com populações escolares semelhantes. Note-se, no entanto, que houve uma baixa significativa da retenção a partir do ano letivo 2018/2019 e, em 2019/2020, apenas no 8º ano esta taxa se ficou em valores superiores aos nacionais. Importa, pois, manter alguma atenção à evolução do indicador.

No AE Gil Paes a situação também apresenta desequilíbrios entre escolas. Na EB Manuel Figueiredo os resultados são consistentemente superiores aos nacionais, enquanto a escola sede do agrupamento vai piorando no indicador, posicionando-se 12 p.p. abaixo da média nacional em 2019.

Tabela 106 – % de alunos que concluíram o 3º ciclo em 3 anos por Escola e % de alunos que concluíram o 3º ciclo em 3 anos a nível nacional de entre alunos com perfil semelhante

Estabelecimentos	2017/2018		2018/2019		2019/2020	
	AE/Escola	PT ¹¹⁴	AE/Escola	PT	AE/Escola	PT
AE Artur Gonçalves						
EB Dr. António Chora Barroso	72	80	73	79	74	85
EBS Artur Gonçalves	90	86	89	83	94	87
AE Gil Paes						
EB Manuel Figueiredo	86	82	91	80	96	90
ES Maria Lamas	83	76	75	72	66	78

Fonte: DGEEC, Infoescolas.

Os resultados reportados relativos a taxas de conclusão e desistência mostram, de facto, valores muito significativos e fora do padrão nos anos letivos 2016/2017 e 2017/2018 quer na Escolas Básica Dr. António Chora Barroso, quer na ES Maria Lamas, que podem ter sido apenas circunstanciais, mas que estão a afetar os indicadores globais. Torres Novas apresenta resultados mais positivos ou em linha com o continente neste indicador, com exceção dos anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, no 7.º ano de escolaridade.

Tabela 107 – Taxa (%) de retenção e desistência no 3º ciclo do ensino básico nas escolas de Torres Novas, por ano de escolaridade

Estabelecimentos/Regiões	2016/2017			2017/2018			2018/2019			2019/2020		
	7º	8º	9º	7º	8º	9º	7º	8º	9º	7º	8º	9º
EB Manuel Figueiredo	2	1	2	2	5	7	1	0	0	0	0	0
EBS Artur Gonçalves	7	11	2	5	3	3	4	2	2	0	2	2
EB Dr. António Chora Barroso	16	10	2	25	12	0	6	2	2	4	7	3
ES Maria Lamas	5	3	7	32	13	12	6	4	6	0	3	4
Torres Novas	7	7	3	12	7	5	4	1	2	1	2	2
PT (Continente)	11	7	7	10	7	6	7	5	5	4	3	2

Fonte: DGEEC, Infoescolas

Os resultados têm naturalmente uma influência nas escolhas das famílias e justificam, porventura em parte, as taxas de ocupação verificados e que colocam pressão sobre a EB Manuel Figueiredo e a EBS

¹¹⁴ PT – Portugal Continental.

Artur Gonçalves, ambas com taxas de ocupação muito superiores às registadas na outra escola do agrupamento com ofertas nos mesmos níveis de ensino.

Assim, a taxa de ocupação das escolas com ofertas de 2º e 3º ciclo do ensino básico revela algumas situações preocupantes. A taxa global de ocupação no concelho é de 88,2%, sendo muito desigual entre os dois Agrupamentos.

O AE Gil Paes apresenta uma taxa global de ocupação, considerando as duas escolas com esta oferta, de 110,5%. A pressão ocorre, sobretudo, na EB Manuel Figueiredo com uma taxa de ocupação de 121,2%, enquanto a ES Maria Lamas apresenta uma menor pressão, mas perto dos 100%. Neste sentido, não se compreende totalmente a opção de remeter o 8º ano, em 2020/2021 da ES Maria Lamas para a EB Manuel Figueiredo, exceto pela estratégia de garantir e suavizar a transição dos alunos de uma escola para a outra. Por outro lado, historicamente, esta última escola sempre teve turmas do 3º ciclo do ensino básico, como comprova a distribuição de turmas no ano letivo 2015/2016 atrás apresentada. Este aspeto deve ser revisto de forma a equilibrar a distribuição de alunos entre escolas.

No caso do AE Artur Gonçalves, a pressão é menor, com uma taxa global de ocupação de 65,9%. Contudo, o desequilíbrio entre escolas é assinalável. A escola sede do agrupamento está perto da sua capacidade máxima, enquanto a EB Dr. António Chora Barroso apresenta uma taxa de ocupação de 38,8%. O facto de a primeira ter uma localização central e a segunda estar na freguesia de Riachos explicará esta situação.

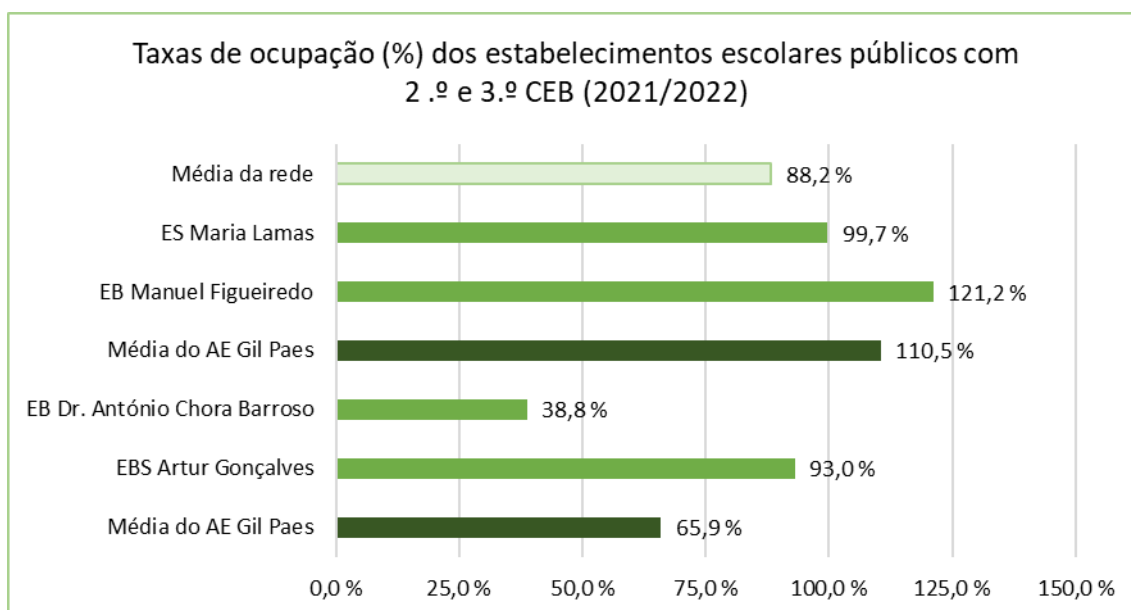


Figura 77 – Taxas de ocupação das Escolas e Agrupamentos com oferta de 2º e 3º ciclos
Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

O estado de conservação dos edifícios e a disponibilidade de equipamentos é também desigual entre escolas. No caso do AE Artur Gonçalves a escola com melhores condições é a que apresenta uma menor taxa de ocupação, o que significa que está a ser efetuado um uso pouco eficiente dos recursos. No AE Gil Paes sucede o inverso.

Assim, face aos dados recolhidos importaria ponderar as seguintes possibilidades de atuação:

- a revitalização da EB Dr. António Chora Barroso com a possibilidade de concentração de mais turmas do ensino básico do agrupamento nesta escola, nomeadamente as turmas de 2º ciclo. Esta possibilidade exigiria intervenções e melhorias pontuais nesta escola com a aplicação de coberturas nos recreios exteriores e com um programa de reforço do material didático e de melhoria das condições de ensino-aprendizagem que possa ser reconhecido pelos encarregados de educação. Na medida em que a localização da escola é pouco central, poderia ser implementado um serviço de transporte escolar dedicado e gratuito, numa opção de mobilidade elétrica, com circuito pré-estabelecido e adequado à localização da residência dos alunos. Este programa de transporte cumpriria dois objetivos: (i) contribuiria para reforçar a coesão do território do município, reduzindo os desequilíbrios entre freguesias/territórios e repovoando, do ponto de vista funcional, uma freguesia em perda; (ii) contribuiria para a mobilidade sustentável. Estes dois aspetos seriam um forte atributo que permitiria eventualmente o acesso a financiamento específico.
- uma intervenção de requalificação da EBS Artur Gonçalves que permita melhorar o estado das instalações e infraestruturas, bem como dotar a escola de equipamento adequado e suficiente. Face à dinâmica de evolução da população não nos parece que esta requalificação exija expansão das instalações, mas antes a sua modernização e reconversão, permitindo uma utilização do espaço mais flexível;
- a instalação de cobertura no espaço exterior do recreio na EB Manuel Figueiredo;
- uma intervenção de reabilitação e modernização na ES Maria Lamas que expanda o equipamento de rede a todo o edifício, proceda à recuperação das áreas degradadas como os pavimentos interiores e exteriores e as casas de banho, que instale uma cobertura no espaço de recreio exterior e que reequipe a escola com mobiliário e material didático. Esta intervenção deverá permitir uma redistribuição da população escolar entre as duas escolas do agrupamento com a passagem de turmas do 8º ano para a escola sede, tal como já acontece com as turmas do 9º ano.

Tabela 108 – Estado de conservação de infraestruturas, mobiliário individual e climatização dos estabelecimentos escolares com 2.º e 3.º CEB, da rede pública (2022)

Estabelecimento	Internet	Rede elétrica	Rede de água	Rede de esgotos	Janelas	Estores	Mobiliário (cadeiras, mesas...)	Aquecimento central	Ar condicionado	Outro tipo de aquecimento
AE Artur Gonçalves										
EB Dr. António Chora Barroso	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
EBS Artur Gonçalves	Todo o espaço	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
AE Gil Paes										
EB Manuel Figueiredo	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom	Bom	AVAC
ES Maria Lamas	Algumas áreas	Bom	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom	Não indicado	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 109 – Estado de conservação do edificado, balneários e recreios dos estabelecimentos escolares com 2.º e 3.º CEB, da rede pública (2022)

Estabelecimento	Pavimentos interiores	Pavimentos exteriores	Pinturas interiores	Pinturas exteriores	Recreios cobertos	Recreios descobertos	Balneários	WC dos alunos	WC dos docentes	Campos de jogos
AE Artur Gonçalves										
EB Dr. António Chora Barroso	Bom	Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
EBS Artur Gonçalves	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	Não disponível / Não existe	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado
AE Gil Paes										
EB Manuel Figueiredo	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
ES Maria Lamas	Degradado	Degradado	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Degradado	Degradado	Bom

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 110 – Conservação, adequação e suficiência do mobiliário e equipamento didático dos estabelecimentos escolares com 2.º e 3.º CEB, da rede pública (2022)

Estabelecimento	Conservação do mobiliário escolar	Adequação do mobiliário escolar	Conservação do material didático	Adequação do material didático	Suficiência do material didático
AE Artur Gonçalves					
EB Dr. António Chora Barroso	Razoável	Aceitável	Razoável	Adequado	Insuficiente
EBS Artur Gonçalves	Degradado	Desadequado	Degradado	Desadequado	Insuficiente
AE Gil Paes					
EB Manuel Figueiredo	Bom	Aceitável	Bom	Aceitável	Suficiente
ES Maria Lamas	Degradado	Desadequado	Degradado	Desadequado	Insuficiente

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

6. Ensino secundário

6.1. Ensino secundário público

O ensino secundário no concelho na componente de oferta de Cursos Científico-humanísticos é da exclusiva responsabilidade da rede de estabelecimentos de ensino público e localiza-se nas duas escolas sede dos dois agrupamentos do concelho. Contrariamente aos restantes níveis de ensino, a população escolar no ensino secundário nas ofertas de científico-humanísticos mantém-se estável entre 2012 e 2021. Porém, tal como no ensino básico, há uma diferença substancial na evolução dos dois agrupamentos: no AE Artur Gonçalves há uma taxa de variação positiva de 39% do nº de alunos, enquanto no AE Gil Paes se regista uma variação negativa de -22%, que tem sido compensada pelas transferências das turmas do 9º ano para a escola sede do agrupamento.

Verifica-se, igualmente, alguma especialização da oferta sendo que os Cursos de Artes Visuais são oferecidos no AE Gil Paes e os Cursos Socioeconómicos são oferecidos no AE Artur Gonçalves.

Tabela 111 – Alunos matriculados no Ensino Secundário em Torres Novas, por agrupamento e escola

Estabelecimentos	2012/2013 ^{115 116}	2015/2016	2020/2021	2021/2022 ¹¹⁷	Taxa de Variação (%) ¹¹⁸			
AE Gil Paes¹¹⁹								
ES Maria Lamas	10º ano 172 11º ano 129 12º ano 182	10º ano 182 - AV 34 - LH 76 - CT 71 - CS 1	10º ano 126 - AV 32 - LH 30 - CT 64 -	10º ano 140 - AV 26 - LH 42 - CT 72 -				
		11º ano 141 - AV 26 - LH 67 - CT 48	11º ano 122 - AV 24 - LH 41 - CT 57	11º ano 111 - AV 24 - LH 24 - CT 59				
		12º ano 130 - AV 27 - LH 56 - CT 47	12º ano 112 - AV 15 - LH 39 - CT 58	12º ano 128 - AV 22 - LH 44 - CT 63				
		Subtotal	483	453		360	379	-22

¹¹⁵ Ao contrário das restantes séries temporais em que se usou o ano letivo 2011/2012 como ano de partida, nesta análise optou-se por utilizar o ano letivo 2012/2013, na medida em que foi o primeiro após a extinção do 3º agrupamento existente em Torres Novas e, portanto, será o mais próximo da rede escolar atual.

¹¹⁶ Não disponível informação relativa à área de oferta de CCH

¹¹⁷ Dados fornecidos pelos Agrupamentos e Escolas.

¹¹⁸ A taxa de variação foi calculada sempre tendo por base o 1º e o último ano disponível para cada uma das escolas.

¹¹⁹ No ano letivo 2012/2013 a designação do agrupamento constante nos dados oficiais publicados pelo Ministério da Educação é Agrupamento de Escolas N.º 1 de Torres Novas.

Estabelecimentos	2012/2013 ^{115 116}	2015/2016	2020/2021	2021/2022 ¹¹⁷	Taxa de Variação (%) ¹¹⁸
AE Artur Gonçalves¹²⁰					
EBS Artur Gonçalves	10º ano 84 11º ano 95 12º ano 94	10º ano 107 - CS 30 - - CT 77 11º ano 82 - CS 26 - - CT 56 12º ano 106 - CS 27 - - CT 79	10º ano 144 - CS 40 - LH 32 - CT 72 11º ano 116 - CS 30 - LH 27 - CT 59 12º ano 142 - CS 42 - LH 31 - CT 69	10º ano 141 - CS 19 - LH 42 - CT 80 11º ano 129 - CS 37 - LH 22 - CT 70 12º ano 110 - CS 28 - LH 25 - CT 57	
Subtotal	273	295	402	380	39
TOTAL	756	748	762	759	0,4

Fonte: DGEEC, Tabelas de Dados, Alunos Matriculados Anos letivos 2012/2013, 2015/2016 e 2020/2021.

A distribuição de turmas entre os agrupamentos é equilibrada e, face ao número de alunos reportados e à sua distribuição por ofertas de entre os cursos de CCH, a EBS Artur Gonçalves estará com turmas de maior dimensão do que a ES Maria Lamas, ainda assim abaixo do limite máximo do número de alunos por turma no ensino secundário.

Tabela 112 – Nº de turmas no ensino secundário dos cursos científico-humanísticos, por unidade orgânica e escola, em 2021/2022

Estabelecimentos	10º ano	11º ano	12º ano
AE Gil Paes			
ES Maria Lamas	7	6	6
AE Artur Gonçalves			
EBS Artur Gonçalves	6	6	6
TOTAL	13	12	12

Fonte: DGEEC, Dados Administrativos das Escolas.

Os dados relativos ao indicador da conclusão no tempo certo, i.e., em 3 anos, permitem verificar que a EBS Artur Gonçalves regista uma evolução significativa, mas situa-se abaixo do nível nacional, enquanto a ES Maria Lamas tem valores mais altos no indicador, mas apresenta uma evolução descendente.

¹²⁰ No ano letivo 2012/2013 a designação do agrupamento constante nos dados oficiais publicados pelo Ministério da Educação é Agrupamento de Escolas N.º 2 de Torres Novas.

Tabela 113 – % de alunos que concluíram o ensino secundário CCH em 3 anos por escola e % de alunos que concluíram o ensino secundário CCH 3 anos a nível nacional de entre alunos com perfil semelhante

Estabelecimento	2017/2018		2018/2019		2019/2020	
	AE/Escola	País	AE/Escola	País	AE/Escola	País
EBS Artur Gonçalves	54	64	65	66	64	68
ES Maria Lamas	67	66	55	62	64	66

Fonte: DGEEC, Infoescolas.

As taxas de retenção nas duas escolas secundárias do concelho são bastante elevadas nos anos iniciais e terminais do ciclo, sobretudo se comparadas com os resultados nacionais, aspeto que começa a registar tendência de inversão a partir de 2018. Estes dados justificam que os 10º anos tenham um número bastante superior de alunos face aos restantes.

Tabela 114 – Taxas (%) de retenção e desistência no 3º ciclo do ensino básico nas escolas de Torres Novas e a nível nacional, por ano de escolaridade

Estabelecimentos	2016/2017			2017/2018			2018/2019			2019/2020		
	10º	11º	12º	10º	11º	12º	10º	11º	12º	10º	11º	12º
Nacional	16	8	28	14	8	26	13	8	23	9	3	13
EBS Artur Gonçalves	18	8	31	19	6	32	3	7	22	12	1	17
ES Maria Lamas	20	7	33	30	7	19	12	3	23	2	3	11

Fonte: DGEEC, Infoescolas.

A taxa de ocupação global no concelho para escolas com oferta de ensino secundário é de 96,4%, mas a ocupação nas duas escolas secundárias estão no limite, com a EBS Artur Gonçalves próxima da sua capacidade máxima e a ES Maria Lamas a 99,7%. Esta situação sugere, como temos vindo a referir, alguma intervenção que proporcione um maior equilíbrio na distribuição de alunos pela rede escolar do concelho, quer por via da revisão das áreas de influência das escolas quer por via de uma diferente distribuição das ofertas e, por conseguinte, das turmas entre as diferentes escolas do mesmo agrupamento.

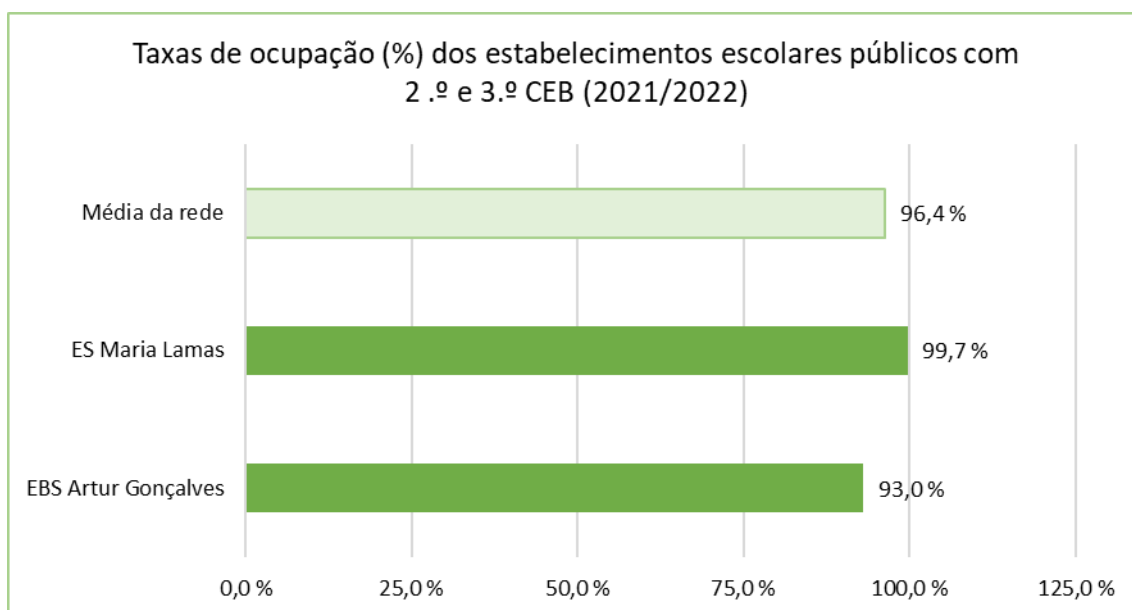


Figura 78 – Taxas de ocupação das Escolas com oferta de ensino secundário

Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Verifica-se que a escola com maior taxa de ocupação é aquela que apresenta também piores condições em termos do estado de conservação do edificado, do estado de conservação e da disponibilidade de equipamentos, ainda que, em termos de mobiliário e material didático, ambas as escolas secundárias apresentem níveis de degradação e de insuficiência similares. Assim, mantemos o nível de recomendações que as efetuadas para as mesmas escolas no ponto referente ao 2.º e 3º ciclos do ensino básico.

Tabela 115 – Estado de conservação de infraestruturas, mobiliário individual e climatização dos estabelecimentos escolares com ensino secundário (CCH), da rede pública (2022)

Estabelecimento	Internet	Rede elétrica	Rede de água	Rede de esgotos	Janelas	Estores	Mobiliário (cadeiras, mesas...)	Aquecimento central	Ar condicionado	Outro tipo de aquecimento
AE Artur Gonçalves										
EBS Artur Gonçalves	Todo o espaço	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
AE Gil Paes										
ES Maria Lamas	Algumas áreas	Bom	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 116 – Estado de conservação do edifício, balneários e recreios dos estabelecimentos escolares com ensino secundário (CCH), da rede pública (2022)

Estabelecimento	Pavimentos interiores	Pavimentos exteriores	Pinturas interiores	Pinturas exteriores	Recreios cobertos	Recreios descobertos	Balneários	WC dos alunos	WC dos docentes	Campos de jogos
AE Artur Gonçalves										
EBS Artur Gonçalves	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	Não disponível / Não existe	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado
AE Gil Paes										
ES Maria Lamas	Degradado	Degradado	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Degradado	Degradado	Bom

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 117 – Conservação, adequação e suficiência do mobiliário e equipamento didático dos estabelecimentos escolares com ensino secundário (CCH), da rede pública (2022)

Estabelecimento	Conservação do mobiliário escolar	Adequação do mobiliário escolar	Conservação do material didático	Adequação do material didático	Suficiência do material didático
AE Artur Gonçalves					
EBS Artur Gonçalves	Degradado	Desadequado	Degradado	Desadequado	Insuficiente
AE Gil Paes					
ES Maria Lamas	Degradado	Desadequado	Degradado	Desadequado	Insuficiente

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

6.2. Ensino profissional público e privado

A rede de ensino profissional no concelho organiza-se em torno dos dois agrupamentos de ensino público e de uma escola profissional privada, a EPTN, esta pertencente à Associação Torrejana de Ensino Profissional de Torres Novas.

Verifica-se uma certa especialização das áreas de formação da oferta formativa entre os agrupamentos públicos: (i) o AE Artur Gonçalves tem uma oferta menos diversificada e organiza-se em torno de cursos na área da multimédia e da área do desporto; (ii) o AE Gil Paes apresenta uma oferta com maior amplitude organizada em torno de áreas dos serviços, turismo, informática e mecatrónica.

A oferta da escola profissional privada tem maior amplitude, mas apresenta sobreposições com o AE Gil Paes na área da informática.

A organização da oferta demonstra, assim, uma dificuldade de especialização entre as diferentes instituições e uma fraca coordenação da rede, gerando situações concorrenciais num contexto em que a população escolar está em quebra. Contudo, importa referir que a população escolar neste segmento da oferta é a única que cresce, apresentando uma taxa de variação positiva de 12%, entre 2012 e 2021. Esta evolução fica a dever-se ao crescimento da rede de oferta privada que se situa nos 31%, enquanto a rede pública tem uma variação negativa de -5%, com maior expressão no AE Artur Gonçalves. O AE Gil Paes cresceu em número de alunos entre 2020 e 2021, parecendo inverter a tendência de redução de procura nesta modalidade de ensino secundário. Apesar desta recuperação, o ensino profissional representa apenas 25% dos alunos do AE Gil Paes no ensino secundário, ligeiramente superior ao do AE Artur Gonçalves que se situa nos 22%.

A tensão concorrencial entre oferta pública e privada é evidente e foi sublinhada pelas direções dos agrupamentos no processo de consulta associado à elaboração da carta educativa. Num contexto que ainda não é de redução generalizada de alunos no ensino secundário, este aspeto tenderá a aprofundar-se, a menos que se proceda a uma gestão da rede orientada à especialização da oferta e à complementaridade, aspeto que não foi ainda conseguido.

Tabela 118 – Oferta e número de alunos matriculados no Ensino Secundário Profissional em Torres Novas, por escola

Estabelecimentos	2012/2013 ¹²¹ 122	2015/2016	2020/2021	2021/2022 ¹²³	Taxa de Variação (%) ¹²⁴
Rede Pública					
AE Gil Paes¹²⁵					
ES Maria Lamas					
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos		13	13	12	
Técnico de Mecatrónica		32	38	48	
Técnico de Turismo Ambiental e Rural		20	-	-	
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos		9	8	14	
Técnico de Receção		-	12	22	
Subtotal	98	74	71	96	-2
AE Artur Gonçalves¹²⁶					
EBS Artur Gonçalves					
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva		45	-	-	
Técnico de Multimédia		45	45	40	
Técnico de Desporto		-	46	44	
Subtotal	91	90	91	84	-8
Subtotal rede pública	189	164	162	180	-5
Rede Privada					
EPTN					
Animador Sociocultural		60	48	37	
Técnico de Comunicação e Marketing		13	31	38	
Técnico de Gestão		14	40	37	
Técnico de Turismo		42	32	35	
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos		27	48	46	
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos		24	16	15	
Técnico de Logística		-	30	27	
Técnico de Multimédia		24	-	-	
Subtotal rede privada	174	204	245	227	31
TOTAL	363	368	407	407	12

Fonte: DGEEC, Tabelas de Dados, Alunos Matriculados Anos letivos 2012/2013, 2015/2016 e 2020/2021.

¹²¹ Ao contrário das restantes séries temporais em que se usou o ano letivo 2011/2012 como ano de partida, nesta análise optou-se por utilizar o ano letivo 2012/2013, na medida em que foi o primeiro após a extinção do 3º agrupamento existente em Torres Novas e, portanto, será o mais próximo da rede escolar atual.

¹²² Não está disponível informação relativa aos cursos oferecidos

¹²³ Dados fornecidos pelos Agrupamentos e Escolas.

¹²⁴ A taxa de variação foi calculada sempre tendo por base o 1º e o último ano disponível para cada uma das escolas.

¹²⁵ No ano letivo 2012/2013 a designação do agrupamento constante nos dados oficiais publicados pelo Ministério da Educação é Agrupamento de Escolas N.º 1 de Torres Novas.

¹²⁶ No ano letivo 2012/2013 a designação do agrupamento constante nos dados oficiais publicados pelo Ministério da Educação é Agrupamento de Escolas N.º 2 de Torres Novas.

Segundo a informação consultada nas bases de dados administrativos das escolas¹²⁷, os agrupamentos de Torres Novas tinham em 2021/2022 a sua oferta de ensino profissional organizada em 7 turmas: 4 no AE Gil Paes e 3 no AE Artur Gonçalves. Tendo em conta a distribuição dos cursos, este número de turmas significa que há turmas mistas ou meias turmas, nomeadamente na ES Maria Lamas, que deverá ter uma turma que conjuga os cursos de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos e de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, uma turma do curso de Técnico de Receção e duas turmas do curso Técnico de Mecatrónica. Por seu turno, na EBS Artur Gonçalves, com 84 alunos distribuídos por 3 turmas, não é linear a forma como se organizam os grupos, uma vez que terá de haver uma turma organizada em duas meias turmas de cursos díspares (Técnico de Desporto e Técnico de Multimédia). Este processo de rateio e autorização das turmas pela administração educativa gera situações pouco funcionais do ponto de vista pedagógico.

Uma análise dos resultados a partir do indicador “% de alunos que concluem o curso em 3 anos” (ou seja, dentro do tempo esperado), permite concluir que há uma diferença substancial na performance das escolas. Quer na EPTN quer na ES Maria Lamas esta percentagem supera a do país, enquanto na EBS Artur Gonçalves foi apenas de 8%. É, porventura, uma situação pontual, já que em anos anteriores, e apesar desta escola apresentar sempre os registos mais baixos de entre as 3, nunca apresentou um valor similar a este neste indicador.

As perdas de alunos que não concluíram o curso em 3 anos, mas estão inscritos noutra modalidade do ensino secundário, dá-nos uma aproximação ao tema da reorientação de percursos. O que os dados nos mostram é que, quer na ES Maria Lamas quer na EPTN, a percentagem de alunos que não conclui em 3 anos e faz esta reorientação de percurso é superior à verificada a nível nacional. Neste sentido, eventualmente o reforço dos programas de orientação vocacional poderiam permitir um maior acerto entre as escolhas dos alunos e as suas preferências e a oferta disponível e a disponibilizar pelas escolas.

Mais relevante que a reorientação de percurso, é o indicador de perda de alunos que podemos associar àquela percentagem de alunos que, não tendo concluído o curso em 3 anos, também não se inscreveu noutras modalidades de ensino secundário. Serão estes os que não concluem o nível secundário de ensino em ofertas de educação e que, ou simplesmente não concluem, ou o fazem em ofertas da esfera do IEF. Quer na EBS Artur Gonçalves quer na EPTN, as perdas são significativas e são superiores às registadas a nível nacional. De referir que, no entanto, são muitos os alunos que se mantêm no ensino profissional apesar de não concluírem o curso em 3 anos. Esta percentagem é ainda significativa, sobretudo na EBS Artur Gonçalves, atingindo os 64%.

¹²⁷ BIME – Plataforma de Informação Edu, acessível em [Oracle BI Interactive Dashboards - Índice \(edu.gov.pt\)](#)

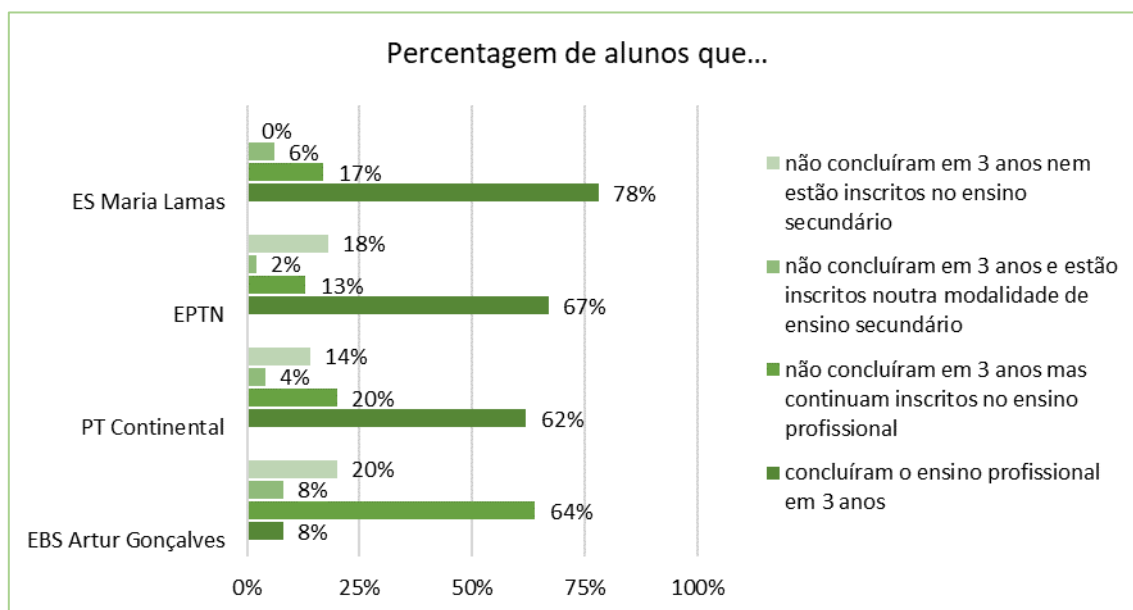


Figura 79 – % de alunos do ensino profissional que concluíram/não concluíram o curso em 3 anos na EBS Artur Gonçalves, em 2019/2020

Fonte: DGEEC, Infoescolas.

A natureza dos cursos oferecidos pode ajudar a explicar a disparidade que encontramos entre escolas. Para os cursos para os quais se dispõe de informação relativa a conclusões no tempo certo (3 anos), em 2019/2020, verificamos que é nos agrupamentos públicos que se situam os valores mais altos e mais baixos e que não há um padrão por área de formação.

Tabela 119 – % de alunos que terminaram o curso no tempo certo, 2019/2020

Escola	Curso	%
EBS Artur Gonçalves	Técnico/a de Multimédia	6
EPTN	Técnico/a de Turismo	71
	Animador/a Sociocultural	50
	Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	67
	Técnico/a de Gestão	80
ES Maria Lamas	Técnico/a de Mecatrónica	100

Fonte: DGEEC, Infoescolas.

Em todo o caso, como verificámos anteriormente, o principal tema que se verifica é o das elevadas taxas de retenção e desistência no concelho no ensino profissional, cujos dados não estão disponíveis ao nível de escola, mas que conjugados com os indicadores apresentados acima nos permitem identificar as áreas mais problemáticas.

Finalmente, note-se que os aspetos relativos às infraestruturas escolares e equipamentos são os mesmos já referidos a propósito do ensino secundário na oferta de cursos científico-humanísticos, aos quais acresce a informação relativa à EPTN, que se apresentam nas tabelas seguintes. Neste último caso, o levantamento efetuado permite concluir que esta Escola se encontra em melhores condições

(em termos de infraestruturas e equipamentos) do que as duas escolas da rede pública. Destas duas, a que se encontra em situação mais crítica é a EBS Artur Gonçalves, que é também aquela que apresenta resultados menos bons nos indicadores relativos ao ensino profissional.

Tabela 120 – Estado de conservação de infraestruturas, mobiliário individual e climatização dos estabelecimentos escolares com ensino profissional (2022)

Estabelecimento	Internet	Rede elétrica	Rede de água	Rede de esgotos	Janelas	Estores	Mobiliário (cadeiras, mesas...)	Aquecimento central	Ar condicionado	Outro tipo de aquecimento
AE Artur Gonçalves										
EBS Artur Gonçalves	Todo o espaço	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
AE Gil Paes										
ES Maria Lamas	Algumas áreas	Bom	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom	n.d.	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe
Rede Privada										
EPTN	Todo o espaço	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	n.d.	Bom	Não disponível / Não existe

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 121 – Estado de conservação do edificado, balneários e recreios dos estabelecimentos escolares com ensino profissional (2022)

Estabelecimento	Pavimentos interiores	Pavimentos exteriores	Pinturas interiores	Pinturas exteriores	Recreios cobertos	Recreios descobertos	Balneários	WC dos alunos	WC dos docentes	Campos de jogos
AE Artur Gonçalves										
EBS Artur Gonçalves	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	Não disponível / Não existe	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado	Degradado
AE Gil Paes										
ES Maria Lamas	Degradado	Degradado	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Degradado	Degradado	Bom
Rede Privada										
EPTN	Bom	Razoável	Razoável	Razoável	Bom	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom	Bom	Não disponível / Não existe

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Tabela 122 – Conservação, adequação e suficiência do mobiliário e equipamento didático dos estabelecimentos escolares com ensino profissional (2022)

Estabelecimento	Conservação do mobiliário escolar	Adequação do mobiliário escolar	Conservação do material didático	Adequação do material didático	Suficiência do material didático
AE Artur Gonçalves					
EBS Artur Gonçalves	Degradado	Desadequado	Degradado	Desadequado	Insuficiente
AE Gil Paes					
ES Maria Lamas	Degradado	Desadequado	Degradado	Desadequado	Insuficiente
Rede Privada					
EPTN	Bom	Adequado	Bom	Adequado	Suficiente

Fonte: Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares (Município de Torres Novas, 2022).

Em termos da oferta de ensino profissional, os aspetos mais relevantes a ter em conta na perspetiva do planeamento, são os seguintes:

- (i) reorganização da rede de oferta com maior especialização entre escolas, evitando as situações concorrenciais;
- (ii) reforço e modernização dos equipamentos e infraestruturas afetas ao ensino profissional, tendo em conta esse nível de especialização;
- (iii) reforço dos programas de orientação vocacional e do acompanhamento dos alunos ao longo do seu percurso formativo de forma a potenciar percursos de sucesso e reduzir as taxas de retenção.

Cabe aqui uma referência acerca do Aviso de Abertura de Concurso para os **Centros Tecnológicos Especializados** (IGEFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., 2022). O concurso irá decorrer com três fases de candidaturas¹²⁸, e as entidades educativas com ensino profissional podem concorrer a qualquer das fases¹²⁹, sendo que o valor máximo elegível em cada candidatura se situa entre 1,1 M€ euros e 1,7 M€. Este concurso é particularmente importante, face ao que acabámos de referir acerca do ensino profissional, nomeadamente para os dois primeiros pontos, embora, à data da elaboração desta Carta Educativa, ainda não sejam conhecidos os resultados¹³⁰.

O concurso destina-se à apresentação de candidaturas no âmbito da Componente 6 “Qualificações e Competências” (C6) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Investimento RE-C06-i01 para a modernização da oferta dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional do PRR.

Pretende-se, concretamente e no quadro daquele Aviso, proceder à instalação e modernização de 365 Centros Tecnológicos Especializados (CTE) em estabelecimentos de ensino públicos com oferta de cursos profissionais e em escolas profissionais, públicas ou privadas, dos quais 115 centros industriais, 30 centros de energias renováveis, 195 centros de informática e 25 centros digitais e multimédia. Os Centros Tecnológicos Especializados serão geridos por diretores da rede de escolas públicas ou por entidades privadas. Este investimento envolve a modernização e reabilitação das instalações e infraestruturas existentes e a aquisição de recursos educativos tecnológicos (equipamento).

Não tendo havido uma sinergia local que possibilitasse a apresentação de uma candidatura conjunta, o AE Gil Paes apresentou uma candidatura para um Centro Tecnológico Especializado Industrial, enquanto a EPTN optou por uma candidatura a um Centro Tecnológico Especializado de Informática.

Trata-se de uma oportunidade ímpar e bastante importante para o concelho que, a concretizar-se, mesmo que com apenas um CTE, irá certamente ter um impacto significativo na qualidade da oferta e na melhoria das taxas de procura desta modalidade de formação.

¹²⁸ 1.ª fase, decorreu entre 20 de junho e 31 de agosto de 2022, 2.ª fase, decorrerá de 1 de março a 29 de abril de 2023, e a 3.ª fase de candidaturas terá lugar de 1 de março a 29 de abril de 2024.

¹²⁹ Desde que não tenham tido uma candidatura aprovada durante a(s) fase(s) anterior(es).

¹³⁰ A divulgação dos resultados da primeira fase de candidaturas, está prevista para 16 de novembro.

7. Educação e formação

7.1. A oferta no concelho

Em complemento à informação já referida nos capítulos anteriores, refira-se que, no âmbito da oferta formativa para adultos (Educação de Adultos), existem dois Centros Qualifica no Concelho: o Centro Qualifica Competir, da empresa privada Competir – Formação e Serviços, S.A. (com atividade atualmente muito reduzida) e o Centro Qualifica da EPTN, que desenvolve processos RVCC de Nível Básico: 4.º, 6.º e 9.º ano de escolaridade; Nível Secundário: 12.º ano de escolaridade e Profissional na área de Comércio e Logística.

Os dados do Centro Qualifica da EPTN apresentam-se em seguida, sendo de destacar que os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) são a única oferta que é interna ao Centro Qualifica e no caso dizem respeito a certificações escolares (maioritariamente 12º ano) e profissionais (Técnico de Logística e Técnico Comercial):

Tabela 123 – Evolução do número de processos do Centro Qualifica da EPTN, 2019 – 2021

	2019	2020	2021
Inscrições	317	101	138
Encaminhados	269	104	115
Encaminhados para RVCC	68	47	44
Certificados RVCC	27	35	21
Certificados em outras áreas (a partir de 2020)	-	133	115

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Devem igualmente ser consideradas as ofertas formativas do IEFP, sendo que o Serviço de Emprego de Torres Novas se encontra inserido no Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo, que abrange uma área muito extensa e se encontra dividido da seguinte forma:

- serviços de emprego: Torres Novas, Tomar, Abrantes e Sertã
- serviços de formação profissional: Tomar e polos em Torres Novas, Sertã e Abrantes

Existe na região do Médio Tejo uma oferta formativa muito vasta e que abrange praticamente todas as áreas profissionais e todos os níveis de qualificação (do nível II ao nível V). Além da formação de qualificação profissional, é igualmente oferecida formação com equivalência escolar: Ensino e Formação de Adultos (EFA) nível básico; EFA nível secundário e Cursos de Aprendizagem.

O polo de formação em Torres Novas tem sobretudo ofertas na área da restauração – cozinha, pastelaria, serviço de mesa – e na área da costura – costureiro modista e costureiro industrial de tecidos, com oficinas próprias. Quanto aos Cursos de Aprendizagem, o IEFP oferece todos os anos um curso e tem sobretudo vindo a investir na área da informática e na área da logística. Já para as ofertas de nível V, também tem sido feita uma aposta na área da Informática como o Curso de Técnico Especialista em Cibersegurança e Gestão de redes.

Também ao nível das ofertas de nível V, o CEPTON, do Instituto Politécnico de Tomar, ofereceu Cursos de Técnico Superior de Especialização Profissional com 3 turmas nos últimos anos letivos nas áreas de

Animação e Modelação 3D e Web e Dispositivos Móveis. No ano letivo de 2022/2023 encontra-se inativo, mas mantém as candidaturas abertas.

Nos anos letivos de 2018/2019 e 2019/2020, o CEPTON tinha os seguintes alunos inscritos:

Tabela 124 – Nº alunos inscritos em CTeSP no CEPTON, 2018-2020

CTeSP	Ano letivo 2019/2020		Ano letivo 2018/2019	
	Ano	Nº alunos	Ano	Nº alunos
Animação e Modelação 3D	2º	6	1º	8
Web e Dispositivos Móveis	2º	8	1º	19
Web e Dispositivos Móveis	1º	17	2º	5
Total		31		32

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Deve ser igualmente referido que o CRIT oferece um conjunto de ofertas formativas de dupla certificação, certificação profissional e formação contínua, para a população com deficiência ou incapacidades, que tenham idade igual ou superior a 16 anos, tendo tido 73 formandos no setor da Formação e Emprego em 2022. A atividade do CRIT encontra-se certificada pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT) em 11 áreas de Educação e Formação¹³¹:

- 213 – Audiovisuais e produção dos Media;
- 215 – Artesanato;
- 341 – Comércio;
- 481 – Ciências Informáticas;
- 521 – Metalurgia e Metalomecânica;
- 542 – Indústria do Têxtil, vestuário, calçado e couro;
- 543 – Materiais (Indústria da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros);
- 621 – Produção Agrícola e Animal;
- 622 – Floricultura e jardinagem;
- 762 – Trabalho Social e Orientação;
- 811 – Hotelaria e Restauração.

As suas atividades no setor da formação e emprego encontram-se divididas em duas dimensões, a saber:

1. Qualificação profissional:

1.1. Recuperação e atualização de competências, em caso de Lesão Cerebral Adquirida

1.2. Formação Profissional Inicial

1.2.1. De dupla certificação

1.2.1.1. Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade

1.2.1.2. Costureiro/a Modista

1.2.1.3. Cozinheiro/a

¹³¹ Códigos das áreas de Formação estabelecidos na Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF)

- 1.2.1.4. Operador/a Agrícola – Horticultura e Fruticultura
 - 1.2.1.5. Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário
 - 1.2.1.6. Operador/a de Armazenagem
 - 1.2.1.7. Operador/a de Informática
 - 1.2.1.8. Operador/a de Jardinagem
 - 1.2.1.9. Operador/a Gráfico de Acabamentos
 - 1.2.1.10. Serralheiro/a Civil
 - 1.2.2. De certificação profissional
 - 1.2.2.1. Oleiro/a
 - 1.2.2.2. Operador/a de Curtumes
 - 1.2.2.3. Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade
 - 1.2.2.4. Operador/a Agrícola – Horticultura e Fruticultura
 - 1.2.2.5. Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário
 - 1.2.2.6. Operador/a de Armazenagem
 - 1.2.2.7. Operador/a de Jardinagem
 - 1.2.2.8. Serralheiro/a Civil
 - 1.2.3. Atividades de reabilitação funcional
 - 1.2.4. Apoios técnico-terapêuticos
 - 1.2.5. Atividades desportivas, de recreação e lazer
 - 1.2.6. Treino de Competências pessoais e sociais
 - 1.2.7. Formação Contínua
 - 1.2.7.1. Aprendo Mais: Informática
 - 1.2.7.2. Aprendo Mais: Produção Alimentar
 - 1.2.7.3. Aprendo Mais: Trabalhos oficinais
 - 1.2.7.4. Aprendo Mais: Agricultura Biológica
2. Emprego:
- 2.1. Informação, avaliação e orientação para a qualificação e o emprego
 - 2.2. Apoio à Colocação
 - 2.3. Avaliação de capacidade de trabalho
 - 2.4. Eliminação de Barreiras Arquitetónicas em posto de trabalho
 - 2.5. Prescrição de Produtos de Apoio/Ajudas Técnicas, de nível 3
 - 2.6. Acompanhamento pós-colocação

7.2. Indicadores de conclusão e empregabilidade do ensino profissional

Atendendo às metas quantitativas definidas em sede da Estratégia Europa 2030 para o crescimento e emprego, torna-se necessário identificar os indicadores de empregabilidade e prosseguimento de estudos do ensino profissional do concelho de Torres Novas com base na informação no âmbito da monitorização do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais (EQAVET).

“O Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais (Quadro EQAVET), instituído pela Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2009, foi concebido para melhorar a Educação e Formação Profissional (EFP) no espaço europeu, colocando

à disposição das autoridades e dos operadores de EFP ferramentas comuns para a gestão da qualidade assentes numa forte articulação entre os diferentes *stakeholders* (decisores políticos, organismos reguladores, operadores de EFP, alunos/formandos, profissionais de EFP e de orientação, encarregados de educação, empresários e outros parceiros sociais) e no desenvolvimento, monitorização, avaliação e melhoria contínua da eficiência da oferta.” (ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional I.P., 2015)

Antes, porém, clarificam-se os conceitos e indicadores que iremos utilizar:

- **Ciclo de formação** – período de 3 anos que decorre entre o ano de início e o ano de conclusão prevista de um curso (p.e. 2017/2020);
- **Aluno/Formando matriculado** – qualquer aluno/formando que tenha ingressado no curso em qualquer momento do seu ciclo de formação (3 anos)
- **Conclusão no tempo previsto** – considera-se que um aluno/formando matriculado conclui o curso dentro do tempo previsto quando o faz até 31 de dezembro do último ano do ciclo de formação;
- **Taxa de diplomados (ou de conclusão)** – é calculada dividindo o número de diplomados (dentro do tempo previsto), pelo número total de alunos/formandos matriculados nesse curso;
- **Taxa de prosseguimento de estudos** - é calculada dividindo o número de diplomados (dentro do tempo previsto) que estão a frequentar um curso pós-secundário ou ensino superior, pelo número total de alunos/formandos diplomados;
- **Taxa de empregabilidade** – é calculada dividindo o número total de diplomados empregados (tempo completo ou parcial) e/ou a trabalhar por conta própria (até 3 anos após a data de conclusão do curso), pelo número total de alunos/formandos diplomados.

7.2.1. AE Artur Gonçalves

No AE Artur Gonçalves constatamos que:

- as taxas de conclusão variam entre os 100% no curso de Técnico/a de Multimédia (2015/2018) e Técnico/a de Desporto (2018/2021) e os 47,1% no curso Técnico/a de Multimédia (2017/2020). A situação pandémica provocada pela Covid-19, poderá ser o fator explicativo deste baixo valor, até porque o curso Técnico/a de Multimédia apresenta taxas de conclusão muito elevadas nos restantes ciclos de formação;
- a taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos regista o seu valor mais elevado no curso Técnico/a de Multimédia (95,5% em 2015/2018 e 100% em 2016/2019). O ciclo de formação 2017/2020 apresenta o valor mais baixo relativo a esta taxa (70,8%), com 75% no curso Técnico/a de Multimédia e 66,7% no curso Técnico/a de Desporto;
- no ciclo de formação mais recente, de 2019/2022, os valores da empregabilidade e prosseguimento de estudos foram de 90% no curso Técnico/a de Desporto e de 75% no curso Técnico/a de Multimédia;
- analisando globalmente apenas a taxa de empregabilidade, verificamos que esta varia entre os 93,8% no curso Técnico/a de Multimédia (2016/2019) e os 20% no curso Técnico/a de Desporto (2019/2022).

Tabela 125 – Situação dos alunos do Ensino Profissional, AE Artur Gonçalves, por ciclo de formação (2015 - 2022)

AE Artur Gonçalves, por ciclo de formação	Taxa de diplomados	Taxa de empregabilidade	Taxa de prosseguimento de estudos	Taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos
2015/2018	84,1%	73,0%	18,0%	91,1%
Técnico/a Auxiliar Gestão Desportiva	68,2%	73,3%	13,3%	86,7%
Técnico/a de Multimédia	100,0%	72,7%	22,7%	95,5%
2016/2019	83,4%	81,3%	12,5%	93,8%
Técnico/a Auxiliar Gestão Desportiva	72,7%	68,8%	18,8%	87,5%
Técnico/a de Multimédia	94,1%	93,8%	6,3%	100,0%
2017/2020	58,1%	59,0%	11,8%	70,8%
Técnico/a de Desporto	69,2%	55,6%	11,1%	66,7%
Técnico/a de Multimédia	47,1%	62,5%	12,5%	75,0%
2018/2021	91,2%	48,3%	34,5%	82,9%
Técnico/a de Desporto	100,0%	46,7%	33,3%	80,0%
Técnico/a de Multimédia	82,4%	50,0%	35,7%	85,7%
2019/2022	76,0%	30,8%	51,7%	82,5%
Técnico/a de Desporto	76,9%	20,0%	70,0%	90,0%
Técnico/a de Multimédia	75,0%	41,7%	33,3%	75,0%
Taxa média (todos os cursos)	78,6%	58,5%	25,7%	84,2%

Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização da empregabilidade no ensino profissional (AE Artur Gonçalves, Município de Torres Novas, 2022)

Globalmente e por curso, a variação destes resultados pode ser consultada na tabela seguinte:

Tabela 126 – Situação dos alunos do Ensino Profissional, AE Artur Gonçalves, por curso profissional (2015 - 2022)

AE Artur Gonçalves, por curso	Taxa de diplomados	Taxa de empregabilidade	Taxa de prosseguimento de estudos	Taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos
Técnico/a Auxiliar Gestão Desportiva	70,5%	71,0%	16,0%	87,1%
2015/2018	68,2%	73,3%	13,3%	86,7%
2016/2019	72,7%	68,8%	18,8%	87,5%
Técnico/a de Desporto	82,1%	40,7%	38,1%	78,9%
2017/2020	69,2%	55,6%	11,1%	66,7%
2018/2021	100,0%	46,7%	33,3%	80,0%
2019/2022	76,9%	20,0%	70,0%	90,0%
Técnico/a de Multimédia	79,7%	64,1%	22,1%	86,2%
2015/2018	100,0%	72,7%	22,7%	95,5%

AE Artur Gonçalves, por curso	Taxa de diplomados	Taxa de empregabilidade	Taxa de prosseguimento de estudos	Taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos
2016/2019	94,1%	93,8%	6,3%	100,0%
2017/2020	47,1%	62,5%	12,5%	75,0%
2018/2021	82,4%	50,0%	35,7%	85,7%
2019/2022	75,0%	41,7%	33,3%	75,0%
Taxa média (todos os cursos)	78,6%	58,5%	25,7%	84,2%

Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização da empregabilidade no ensino profissional (AE Artur Gonçalves, Município de Torres Novas, 2022)

7.2.2. AE Gil Paes

Ainda no ensino profissional público, no Agrupamento de Escolas Gil Paes, verificamos que:

- a taxa de conclusão/diplomados do ensino profissional varia entre 100% no curso de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos no ciclo de formação 2014/2017 e 57,1% no curso de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos no ciclo de formação 2018/2021, sendo de destacar que ambos os valores se referem ao mesmo curso (cuja taxa de diplomados tem vindo a decrescer ao longo do tempo);
- os três cursos com a taxa de conclusão/diplomados mais elevada são os de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (com 100% em 2014/2017), Técnico de Mecatrónica (94,1% em 2017/2020) e Técnico de Manutenção Industrial - variante de Mecatrónica (com 93,8% em 2014/17);
- a taxa de empregabilidade varia entre os 90,0% no curso de Técnico/a de Receção, no ciclo de formação 2019/2022 e os 9,1% no curso de Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos, no ciclo de formação de 2017/2020;
- os três cursos com a taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos mais elevada são: Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos (100%, no ciclo de formação 2015/2018) e Técnico/a de Receção (100%, no ciclo de formação 2019/2022), Técnico/a de Manutenção Industrial - variante de Mecatrónica (93,3%, 2014/2017) e Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural (92,9%, 2015/2018);
- no ciclo de formação mais recente, de 2019/2022, os valores da empregabilidade e prosseguimento de estudos foram de 90% no curso Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos e de 100% no curso de Técnico/a de Receção;
- ao analisar apenas a taxa de empregabilidade, verifica-se que é o curso de Técnico/a de Receção que apresenta o valor mais elevado (90% em 2019/2022);
- o curso de Técnico de Gestão de Sistemas Informáticos, no ciclo de formação de 2017/2020, apresentou uma taxa de empregabilidade de apenas 9,1% (apesar da taxa de diplomados ser 91,7%) e, no ciclo de formação 2018/2021, o curso de Técnico de Gestão e Programação de Equipamentos Informáticos apresentou um valor de 12,5% para a taxa de empregabilidade. Esta baixa empregabilidade poderá ser explicada, mais uma vez, pelo facto dos anos terminais destes ciclos de formação (2020 e 2021) terem sido marcados pelo contexto económico adverso da pandemia de Covid-19, não obstante a área profissional de informática.

Tabela 127 – Situação dos alunos do Ensino Profissional, AE Gil Paes, por ciclo de formação (2014 - 2022)

AE Gil Paes, por ciclo de formação	Taxa de diplomados	Taxa de empregabilidade	Taxa de prosseguimento de estudos	Taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos
2014/2017	96,9%	43,3%	42,2%	85,6%
Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	100,0%	33,3%	44,4%	77,8%
Técnico/a de Manutenção Industrial - variante de Mecatrónica	93,8%	53,3%	40,0%	93,3%
2015/2018	74,4%	64,5%	30,4%	94,8%
Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos	84,6%	63,6%	36,4%	100,0%
Técnico/a de Manutenção Industrial - variante de Mecatrónica	75,0%	58,3%	33,3%	91,7%
Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural	63,6%	71,4%	21,4%	92,9%
2016/2019	65,0%	40,4%	33,2%	73,6%
Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	68,4%	30,8%	53,8%	84,6%
Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural	61,5%	50,0%	12,5%	62,5%
2017/2020	92,9%	20,2%	55,4%	75,6%
Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos	91,7%	9,1%	54,5%	63,6%
Técnico/a de Mecatrónica	94,1%	31,3%	56,3%	87,5%
2018/2021	68,6%	31,3%	27,1%	58,3%
Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	57,1%	12,5%	37,5%	50,0%
Técnico/a de Mecatrónica	80,0%	50,0%	16,7%	66,7%
2019/2022	76,9%	75,0%	20,0%	95,0%
Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos	76,9%	60,0%	30,0%	90,0%
Técnico/a de Receção	76,9%	90,0%	10,0%	100,0%
Taxa média (todos os cursos)	78,7%	47,2%	34,4%	81,6%

Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização da empregabilidade no ensino profissional (AE Gil Paes, Município de Torres Novas, 2022)

Globalmente e por curso, a variação destes resultados pode ser consultada na tabela seguinte:

Tabela 128 – Situação dos alunos do Ensino Profissional, AE Gil Paes, por curso profissional (2014 - 2022)

AE Gil Paes, por curso	Taxa de diplomados	Taxa de empregabilidade	Taxa de prosseguimento de estudos	Taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos
Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos	84,4%	44,2%	40,3%	84,5%
2015/2018	84,6%	63,6%	36,4%	100,0%

AE Gil Paes, por curso	Taxa de diplomados	Taxa de empregabilidade	Taxa de prosseguimento de estudos	Taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos
2017/2020	91,7%	9,1%	54,5%	63,6%
2019/2022	76,9%	60,0%	30,0%	90,0%
Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	75,2%	25,5%	45,3%	70,8%
2014/2017	100,0%	33,3%	44,4%	77,8%
2016/2019	68,4%	30,8%	53,8%	84,6%
2018/2021	57,1%	12,5%	37,5%	50,0%
Técnico/a de Manutenção Industrial - variante de Mecatrónica	84,4%	55,8%	36,7%	92,5%
2014/2017	93,8%	53,3%	40,0%	93,3%
2015/2018	75,0%	58,3%	33,3%	91,7%
Técnico/a de Mecatrónica	87,1%	40,6%	36,5%	77,1%
2017/2020	94,1%	31,3%	56,3%	87,5%
2018/2021	80,0%	50,0%	16,7%	66,7%
Técnico/a de Receção	76,9%	90,0%	10,0%	100,0%
2019/2022	76,9%	90,0%	10,0%	100,0%
Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural	62,6%	60,7%	17,0%	77,7%
2015/2018	63,6%	71,4%	21,4%	92,9%
2016/2019	61,5%	50,0%	12,5%	62,5%
Taxa média (todos os cursos)	78,7%	47,2%	34,4%	81,6%

Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização da empregabilidade no ensino profissional (AE Gil Paes, Município de Torres Novas, 2022)

7.2.3. Escola Profissional de Torres Novas

Sobre o ensino profissional privado no concelho, a Escola Profissional de Torres Novas (EPTN), os dados evidenciam que:

- as taxas de diplomados/conclusão dos cursos, variam entre os 83,3% no curso Técnico/a de Gestão (2016/2019) e os 46,7% nos cursos Técnico/a de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade (2015/2018) e Animador/a Sociocultural (2017/2020);
- a taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos regista o seu valor mais elevado (100%) no curso Técnico/a de Gestão em 2015/2018, sendo o segundo valor mais elevado de 91,7% no curso Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, no mesmo ciclo de formação;
- no ciclo de formação mais recente nos dados disponibilizados pela EPTN, de 2017/2020, os valores da taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos foram de 55% no curso Técnico/a de Turismo, 71,4% no curso Animador/a Sociocultural, 75% no curso Técnico/a de Gestão e de 81,3% no curso Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos;

- analisando globalmente a taxa de empregabilidade, verificamos que esta varia entre os 70% no curso Técnico/a de Turismo (2015/2018) e os 0% no curso Animador/a Sociocultural (2017/2020). Registe-se que, nos cursos em que a empregabilidade é muito baixa (0% para o curso Animador/a Sociocultural - no ciclo formativo 2017/2020 - e 7,1% para o curso Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos - no ciclo formativo 2016/2019), as respetivas taxas de prosseguimento de estudos apresentam os valores mais elevados desse ciclo de estudos (71,4% e 57,1%, respetivamente).

Tabela 129 – Situação dos alunos do Ensino Profissional, EPTN, por curso profissional (2014 - 2020)

Cursos da EPTN	Taxa de diplomados	Taxa de empregabilidade	Taxa de prosseguimento de estudos	Taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos
2014/2017	60,5%	53,2%	13,3%	66,6%
Animador/a Sociocultural	48,4%	66,7%	6,7%	73,3%
Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos	58,1%	55,6%	16,7%	72,2%
Técnico/a de Turismo	75,0%	37,5%	16,7%	54,2%
2015/2018	64,1%	55,1%	21,4%	76,5%
Animador/a Sociocultural	80,0%	37,5%	6,3%	43,8%
Técnico/a de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	46,7%	42,9%	14,3%	57,1%
Técnico/a de Gestão	64,3%	66,7%	33,3%	100,0%
Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	70,6%	58,3%	33,3%	91,7%
Técnico/a de Turismo	58,8%	70,0%	20,0%	90,0%
2016/2019	76,2%	23,4%	28,4%	51,8%
Animador/a Sociocultural	81,8%	33,3%	11,1%	44,4%
Técnico/a de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	61,9%	23,1%	15,4%	38,5%
Técnico/a de Gestão	83,3%	30,0%	30,0%	60,0%
Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos	77,8%	7,1%	57,1%	64,3%
2017/2020	63,4%	37,8%	32,9%	70,7%
Animador/a Sociocultural	46,7%	0,0%	71,4%	71,4%
Técnico/a de Gestão	72,7%	62,5%	12,5%	75,0%
Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	57,1%	43,8%	37,5%	81,3%
Técnico/a de Turismo	76,9%	45,0%	10,0%	55,0%
Taxa média (todos os cursos)	66,3%	42,5%	24,5%	67,0%

Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização da empregabilidade no ensino profissional (EPTN, Município de Torres Novas, 2022)

Globalmente e por curso, a variação destes resultados pode ser consultada na tabela seguinte:

Tabela 130 – Situação dos alunos do Ensino Profissional, EPTN, por curso profissional (2014 - 2020)

Cursos da EPTN	Taxa de diplomados	Taxa de empregabilidade	Taxa de prosseguimento de estudos	Taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos
Animador/a Sociocultural	64,2%	34,4%	23,9%	58,2%
2014/2017	48,4%	66,7%	6,7%	73,3%
2015/2018	80,0%	37,5%	6,3%	43,8%
2016/2019	81,8%	33,3%	11,1%	44,4%
2017/2020	46,7%	0,0%	71,4%	71,4%
Técnico/a de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	54,3%	33,0%	14,8%	47,8%
2015/2018	46,7%	42,9%	14,3%	57,1%
2016/2019	61,9%	23,1%	15,4%	38,5%
Técnico/a de Gestão	73,4%	53,1%	25,3%	78,3%
2015/2018	64,3%	66,7%	33,3%	100,0%
2016/2019	83,3%	30,0%	30,0%	60,0%
2017/2020	72,7%	62,5%	12,5%	75,0%
Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos	67,9%	31,3%	36,9%	68,3%
2014/2017	58,1%	55,6%	16,7%	72,2%
2016/2019	77,8%	7,1%	57,1%	64,3%
Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	63,9%	51,0%	35,4%	86,5%
2015/2018	70,6%	58,3%	33,3%	91,7%
2017/2020	57,1%	43,8%	37,5%	81,3%
Técnico/a de Turismo	70,2%	50,8%	15,6%	66,4%
2014/2017	75,0%	37,5%	16,7%	54,2%
2015/2018	58,8%	70,0%	20,0%	90,0%
2017/2020	76,9%	45,0%	10,0%	55,0%
Taxa média (todos os cursos)	66,3%	42,5%	24,5%	67,0%

Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização da empregabilidade no ensino profissional (EPTN, Município de Torres Novas, 2022)

7.2.4. Análise das taxas pós-conclusão do ensino profissional em Torres Novas

Com base na informação relativa aos diferentes ciclos de formação disponíveis para cada uma das três escolas¹³² e agrupando todos os cursos de um mesmo ciclo de formação, destaca-se que o ensino

¹³² AE Artur Gonçalves: 2015 – 2022; AE Gil Paes: 2014 – 2022; EPTN: 2014 – 2020.

profissional público apresenta a taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos comparativamente mais elevada em todos os ciclos de formação, sendo o AE Gil Paes que tem os valores mais altos nos ciclos 2014/2017, 2015/2018 e 2017/2020. Nos ciclos de formação 2016/2019, 2018/2021 e 2019/2022, é o AE Artur Gonçalves que tem a taxa mais elevada.

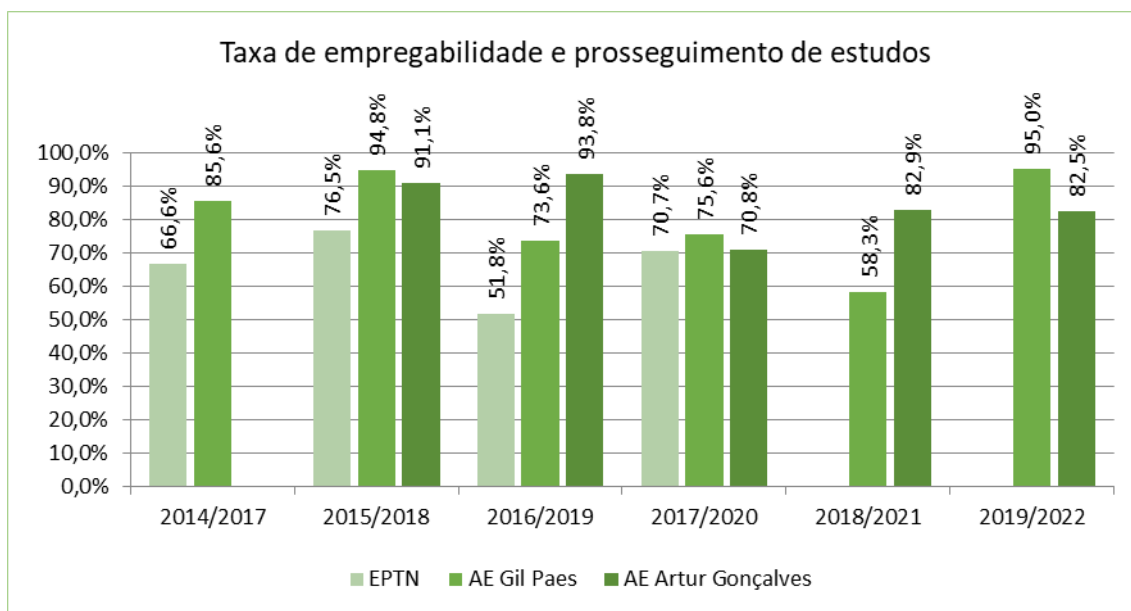


Figura 80 - Taxas de Empregabilidade/prosseguimento de estudos do ensino profissional, 2014/2017 a 2019/2022
Fonte: Cálculos próprios. Ficha de caracterização da empregabilidade no ensino profissional (Município de Torres Novas, 2022)

Atentando nas instituições de ensino público, e sendo certo que o tipo de cursos ministrados em cada ciclo de formação influencia os valores apresentados (o AE Artur Gonçalves disponibiliza cursos apenas em 3 áreas, duas das quais relativas a desporto), podemos dizer que no ciclo de formação mais recente, em 2019/2022, os agrupamentos apresentam uma elevada taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos, com vantagem para o AE Gil Paes.

7.2.5. Análise das taxas de conclusão e enquadramento com o panorama continental nacional

A nível de Portugal continental, com base nos dados publicados no relatório "Situação após 3 anos dos alunos que ingressaram em cursos profissionais – 2020/21" (DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2022), conclui-se que a taxa de diplomados (ou de conclusão), tem vindo a aumentar desde 2012, atingindo um máximo de 70% no ciclo de formação de 2018/2021.



Figura 81 – Situação, após 3 anos, dos alunos que ingressaram em cursos profissionais entre 2014 e 2021, por ano de ingresso
Fonte: Situação após 3 anos dos alunos que ingressaram em cursos profissionais – 2020/21 (DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2022, p. 4).

Comparando os dados das taxas de conclusão, podemos referir que as escolas com ensino profissional de Torres Novas apresentam valores superiores à média nacional continental, com exceção do ciclo de formação 2017/2020 (ano de conclusão atípico, devido aos impactos da pandemia), em que o AE Artur Gonçalves e a EPTN apresentaram valores inferiores ao nacional e o AE Gil Paes apresentou valores muito superiores. Refira-se também que, no ciclo de formação de 2018/2021, o AE Gil Paes apresenta um valor inferior, mas muito próximo da média nacional (68,6% face a 70%).

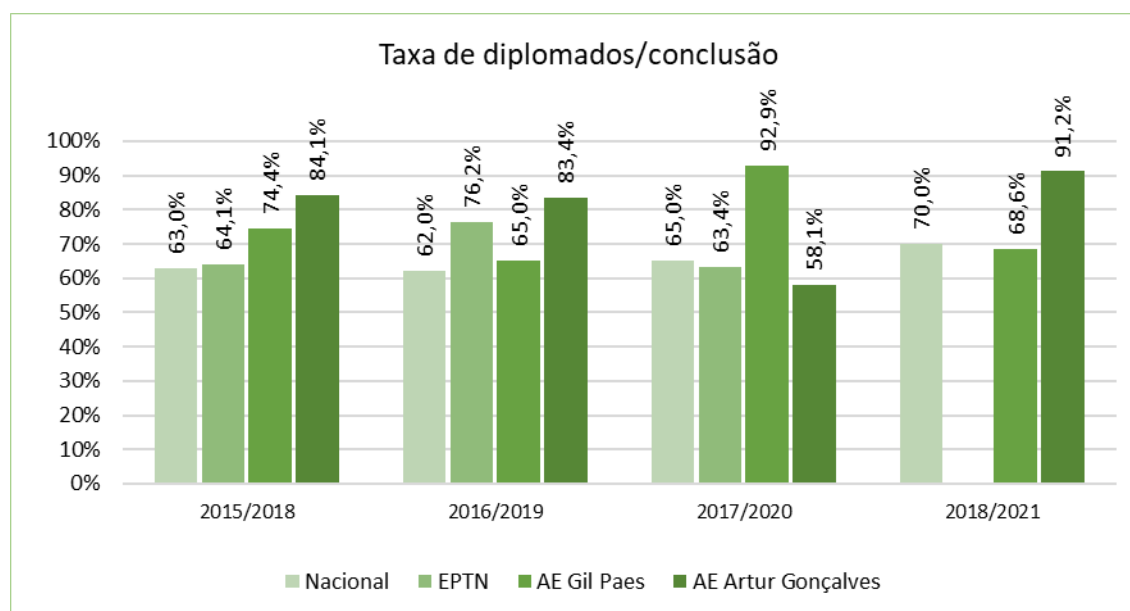


Figura 82 – Taxas de diplomados/conclusão do ensino profissional, Torres Novas e Portugal, 2015/2018 – 2018/2021
Fonte: Cálculos próprios. Situação após 3 anos dos alunos que ingressaram em cursos profissionais – 2020/21 (DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2022) e ficha de caracterização da empregabilidade no ensino profissional (Município de Torres Novas, 2022)

Introduzindo agora os dados por regiões para o último ciclo de formação disponível, verificamos que a Região Centro e a Região Norte apresentam valores mais elevados do que a média nacional (74% e 75% face a 70%, respetivamente). Comparando também os dados dos agrupamentos de escolas de Torres Novas com estes dados no ciclo de formação 2018/2021¹³³, o AE Artur Gonçalves tem uma taxa de conclusão dos cursos profissionais bastante superior, quer à média nacional, quer à média da Região Centro, com 91,2% face a 70% e a 74%, respetivamente. Já o AE Gil Paes, neste ciclo de formação, tem uma taxa de conclusão ligeiramente inferior à média nacional.

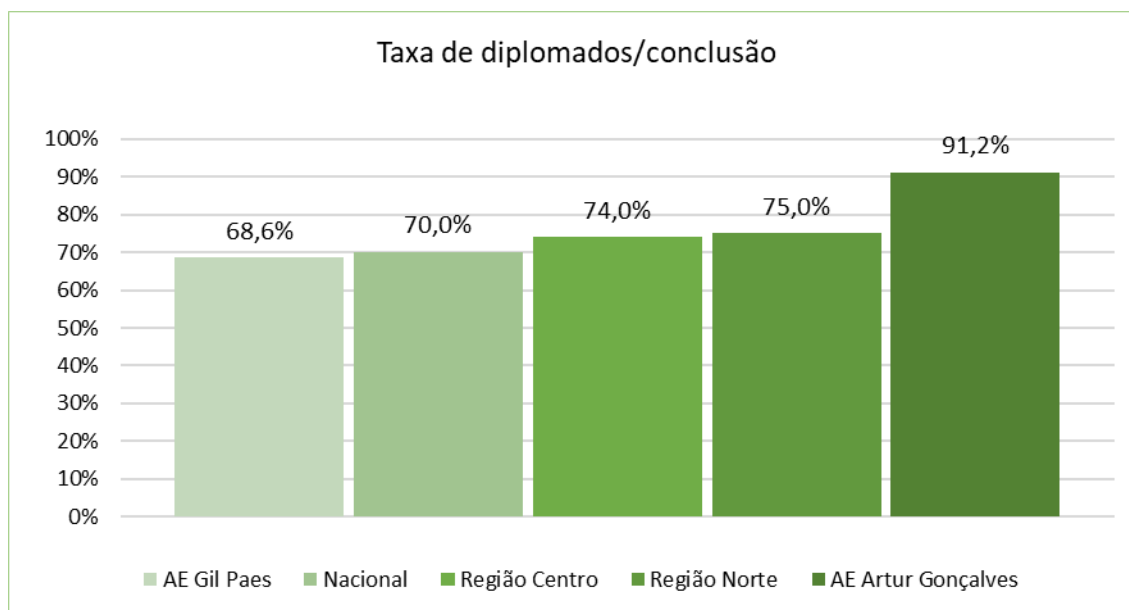


Figura 83 – Taxas de diplomados/conclusão do ensino profissional, Torres Novas, Regiões Centro, Norte e Portugal, 2018/2021

Fonte: Cálculos próprios. Situação após 3 anos dos alunos que ingressaram em cursos profissionais – 2020/21 (DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2022) e ficha de caracterização da empregabilidade no ensino profissional (Município de Torres Novas, 2022)

Relativamente às regiões NUT II, o panorama traçado pelo documento referido (DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2022, p. 5) é o seguinte:

¹³³ EPTN não tem dados disponíveis para este ciclo de formação

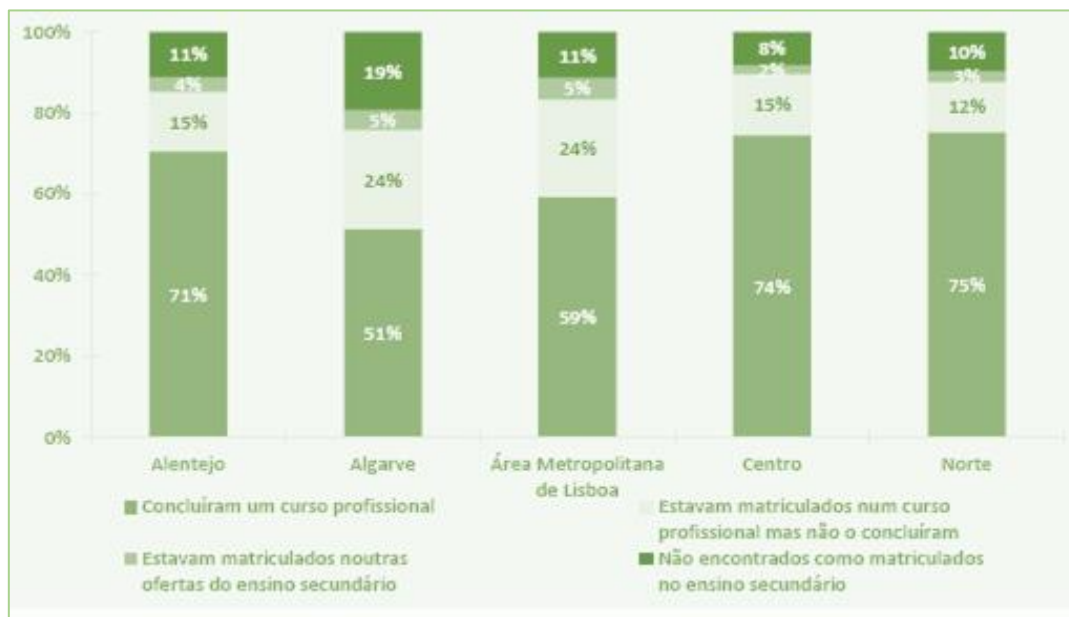


Figura 84 – Situação, em 2020/21, dos alunos que ingressaram em cursos profissionais em 2018/19, por NUTS II
 Fonte: Cálculos próprios. Situação após 3 anos dos alunos que ingressaram em cursos profissionais – 2020/21 (DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2022, p. 5)

Finalmente, também a nível nacional continental, refira-se que a análise do documento “Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens” (IESE, ISCTE, PPLL, 2022), permitiu concluir que:

- Em 100 alunos, 87 dos cursos profissionais e 45 dos cursos científico-humanísticos completam o ensino secundário;
- Em 100 alunos, 54 dos cursos profissionais e 36 dos cursos científico-humanísticos encontram o primeiro trabalho entre 6 a 9 meses;
- 72% dos alunos que concluíram com sucesso a oferta dos cursos profissionais, encontram-se empregados ou em prosseguimento de estudos, 6 meses após essa conclusão.

Por último, note-se que a OCDE, no Relatório “*Education at a Glance 2020*” (OCDE, 2020), considera que os cursos profissionais têm por vezes mais saídas profissionais do que as licenciaturas, sendo que o alto grau de empregabilidade se justifica com a forte ligação ao mercado de trabalho.

Deste modo, face ao diagnóstico efetuado, deve continuar a existir uma forte aposta no ensino profissional no concelho, trabalhando de forma articulada para permitir uma oferta concertada no território com uma progressão dos alunos no concelho através de uma oferta de fileira para CTeSP em áreas economicamente estratégicas para o concelho e de elevada empregabilidade.

Deve assim a oferta do ensino profissional ser qualificada aos olhos da procura, quer ao nível dos espaços, equipamentos, orientação vocacional, divulgação e comunicação, procurando atrair alunos de outros concelhos. Em termos de estratégia de comunicação, deverá a Autarquia ser o centro de divulgação das ofertas do ensino profissional do concelho.

Para o ensino profissional (mas também eventualmente para os cursos científico-humanísticos), poder-se-á igualmente considerar a recomendação da OCDE de exploração de possíveis carreiras através de *job shadowing*. “Normalmente realizado entre as idades de 13 e 16 anos, o *job shadowing*

permite que os alunos visitem locais de trabalho para investigar seus planos de carreira por meio de discussões com profissionais que trabalham em áreas de interesse” (OCDE, 2022). Isto pode ajudar os alunos a fazer escolhas mais informadas sobre seus estágios de trabalho que, devido à sua duração e custos organizacionais mais elevados, são frequentemente organizados em apenas uma ocasião para os alunos enquanto estão na escola secundária.

8. Educação Inclusiva

De acordo com o estabelecido no Decreto-lei nº 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, e a sua primeira alteração por apreciação parlamentar na Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, consideram-se medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão as seguintes:

1. **Medidas universais**, que correspondem às respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens (art.º 8º)
 - a. A diferenciação pedagógica;
 - b. As acomodações curriculares;
 - c. O enriquecimento curricular;
 - d. A promoção do comportamento pró-social;
 - e. A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.
2. **Medidas seletivas** que visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais (art.º 9º)
 - a. Os percursos curriculares diferenciados;
 - b. As adaptações curriculares não significativas;
 - c. O apoio psicopedagógico;
 - d. A antecipação e o reforço das aprendizagens;
 - e. O apoio tutorial.
3. **Medidas adicionais**, que visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão (art.10º)
 - a. A frequência do ano de escolaridade por disciplinas;
 - b. As adaptações curriculares significativas;
 - c. O plano individual de transição;
 - d. O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado;
 - e. O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

O CRIT, cuja valência socioeducativa tem suporte legal assegurado através de Acordo de Cooperação estabelecido anualmente com o Ministério da Educação¹³⁴, tem como destinatários crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos, com medidas adicionais de apoio e suporte à aprendizagem, que necessitam de cuidados especializados não passíveis de serem prestados numa escola de ensino regular. Apoiou 19 alunos do concelho em 2022.

O seu Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), que é um serviço de parceria com as escolas públicas de ensino regular, opera através da dinamização de ações de apoio à inclusão de crianças e jovens com medidas adicionais de apoio e suporte à aprendizagem escolar. Neste âmbito, no ano letivo de 2021/2022, foram acompanhados 77 alunos nos agrupamentos de escolas do concelho no âmbito da educação inclusiva (40 alunos no AE Gil Paes e 37 no AE Artur Gonçalves). No que se refere às salas específicas¹³⁵ para as medidas de educação inclusiva, as chamadas salas “Teacch” (para alunos do

¹³⁴ Portaria n.º 1102/97, de 3 de novembro e Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

¹³⁵ Para maior detalhe do número e tipologia de espaços de cada escola, consultar as fichas de estabelecimento de educação e ensino.

espetro de autismo) evoluíram para salas de ensino estruturado (centros de apoio à aprendizagem¹³⁶) onde, para além de crianças com perturbação do espetro do autismo, também são acompanhadas crianças com problemas cognitivos, com défice de atenção e/ou concentração. O contexto de intervenção é o seguinte:

- AE Gil Paes:
 - EB Visconde de São Gião
 - EB Manuel Figueiredo
 - ES Maria Lamas
- AE Artur Gonçalves:
 - EB de Santa Maria
 - EB de Riachos
 - EB da Meia Via
 - EB Dr. António Chora Barroso
 - EBS Artur Gonçalves

Como se poderá verificar na figura seguinte, a maioria dos alunos abrangidos por medidas de educação inclusiva pertence ao 1.º ciclo, seguindo-se o 2.º ciclo em ambos os agrupamentos de escolas:

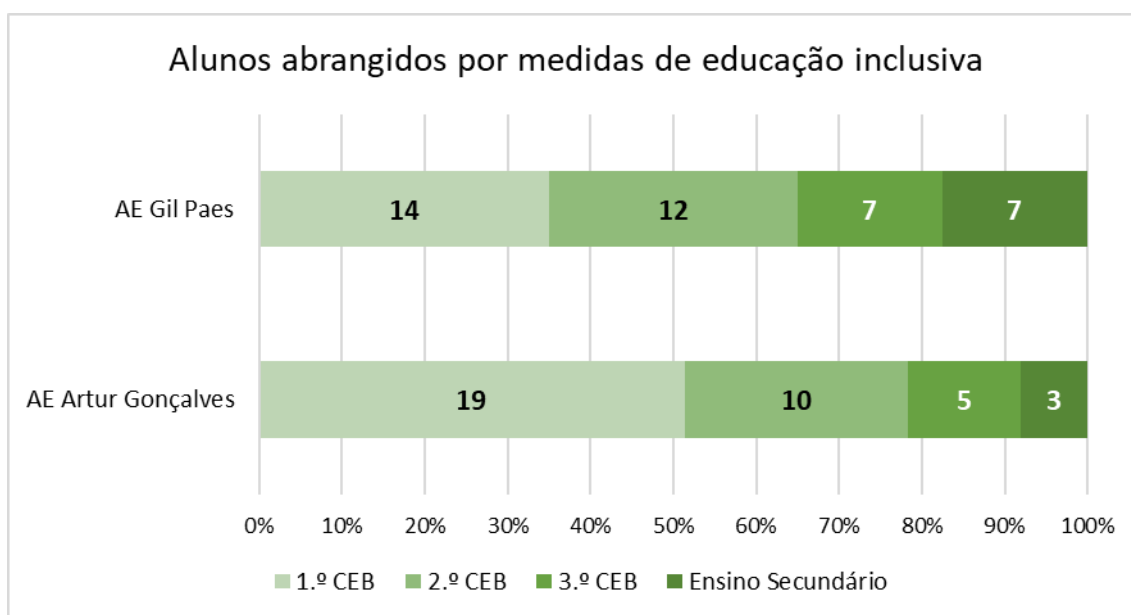


Figura 85 – Nº de alunos abrangidos por medidas de educação inclusiva nos AE do concelho, por ciclo de ensino (2021/2022)
Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Quanto ao tipo de medidas de suporte e apoio à aprendizagem, verifica-se que as medidas seletivas são as mais aplicadas no AE Artur Gonçalves, seguindo-se as medidas universais. Já no AE Gil Paes, as medidas adicionais constituem a esmagadora maioria de medidas aplicadas:

¹³⁶ Estes “Centros de Apoio à Aprendizagem” não são específicos para uma determinada problemática, podendo dar apoio a todos os alunos que dele necessitem.

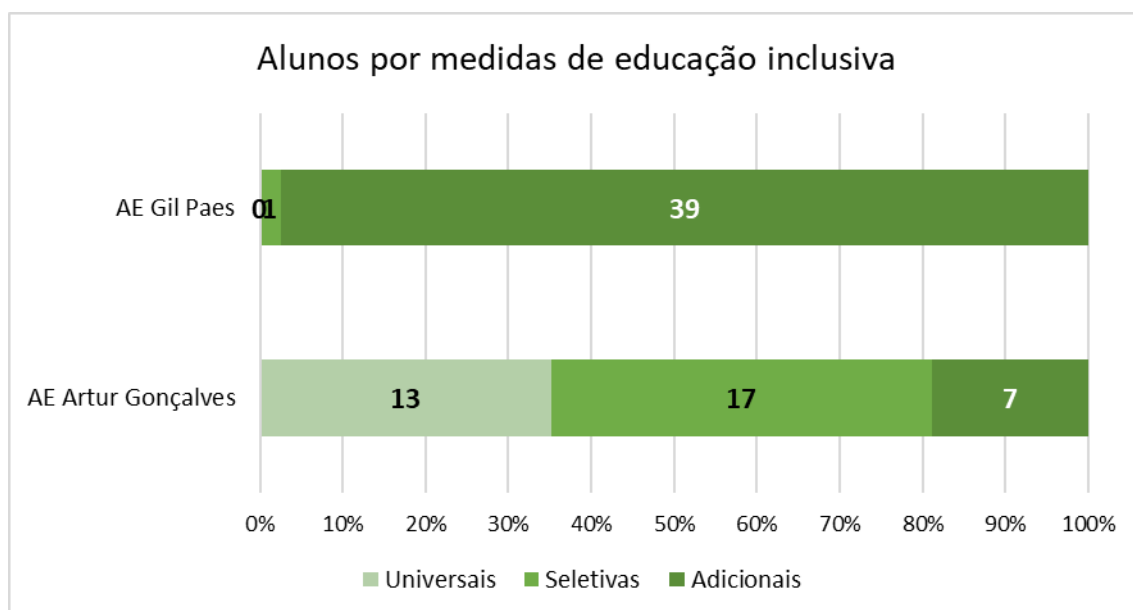


Figura 86 – Nº de alunos abrangidos por medidas de educação inclusiva nos AE do concelho, por tipo de medidas e ciclo de ensino (2021/2022)

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Refira-se ainda que, no AE Gil Paes, houve 9 alunos apoiados com Planos Individuais de Transição (7 por empresa e 2 por despiste vocacional) e 4 alunos no AE Artur Gonçalves (2 por empresa e 2 por despiste vocacional).

9. Apoios e Complementos Educativos

O estudo da rede municipal inclui toda a informação quantitativa e qualitativa que se reporte a apoios e complementos educativos que configurem iniciativas programáticas municipais, como as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), a Componente de Apoio à Família no 1º Ciclo (CAF), as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e a Escola a Tempo Inteiro, já que compete à câmara municipal promover e implementar as referidas medidas de apoio, com a garantia de uma escola a tempo inteiro.

9.1. Atividades de animação e apoio à família para a educação pré-escolar (AAAF)

A Educação Pré-Escolar destina-se a crianças a partir dos 3 anos de idade e desenvolve-se até ao seu ingresso no Ensino Básico. Inclui duas vertentes: a componente educativa, da responsabilidade do Ministério da Educação, desenvolvida por educadores de infância, e a componente não educativa, de apoio à família, que é assumida pela autarquia.

De acordo com o estabelecido nos artigos 39.º e 40.º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, compete à Câmara Municipal promover e implementar medidas de apoio à família, que garantam uma escola a tempo inteiro, nomeadamente atividades de animação e apoio à família (AAAF), destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas; a planificação das atividades de apoio à família é desenvolvida conjuntamente pela Câmara Municipal e pelos órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas, considerando as necessidades dos alunos e das famílias, a formação e o perfil dos profissionais que as asseguram e os recursos materiais e imateriais do território. A supervisão pedagógica e a avaliação das atividades cabem ao conselho pedagógico de cada agrupamento de escolas.

Na perspetiva de qualificar as AAAF, a autarquia passou a oferecer, desde o ano letivo 2015/2016 e no horário compreendido entre as 15h30 e as 17h30, a dinamização de atividades com incidência nas áreas lúdico-desportivas. O projeto prevê a dinamização de 4 atividades semanais: Dança e Expressão Corporal; Atividade Desportiva; Yoga, para os dois agrupamentos do concelho, e ainda a atividade de Educação Ambiental, para os estabelecimentos que pertencem ao AE Artur Gonçalves, e de Judo, para os do AE Gil Paes. Com estas atividades pretende-se potenciar, junto das crianças, momentos de descontração, espontaneidade, autoconfiança e de convívio social, entre outros, que possibilitem o seu envolvimento e o desenvolvimento de capacidades e competências de cariz social e individual.

A evolução do número de alunos inscritos nas AAAF ao longo dos últimos cinco anos foi a seguinte:

Tabela 131 – Evolução do número de alunos inscritos nas AAAF (2018-2022)

Ano letivo	Escalão 1	Escalão 2	Escalão 3	Escalão 4	Escalão 5	Total
2018/2019	65	48	54	72	13	252
2019/2020	60	49	60	81	24	274
2020/2021	44	58	52	80	58	292
2021/2022	66	69	67	105	32	339
2022/2023	63	67	82	76	38	326

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

9.2. Componente de apoio à família para o 1.º CEB (CAF)

A Componente de Apoio à Família para 1.º CEB (CAF) surge da crescente necessidade das famílias de obterem resposta social para a permanência dos alunos do 1.º CEB nos períodos da manhã e da tarde, antes e depois da atividade letiva. Visam garantir o acompanhamento dos alunos e o desenvolvimento de atividades diversificadas de ocupação dos tempos de permanência, planeadas e avaliadas tendo em conta o bem-estar das crianças. A CAF é planificada pelas entidades responsáveis pela sua dinamização, cabendo aos serviços competentes do Município a responsabilidade de assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das mesmas.

De acordo com o estabelecido nas Normas de funcionamento das atividades da CAF para alunos do 1.º ciclo do ensino básico que frequentem as escolas da rede pública concelhia (Município de Torres Novas, 2020b), as regras de funcionamento são as seguintes:

- O projeto decorrerá dentro das seguintes balizas temporais: período da manhã - entre as 7h45 e as 9h00; período da tarde – entre as 17h30 e as 19h15, cumprindo o calendário letivo legalmente definido, e terá em conta as reais necessidades das famílias.
- São objetivos fundamentais deste projeto: a) privilegiar o desenvolvimento de atividades desportivas, culturais, artísticas e/ou outras igualmente potenciadoras de ambientes lúdicos e saudáveis; b) disponibilizar um conjunto de atividades de carácter lúdico-educativo, possibilitadoras de experiências significativas e que contribuam para o crescimento pessoal da criança; c) fomentar a criação de ambientes propícios ao desenvolvimento pessoal da criança e ao estabelecimento de relações interpessoais, baseadas na compreensão, respeito e aceitação pelo outro
- O projeto de Componentes de Apoio à Família para 1.º CEB decorre em simultâneo com o calendário escolar, legalmente definido para o 1.º ciclo do ensino básico.
- O funcionamento do projeto implica a frequência de um número mínimo de 5 alunos e um máximo de 24 alunos, por grupo.
- Só podem ser admitidas as crianças que estejam matriculadas, no ano letivo, no estabelecimento de ensino onde se desenvolvem as atividades.
- Compete à Autarquia: a) Coordenar, apoiar, acompanhar e avaliar a execução do projeto; b) O controlo financeiro das CAF; c) A colocação do pessoal não docente que irá apoiar o funcionamento do projeto; d) A adjudicação dos serviços fornecidos e dos recursos necessários ao desenvolvimento do projeto.
- Compete à Direção do Agrupamento: a) Colaborar na gestão do pessoal não docente em articulação com a autarquia; b) Supervisionar a realização das atividades dinamizadas no âmbito do projeto; c) Articular com a comunidade educativa tendo em vista a implementação do projeto; d) Colaborar com o município na regulação dos procedimentos referentes ao pagamento das mensalidades devidas pelas famílias.

A frequência da CAF tem um valor fixo mensal, estabelecido de acordo com o escalão de abono de família (artigo 8.º das Normas de funcionamento gerais das atividades de componentes de apoio à família para alunos do 1.º ciclo do ensino básico).

Esta oferta só foi disponibilizada aos encarregados de educação no ano letivo 2020/2021, apenas para as crianças que frequentavam a EB de Santa Maria. A partir do ano letivo 2021/2022 a oferta das CAF foi estendida aos restantes estabelecimentos de ensino.

A evolução do número de alunos inscritos nas CAF ao longo dos últimos anos foi a abaixo indicada:

Ano letivo	N.º de inscritos manhã	N.º de inscritos tarde	Total de inscritos
2020/2021	12	7	15
2021/2022	91	90	125
2022/2023	137	133	153

9.3. Atividades de enriquecimento curricular (AEC)

As Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), destinam-se à dinamização de atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação e que funcionam como complemento às aprendizagens promovidas na componente curricular. As AEC são de frequência gratuita, sendo a sua inscrição facultativa. As atividades são lecionadas por professores com habilitação técnica pedagógica e experiência profissional em cada uma das áreas¹³⁷.

Reconhecendo a importância deste tipo de atividades para o desenvolvimento integral dos alunos e, conseqüentemente, para o seu sucesso educativo, a autarquia tem-se assumido (desde 2005) como entidade promotora das AEC, aderindo aos programas de implementação lançados pela Tutela. As AEC promovidas no concelho, abrangem todos os alunos do 1.º CEB da rede pública, dinamizando aprendizagens nas áreas da atividade física e desportiva, da educação ambiental, artística e musical.

Em conformidade, a Câmara Municipal de Torres Novas é responsável pela implementação das AEC nos dois agrupamentos de escolas do concelho.

No ano letivo de 2022/2023 foram oferecidas as seguintes atividades de enriquecimento curricular:

Tabela 132 – AEC oferecidas no ano letivo 2022/2023

Domínio ¹³⁸	1.º e 2.º anos	
Artístico	Ensino da Música	2 horas/ semana
	Teatro	1 hora/ semana
Desportivo	Atividade Física e Desportiva ¹³⁹	2 horas/ semana
Ligação da escola com o meio	Educação Ambiental ¹⁴⁰	1 hora/ semana

¹³⁷ Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto e Despacho n.º 14460/2008, de 26 de maio.

¹³⁸ Para facilitar as comparações com dados oficiais no âmbito dos estudos nesta área, usaremos os seguintes domínios: Aprendizagem da língua inglesa, Artístico, Científico, Desportivo, Dimensão europeia na educação, Ligação da escola com o meio, Solidariedade e voluntariado, Tecnológico (DGE - Direção-Geral de Educação, 2020)

¹³⁹ Os alunos da EB de Santa Maria têm 1 hora semanal de Atividade Física e Desportiva.

¹⁴⁰ Só para os alunos da EB de Santa Maria.

	3.º e 4.º anos	
Artístico	Ensino da Música	2 horas/ semana
Desportivo	Atividade Física e Desportiva	2 horas/ semana ¹⁴¹
Tecnológico	Robótica/Informática	1 hora/ semana
Ligação da escola com o meio	Educação Ambiental ¹⁴²	1 hora/ semana

Fonte: Atividades de Enriquecimento Curricular (Município de Torres Novas, 2020)

A evolução do número de alunos inscritos nas AEC ao longo dos últimos cinco anos foi a seguinte:

Tabela 133 – Evolução do número de alunos inscritos nas AEC (2018 – 2022)

Domínio	Designação da AEC	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023
Artístico	Ensino da Música	1057	986	813	834	835
	Dança e Expressão Corporal/Teatro	513	447	362	395	449
Desportivo	Atividade Física e Desportiva (AFD)	1057	980	825	827	828
Tecnológico	Robótica/Informática	-	145	395	446	408
Ligação da escola com o meio	Educação Ambiental	-	173	202	217	240
	Total de alunos inscritos	1057	1014	877	870	882
	Alunos não inscritos	26	80	164	170	195

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

A DGE, em 2020, remeteu a todas as escolas que ministram o primeiro ciclo do ensino básico, um questionário eletrónico sobre as “Atividades de Enriquecimento Curricular”. Esse relatório concluiu que, tal como observado em anos letivos anteriores, as três atividades mais escolhidas pelos alunos são as classificadas no domínio “desportivo” (53,9% dos alunos que frequentam AEC), “artístico” (47,5%) e “aprendizagem da língua inglesa” (14,2%). As atividades de enriquecimento classificadas noutros domínios foram selecionadas por menos de 10% dos alunos inscritos em AEC:

¹⁴¹ Os alunos do 4.º ano têm 1 hora de natação por semana no 2.º semestre.

¹⁴² Só para os alunos da EB de Santa Maria.

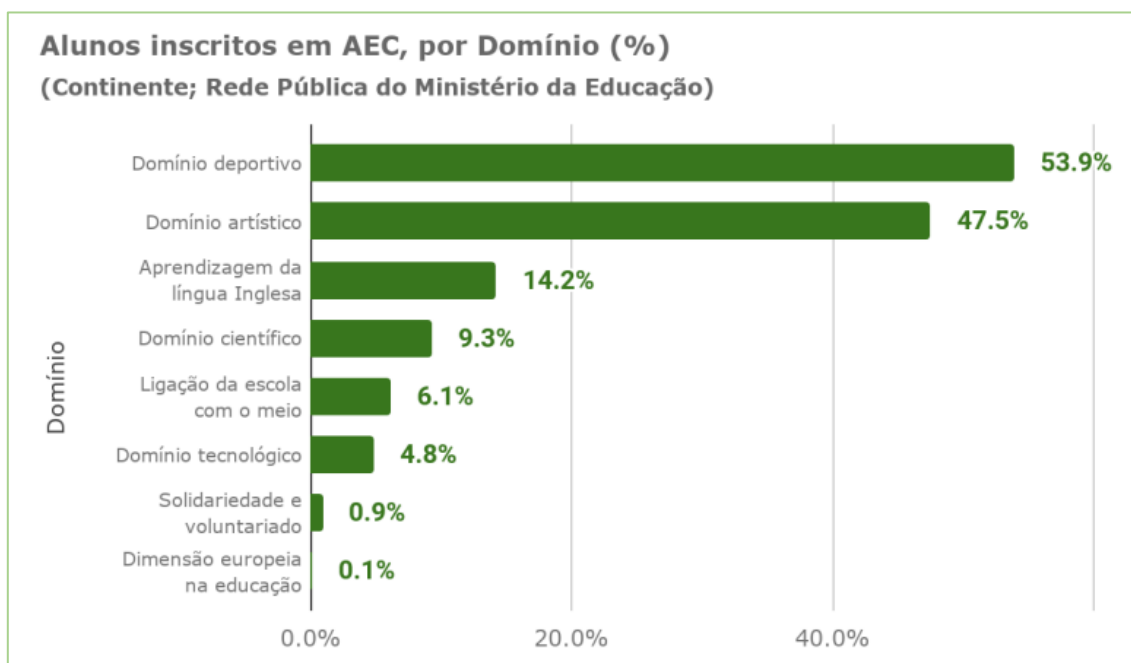


Figura 87 – Percentagem de alunos inscritos em AEC, por domínio, na rede pública do 1.º CEB, do Ministério da Educação (2020)

Fonte: Direção-Geral de Educação (DGE - Direção-Geral de Educação, 2020)

No caso de Torres Novas, e tendo em conta os dados de 2022/2023, é o domínio “artístico” (com as atividades de “Ensino da Música” e “Dança e Expressão Corporal/Teatro”) que lidera a distribuição de alunos, com 46,6%, seguindo-se as atividades no âmbito do domínio “desportivo” (com 30%) e o domínio “tecnológico” (com 14,8%). Sublinha-se aqui a relevância do domínio “tecnológico”, onde os números percentuais do concelho superam o nível nacional.

Em detalhe, no ano letivo 2018/2019, as atividades oferecidas aos alunos foram as seguintes:

Tabela 134 – AEC oferecidas no ano letivo 2018/2019

Domínio	Designação da AEC	Ano de escolaridade	Duração semanal (em minutos)
Artístico	Dança e Expressão Corporal	1.º e 2.º anos	60 minutos
	Ensino da Música	1.º e 2.º anos	120 minutos
		3.º e 4.º anos	120 minutos
Desportivo	Atividades Física e Desportiva	1.º e 2.º anos	120 minutos
		3.º e 4.º anos	60 minutos

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

No ano letivo 2019/2020, os alunos que frequentavam os estabelecimentos de ensino do AE Gil Paes tiveram as mesmas AEC, com a mesma duração semanal do ano letivo 2018/2019. Contudo, e no seguimento do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho e do Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho, os

alunos do 3.º ano de escolaridade dos estabelecimentos de ensino do AE Artur Gonçalves (excetuando os da EB de Santa Maria), tiveram também 60 minutos de Robótica.

Tabela 135 – AEC oferecidas no ano letivo 2019/2020

Domínio	Designação da AEC	Ano de escolaridade	Duração semanal (em minutos)
Artístico	Dança e Expressão Corporal	1.º e 2.º anos	60 minutos
	Ensino da Música	1.º e 2.º anos	120 minutos
		3.º e 4.º anos	120 minutos
Desportivo	Atividades Física e Desportiva	1.º e 2.º anos	120 minutos
		3.º e 4.º anos	60 minutos
Tecnológico	Robótica (apenas para os alunos do AE Artur Gonçalves)	3.º ano	60 minutos

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Os alunos da EB de Santa Maria, devido aos constrangimentos de espaço que se verificava, tinham as seguintes atividades de enriquecimento curricular:

Tabela 136 – AEC oferecidas no ano letivo 2019/2020 (na EB1 de Santa Maria)

Domínio	Designação da AEC	Ano de escolaridade	Duração semanal (em minutos)
Artístico	Dança e Expressão Corporal	1.º e 2.º anos	60 minutos
	Ensino da Música	1.º e 2.º anos	120 minutos
		3.º e 4.º anos	120 minutos
Desportivo	Atividades Física e Desportiva	1.º e 2.º anos	60 minutos
		3.º e 4.º anos	60 minutos
Ligação da escola com o meio	Educação ambiental	1.º, 2.º e 3.º anos	60 minutos
Tecnológico	Robótica	3.º ano	60 minutos

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

No ano letivo 2020/2021, a atividade de Dança e Expressão Corporal foi substituída por Teatro. Assim, os alunos dos estabelecimentos de ensino do AE Gil Paes tiveram as seguintes AEC:

Tabela 137 – AEC oferecidas no ano letivo 2020/2021 (AE Gil Paes)

Domínio	Designação da AEC	Ano de escolaridade	Duração semanal (em minutos)
Artístico	Teatro	1.º e 2.º anos	60 minutos
	Ensino da Música	1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos	120 minutos
Desportivo	Atividades Física e Desportiva	1.º, 2.º e 3.º anos	120 minutos
		4.º ano	60 minutos

Domínio	Designação da AEC	Ano de escolaridade	Duração semanal (em minutos)
Tecnológico	Robótica/informática	3.º ano	60 minutos

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Os alunos dos estabelecimentos de ensino do AE Artur Gonçalves (exceto os da EB de Santa Maria, pelas razões anteriormente apontadas), tiveram as puderam usufruir das seguintes atividades:

Tabela 138 – AEC oferecidas no ano letivo 2020/2021 (AE Artur Gonçalves)

Domínio	Designação da AEC	Ano de escolaridade	Duração semanal (em minutos)
Artístico	Ensino da Música	1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos	120 minutos
Desportivo	Atividades Física e Desportiva	1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos	120 minutos
Tecnológico	Robótica/informática	3.º e 4.º ano	60 minutos

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Os alunos da EB de Santa Maria, devido aos constrangimentos de espaço que se mantinha, tiveram as seguintes atividades de enriquecimento curricular:

Tabela 139 – AEC oferecidas no ano letivo 2020/2021 (EB de Santa Maria)

Domínio	Designação da AEC	Ano de escolaridade	Duração semanal (em minutos)
Artístico	Teatro	1.º e 2.º anos	60 minutos
	Ensino da Música	1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos	120 minutos
Desportivo	Atividades Física e Desportiva	1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos	60 minutos
Ligação da escola com o meio	Educação ambiental	1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos	60 minutos
Tecnológico	Robótica/informática	3.º e 4.º anos	60 minutos

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

No ano letivo 2021/2022 e 2022/2023, as atividades oferecidas e a sua respetiva duração foram iguais. Assim, todos os alunos têm duas horas de Música e duas horas de Atividade Física e Desportiva. Para além destas atividades, os alunos dos 1.º e 2.º anos têm uma hora de Teatro e os dos 3.º e 4.º anos têm uma hora de Robótica/Informática.

Tabela 140 – AEC oferecidas no ano letivo 2021/2022 e 2022/2023 (todos os agrupamentos)

Domínio	Designação da AEC	Ano de escolaridade	Duração semanal (em minutos)
Artístico	Teatro	1.º e 2.º anos	60 minutos
	Ensino da Música	1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos	120 minutos
Desportivo	Atividades Física e Desportiva	1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos	120 minutos ¹⁴³

¹⁴³ De referir que, para as turmas do 4.º ano, uma das aulas semanais (no 2.º semestre) de Atividade Física e Desportiva, é de natação. No ano letivo 2023/2024, prevê-se alargar aos alunos do 3.º ano, nas mesmas condições (2.º semestre), uma aula de natação por semana.

Domínio	Designação da AEC	Ano de escolaridade	Duração semanal (em minutos)
Tecnológico	Robótica/informática	3.º e 4.º anos	60 minutos

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Como referido anteriormente, continuou a exceção para os alunos da EB de Santa Maria, que têm apenas uma hora semanal de Atividade Física e Desportiva, sendo que a outra hora semanal é de Educação Ambiental. Esta redução do número de horas semanais de atividade física e desportiva deve-se à falta de espaço adequado para a sua prática. Sempre que possível os alunos da EB de Santa Maria têm a aula de atividade física e desportiva na EBS Artur Gonçalves.

Tabela 141 – AEC oferecidas no ano letivo 2021/2022 e 2022/2023 (EB de Santa Maria)

Domínio	Designação da AEC	Ano de escolaridade	Duração semanal (em minutos)
Artístico	Teatro	1.º e 2.º anos	60 minutos
	Ensino da Música	1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos	120 minutos
Desportivo	Atividades Física e Desportiva	1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos	60 minutos
Ligação da escola com o meio	Educação ambiental	1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos	60 minutos
Tecnológico	Robótica/informática	3.º e 4.º anos	60 minutos

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

No ano letivo 2023/2024, a autarquia pretende os alunos do 3.º ano também frequentem, durante um dos semestres, uma aula de natação por semana.

9.4. Atividades de Tempos Livres (ATL)

Tendo em vista a ocupação dos tempos das crianças (em particular, mas não só, durante as interrupções letivas) com aprendizagem básica e tempos de desenvolvimento, a autarquia criou o Projeto de Atividades de Tempos Livres (ATL) para a educação pré-escolar e crianças do 1º Ciclo. O projeto realiza-se em vários núcleos escolares e sua abertura depende de um número mínimo de inscritos, conforme definido nas normas de funcionamento. As atividades são desenvolvidas em parceria com os agrupamentos de escolas, sendo que a Câmara Municipal assegura, ainda, a presença de técnicos/animadores.

A evolução do número de alunos inscritos nas ATL ao longo dos últimos anos está patente na tabela seguinte (os valores incluem as ATL de todo o ano, ou seja, de todas as interrupções letivas, incluindo verão):

Tabela 142 – Evolução do número de alunos inscritos nas ATL promovidas pelo Município (2018 – 2021)

Ano letivo	Pré-escolar	1.º CEB	Total
2018/2019	284	493	777
2019/2020	151	176	327
2020/2021	269	230	499
2021/2022	491	472	1263

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Sublinha-se a forte evolução do número de alunos que usufruem das atividades ATL (aumento para mais do dobro de 2020/2021 para 2021/2022, situação a ter em conta nos próximos anos letivos, acompanhando a evolução do número de alunos para o 1.º CEB.

São ainda oferecidas Atividades de Tempos Livres pelas seguintes instituições:

- CRIT
 - ATL “Os Rostinhos” – para crianças e jovens a partir dos 6 anos de idade até frequência do último ano do 4º ano de escolaridade, apoia 30 alunos da EB Visconde de São Gião (AE Gil Paes) e da EB de Santa Maria (AE Artur Gonçalves);
 - ATL/COJ (Centro de Ocupação Juvenil) – para crianças e jovens com idades compreendidas entre os 9 e os 16 anos, está instalado na EB Manuel Figueiredo (AE Gil Paes) e apoia 100 alunos da referida escola.
- Escolha Divertida Unipessoal Lda.
- Jardim Infantil de Riachos
- Centro Social do Divino Espírito Santo

10. Recursos humanos

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação. Refere no seu preâmbulo que

“na lógica da correspondência entre o exercício das competências e a escolaridade obrigatória acima referida, a competência para o recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente, de todos os níveis e ciclos de ensino, passa para as câmaras municipais. Para o efeito, prevê-se a transferência do pessoal não docente com vínculo ao Ministério da Educação para os municípios, estabelecendo-se mecanismos que visam a salvaguarda da situação jurídico-funcional do pessoal abrangido”.

Os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, encontra-se estabelecida na Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, tendo esta sido revista através da Portaria n.º 245-A/2020, de 16 de outubro.

Os dados sobre o pessoal não docente dos dois agrupamentos de escolas do concelho de Torres Novas encontram-se explicitados em seguida, sendo de salientar que:

- no ano letivo de 2021/2022 existiam 210 funcionários de pessoal não docente, sendo 116 do AE Gil Paes e 94 do AE Artur Gonçalves;
- a EB/S Artur Gonçalves, a EB Manuel Figueiredo e a ES Maria Lamas são as escolas com maior número de pessoal não docente, em linha com o maior número de alunos;
- No total do concelho, no ensino público, o número de alunos por assistente operacional é de 22.
- a média de idades dos funcionários é bastante elevada, sendo o valor médio mais baixo de 46,5 anos (na EB Visconde de São Gião) e o valor médio mais elevado de 58,1 anos (na ES Maria Lamas).

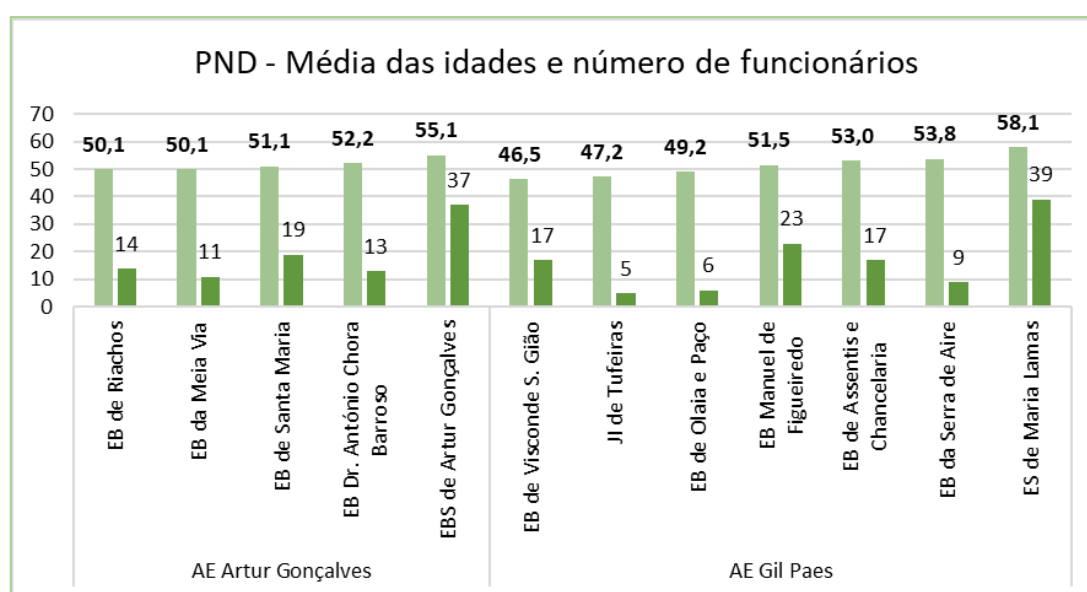


Figura 88 – Média das idades e número de funcionários do pessoal não docente nos AE do concelho, 2021/2022
Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Dos 210 elementos do PND, 182 são assistentes operacionais, 25 são assistentes técnicos, 1 é técnico de biblioteca e 2 são técnicos superiores. Note-se que as duas escolas com ensino secundário do concelho são as únicas com assistentes técnicos e a apenas a ES Maria Lamas (do AE Gil Paes) tem um técnico de biblioteca e um técnico superior:

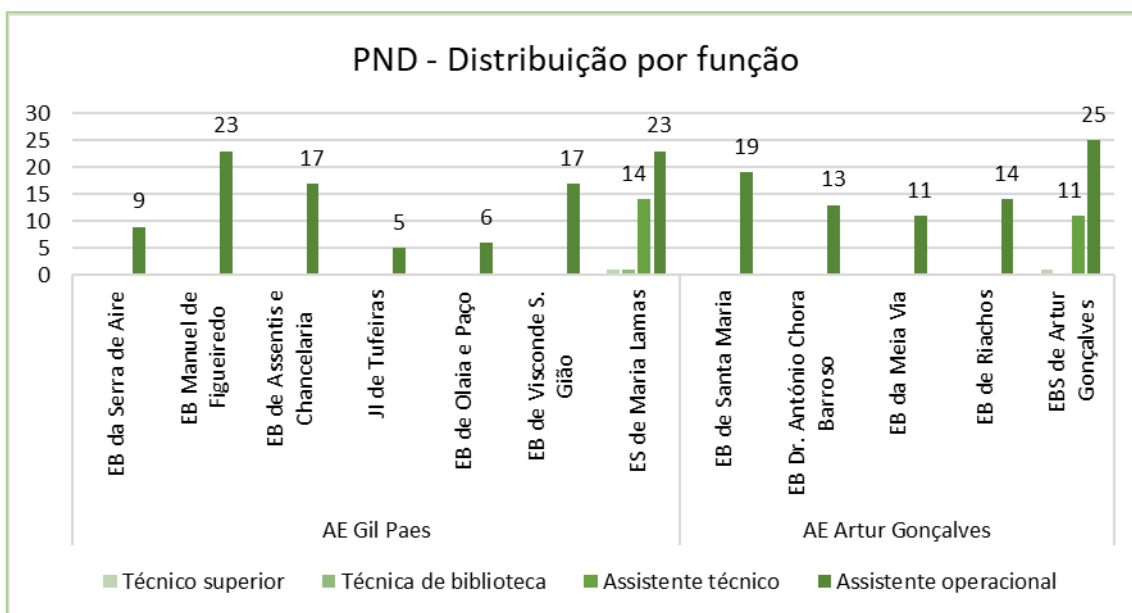


Figura 89 – Distribuição, por função, do pessoal não docente nos AE do concelho, 2021/2022

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Por último, no que se refere às habilitações, cerca de 54% do pessoal não docente dos agrupamentos do concelho tem o ensino secundário. Dos 116 funcionários de pessoal não docente do AE Gil Paes, 9 têm o 1º ou 2º ciclo, 29 têm o 3º ciclo, 63 têm o ensino secundário, 2 têm bacharelato, 11 têm licenciatura e 2 têm mestrado:

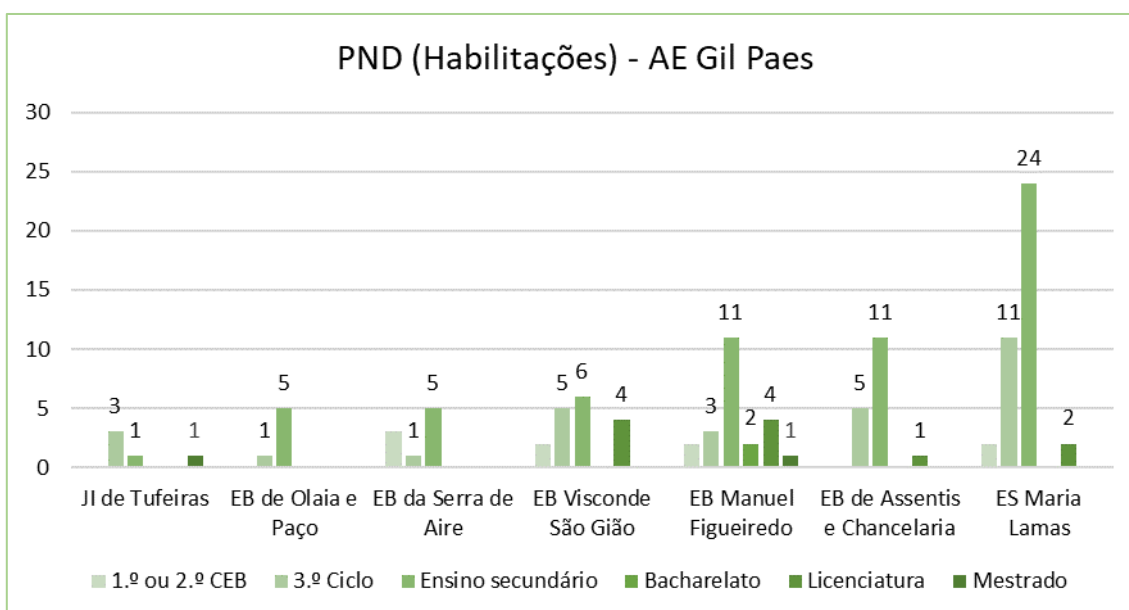


Figura 90 – Habilitações do pessoal não docente no AE de Gil Paes, ano letivo 2021/2022

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Note-se ainda que as habilitações mais elevadas (mestrado) são detidas por um funcionário que se encontra na EB Manuel Figueiredo.

Quanto ao AE Artur Gonçalves, a distribuição por habilitação dos 94 funcionários é: 10 têm o 1º ou 2º ciclo, 22 têm o 3º ciclo, 51 têm o ensino secundário, 2 têm bacharelato e 9 têm licenciatura:

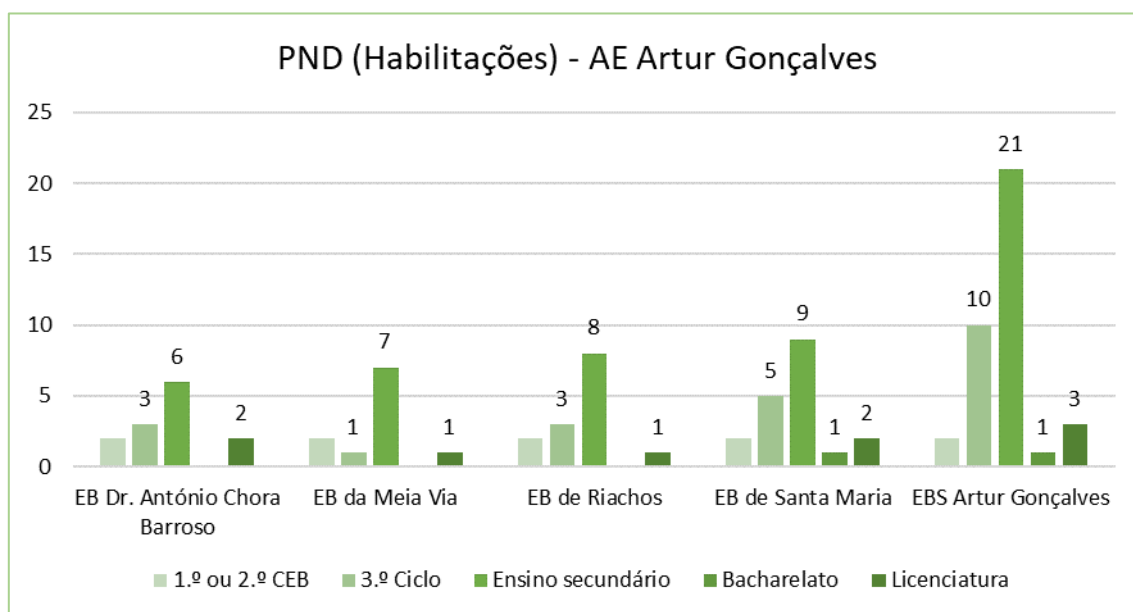


Figura 91 – Habilitações do pessoal não docente no AE Artur Gonçalves, 2021/2022

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

11. Ação social escolar, transportes e refeições escolares

11.1. Ação Social Escolar

O regime da Ação Social Escolar encontra-se regulamentado pelo Decreto-Lei 55/2009, de 2 de março, que estabelece os princípios de atribuição e do funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, quer no que diz respeito às modalidades de apoio, quer aos escalões de rendimento. A ação social escolar consiste no conjunto de apoios a atribuir a crianças e alunos que frequentem as escolas da rede pública do concelho em comprovada situação de carência socioeconómica. No concelho de Torres Novas, no âmbito das suas competências, o Município é responsável pela atribuição de auxílios económicos a todo o universo de crianças e alunos do pré-escolar e 1.º CEB, que frequentem as escolas da rede pública concelhia.

Deste modo, a ação social escolar consubstancia-se nos seguintes benefícios:

- refeições escolares gratuitas (escalões A e B), para todos as crianças do pré-escolar ao 12.º ano de escolaridade;
- atribuição de auxílios económicos para material escolar e cadernos de atividades e/ou livros de apoio (do 1º ao 12º ano);
- participação nas AAAF (educação pré-escolar);
- participação na CAF (prolongamento de horário no 1º CEB);
- participação nas atividades de tempos livres (pré-escolar e 1º CEB);
- participação das visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares (pré-escolar e 1º CEB).

A síntese dos apoios da Ação Social Escolar (em 2022/2023) encontra-se na figura seguinte:

PRÉ-ESCOLAR			1º CICLO ENSINO BÁSICO			2º CICLO ENSINO BÁSICO		
REFEIÇÕES			REFEIÇÕES			REFEIÇÕES		
ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO	ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO	ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO
1	A	100%	1	A	100%	1	A	100%
2	B	100%	2	B	100%	2	B	100%
3 ou superior	-	0%	3 ou superior	-	0%	3 ou superior	-	0%
ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF)			CAF 1.º CICLO			AUXÍLIOS ECONÓMICOS		
ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	VALOR DA MENSALIDADE	ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	VALOR DA MENSALIDADE	Cadernos de atividades (1)		
1	1 (A)	7€	1	1 (A)	7€	ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO
2	2(B)	14€	2	2(B)	14€	1	A	100%
3	3	21€	3	3	30€	2	B	50%
4	4	28€	4	4	40€	3 ou superior	-	0%
-	5	35€	-	5	50€	O valor da mensalidade é reduzido em 50%, caso de o encarregado de educação selecionar apenas um dos períodos de dia.		
ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES			AUXÍLIOS ECONÓMICOS			3º CICLO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO		
ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	VALOR POR SEMANA	Cadernos de atividades (1)			REFEIÇÕES		
1	A	0€	ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO	ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO
2	B	0€	1	A	100%	1	A	100%
3	-	7,5€	2	B	50%	2	B	100%
4	-	10€	3 ou superior	-	0%	3 ou superior	-	0%
Restantes	-	12,5€	Material escolar (1)			AUXÍLIOS ECONÓMICOS		
VISITAS DE ESTUDO			ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO	Cadernos de atividades e/ou livros de apoio (1)		
ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO	1	A	16€	ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO
1	A	20€	2	B	8€	1	A	até 50€
2	B	10€	3 ou superior	-	0€	2	B	até 25€
3 ou superior	-	0€	ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES			3 ou superior	-	-
O processo das visitas de estudo é tratado diretamente pelas escolas.			ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	VALOR POR SEMANA	Link para entrega dos comprovativos de despesa.		
			1	A	0€	Aceda a este qr code, com o seu telemóvel		
			2	B	0€			
			3	-	7,5€			
			4	-	10€			
			restantes	-	12,5€			
			VISITAS DE ESTUDO					
			ABONO DE FAMÍLIA	ESCALÃO	COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO			
			1	A	20€			
			2	B	10€			
			3 ou superior	-	0€			
			O processo das visitas de estudo é tratado diretamente pelas escolas.					

Figura 92 – Apoios para a Ação Social Escolar no Município de Torres Novas (2022/2023)
Fonte: Página Web, Serviços de Educação, Subsídios e apoios (Município de Torres Novas, 2022b)

O número de alunos abrangidos pela ação social escolar (auxílios económicos) aumentou significativamente entre os anos letivos 2016/2017 e 2021/2022, passando de 802 para 1189 alunos abrangidos, sendo de destacar a inclusão dos alunos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário a partir do ano letivo 2019/2020 e que o máximo de alunos abrangidos (1234) se verificou no ano letivo 2019/2020.

No ano letivo de 2021/2022, na educação pré-escolar, o maior número de alunos abrangidos encontra-se no escalão 4 (98 crianças). Nos níveis de escolaridade do 1º ciclo, 2º ciclo e ensino secundário, o maior número de alunos abrangidos encontra-se no escalão B (166 alunos, 99 alunos e 79 alunos, respetivamente). No 3º ciclo, o número de alunos abrangidos pela ação social escolar no escalão A e B é semelhante (115 e 114 alunos):

Tabela 143 – Nº e crianças/alunos abrangidos pela Ação Social Escolar- auxílios económicos, 2016/2017 a 2021/2022

Ação Social Escolar	2021/2022	2020/2021	2019/2020	2018/2019	2017/2018	2016/2017
crianças pré-escolar escalão 1	54	55	64	80	87	93
crianças pré-escolar escalão 2	66	73	49	70	76	88
crianças pré-escolar escalão 3	68	51	62	54	61	44
crianças pré-escolar escalão 4	98	79	84	72	65	164
crianças pré-escolar escalão 5	38	55	20	74	91	7
alunos 1.º ciclo escalão A	143	143	178	209	205	228
alunos 1.º ciclo escalão B	166	152	196	168	182	178
alunos 2.º ciclo escalão A	88	86	82			
alunos 2.º ciclo escalão B	99	94	100			
alunos 3.º ciclo escalão A	115	121	132			
alunos 3.º ciclo escalão B	114	125	142			
alunos Secundário escalão A	61	62	46			
alunos Secundário escalão B	79	80	79			
Totais	1189	1176	1234	727	767	802

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Considerando o número total de alunos de cada nível de escolaridade, no ano letivo de 2021/2022, cerca de 27% de crianças do pré-escolar encontravam-se abrangidas pela ação social escolar (auxílios económicos). No ensino básico, a proporção de alunos abrangidos situava-se entre 30% no 1º ciclo e 25% no 3º ciclo, tendo o 2º ciclo um valor muito semelhante ao 1º ciclo. No ensino secundário, a percentagem de alunos abrangidos diminuiu para 15%. Note-se que os valores dos anos letivos 2021/2022 e 2020/2021 mantêm-se estáveis, sendo apenas de registar uma ligeira diminuição de 3 p.p. no pré-escolar e um aumento de 2 p.p. no 1º ciclo.

Tabela 144 – Percentagem de alunos abrangidos pela Ação Social Escolar – auxílios económicos, 2020-2021/ 2021-2022

	2021/2022	2020/2021
Pré-escolar	27%	30%
1º ciclo	30%	28%
2º ciclo	29%	29%
3º ciclo	24%	24%
Ensino secundário	15%	15%

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

No que se refere ao ensino básico e secundário (no ano letivo de 2021/2022) encontra-se em seguida o número de alunos subsidiados do por escola e escalão:

Tabela 145 – Nº de alunos subsidiados no ensino básico e secundário por escola e escalão de apoio, 2021-2022

	A	B
1.º CEB		
EB da Meia Via	15	16
EB de Riachos	18	24
EB de Santa Maria	28	46
EB de Assentis e Chancelaria	13	18
EB de Olaia e Paço	9	8
EB da Serra de Aire	11	16
EB Visconde de São Gião	49	39
2º CEB		
EB Dr. António Chora Barroso	10	13
EBS Artur Gonçalves	21	36
EB Manuel Figueiredo	58	50
3º CEB		
EB Dr. António Chora Barroso	14	23
EBS Artur Gonçalves	24	38
EB Manuel Figueiredo	46	37
ES Maria Lamas	27	19
Ensino Secundário		
EBS Artur Gonçalves	26	34
ES Maria Lamas	32	45
Totais	401	462

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

11.2. Transportes escolares

De acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, compete aos municípios assegurar a oferta do serviço de transporte entre o local de residência do aluno e o local do estabelecimento de ensino frequentado, desde que o aluno se encontre a frequentar a escolaridade obrigatória e resida a mais de 3km de distância do estabelecimento. O transporte escolar realiza-se, prioritariamente, recorrendo às carreiras públicas existentes. No entanto, quando o transporte público é incompatível ou inadequado às necessidades, o Município cria circuitos especiais, recorrendo a veículos privados, através da adjudicação de serviços.

O transporte escolar é gratuito para os alunos que frequentem o ensino básico (até 9.º ano) e quando matriculados de acordo com as normas emanadas do Ministério de Educação. Para os alunos do ensino secundário regular, o transporte é compartilhado a 50%, desde que cumpram as referidas normas da tutela.

Ainda que não obrigatório por lei, nos últimos anos a Câmara Municipal de Torres Novas tem assumido o transporte, a título gratuito, de alunos que residem a menos de 4 km. Também é assegurado o transporte de crianças que frequentam a educação pré-escolar, cujos locais de residência se situem na rota de um itinerário previamente existente (ficando, no entanto, sujeitos à existência de vagas).

No ano letivo de 2021/2022 foram transportadas um total de 301 crianças, sendo 110 crianças da educação pré-escolar e 191 alunos do ensino básico, sendo de destacar que os três circuitos do Centro Escolar de Assentis e Chancelaria concentram 125 crianças:

Tabela 146 – Nº de crianças/alunos transportados na educação pré-escolar e no ensino básico, por circuito (2021/2022)

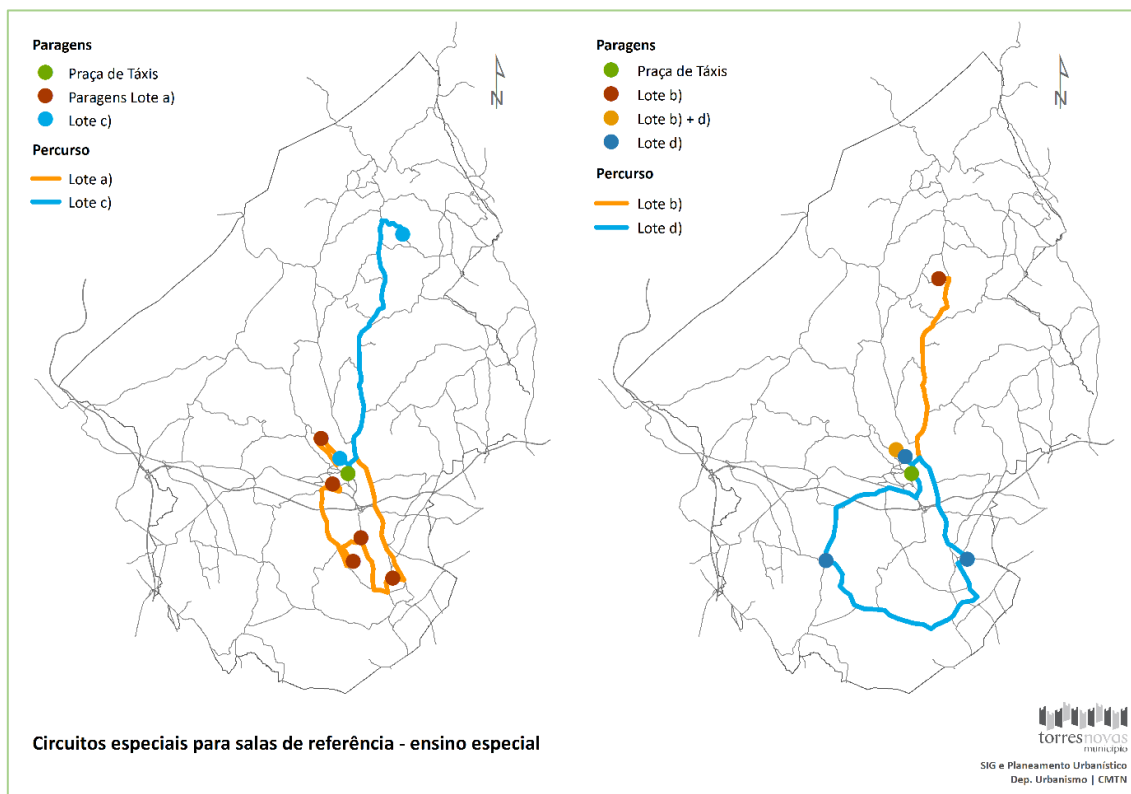
Circuito	Nº alunos transportados		Total
	Pré-escolar	CEB	
EB da Meia Via	2	9	11
EB de Riachos	6	15	21
EB de Santa Maria	18	23	41
EB de Assentis e Chancelaria 1 (EBAC 1)	15	28	43
EB de Assentis e Chancelaria 2 (EBAC 2)	21	32	53
EB de Assentis e Chancelaria 3 (EBAC 3)	9	20	29
EB de Olaia e Paço 1	4	5	9
EB de Olaia e Paço 2	4	7	11
EB da Serra de Aire 1 (EBSA 1)	5	16	21
EB da Serra de Aire 2 (EBSA 2)	10	17	27
EB da Serra de Aire 3 (EBSA 3)	8	10	18
EB Visconde de São Gião	8	9	17
Totais	110	191	301

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Existem circuitos de transporte predefinidos no que diz respeito às escolas. Assim, de seguida apresentamos os circuitos para salas de referência da educação especial e inclusiva, circuitos realizados por táxi e circuitos realizados por autocarro.

11.2.1. Circuitos de transporte para educação especial e inclusiva

Os circuitos de transporte para as escolas que acolhem alunos da educação especial e inclusiva, podem ser observados nos mapas seguintes.



Mapa 14 – Circuitos especiais para salas de referência da educação especial e inclusiva – Lotes a), b), c), d), 2021/2022
 Fonte: Município de Torres Novas (2022)

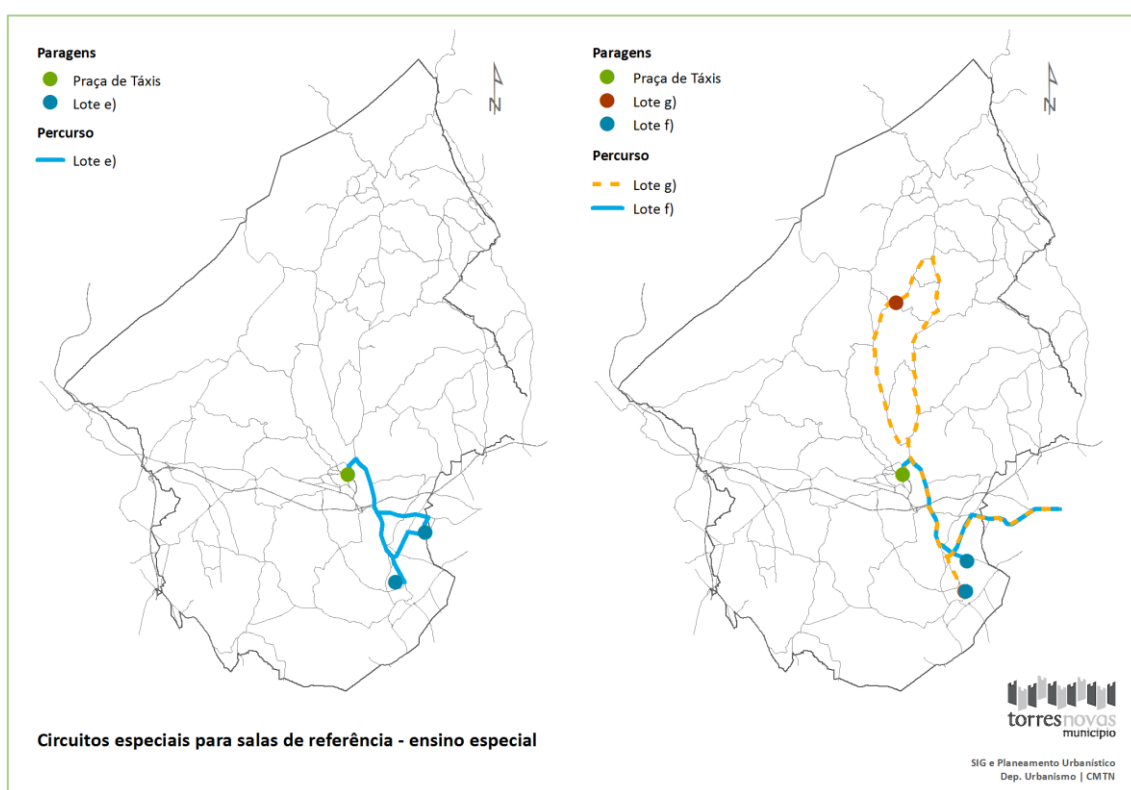
Os circuitos/lotes acima referidos são:

Tabela 147 – Lotes a), b), c) e d), relativos aos circuitos de transporte de crianças da educação especial e inclusiva

Lote a) – Manhã		Lote a) – Tarde		Lote b) – Manhã/Tarde	
Localidade	Local paragem	Localidade	Local paragem	Localidade	Local paragem
Torres Novas	Praça de Táxis	Torres Novas	Praça de Táxis	Torres Novas	Praça de Táxis
Torres Novas	Quinta da Silvã	CE Santa Maria		Rendufas	Centro
EB de Riachos		Foros da Barreta	Paragem	EB2/3 Manuel Figueiredo	
Torres Novas	Villa Cardillium	Torres Novas	Praça de Táxis	Torres Novas	Praça de Táxis
Foros da Barreta	Paragem				
EB Santa Maria					
Torres Novas	Praça de Táxis				

Lote c) – Manhã/Tarde		Lote d) – Manhã/Tarde	
Localidade	Local paragem	Localidade	Local paragem
Torres Novas	Praça de Táxis	Torres Novas	Praça de Táxis
Outeiro Pequeno	Centro	Brogueira	Jt. Cemitério
CE Visconde de São Gião		Riachos	centro
Torres Novas	Praça de Táxis	EB Manuel Figueiredo / ES M ^a Lamas	
		Torres Novas	Praça de Táxis

Fonte: Município de Torres Novas (2022)



Mapa 15 – Circuitos especiais para salas de referência da educação especial e inclusiva – Lotes e), f), g), 2021/2022
Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Os circuitos/lotos acima referidos são:

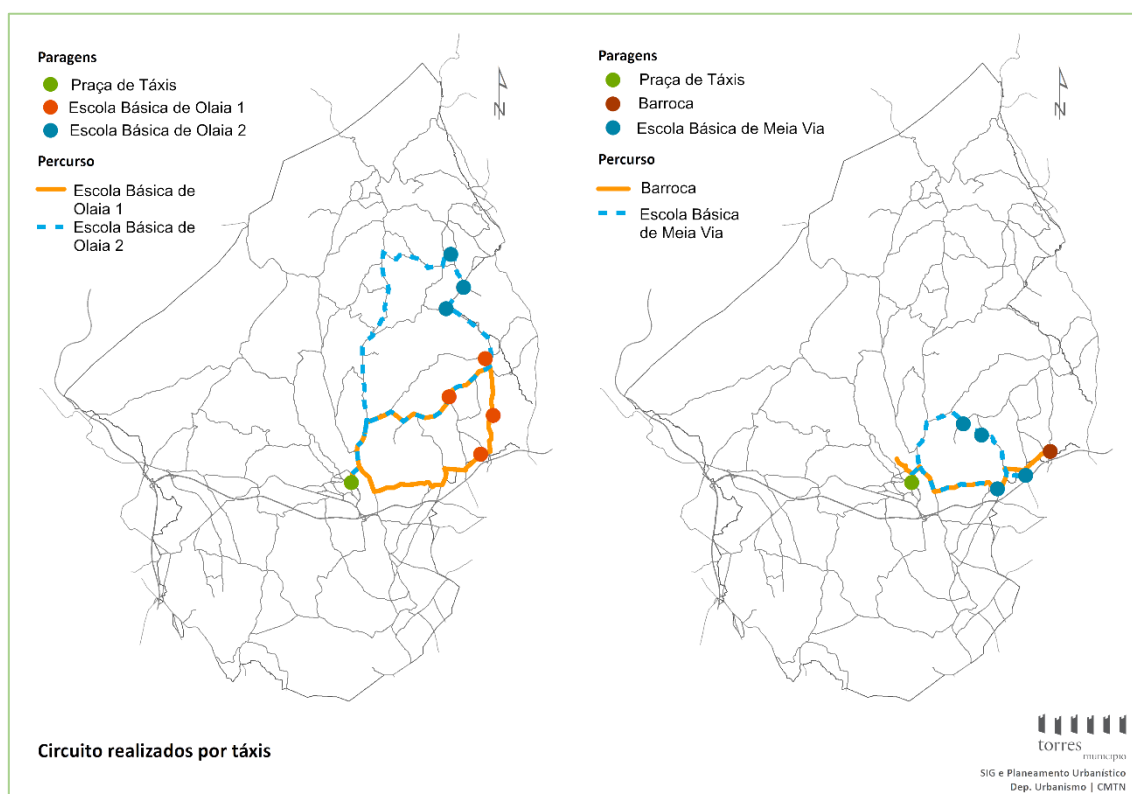
Tabela 148 – Lotes e), f) e g), relativos aos circuitos de transporte de crianças da educação especial e inclusiva

Lote e) – Manhã/Tarde		Lote f) – Manhã/Tarde		Lote g) – Manhã/Tarde	
Localidade	Local paragem	Localidade	Local paragem	Localidade	Local paragem
Torres Novas	Praça de Táxis	Torres Novas	Praça de Táxis	Torres Novas	Praça de Táxis
Botequim	centro	Riachos	Estação	Mata	Centro
EB Dr. António Chora Barroso		EB António Gedeão ¹⁴⁴		Riachos	Estação
Torres Novas	Praça de Táxis	Torres Novas	Praça de Táxis	ES Entroncamento ¹⁴⁵	
				Torres Novas	Praça de Táxis

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

11.2.1. Circuitos de transporte realizados por táxi

Os circuitos de transporte realizados por táxi, podem ser observados nos mapas seguintes.



Mapa 16 – Circuitos realizados por táxi, 2021/2022

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

¹⁴⁴ Escola Básica pertencente ao Município do Entroncamento

¹⁴⁵ Escola Secundária pertencente ao Município do Entroncamento

Tabela 149 – Lotes e), f) e g), relativos aos circuitos de transporte feitos em táxi

EB Olaia e Paço 1 – Manhã		EB Olaia e Paço 1 – Tarde		EB Olaia e Paço 2 – Manhã/Tarde	
Localidade	Local paragem	Localidade	Local paragem	Localidade	Local paragem
Torres Novas	Praça de Táxis	Torres Novas	Praça de Táxis	Torres Novas	Praça de Táxis
Casal Major Teodósio	Paragem	EB Olaia e Paço		EB Olaia e Paço	
Barroca	Escola	Barroca	Escola	Pé de Cão	Cruzamento
EB Olaia e Paço		Casal Major Teodósio	Paragem	EB Olaia e Paço	
Árgea	Lg. Igreja	EB Olaia e Paço		Soudos	Prg. entrada da povoação
EB Olaia e Paço		Árgea	Lg. Igreja	EB Olaia e Paço	
Torres Novas	Praça de Táxis	Torres Novas	Praça de Táxis	Vila do Paço	Centro da localidade
				Torres Novas	Praça de Táxis

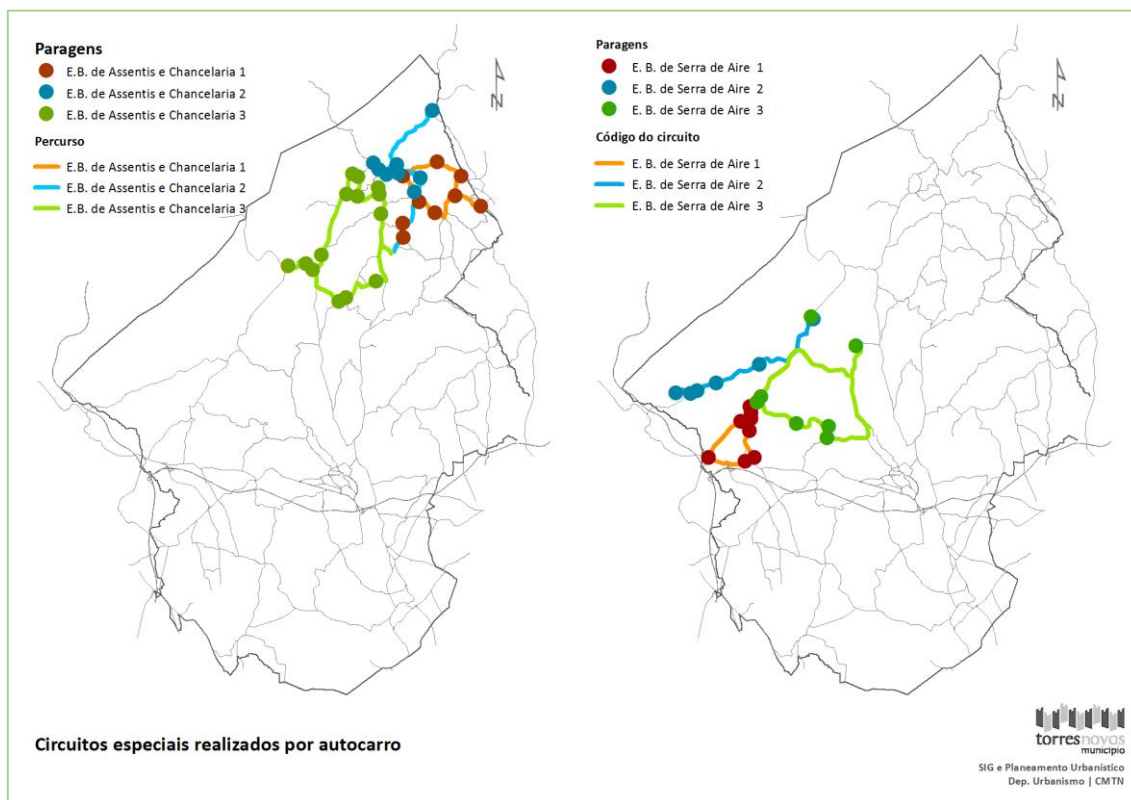
EB Meia Via – Manhã		EB Meia Via – Tarde	
Localidade	Local paragem	Localidade	Local paragem
Torres Novas	Praça de Táxis	Torres Novas	Praça de Táxis
Gateiras de St ^o António	Centro da localidade	EB Meia Via	
Carreiro de Areia	Parque infantil	Casal Sentista	Café
EB Meia Via		EB Meia Via	
Casal Sentista	Café	Carreiro de Areia	Parque infantil
EB Meia Via		Gateiras de St ^o António	Centro da localidade
Torres Novas	Praça de Táxis	Torres Novas	Praça de Táxis

Barroca – Manhã/Tarde	
Localidade	Local paragem
Torres Novas	Praça de Táxis
Barroca	Centro
EB Manuel Figueiredo/ES M ^a Lamas	
Torres Novas	Praça de Táxis

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

11.2.2. Circuitos de transporte realizados por autocarro

Os circuitos assegurados por autocarro podem ser visualizados nos mapas seguintes.



Mapa 17 – Circuitos especiais realizados por autocarro (freguesias do norte), 2021/2022
Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Em detalhe, os circuitos são:

Tabela 150 – Circuitos de transporte de crianças por autocarro, freguesias do norte

EB de Assentis e Chancelaria 1 - Manhã		EB de Assentis e Chancelaria 1 - Tarde	
Localidade	Local Paragem	Localidade	Local Paragem
Outeiro Grande	EB de Assentis e Chancelaria	Outeiro Pequeno	Largo Igreja
Moreiras Grandes	Escola	Tojais	Cruzamento
Assentis	Escola	Moreiras Grandes	Escola
Beselga de Cima	Paragem	Moreiras Grandes	Paragem TREPTEL
Casal Prior	Paragem	Casal da Fonte	Paragem
Beselga Baixo	Paragem	Casal das Pimenteiras	Paragem
Vales de Cima	Paragem	Vales de Cima	Paragem
Casal das Pimenteiras	Paragem	Beselga Baixo	Paragem
Casal da Fonte	Paragem	Casal Prior	Paragem

EB de Assentis e Chancelaria 1 - Manhã		EB de Assentis e Chancelaria 1 - Tarde	
Moreiras Grandes	Paragem TREPTEL	Beselga de Cima	Paragem
Tojais	Cruzamento	Assentis	Escola
Outeiro Pequeno	Largo Igreja	Outeiro Grande	EB de Assentis e Chancelaria
Outeiro Grande	EB de Assentis e Chancelaria		

EB de Assentis e Chancelaria 2 Manhã/Tarde		EB de Assentis e Chancelaria 3 - Manhã/Tarde	
Localidade	Local Paragem	Localidade	Local Paragem
Outeiro Grande	EB de Assentis e Chancelaria	Outeiro Grande	EB de Assentis e Chancelaria
Moreiras Grandes	R. do Cruzeiro	Rendufas	Paragem
Moreiras Pequenas	Paragem	Mata	Paragem Rodoviária do Tejo
Assentis	Cruzeiro	Chancelaria	Largo da Capela
	R. da Serrada		Paragem Largo da Igreja
Fungalvaz	Café	Pafarrão	Paragem
Assentis	Rest. Lagareiro	Chancelaria	Escola
Charruada	Camiões Felício	Maçaroca	Paragem
	Paragem	Rexaldia	Paragem Rodoviária do Tejo
Outeiro Grande	EB de Assentis e Chancelaria	Pena	Paragem
		Casal da Pena	Cruzamento
		Rexaldia	Escola
		Serrada Nova	Paragem
		Casais Igreja	Paragem
		Carvalho do Pombo	Cruzamento

EB da Serra de Aire 1 - Manhã		EB da Serra de Aire 1 - Tarde	
Localidade	Local Paragem	Localidade	Local Paragem
Pedrógão	EB da Serra de Aire	Pedrógão	EB da Serra de Aire
Almonda	Paragem centro	Bairro José Dias Simão	1ª Paragem junto à ponte
Videla	Pg junto ao cruzamento		Estrada principal
Zibreira	Café S. Sebastião	Almonda	Estrada principal
	Junto ao JI	Zibreira	Renova 2, Paragem Rodoviária do Tejo
	Renova2, Paragem Rodoviária do Tejo		Junto ao JI
Almonda	Estrada principal		Café S. Sebastião

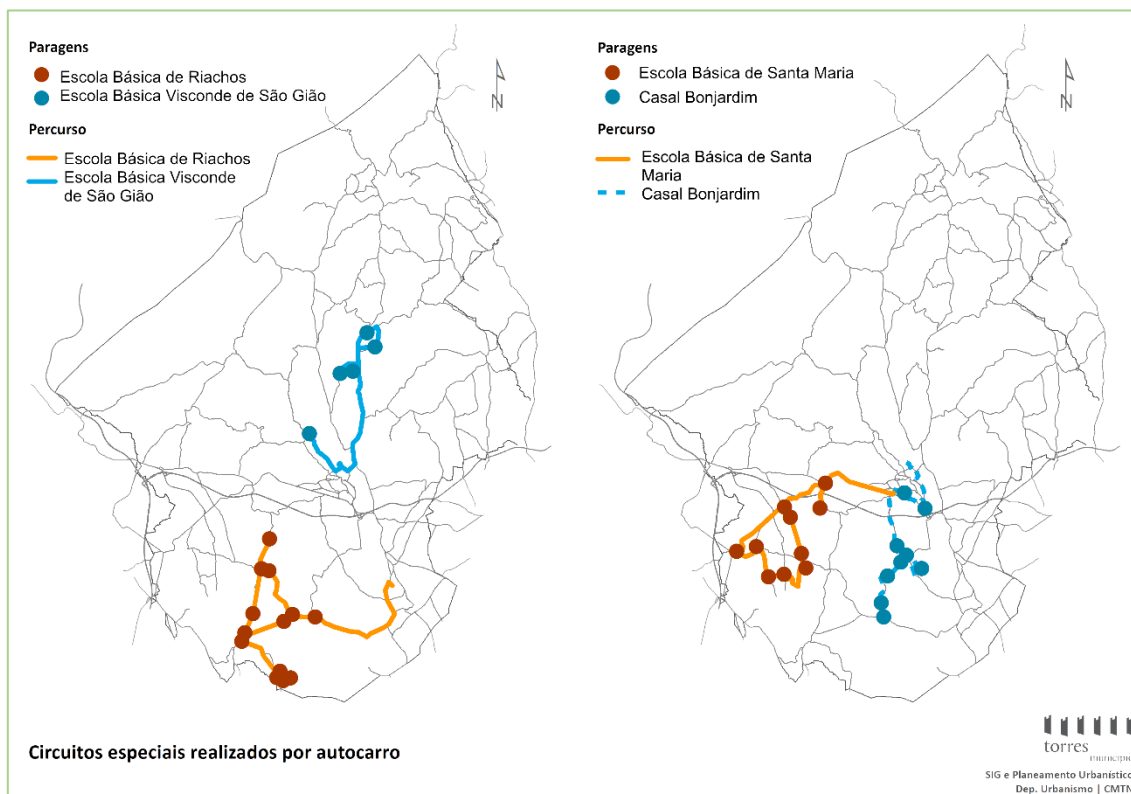
EB da Serra de Aire 1 - Manhã		EB da Serra de Aire 1 - Tarde	
Bairro José Dias Simão	Estrada principal	Videla	Junto ao cruzamento
	1ª Paragem junto à ponte	Almonda	Paragem centro
Pedrógão	EB da Serra de Aire	Pedrógão	EB da Serra de Aire

EB da Serra de Aire 2 - Manhã/Tarde	
Localidade	Local Paragem
Pedrógão	EB da Serra de Aire
Vale da Serra	Casal Valentão
	Café
	Capela
	Escola
	Casal Raposo
Casal João Dias	1ª Paragem
Alqueidão	Cemitério
	Paragem
Pedrógão	EB da Serra de Aire

EB da Serra de Aire 3 - Manhã		EB da Serra de Aire 3 - Tarde	
Localidade	Local Paragem	Localidade	Local Paragem
Pedrógão	EB da Serra de Aire	Pedrógão	EB da Serra de Aire
Adofreire	Largo Igreja	Casais Martanes	Abrigo
Ribeira Branca	Paragem junto à muralha		Café Pimpão
Ribeira Ruiva	Paragem junto à Junta de Freguesia	Casal da pinheira	Casa amarela
Casal da pinheira	Casa amarela	Ribeira Ruiva	Paragem junto à Junta de Freguesia
Casais Martanes	Café Pimpão	Ribeira Branca	Paragem junto à muralha
	Abrigo	Adofreire	Largo da Igreja
Pedrógão	EB da Serra de Aire	Pedrógão	EB da Serra de Aire

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Relativamente às freguesias do centro e sul, temos os seguintes circuitos:



Mapa 18 – Circuitos especiais realizados por autocarro (freguesias do centro e sul), 2021/2022
Fonte: Município de Torres Novas (2022)

Em detalhe, os circuitos são:

Tabela 151 – Circuitos de transporte de crianças por autocarro, freguesias do centro e sul

EB Visconde de São Gião - Manhã		EB Visconde de São Gião - Tarde	
Localidade	Local Paragem	Localidade	Local Paragem
Torres Novas	EB Visconde de São Gião	Torres Novas	EB Visconde de São Gião
Alcorriol	Largo	Lapas	Largo 5 de Outubro, Lapas (junto às cabines de transporte público)
Terras Pretas	Café	Rodrigos	Paragem com abrigo
Carvalho Aroeira	Largo igreja	Carvalho Aroeira	Largo igreja
Rodrigos	Paragem com abrigo	Terras Pretas	Café
Lapas	Largo 5 de Outubro, Lapas (junto às cabines de transporte público)	Alcorriol	Largo
EB Visconde de São Gião	EB Visconde de São Gião	EB Visconde de São Gião	EB Visconde de São Gião
		Torres Novas	EB Visconde de São Gião

EB de Riachos - Manhã		EB de Riachos - Tarde	
Localidade	Local Paragem	Localidade	Local Paragem
Riachos	EB de Riachos	Riachos	EB de Riachos
Casal dos Ramos	Paragem	Boquilobo	Largo General Humberto Delgado.
Brogueira	Junto ao cemitério	Barreiras	Paragem
	Largo General Humberto Delgado.		Casal Cepo
Alcorochel	1ª Paragem	Alcorochel	Estrada Barreiras
Charneca de Alcorochel	1ª Paragem		Largo Farmácia
	2ª Paragem	4ª Paragem	
	3ª Paragem	3ª Paragem	
	4ª Paragem	2ª Paragem	
Alcorochel	Largo Farmácia	Alcorochel	1ª Paragem
	Estrada Barreiras		1ª Paragem
Brogueira	Casal Cepo	Brogueira	Largo General Humberto Delgado.
	Paragem		Junto ao cemitério
Boquilobo	Largo General Humberto Delgado.	Casal dos Ramos	Paragem
Riachos	EB de Riachos		

EB Santa Maria - Manhã		EB Santa Maria- Tarde	
Localidade	Local Paragem	Localidade	Local Paragem
Torres Novas	EB Santa Maria	Torres Novas	EB Santa Maria
Parceiros S. João	Estrada Principal	Barreira Alva	Junto ao Café
Parceiros Igreja	Escola	Marruas	Paragem
Resgais	Paragem	Liteiros	Escola
Borreco	Paragem		Paragem centro
Cardais	Largo	Cardais	Paragem
	Paragem		Largo
Liteiros	Escola	Borreco	Paragem
	Paragem centro	Resgais	Paragem
Marruas	Paragem	Parceiros Igreja	Escola
Barreira Alva	Junto ao Café	Parceiros S. João	Estrada Principal
Torres Novas	EB Santa Maria	Torres Novas	EB Santa Maria

Casal Bonjardim - Manhã		Casal Bonjardim - Tarde	
Localidade	Local Paragem	Localidade	Local Paragem
Boquilobo	Largo	EB Manuel Figueiredo	Paragem
Casal Bonjardim	Paragem	ES Maria Lamas	Paragem
Vale Carvão	Paragem	EPTN	Paragem
Bonflorido	Paragem	EBS Artur Gonçalves	Paragem
Caveira	Paragem	Gavata	Paragem
Foros Barreta	Paragem	Foros Barreta	Paragem
Gavata	Paragem	Caveira	Paragem
EBS Artur Gonçalves	Paragem	Bonflorido	Paragem
EPTN	Paragem	Vale Carvão	Paragem
ES Maria Lamas	Paragem	Casal Bonjardim	Paragem
EB Manuel Figueiredo	Paragem	Boquilobo	Largo

Fonte: Município de Torres Novas (2022)

11.3. Refeições escolares

O serviço de planeamento, organização e gestão do serviço de refeições escolares nos estabelecimentos de educação e ensino é da responsabilidade dos municípios e a Câmara Municipal de Torres Novas criou as condições necessárias para que, em cada núcleo escolar, funcionasse um espaço de refeitório, proporcionando o fornecimento de refeições nutricionalmente equilibradas e diversificadas, respeitando os princípios de higiene e segurança alimentar e as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação. As refeições escolares destinam-se a todos os alunos que queiram usufruir do serviço e são gratuitas para alunos com escalão A e B da ação social escolar.

A evolução do número de refeições que os alunos consomem, está patente no gráfico seguinte:

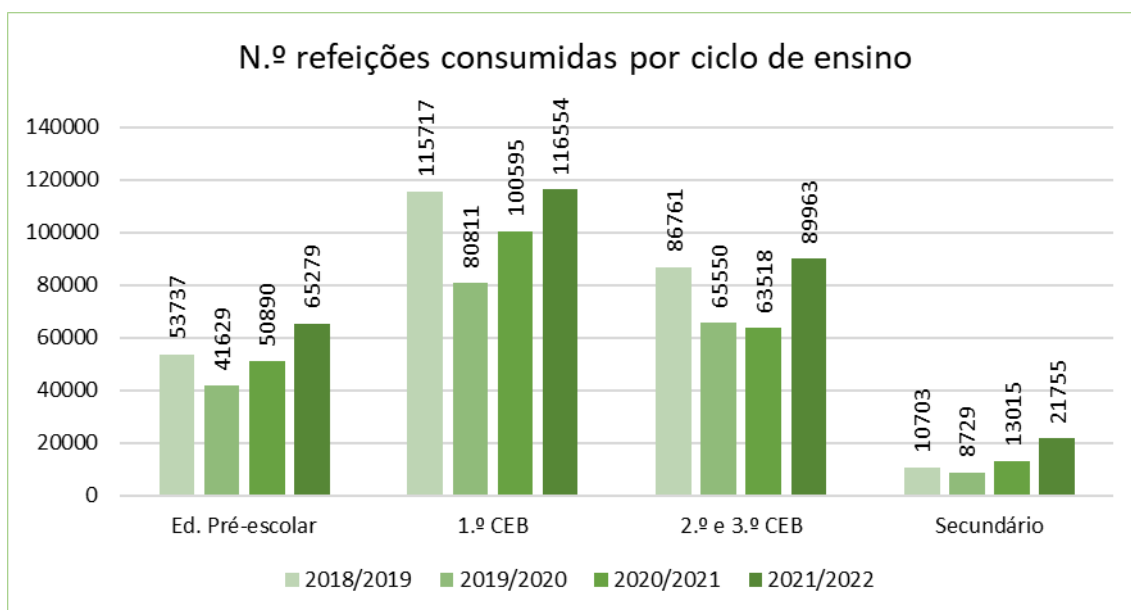


Figura 93 – Número de refeições consumidas por ciclo de ensino no município de Torres Novas
Fonte: Serviços de Educação, Município de Torres Novas (2022)

Apesar de ter havido uma diminuição no número de refeições servidas de 2018/2019 para 2019/2020, esse nome aumentou de 2020/2021 para 2021/2022, sendo que o maior número de refeições servidas pertence ao 1.º CEB.

Refira-se que o valor das refeições escolares suportadas pelas famílias, dependendo do escalão de comparticipação do seu educado, é o seguinte:

Tabela 152 – Comparticipação das refeições escolares, por escalão

Abono de família	Escalão	Comparticipação da família sobre o preço unitário fixado
1	A	0,00 €
2	B	0,00 €
3 ou superior	-	1,46 € ¹⁴⁶

Fonte: Normas de funcionamento das refeições e das atividades de animalão e de apoio à família (Município de Torres Novas, 2019)

¹⁴⁶ Valor definido anualmente por despacho emitido pela administração central.

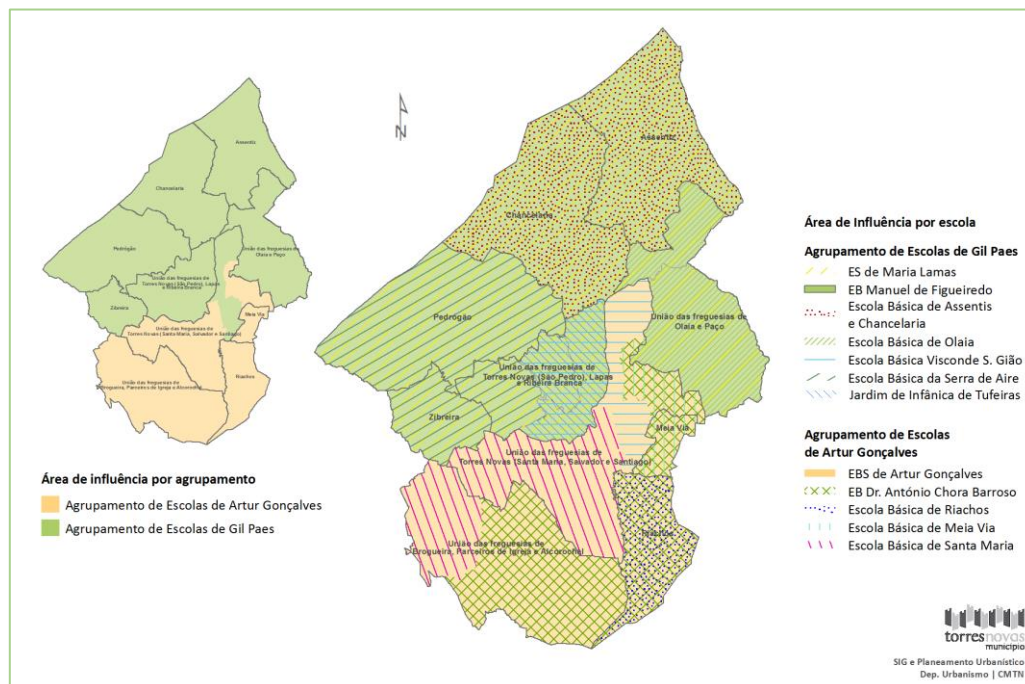
12. Territórios educativos

“Território Educativo” é hoje um termo polissémico. Em sentido “físico”, podemos entendê-lo como a simples agregação de estabelecimentos de educação e formação em agrupamentos. Estes agrupamentos “físicos” incluem um sentido de território que configura uma continuidade pedagógica e cuja composição, normalmente, evolui de acordo com a demografia e a legislação. Por outro lado, não podemos ignorar que as aldeias, as vilas, as cidades, os municípios e todos os lugares grandes ou pequenos se constituem como espaços de aprendizagem. Nesse sentido um território educativo abrange as dimensões físicas, demográficas, culturais, espaciais, sociais, que se mobiliza para educar os jovens, conceito tão bem descrito no movimento das Cidades Educadoras:

“(…) De uma forma ou de outra, a cidade apresenta elementos importantes para uma educação integral: é um sistema complexo e, ao mesmo tempo, um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de potencializar os fatores educativos e de transformação social. Na Cidade Educadora, a educação transcende as paredes da escola para impregnar toda a cidade. Uma educação para a cidadania, na qual todas as administrações assumem a sua responsabilidade na educação e na transformação da cidade num espaço de respeito pela vida e pela diversidade.” (Associação Internacional de Cidades Educadoras, 2020, p. 4)

Assim e enquanto cidade que abraça e pugna pelos objetivos da Carta das Cidades Educadoras, Torres Novas assume dois territórios educativos (definidos pelas áreas de abrangência dos seus agrupamentos) permitindo-se, ainda assim, ultrapassar as habituais delimitações por freguesias em prol do usufruto comum dos pontos de interesse educativos do concelho.

No caso de Torres Novas, as freguesias abrangidas pelos equipamentos escolares dos dois agrupamentos de escolas estão apresentadas na figura seguinte:



Mapa 19 – Territórios educativos definidos pelos dois agrupamentos de escolas
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

Dentro destes agrupamentos, como observámos anteriormente (1.2 A rede escolar municipal, p. 171), são várias as instituições educativas que contribuem para que a oferta cubra os diferentes tipos de educação, ensino e formação.

13. Áreas de influência dos equipamentos escolares

“Todo o equipamento de utilidade pública dispõe de uma determinada área de influência. Esta corresponde ao território físico e demográfico servido por um conjunto de estabelecimentos de ensino, tendo em conta os valores de irradiação da escola não agrupada ou agrupamento de escolas, a sua capacidade instalada e a expressão numérica da população residente a escolarizar, assim como a rede de transportes públicos existente.” (DGEEC; DGEstE; IGeFE, 2021, p. 15)

A irradiação relativa a cada equipamento (ou seja, o valor máximo de tempo de percurso ou da distância percorrida pelos alunos entre o local de origem, normalmente a residência, e a sua escola, a pé ou de transporte público), é apresentada nos mapas seguintes.

Para a determinação das áreas de influência dos equipamentos escolares, é necessário ter em conta o seu valor de irradiação¹⁴⁷. A área de influência desse é, desejavelmente, delimitada pelas zonas do território cujo afastamento ao equipamento corresponde ao valor de irradiação (idem, p. 16), tendo em conta a capacidade desse equipamento em termos de alunos que comporta (sem colocar em causa a sua viabilidade económica e funcional). Para essa delimitação, a medição da irradiação é feita sobre as vias de comunicação, tendo em conta tanto as características físicas do território (morfologia), como a rede de transportes público (ibidem, p. 16).

No caso das escolas de Torres Novas, estão definidas as áreas de influência dos equipamentos escolares públicos que se representam através dos mapas que a seguir se apresentam, tendo em conta os seguintes valores:

Tabela 153 – Valores máximos de irradiação para os equipamentos escolares

Equipamento escolar	Irradiação máxima		
	Distância (km)	Tempo a pé (min)	Tempo em transporte (min)
ES - Escola Secundária	2	30	60
EB23 - Escola Básica (com 2.º e 3.º CEB)	1,5	30	60
EBI - Escola Básica Integrada	1	15	40
EB1 + JI - Escola Básica (com JI e 1.º CEB)	1	15	40
EB1 - Escola Básica (com 1.º CEB)	1	15	40

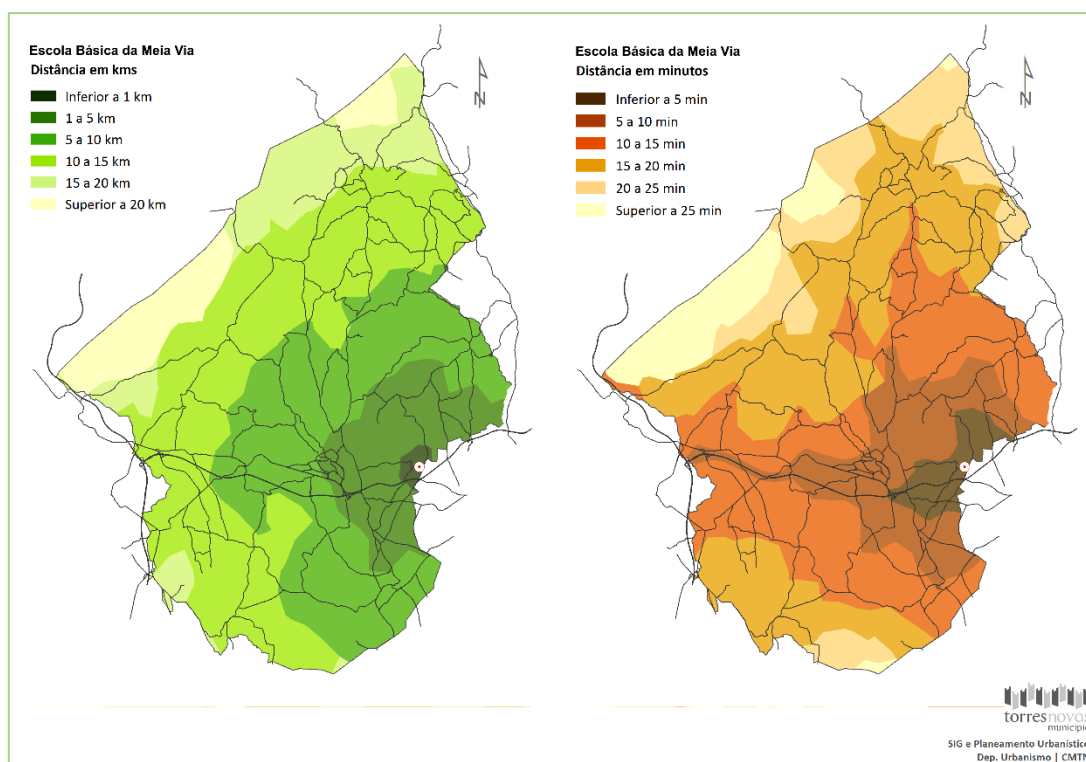
Fonte: DGEEC – Guião para elaboração da Carta Educativa (DGEEC; DGEstE; IGeFE, 2021, p. 16)

Assim, com base nestes dados, as áreas de irradiação para cada equipamento escolar público (distância em km e minutos em transporte público) podem ser observadas nos gráficos seguintes.

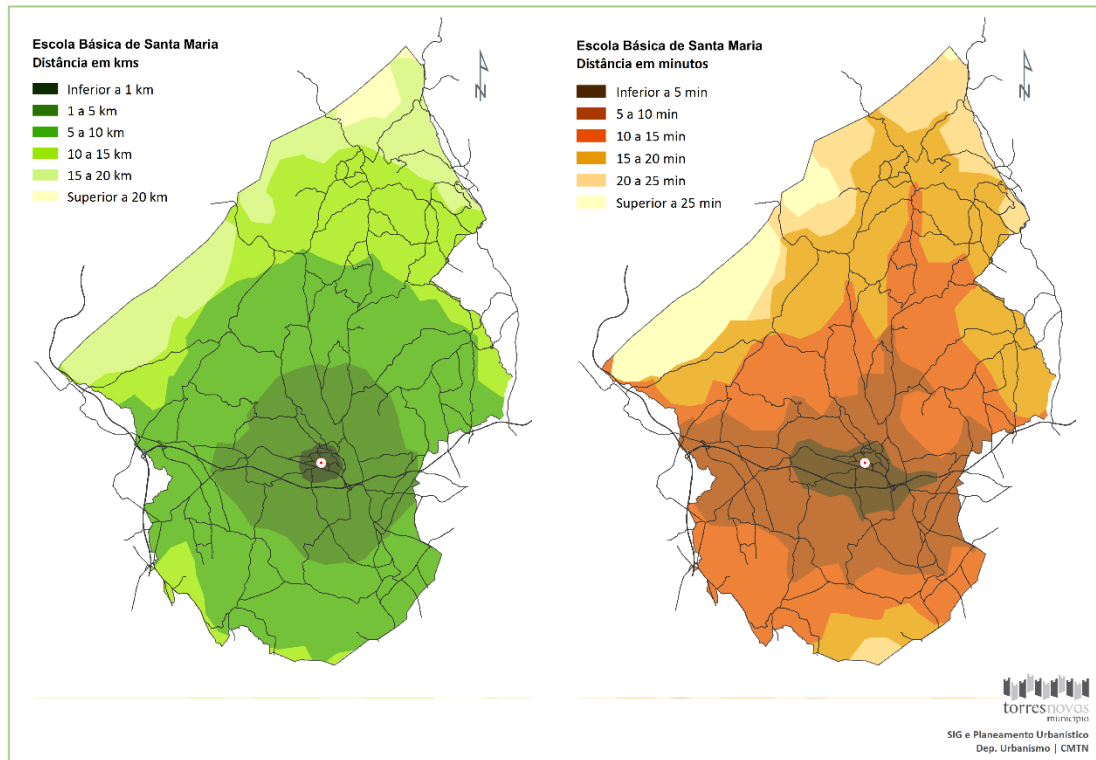
¹⁴⁷ Irradiação - o valor máximo do tempo de percurso ou da distância percorrida pelos utilizadores entre o local de origem (normalmente residência) e o equipamento (destino), a pé, ou utilizando transportes públicos. A IRRADIAÇÃO mede-se em minutos ou quilómetros.

13.1. Irradiação dos equipamentos do AE Artur Gonçalves

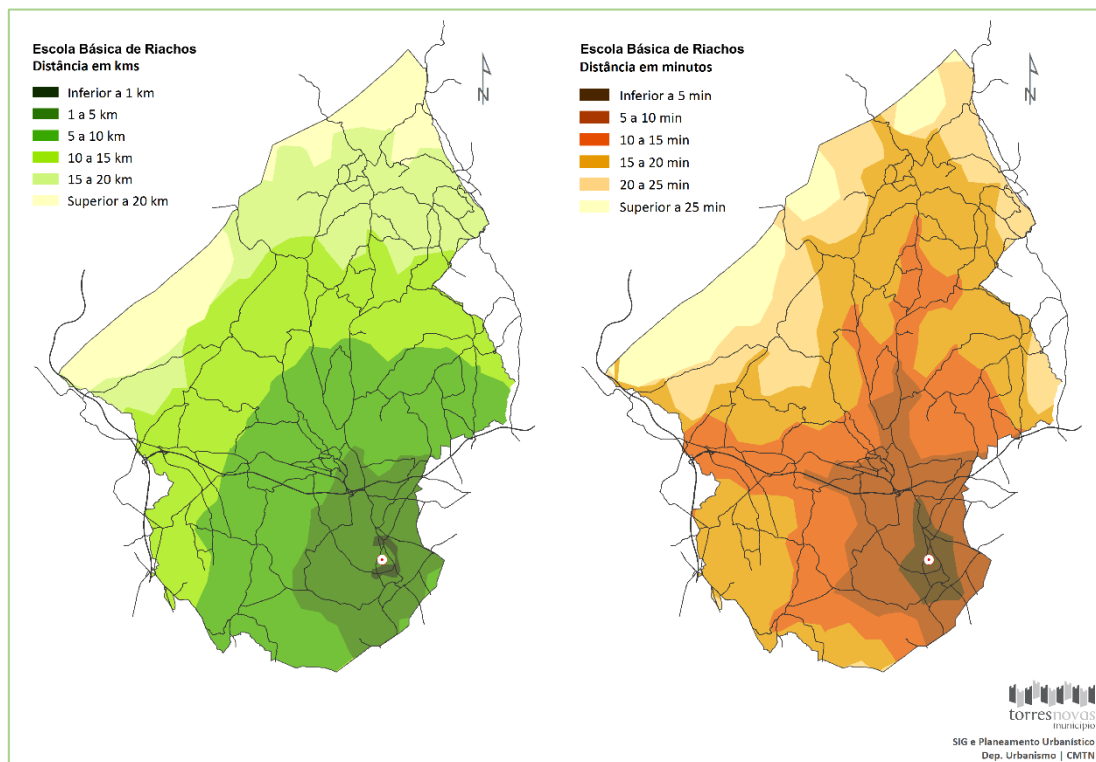
O AE Artur Gonçalves serve parte da comunidade da zona centro e todo o sul do concelho. Nos mapas seguintes podemos visualizar os equipamentos da rede pública que o integram bem como as suas áreas de irradiação. Estes estão distribuídos territorialmente de forma eficaz, complementados com circuitos de transporte que respondem às necessidades da população em idade escolar, abrangendo uma ampla área de influência (até porque o território, do ponto de vista topográfico, é relativamente plano), possibilitando uma resposta de proximidade geográfica e psicológica às crianças, jovens e pais/encarregados de educação.



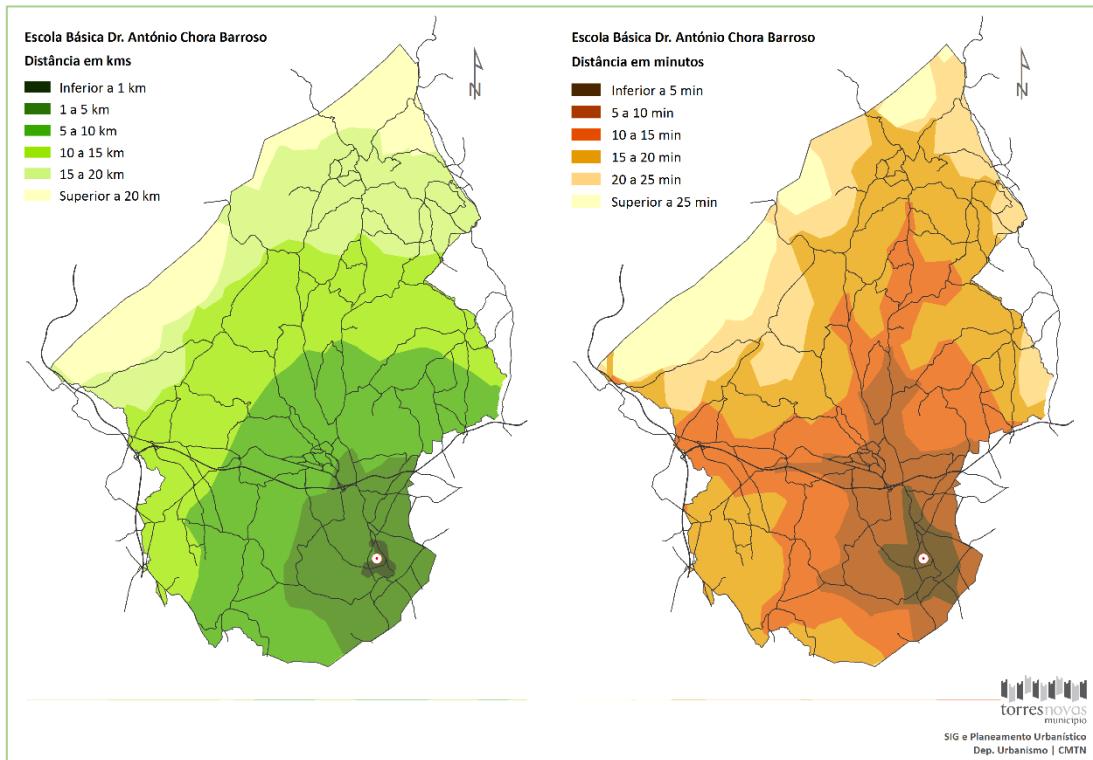
Mapa 20 – Irradiação da EB da Meia Via
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)



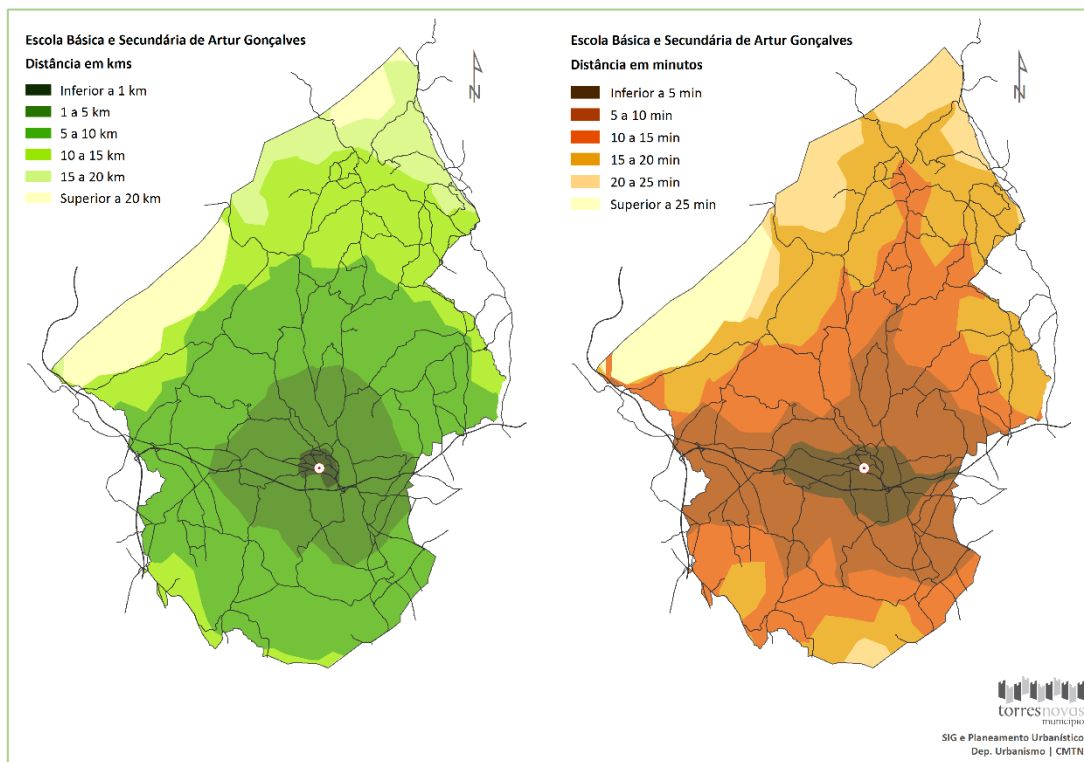
Mapa 21 – Irradiação da EB de Santa Maria
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)



Mapa 22 – Irradiação da EB de Riachos
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)



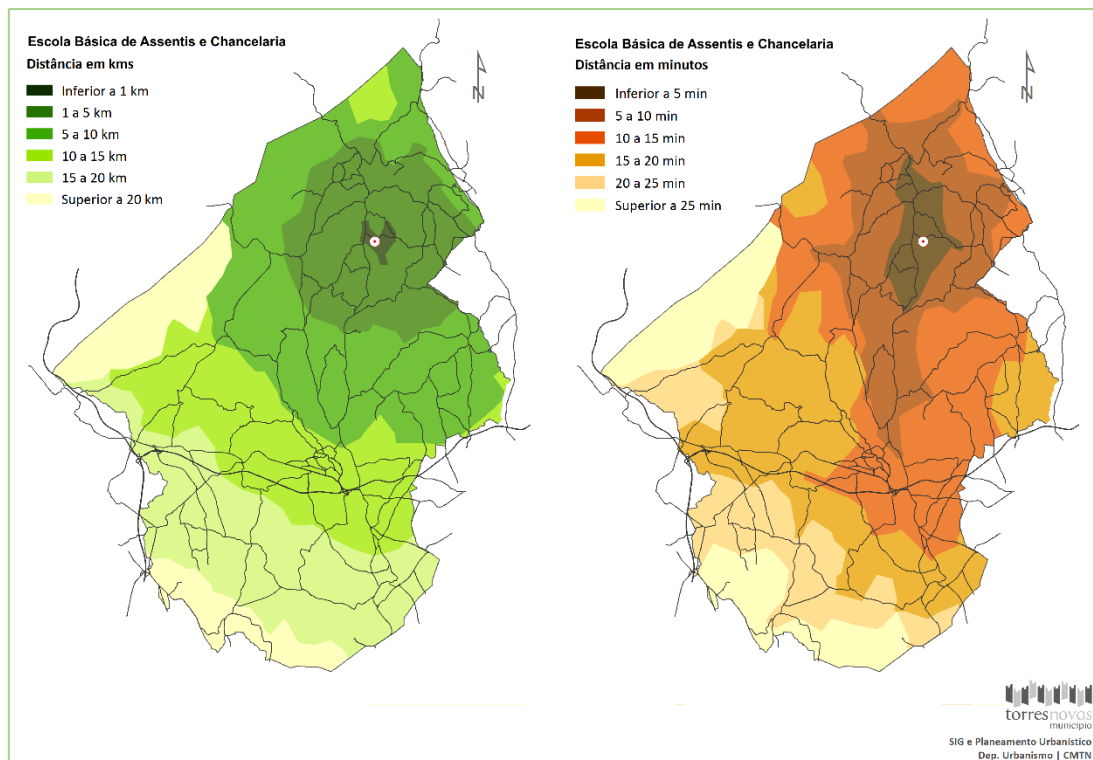
Mapa 23 – Irradiação da EB Dr. António Chora Barroso
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)



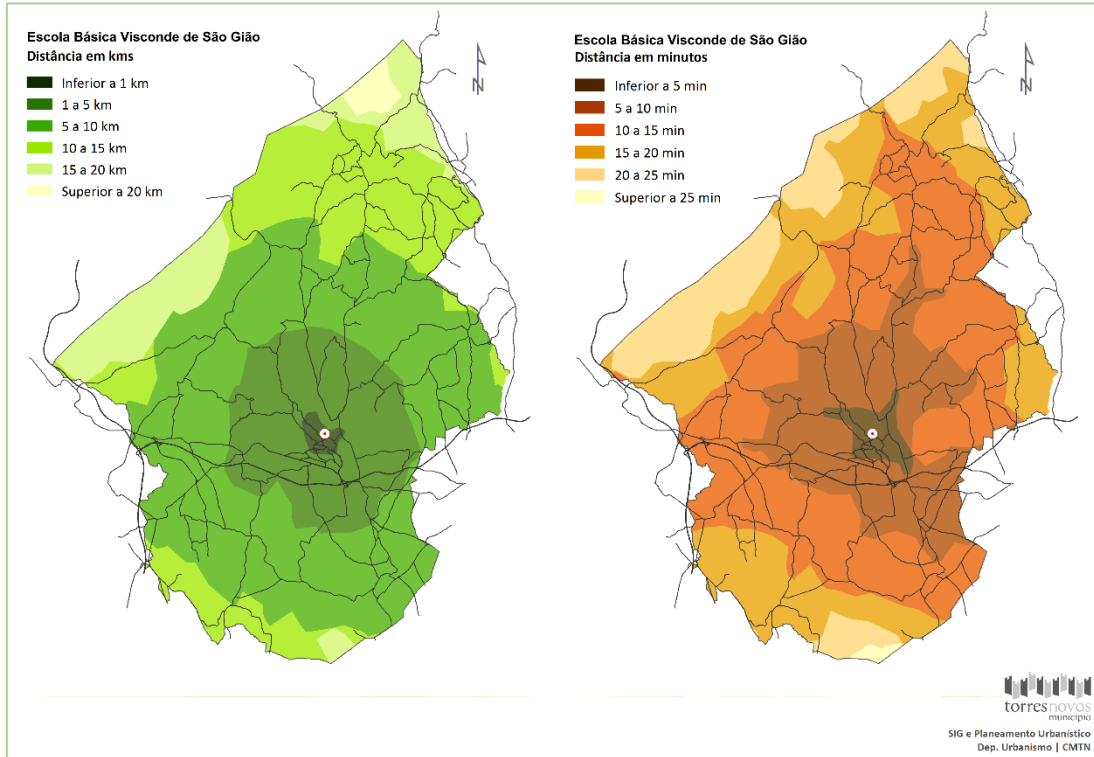
Mapa 24 – Irradiação da EBS Artur Gonçalves
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

13.2. Irradiação dos equipamentos do AE Gil Paes

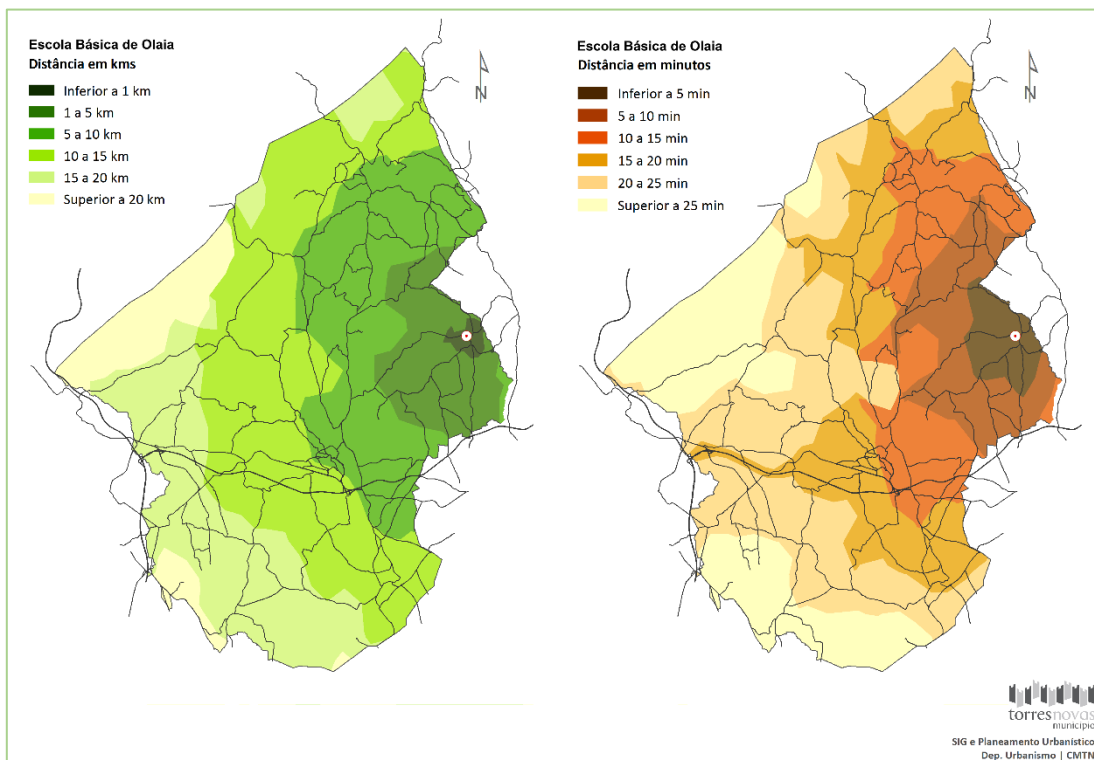
O AE Gil Paes serve parte da comunidade da zona centro e todo o norte do concelho. Nos mapas seguintes podemos visualizar os equipamentos da rede pública que o integram, bem como as suas áreas de irradiação. Estes estabelecimentos escolares estão distribuídos territorialmente de forma eficaz, complementados com circuitos de transporte que respondem às necessidades da população em idade escolar, abrangendo uma ampla área de influência (pelas razões de topografia já referidas), possibilitando uma resposta de proximidade geográfica e psicológica às crianças, jovens e pais/encarregados de educação.



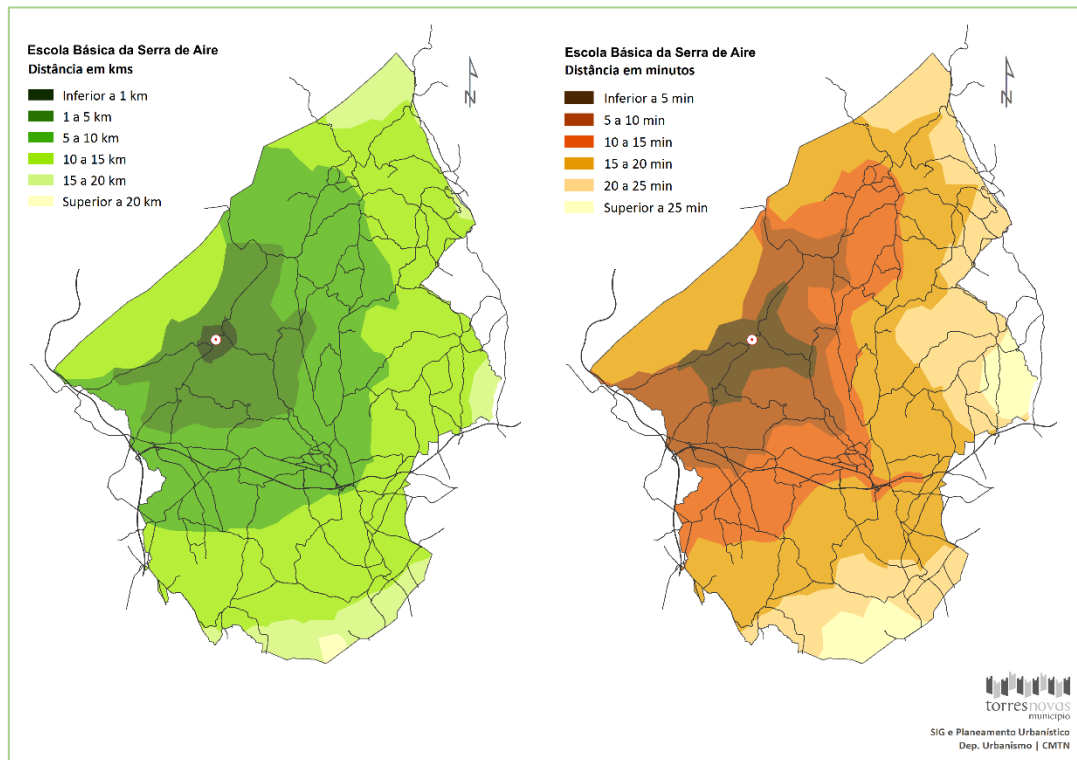
Mapa 25 – Irradiação da EB de Assentis e Chancelaria
 Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)



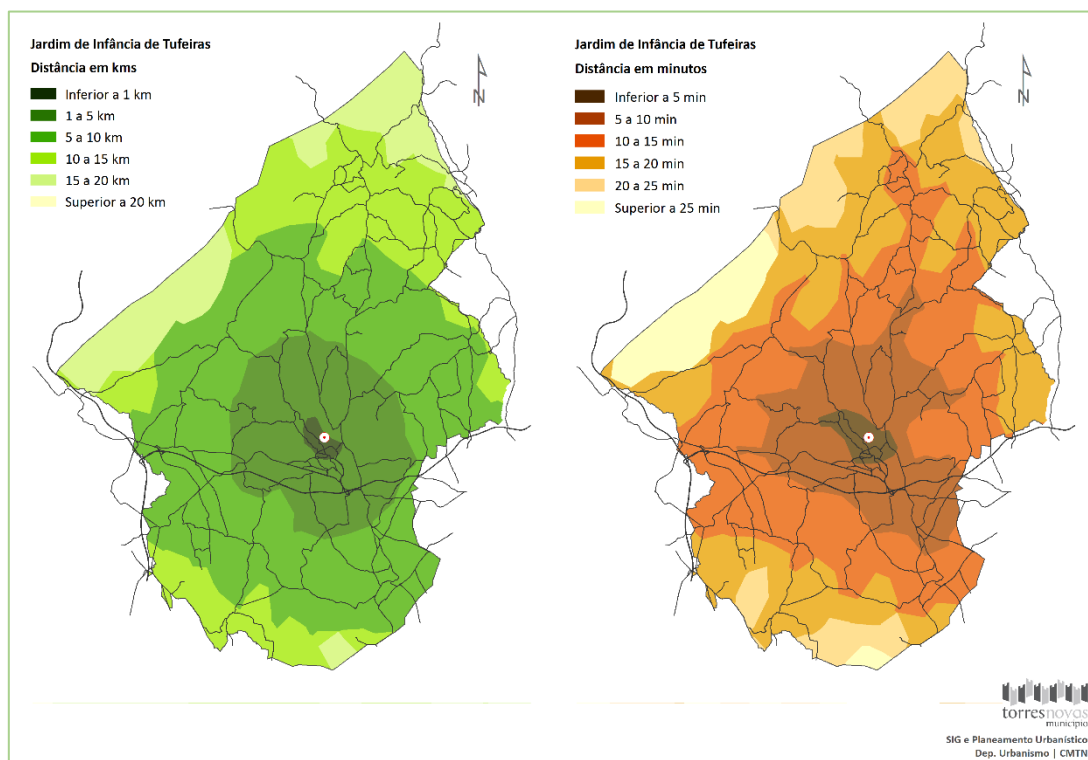
Mapa 26 – Irradiação da EB Visconde de São Gião
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)



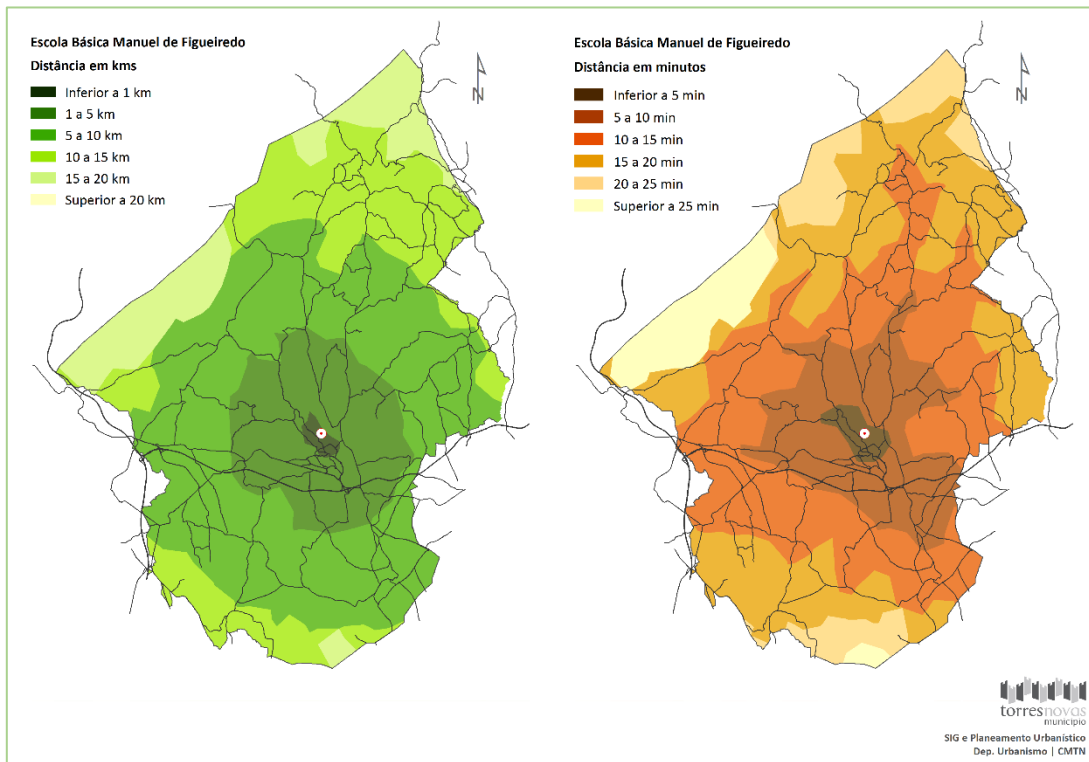
Mapa 27 – Irradiação da EB de Olaia
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)



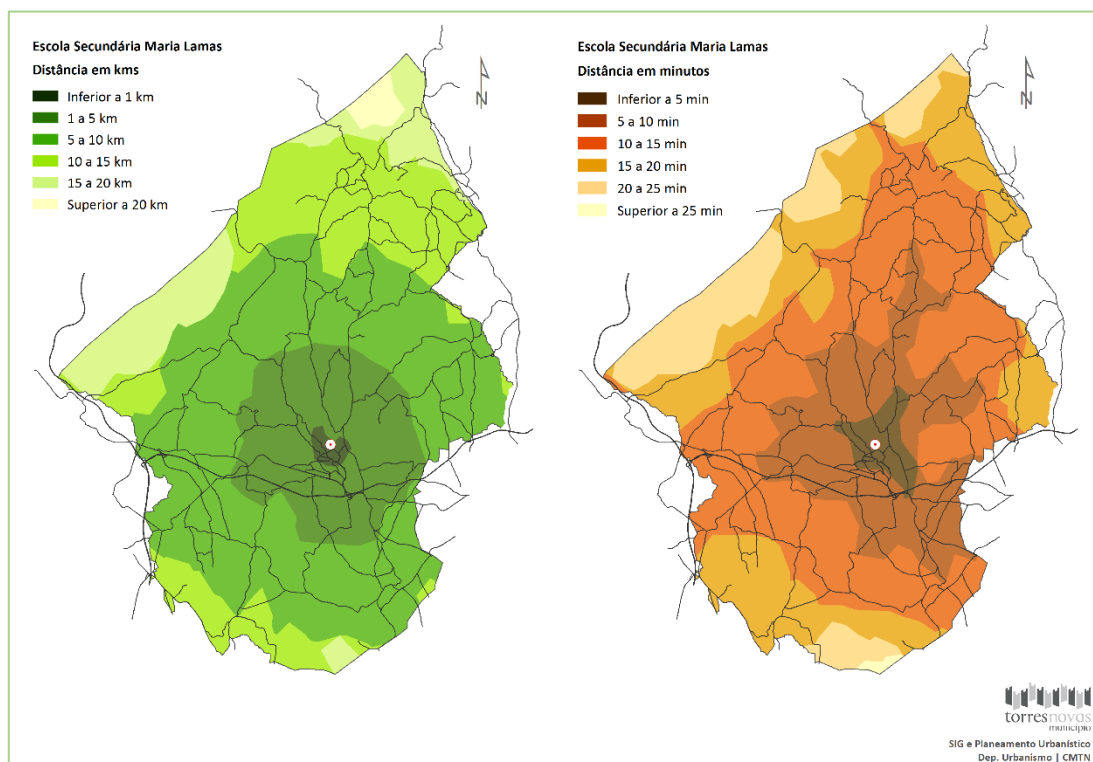
Mapa 28 – Irradiação da EB da Serra de Aire
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)



Mapa 29 – Irradiação do JI de Tufeiras
Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)



Mapa 30 – Irradiação da EB Manuel Figueiredo
 Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)



Mapa 31 – Irradiação da ES Maria Lamas
 Fonte: Departamento de Urbanismo da CMTN (2022)

14. Síntese do diagnóstico e matriz SWOT

Antes de se apresentar a matriz SWOT¹⁴⁸, procede-se à síntese das principais conclusões do diagnóstico realizado. Assim, tendo em conta os indicadores analisados, apresenta-se uma caracterização do contexto demográfico, educativo e do sistema de ensino.

14.1. Contexto Demográfico

No que refere ao contexto demográfico, resulta evidente do diagnóstico realizado que a diminuição da população residente se apresenta como um dos desafios centrais face ao seu impacto na dinâmica social, económica e educativa do território. A quebra populacional é, contudo, desigual no concelho gerando desequilíbrios demográficos entre as freguesias a norte mais envelhecidas, com perda de população em idade ativa e, conseqüentemente, em idade escolar. Por seu turno, nas freguesias a centro e sul os movimentos demográficos são mais ténues. Estes desequilíbrios provocam tensões na ocupação da rede escolar gerando taxas de ocupação baixas em alguns estabelecimentos e altas ou sobreocupação noutros. Torres Novas tem assim dois territórios educativos desiguais entre si, mas com desequilíbrios internos entre os estabelecimentos mais centrais no território e os restantes. Acrescem a estes movimentos demográficos internos, os efeitos de atração das freguesias limítrofes aos concelhos do Entroncamento, Alcanena e Golegã, que compensam as perdas de população escolar nuns casos e, noutros, agravam a sobreocupação.

Esta diminuição da população, que a projeção demográfica mantém e mesmo agrava, só será contrariada por políticas que estimulem a natalidade, a fixação de novas pessoas, a criação e estímulo ao investimento empresarial que suscite a criação de emprego, cujos efeitos são sentidos a médio e longo prazo. Assim, é expectável que a curto e médio prazo se venham a agravar as baixas taxas de ocupação em algumas infraestruturas escolares, que poderão minimizadas com uma estratégia de reorganização dos territórios educativos que abrangem os dois agrupamentos do concelho, permitindo uma distribuição mais equilibrada da população escolar e uma melhor utilização dos recursos existentes. Sem que estas duas respostas aconteçam - uma no curto e médio prazo e outra no médio e longo prazo - terão de ser perspetivadas estratégias de reconversão de algumas das infraestruturas escolares.

O envelhecimento da população coloca de igual modo um forte desafio no que concerne à inclusão e ativação desta população, mas que pode, também, representar uma oportunidade para o estabelecimento de estratégias que facilitem a inclusão da população idosa e as relações intergeracionais, entre as quais a abertura das infraestruturas de educação a esta população, e a realização de atividades para idosos (envelhecimento ativo).

O saldo migratório positivo é um bom indicador que pode ser reforçado com políticas dirigidas ao apoio à fixação de população. Na eventualidade de existência dessas políticas, o seu impacto pode ter um positivo efeito sobre os contingentes da população escolar. Deve ser notado que esta tendência pode ser circunstancial, decorrendo do efeito da pandemia e da realocização de famílias permitida pelas novas modalidades de organização do trabalho ou, ainda, decorrer de fluxos de imigração que não se fixam. Contudo, deve ser retida a ideia de políticas do município facilitadoras da fixação e da atração de população. Uma opção passará pelo apoio ao investimento empresarial, como tem

¹⁴⁸ Análise (ou matriz) SWOT, é um método de apoio ao planeamento estratégico que engloba a análise de cenários para tomada de decisões, observando 4 fatores: Forças (*Strengths*, em inglês), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*).

acontecido em municípios do interior do país que, apoiando de forma ativa as empresas nas suas estratégias de recrutamento, têm conseguido fixar importantes centros de competência, nomeadamente em áreas tecnológicas, que geram emprego mais jovem e ajudam a fixar população mais qualificada.

A diminuição dos agregados domésticos com 3 ou 4 pessoas, por um lado, e o aumento da população divorciada, por outro, podem indiciar um aumento da prevalência de famílias monoparentais e, eventualmente, de filho único. Esta realidade implica maiores necessidades no que se refere à conciliação entre a vida familiar e profissional, maiores necessidades de serviços de apoio à família e de ofertas para as crianças e jovens que permitam um acompanhamento nos seus tempos livres e o reforço dos hábitos de socialização.

A área de inserção territorial, bem como a rede de transportes e acessibilidades, colocam desafios em termos da rede educativa, pois

- i) por um lado, a proximidade a concelhos vizinhos com núcleos populacionais com uma mobilidade mais orientada para Torres Novas, resulta em movimentos de alunos de concelhos vizinhos para a frequência escolar em Torres Novas (e a dinâmica de oferta e a programação dos equipamentos tem de ter em conta esta realidade);
- ii) por outro lado, nota-se alguma distância das freguesias mais rurais face ao núcleo central do concelho, onde se encontra localizado o essencial da oferta educativa, colocando desafios em termos de equidade no acesso a ofertas e serviços, que é necessário perspetivar. A rede de transportes deve responder a esta necessidade de equidade de acesso à oferta disponível, mas também proporcionar experiências educativas para lá do espaço escolar, atraindo públicos para ofertas de educação e formação de adultos, formação profissional e o estabelecimento de ofertas diferenciadas de ensino superior.

14.2. Matriz SWOT

Em formato de considerações finais ao diagnóstico realizado, desenvolve-se outro exercício de planeamento estratégico, consistindo na matriz SWOT, definida à luz das dinâmicas de evolução educativa, mas de configuração simplificada.

Tabela 154 – Análise SWOT: Forças

Forças		
Apoios às famílias	Associativismo e dinâmica associativa empresarial	Atratividade de população trabalhadora e estudante, principalmente proveniente do Entroncamento e de Alcanena
Atualização digital do pessoal docente	Aumento da população com o ensino secundário e superior	Biblioteca nas escolas
Boa cobertura de oferta educativa e formativa nos diferentes ciclos de ensino regular e profissional	Bolsas de estudo	Bons acessos rodoviários e ferroviários e bons transportes públicos, para dentro e fora do município

Forças		
Contexto socioeconómico	Dinamização de atividades de apoio à família no Pré-escolar, atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do Ensino Básico e de atividades de ocupação dos tempos livres nas interrupções escolares até ao 2º ciclo de escolaridade	Existência de equipamentos desportivos
Grande parte dos residentes estuda ou trabalha no município	Medidas de promoção do sucesso escolar direcionadas, sobretudo, ao Pré-escolar e ao 1º ciclo e ao prosseguimento de estudos para o Ensino Superior	Oferta não formal para educação cultural, desportiva e de lazer diversificada para toda a população
Oferta não formal para educação musical, desportiva, da saúde e bem-estar para a população escolar do Pré-escolar e do 1º ciclo do EB	Parcerias para a educação para a cidadania direcionadas para os primeiros níveis de escolaridade	Parcerias para a promoção do sucesso escolar ao nível do Ensino Secundário e Superior
População docente estável e experiente	Projetos educativos na área das TIC, robótica, leitura e ciência	Rácios de Pessoal Não Docente
Renovação do parque escolar do Pré-escolar e do 1º ciclo	Saldo migratório positivo	Taxa de desemprego baixa e taxa de atividade alta no contexto CIMMT
Transportes gratuitos para os alunos do Pré-escolar e do 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico na área de influências dos centros escolares	Zonas industriais com dinamismo económico	

Tabela 155 – Análise SWOT: Fraquezas

Fraquezas		
Apoios ao CRI	Apoios às IPSS	Assimetria entre agrupamentos quanto à média no tempo de serviço da população docente
Assimetria entre agrupamentos quanto às características sociais dos alunos	Assimetrias internas muito vincadas entre as freguesias do município	Ausência de alojamento e cantinas para alunos ensino superior
Ausência de concertação da oferta de ensino profissional no concelho	Ausência de estratégias de especialização da oferta formativa	Diminuição dos agregados domésticos com 3 ou 4 pessoas e o aumento da população divorciada
Diminuição população residente	Dispersão da oferta formativa profissional de nível IV	Envelhecimento população
Falta de espaços cobertos e para atividades em alguns dos estabelecimentos de ensino de pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico	Falta de materiais e espaços específicos para terapias e atividades de apoio à família	Fraca articulação entre o plano de atividades dos Agrupamentos, a oferta não formal no âmbito da cultura, desporto e lazer e os equipamentos/projetos/ eventos da Autarquia
Fraca divulgação da oferta educativa e formativa nas escolas	Fraca valorização social das ofertas formativas profissionais mais associadas aos eixos de desenvolvimento económico do concelho	Fraca conforto térmico e de condições de luminosidade de algumas das instalações escolares
Gestão e falta de formação de pessoal não docente	Idade elevada pessoal não docente	População com baixos níveis de escolaridade
Rede elétrica das escolas inadequada à transição verde e digital	Transporte da Autarquia para IPSS e atividades de apoio ao envelhecimento ativo	Transportes escolares na periferia

Tabela 156 – Análise SWOT: Oportunidades

Oportunidades		
Apoio direcionado para alunos/ escolas com situação socioeconómica geralmente desfavorável, por forma a diminuir assimetrias	Aposta na atratividade do concelho enquanto detentor de boas acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e de uma boa rede de transportes públicos	Aproveitamento das parcerias com instituições do Ensino Superior para proporcionar atividades práticas e científicas aos alunos do Ensino Básico
Atração e fixação de população em idades ativa e escolar, através de programas de incentivo à natalidade e à fixação da população (e.g. através de programas de habitação)	Continuação da aposta na cidade de Torres Novas como Porta Norte da cidade de Lisboa, integrada nos corredores de circulação logística	Continuação da aposta na cidade de Torres Novas enquanto cidade “para viver”, com maior diversificação de incentivos ao arrendamento de habitação e à criação de emprego
Definição de estratégias para valorização da oferta formativa profissional	Desenvolvimento e aposta nos serviços avançados às empresas, suportando o crescimento dos setores industriais (transformação) e os de logística e distribuição	Manter e aprofundar iniciativas interescolas de concertação da oferta formativa profissional
Preparação para a renovação do pessoal docente (cf. Ações de formação e práticas de acolhimento a novos docentes na identidade e missão da escola)	Promoção da articulação entre Autarquia e Agrupamentos para rentabilização dos equipamentos/ projetos/ eventos culturais, desportivos e de lazer do concelho para fins pedagógicos, a partir do 2º ciclo	Promoção do sucesso escolar nos vários ciclos do Ensino Básico, sobretudo no 2º ciclo (e.g. mediadores, extensão dos prémios de mérito, oferta de visitas de estudo, deslocação a instituições de Ensino Superior para atividades laboratoriais em várias áreas científicas, etc.)
Requalificação da população adulta beneficiária de apoios sociais	Requalificação profissional da população em idade ativa, sobretudo, com idade acima dos 35 anos, preferencialmente direcionada para áreas de maior desenvolvimento económico potencial do concelho	Valorização da aprendizagem ao longo da vida

Tabela 157 – Análise SWOT: Ameaças

Ameaças		
Aceleração do envelhecimento populacional	Aumento da atratividade exercida pelos concelhos de Alcanena, Entroncamento e Tomar pode levar à perda de população trabalhadora e estudante, mesmo que continue a residir no concelho	Aumento da segmentação e das assimetrias sociais nos alunos, devido a maior procura, por parte da população com situação socioeconómica mais favorável, dos estabelecimentos escolares com população discente com essas características
Fraca sustentabilidade na promoção do sucesso escolar	Fragilidade económica no caso das famílias com mais elementos a cargo, em situação de desemprego, e com menores níveis de qualificação	Fragmentação da oferta formativa profissional
Perda acentuada de população em idade de frequência escolar até 2025	Perda de indústrias da matriz de especialização económica	Risco de instabilidade do pessoal docente devido à necessidade de renovação mais ou menos abrupta de parte importante do corpo docente, decorrente da elevada média de idades e de tempo médio de serviço

A evolução demográfica do concelho tem um impacto importante sobre a educação. Torres Novas está a perder população escolar.

Essa perda, se olhada de forma isolada, representa uma fraqueza, mas também uma oportunidade. Uma fraqueza, porque a redução do número de alunos torna globalmente o sistema menos eficiente.

Por um lado, gera subaproveitamento de recursos humanos e infraestruturas educativas e, porque esta redução de população se expressa de forma diferenciada no território, afeta o equilíbrio da rede escolar e a sua adequação. Por outro lado, gera problemas de eficácia decorrentes daquele desequilíbrio em que escolas com perda de alunos são contextos educativos menos ricos e em que escolas com excesso de alunos geram contextos educativos nos quais é mais difícil desenvolver estratégias orientadas à qualidade e ao sucesso.

Mas trata-se também de uma oportunidade, porque permite repensar a rede escolar no território e a sua abrangência em termos de área de influência das escolas de modo a potenciar uma ocupação mais eficiente dos estabelecimentos de educação e ensino e reforçar, por esta via, a coesão no território. Ao mesmo tempo, esta reorganização permite gerar contextos educativos com uma dimensão populacional que potencia os resultados e a qualidade dos projetos educativos.

Neste quadro, o ensino secundário é aquele onde a população escolar ainda cresce, em parte, fruto da atratividade regional das escolas com ensino secundário do concelho. Este será um ponto forte do concelho que apresenta taxas brutas de escolarização superiores ou próximas de 100% em todos os níveis de ensino, aspeto muito devedor desta atratividade das escolas relativamente a alunos residentes em concelhos vizinhos. Contudo, este elemento de atratividade coloca dificuldades de reposta da rede escolar, já que é nas escolas do centro da cidade ou nas escolas em freguesias limítrofes a esses concelhos, que essa procura se regista, o que aprofunda o desequilíbrio já mencionado de distribuição desta população escolar.

Mas Torres Novas também perde alunos para outros concelhos, sobretudo nos 1º e 2º ciclos do ensino básico. A fixação da sua população em idade escolar, num contexto de quebra geral de população, é um desafio que deverá ser respondido por estratégias inovadoras e criativas de valorização das escolas, das ofertas de complemento educativo e de enriquecimento escolar, de apoio à família que sejam facilitadoras desta fixação, incluindo um sistema de transporte escolar mais flexível e abrangente.

A rede educativa do concelho é bastante estável e consolidada e está relativamente segregada em termos de oferta. Os estabelecimentos de educação e ensino privados respondem sobretudo ao pré-escolar e também, ainda que com menor expressão, ao 1º ciclo. O mesmo sucede com os estabelecimentos do setor social, sobre os quais recai uma parte substancial desta oferta privada. A rede pública abrange todos os níveis de ensino e tem o exclusivo dos 2º, 3º ciclos e ensino secundário. A exceção é o ensino profissional, que é oferecido por uma Escola Profissional privada. A rede escolar é assim um ponto forte, dada a sua capilaridade e estabilidade no território.

Do ponto de vista da oferta, o concelho tem uma diversidade assinalável em termos de tipologia, incluindo uma oferta de ensino artístico articulado.

No ensino profissional a oferta está disseminada por 3 instituições de educação e ensino pelo que, sendo em número suficiente, o ponto fraco sinalizado coloca-se mais na diversidade de cursos, na gestão da rede propriamente dita e na dinamização de uma procura sustentável. A este nível sublinha-se uma proporção de alunos do ensino secundário em frequência do ensino profissional que tem de ser melhorada quer face à região, quer face aos objetivos de política nacional (50% dos alunos do ensino secundário estejam matriculados em vias profissionais). O que se constata é que os concelhos do Médio Tejo que registam melhor performance neste indicador são os que possuem uma oferta de ensino profissional especializada e de referência. A competição entre os estabelecimentos pela mesma procura não é uma posição sustentável e tem de ser substituída pela coordenação na gestão da rede de oferta e na dinamização da procura. Com a demografia que se antevê, o risco desta

procura se tornar residual no concelho é grande, caso a situação atual não seja ultrapassada. Assim, é necessário criar oportunidade de rejuvenescimento da oferta e da sua qualificação, com uma rede articulada, especializada e gerida numa perspetiva de fileira que antecipe necessidades do mercado de trabalho e potencie percursos de qualificação pós-secundária. Neste sentido, é crítico o ponto fraco identificado de desaparecimento no concelho de uma oferta pós-secundária que deveria ser reabilitada no âmbito de uma estratégia global de dinamização do ensino de vocação profissionalizante. Por seu turno, a possibilidade de criação de Centros Tecnológicos Especializados é uma oportunidade que pode ser explorada de modo a criar esta dinâmica da de coordenação e especialização da oferta das diferentes instituições.

Em termos de resultados, a redução progressiva das taxas de retenção e desistência é um ponto forte, sobretudo ao nível do ensino básico. Assim, a oportunidade a este nível de ensino coloca-se agora mais no investimento na qualidade das experiências de aprendizagem e na geração de percursos de sucesso. A evolução positiva dos resultados em termos de percursos de sucesso no ensino básico que colocam as escolas do concelho em linha ou acima da média nacional, é um ponto forte relativamente ao qual sobressaem algumas áreas críticas que se constituem como pontos fracos e que se situam nas EB Dr. António Chora Barrosa e na ES Maria Lamas. As iniciativas direcionadas ao sucesso escolar que têm sido promovidas, outro dos pontos fortes identificados, devem assim ser reforçadas, sobretudo, no 3º ciclo do ensino básico.

Há ainda margem de progressão no ensino secundário, onde as taxas de retenção nos cursos científico-humanísticos apresentam valores acima da média nacional e são um ponto fraco que importa corrigir, em particular no ensino profissional, onde se registam taxas de retenção, abandono e reorientação de percursos ainda elevadas. Este aspeto é um ponto fraco e um risco face à necessidade de dinamização e qualificação da procura. Neste plano, o risco poderá ser enfrentado por uma estratégia de comunicação, divulgação da oferta e orientação vocacional integrada e reforçada.

Os indicadores de equidade são positivos, mas regista-se como ponto fraco o facto de os percursos de insucesso no 1º ciclo serem mais frequentes entre os alunos beneficiários de ASE. Se a retenção no 1º ciclo é globalmente residual, e isso é um aspeto positivo, o facto é que esse residual atinge com maior expressão os alunos beneficiários de ASE, pelo que devem ser reforçadas as estratégias de apoio a este tipo de alunos, aspeto que a disponibilidade de docentes neste nível de ensino poderá permitir desenvolver numa perspetiva de antecipação. O mesmo sucede no ensino secundário, nos cursos científico-humanísticos. É fundamental promover percursos de sucesso que permitam esbater o impacto das diferenças socioeconómicas nos resultados escolares e ter programas tutoriais, ou de mentoria, que permitam acompanhar estes alunos ao longo do seu percurso de 3 anos no ensino secundário.

Os recursos docentes existentes no concelho são outro ponto positivo. Verifica-se, contudo, que ao nível do 1º ciclo, o rácio alunos/ETI é bastante baixo, pelo que há um conjunto interessante de recursos eventualmente subutilizados neste nível de ensino e que poderão ser mobilizados para o desenvolvimento de projetos promotores de sucesso. Esta disponibilidade de recursos é, assim, uma oportunidade. Não obstante, a escassez de docentes (que ainda não se verifica) no concelho, será um risco a monitorizar, pelo que será necessário proceder a um levantamento das saídas previstas por reforma para que se possa antecipar a necessidade de desenhar um programa que permita atrair e fixar docentes das áreas consideradas críticas. Torres Novas não estará imune às necessidades, já identificadas para a NUT III, de recrutar até 2030 cerca de 880 novos docentes.

O pessoal não docente, a sua rotatividade e níveis de qualificação, é um dos pontos fracos sinalizados, sugerindo a necessidade de implementar um programa estruturado de qualificação e de retenção de recursos humanos nestes domínios.

Em termos de recursos tecnológicos, a evolução registada é um ponto forte e suscita a necessidade de proceder à adaptação das instalações escolares para soluções BYOD¹⁴⁹ que a política de distribuição de computadores valorizou recentemente. O reforço da aprendizagem com as TIC, indo ao encontro das metas definidas nos PADDE das escolas e agrupamentos, exige este investimento que passa, sobretudo, pela adequação da rede elétrica a estas soluções de mobilidade de utilização crescente.

Genericamente, os stakeholders educativos do concelho revelaram um grande envolvimento no processo de elaboração da Carta Educativa e esta ligação é um ponto forte que permite explorar muitas sinergias. Em contraponto, os estabelecimentos de educação e ensino privados (com exceção da EPTN) assumiram uma postura de maior afastamento relativamente ao longo do processo e à partilha e atualização de dados. Contudo, a sua fraca expressão no concelho em termos de dimensão da oferta e captação de procura, não levanta riscos decorrentes desta habitual tendência de fechamento verificada.

Os atores do sistema (pais, alunos, professores e grupos de foco) tendem a valorizar como ponto forte a política educativa do município, o que estabelece um limiar de confiança que permite antever a possibilidade de adesão significativa às diversas iniciativas que, por intermédio da Carta Educativa, venham a ser implementadas. São particularmente relevantes as intervenções ao nível da educação pré-escolar e do 1º ciclo, as quais, em alguns casos, deveriam ser alargadas ao 2º ciclo (como é o caso da robótica e, genericamente, do uso das TIC).

Por seu turno, como pontos fracos, foram identificados a política de comunicação e informação e o edificado escolar. O primeiro aspeto identifica uma oportunidade de investimento que deve ser considerada: não basta fazer, é preciso comunicar o que se faz e é fundamental divulgar as iniciativas de forma a atrair procura. No que concerne ao edificado, existem pontos de melhoria a considerar sendo, neste âmbito e inequivocamente prioritária, a requalificação da EBS Artur Gonçalves, cujo estado de degradação pode impedir a desejada qualidade dos processos de ensino e a atratividade deste nível de ensino no concelho (face aos concelhos vizinhos). Outro aspeto relevante está associado ao conforto térmico dos edifícios, mesmo nos equipamentos que foram requalificados, sobretudo na tipologia “centro escolar”, a exigir uma análise em termos de eficiência energética e condições térmicas para conforto na sua utilização. O facto de este ser um tema relevante em termos de políticas públicas abre, efetivamente, a oportunidade para uma intervenção estruturada e financiada nesta matéria.

A intervenção de entidades terceiras nas escolas para desenvolvimento de atividades de complemento, apoio ou de enriquecimento curricular, é um aspeto positivo. Contudo, um ponto fraco identificado é a dificuldade de integração efetiva destas outras atividades na organização escolar. Essa dificuldade expressa-se na fraca participação destas entidades/profissionais na escola, a dificuldade de utilizar recursos e o acesso a espaços escolares adaptados. Há uma atitude organizacional que se exprime na dicotomia “nós e os outros” que precisa de ser trabalhada, de modo a incrementar

¹⁴⁹ BYOD significa “Bring Your Own Device” (em português: traga o seu próprio equipamento tecnológico) e representa uma política onde colaboradores e frequentadores de uma instituição podem utilizar dispositivos móveis pessoais (ex: telemóveis, tablets, computadores portáteis) para as suas atividades.

dinâmicas mais participadas e integrada nas escolas. Este aspeto é crítico no caso da educação inclusiva.

Finalmente, outro ponto forte é o conjunto de recursos dinamizados para fins educativos que podem e devem continuar a ser potenciados. Estes estão ancorados em estruturas culturais e em património cultural e natural a partir dos quais se desenvolvem programas educativos. Esta mobilização em torno do conceito de Cidade Educadora é, não só, um ponto forte, como apresenta oportunidades de aprofundamento a explorar em áreas de aposta estratégica.

No mesmo sentido, as múltiplas ofertas existentes no concelho, muitas das quais disponibilizadas pelo município, são um ponto forte quer pela sua presença na generalidade das escolas, quer pela diversidade da oferta e atividades disponibilizadas. Referimo-nos às Atividades de Animação e Apoio à Família, ao Complemento de Apoio à Família, às Atividades de Enriquecimento Curricular e às Atividades de ATL.

Capítulo IV

Proposta de intervenção



Capítulo IV – Proposta de intervenção

1. Programação por eixo de intervenção

1.1. Cenário de partida

A revisão da Carta Educativa de Torres Novas, após o seu debate público e em sede do Conselho Municipal de Educação, incorpora uma dinâmica de orientação estratégica com o horizonte temporal previsto na legislação (a carta educativa é obrigatoriamente revista de 10 em 10 anos, em conformidade com o disposto no n.º 3 do art.º 15 do Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro). Dentro do possível incorporaram-se os dados do Censos 2021, ainda que à data provisórios, embora tenha sido feito um esforço de atualização de dados após a disponibilização dos dados finais desse momento censitário.

Ao longo dos próximos 10 anos, como instrumento dinâmico e ajustável, a Carta Educativa deve ser debatida e apreciada pelos diversos *stakeholders*/atores e agentes educativos, incorporando os ajustes necessários em face da evolução das variáveis que foram mobilizadas para lhe dar corpo.

Os desafios a que esta Carta Educativa tentou dar resposta, estão fundamentalmente relacionados com a evolução da população estudantil no concelho, a resposta às necessidades impostas pelas transições verde e digital, bem como a necessidade de renovação/intervenção nos edifícios escolares, alguns dos quais a necessitar dessa ação há algum tempo.

De facto, as realidades demográficas e sociais a nível nacional, intermunicipal e local, têm mostrado uma redução sistemática e consistente da população escolar, obrigando a repensar, quer o ajuste da ocupação das instalações escolares, quer a redefinição dos territórios educativos. Os cenários de desenvolvimento populacional efetuados corroboraram esta redução da população estudantil e sustentaram a proposta de intervenções nesse sentido.

Por outro lado, os planos de ação para o desenvolvimento digital das escolas, a par das políticas de transição verde para a sociedade, obrigam também a uma atualização da infraestrutura do edificado escolar e dos equipamentos disponíveis nas escolas, com vista à promoção de processos de ensino e aprendizagem atuais, alinhados com metodologias ativas e integradoras de uma incontornável componente digital.

A análise SWOT realizada no capítulo anterior, para além das iniciativas de auscultação da comunidade (grupos de foco e questionários a pais e alunos), permitiram estruturar e dar corpo às propostas de intervenção que neste capítulo irão ser apresentadas.

1.2. Objetivos da intervenção

“Partindo de um conjunto de princípios operacionais, enquadrados, por um lado, pelos princípios gerais do sistema educativo português e, por outro, pelos objetivos definidos a nível nacional, a Carta Educativa pretende responder aos desafios e necessidades que se colocam à rede educativa municipal. Com base nestes princípios operacionais gerais deverá ser identificado um conjunto de objetivos específicos para os quais serão desenhadas as propostas de desenvolvimento educativo para o concelho.” (DGEEC; DGEstE; IGeFE, 2021, p. 19)

Face à informação mobilizada e analisada, as propostas de intervenção foram estruturadas em 7 eixos de intervenção, com os seguintes objetivos:

- Eixo 1: Otimizar a rede escolar e a ocupação dos equipamentos educativos
 - Face ao número de alunos atual e às projeções de desenvolvimento previsto para a população estudantil, pretende-se otimizar a ocupação das instalações escolares por forma a equilibrar as taxas de ocupação nas diferentes escolas, numa perspetiva de racionalidade do sistema;
 - Equilibrar a população escolar entre as regiões norte e sul do concelho;
 - Eliminar a sobrelotação da EB da Meia Via;
 - Otimizar taxa de ocupação EB de Riachos e da EB Dr. António Chora Barroso;
 - Otimizar a taxa de ocupação JI de Tufeiras;
 - Aumentar a oferta ao nível de creches no concelho;
 - Reduzir a sobrelotação da EB Manuel Figueiredo.
- Eixo 2: Requalificar/ampliar os equipamentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário
 - As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental dos estabelecimentos:
 - Requalificar o JI de Tufeiras;
 - Requalificar e ampliar (sala polivalente) a EB Visconde São Gião;
 - Requalificar a EB da Serra de Aire;
 - Requalificar a EB de Assentis e Chancelaria;
 - Requalificar a EB de Olaia e Paço;
 - Requalificar e ampliar a EB da Meia Via;
 - Requalificar a EB de Riachos;
 - Requalificação e ampliação da EB de Santa Maria;
 - Requalificar a EB Manuel Figueiredo;
 - Requalificar a EB Dr. António Chora Barroso;
 - Requalificar e ampliar a EBS Artur Gonçalves;
 - Requalificar a ES Maria Lamas;
 - Requalificar as instalações sanitárias das escolas;
 - Requalificação de instalações para o conservatório de Música do Choral Phydellius.
- Eixo 3: Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho
 - Reduzir das taxas de retenção no 8.º ano nas escolas do concelho;
 - Reforçar as ações de promoção da leitura em articulação com as bibliotecas escolares;
 - Continuar a valorizar o ensino da música e a promoção do ensino experimental das ciências no 1.º ciclo;
 - Auscultar a comunidade sobre as necessidades de novas AEC;
 - Reforçar o material didático e para terapias em todas as escolas;
 - Desenvolver projetos que fomentem competências de gestão financeiras e de cidadania nos alunos;
 - Promover a qualificação dos recreios ao nível do pré-escolar e 1º ciclo;
 - Analisar, anualmente, com agrupamentos e outros parceiros, necessidades de reforço dos apoios disponíveis;
 - Enriquecer e diversificar as planificações das atividades propostas, mobilizando, sempre que possível, recursos do território;
 - Facilitar a integração dos novos docentes e educadores na cultura das escolas e no contexto do concelho;

- Promover na população escolar do concelho as competências básicas de saber nadar e andar de bicicleta e a valorização do património do concelho;
 - Aumentar e diversificar a oferta educativa de ensino básico, cursos artísticos especializados de dança, teatro e música.
- Eixo 4: Incentivar a oferta do ensino profissionalizante no concelho, perseguindo as áreas prioritárias
 - Melhorar a oferta do ensino profissional no concelho, necessidade que decorre do resultado dos grupos de foco;
 - Melhorar a imagem e a perceção da qualidade do ensino profissional;
 - Reforçar a qualidade do ensino profissional, proporcionando espaços e equipamentos complementares à ação educativa;
 - Manter e atualizar as condições existentes para oferta profissionalizante na área industrial.
- Eixo 5: Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos não docentes (PND)
 - Melhorar o desempenho e a resposta do PND dentro das escolas;
 - Planear, anualmente, a formação do pessoal não docente em áreas diretamente vocacionadas para os serviços oferecidos à população escolar;
 - Estabelecer mecanismos para uma rápida substituição do pessoal não docente;
 - Melhorar e facilitar a comunicação com o pessoal não docente através da criação de e-mails institucionais.
- Eixo 6: Reforçar a ligação à comunidade
 - Criar um Centro de Aprendizagem ao Longo da Vida;
 - Articular com outras entidades a disponibilização de informação na área da Educação, não limitada às ofertas municipais;
 - Promover a informação relativa à educação de adultos e envelhecimento ativo;
 - Promover a participação de funcionários municipais em programas de qualificação e validação de competências;
 - Divulgar indicadores de sucesso das escolas do concelho, anualmente;
 - Divulgar boas práticas, projetos, certificações e desempenho das escolas do sistema educativo do concelho;
 - Monitorizar a cobertura da rede de creches e adotar medidas para uma melhor resposta às famílias;
 - Melhorar a gestão de informação em rede entre IPSS e ensino público.
- Eixo 7: Promover as transições verde e digital
 - Requalificar a rede elétrica das escolas, para facilitar a transição digital;
 - Dotar as escolas básicas com 2.º e 3.º ciclos e as escolas com ensino secundário com uma “sala do futuro” para fomentar práticas de ensino-aprendizagem modernas;
 - Instalar um FabLab público no concelho;
 - Fomentar o ensino da robótica e informática no 2º ciclo do ensino básico;
 - Realizar uma Conferência TED talk em Torres Novas;
 - Desenvolver o programa "Torres Novas nas Asas da Ciência", para fomentar e alargar a prática experimental da Ciência;
 - Introduzir progressivamente autocarros elétricos, de bicicletas e trotinetes elétricas, para alinhamento com os ODS perseguidos pelo município;
 - Definir novos circuitos de transporte escolar, otimizados para os novos territórios;
 - Proporcionar a medição da qualidade do ar junto às escolas, para uso na sensibilização ambiente das crianças e jovens;

- Manter atividades e ações na área da educação ambiental, preservação dos recursos e valorização do património natural.

Em termos práticos, a distribuição das propostas de intervenção materializa a seguinte representação gráfica:

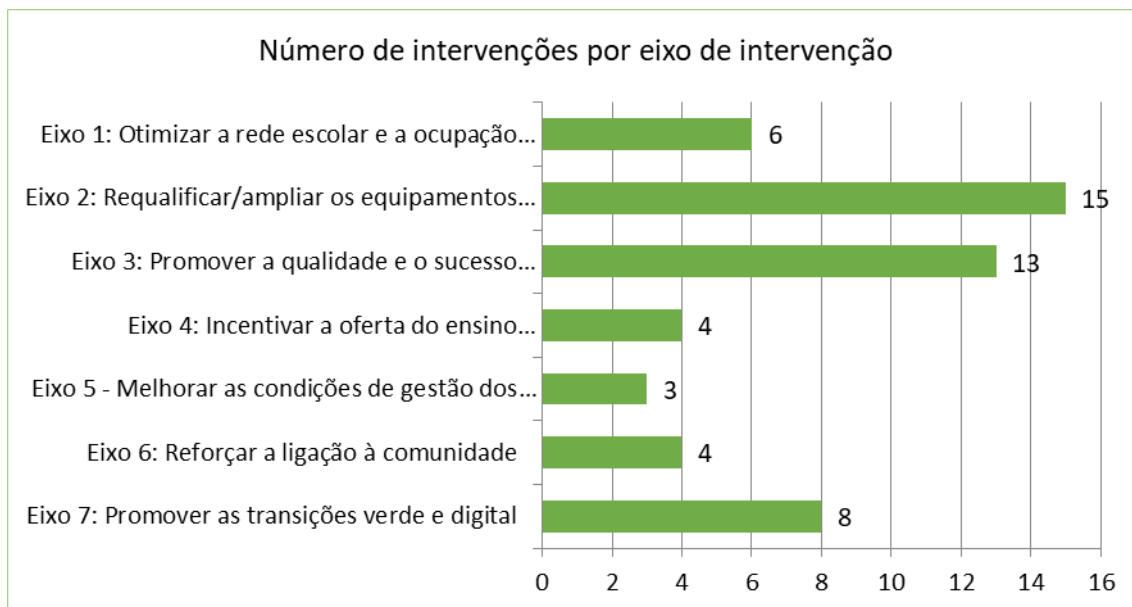


Figura 94 – Número de intervenções por cada eixo de intervenção

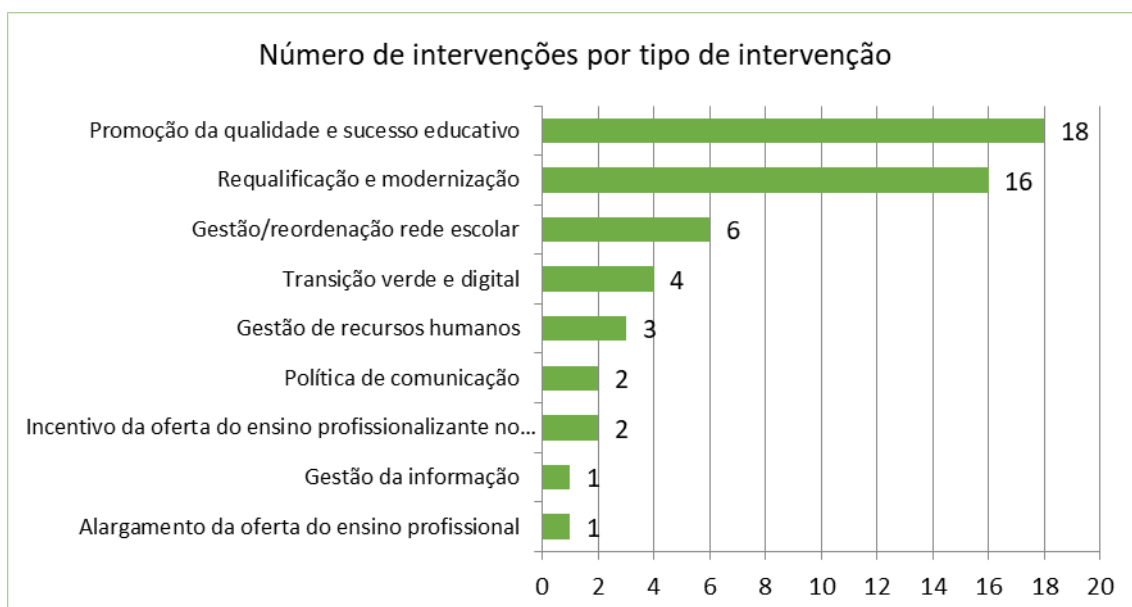


Figura 95 – Número de intervenções por tipo de intervenção

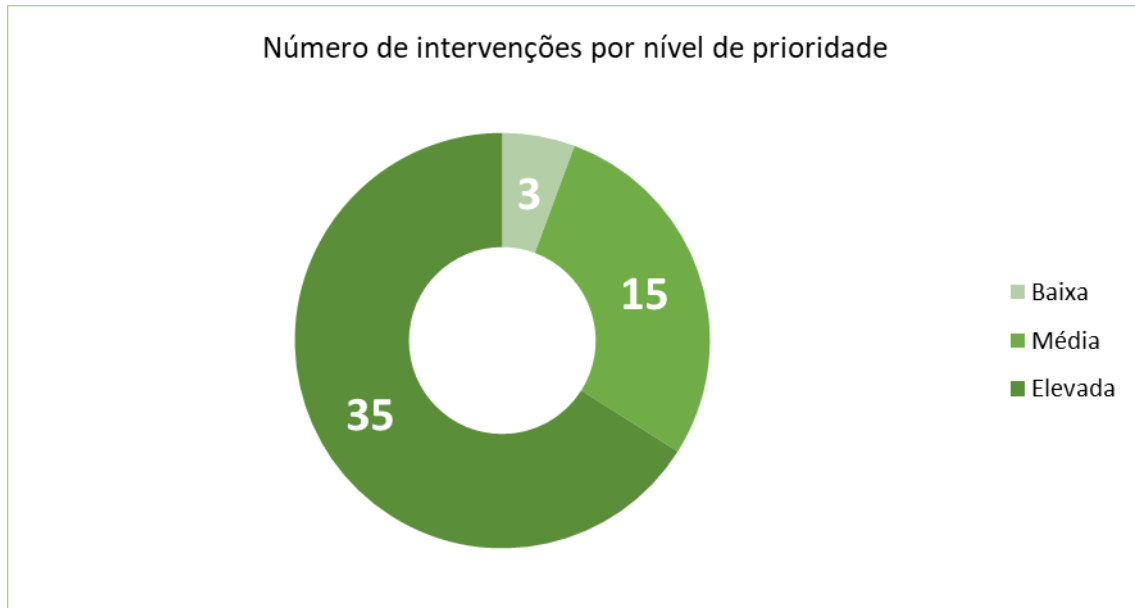


Figura 96 – Número de intervenções por nível de prioridade da intervenção

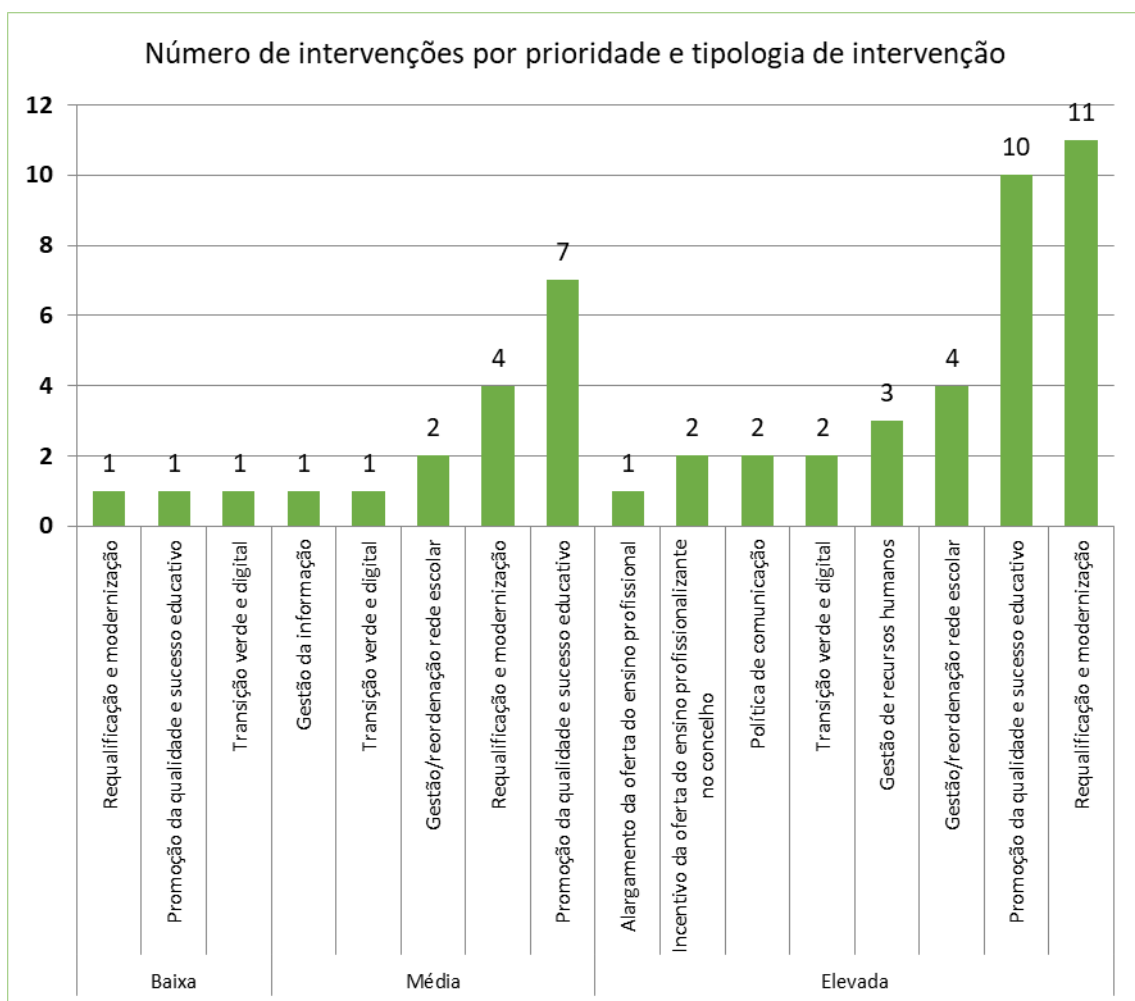


Figura 97 – Número de intervenções por nível de prioridade e tipologia da intervenção

1.3. Propostas de execução por eixo de intervenção

O detalhe das propostas de intervenção pode ser encontrado no Anexo B, “Fichas das propostas de intervenção”. Nesta seção vamos apresentar apenas a designação das intervenções para facilidade de leitura.

1.3.1. Eixo 1: Otimizar a rede escolar e a ocupação dos equipamentos educativos

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
1.1	Revisão dos critérios de matrícula de alunos	Gestão/reordenação rede escolar	Média	Desequilíbrio nas taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares	Otimização das taxas de ocupação	Melhorar a aplicação dos critérios de matrícula dos alunos do pré-escolar e 1º CEB. Nos casos de igualdade de circunstâncias nos dois critérios de matrícula - local de residência e emprego dos pais, deve ser considerada a taxa de ocupação do estabelecimento escolar do local de residência
1.2	Revisão dos territórios educativos	Gestão/reordenação rede escolar	Elevada	Desequilíbrio nas taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares e evolução demográfica que acentua este desequilíbrio quer entre as freguesias norte e sul do concelho que entre freguesias em cada um destes grupos	Eliminar sobrelotação da EB da Meia Via, permitindo uma melhor distribuição da população escolar entre as freguesias do concelho e uma utilização mais rentabilizada das infraestruturas educativas do concelho	Rever áreas de influência dos territórios educativos. Transferência de alunos de Casais Castelos (EB1 e II) para Escola Básica de Riachos
1.3	Otimização da rede educativa do concelho	Gestão/reordenação rede escolar	Elevada	Desequilíbrio nas taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares	Eliminar a sobrelotação da EB da Meia Via	Construir uma sala na EB Meia Via
1.4	Otimização da rede educativa em Riachos	Gestão/reordenação rede escolar	Média	Desequilíbrio nas taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares	Otimizar taxa de ocupação EB de Riachos e da EB Dr. António Chora Barroso	Desenvolver uma estratégia de melhoria da atratividade da EB de Riachos. Ao mesmo tempo, promover a abertura de turmas do ensino secundário na EB Dr. António Chora Barroso.
1.5	Otimização da ocupação da EB de Olaia e Paço	Gestão/reordenação rede escolar	Elevada	Falta de creches	Aumentar a oferta ao nível de creche no concelho	Abrir uma sala de 2-3 anos na EB de Olaia e Paço através de um protocolo com uma entidade, a realizar com CMTN
1.6	Otimização da ocupação da ES Maria Lamas	Gestão/reordenação rede escolar	Elevada	Desequilíbrio nas taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares	Reduzir sobrelotação da EB Manuel Figueiredo	Transferência das turmas de 8º ano (com exceção das turmas do ensino articulado) da EB Manuel Figueiredo para a ES Maria Lamas

1.3.2. Eixo 2: Requalificar/ampliar os equipamentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
2.1	Requalificação do JI de Tufeiras	Requalificação e modernização	Elevada	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Pinturas e pequenas manutenções
2.2	Requalificação da EB Visconde São Gião	Requalificação e modernização	Média	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Pequenas manutenções e melhoria das condições térmicas e de luminosidade. As intervenções a desenvolver incluem igualmente a construção de um espaço adequado à prática desportiva
2.3	Requalificação da EB da Serra de Aire	Requalificação e modernização	Elevada	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Pequenas manutenções, reparação do piso, pinturas, reparação de ar condicionado
2.4	Requalificação da EB de Assentis e Chancelaria	Requalificação e modernização	Elevada	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Pequenas e médias manutenções, melhoria da luminosidade e condições térmicas, pinturas, reparação de infiltrações e manutenção da ETAR
2.5	Requalificação da EB de Olaia e Paço	Requalificação e modernização	Baixa	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Pequenas manutenções

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
2.6	Requalificação e ampliação da EB da Meia Via	Requalificação e modernização	Média	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Pequenas manutenções, reparações várias ao nível de caixilharia, paredes e piso, reparação barreira confinante, renovação do parque exterior e cobertura e pavimento do espaço desportivo, colocação de toldos ou outro sistema de sombreamento das salas do pré-escolar, ar condicionado. A intervenção prevê igualmente a construção de uma ou duas salas para terapias, atividades de animação e apoio à família ou outros usos (no piso superior à biblioteca)
2.7	Requalificação da EB de Riachos	Requalificação e modernização	Média	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Requalificação do Pavilhão Municipal junto ao estabelecimento de educação e ensino, dotando-o da sala de ginástica, para atividades desportivas, curriculares e de enriquecimento; requalificação do edifício D (não intervencionado), para atividades de animação e apoio à família; pequenas manutenções de ferragens, iluminação e estores
2.8	Requalificação e ampliação da EB de Santa Maria	Requalificação e modernização	Elevada	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Construção de pavilhão desportivo, campo de jogos, arranjos exteriores, remodelação e ampliação do JI com construção ou reconversão de espaços para salas de terapias e atividades de apoio à família
2.9	Requalificação da EB Manuel Figueiredo	Requalificação e modernização	Média	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Pequenas manutenções. Criação de um circuito de educação rodoviária
2.10	Requalificação da EB Dr. António Chora Barroso	Requalificação e modernização	Elevada	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Pequenas manutenções, reparações e manutenções várias em ferragens, funcionamento de autoclismos e espaço exterior, intervenção na rede de águas - sistema de combate a incêndios, intervenção nos balneários

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
2.11	Requalificação da EBS Artur Gonçalves	Requalificação e modernização	Elevada	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Requalificação profunda a nível das infraestruturas, redes de água, informática e elétrica, telhados, isolamentos, caixilharias, pinturas, portas, ferragens, estores, renovação de instalações sanitárias, requalificação dos espaços desportivos, laboratórios, renovação e modernização do mobiliário). A intervenção prevê igualmente a construção de um auditório polivalente e biblioteca. Projeto encontra-se em fase de contratualização
2.12	Requalificação da ES Maria Lamas	Requalificação e modernização	Elevada	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Requalificação e modernização das oficinas e laboratórios, em termos de edificado e espaço envolvente, renovação do mobiliário, requalificação da cobertura do edifício principal, manutenção geral
2.13	Requalificação das instalações sanitárias e dos balneários	Requalificação e modernização	Elevada	As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas relacionados com a qualidade das instalações sanitárias existentes e cumprir a legislação no âmbito de pessoas com deficiência, da igualdade de género e da não discriminação (Decreto-Lei n.º 125/2017, de 4 de outubro, Despacho n.º 7247/2019, de 16 de agosto)	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Reconversão das instalações sanitárias, passando estas a ser partilhadas entre professores, auxiliares e alunos por forma a permitir a sua melhor conservação. Reconversão dos balneários, sempre que haja intervenção em instalações desportivas, de modo a permitir a instalação de cabines de utilização individual
2.14	Requalificação do parque infantil	Requalificação e modernização	Elevada	Necessidade de atualizar e melhorar os espaços de recreio/lúdicos exteriores	Melhorar a qualidade dos recreios	Substituição e atualização dos equipamentos dos parques infantis, existentes nas escolas básicas públicas do concelho
2.15	Requalificação de instalações para o conservatório de Música do Choral Phydellius.	Requalificação e modernização	Elevada	Necessidade de atualizar, aumentar e melhorar as instalações do Choral Phydellius	Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa	Requalificação profunda dos antigos Paços do concelho para servir de instalações do Conservatório do Choral Phydellius

1.3.3. Eixo 3: Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
3.1	Melhoria dos SPO com reforço das metodologias de orientação vocacional	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	Análise da distribuição de alunos do ensino secundário por curso, taxa de retenção e de desistência no ensino profissional	Contribuir para o aumento de alunos numa área tão estratégica para o desenvolvimento como o ensino profissional e reforçar a qualidade do trabalho de orientação contribuindo para escolhas que permitam aos alunos o desenvolvimento do seu potencial em percursos de sucesso.	Reforçar a consciencialização dos técnicos SPO sobre a importância do seu trabalho na área da orientação vocacional. Desenvolvimento de estratégias conjuntas de informação aos alunos das opções de oferta educativa e formativa existente, com a implementação de um programa de aproximação ao mercado de trabalho (visitas a empregadores, estágios de verão para alunos, ...)
3.2	Implementação de medidas de identificação precoce e apoio a alunos com risco de insucesso	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	Reforçar as ações relativas à diminuição do insucesso e abandono escolar	Continuação da redução das taxas de retenção nas escolas do concelho	Continuação e reforço dos programas de mediação e de prevenção de insucesso escolar e de promoção de aprendizagens e competências socioemocionais
3.3	Oferta de serviço de psicologia	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	Necessidade de apoio psicológico a alunos, encarregados de educação, pais, docentes e assistentes operacionais	Continuação do apoio psicológico à comunidade	Disponibilização de consultas de psicologia para a Comunidade Escolar: docentes, alunos e encarregados de educação dos AE Artur Gonçalves e Gil Paes e da EP de Torres Novas, e para trabalhadores do Município de Torres Novas
3.4	Reforço das aprendizagens de Português e de Matemática no 1º e 2º ciclos	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	Necessidade de promoção das competências de literacia da leitura	Reforço das ações de promoção da leitura. Realização de um concurso de matemática	Promoção da leitura em articulação com as bibliotecas escolares. Realização de Olimpíadas da Leitura. Realização de um campeonato concelhio de resolução de problemas de matemática

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
3.5	Reforço do apoio às escolas na dimensão das expressões e da dimensão experimental do ensino das ciências	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	Necessidade de reforço da oferta nas áreas de expressões, artística e ciências experimentais	Valorizar o ensino da música e a promoção do ensino experimental das ciências no 1.º ciclo	Manter oferta do ensino da música na componente letiva do pré-escolar e reforço do programa de promoção do ensino experimental das ciências no 1.º ciclo e pré-escolar
3.6	Desenvolvimento de um Programa Integrado AEC assente na dinâmica local	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média	Adequação da oferta de AEC face aos pedidos e sugestões da comunidade educativa	Nova auscultação de necessidades de AEC	Questionar os encarregados de educação e as direções de Agrupamentos de Escolas sobre a necessidades de novas AEC. Introdução de natação no horário curricular (a ajustar com as direções dos agrupamentos)
3.7	Reforço do equipamento e materiais necessários para AEC, ATL e Terapias no âmbito da Educação Inclusiva	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média	Reforço dos equipamentos das escolas, conforme referido por estas na sua ficha de caracterização	Reforço de material didático e para terapias em todas as escolas	Fazer levantamento de necessidades de material para terapias (escolas e técnicos). Reforçar as escolas com baús de jogos tradicionais, projetos LEGO e material didático ligado a programas específicos para garantir a sua utilização.
3.8	Desenvolvimento de projetos de competências de gestão financeira e competências de cidadania	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média	Reforço das dinâmicas relativas a competências de gestão financeira e de cidadania	Desenvolvimento de projetos de competências de gestão financeiras e competências de cidadania	Alargar o programa da DGE (Literacia Financeira e Educação para o Consumo) a todas as escolas. Não sendo uma disciplina obrigatória, reforçar a importância da oferta da Educação para a Cidadania nos 1.º, 2.º e 3.º CEB
3.9	Melhoria das atividades de dinamização dos recreios ao nível do pré-escolar, 1º e 2.º ciclos	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média	Necessidade de melhorar as atividades nos recreios, ao nível da Educação Pré-Escolar, dos 1.º e 2.º CEB	Melhoria das atividades de dinamização dos recreios ao nível do pré-escolar, 1º e 2.º ciclo	Reforçar os espaços de recreio com equipamentos lúdicos, nomeadamente pintura de jogos no chão do recreio. Melhorar a exploração de atividades de recreio ao nível do pré-escolar, 1º e 2.º ciclo, através da elaboração de um "roteiro de atividades de recreio", explorando a dinamização de jogos tradicionais.
3.10	Reforço dos serviços e apoios prestados aos alunos, às famílias e às escolas	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	Resultado da análise efetuada no âmbito dos grupos de foco aos atores educativos	Analisar, anualmente, com agrupamentos e outros parceiros, necessidades de reforço dos apoios disponíveis	Coordenar, com clubes, associações culturais, desportivas e demais entidades, de proteção civil, ambiente, apoio social, produtores e empresas locais, ou outras, as ofertas disponíveis no concelho. Promover a diversificação das propostas de atividades extraescolares.

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
3.11	Melhoria das ofertas do município para as interrupções letivas	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	Resultado da análise efetuada no âmbito dos grupos de foco aos atores educativos	Enriquecer e diversificar as planificações das atividades propostas, mobilizando, sempre que possível, recursos do território	Continuar com atividades de tempos livres, nas interrupções letivas, para crianças do pré-escolar e do 1.º CEB. Promover programas de ocupação de tempos livres a alunos do 3.º ciclo e ensino secundário, incluindo parcerias para realização de trabalhos na comunidade (estágios de verão, ocupação de tempos livres) e programas de sensibilização em instituições de ensino superior (oferta, para alunos do ensino secundário, de oficinas de exploração ligadas a temáticas de cursos do ensino superior, com pendor prático)
3.12	Reforço da atividade "Os Dias da Escola"	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	Resultado da análise efetuada no âmbito dos grupos de foco aos atores educativos	Reforço do âmbito do encontro anual "Os Dias da Escola"	Manutenção e reforço da atividade "Os dias da escola". Facilitação do contacto com novas realidades da Educação. Debater o currículo local. Construir e aplicar planos de aula de várias disciplinas que utilizem recursos do concelho (roteiros de exploração educativa). Efetuar um levantamento das entidades concelhias que podem funcionar como recursos de aula (articulando entre disciplinas e entre níveis de ensino)
3.13	Aumentar e diversificar a oferta educativa de cursos artísticos especializados, nomeadamente cursos básicos de dança, teatro e música, no ensino oficial	Gestão/Diversificação da rede escolar	Média	Não existência de oferta educativa de ensino básico de cursos artísticos especializados de teatro e dança, no ensino oficial; Responder à procura de ensino articulado de música (aumento do número de alunos financiados pela administração central).	Promoção do ensino artístico especializado no concelho	Valorizar e diversificar o ensino artístico especializado, nas áreas da música, teatro e dança, por entidade particular e/ou por Agrupamentos de Escolas.

1.3.4. Eixo 4: Incentivar a oferta do ensino profissionalizante no concelho, perseguindo as áreas prioritárias

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
4.1	Desenvolvimento de uma Estratégia Integrada para o Ensino Profissional no concelho	Incentivo da oferta do ensino profissionalizante no concelho	Elevada	Melhorar a atratividade do ensino profissional no concelho	Melhorar o entendimento sobre o ensino profissional no concelho. Articulação da oferta com o desenvolvimento de Centros Tecnológicos Especializados (candidaturas no âmbito do ensino profissional), que permitirá a abertura de cursos em novas áreas e melhorar os equipamentos das escolas orientados às suas ofertas especializadas	Realização de uma campanha de comunicação centralizada (município) da oferta existente. Definição de oferta especializada de "fileira" que permita a definição de percursos para continuação de estudos ao nível do ensino superior nas áreas estratégicas e com empregabilidade no concelho (logística e gestão, área industrial, automação, informática, eletrónica e robótica). Articulação com o Instituto Politécnico de Tomar (áreas de CTESP). Redução/Eliminação da alternância de cursos profissionais nas escolas do concelho, por forma a trabalhar a identidade da oferta de cada estabelecimento
4.2	Criação da Academia Tecnológica de Torres Novas	Requalificação e modernização	Elevada	Melhorar a atratividade do ensino profissional no concelho, necessidade que decorre do resultado dos grupos de foco	Reforçar a qualidade do ensino profissional, proporcionando espaços e equipamentos complementares à ação educativa	Estabelecimento de protocolo com o NERSANT, para criação de Academia Tecnológica de Torres Novas, no âmbito do ensino profissional
4.3	Extensão do Pólo da Cruz Vermelha	Alargamento da oferta do ensino profissional	Elevada	Necessidade que decorre do resultado das reuniões com os Serviços de Educação da autarquia e da concertação à escala do Médio Tejo, num contexto regional de envelhecimento demográfico em que aumentam as necessidades de população dependente	Diversificar a oferta do ensino profissional no concelho	Cursos na área da saúde (ES - enfermagem e EP - Técnico auxiliar de saúde).

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
4.4	Residência de estudantes	Incentivo da oferta do ensino profissionalizante no concelho	Elevada	Melhorar a atratividade do (e as condições para o desenvolvimento do) ensino profissional no concelho	Reforçar a qualidade do ensino profissional, proporcionando espaços e equipamentos complementares à ação educativa	Construção/adaptação de um espaço para residência de estudantes

1.3.5. Eixo 5: Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos não docentes

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
5.1	Plano de formação do pessoal não docente	Gestão de recursos humanos	Elevada	Resultado da análise efetuada no âmbito dos grupos de foco aos atores educativos	Melhorar o desempenho e a resposta destes atores dentro das escolas. Planejar, anualmente, a formação do pessoal não docente em áreas diretamente vocacionadas para os serviços oferecidos à população escolar	Auscultação direta das direções das escolas e do PND para diagnóstico de necessidades de formação. Melhorar a formação do PND através de um plano de formação municipal definido anualmente. Envolvimento do IEFP, Centro Qualifica e CFAE A23. Priorizar as novas áreas da política educativa como a educação inclusiva, bem como aspetos relacionados com os temas da igualdade e não discriminação em função do género, proteção de crianças e jovens em risco, segurança e bullying.
5.2	Mecanismos para uma rápida substituição do pessoal não docente	Gestão de recursos humanos	Elevada	Resultado da análise efetuada no âmbito dos grupos de foco aos atores educativos. A idade média dos recursos humanos não docentes influencia diretamente a sua assiduidade, pelo que é fundamental esta intervenção para a manutenção dos níveis de suporte às atividades das escolas	Estabelecer mecanismos para uma rápida substituição do pessoal não docente	Melhoria da gestão PND em situações de ausência e situações específicas que requeiram pessoal. Definição de um mecanismo para suprir as necessidades de substituições eventuais, e de curta duração, do PND

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
5.3	Criação de e-mails institucionais para o pessoal não docente	Gestão de recursos humanos	Elevada	Resultado da análise efetuada no âmbito dos grupos de foco aos atores educativos	Melhorar e facilitar a comunicação com o pessoal não docente através da criação de e-mails institucionais, de forma a agilizar a comunicação e promover a sua integração digital.	Criação de e-mails do município para todos os elementos do PND

1.3.6. Eixo 6: Reforçar a ligação à comunidade

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
6.1	Centro (e/ou plataforma) local de Educação ao Longo da Vida	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média	Resultado da análise efetuada no âmbito dos grupos de foco aos atores educativos	Apoio à educação ao longo da vida	Apoio a Centro (e/ou plataforma) local de Educação ao Longo da Vida. Definição do seu papel no concelho ao nível da formação de adultos
6.2	Divulgação das ofertas na área da educação	Política de comunicação	Elevada	Resultado da análise efetuada no âmbito dos grupos de foco aos atores educativos	Articulação com outras entidades para a disponibilização de informação na área da Educação, não limitada às ofertas municipais	Definição de uma política de comunicação para a área da Educação no município, envolvendo todos os parceiros, objetivando a divulgação de ações e ofertas, alargando o público-alvo
6.3	Divulgação de indicadores de sucesso do concelho	Política de comunicação	Elevada	Resultado da análise efetuada no âmbito dos grupos de foco aos atores educativos	Divulgação de indicadores de sucesso do concelho anualmente	Divulgação dos indicadores de monitorização da Carta Educativa e outros que venham a ser considerados em sede de Conselho Municipal de Educação
6.4	Melhorar a gestão de informação em rede entre IPSS e ensino público	Gestão da informação	Média	Resultado da análise efetuada no âmbito dos grupos de foco aos atores educativos	Melhorar a gestão de informação em rede entre IPSS e ensino público	Promover reuniões com os responsáveis das organizações educativas que oferecem Creche e Ed. Pré-Escolar. Divulgar resultados, metas, oferta e impactos da articulação

1.3.7. Eixo 7: Promover as transições verde e digital

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
7.1	Requalificação da rede elétrica das escolas	Transição verde e digital	Elevada	Acelerar as atividades dos Planos de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas	Requalificação da rede elétrica das escolas para facilitar a transição digital	As intervenções a desenvolver procuram adaptar e reforçar a rede elétrica dos estabelecimentos escolares de modo a permitir a implementação do paradigma de conectividade em que todos podem trazer o seu dispositivo, melhorando a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa.
7.2	Criação de uma rede de "Salas do futuro"	Transição verde e digital	Elevada	Acelerar as atividades dos Planos de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas	Instalação/reforço da instalação de salas do futuro em cada escola-sede do concelho	Instalação/reforço da instalação de salas do futuro em cada escola básica com 2.º e 3.º ciclos e as escolas com ensino secundário do concelho
7.3	Instalação de FabLab público no concelho	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	Acelerar as atividades dos Planos de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas	Instalação/reforço da instalação de um FabLab no concelho	Instalação/reforço da instalação de FabLab público no concelho
7.4	Robótica e informática no 2.º CEB	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	Acelerar as atividades dos Planos de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas	Aposta na robótica e informática no 2º ciclo do ensino básico	Reforçar a aposta na robótica e informática no 2º ciclo do ensino básico, criando atividades e programas específicos para esta faixa etária
7.5	Conferência TED talk (TEDx Educação)	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Baixa	Resultado da análise efetuada no âmbito dos grupos de foco aos atores educativos	Realização de uma Conferência TED talk em Torres Novas	Realização de uma Conferência TED talk em Torres Novas
7.6	Programa "Torres Novas nas Asas da Ciência"	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média	Reforço e melhoria das ações do programa atualmente existente	Desenvolvimento do Programa "Torres Novas nas Asas da Ciência"	Reforço do Programa "Torres Novas nas Asas da Ciência"
7.7	Melhoria da rede de transportes escolares	Transição verde e digital	Média	Melhoria dos índices de sustentabilidade ambiental	Introdução de autocarros elétricos, instalação de bicicletas e trotinetes elétricas, novos circuitos de transporte escolar	Elaboração de um estudo sobre soluções de transporte público com recurso a energias alternativas, com particular atenção à rede de transportes escolares. Manter programa "Saber andar de bicicleta"

Intervenção	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade	Justificação	Objetivos	Descrição e/ou componente(s) da intervenção
7.8	Medição da qualidade do ar junto às escolas	Transição verde e digital	Baixa	Reforçar as ações no âmbito das políticas de transição verde e sustentabilidade	Monitorizar a qualidade do ar junto às escolas	Promover a medição da qualidade do ar junto às escolas e no seu interior. Usar os dados no âmbito da sensibilização para a Transição Verde e em programas escolares

1.4. Investimento previsto

O desenvolvimento da carta Educativa implica um investimento na ordem de 27 247 243,74€. O desdobramento do investimento por eixo de intervenção pode ser analisado na figura seguinte:

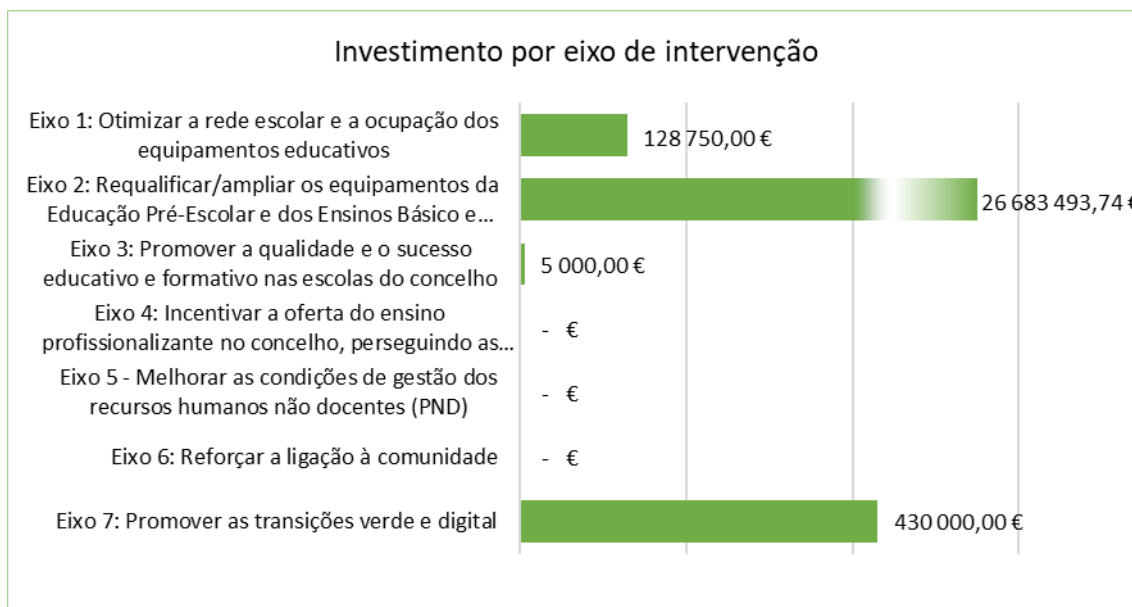


Figura 98 – Investimento previsto por eixo de intervenção

Naturalmente, o Eixo 2, relativo à requalificação/ampliação do edificado escolar, é o que concentra a maior fatia do investimento previsto (26 683 493,74€). Os eixos 4, 5 e 6, mais ligados à estratégia do concelho na área da Educação, têm o investimento ainda em estudo.

1.5. Enquadramento na Política Urbana Municipal

De acordo com o regime jurídico do ordenamento do território, o Sistema de Gestão Territorial desagrega-se num quadro de interação coordenada, em três escalas: nacional, regional e municipal.

Na medida em que a escala municipal é concretizada através de planos intermunicipais de ordenamento (PIOT) e de planos municipais de ordenamento do território (PMOT), que compreendem os planos diretores municipais (PDM), os planos de urbanização (PU) e os planos de pormenor (PP), a Carta Educativa [e revisão] deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas (cf. Decreto-Lei nº 21/2019, de 30.01, Art.º 6º). Por consequência, integrará o respetivo Plano Diretor Municipal (cf. Decreto-Lei nº 21/2019, de 30.01, Art.º 14º).

2. Calendarização da concretização das propostas de execução e dos investimentos por eixo de intervenção

Neste ponto apresenta-se o cronograma das ações planeadas, incluindo a calendarização e custos previstos (conforme detalhado no Anexo “Fichas das propostas de intervenção”). Assim:

Eixo de intervenção	Número da proposta	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade (Elevada, Média, Baixa)	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Custo previsto (em euros, sem IVA)
Eixo 1: Otimizar a rede escolar e a ocupação dos equipamentos educativos	1.1	Revisão dos critérios de matrícula de alunos	Gestão/reordenação rede escolar	Média		x	x	x	x	x	Em estudo
	1.2	Revisão dos territórios educativos	Gestão/reordenação rede escolar	Elevada		x	x	x	x	x	Em estudo
	1.3	Otimização da rede educativa do concelho	Gestão/reordenação rede escolar	Elevada		x	x				102 500,00 €
	1.4	Otimização da rede educativa em Riachos	Gestão/reordenação rede escolar	Média		x	x	x	x	x	Em estudo
	1.5	Otimização da ocupação da EB de Olaia e Paço	Gestão/reordenação rede escolar	Elevada		x	x	x	x	x	26 250,00 €
	1.6	Otimização da ocupação da ES Maria Lamas	Gestão/reordenação rede escolar	Elevada							Em estudo
Eixo 2: Requalificar/ampliar os equipamentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário	2.1	Requalificação do JI de Tufeiras	Requalificação e modernização	Elevada	x	x	x	x	x	x	27 000,00 €
	2.2	Requalificação da EB Visconde São Gião	Requalificação e modernização	Média	x	x	x	x	x	x	42 000,00 €
	2.3	Requalificação da EB da Serra de Aire	Requalificação e modernização	Elevada	x	x	x	x	x	x	62 000,00 €
	2.4	Requalificação da EB de Assentis e Chancelaria	Requalificação e modernização	Elevada	x	x	x	x	x	x	90 000,00 €
	2.5	Requalificação da EB de Olaia e Paço	Requalificação e modernização	Baixa	x	x	x	x	x	x	37 000,00 €
	2.6	Requalificação e ampliação da EB da Meia Via	Requalificação e modernização	Média	x	x	x	x	x	x	49 000,00 €
	2.7	Requalificação da EB de Riachos	Requalificação e modernização	Média	x	x	x	x	x	x	12 000,00 €
	2.8	Requalificação e ampliação da EB de Santa Maria	Requalificação e modernização	Elevada		x	x				4 204 543,74 €
	2.9	Requalificação da EB Manuel Figueiredo	Requalificação e modernização	Média		x	x	x	x	x	70 000,00 €
	2.10	Requalificação da EB Dr. António Chora Barroso	Requalificação e modernização	Elevada	x	x	x	x	x	x	78 000,00 €

Eixo de intervenção	Número da proposta	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade (Elevada, Média, Baixa)	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Custo previsto (em euros, sem IVA)
	2.11	Requalificação da EBS Artur Gonçalves	Requalificação e modernização	Elevada	x	X	X	x	x	x	9 759 950,00 €
	2.12	Requalificação da ES Maria Lamas	Requalificação e modernização	Elevada	x	x	x	x	x	x	8 234 000,00 €
	2.13	Requalificação das instalações sanitárias e dos balneários	Requalificação e modernização	Elevada							Em estudo
	2.14	Requalificação do parque infantil	Requalificação e modernização	Elevada		x					18 000,00 €
	2.15	Requalificação de instalações para o Conservatório de Música do Choral Phydellius	Requalificação e modernização	Elevada			x	x	x		4 000 000,00€
Eixo 3: Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho	3.1	Melhoria dos SPO com reforço das metodologias de orientação vocacional	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada							Em estudo
	3.2	Implementação de medidas de identificação precoce e apoio a alunos com risco de insucesso	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	x	x	x	x	x	x	Em estudo
	3.3	Oferta de serviço de psicologia	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	x	x	x	x	x	x	Em estudo
	3.4	Reforço das aprendizagens de Português e de Matemática no 1º e 2º ciclos	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada							Em estudo
	3.5	Reforço do apoio às escolas na dimensão das expressões e da dimensão experimental do ensino das ciências	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	x	x	x	x	x	x	Em estudo
	3.6	Desenvolvimento de um Programa Integrado AEC assente na dinâmica local	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média			x				Em estudo
	3.7	Reforço do equipamento e materiais necessários para AEC, ATL e Terapias no âmbito da Educação Inclusiva	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média		x	x				5 000,00 €

Eixo de intervenção	Número da proposta	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade (Elevada, Média, Baixa)	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Custo previsto (em euros, sem IVA)
	3.8	Desenvolvimento de projetos de competências de gestão financeira e competências de cidadania	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média		x	x				Em estudo
	3.9	Melhoria das atividades de dinamização dos recreios ao nível do pré-escolar e 1º ciclo	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média	x	x	x	x	x	x	Em estudo
	3.10	Reforço dos serviços e apoios prestados aos alunos, às famílias e às escolas	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada		x	x	x	x	x	Em estudo
	3.11	Melhoria das ofertas do município para as interrupções letivas	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada		x	x	x	x	x	Em estudo
	3.12	Reforço da atividade "Os Dias da Escola"	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada	x	x	x	x	x	x	Em estudo
	3.13	Aumentar e diversificar a oferta educativa de ensino básico, cursos artísticos especializados de dança, teatro e música	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média		x	x	x	x	x	Em estudo
Eixo 4: Incentivar a oferta do ensino profissionalizante no concelho, perseguindo as áreas prioritárias	4.1	Desenvolvimento de uma Estratégia Integrada para o Ensino Profissional no concelho	Incentivo da oferta do ensino profissionalizante no concelho	Elevada	x	x	x	x	x	x	Em estudo
	4.2	Criação da Academia Tecnológica de Torres Novas	Requalificação e modernização	Elevada		x	x	x	x	x	Em estudo
	4.3	Extensão do Pólo da Cruz Vermelha	Alargamento da oferta do ensino profissional	Elevada	x	x	x	x	x	x	Em estudo
	4.4	Residência de estudantes	Incentivo da oferta do ensino profissionalizante no concelho	Elevada		x					Em estudo

Eixo de intervenção	Número da proposta	Designação da intervenção	Tipo de intervenção	Prioridade (Elevada, Média, Baixa)	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Custo previsto (em euros, sem IVA)
Eixo 5 - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos não docentes (PND)	5.1	Plano de formação do pessoal não docente	Gestão de recursos humanos	Elevada	x	x	x	x	x	x	Em estudo
	5.2	Mecanismos para uma rápida substituição do pessoal não docente	Gestão de recursos humanos	Elevada	x	x	x	x	x	x	Em estudo
	5.3	Criação de e-mails institucionais para o pessoal não docente	Gestão de recursos humanos	Elevada	x	x	x	x	x	x	Em estudo
Eixo 6: Reforçar a ligação à comunidade	6.1	Centro (e/ou plataforma) local de Educação ao Longo da Vida	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média		x	x	x	x	x	Em estudo
	6.2	Divulgação das ofertas na área da educação	Política de comunicação	Elevada	x	x	x	x	x	x	Em estudo
	6.3	Divulgação de indicadores de sucesso do concelho	Política de comunicação	Elevada		x	x	x	x	x	Em estudo
	6.4	Melhorar a gestão de informação em rede entre IPSS e ensino público	Gestão da informação	Média	x	x	x	x	x	x	Em estudo
Eixo 7: Promover as transições verde e digital	7.1	Requalificação da rede elétrica das escolas	Transição verde e digital	Elevada		x	x	x	x	x	90 000,00 €
	7.2	Criação de uma rede de "Salas do futuro"	Transição verde e digital	Elevada		x	x				140 000,00 €
	7.3	Instalação de FabLab público no concelho	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada		x	x				200 000,00 €
	7.4	Robótica e informática no 2.º CEB	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Elevada		x	x	x	x	x	Em estudo
	7.5	Conferência TED talk (TEDx Educação)	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Baixa	x	x					Em estudo
	7.6	Programa "Torres Novas nas Asas da Ciência"	Promoção da qualidade e sucesso educativo	Média	x	x	x	x	x	x	Em estudo
	7.7	Melhoria da rede de transportes escolares	Transição verde e digital	Média		x	x	x	x	x	Em estudo
	7.8	Medição da qualidade do ar junto às escolas	Transição verde e digital	Baixa		x	x	x	x	x	Em estudo

Capítulo V

Considerações finais



Capítulo V – Considerações finais

1. Síntese das principais conclusões

A elaboração da Carta Educativa permitiu as seguintes conclusões:

- Eixo 1: Otimizar a rede escolar e a ocupação dos equipamentos educativos

Face ao número de alunos atual e às projeções de desenvolvimento previsto para a população estudantil, cujo número tende a diminuir, é necessário otimizar o uso das instalações escolares de forma a equilibrar as taxas de ocupação nas diferentes escolas, numa perspetiva de racionalidade do sistema. Também neste aspeto é necessário reajustar os territórios educativos por forma a equilibrar a população escolar entre as regiões norte e sul do concelho.

- Eixo 2: Requalificar/ampliar os equipamentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário

As intervenções a desenvolver nos equipamentos centram-se na correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental dos estabelecimentos, nomeadamente ao nível das questões de conforto térmico e funcionalidade do edificado.

- Eixo 3: Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho

É necessário reduzir das taxas de retenção no 8.º ano nas escolas do concelho. Uma reflexão será necessária, ao nível dos agrupamentos e do concelho municipal de educação. Um dos objetivos neste eixo passa pelo reforço do material didático (e para terapias) em todas as escolas e aumentar a diversidade da oferta educativa no ensino básico (cursos artísticos especializados de dança virgula teatro e música).

- Eixo 4: Incentivar a oferta do ensino profissionalizante no concelho, perseguindo as áreas prioritárias

Ficou clara, na discussão dos grupos de foco, a necessidade de se melhorar a oferta do ensino profissional no concelho, reforçando a especialização da oferta de cada escola/agrupamento. Para além disso, sendo esta uma área estratégica para o país e para o concelho, deverá ser reforçada a estratégia de divulgação destas ofertas, objetivando melhorar imagem e a perceção da qualidade do ensino profissional.

- Eixo 5: Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos não docentes (PND)

A gestão do pessoal não docente (PND), fundamental ao normal desenvolvimento das atividades escolares, deverá ser alvo de uma especial atenção. Assim, pretende-se melhorar o desempenho e a resposta do PND dentro das escolas através de formação planeada anualmente, com ênfase em áreas diretamente vocacionadas para os serviços oferecidos à população escolar, assegurando ainda mecanismos para substituições rápidas do PND, sempre que necessário.

- Eixo 6: Reforçar a ligação à comunidade

O reforço da ligação à comunidade recomenda melhorias na divulgação de informação escolar, educativa e de aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente a relativa à educação de adultos e envelhecimento ativo e a divulgação regular dos indicadores de sucesso das escolas do concelho.

- Eixo 7: Promover as transições verde e digital

As escolas do concelho são polos fundamentais para a promoção das Transições verde e digital. Assim, os objetivos da Transição verde e do plano nacional para a Transição Digital justificam a implementação de ações que visem reforçar o cumprimento das metas dos 17 ODS no concelho. Assim, pretende-se requalificar a rede elétrica das escolas, para facilitar a transição digital e dotar as escolas básicas com 2.º e 3.º ciclos e as escolas com ensino secundário com uma “sala do futuro” para fomentar práticas de ensino-aprendizagem modernas, reforçando (e alargando) o ensino da robótica e informática no 2º ciclo do ensino básico. Por outro lado, pretende-se manter atividades e ações na área da educação ambiental, preservação dos recursos e valorização do património natural.

2. Monitorização e avaliação da Carta Educativa

2.1. Nota introdutória

“De acordo com o referencial de monitorização das cartas educativas, a atualização da informação e a avaliação da execução das medidas de ação deverão ser realizadas em intervalos não superiores a um ano, no sentido em que seja possível atuar, de forma atempada e eficiente, sobre os desvios ou as fragilidades detetadas, sendo certa uma revisão formal em cada dez anos.” *In* Guião para a apresentação de Cartas Educativas (DGEEC; DGEstE; IGeFE, 2021, p. 27)

Numa área tão dinâmica com a educativa, com influências marcadas pelo desenvolvimento populacional e pelos movimentos migratórios, e num quadro temporal de 10 anos, é recomendável que este documento seja entendido com uma certa flexibilidade, passível de ajustamentos ao longo deste período, por forma a acomodar atempadamente as naturais alterações decorrentes de reorientações do sistema educativo, eventuais mudanças ao nível das responsabilidades e competências municipais, constrangimentos financeiros, dinâmicas demográficas, económicas e sociais, entre outras variáveis.

A monitorização é comumente entendida como um procedimento que permite acompanhar e controlar o processo de intervenção e identificar eventuais desvios face ao que foi previsto, socorrendo-se de um sistema de registo. Este controlo incide sobre aspetos relativos ao processo (exemplos: o cumprimento do calendário, a realização das ações definidas ou a utilização dos recursos previstos) e relativos aos resultados obtidos nas várias fases de implementação.

É, tendo em conta esta preocupação, que a pilotagem da Carta Educativa se deve suportar num adequado processo de monitorização e avaliação, que sustente a necessária atualização de dados e, ao mesmo tempo, antecipe desvios ao planeado permitindo, dessa forma, as necessárias alterações e ajustes.

Este processo de monitorização e avaliação, embora centrado nos serviços de Educação do município, não se esgota nesta equipa. Na realidade, é fundamental a participação dos diversos agentes educativos, em particular o Conselho Municipal de Educação e, para a atualização dos dados mais “finos” do sistema e na reflexão sobre a eficácia e eficiência da Carta Educativa, sublinha-se a importância de um incontornável envolvimento proativo dos Diretores dos agrupamentos e escolas (públicas e privadas) do concelho.

Para este propósito, é tão importante a bateria de indicadores mobilizados quanto o próprio sistema de monitorização definido, comportando uma clara definição de responsabilidades, definindo instrumentos de recolha, a periodicidade da sua utilização e a forma de organização da informação. Desta forma, estamos em crer que todo o processo de monitorização e avaliação ficará mais simples e claro para todos os envolvidos, proporcionando eficácia no processo e na obtenção de dados que possam ser mobilizados para a tomada de decisão informada e atempada, facilitando a transparência da informação e a prestação de contas à comunidade.

2.2. Características do sistema de monitorização

Por questões práticas, de sustentabilidade ambiental e de facilidade na análise dos dados recolhidos, este sistema de monitorização deve suportar-se em plataformas *on-line*, com base em documentos desmaterializados. Assim, o município estruturou um espaço de trabalho *on-line*, dentro dos seus sistemas informáticos, que permite o acesso exterior (com sistemas de autenticação multifator para garantir a confidencialidade dos dados assim recolhidos) e um conjunto de questionários *on-line*, específicos, para atualização de dados, apenas disponíveis através de *password*, tendo como destinatários a direção das escolas/agrupamentos. Desta forma, garante-se a necessária atualidade dos dados recolhidos para uma eficaz e atempada intervenção, quando necessária.

O sistema de monitorização da Carta Educativa pretende assegurar que é feito um regular acompanhamento nas seguintes áreas de importância estratégica:

- atualidade dos dados mobilizados;
- nível de concretização e atualidade das propostas;
- desempenho das opções nela constantes;
- alinhamento entre os objetivos estratégicos da política pública municipal e os resultados/efeitos obtidos com a sua implementação;
- adequação das propostas da Carta Educativa face a eventuais alterações das variáveis que lhes deram origem (ex: dinâmicas territoriais, orientações setoriais, etc.);
- alinhamento e adequação da rede educativa municipal à procura existente e aos desafios que lhe são colocados pelo desenvolvimento social e económico.

Os diferentes indicadores criados são suportados em variadas fontes de informação, nomeadamente em dados do próprio município, das escolas e dos serviços oficiais do Ministério da Educação, bem como do INE. A sua recolha, com a periodicidade prevista no modelo, servirá para informar com o rigor e abrangência possível, o desenvolvimento das ações indicadas nos eixos de intervenção definidos, assumindo uma dimensão de registo histórico com, pelo menos, 5 anos.

2.3. Modelo de monitorização (indicadores fundamentais, metas, recolha e responsabilidades)

Ao nível dos recursos humanos, sendo fundamental a designação de um técnico superior afeto aos serviços/divisão de educação a quem seja atribuída a responsabilidade de garantir a execução dos procedimentos de monitorização (para se proceder de forma sistemática à recolha e tratamento da informação considerada relevante), o município entregou essa responsabilidade ao Dirigente responsável pelo Serviço de Educação. A atuação dos serviços referidos é complementada e/ou acompanhada por técnicos de outros departamentos/serviços, nomeadamente o Departamento Administrativo e Financeiro e o Conselho Municipal de Educação.

Globalmente, e para além das próprias intervenções programadas (cf. fichas de intervenção), os indicadores a monitorizar são:

Tabela 158 – Indicadores de monitorização da Carta Educativa

Domínio	Indicador/Registo	Responsável	Fonte	Periodicidade	Data(s) limite	Instrumento
Caraterização demográfica	População residente no concelho	Município	INE Estimativas Anuais da População por Concelho e Grupo Etário	Anual	Dezembro	CD - Ficha de caraterização demográfica
	Saldo natural freguesias urbanas e freguesias rurais	Município	INE Saldo Natural por Local de Residência e Tipologia de Áreas Urbanas	Anual	Dezembro	CD - Ficha de caraterização demográfica
	Taxa de crescimento natural	Município	INE Taxa de crescimento natural por local de residência	Anual	Dezembro	CD - Ficha de caraterização demográfica
	Taxa de crescimento efetivo	Município	INE Taxa de crescimento efetivo por local de residência	Anual	Dezembro	CD - Ficha de caraterização demográfica
	Taxa bruta de natalidade	Município	INE Taxa bruta de natalidade por local de residência	Anual	Dezembro	CD - Ficha de caraterização demográfica
	Saldo migratório	Município	INE Estatísticas Demográficas	Anual	Dezembro	CD - Ficha de caraterização demográfica
População escolar	N.º de alunos matriculados em cada estabelecimento de ensino, público e privado, por ano de escolaridade	Direção das escolas/agrupamentos	Escolas/Agrupamentos	Anual	Dezembro	PEEE - Ficha de caraterização dos estabelecimentos escolares, públicos e privados
	Taxa de retenção, por escola, agrupamento e nível de ensino	Direção das escolas/agrupamentos	Escolas/Agrupamentos	Anual	Outubro	PESE - Ficha de caraterização do sucesso escolar
	Taxa de abandono, por escola, agrupamento	Direção das escolas/agrupamentos	Escolas/Agrupamentos	Anual	Outubro	PESE - Ficha de caraterização do sucesso escolar
	Caraterização das taxas de empregabilidade do ensino profissional (por ciclo de formação)	Direção das escolas/agrupamentos	Escolas/Agrupamentos	Anual	Dezembro	PEEFP - Ficha de caraterização da empregabilidade do ensino profissional

Domínio	Indicador/Registo	Responsável	Fonte	Periodicidade	Data(s) limite	Instrumento
	Resultados de provas e exames nacionais	Direção das escolas/agrupamentos	Escolas/Agrupamentos	Anual	Outubro	PESE - Ficha de caracterização do sucesso escolar
	Taxas de transferência, por escola, agrupamento e escola de destino	Direção das escolas/agrupamentos	Escolas/Agrupamentos	Anual	Dezembro	PEEE - Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares, públicos e privados
Apoios e complementos educativos	N.º de alunos matriculados de cada estabelecimento de ensino, público e privado, a frequentar AEC, por domínio (art.º 7.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto)	Município	Escolas/Agrupamentos	Anual	Outubro	ACE - Ficha de caracterização dos apoios e complementos educativos
	ASE - N.º de refeições servidas, por escola	Município	Serviços de Educação	Trimestral	Final de cada trimestre	ACE - Ficha de caracterização dos apoios e complementos educativos
	ASE - Número de alunos subsidiados, escalões A e B, por escola	Município	Serviços de Educação	Trimestral	Final de cada trimestre	ACE - Ficha de caracterização dos apoios e complementos educativos
	AAAF - N.º de alunos com prolongamento de horário (Ed. Pré-escolar)	Município	Serviços de Educação	Trimestral	Final de cada trimestre	ACE - Ficha de caracterização dos apoios e complementos educativos
	Transportes escolares - Número de alunos transportados por escola e agrupamento	Município	Serviços de Educação	Trimestral	Final de cada trimestre	ACETE - Ficha de caracterização dos transportes escolares
	Transportes escolares - Caracterização dos circuitos de transporte (locais, duração e custo)	Município	Serviços de Educação	Trimestral	Final de cada trimestre	ACETE - Ficha de caracterização dos transportes escolares
Projetos culturais, desportivos e educativos	Registo de projetos do município e número de alunos envolvidos, por escola e nível de ensino	Município	Serviços de Educação	Trimestral	Final de cada trimestre	PCDE - Ficha de caracterização dos projetos de educação
	Registo de atividades de apoio ao envelhecimento ativo e aprendizagem ao longo da vida	Município	Serviços de Educação	Trimestral	Final de cada trimestre	PCDE - Ficha de caracterização dos projetos de educação

Domínio	Indicador/Registo	Responsável	Fonte	Periodicidade	Data(s) limite	Instrumento
Pessoal não docente	N.º de pessoal não docente, género e idade, por estabelecimento de ensino e nível	Município	Serviços de Educação	Anual	Dezembro	PND - Ficha de caracterização do Pessoal Não Docente
	Formação disponibilizada para o PND, por ano letivo, local da formação, domínio de formação, número de inscritos, número de conclusões	Município	Serviços de Educação, CF A23, Centro de emprego, agrupamentos de escolas	Anual	Setembro	PND - Ficha de caracterização do Pessoal Não Docente
Equipamentos educativos	Estado de conservação dos edifícios, fotografia, n.º de salas, laboratórios e espaços de apoio (laboratórios, espaços desportivos, etc.)	Direção das escolas/agrupamentos	Escolas/Agrupamentos	Anual	Novembro	PEEE - Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares, públicos e privados
	Caraterização estado de conservação do mobiliário, material didático, equipamento desportivo, laboratorial e tecnológico	Direção das escolas/agrupamentos, Município	Escolas/Agrupamentos, Serviços de Educação	Anual	Novembro	PEEE - Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares, públicos e privados
	Registo de intervenções de conservação, manutenção e pequenas reparações	Direção das escolas/agrupamentos, Município	Escolas/Agrupamentos, Serviços de Educação	Anual	Novembro	PEEE - Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares, públicos e privados
	Taxa de ocupação dos estabelecimentos escolares	Município	Serviços de Educação	Anual	Dezembro	PEEE - Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares, públicos e privados
Monitorização dos eixos de intervenção	Monitorização dos eixos de intervenção (datas, objetivos, custos, impacto...)	Município	Serviços de Educação	Semestral	Junho e dezembro	MEI - Ficha de monitorização dos Eixos da Carta educativa

3. Divulgação da Carta Educativa e dos resultados da monitorização

Uma das ações mais importantes ao nível da Carta Educativa, está relacionada com a sua divulgação, após o debate havido, enquanto documento estratégico que sustenta a política educativa do município. Nesse sentido, para essa divulgação, o município irá:

- criar o Observatório Municipal de Educação no âmbito dos serviços de Educação do município. Este Observatório será responsável por toda a comunicação relacionada com a Carta Educativa, nomeadamente a divulgação dos resultados de monitorização e avaliação;
- atualizar, na página do município na internet, o espaço dedicado à divulgação do documento e dos seus anexos;
- divulgar regulamente, conforme a seguir se indica, os resultados da monitorização da Carta Educativa.

A divulgação da informação recolhida nas escolas e pelo Município no âmbito dos indicadores definidos, será disponibilizada de forma anual a todas as entidades e atores responsáveis pela concretização da política educativa, numa perspetiva de prestação de contas e convite à reflexão e participação de todos os munícipes, e após apreciação em Conselho Municipal de Educação.

A página de educação que o município disponibiliza na internet, será o veículo principal para a divulgação desta informação, sem detrimento do eventual uso de outros suportes comunicacionais (tais como boletins, *flyers*, *newsletters* digitais, jornais locais, entre outros) sempre que considerados adequados e necessários. Especificamente, os instrumentos a adotar são os seguintes:

Tabela 159 – Ferramentas e periodicidade da divulgação da Carta Educativa e dos resultados de monitorização

Instrumento	Conteúdo	Suporte	Periodicidade
Carta Educativa	Documento “Carta Educativa” e respetivos anexos	Formato digital, PDF, a enviar para as escolas e a disponibilizar na página da Educação (no website da autarquia)	Após aprovação e sempre que ocorrer a sua atualização
Sítio da Internet da autarquia	Apresentação da evolução dos indicadores de execução relativos aos eixos de intervenção Disponibilização de infografia apropriada e informação (de forma dinâmica) relativa aos indicadores da Carta Educativa	Digital (Sítio da Internet)	Atualização de dados dinâmica, com uma atualização mínima semestral
Boletim de Monitorização da Carta Educativa	Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na execução da Carta Educativa Documento essencialmente gráfico e sustentado nos indicadores definidos, que permita oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa	Formato digital, PDF, a enviar para as escolas e a disponibilizar na página da Educação (no sítio da Internet da autarquia)	Até fevereiro de cada ano civil, com os dados relativos ao ano civil anterior

Apêndices

Documentos de apoio à Carta Educativa



Apêndices

1. Questionário aplicado aos pais/encarregados de educação

2022 - Questionário para pais/encarregados de educação

Caros pais/encarregados de educação,

O preenchimento deste questionário materializa a sua oportunidade de participar na revisão da Carta Educativa de Torres Novas. É fundamental a colaboração de todos no preenchimento deste questionário que estará disponível até **3 de julho de 2022**.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião sincera. Este questionário é anónimo, ou seja, não serão recolhidos dados pessoais que possam identificar o respondente.

Poderá informar-se e/ou colocar questões sobre a Carta Educativa e sobre este questionário contactando o Departamento de Educação da Câmara Municipal de Torres Novas, através do telefone 249 839 090 ou o e-mail: de.gape@cm-torresnovas.pt.

Obrigado pela sua participação.

IMPORTANTE:

Para simplificar as questões e para seu conforto ao longo do questionário, utilizaremos a expressão "educando" para nos referirmos, indiferenciadamente, a menores do sexo masculino ou feminino a seu cargo (enquanto pai/mãe ou encarregado de educação).

Assim, por favor, ajude-nos a conhecê-lo melhor, para enquadrarmos o tratamento estatístico posterior.

1 Seleccione o intervalo correspondente à sua idade:

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- Menos de 25 anos Entre 25 e 34 anos Entre 35 e 44 anos Entre 45 e 54 anos Mais de 55 anos

2 Indique o seu sexo:

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- Feminino Masculino Prefiro não indicar

3 Indique as suas habilitações académicas:

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- Sem estudos 1º Ciclo (1º, 2º, 3º ou 4º anos) 2º Ciclo (5º ou 6º anos) 3º Ciclo (7º, 8º ou 9º anos) Ensino Secundário
- Ensino Profissional Licenciatura Mestrado ou Doutoramento Prefiro não indicar

4 Indique-nos o número de filhos/educandos (com menos de 18 anos) que tem a seu cargo:

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- 0 1 2 3 4 ou mais

IMPORTANTE:

Se tiver mais do que um filho/educando, deve responder às questões colocadas considerando aquele que fez anos há menos tempo. Todas as suas respostas devem ser dadas relativamente a este filho/educando.

5 Indique o tipo de escola que o seu educando frequenta:

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- Ensino público Ensino privado

6 Indique o nível de ensino que o seu educando frequenta:

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- Creche ou educação pré-escolar 1º Ciclo (1º, 2º, 3º ou 4º anos) 2º Ciclo (5º ou 6º anos) 3º Ciclo (7º, 8º ou 9º anos) Ensino Secundário
- Ensino Profissional Não sei

7 O seu educando estuda no concelho de Torres Novas?

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

Sim

Não. Neste caso, indique-nos em que concelho se situa a escola onde o seu educando estuda:

8 A escola que o seu educando frequenta é/faz parte do:

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves Agrupamento de Escolas Gil Paes Escola Profissional de Torres Novas É uma escola privada
- Não sei

9 Uma vez que o seu educando estuda noutro concelho, qual a principal razão para ter tomado essa opção?

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

É uma escola mais perto da zona onde vivo

A escola tem mais qualidade

O ensino é mais exigente nesta escola

As instalações da escola são melhores

Chego mais rapidamente a esta escola do que a qualquer outra de Torres Novas

Por conforto familiar (proximidade do local de trabalho, proximidade da residência de familiares que lhe podem dar apoio após as aulas...)

Outra razão (por favor, indique qual)

10 Reside no concelho de Torres Novas?

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

Sim

Não. Neste caso, indique-nos em que concelho se situa a sua residência:

11 Uma vez que reside noutro concelho, qual a principal razão para o seu educando estudar em Torres Novas?

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

É uma escola mais perto da zona onde vivo

A escola tem mais qualidade

O ensino é mais exigente nesta escola

As instalações da escola são melhores

Chego mais rapidamente a esta escola do que a qualquer outra do concelho onde resido

Por conforto familiar (proximidade do local de trabalho, proximidade da residência de familiares que lhe podem dar apoio após as aulas...)

Outra razão (por favor, indique qual)

IMPORTANTE:

Recordamos que, se tiver mais do que um filho/educando, deve responder às questões colocadas considerando aquele que fez anos há menos tempo.

Gostaríamos agora de recolher algumas informações sobre o futuro do seu educando após o ensino secundário

12 Para o seu educando, após a conclusão do 12.º ano (ensino secundário ou profissional), o que será mais adequado para ele, na sua opinião?

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- | | | | |
|--|--|---|--|
| <input type="radio"/> Encontrar emprego | <input type="radio"/> Frequentar um Curso de Especialização Tecnológica (ensino pós-secundário não superior) | <input type="radio"/> Frequentar um Curso do Ensino Superior (universitário ou politécnico) | <input type="radio"/> Frequentar um Curso Técnico Superior Profissional (ensino politécnico) |
| <input type="radio"/> Ainda não pensei nisso | | | |

13 Qual a área que considera, atualmente, ter mais saída profissional?

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- | | | | |
|---|--|---|---|
| <input type="radio"/> Artes (moda, design, artes plásticas, artes visuais, fotografia, artes gráficas, ciências musicais, dança, teatro, games designer, multimédia...) | <input type="radio"/> Desporto (ciências do desporto, prática desportiva profissional, treinador, técnico de gestão desportiva...)
Saúde (medicina, medicina dentária, ciências farmacêuticas, fisioterapia, enfermagem, dietista...) | <input type="radio"/> Informática (engenharia informática, técnico de informática, robótica, inteligência artificial, programação, realidade virtual e/ou aumentada...) | <input type="radio"/> Línguas e humanidades (literatura, cultura, línguas, história, arqueologia, filosofia, comunicação, marketing, publicidade, jornalismo, bloguista...) |
| <input type="radio"/> Matemática (resolução de problemas, estatística, análise de dados e tendências...) | <input type="radio"/> Saúde (medicina, medicina dentária, ciências farmacêuticas, fisioterapia, enfermagem, dietista...) | <input type="radio"/> Social e pedagógica (psicologia, serviço social, assistência social, educação e ensino...) | <input type="radio"/> Serviços (cuidados de beleza, restauração e hotelaria, turismo...) |
| <input type="radio"/> Engenharia (engenharias em geral, urbanismo, arquitetura, construção, mecânica...) | <input type="radio"/> Não sei | | |

IMPORTANTE:

Recordamos que, se tiver mais do que um filho/educando, deve responder às questões colocadas considerando aquele que fez anos há menos tempo.

Gostaríamos agora de recolher algumas informações sobre a escola que o seu filho/educando frequenta e sobre os projetos do Município de Torres Novas na área da educação.

14 Relativamente às condições físicas da escola que o seu educando frequenta, indique o seu nível de concordância com as seguintes afirmações:

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta em cada linha*

	Concordo muito	Concordo	Discordo	Discordo muito	Não sei
A escola tem boas instalações (pintura, salas com boas condições, edifícios com boa manutenção...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os alunos estão seguros dentro da escola (há poucos roubos, violência entre alunos, bulliying...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os alunos estão seguros nas imediações da escola (há passeadeiras, iluminação, passeios...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola tem espaços ao ar livre (cobertos ou não) para os alunos usarem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola tem uma boa biblioteca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola tem um refeitório, ou bar, ou espaço para os alunos poderem comer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola tem bons sanitários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola disponibiliza bom acesso à internet	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15 Relativamente aos recursos humanos da escola que o seu educando frequenta, indique o seu nível de concordância com as seguintes afirmações:

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta em cada linha*

	Concordo muito	Concordo	Discordo	Discordo muito	Não sei
A escola tem pessoal de apoio em número suficiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola tem professores em número suficiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

16 Ordene, do mais crítico (primeiro lugar) para o menos crítico (último lugar), os problemas que considera existirem nas escolas do Município de Torres Novas:

Instruções da pergunta: Altere a ordem de acordo com sua preferência, selecionando e arrastando as opções (1 - mais crítica, 9 - menos crítica)

Falta de alunos (quebra na taxa de natalidade)	<input type="text"/>
Envelhecimento do parque escolar (degradação dos edifícios escolares)	<input type="text"/>
Número (desadequado) de recursos humanos	<input type="text"/>
Insucesso escolar	<input type="text"/>
Autonomia pedagógica das escolas	<input type="text"/>
Oferta formativa profissional (desadequada ou insuficiente)	<input type="text"/>
Indisciplina nas escolas	<input type="text"/>
Transição digital (reforço de equipamentos, internet...)	<input type="text"/>
Processos e métodos pedagógicos das escolas (reforçar as práticas face aos desafios do futuro)	<input type="text"/>

17 Ordene, da mais relevante (primeiro lugar) para o menos relevante (último lugar), as prioridades que o Município de Torres Novas deverá incluir na Carta Educativa relativamente à área da Educação:

Instruções da pergunta: *Altere a ordem de acordo com sua preferência, selecionando e arrastando as opções (1 - mais crítica, 9 - menos crítica)*

Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos	<input type="text"/>
Fomentar uma política económica ativa geradora de emprego e fixadora de novos residentes	<input type="text"/>
Implementar ações de reabilitação, ampliação e construção de estabelecimentos escolares	<input type="text"/>
Promover o encerramento de estabelecimentos escolares com condições inadequadas de funcionamento	<input type="text"/>
Promover parcerias locais e o envolvimento da comunidade exterior na Escola	<input type="text"/>
Reforçar a aposta na infraestrutura tecnológica e digital nas escolas	<input type="text"/>
Implementar soluções que resolvam os problemas de indisciplina nas escolas	<input type="text"/>
Resolver as carências de equipamentos de ensino pré-escolar	<input type="text"/>
Alinhar a oferta escolar profissional com as necessidades das empresas da região	<input type="text"/>

18 Globalmente, quão bem conhece as iniciativas do Município de Torres Novas na área da educação?

Instruções da pergunta: *(1 estrela = Muito pouco; 4 estrelas = Muito bem)*

☆☆☆☆ / 4

19 Partilhe duas ideias, projetos e/ou sugestões para a melhoria da Educação no concelho de Torres Novas:

Instruções da pergunta: *Questão não obrigatória (máx 4 linhas)*

Muito obrigado pela sua colaboração!

As suas respostas foram muito importantes para nós.

Ao submeter o questionário, será direcionado para a página de Educação do Município de Torres Novas, onde poderá saber mais sobre os seus projetos nesta área.

2. Questionário aplicado aos alunos do 9.º ano

2022 - Questionário para alunos do 9.º Ano

Caro aluno,

O preenchimento deste questionário materializa a tua oportunidade de participares na revisão da Carta Educativa de Torres Novas. É fundamental a colaboração de todos no preenchimento deste questionário que estará disponível até **6 de junho de 2022**.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a tua opinião sincera. Este questionário é anónimo, ou seja, não serão recolhidos dados pessoais que possam identificar o respondente.

Poderás informar-te e/ou colocar questões sobre a Carta Educativa e sobre este questionário contactando o Departamento de Educação do Município de Torres Novas, através do telefone 249 839 090 ou o e-mail: de.gape@cm-torresnovas.pt.

Obrigado pela tua participação.

Por favor, ajuda-nos a conhecer-te melhor, para enquadrarmos o tratamento estatístico posterior.

1 Indica a tua idade:

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- 13 anos 14 anos 15 anos 16 anos 17 anos ou mais

2 Indica o teu sexo:

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- Feminino Masculino Prefiro não indicar

3 Indica as habilitações académicas da tua mãe:

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- Sem estudos 1º Ciclo (1º, 2º, 3º ou 4º anos) 2º Ciclo (5º ou 6º anos) 3º Ciclo (7º, 8º ou 9º anos) Ensino Secundário
- Ensino Profissional Licenciatura Mestrado ou Doutoramento Não sei

4 Ao longo do teu percurso escolar, quantas vezes repetiste um ano?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- Nunca 1 vez 2 vezes 3 vezes ou mais

5 A escola que frequentas faz parte do:

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves Agrupamento de Escolas Gil Paes Não sei

6 Que escola/agrupamento de escolas frequentavas no 6.º ano?

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- O mesmo Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves Agrupamento de Escolas Gil Paes Não sei
- Outra escola, noutra concelho (indica qual o concelho):

7 Que atividades extracurriculares frequentas?

Instruções da pergunta: *Selecione uma ou mais respostas*

- Nenhuma
- Artísticas (música, teatro, dança, pintura...)
- Culturais (clubes de leitura, apoio ao estudo, clubes de língua, jornalismo...)
- Desportivas (futebol, vólei, basquete, corrida, natação, artes marciais, ciclismo...)
- Tecnológicas (robótica, programação, informática, eletrónica, mecânica, aeromodelismo, automodelismo...)
- Outra (indica qual):

Gostaríamos agora de recolher algumas informações sobre os teus interesses profissionais e expetativas formativas.

8 No 10.º ano, que área do ensino secundário pretendes seguir?

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- Cursos científico-humanísticos (vacionados essencialmente para o prosseguimento de estudos de nível superior)
- Cursos profissionais (vocacionados para a qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos)
- Não sei

9 Qual a principal razão para a escolha do curso que irás frequentar no 10.º ano?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- A minha família quer que eu continue a estudar
- É mais fácil encontrar emprego
- Está relacionada com a profissão que eu quero seguir
- Fui aconselhado a fazer esta escolha (amigos, orientação escolar)
- Gosto de aprender coisas mais práticas
- Prepara melhor para a entrada no ensino superior
- Nenhuma razão em especial
- Outra razão (indica qual):

10 Que escola/agrupamento de escolas pretendes frequentar no 10.º ano?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- A mesma
- Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves
- Agrupamento de Escolas Gil Paes
- Escola Profissional de Torres Novas
- Não sei
- Outra escola, noutra concelho (indica qual o concelho):

11 Que pretendes fazer após concluíres o 12.º ano?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- Encontrar emprego
- Frequentar um Curso de Especialização Tecnológica (ensino pós-secundário não superior)
- Frequentar um Curso do Ensino Superior (universitário ou politécnico)
- Frequentar um Curso Técnico Superior Profissional (ensino politécnico)
- Ainda não pensei nisso

12 Qual a área profissional que mais te interessa?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- | | | | |
|--|--|--|--|
| <p><input type="radio"/> Artes (moda, design, artes plásticas, artes visuais, fotografia, artes gráficas, ciências musicais, dança, teatro, games designer, multimédia...)</p> | <p><input type="radio"/> Desporto (ciências do desporto, prática desportiva profissional, treinador, técnico de gestão desportiva...)
Saúde (medicina, medicina dentária, ciências farmacêuticas, fisioterapia, enfermagem, dietista...)</p> | <p><input type="radio"/> Informática (engenharia informática, técnico de informática, robótica, inteligência artificial, programação, realidade virtual e/ou aumentada...)</p> | <p><input type="radio"/> Línguas e humanidades (literatura, cultura, línguas, história, arqueologia, filosofia, comunicação, marketing, publicidade, jornalismo, bloguista...)</p> |
| <p><input type="radio"/> Matemática (resolução de problemas, estatística, análise de dados e tendências...)</p> | <p><input type="radio"/> Ciências farmacêuticas, fisioterapia, enfermagem, dietista...)</p> | <p><input type="radio"/> Social e pedagógica (psicologia, serviço social, assistência social, educação e ensino...)</p> | <p><input type="radio"/> Serviços (cuidados de beleza, restauração e hotelaria, turismo...)</p> |
| <p><input type="radio"/> Engenharia (engenharias em geral, urbanismo, arquitetura, construção, mecânica...)</p> | <p><input type="radio"/> Ainda não sei</p> | | |

Quase a terminarmos, responde a estas últimas questões:

13 Como te deslocas para a tua atual escola?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- | | | | |
|---|--|---|---|
| <input type="radio"/> Apé | <input type="radio"/> Bicicleta ou mota | <input type="radio"/> Carro (de familiares) | <input type="radio"/> Carro de amigos (boleia, viagens partilhadas) |
| <input type="radio"/> Transporte público (TUT, autocarro) | <input type="radio"/> Táxi (organizado pela autarquia) | | |

14 Quanto tempo demoras na viagem de tua casa para a escola, normalmente?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- | | | | | |
|--|--|---|---|---|
| <input type="radio"/> Menos de 5 minutos | <input type="radio"/> Entre 5 e 10 minutos | <input type="radio"/> Entre 10 e 15 minutos | <input type="radio"/> Entre 15 e 20 minutos | <input type="radio"/> Entre 20 e 25 minutos |
| <input type="radio"/> Mais de 25 minutos | | | | |

15 Globalmente, quão bem conheces as iniciativas da autarquia na área da educação?

Instruções da pergunta: *(1 estrela = Muito pouco; 4 estrelas = Muito bem)*

☆☆☆☆ / 4

16 Partilha duas ideias, projetos e/ou sugestões para a melhoria da Educação no nosso concelho.

Instruções da pergunta: *Questão não obrigatória (máx. 4 linhas)*

Muito obrigado pela tua colaboração!

As tuas respostas foram muito importantes para nós.

Ao submeter o questionário, serás direcionado para a página de Educação do Município de Torres Novas, onde poderás saber mais sobre os seus projetos nesta área.

3. Questionário aplicado aos alunos do 12.º ano

2022 - Questionário para alunos do 12.º Ano

Caro aluno,

O preenchimento deste questionário materializa a tua oportunidade de participares na revisão da Carta Educativa de Torres Novas. É fundamental a colaboração de todos no preenchimento deste questionário que estará disponível até **6 de junho de 2022**.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a tua opinião sincera. Este questionário é anónimo, ou seja, não serão recolhidos dados pessoais que possam identificar o respondente.

Poderás informar-te e/ou colocar questões sobre a Carta Educativa e sobre este questionário contactando o Departamento de Educação da Câmara Municipal de Torres Novas, através do telefone 249 839 090 ou o e-mail: de.gape@cm-torresnovas.pt.

Obrigado pela tua participação.

Por favor, ajuda-nos a conhecer-te melhor, para enquadrarmos o tratamento estatístico posterior.

1 Indica a tua idade:

Instruções da pergunta: *Selecciona uma resposta*

- 16 anos 17 anos 18 anos 19 anos 20 anos ou mais

2 Indica o teu sexo:

Instruções da pergunta: *Selecciona uma resposta*

- Feminino Masculino Prefiro não indicar

3 Indica as habilitações académicas da tua mãe:

Instruções da pergunta: *Selecciona uma resposta*

- Sem estudos 1º Ciclo (1º, 2º, 3º ou 4º anos) 2º Ciclo (5º ou 6º anos) 3º Ciclo (7º, 8º ou 9º anos) Ensino Secundário
- Ensino Profissional Licenciatura Mestrado ou Doutoramento Não sei

4 Ao longo do teu percurso escolar, quantas vezes repetiste um ano?

Instruções da pergunta: *Selecciona uma resposta*

- Nunca 1 vez 2 vezes 3 vezes ou mais

5 A escola que frequentas é/faz parte do:

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves Agrupamento de Escolas Gil Paes Escola Profissional de Torres Novas Não sei

6 Que agrupamento de escolas frequentavas no 9.º ano?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- O mesmo Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves Agrupamento de Escolas Gil Paes Não sei
- Outra escola, noutro concelho (indica qual o concelho):

7 Que agrupamento de escolas frequentavas no 6.º ano?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- O mesmo Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves Agrupamento de Escolas Gil Paes Não sei
- Outra escola, noutro concelho (indica qual o concelho):

8 Que atividades extracurriculares frequentas?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma ou mais respostas*

- Nenhuma Artísticas (música, teatro, dança, pintura...) Culturais (clubes de leitura, apoio ao estudo, clubes de língua, jornalismo...) Desportivas (futebol, vólei, basquete, corrida, natação, artes marciais, ciclismo...)
- Tecnológicas (robótica, programação, informática, eletrónica, mecânica, aeromodelismo, automodelismo...)
- Outra (indica qual):

Gostaríamos agora de recolher algumas informações sobre os teus interesses profissionais e expetativas formativas.

9 Que área do ensino secundário frequentas?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- Curso científico-humanístico (vacionados essencialmente para o prosseguimento de estudos de nível superior) Curso profissional (vacionados para a qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos)

10 Qual a principal razão para a escolha do curso que estás a frequentar?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- A minha família quer que eu continue a estudar
- É mais fácil encontrar emprego
- Está relacionada com a profissão que eu quero seguir
- Fui aconselhado a fazer esta escolha (amigos, orientação escolar)
- Gosto de aprender coisas mais práticas
- Prepara melhor para a entrada no ensino superior
- Nenhuma razão em especial
- Outra razão (indica qual):

11 Se pudesses voltar atrás no tempo, ao 10.º ano, que opção farias sobre o curso a frequentar?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- Escolhia o mesmo curso ou outro curso na mesma área
- Mudava para um curso da área científico-humanística
- Mudava para um curso da área profissional
- Não sei

12 Que pretendes fazer após concluíres o 12.º ano?

Instruções da pergunta: *Seleciona uma resposta*

- Encontrar emprego
- Frequentar um Curso de Especialização Tecnológica (ensino pós-secundário não superior)
- Frequentar um Curso do Ensino Superior (universitário ou politécnico)
- Frequentar um Curso Técnico Superior Profissional (ensino politécnico)
- Ainda não pensei nisso

13 Qual a área profissional que mais te interessa?

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- | | | | |
|--|---|--|--|
| <p><input type="radio"/> Artes (moda, design, artes plásticas, artes visuais, fotografia, artes gráficas, ciências musicais, dança, teatro, games designer, multimédia...)</p> | <p><input type="radio"/> Desporto (ciências do desporto, prática desportiva profissional, treinador, técnico de gestão desportiva...)</p> | <p><input type="radio"/> Informática (engenharia informática, técnico de informática, robótica, inteligência artificial, programação, realidade virtual e/ou aumentada...)</p> | <p><input type="radio"/> Línguas e humanidades (literatura, cultura, línguas, história, arqueologia, filosofia, comunicação, marketing, publicidade, jornalismo, bloguista...)</p> |
| <p><input type="radio"/> Matemática (resolução de problemas, estatística, análise de dados e tendências...)</p> | <p><input type="radio"/> Saúde (medicina, medicina dentária, ciências farmacêuticas, fisioterapia, enfermagem, dietista...)</p> | <p><input type="radio"/> Social e pedagógica (psicologia, serviço social, assistência social, educação e ensino...)</p> | <p><input type="radio"/> Serviços (cuidados de beleza, restauração e hotelaria, turismo...)</p> |
| <p><input type="radio"/> Engenharia (engenharias em geral, urbanismo, arquitetura, construção, mecânica...)</p> | <p><input type="radio"/> Ainda não sei</p> | | |

Quase a terminarmos, responde a estas últimas questões:

14 Como te deslocas para a tua atual escola?

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- | | | | |
|---|--|--|---|
| <input type="radio"/> Apé | <input type="radio"/> Bicicleta ou mota | <input type="radio"/> Carro (próprio ou de familiares) | <input type="radio"/> Carro de amigos (boleia, viagens partilhadas) |
| <input type="radio"/> Transporte público (TUT, autocarro) | <input type="radio"/> Táxi (organizado pela autarquia) | | |

15 Quanto tempo demoras na viagem de tua casa para a escola, normalmente?

Instruções da pergunta: *Selecione uma resposta*

- | | | | | |
|--|--|---|---|---|
| <input type="radio"/> Menos de 5 minutos | <input type="radio"/> Entre 5 e 10 minutos | <input type="radio"/> Entre 10 e 15 minutos | <input type="radio"/> Entre 15 e 20 minutos | <input type="radio"/> Entre 20 e 25 minutos |
| <input type="radio"/> Mais de 25 minutos | | | | |

16 Globalmente, quão bem conheces as iniciativas da autarquia na área da educação?

Instruções da pergunta: *(1 estrela = Muito pouco; 4 estrelas = Muito bem)*

☆☆☆☆ / 4

17 Partilha duas ideias, projetos e/ou sugestões para a melhoria da Educação no nosso concelho.

Instruções da pergunta: *Questão não obrigatória (máx. 4 linhas)*

Muito obrigado pela tua colaboração!

As tuas respostas foram muito importantes para nós.

Ao submeter o questionário, serás direcionado para a página de Educação do Município de Torres Novas, onde poderás saber mais sobre os seus projetos nesta área.

4. Exemplo¹⁵⁰ de “Ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares”

Estabelecimento		Escola Básica da Meia Via		
		Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves		
		N.º de alunos em 2021/2022	Capacidade (n.º de salas x máx. alunos)	Taxa de ocupação em 2021/2022
		194	231 ^(a)	84,0 % ^(a)
		Morada	Coordenadas geográficas	
		Localidade: Meia Via Freguesia: Meia Via	39° 28' 32.421" N 8° 29' 44.529" W	
		Tipo de construção	Contacto	
		Não indicado	Não indicado	
		Ano de construção	Data da última intervenção	
		2011	Não indicado	

Edificado e segurança				
Salas de aula	Salas para jardim de infância	Laboratórios	Salas específicas	Ginásio
6	3	1	2	Não
Campo de jogos	Pavilhão gímnodesportivo	Polidesportivo	Pista de atletismo ou velocidade	Sala de ginástica
Não	Sim	Não	Não	Não
Espaço ao ar livre	Balneários	Espaço desportivo coberto	Espaço desportivo descoberto	Pavimento
Sim	Sim	Sim	Não	Sintético, alcatroado, cimentado, terra batida.
Segurança dentro da escola	Segurança fora da escola			
Boa	Boa			

Oferta educativa e de apoio				
Atividades de Animação e de Apoio à Família (EPE)	Componente de Apoio à Família (CAF)	Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC - 1.º CEB)	Adequada para mobilidade reduzida	Oferta educativa
Sim	Sim	Sim	Sim	Não indicado
Creche	Jardim de infância	1.º CEB	2. CEB	3.º CEB
Não	Sim	Sim	Não	Não
Ens. Secundário	Ens. Sec. Profissional	Superior	Cursos livres / Formação específica	
Não	Não	Não	Não indicado	

^(a) Com base nos dados fornecidos pelas escolas/agrupamentos. Se vazio, significa que não foram fornecidos dados sobre o número de salas de aula

¹⁵⁰ As ficha de caracterização dos estabelecimentos escolares encontram-se no Anexo A

Salas específicas

Polivalente	Refeitório ou sala de refeição	Cozinha	Copa	Bar
Não	Sim	Sim	Sim	Não
N.º de WC para alunos	N.º de WC para docentes ou educadores	Internet (T - todo o espaço; S - Algumas salas/áreas; N - Não)	N.º de salas de informática	N.º salas para música
6	2	Todo o espaço	1	0
N.º salas para Educação Visual/EVT	N.º de laboratórios	N.º de salas com mobiliário flexível (Salas "do futuro")	N.º de auditórios ou anfiteatros	Gabinetes de psicologia e/ou orientação profissional
0	1	0	0	0
N.º de salas para ATL/AAAF	N.º de salas para CAF/AEC	Biblioteca / Centro de recursos	N.º de salas para Ensino Especial (ou intervenção precoce)	Outras
1	0	1	0	0

Estado de conservação

Estado de conservação da rede elétrica	Estado de conservação da rede de água	Estado de conservação da rede de esgotos	Estado de conservação das janelas	Estado de conservação dos estores
Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
Estado de conservação do mobiliário (cadeiras, mesas...)	Estado de conservação do aquecimento central	Estado de conservação do ar condicionado	Outro tipo de aquecimento	Estado de conservação dos pavimentos interiores
Bom	Bom	Não disponível / Não existe	Não disponível / Não existe	Bom
Estado de conservação dos pavimentos exteriores	Estado de conservação das pinturas interiores	Estado de conservação das pinturas exteriores	Estado de conservação dos recreios cobertos	Estado de conservação dos recreios descobertos
Bom	Razoável	Razoável	Não disponível / Não existe	Bom
Estado de conservação dos balneários	Estado de conservação dos WC dos alunos	Estado de conservação dos WC dos docentes/educadores	Estado de conservação dos campos de jogos	
Bom	Bom	Bom	Não disponível / Não existe	

Material didático

Estado de conservação do mobiliário e material didático	Adequação do mobiliário escolar	Conservação do material didático	Adequação do material didático	Suficiência do material didático
Bom	Desadequado	Bom	Adequado	Insuficiente

Data da última avaliação/atualização de dados

Novembro, 2022

5. Exemplo¹⁵¹ de “Ficha das propostas de intervenção”

EIXO 1: OTIMIZAR A REDE ESCOLAR E A OCUPAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS		INTERVENÇÃO PROGRAMADA	1.1		
DESIGNAÇÃO	TIPO DE INTERVENÇÃO ¹	PRIORIDADE (ELEVADA, MÉDIA, BAIXA)			
Revisão dos critérios de matrícula de alunos	Gestão/reordenação rede escolar	Média			
NÍVEL/NÍVEIS DE ENSINO	ESTABELECIMENTO(S) AFETADO(S)	FREGUESIA(S) ENVOLVIDA(S)			
Todos	Todos	Todas			
JUSTIFICAÇÃO					
Desequilíbrio nas taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares					
OBJETIVOS					
Otimização das taxas de ocupação					
DESCRIÇÃO E/OU COMPONENTES DA INTERVENÇÃO					
Melhorar a aplicação dos critérios de matrícula dos alunos do pré-escolar e 1º CEB. Nos casos de igualdade de circunstâncias nos dois critérios de matrícula - local de residência e emprego dos pais, deve ser considerada a taxa de ocupação do estabelecimento escolar do local de residência					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
	x	x	x	x	x
PROMOTOR(ES) ²	FONTE DE FINANCIAMENTO PREVISTA	CUSTO PREVISTO (EM EUROS, SEM IVA)			
Município	Município	Em estudo			
OBSERVAÇÕES					
Em estudo					

¹ Eficiência energética, requalificação e modernização, transição digital, atualização de materiais pedagógicos, segurança...

² Município, Ministério da Educação, Freguesia...

¹⁵¹ As fichas das propostas de intervenção encontram-se no Anexo B

Lista de anexos

- A. Fichas de caracterização dos estabelecimentos escolares
- B. Fichas das propostas de intervenção

Fontes

Fontes, bibliografia e webgrafia



Fontes, bibliografia, webgrafia

- Abreu, J., António, J., & Cerol, J. (2022). *Índice de Sustentabilidade Municipal 2022*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- American Psychological Association. (2009). *APA Style Sixth Edition Resources*. Obtido em 10 de abril de 2022, de <https://apastyle.apa.org/6th-edition-resources>
- ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional I.P. (2014). Guia Interpretativo do Quadro Nacional de Qualificações. (ANQEP, Ed.) Lisboa. Obtido em 12 de julho de 2022, de https://anqep.gov.pt/np4/file/312/QNQ_GuiaInterpretativoQNQ_2014.pdf
- ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional I.P. (2015). Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional. (ANQEP, Ed.) Lisboa. Obtido em 23 de 7 de 2022, de <http://www.qualidade.anqep.gov.pt/sobre.asp>
- APDSI. (2019). *Glossário da Sociedade da Informação*. Obtido em maio de 2022, de Associação para a promoção e desenvolvimento da sociedade de informação: http://apdsi.pt/wp-content/uploads/2018/03/GLOSSA%CC%81RIO-DA-SOC-INFORMACAO_v2019-APDSI.pdf
- Associação Internacional de Cidades Educadoras. (2020). Carta das cidades educadoras. Barcelona. Obtido em 18 de junho de 2022, de https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Territorios-Educativos_Vol1.pdf
- CCDR. (2022). *Projeções Demográficas 2030 (por Sexo e Grupo Etário quinquenal)*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR).
- CIMMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. (2020). *PEDIME - Plano estratégico de desenvolvimento intermunicipal da Educação no Médio Tejo*. Obtido em 25 de março de 2022, de Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo: <https://mediotejo.pt/index.php/plano-estrategico>
- CIMMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. (2022). *Médio Tejo - População residente*. Obtido em 28 de abril de 2022, de Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo: <https://mediotejo.pt/index.php/menu-populacao-residente>
- CIMMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. (23 de abril de 2022). *Setor de atividade económica do Médio Tejo*. Obtido de Portal Regional do Médio Tejo: <https://mediotejo.pt/index.php/menu-setor-de-atividade-economica>
- Comissão Europeia. (2018). 2018/C 189/1- Recomendações sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida. Consulté le maio 15, 2022, sur [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)&from=GA](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01)&from=GA)
- Comissão Europeia. (2020). European Skills Agenda. Obtido em 20 de abril de 2022, de <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1223&langId=en>
- Comissão Europeia. (2021). *The Digital Economy and Society Index (DESI)*. Obtido em 20 de abril de 2022, de <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/desi>

- Comissão Europeia. (2021a). COM(2021) 102 - Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Obtido em 22 de abril de 2022, de https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/economy-works-people/jobs-growth-and-investment/european-pillar-social-rights/european-pillar-social-rights-action-plan_pt
- Comissão Europeia. (2021b). 2021/C 66/01 - Resolução do Conselho sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação rumo ao Espaço Europeu da Educação e mais além. Obtido em 20 de 04 de 2022, de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32021G0226%2801%29>
- Comissão Europeia. (2021c). 2021/C 504/02 - Resolução do Conselho sobre uma nova agenda europeia para a educação de adultos 2021—2030. Obtido em 20 de abril de 2022, de [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32021G1214\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32021G1214(01))
- Comissão Europeia. (2021d). COM(2020) 624 - Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027. Obtido em 16 de abril de 2022, de <https://education.ec.europa.eu/pt-pt/focus-topics/digital-education/digital-education-action-plan>
- Comissão Europeia. (2021e). Monitor da Educação e da Formação de 2021 - Portugal. Obtido em 17 de abril de 2022, de <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/1662ff0a-57e0-11ec-91ac-01aa75ed71a1/language-pt>
- Comissão Europeia. (2022). *Reform Support - Transição Digital*. Obtido em 23 de junho de 2022, de Transição Digital: https://reform-support.ec.europa.eu/what-we-do/digital-transition_pt
- Comissão Permanente da Concertação Social. (2021). Acordo Formação profissional e qualificação: um desígnio estratégico para as pessoas, para as empresas e para o país. (C. E. Social, Ed.) Lisboa, Portugal. Obtido em 17 de maio de 2022, de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAzNDKwMAMA85oP%2fAUAA%3d>
- Conselho Económico e Social - CES. (2021). *Manual de Linguagem Inclusiva*. Lisboa: CES. Obtido em 17 de maio de 2022, de <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/08/12-Manual-de-Linguagem-Inclusiva-CES.pdf>
- Correia, C., Barreira, F., Rocha, L., & Cunha, L. (2020a). *Sucesso educativo no Médio Tejo: valorização do ensino profissional e estratégia educativa. Diagnóstico regional de necessidades de qualificações*. Lisboa: Quaternaire Portugal.
- Correia, C., Barreira, F., Rocha, L., & Cunha, L. (2020b). *Sucesso educativo no Médio Tejo: valorização do ensino profissional e estratégia educativa. Referencial para o desenvolvimento de uma estratégia educativa no Médio Tejo 2020-2030*. Lisboa: Quaternaire Portugal.
- Decreto-Lei n.º 7/2003. (2003). Em *Diário da República n.º 12/2003, Série I-A de 15 de janeiro*. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.
- Decreto-Lei n.º 21/2019. (2019). Em *Diário da República n.º 21/2019, Série I de 30 de janeiro*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

- Decreto-Lei n.º 54/2018. (2018). Em *Diário da República n.º 129/2018, Série I de 6 de julho*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Obtido de <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2018-115654476>
- Decreto-Lei n.º 55/2018. (2018). Em *Diário da República n.º 129/2018, Série I de 6 de julho*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Obtido em 27 de abril de 2022, de <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2018-115645941>
- Decreto-Lei n.º 75/2008. (2008). Em *Diário da República n.º 79/2008, Série I de 22 de abril*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Decreto-Lei n.º 137/2012. (2012). Em *Diário da República n.º 126/2012, Série I de 2 de julho de 2012*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- DGE - Direção Geral de Educação. (2022a). *Educação de infância - Perguntas frequentes*. Obtido em 10 de agosto de 2022, de Direção Geral de Educação: <https://www.dge.mec.pt/perguntas-frequentes-faq>
- DGE - Direção-Geral da Educação. (2022b). *AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular*. Obtido em 23 de maio de 2022, de Direção-Geral da Educação: <http://www.dge.mec.pt/enquadramento-7>
- DGE - Direção-Geral de Educação. (2020). *Nota de apresentação dos resultados do questionário "Atividades de Enriquecimento Curricular" 2019/2020*. Obtido em 24 de junho de 2022, de Direção-Geral de Educação: [https://www.dgeec.mec.pt/np4/99/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=161&fileName=DGEEC_AEC2020___Nota_de_apresentacao.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/99/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=161&fileName=DGEEC_AEC2020___Nota_de_apresentacao.pdf)
- DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação. (2021). *BIME – Plataforma de Informação Edu*. Obtido em 4 de junho de 2022, de Dados administrativos das escolas públicas: <https://dados.edu.gov.pt/analytics/saw.dll?dashboard>
- DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (outubro de 2022). Situação após 3 anos dos alunos que ingressaram em cursos profissionais – 2020/21. (DGEEC, Ed.) Lisboa. Obtido em outubro de 2022, de [https://www.dgeec.mec.pt/np4/429/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=952&fileName=DGEEC_2022_Cursos_Profissionais_final.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/429/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=952&fileName=DGEEC_2022_Cursos_Profissionais_final.pdf)
- DGEEC; DGEstE; IGeFE. (2021). *Guião para a elaboração de Cartas Educativas*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência. Obtido em 13 de março de 2022, de <https://www.igefe.mec.pt/Files/DownloadDocument/17>
- DGES - Direção Geral do Ensino Superior. (2018). *Rumo a um espaço Europeu da Educação até 2025*. Obtido em 20 de abril de 2022, de <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/rumo-um-espaco-europeu-da-educacao-ate-2025>
- Dray, T., Neves, A., Fontes, A., Câmara, M. J., Trindade, S., & Albuquerque, J. (2022). *Livro Verde sobre o futuro do trabalho 2021*. Lisboa: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Obtido em 26 de abril de 2022, de http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/55245/livro_verde_do_trabalho_2021.pdf/daa7a646-868a-4cdb-9651-08aa8b065e45

- Escola Profissional de Torres Novas. (23 de junho de 2022). Indicadores de Qualidade. 2022. Obtido de <https://eptn.pt/eqavet/resultados/>
- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. (2017). Obtido em 26 de abril de 2022, de Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania: <https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>
- Estratégia Portugal 2030*. (2020). Obtido em 10 de abril de 2022, de Portugal 2030: https://portugal2030.pt/portugal-2030/?doing_wp_cron=1652573676.5079989433288574218750
- FFMS. (2022). *Conheça o seu município: indicadores chave*. Obtido em 28 de abril de 2022, de Fundação Francisco Manuel dos Santos: <https://www.pordata.pt/Municipios>
- IESE, ISCTE, PPLL. (2022). Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens. Lisboa. Obtido em 2022, de https://portugal2020.pt/wp-content/uploads/sumario_executivo_pt.pdf
- IGEFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (maio de 2022). *Centros Tecnológicos Especializados. Modernização da oferta dos estabelecimentos de ensino e formação profissional*. Obtido em 13 de junho de 2022, de <https://centrostecnologicos.gov.pt/>
- Instituto Politécnico de Lisboa. (2021). *Pisa para as Escolas. Relatório regional, município de Torres Novas, 2019/2020*. Lisboa: IPL - Instituto Politécnico de Lisboa.
- Lei n.º 11-A/2013. (2013). Em *Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28*. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro. (2022). Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro. Em *Diário da República n.º 1/2022, Série I de 2022-01-03*. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 46/86, de 14 de novembro. (1986). Em *Diário da República n.º 237/1986*. Assembleia da República.
- Lei n.º 50/2018. (2018). Em *Diário da República n.º 157/2018, Série I de 16 de agosto*. Lisboa: Assembleia da República.
- Martins, G. d., Pedroso, J. V., Carrilho, J. L., Silva, L. M., Horta, M. J., & Nery, R. F. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção Geral da Educação (DGE).
- Ministério da Educação. (2000). *Manual para a elaboração da Carta Educativa*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Município de Torres Novas. (2003). *Carta Educativa de Torres Novas*. Obtido em 13 de março de 2022, de https://cm-torresnovas.pt/images/documents/Educacao/carta_educativa/Carta%20Educativa%202003.pdf
- Município de Torres Novas. (2007). *Proposta de alteração à Carta Educativa de Torres Novas*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas.

- Município de Torres Novas. (2011). *Revisão (informal) da Carta Educativa de 2003*. Obtido em 13 de março de 2022, de <https://cm-torresnovas.pt/index.php/municipio/planos-municipais/1849-carta-educativa-2>
- Município de Torres Novas. (2013). *História de Torres Novas*. Obtido em 17 de maio de 2022, de Município de Torres Novas: <https://cm-torresnovas.pt/index.php/municipio/historia-torres-novas>
- Município de Torres Novas. (2017). *PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano*. Obtido em 23 de março de 2022, de <https://pedu.cm-torresnovas.pt/>
- Município de Torres Novas. (2018). *Plano Estratégico Educativo Municipal Torres Novas - 2022*. Obtido em 22 de março de 2022, de <https://cm-torresnovas.pt/index.php/municipio/planos-municipais/1849-carta-educativa-2>
- Município de Torres Novas. (2019). *Relatório de análise e ponderação das participações recebidas*. Obtido em 23 de março de 2022, de <https://cm-torresnovas.pt/index.php/municipio/planos-municipais/1849-carta-educativa-2>
- Município de Torres Novas. (2020). *Atividades de enriquecimento curricular*. Obtido em 11 de julho de 2022, de Educação: <https://educacao.cm-torresnovas.pt/index.php/comunidade/servicos-de-educacao/11-atividades-de-enriquecimento-curricular>
- Município de Torres Novas. (2020b). Normas de funcionamento gerais das atividades de componentes de apoio à família [1.º CEB]. Obtido em 23 de maio de 2022, de https://cm-torresnovas.pt/images/documents/Educacao/ApoioFamilia/CMTN_normas_CAF-A4.pdf
- Município de Torres Novas. (2022). *Página do Município de Torres Novas*. Obtido em 15 de março de 2022, de Município de Torres Novas: <https://cm-torresnovas.pt/>
- Município de Torres Novas. (2022b). *Serviço de Educação - Subsídios e apoios*. Obtido em 2022, de Município de Torres Novas: <https://educacao.cm-torresnovas.pt/index.php/comunidade/servicos-de-educacao/8-subsidios-e-apoio>
- OCDE. (2020). *Education at a Glance 2020: OECD Indicators*. (O. Publishing, Ed.) Paris. Obtido em 2022, de https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2020_69096873-en
- OCDE. (2022). *Job shadowing: A guide to delivering an effective career development activity. OECD Education Policy Perspectives(62)*. Obtido em 2022, de https://www.oecd-ilibrary.org/education/job-shadowing_614f4e25-en
- Plano Escola+ 21|23*. (2021). Obtido em 28 de março de 2022, de Plano Escola+ 21|23: <https://escolamais.dge.mec.pt/>
- Portaria n.º 181/2019. (2019). Em *Diário da República n.º 111/2019, Série I de 11 de junho*. Lisboa: Ministério da Educação. Obtido em 27 de abril de 2022, de <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/portaria/2019-176123851>
- Portaria n.º 198/2022. (2022). Em *Diário da República n.º 144/2022, Série I de 2022-07-27*. Lisboa: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Portugal 2030. (2021). Obtido em 29 de abril de 2022, de Acordo de Parceria a estabelecer entre Portugal e a Comissão Europeia: <https://portugal2030.pt/>

Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE). (2016). Obtido em 28 de abril de 2022, de <https://www.dge.mec.pt/programa-nacional-de-promocao-do-sucesso-escolar>

Programa Qualifica. (2019). Obtido em 14 de abril de 2022, de <https://www.qualifica.gov.pt/#/programaQualifica>

United Nations Human Settlements. (2019). *UN-Habitat's Strategic Plan for the period 2020-2023*. United Nations. Obtido em 23 de junho de 2022, de <https://unhabitat.org/the-strategic-plan-2020-2023>

World Bank Group. (2018). Framing the future of work. *Jobs Notes* (6). Obtido em 12 de maio de 2022, de <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30589/130983-17-10-2018-14-13-19-FramingtheFutureofWork.pdf>